Plano Diretor Municipal Velas

REVISÃO

FASE 2 -VOLUME II

RELATÓRIO DO PLANO

Novembro, 2023

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE
VELAS – SÃO JORGE

FASE 2 -VOLUME II

RELATÓRIO DO PLANO

Novembro, 2023

Índice Geral

Volumes	
I	Regulamento
II	**Relatório do Plano**
III	Relatório Ambiental
IV	Relatório Não Técnico AAE
V	Programa de Execução, Plano de Financiamento e Plano de Monitorização

Equipa Técnica da Câmara Municipal de Velas

Equipa	Formação	Competências
Júlio Rodrigues	Arquitetura	Coordenador Geral
Jorge H. Henriques	Geografia e Planeamento Regional e Local	Coordenador dos Trabalhos

Equipa Técnica do Plano

Equipa	Formação	Competências
Helena Calado	Ordenamento do Território	Coordenador dos Trabalhos
Fabiana Moniz	Sociologia e Cidadania Ambiental e Participação	Equipa Técnica
Carla Fortuna	Arquitetura	Equipa Técnica
Marta Vergílio	Engenharia do Ambiente e Biologia	Equipa Técnica
António Medeiros	Sistemas de Informação Geográfica	Equipa Técnica

Índice

1. Introdução 14
2. Enquadramento 15
2.1. Enquadramento Territorial 15
2.2. Enquadramento Normativo 18
2.3. Enquadramento Estratégico 27
2.3.1. Âmbito Internacional 28
2.3.1.1. Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN) 28
2.3.1.2. Estratégia Europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) 30
2.3.1.3. Estratégia Temática de Proteção dos Solos 33
2.3.1.4. Convenção Europeia da Paisagem 34
2.3.2. Âmbito Nacional 35
2.3.2.1. Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT) 35
2.3.2.2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 42
2.3.2.3. Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC) 43
2.3.2.4. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade de 2030 (ENCNB 2030) 44
2.3.3. Âmbito Regional 47
2.3.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA) 47
2.3.3.2. Plano Setorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores 69
2.3.3.3. Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) 77
2.3.3.4. Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores (PEMTA) 82
2.3.3.5. Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+) . 83
2.3.3.6. Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-A2022-2027) 88
2.3.3.7. Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE) 93
2.3.3.8. Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA) 102
2.3.3.9. Plano de Gestão de Risco de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA) 102
2.3.3.10. Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 105
2.3.3.11. Programa Regional da Água 107
2.3.3.12. Programa Regional para as Alterações Climáticas 114

2.3.3.13. Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores 120
2.3.3.14. Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores 122
2.3.3.15. Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem - Resolução do Conselho do Governo nº135/2018 de 10 dezembro 126
2.3.4. Âmbito Local 140
2.3.4.1. Plano de Ordenamento de Orla Costeira (POOC) – São Jorge 140
2.3.4.2. Plano Diretor Municipal de Velas 159
2.3.4.3. Plano Natural de Ilha de São Jorge – Município de Velas 168
2.3.4.4. Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Velas 173
3. Síntese da Caraterização e Diagnostico 175
4. Fundamentos para a Revisão e Objetivos de Desenvolvimento 190
5. Modelo de Ordenamento 193
5.1. Modelo de Desenvolvimento do Solo Rústico 195
5.1.1. Espaços Agrícolas 201
5.1.2. Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal 210
5.1.3. Espaços Naturais e Culturais 218
5.1.4. Espaços de Exploração de Recursos Geológicos 224
5.1.5. Espaços de Equipamentos 229
5.1.6. Aglomerados rurais 231
5.2. Sistema de Proteção e Valorização Ambiental e Cultural 241
5.2.1. Reserva Ecológica 243
5.2.2. Estrutura Ecológica Municipal 261
5.2.3. Reserva Agrícola Regional 265
5.2.4. Zonamento Acústico 270
5.3. Modelo de Desenvolvimento Urbano 285
5.3.1. Rede Urbana Municipal 293
5.3.2. Espaços urbanos consolidados 295
5.3.3. Espaços Urbanos a consolidar 303
5.3.4. Espaços Polivalentes Industriais, de Serviços e de Logística 309
5.3.5. Espaços de Equipamentos Urbanos 312
5.3.6. Espaços de Usos Especiais 314
5.3.7. Quantificação e análise comparativa do solo urbano 315

5.4. Compromissos Urbanísticos 318
5.5. Áreas Críticas 344
5.6. Valores Patrimoniais 346
6. Redes de Infraestruturas e Equipamentos 351
6.1. Infraestruturas Rodoviárias 351
6.2. Infraestruturas Portuárias 354
6.3. Transportes Aéreos – Aeródromo da ilha de São Jorge 357
6.4. Rede de Abastecimento de Água 361
6.5. Drenagem e tratamento de águas residuais 363
6.6. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos 363
6.7. Rede Elétrica 365
6.8. Combustíveis 367
6.9. Telecomunicações 368
7. Carta Educativa do Concelho 370
8. Programação e Execução do PDM 380
9. Fichas do Solo Urbano 384
10. Ficha de Dados Estatísticos 415

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento Territorial do Município de Velas 17
Figura 2. Distribuição das freguesias do Concelho de Velas por área (%) 17
Figura 3. Visão pata a Região Autónoma dos Açores, PROTA 49
Figura 4. Sistemas produtivos na ilha de São Jorge 51
Figura 5. Sistemas de proteção e valorização ambiental, Ilha de São Jorge 52
Figura 6. Esquema de Povoamento em Altimetria 53
Figura 7. Sistemas Urbano e Rural, ilha de São Jorge 54
Figura 8. Sistema de acessibilidades e equipamentos, ilha de São Jorge 55
Figura 9. Modelo Territorial, Ilha de São Jorge 56
Figura 10. Rede Natura 2000 – Ilha de São Jorge 71
Figura 11. Produtos Turísticos Ilha de São Jorge (PEMTA, 2016) 83
Figura 12. Planta de Ordenamento do PAE, com incidência no concelho de Velas 98
Figura 13. Planta de Condicionantes com incidência no concelho de Velas 99
Figura 14. Unidades Extrativas em Atividade em 2019 100
Figura 15. Classificação das bacias hidrográficas da ilha de São Jorge em termos de risco de inundações. 104
Figura 16. Índice de Vulnerabilidade Costeira (IVC) para a ilha de São Jorge 116
Figura 17. Áreas de Suscetibilidade elevada a movimentos de vertente 117
Figura 18. Zonas ameaçadas pelo mar 118
Figura 19. Unidades de Paisagem do Município de Velas 128
Figura 20. Extrato da Planta de Síntese do POOC da Ilha de São Jorge, segmento do concelho de Velas 142
Figura 21. Planta de Ordenamento, PDM de Velas 160
Figura 22. Planta de Condicionantes - PDM de Velas 168
Figura 23. Evolução da população residente no Município de Velas de 1900 a 2017 175
Figura 24. Distribuição da População do Concelho de Velas por lugares, em 2011 176
Figura 25. Evolução da Taxa de Crescimento Efetivo e da Taxa de Crescimento Natural no Concelho de Velas, de 2001 a 2017 177
Figura 26. Natalidade e Mortalidade no Município de Velas de 2001 a 2017 177
Figura 27. Densidade Populacional Município de Velas (hab/km2) 178
Figura 28. Percentagem da população do Município de Velas segundo os grandes grupos etários em 1991, 2001, 2011 e 2017 178
Figura 29. Distribuição da população residente no Concelho das Velas e na Região Autónoma dos Açores, por nível de instrução, em 2001 e em 2011 179
Figura 30. População Residente no Concelho de Velas, com 15 ou mais anos, segundo principal meio de vida, em 2001 e 2011 (%) 179
Figura 31. Áreas de risco natural na Planta de Ordenamento na rPDM 199
Figura 32. Espaços Agrícolas na Planta de Ordenamento na rPDM 202
Figura 33. Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal na Planta de Ordenamento na rPDM 210
Figura 34. Espaços Naturais e Culturais na Planta de Ordenamento na rPDM 219

Figura 35. Espaços de Exploração de Recursos Geológicos na Planta de Ordenamento na rPDM..... 224
Figura 36. Exemplos de Espaços de Equipamentos na Planta de Ordenamento na rPDM..... 229
Figura 37. Aglomerados Rurais na Planta de Ordenamento na rPDM..... 231
Figura 38. Fajã Tipo 1: Fajã Ribeira da Areia (freguesia Norte Grande)..... 232
Figura 39. Fajã Tipo 1: Fajã das Almas (freguesia Manadas)..... 232
Figura 40. Fajã Tipo 2: Fajã João Dias (freguesia Rosais)..... 232
Figura 41. Exemplo de edifícios na Fajã Ribeira da Areia (freguesia Norte Grande) 240
Figura 42. Exemplo de edifícios na Fajã das Almas (freguesia Manadas) 240
Figura 43. Exemplo de edifícios na Fajã João Dias (freguesia Norte Grande) 241
Figura 44. Proposta de Reserva Ecológica Bruta 256
Figura 45. Proposta de Reserva Ecológica do município de Velas 260
Figura 46. Proposta da Estrutura Ecológica Municipal da rPDM..... 264
Figura 47. Reserva Agrícola Regional (RAR) no município de Velas em vigor. 265
Figura 48. A laranja, área proposta para desafetação Velas, Beira..... 266
Figura 49. A laranja, área proposta para desafetação Rosais, Figueiras..... 267
Figura 50. A laranja, área proposta para desafetação Santo Amaro, Carregadouro 267
Figura 51. A magenta, área proposta para reafetação Velas, Beira..... 268
Figura 52. Proposta da RAR no concelho de Velas..... 269
Figura 53. Indicador L_{den} 271
Figura 54. Indicador L_n..... 271
Figura 55. Zonamento de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas 274
Figura 56. Mapa geral de conflito Indicador L_n 276
Figura 57. Mapa geral de conflito Indicador L_{den}..... 277
Figura 58. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Entre Morros..... 280
Figura 59. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Velas..... 280
Figura 60. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Santo Amaro 281
Figura 61. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Fajã de Santo Amaro..... 281
Figura 62. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Urzelina 282
Figura 63. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Entre Morros 282
Figura 64. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Velas 283
Figura 65. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Santo Amaro..... 283
Figura 66. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Fajã de Santo Amaro 284
Figura 67. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Urzelina..... 284
Figura 68. Áreas edificadas em zonas de risco na Planta de Ordenamento na rPDM 288
Figura 69. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Rosais e Velas..... 295
Figura 70. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Santo Amaro 296
Figura 71. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Urzelina e Manadas 296
Figura 72. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Fajã do Ouvidor.... 297
Figura 73. Delimitação da UOPG03 - Centro Histórico da Vila de Velas 301
Figura 74. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Rosais e Velas 303
Figura 75. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Santo Amaro..... 304

Figura 76. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Urzelina e Manadas 304
Figura 77. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Norte Grande 305
Figura 78. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Norte Grande e Santo Amaro 305
Figura 79. Espaços Polivalentes industriais, de serviços e de logística na Planta de Ordenamento na rPDM 309
Figura 80. Armazenagem de combustíveis do Porto de Velas, Planta de Ordenamento na rPDM .. 310
Figura 81. Central termoelétrica, na Ribeira do Areeiro, e respetivas zonas de proteção, Planta de Ordenamento na rPDM 312
Figura 82. Espaços de Equipamentos Urbanos na Planta de Ordenamento na rPDM Beira e Velas .. 313
Figura 83. Espaços de Usos Especiais na Planta de Ordenamento na rPDM 314
Figura 84. Número de processos identificados como compromissos urbanísticos por ano (2007-2023) 318
Figura 85. Número de processos identificados como compromissos urbanísticos por freguesia (2007-2023) 319
Figura 86. Processos identificados na freguesia de Rosais Poente (2007-2023) 325
Figura 87. Processos identificados na freguesia de Rosais (2007-2023) 326
Figura 88. Processos identificados na freguesia de Rosais nascente (2007-2023) 327
Figura 89. Processos identificados na freguesia de Velas, Beira (2007-2023) 328
Figura 90. Processos identificados na freguesia de Velas (2007-2023) 329
Figura 91. Processos identificados na freguesia de Velas, Levadas (2007-2023) 330
Figura 92. Processos identificados na freguesia de Santo Amaro (2007-2023) 331
Figura 93. Processos identificados na freguesia de Santo Amaro, Carregadouro (2007-2023) 332
Figura 94. Processos identificados na freguesia de Santo Amaro, Fajã de Santo Amaro (2007-2023) 333
Figura 95. Processos identificados na freguesia de Urzelina, Ribeira do Nabo (2007-2023) 334
Figura 96. Processos identificados na freguesia de Urzelina, Castelestes (2007-2023) 335
Figura 97. Processos identificados na freguesia de Manadas (2007-2023) 336
Figura 98. Processos identificados na freguesia de Manadas, Ladeiras (2007-2023) 337
Figura 99. Processos identificados na freguesia de Manadas, Fajã das Almas (2007-2023) 338
Figura 100. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Santo António (2007-2023) 339
Figura 101. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Norte Grande (2007-2023) 340
Figura 102. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Fajã do Ouvidor (2007-2023) .. 341
Figura 103. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Ribeira da Areia (2007-2023) ... 342
Figura 104. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Fajã da Ribiera da Areia (2007-2023) 343
Figura 105. Carta de Risco e Condicionamentos do Património Arqueológico de Velas 348
Figura 106. Outros valores patrimoniais na Planta de Ordenamento na rPDM Rosais e Norte Grande 350
Figura 107. Rede Rodoviária do Município de Velas 352
Figura 108. Localização dos Portos do Concelho 356

Figura 109. Planta de superfícies de limitação de obstáculos previstas para o Aeródromo de São Jorge 359
Figura 110. Localização Aeródromo de São Jorge 360
Figura 111. Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica 366

Índice de Quadros

Quadro 1. Área das freguesias e o seu peso (%) concelho de Velas 17
Quadro 2. Quadro comparativo das categorias de qualificação do Solo Urbano 24
Quadro 3. Quadro comparativo das categorias de qualificação do Solo Rústico 25
Quadro 4. Instrumentos de Gestão Territorial em vigor e outros instrumentos com incidência no Concelho de Velas 28
Quadro 5. Domínios de intervenção e Medidas de políticas do programa de ação 2030 do PNPOT ... 37
Quadro 6. Medidas de Concretização da responsabilidade dos municípios 44
Quadro 7. Medidas de Concretização cujos municípios são intervenientes 45
Quadro 8. Medidas minimizadoras e preventivas da Rede Natura 2000 para as ZEC e ZPE da Ilha de São Jorge 71
Quadro 9. Recomendações Setoriais a considerar e integrar em todos os IGTs 73
Quadro 10. Medidas Reguladoras a considerar e integrar no âmbito do PMOT 74
Quadro 11. Apostas estratégicas para a Ilha de São Jorge – Reforço de Centralidade, POTRAA 78
Quadro 12. Capacidade de carga turística para a Ilha de São Jorge 79
Quadro 13. POTRAA em vigor 79
Quadro 14. Objetivos Estratégicos e Metas Estratégicas, PEPGRA 20+ 84
Quadro 15. Meta Estratégica especifica para a ilha de São Jorge, PEPGRA 20+ 85
Quadro 16. Medidas Estratégicas associadas aos municípios, PEPGRA 20+ 85
Quadro 17. Objetivos Ambientais, Lei da Água 90
Quadro 18. Áreas Temáticas e Objetivos Estratégicos Específicos do PGRH-Açores 2022-2027 91
Quadro 19. Objetivos Ambientais do PGRH-Açores 2022-2027 92
Quadro 20. Medidas aplicadas às Entidades AA e DTAR, no âmbito do PGRH-Açores 2022-2027 93
Quadro 21. Critérios aplicados na espacialização do PAE 97
Quadro 22. Unidades Extrativas Identificadas no Concelho de Velas pelo PAE 99
Quadro 23. Unidades Extrativas em Atividade em 2019 100
Quadro 24. Programa de Execução do PAE com incidência na Administração Local 101
Quadro 25. Âmbito territorial PGRIA 2022-2027 105
Quadro 26. Linhas de Orientação Estratégica definidas por área Temática do PRA 108
Quadro 27. Objetivos de Estado do PRA 112
Quadro 28. Objetivos de Resposta do PRA 112
Quadro 29. Diretrizes especificas para Adaptação e Mitigação às Alterações Climáticas 118
Quadro 30. Lista das cavidades vulcânicas no concelho das Velas 125

Quadro 31. Unidades de paisagem, Pontos Panorâmicos e Elementos Singulares no Concelho de Velas 131
Quadro 32. Principais Condicionantes e Interdições do POOC da Ilha de São Jorge Zona A 143
Quadro 33. Áreas de aptidão balnear no concelho de Velas segundo POOC da Ilha de São Jorge 155
Quadro 34. Artigos gerais do POOC da Ilha de São Jorge a aplicar na Zona B 157
Quadro 35. Classes e Categorias de Espaço do PDM de Velas (Planta de Ordenamento) 159
Quadro 36. Parâmetros Urbanísticos a respeitar nos Espaços Urbanos, nos Espaços Urbanizáveis e Espaços Industriais. 163
Quadro 37. Parâmetros de Edificabilidade nos Espaços Agrícolas e nos Espaços Florestais 164
Quadro 38. Classificações em Solo Rústico 198
Quadro 39. Ações e usos nas áreas de risco natural fora da intervenção do POOC versus as áreas de instabilidade de vertentes integradas na REN 200
Quadro 40. Instalações agroturismo aprovadas na RAA, anteriores a 2 dezembro de 2020 204
Quadro 41. Comparação de parâmetros e tipo de usos nos Espaços Agrícola rPDM, PDM Velas e DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro 209
Quadro 42. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência 210
Quadro 43. Comparação de parâmetros e tipo de usos nos Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal rPDM e PDM Velas 216
Quadro 44. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência 217
Quadro 45. Atividades Interditas na rPDM e a legislação aplicável 220
Quadro 46. Permissões nos Espaços Naturais e Culturais rPDM, confronto com o POOC 221
Quadro 47. Obras permitidas nos Espaços Naturais e Culturais rPDM, confronto com o POOC 222
Quadro 48. Edificações existentes nos Espaços Naturais e Culturais rPDM, confronto com o POOC223
Quadro 49. Enquadramento das unidades extrativas em atividade (2019) com o PAE 225
Quadro 50. Enquadramento das unidades extrativas em atividade (2019) em situação de plano de recuperação e encerramento, PAE 226
Quadro 51. Áreas de aptidão balnear- tipologias admitidas na classificação da zona balnear, POOC São Jorge, concelho de Velas 230
Quadro 52. Usos e parâmetros nas Fajãs Tipo 1 rPDM e POOC (em vigor) 233
Quadro 53. Usos e parâmetros nas Fajãs Tipo 2 rPDM e POOC (em vigor) 235
Quadro 54. Interdições rPDM e do POOC nas Fajãs (tipo 1 e tipo 2) 236
Quadro 55. Regras construtivas nos aglomerados rurais rPDM e as Medidas Cautelares para a Preservação das Fajãs do Concelho da Calheta 237
Quadro 56. Normas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas 239
Quadro 57. Áreas a Integrar a RE - Município de Velas 243
Quadro 58. Classes e índices de recarga 249
Quadro 59. Suscetibilidade à Erosão, segundo as classes e índices de erosão 251
Quadro 60. Quantificação da área Proposta de Reserva Ecológica Bruta 255
Quadro 61. Áreas a excluir por categorias dos espaços em solo urbano 257
Quadro 62. Áreas a excluir por tipologia da RE e categorias do uso do solo 258
Quadro 63. Resumo da proposta final de RE 259
Quadro 64. Áreas de RAR desafetação / reafectação e proposta final 268

Quadro 65. Relação de cores para as classes de níveis sonoros. 270
Quadro 66. Quantificação da área exposta ao ruido ambiente, segundo a classe do indicador e por freguesia 272
Quadro 67. Quantificação do zonamento acústico 275
Quadro 68. Valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior 275
Quadro 69. Classes de sobre-exposição e código de cores. 275
Quadro 70. Quantificação da área de conflito ao ruido ambiente, por freguesia 277
Quadro 71. Área exposta a diferentes classes de ruído, das Zonas Sensíveis e Mistas (Lden e Ln) ... 279
Quadro 72. Classificações em Solo Urbano 286
Quadro 73. Pretensões para as áreas edificadas em zona de risco na rPDM e do POOC. 289
Quadro 74. Áreas fora do POOC comparando com o regime do POOC em Áreas edificadas em zona de risco 289
Quadro 75. Parâmetros urbanísticos de âmbito geral na rPDM 290
Quadro 76. Dimensionamento de Espaços Verdes e Equipamentos de Utilização Coletiva rPDM ... 291
Quadro 77. Infraestrutura viária rPDM 291
Quadro 78. Estacionamento rPDM 292
Quadro 79. Níveis hierárquicos da situação existente 294
Quadro 80. Níveis hierárquicos da proposta de revisão do PDM 294
Quadro 81. Parâmetros nos Espaços Urbanos Consolidados rPDM e PDM, Velas 298
Quadro 82. Parâmetros nos Espaços Urbanos Consolidados rPDM e PDM, restantes aglomerados. 299
Quadro 83. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência 300
Quadro 84. Condicionantes na UOPG03 - Centro Histórico da Vila de Velas rPDM e PDM 301
Quadro 85. Parâmetros nos Espaços Urbanos a Consolidar rPDM e PDM 306
Quadro 86. Parâmetros nos Espaços Urbanos a Consolidar Marginal dos Casteletes rPDM e PDM . 308
Quadro 87. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência 308
Quadro 88. Parâmetros nos Espaços Polivalentes Industriais, de Serviços e de Logística rPDM e PDM 310
Quadro 89. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência 311
Quadro 90. Miradouros 315
Quadro 91. Análise comparativa do solo urbano da rPDM e PDM em vigor 316
Quadro 92. As categorias de solo urbano por freguesia na proposta de rPDM 317
Quadro 93. Lista de Compromissos Urbanísticos (2005-2023) 319
Quadro 94. Alvará de Loteamentos em vigor no municipio de Velas (até 2023) 324
Quadro 95. Lista de Edifícios 344
Quadro 96. Imóveis e elementos em mau estado de conservação e/ ou abandono 345
Quadro 97. Património cultural imóvel classificado 347
Quadro 98. Infraestruturas Rodoviárias do Concelho de Velas. Rácio (km/km2) 352
Quadro 99. Estrutura da rede rodoviária prevista no rPDM 353
Quadro 100. Percursos pedestres homologados no concelho de Velas 353
Quadro 101. Estrutura Portuária do Concelho de Velas 355
Quadro 102. Comprimentos característicos da pista 357
Quadro 103. Características das Zonas de abastecimento do Concelho de Velas, em 2015 361

Quadro 104. Principais origens de água, da rede de abastecimento de água do Concelho de Velas, em 2023 362
Quadro 105. Centrais de Produção de Energia Elétrica, na ilha de São Jorge em 2015 365
Quadro 106. Nº de Tanques de armazenamento e Capacidade Total 367
Quadro 107. Quantidades de combustíveis introduzidos no mercado da Ilha de São Jorge (2017) .. 367
Quadro 108. Autonomia Média da Ilha de São Jorge em Combustíveis (2017) 367
Quadro 109. Rede de Educação do concelho de Velas por valência do Estabelecimento de Ensino . 374
Quadro 110. Matriz SWOT Educativa do Concelho de Velas 376
Quadro 111. UOPG integradas na rPDM de Velas 381

Siglas e Acrónimos

CMV – Câmara Municipal de Velas
DL – Decreto-Lei
DLR – Decreto Legislativa Regional
DROTRH – Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos
DRAC – Direção Regional dos Assuntos Culturais
DRR – Decreto Regulamentar Regional
IGT – Instrumentos de Gestão do Territorial
INE – Instituto Nacional de Estatística
LBSOTU – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
OMDRE-RAA – Orientações Metodológicas para a Delimitação da RE - PDM na Região Autónoma dos Açores
PAE – Plano Setorial de Ordenamento do Território para as atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores
PDM – Plano Diretor Municipal
PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território
PMEPCV - Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Velas
PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira
POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
PP – Plano de Pormenor
PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores
PSOAAE- Plano Sectorial de Ordenamento das Áreas de Acolhimento Empresarial
PU – Plano de Urbanização
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAR – Reserva Agrícola Regional
RE – Reserva Ecológica
REB – Reserva Ecológica Bruta
RJIGT- Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJIGT-A- Regulamento Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores
rPDM – Revisão do Plano Diretor Municipal
SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
TER – Turismo no Espaço Rural
UE- Unidade de execução
ZEC - Zonas Especiais de Conservação
ZEE - Zonas Económicas Exclusivas
ZPE- Zonas de Proteção Especial

1. Introdução

O presente relatório é elaborado no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal (rPDM) de Velas e diz respeito à Proposta de Plano. Nesta fase da rPDM de Velas, é apresentada a proposta de ordenamento e desenvolvimento territorial do Município, tendo em conta o parecer das entidades à primeira proposta do plano.

Este documento pretende sistematizar as condicionantes legais que incidem sobre o território do município, evidenciando as suas suposições e a legislação que as consagra e regulamenta, tendo por apoio a planta de condicionantes. Identifica as propostas das várias categorias dos espaços em solo urbano e em solo rústico prevista na revisão do plano, expressas na proposta da planta de ordenamento.

Este relatório encontra-se dividido em cinco partes fundamentais:

Na primeira parte, a que corresponde o capítulo 2, é feita uma caracterização do Enquadramento Territorial, Enquadramento Normativo dos PDM e Enquadramento Estratégico, onde é realizada uma descrição pormenorizada dos instrumentos com maior relevância para o enquadramento das estratégicas que definem o modelo territorial.

Na segunda parte, a que corresponde o capítulo 3, é realizada um breve resumo da caracterização do Concelho, por meio das matrizes SWOT, realizadas durante os estudos de caracterização e diagnostico.

A terceira parte, capítulo 4, consiste no enquadramento sobre os fundamentos da revisão e os seus objetivos.

A quarta parte, capítulo 5, corresponde à exposição do modelo de ordenamento para o concelho de Velas.

No capítulo 6 e 7, é apresentada a caracterização da rede de infraestruturas e equipamentos e a Carta Educativa do Concelho.

Por fim, o capítulo 8, relativo aos aspetos da execução das opções de ordenamento estabelecidas na revisão do plano.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Territorial

Situado na parte Nordeste do Oceano Atlântico, o Arquipélago dos Açores é composto por 9 ilhas de origem vulcânica, distribuídas em três grupos, designadamente: Grupo Ocidental (Flores e Corvo), Grupo Central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e o Grupo Oriental (São Miguel e Santa Maria).

O Arquipélago dos Açores constitui um território autónomo da República Portuguesa com estatutos próprios, designado por Região Autónoma dos Açores (RAA), adjacente a Portugal Continental, a uma distância de aproximadamente 1.500 km. De acordo com o Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, a RAA integra a mesma como Região Ultraperiférica (RUP), visto encontrar-se geograficamente distante do Continente Europeu.

A geomorfologia das ilhas resulta da acumulação dos vários acontecimentos vulcânicos ao longo dos anos, tendo em conta também o seu estado de erosão. Do relevo marcadamente acidentado, surgem pequenas enseadas, as maiores são: Angra do Heroísmo e Praia da Vitória na ilha terceira, e talvez a mais importante, de maior profundidade, a Vila de Velas, na ilha de São Jorge.

A última erupção, de relevada importância e magnitude, que contribuiu para intensificar a grande vaga de emigração nos Açores na década de 50 e 60, foi a erupção do vulcão dos Capelinhos na ilha do Faial em 1957. Manteve-se em atividade durante cerca de 13 meses e foi estudada pelo Professor Orlando Ribeiro e a sua discípula Raquel Soeiro de Brito. No entanto, desde o início da ocupação humana nas ilhas que há relatos de erupções vulcânicas, por vezes originando outras ilhas que, no entanto, desapareceram no mar. No arquivo dos Açores é referido que a primeira erupção vulcânica, aquando habitada, foi na ilha de São Miguel em 1444/45. Sendo assim, a sismicidade dos Açores está relacionada com dois acontecimentos, pela tectónica da Crista Médio Atlântica e com o vulcanismo.

Contribuindo juntamente com o arquipélago da Madeira, os Açores permitem que Portugal detenha umas das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) da Europa, nomeadamente com uma ZEE de 953.633 Km^2, perfazendo um total de 1.727.408 Km^2.

A ilha de São Jorge ocupa uma área de cerca de 243,6 km^2 com um comprimento de cerca de 55 km, e largura máxima de 8 km com 139 Km de linha de costa[1]. Apresenta um terreno modelado pela atividade vulcânica que a formou e é marcada por abruptas arribas, principalmente entre os 300 e 800 metros.

São Jorge é célebre pelas suas fajãs, caracterizadas pelos seus terrenos férteis. Estas podem resultar de dois processos: um de solidificação de mantos de lava que escoaram pela vertente, como exemplo

[1] Fonte: Os Açores em Números 2014, SREA.

a Fajã da Queimada e a Fajã Grande; outro pelo deslizamento de terras provocado geralmente por terramotos ou pela erosão de sapa, como exemplo a Fajã da Caldeira de Santo Cristo e a Fajã dos Cubres.

A ilha de São Jorge não apresenta um edifício vulcânico central, mas sim alinhamentos de cones de escórias localizados sobre acidentes tectónicos. Com altitudes elevadas e costas escarpadas em que a linha dos 400 metros acompanha quase toda a linha de costa na parte Norte da ilha, a altitude máxima da ilha é de 1053m, no Pico da Esperança.

Assim, compreende-se que grande parte da superfície da ilha se situa acima dos 400 metros, pelo que 51% se localiza entre os 400 e os 800m, encontrando-se nessa cota a freguesia do Norte Grande (CMMG-Projeto CLIMAAT), 45% localiza-se a menos de 400m, e os restantes 4% acima dos 800m.

Em termos administrativos, a ilha de São Jorge pelo Concelho de Velas e o Concelho da Calheta.

Geomorfologicamente é dividida pela falha da Ribeira Seca em duas regiões distintas: a Região Ocidental e a Região Oriental. Na Região Ocidental situa-se o Concelho de Velas, com uma topografia mais acidentada e com um alinhamento de cones com a direção WNW-ESSE (Madeira, 1998). Dos três complexos vulcânicos que formam a ilha, a estrutura geomorfológica do concelho de Velas assenta sobre o Complexo Vulcânico de Rosais e o Complexo Vulcânico das Manadas.

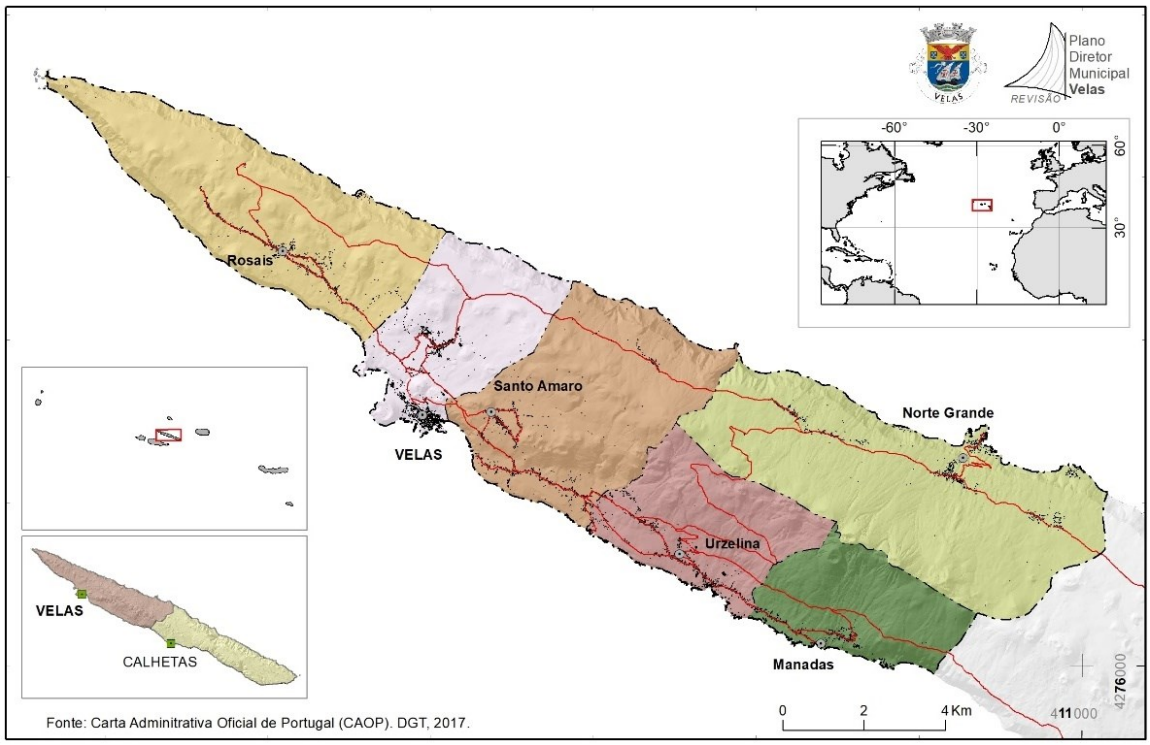
O concelho de Velas faz fronteira com o concelho da Calheta a Nascente, tem uma área de aproximadamente 119,08 km^2, e é composto por 6 freguesias: Velas, Rosais, Santo Amaro, Urzelina, Manadas e Norte Grande.

É neste concelho que se situam a maior parte dos sistemas montanhosos, que pertencem à Cordilheira Central da ilha, e onde atinge a maior altitude, como foi referido anteriormente, de 1053 m no Pico da Esperança.

Relacionado com a sua origem vulcânica está a ocorrência de sismos e erupções vulcânicas, essas últimas menos frequentes, registando-se a sua última erupção em terra em 1808, na freguesia da Urzelina.

Sem contar com a insularidade, o relevo é um dos maiores condicionantes do Concelho de Velas, quer como fator decisivo para a ocupação humana, para o desenvolvimento das infraestruturas e acessibilidades, quer para o escoamento da rede hidrográfica. Origina também e acentua alguns riscos naturais, como deslizamentos de terra, queda de blocos, inundações, entre outros.

Figura 1. Enquadramento Territorial do Município de Velas



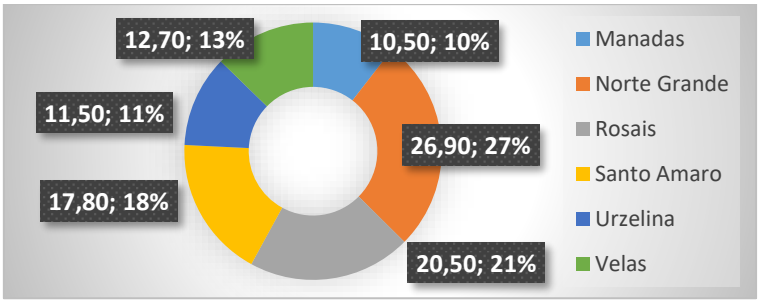
Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) DGT, 2017. Adaptado pela Equipa do Plano

Quadro 1. Área das freguesias e o seu peso (%) concelho de Velas

Freguesias	Área (km²)	Peso (%)
Manadas	12,50	10,5
Norte Grande	32,06	26,9
Rosais	24,44	20,5
Santo Amaro	21,23	17,8
Urzelina	13,67	11,5
Velas	15,18	12,7
Concelho	119,08	100

Fonte: *Censos 2011, INE*

Figura 2. Distribuição das freguesias do Concelho de Velas por área (%)



Fonte: *Censos 2011, INE*

2.2. Enquadramento Normativo

Os PDM são um dos Planos Territoriais de Âmbito Municipal existentes no nosso ordenamento, comungando os seus traços e objetivos. Todavia, os PDM possuem obviamente características próprias, dispondo o nº 1 e 4 do artigo 97º, do Regime Jurídico Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT-A) e o nº3 do artigo 43º da Lei de Bases Gerais da Politica Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU) estes planos são de elaboração obrigatória, salvo se houver um plano diretor intermunicipal e estabelecem "*a estratégia de desenvolvimento territorial municipal, o modelo territorial municipal, as opções de localização e de gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos.*". Para além disso, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 97º do RJIGT-A, estes planos são "um instrumento de referência para a elaboração dos demais planos municipais, bem como para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território do município, em concretização do princípio da coordenação das respetivas estratégias de ordenamento territorial e o modelo de organização espacial do território municipal tem por base a classificação e a qualificação do solo. O PDM estabelece o *modelo de estrutura espacial* do território municipal que constitui uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, devendo, por isso, integrar as opções de âmbito nacional e regional com incidência no nosso território municipal.

Este modelo de organização municipal do território traduz (Art. 98.º, n.º 1, do RJIGT-A e as alíneas b), g), i) e r) do nº 1 do Art. 96º do RJIGT):

a) *A caracterização económica, social e biofísica, incluindo da estrutura fundiária da área de intervenção;*

b) os objetivos de desenvolvimento económico local e as medidas de intervenção municipal no mercado de solos;

c) A definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;

d) A definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal;

e) Os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações propostas;

f) A referenciação espacial dos usos e das atividades nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços;

g) A identificação e a delimitação das áreas urbanas, com a definição do sistema urbano municipal e os correspondentes programas na área habitacional, bem como as condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e as condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;

h) *A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;*

i) Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação;

j) A definição de estratégias para o espaço rural, identificando aptidões, potencialidades e referências aos usos múltiplos possíveis;

k) A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos, com a definição do sistema urbano municipal;

l) A definição de programas na área habitacional;

m) A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;

n) A definição de unidades operativas de planeamento e gestão, para efeitos de programação da execução do plano, estabelecendo para cada uma das mesmas os respetivos objetivos, bem como os termos de referência para a necessária elaboração de planos de urbanização e de pormenor;

o) A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;

p) A identificação de servidões administrativas e restrições de utilidade pública, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização dos planos de proteção civil de carácter permanente;

q) As condições de atuação sobre áreas críticas e de risco natural elevado, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;

r) As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, caso existam;

s) A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;

t) Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respetivas regras de gestão;

u) O estabelecimento de critérios de delimitação das unidades de execução, com fundamento nos objetivos definidos para as unidades operativas de planeamento e gestão e em desenvolvimento do disposto no artigo 152 do RJIGT-A.

v) os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão;

w) A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;

x) O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.

Quanto ao *conteúdo documental* dos PDM, embora estes planos possuam uma natureza regulamentar, o PDM não se reduz a um regulamento. Como instrumento de gestão territorial é fundamental que faça parte integrante do seu conteúdo peças desenhadas que representem o modelo de estrutura espacial do território municipal e que identifiquem as áreas cujo aproveitamento esteja limitado ou vedado, de forma a se facilitar a sua aplicação. Além da documentação que constitui parte integrante do PDM, este é acompanhado por um conjunto de documentos que justificam e fundamentam as opções inseridas no PDM e que são úteis na interpretação e aplicação do plano.

O conteúdo documental do PDM é estabelecido nos n. ^{os} 1 e 2 do artigo 99º do RJIGT-A e nas alíneas b) a d) e u) do nº2 e no nº4 do artigo 97º do RJIGT. Segundo estes o PDM é constituído por:

a) *Regulamento*

b) Planta de ordenamento, que representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação do solo e, ainda, as unidades operativas de planeamento e gestão definidas

c) Planta de condicionantes que identifica as servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor à data da conclusão do processo de elaboração do plano, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

Também deve ser acompanhado pelos seguintes documentos*:*

a) Estudos de caracterização do território municipal;

b) Relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as alternativas razoáveis, tendo em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos;

c) Programa de execução que contenha, designadamente, disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções previstas a longo prazo;

d) Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;

e) Relatório que explicite os objetivos estratégicos e as opções de base territorial adotadas para o modelo de organização espacial, bem como a respetiva fundamentação técnica, suportada na avaliação das condições económicas, sociais, culturais e ambientais para a sua execução;

f) Plano de monitorização que permita avaliar o estado de implementação do plano e as dinâmicas associadas ao processo de planeamento;

g) Planta de enquadramento regional, elaborada a escala inferior à do plano diretor municipal, com indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como de outros elementos considerados pertinentes;

h) Planta da situação existente, com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano;

i) Relatório e planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas, bem como das informações prévias favoráveis em vigor, substituível por declaração da câmara municipal comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;

j) Carta da estrutura ecológica municipal;

K) Extratos do regulamento, plantas de síntese, de zonamento, de implantação e de condicionantes dos instrumentos de gestão territorial em vigor na área de intervenção do plano;

l) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;

m) Quando exigível, mapas de ruído e mapas estratégicos de ruído, elaborados nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de junho;

n) Carta educativa, elaborada nos termos do disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro;

o) Ficha de dados estatísticos que contenha a informação constante do documento disponível para o efeito no Portal do Governo Regional na Internet, através do SRIT, definido no artigo 178.º.

Para além dos elementos documentais enunciados, o plano diretor municipal, também, deve incluir indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação prevista no capítulo VIII - Avaliação, do RJIGT.

A nova geração dos Planos Diretores Municipais (PDM) está enquadrada pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU)[2]e pela legislação

[2] A LBPPSOTU aprovada pela Lei nº31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei nº74/2017, de 16 de maio,

que procedeu ao enquadramento dos instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) ([3]).

No caso específico da RAA, o DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial na Região Autónoma dos Açores – RJIGT-A, completa os instrumentos jurídicos que constituem a base para a revisão dos PDM nos Açores. Assim, considerando a prévia existência na RAA, do DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto face à LBPPSOTU aprovada pela Lei nº31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei nº 74/2017, de 16 de maio e ao RJIGT republicado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, neste PDM aplicar-se-á o RJIGT-A, em tudo aquilo que não contrariar a LBPPSOTU, nos casos em que o RJIGT-A esteja em oposição com a LBPPSOTU ou não contemple matéria desta que deva ter desenvolvimento, aplicar-se-á o RJIGT e os diplomas que o regulamentam.

No que concerne ao modelo de classificação do solo, há que ter em consideração que surgiram algumas alterações nas premissas relativas à classificação do solo, em virtude da revisão dos princípios que estavam consagrados na Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto, que desenvolveram as Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, a par do DL n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabeleceu o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGIT), nas suas várias alterações e posterior revogação e republicação pelo DL nº 80/2015, de 14 de maio. Assim, relativamente à classificação do solo há que fazer, na Região Autónoma dos Açores, uma ponderação na aplicação do RJIGT-A, ou seja, este diploma deve vigorar em tudo que não contrariar a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei nº74/2017 de 16 de maio, que aprovou a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBSOTU). No entanto, sempre que existir conflito entre a aplicação do RJIGT-A e a LBSOTU, a solução quanto ao regime aplicável, passa a recorrer ao regime instituído pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), ou seja, sem prejuízo da adaptação à Região, estes diplomas introduzem alguns conceitos que devem ser atendidos, tais como a eliminação do solo urbanizável ou a renomeação do solo rural para solo rústico e a definição do destino básico dos solos, com respeito pela sua natureza, assentando na distinção fundamental entre "solo urbano" e "solo rústico".

Assim, segundo o nº 2 e 3 do artigo 87.º do RJIGT-A, o **solo rústico** compreende as seguinte subclasses definidas no ponto I.3.13 do Capitulo V do Plano Regional do Ordenamento do Território (PROTA): a) Espaços de exploração de recursos geológicos; b)Espaços agrícolas; c) Espaços florestais; d)Espaços naturais e culturais; e)Espaços de equipamentos e o **solo urbano**: a) Espaços urbanos consolidados; b) Espaços urbanos a consolidar; c) Espaços críticos de regeneração urbana; d) Espaços de equipamentos urbanos; e) Espaços turísticos; f) Espaços de desenvolvimento tecnológico; g) Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística.

A classificação do solo como urbano deve cumprir com os critérios definidos no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto, os seguintes: inserção no modelo de organização do

[3] O RJIGT foi aprovado pelo DL n.º 380/99, de 22 de setembro, tendo sido revogado e republicado pela última vez pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio.

sistema urbano municipal ou intermunicipal; existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação; existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais; garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais; necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

A reclassificação do solo como solo urbano *"tem caráter excecional, sendo limitada aos casos de inexistência de áreas urbanas disponíveis e comprovadamente necessárias ao desenvolvimento económico e social e à indispensabilidade de qualificação urbanística, traduzindo uma opção de planeamento sustentável em termos ambientais, patrimoniais, económicos e sociais"* e deve "*contribuir, de forma inequívoca, para o desenvolvimento sustentável do território, obrigando à fixação, por via contratual, dos encargos urbanísticos das operações, do respetivo prazo de execução e das condições de redistribuição de benefícios e encargos, considerando todos os custos urbanísticos envolvidos"*. (nº 1 e 2 do art.º 72 do RJGIT). A reclassificação do solo realiza-se, segundo o nº4 do artigo 72.º do RJIGT, através dos procedimentos de elaboração, de revisão ou de alteração de planos de pormenor com efeitos registais, acompanhado do contrato de urbanização, e segundo os critérios previstos no decreto regulamentar que estabelece os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo (artigo 8.º do DR nº15/2015, de 19 de agosto).

A classificação do solo como rústico deve cumprir com os critérios definidos no artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto, os seguintes: reconhecida aptidão para aproveitamento agrícola, pecuário ou florestal; reconhecida potencialidade para a exploração de recursos geológicos e energéticos; conservação, valorização ou exploração de recursos e valores naturais, culturais ou paisagísticos, que justifiquem ou beneficiem de um estatuto de proteção, conservação ou valorização incompatível com o processo de urbanização e edificação; prevenção e minimização de riscos naturais ou antrópicos ou de outros fatores de perturbação ambiental, de segurança ou de saúde públicas, incompatíveis com a integração em solo urbano; afetação a espaços culturais, de turismo, de recreio ou de lazer que não seja classificado como solo urbano, ainda que ocupado por infraestruturas; localização de equipamentos, infraestruturas e sistemas indispensáveis à defesa nacional, segurança e proteção civil, incompatíveis com a integração em solo urbano; afetação a infraestruturas, equipamentos ou outros tipos de ocupação humana que não confiram o estatuto de solo urbano; afetação a atividades industriais ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários e florestais, ou à exploração de recursos geológicos e energéticos; os solos que não sejam classificados como solo urbano, ainda que não preencham nenhum dos critérios anteriores.

Na reclassificação do solo como "rústico" aplica-se o disposto na alínea a) do nº1 do ponto A.4 do Anexo III do RJGIT-A.

Neste contexto, apresenta-se um quadro comparativo das diversas categorias de qualificação do solo de modo a construir o quadro de referência para a revisão do PDM de Velas.

Quadro 2. Quadro comparativo das categorias de qualificação do Solo Urbano

Categorias do PDM em vigor	Categorias do PROTA	Categorias do RJIGT-A
Espaços urbanos, áreas com elevado nível de infraestruturação, concentração de edificações, onde o solo se destina predominantemente à construção	**Espaços urbanos consolidados,** espaços incluídos em perímetros urbanos dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram já total ou maioritariamente ocupados por edificações	**Solo urbano,** o solo urbanizado é o solo que se encontra dotado de infraestruturas urbanas e é servido por equipamentos de utilização coletiva: **Espaços centrais,** áreas que se destinam a desempenhar funções de centralidade para o conjunto do aglomerado urbano, com concentração de atividades terciárias e funções residenciais, **Espaços residenciais,** áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante; **Espaços de atividades económicas,** áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano; **Espaços verdes,** áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícolas ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal; **Espaços de uso especial,** áreas destinadas a equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou a outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo, devendo as suas funções ser mencionadas na designação das correspondentes categorias ou subcategorias **Espaços urbanos de baixa densidade,** áreas edificadas com usos mistos às quais os planos municipais de ordenamento do território atribuem funções urbanas prevalecentes e que devem ser objeto de
	Espaços urbanos a consolidar, espaços incluídos em perímetros urbanos dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram apenas parcialmente ocupados por edificações	
	Espaços críticos de regeneração urbana, espaços urbanos consolidados, tendencialmente em declínio demográfico, que apresentam, em simultâneo, graves carências que justificam a intervenção prioritária no apoio ao tecido social local, na reabilitação das suas estruturas edificadas, e na revitalização das suas atividades económicas, serviços e equipamentos.	
	Espaços de equipamentos urbanos, espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à implantação de equipamentos coletivos e à utilização pública para fins recreativos ou de lazer, nomeadamente espaços verdes, parques, praças e corredores verdes integrados na estrutura ecológica urbana;	
Espaços urbanizáveis, aqueles que são suscetíveis a vir a adquirir dominantemente as caraterísticas dos espaços urbanos		

		um regime de uso do solo que garanta o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e a sua infraestruturação com recurso a soluções apropriadas.
	Espaços turísticos, espaços urbanos com especial vocação para a instalação de atividades, equipamentos, edifícios e empreendimentos turísticos existentes ou propostos ou que venham a ser programados através de operações urbanísticas ou planos de ordem inferior.	
	Espaços de desenvolvimento tecnológico, espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de serviços e atividades económicas com uma forte componente de investigação científica, inovação e desenvolvimento tecnológico;	
Espaços indústrias, áreas devidamente infraestruturadas e destinadas à instalação de unidades industriais, de unidades de armazenagem bem com de serviços de apoio à atividade industrial.	**Espaços polivalentes industriais, de serviços e de Logística**, espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de empresas industriais e de serviços, bem como de unidades de armazenagem e transferência, integradas nas cadeias logísticas regionais ou locais	**Espaços de atividades económicas,** áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano

Fonte: *DRR n.º 7/2005/A; DLR n.º 26/2010/A; DLR n.º 35/2012/A*

Quadro 3. Quadro comparativo das categorias de qualificação do Solo Rústico

Categorias do PDM em vigor	Categorias do PROTA	Categorias do RJIGT-A
Espaços agrícolas, as áreas com as caraterísticas adequadas predominantemente à atividade agrícola e agropecuária ou que a possam a vir a adquirir	**Espaços agrícolas**, espaços com vocação dominante para a atividade agrícola e pecuária;	**Espaços agrícolas ou florestais,** a utilização dominante destes espaços é o desenvolvimento das atividades agrícola, pecuária e florestal, com base no aproveitamento do solo vivo e dos demais recursos e condições biofísicas que garantem a sua fertilidade. Os planos municipais de ordenamento do território podem autonomizar como categorias de solo rural afeto a espaços agrícolas ou florestais:
Espaços florestais, as áreas com aptidão predominantemente florestal que, simultaneamente, admitem outros usos compatíveis.	**Espaços florestais,** espaços de utilização dominante florestal quer afetos à produção quer à proteção	

		• Espaços agrícolas ou florestais de produção; • Espaços agrícolas ou florestais de conservação; • Espaços de uso múltiplo agrícola e floresta
Espaços culturais e naturais, as áreas onde se privilegia a proteção dos valores naturais, culturais e paisagísticos.	**Espaços naturais e culturais**, espaços destinados à conservação, proteção e à defesa de valores naturais e patrimoniais, compreendendo as áreas nucleares para a conservação da natureza, outras áreas ecológicas complementares, as paisagens culturais, bem como as áreas de incultos de longa duração	**Espaços naturais,** correspondem às áreas com maior valor natural como tal identificadas nos planos especiais de ordenamento do território, as áreas de ocorrência dos valores naturais nos sítios protegidos, de acordo com o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Proteção da Biodiversidade, bem como as áreas de reconhecido interesse natural e paisagístico, cuja utilização dominante não seja agrícola, florestal ou geológica. Também, deve ser qualificada como espaços naturais as zonas húmidas e as áreas naturais descobertas ou com vegetação esparsa, incluindo praias ou zonas balneares, arribas ou afloramentos rochosos Espaço cultural, áreas de património histórico, arquitetónico, arqueológico e paisagístico, sendo o regime de uso do solo determinado pelos valores a proteger, conservar e valorizar
Espaços para indústria extrativa, os conjuntos formados pelas pedreiras e seus anexos	**Espaços de exploração de recursos geológicos,** espaços destinados ao aproveitamento dos recursos geológicos, compreendendo as áreas de exploração consolidada e as áreas de exploração complementar, sejam estas áreas de reserva ou áreas cativas;	**Espaços de exploração de recursos geológicos**, corresponde às áreas afetas à exploração de recursos geológicos
	Espaços de equipamentos, espaços destinados à implantação de grandes infraestruturas e à localização de equipamentos coletivos.	**Espaço destinado a equipamentos e outras estruturas**, corresponde a áreas destinadas a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com o estatuto de solo rural que justifiquem a constituição de uma categoria ou subcategoria de solo com um regime de uso próprio.
		Espaços afetos a atividade industriais, corresponde aos espaços de instalação de atividades industriais diretamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos.

		Outras categorias em solo rural: **Aglomerados rurais**, correspondem a espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, devendo ser delimitados no plano diretor municipal com um regime de uso do solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural e infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características; **Áreas de edificação dispersa**; correspondem a espaços existentes de usos mistos, devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e serem infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas características **Espaços de ocupação turística,** correspondem a áreas cuja utilização dominante é a atividade turística nas formas e tipologias admitidas em solo rural
Espaços-Canais, as áreas ocupadas por infraestruturas primárias do município		

Fonte: *DRR n.º 7/2005/A; DLR n.º 26/2010/A; DLR n.º 35/2012/A*

2.3. Enquadramento Estratégico

Importa em primeiro lugar relembrar o quadro das estratégias de referência para a revisão do PDM (rPDM) de Velas contidas nos vários planos, programas e políticas pertinentes para o enquadramento das orientações estratégicas que servirão de base para o desenvolvimento da proposta de modelo de ordenamento do concelho. Assim, os instrumentos de gestão territorial e outros instrumentos estratégicos com incidência no concelho de Velas encontram-se descritos no quadro seguinte, seguindo-se a sua descrição pormenorizada dos instrumentos com maior relevância para o enquadramento das estratégicas que definem o modelo territorial.

Quadro 4. Instrumentos de Gestão Territorial em vigor e outros instrumentos com incidência no Concelho de Velas

Âmbito	Documentos Estratégicos
Internacional	Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN) Estratégia Europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP) Estratégia Temática de Proteção dos Solos Convenção Europeia da Paisagem
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC) Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030)
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) Plano Sectorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PSRN2000 RAA) Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (PEMT Açores) Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+) Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH-Açores) Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as atividades extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE) Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA) Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA) Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade Programa Regional da Água (PRA) Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores Objetivos de Qualidade de Paisagem e Orientações para a Gestão da Paisagem
Local	Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge (POOC-São Jorge) Plano Diretor Municipal de Velas (PDM-Velas) Parque Natural da Ilha de São Jorge (PNI – São Jorge) Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Velas (PMEPCV)

2.3.1. Âmbito Internacional

2.3.1.1. Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais (ETUSRN)

A Estratégia Temática para a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, efetuada através da Comunicação COM (2005) 670 final, constitui uma resposta ao desafio para que a União Europeia (EU) assumisse a posição de líder de um consumo e produção mais sustentáveis na economia global.

Necessitando para tal de uma estratégia a longo prazo, que integre os impactes ambientais da utilização dos recursos naturais.

Sendo assim, a Estratégia tem como objetivo geral "***reduzir os impactos ambientais negativos decorrentes da utilização dos recursos naturais numa economia em crescimento***".

Por forma a alcançar o objetivo proposto, definiram-se as seguintes ações:

- Melhorar a compreensão e conhecimentos sobre a utilização dos recursos na Europa, e o seu significado e impacto ambiental negativos na UE e a nível global;
- Desenvolver ferramentas de acompanhamento e comunicação dos progressos realizados na UE, nos Estados-Membros e nos setores económicos;
- Promover a aplicação de processos e abordagens estratégicas, tanto em setores económicos como nos Estados-Membros, e incentivá-los a desenvolver planos e programas conexos;
- Sensibilizar as partes interessadas e os cidadãos para o significativo impacto ambiental negativo da utilização dos recursos.

Trata-se assim de um processo longo, com um horizonte temporal de 25 anos, sendo para tal: necessário estabelecer novas iniciativas a todos os níveis de governação, prevendo-se a criação de um centro de dados para os responsáveis políticos, destinados a aumentar e melhorar a base de conhecimentos sobre a utilização de recursos naturais e os seus impactos; e o desenvolvimento dos seguintes indicadores:

- Indicadores para medir os progressos da eficiência e produtividade na utilização dos recursos naturais, incluindo a energia;
- Indicadores para recursos específicos, a fim de avaliar o modo como os impactos ambientais negativos foram dissociados da utilização dos recursos;
- Um indicador geral para medir os progressos realizados quanto à redução do *stress* ecológico decorrente da utilização dos recursos pela UE (indicador de ecoeficiência).

Propôs-se igualmente que cada Estado-Membro da EU desenvolvesse medidas e programas nacionais sobre a utilização sustentável dos recursos naturais, criando para tal um Fórum de Alto Nível, bem como a criação de um painel internacional em cooperação com os demais organismos com interesse na área.

2.3.1.2. Estratégia Europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP)

O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (artigo 349.º) define a noção de Região Ultraperiférica (RUP). São regiões que embora pertençam à União Europeia, encontram-se geograficamente distantes do Continente Europeu, sendo elas:

- Os cinco departamentos franceses ultramarinos (Martinica, Guadalupe, Guiana e Mayotte), Saint-Martin (Collectivité d'outre-mer);
- As duas regiões autónomas portuguesas (Madeira e Açores);
- As ilhas Canárias (Comunidade Autónoma Espanhola).

Foram estabelecidos programa de apoios específicos, nomeadamente POSEIDOM para os departamentos ultramarinos franceses (1989), POSEICAN para as ilhas Canárias (1991) e POSEIMA para Açores e Madeira (1991). Atualmente existem os programas gerais POSEI para os três países da EU.

Em 2004, a Comissão Europeia reteve três prioridades de ação para o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas, nomeadamente a competitividade, a acessibilidade e a compensação dos outros condicionalismos, e a integração na zona regional. Em 2007, através da comunicação "Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas: Progressos alcançados e perspetivas futuras" foram propostas as seguintes ações complementares:

- **Redução do défice de acessibilidade e dos efeitos das outras dificuldades específicas da RUP**:
  - Desenvolver as oportunidades oferecidas pela aplicação do subsídio específico para compensar os custos adicionais em matéria de transportes e das novas tecnologias de informação e de comunicação;
  - Prosseguir o esforço para ultrapassar as dificuldades existentes em matéria de banda larga, nomeadamente recorrendo aos programas operacionais do FEDER;
  - Desenvolver as oportunidades oferecidas pela execução dos programas RTE-T, RTE-E e MARCO POLO II;
  - Avaliar as necessidades específicas das RUP por ocasião do relatório sobre a execução dos programas POSEI.
- **Reforçar a competitividade das RUP:**
  - Política de Coesão;
  - Programas Quadro;
  - Serviços de interesse económico geral.
- **Reforço do Plano de Ação relativo à vizinhança alargada**:
  - Reconhecer as especificidades da RUP nos Acordos de Parceria Económica (APE);
  - Articulação dos instrumentos financeiros;
  - Reforçar as rotas marítimas entre as RUP e os seus países terceiros vizinhos;

- Participação conjunta das RUP e dos países terceiros nas RUP, redes de investigação e nos programas-quadro comunitários;
- Reconhecimento das particularidades das RUP para políticas migratórias.

- **Instrumento de apoio para recompensar os efeitos das deficiências.**

Com o intuito de responder aos novos desafios, na comunicação da Comissão Europeia, em 2008, "As *Regiões Ultraperiféricas, um trunfo para a Europa*", propôs-se ações em relação às temáticas analisadas, designadamente:

(a) Alterações climáticas

- Lançar um estudo de impacto económico da adaptação às alterações climáticas nas zonas costeiras. Deverá incentivar o intercâmbio sistemático de boas práticas relativas ao custo e ao planeamento da adaptação nas regiões litorais;
- Incentivar a implementação de uma política de gestão integrada dos riscos costeiros (inundações, erosão costeira, redução da vulnerabilidade das populações e dos bens expostos) e de um dispositivo de vigilância e de alerta no contexto da segurança e da proteção civil;
- Elaborar um esquema voluntário de conservação da natureza, com base na experiência da iniciativa Natura 2000;
- Desenvolver e aplicar medidas que se destinem a lutar contra as espécies invasoras;
- Reconhecer a vulnerabilidade das regiões ultraperiféricas no contexto do Livro Branco sobre a adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

(b) Evolução demográfica e fluxos migratórios

- Lançar um estudo de impacto para melhor compreender as consequências tanto da migração como da evolução demográfica no território, no mercado do trabalho, nos serviços públicos, na educação e na saúde nas RUP;
- Em matéria de demografia, a Comissão convida os Estados-Membros e as autoridades regionais das RUP a prosseguir e, caso necessário, a reforçar os trabalhos de análise para integrar o fator da evolução demográfica na definição das suas políticas, nomeadamente, de educação, de formação e de emprego, bem como do processo de programação dos Fundos Estruturais. De igual modo, convida os institutos nacionais de estatísticas a prosseguirem a sua colaboração com o EUROSTAT.

(c) Agricultura

- Continuar a incentivar a utilização de todas as possibilidades oferecidas pelo regime POSEI;
- Incentivar a utilização dos vários auxílios à instalação e ao investimento dos jovens agricultores;

- Aproveitar todas as oportunidades oferecidas pelos programas comunitários de promoção de produtos, e incluir mais produtos.

(d) Política marítima

• adaptar melhor a Política Marítima Integrada europeia e as várias ações setoriais previstas no seu plano de Acão às especificidades das RUP;
• aprofundar o conhecimento dos assuntos marítimos, do meio marinho e do valor dos serviços prestados pelos ecossistemas marinhos nas RUP;
• criar redes dedicadas à investigação e valorizar o papel das RUP enquanto observatórios privilegiados do meio marinho para a Europa;
• incentivar as RUP a desempenharem um papel estratégico em matéria de governação e vigilância marítima nas suas regiões respetivas, nomeadamente através do desenvolvimento da sua própria política marinha regional integrada e dos seus planos espaciais marítimos;
• incentivar as ligações marítimas entre as RUP e os Estados terceiros vizinhos, com vista a reforçar os intercâmbios económicos e culturais;

(e) Reforço da parceria aquando da adoção de novas legislações comunitárias, reforçar a análise das suas consequências sobre as RUP a fim de assegurar a sua coerência.

• lançar um estudo socioeconómico sobre os fatores de crescimento nas RUP;
• inscrever a reflexão sobre a evolução da estratégia para as RUP e suscitar a plena contribuição das mesmas para os processos e ações atualmente em curso;
• no âmbito dos APE, as RUP são chamadas a participar construtivamente no processo de implementação e de finalização desses acordos;
• organizar, juntamente com as RUP, sessões de informação destinadas a explicar melhor os instrumentos e políticas comunitárias;
• organizar, juntamente com os Estados-Membros e as RUP, um Fórum da ultraperiferia europeia que se realizará de dois em dois anos.

No contexto do último ponto, a Comissão Europeia organizou em Bruxelas, em maio de 2010, o Primeiro Fórum da Ultraperiferia Europeia, criando assim um espaço de intercâmbio orientado para as temáticas importantes para o futuro das RUP.

No que respeita às fontes de financiamento, as RUP beneficiaram, ao todo, de mais de 11 mil milhões de euros de investimento comunitários para o período de 2007-2013, através dos programas FEDER, FSE, FEADER, FEP, POSEI.

A resolução aprovada em 2012, pelo Parlamento Europeu, «*O papel da política de coesão nas regiões ultraperiféricas da União Europeia no contexto da" Europa 2020"*» defende que a política de coesão deve continuar a ser um dos principais instrumentos para a redução das disparidades das regiões da EU, em particular das RUP. O Parlamento considerou que as RUP deveriam ser classificadas como regiões menos desenvolvidas independentemente do seu PIB, defendendo uma taxa de cofinanciamento de 85%, à semelhança do FEDER estruturante.

2.3.1.3. Estratégia Temática de Proteção dos Solos

Tendo em conta que, o solo é um recurso vital, e em grande parte, não renovável, sujeito a pressão constante, a Comunicação da Comissão "*Para uma Estratégia Temática de Proteção do Solo*" (COM (2002) 179 final) teve como objetivo desenvolver o empenhamento político na proteção do solo a fim de proporcionar uma proteção mais completa e sistemática no futuro.

A Comissão considerou que a proteção do solo, numa fase inicial, poderia ser assegurada através de uma estratégia baseada:

- Em iniciativas atuais no âmbito das políticas de ambiente;
- Na integração da proteção do solo noutras políticas;
- Na monitorização do solo;
- No desenvolvimento futuro de novas ações baseadas nos resultados de monitorização.

Esta necessidade prendeu-se pelo facto de não existir uma abordagem global da comunidade à proteção do solo, visto que a existente se desenvolvia através de várias políticas setoriais.

Dessa Comunicação resultou a Diretiva sobre a responsabilidade ambiental (Diretiva 2004/35/CE), que criou um quadro para o regime de responsabilidade a aplicar a toda a União Europeia, sempre que a contaminação do solo origine um risco significativo para a saúde humana. No entanto, não previa a contaminação histórica ou os danos anteriores à sua entrada em vigor.

Na Comunicação COM (2006) 231 final "Estratégia Temática de Proteção do Solo ", por forma a garantir uma utilização sustentável do solo, deverão seguir-se os seguintes princípios orientadores:

1. Prevenir uma maior degradação do solo e preservar as suas funções nas situações em que:
2. o solo é utilizado e as suas funções são exploradas, sendo, portanto, necessário tomar medidas relativas aos modelos de utilização e gestão de solos, e
3. o solo funciona como sumidouro/recetor dos efeitos de atividades humanas ou fenómenos ambientais, sendo necessário tomar medidas na fonte;
4. Reabilitar os solos degradados, garantindo um nível de funcionalidade mínimo coerente com a sua utilização atual e prevista, tendo assim igualmente em conta os custos da reabilitação do solo.

Sendo que, para alcançar o objetivo proposto, é necessário agir a nível local, nacional e europeu. Cujas intervenções dos Estados-Membros devam ser complementadas por uma intervenção a nível europeu.

Nessa comunicação propõe-se então a elaboração de uma política específica para colmatar as lacunas existentes e garantir a proteção global do solo, em forma de uma diretiva-quadro que obriga os Estados-Membros a tomarem medidas específicas para lutar contra as ameaças sobre

o solo. Competindo aos mesmos definir a aceitabilidade do risco dos solos, as metas a atingir e as medidas para atingir essas metas. Devendo igualmente identificar as zonas de risco a determinada ameaças tais como: erosão, diminuição da matéria orgânica, a compactação, a salinização e os desabamentos de terra. Na contaminação e impermeabilização dos solos, a abordagem nacional ou regional é considerada a mais adequada.

Neste seguimento, a Comunicação COM (2006) 232 final constitui uma proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um quadro para a proteção do solo e altera a Diretiva 2004/35/CE, para desempenhar qualquer uma das seguintes funções ambientais, económicas, sociais e culturais:

- Produção de biomassa, incluindo na agricultura e silvicultura;
- Armazenamento, filtragem e transformação de nutrientes, substâncias e água;
- Reserva de biodiversidade, como os *habitats*, espécies e genes;
- Ambiente físico e cultural para o homem e as atividades humanas;
- Fonte de matérias-primas;
- Reservatório de carbono;
- Conservação do património geológico e arqueológico.

2.3.1.4. Convenção Europeia da Paisagem

A Convenção Europeia da Paisagem, aprovada pelo Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro, teve por objetivo promover a proteção, a gestão e ordenamento da paisagem e organizar a cooperação europeia neste domínio. Cada parte integrante da Convenção compromete-se a (artigo 5.º):

- Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;

- Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem através das medidas específicas estabelecidas;

- Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes;

- Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte direto e indireto na paisagem;

Prevê como medidas específicas no âmbito, a sensibilização, formação e educação, identificação e avaliação, objetivo de qualidade paisagística e aplicação.

Prevê-se igualmente um compromisso de cooperação europeia, para que a dimensão paisagística seja tida em conta nas políticas e nos programas internacionais, prestando assim assistência mútua e troca

de informações, cooperação nas paisagens transfronteiriças, estabelecendo um Prémio da Paisagem do Conselho da Europa. Os projetos premiados no âmbito do Prémio da Paisagem do Conselho da Europa foram:

- 1.ª Edição 2008-2009: *Par de La Deûle* – França;
- 2.ª Edição 2010-2011: Carbonia: The Landscape Machine – Itália;
- 3.ª Edição 2012-2013: Preserving Ecological Value in the Landscape of the Szprotawa River Valley – Polónia.

2.3.2. Âmbito Nacional

2.3.2.1. Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT)

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento sistema de gestão territorial que estabelece os objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e define o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial (PNPOT, 2018).

O PNPOT foi aprovado pela Assembleia da República, através da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro. Em 2016, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016, de 23 de agosto, determinou a necessidade da sua alteração, tendo como objetivos a elaboração do novo programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do país e o estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de politica e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários (PNPOT, 2018).

A proposta de alteração do PNPOT, esteve em discussão pública, entre 30 de abril e 15 de junho de 2018, sendo aprovada pelo Conselho de Ministros Extraordinário de 14 de julho de 2018 e publicada pela Lei da Assembleia da República nº 99/2019, de 5 de setembro.

Tendo por base o conceito de coesão territorial, o PNPOT assume como princípios territoriais:

- *Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através da cooperação vertical entre diferentes níveis governamentais, da cooperação horizontal entre distintos atores, e de uma maior coerência*

entre políticas setoriais e políticas de base territorial, promovendo uma maior eficiência e eficácia, assim como a transparência e a prestação de contas;

- *Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;*

- *Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;*

- *Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;*

- *Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural, paisagístico e cultural;*

- *Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.*

Este instrumento identifica 5 grandes Desafios Territoriais (subdivididos em 15 opções estratégicas de base territorial) a que a política de ordenamento do território deverá dar resposta nas próximas décadas:

D1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável

1.1. Valorizar o capital natural

1.2. Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
1.3. Aumentar a resiliência socioecológica

D2. Promover um sistema urbano policêntrico

2.1. Afirmar as metrópoles e as principais cidades como motores de internacionalização e de competitividade externa
2.2. Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
2.3. Promover a qualidade urbana

D3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial

3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização
3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço

D4. Reforçar a conetividade interna e externa

4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conetividade ecológica
4.2. Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade
4.3. Dinamizar as redes digitais

D5. Promover a governança territorial

5.1. Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
5.2. Promover redes colaborativas de base territorial
5.3. Aumentar a Cultura Territorial

Os compromissos são operacionalizados a partir dos cinco domínios de intervenção, em que cada domínio enquadra várias medidas que totalizam 50 medidas de política estabelecidas, como indica o quadro.

Quadro 5. Domínios de intervenção e Medidas de políticas do programa de ação 2030 do PNPOT

Domínio de intervenção	Medidas de política
Domínio Natural	1.1 Gerir o recurso água num clima em mudança
	1.2 Valorizar o recurso solo e combater o seu desperdício
	1.3 Afirmar a biodiversidade como um ativo territorial
	1.4 Valorizar o território através da paisagem
	1.5 Planear e gerir de forma integrada os recursos geológicos e mineiros
	1.6 Ordenar e revitalizar os territórios da floresta
	1.7 Prevenir riscos e adaptar o território à mudança climática
	1.8 Valorizar o Litoral e aumentar a sua resiliência
	1.9 Promover a reabilitação urbana, qualificar o ambiente urbano e o espaço público
Domínio Social	2.1 Fomentar uma abordagem territorial integrada de resposta à perda demográfica
	2.2 Promover uma política de habitação integrada
	2.3 Melhorar os cuidados de saúde e reduzir as desigualdades de acesso
	2.4 Qualificar e capacitar os recursos humanos e ajustar às transformações socioeconómicas
	2.5 Melhorar a qualidade de vida da população idosa e reforçar as relações intergeracionais
	2.6 Reforçar o acesso à justiça e a proximidade aos respetivos serviços
	2.7 Promover a inclusão social, estimular a igualdade de oportunidades e reforçar as redes de apoio de proximidade
	2.8 Valorizar o património e as práticas culturais, criativas e artísticas

	2.9 Potenciar a inovação social e fortalecer a coesão sociocultural
	2.10 Promover a digitalização, a interoperabilidade e a acessibilidade aos serviços públicos e de interesse geral
Domínio Económico	3.1 Reforçar a competitividade da agricultura
	3.2 Dinamizar políticas ativas para o desenvolvimento rural
	3.3 Afirmar os ativos estratégicos turísticos nacionais
	3.4 Valorizar os ativos territoriais patrimoniais
	3.5 Dinamizar e revitalizar o comércio e os serviços
	3.6 Promover a economia do Mar
	3.7 Qualificar o emprego e contrariar a precariedade no mercado de trabalho
	3.8 Desenvolver ecossistemas de inovação de base territorial
	3.9 Reindustrializar com base na Revolução 4.0
	3.10 Reforçar a internacionalização e a atração de investimento externo
	3.11 Organizar o território para a economia circular
	3.12 Promover a competitividade da silvicultura
Domínio da Conetividade	4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e de energia
	4.2 Otimizar a conetividade ecológica nacional
	4.3 Suprir carências de acessibilidade tendo em vista a equidade no acesso aos serviços e infraestruturas empresariais
	4.4 Renovar, requalificar e adaptar as infraestruturas e os sistemas de transporte
	4.5 Promover a mobilidade metropolitana e interurbana
	4.6 Digitalizar a gestão e a operação dos sistemas de transporte
	4.7 Alargar as infraestruturas físicas de conexão internacional
	4.8 Ampliar a conetividade digital internacional através de cabos submarinos
	4.9 Reforçar os serviços de banda larga e implementação de redes da nova geração 5G
Domínio da Governança territorial	5.1 Promover a informação geográfica
	5.2 Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial
	5.3 Potenciar e qualificar a cooperação territorial
	5.4 Aprofundar a descentralização e a desconcentração e promover a cooperação e a governança multinível
	5.5 Experimentar e prototipar soluções inovadoras
	5.6 Reforçar as abordagens integradas de base territorial
	5.7 Fomentar a cooperação intraurbana para uma cidade sustentável e inteligente
	5.8 Fortalecer as articulações rurais-urbanas
	5.9 Dinamizar as articulações interurbanas e os subsistemas territoriais
	5.10 Aprofundar a cooperação transfronteiriça

Fonte: Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

A operacionalização do PNPOT concretiza-se através da integração e tradução das opções estratégicas e de organização territorial nos instrumentos de gestão territorial e nas demais estratégias e programas setoriais com efeitos territoriais.

A Estratégica, o Modelo Territorial, as Medidas de Política e as Diretrizes do PNPOT constituem o referencial para a elaboração, alteração ou revisão dos IGT´s de âmbito nacional, regional, intermunicipal e municipal, devendo ser integradas, traduzidas e desenvolvidas nos vários programas e planos, em função da sua dinâmica e tendo em consideração os objetivos, conteúdos e funções de cada tipo de instrumento.

Segundo o PNPOT, o planeamento de âmbito municipal é da responsabilidade dos municípios (individualmente ou associados) e tem como objetivo definir os modelos de organização do território, estabelecer os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, num

quadro estratégico de desenvolvimento municipal ou intermunicipal e de opções de organização territorial enquadradas pelos referenciais orientadores e pelas diretrizes de âmbito nacional (setoriais e especiais) e regional.

Para os Planos Diretores Municipais (PDM) são definidas as seguintes diretrizes de coordenação e articulação:

a. O planeamento de âmbito municipal é da responsabilidade dos municípios (individualmente ou associados) e tem como objetivo definir os modelos de organização do território, estabelecer os regimes de uso do solo urbano e rústico e programar a urbanização e a edificação, num quadro estratégico de desenvolvimento municipal ou intermunicipal e de opções de organização territorial enquadradas pelos referenciais orientadores e pelas diretrizes de âmbito nacional (setoriais e especiais) e regional.

b. O Plano Diretor Municipal (PDM) é um instrumento fundamental do sistema de gestão territorial, abrangendo a totalidade do território municipal e sendo de elaboração obrigatória. Pelo papel que desempenham no sistema de gestão territorial, os PDM devem ter um conteúdo estratégico reforçado.

c. Sublinha a necessidade destes planos reafirmarem a sua dimensão estratégica e de limitarem os conteúdos regulamentares. Para este objetivo deve contribuir uma melhoria da formulação e explicitação da componente estratégica, em sintonia com a avaliação ambiental dos planos, por parte dos municípios, e um maior contributo e apoio na produção e disponibilização de informação e conhecimento em matérias relevantes para a adoção de novas abordagens de sustentabilidade, bem como um maior esforço na contenção dos efeitos de alterações legislativas, por parte da administração central e periférica.

d. A constatação da fraca dinâmica dos PDM, pelo menos em algumas regiões, o que associado ao predomínio da sua vertente regulamentadora rígida introduz disfuncionalidades no sistema de gestão territorial e de descredibilização dos instrumentos de planeamento, bem como tensões institucionais a obviar. Compete aos municípios promover a dinâmica do planeamento e assegurar uma gestão ativa e adaptativa do território enquadrada por instrumentos de planeamento atualizados.

e. O PNPOT aponta para a necessidade de se ponderar a essência do PDM e de se adotarem orientações e práticas consentâneas com a necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais flexível nas regras de gestão, incorporando dispositivos orientadores da sua dinâmica futura, mecanismos de programação em função de informação de gestão e soluções de remissão para outras figuras de gestão territorial (planos de urbanização e planos de pormenor) e para regulamentos municipais.

f. A reclassificação do solo rústico para urbano, à luz do atual quadro legal é enquadrada por Plano de Pormenor. Reiterando o caráter estratégico do PDM, o PNPOT aponta para a necessidade dos PDM estabelecerem, em nome da estratégia que os enformam, princípios e

regras gerais da reclassificação do solo, garantindo que se evitam operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem a referida estratégia bem como o modelo de organização territorial gizado.

g. Por outro lado, importa conciliar as orientações de reforço do caráter estratégico, de dinâmica adaptativa e de focagem de conteúdos do PDM com o objetivo de concentrar neste tipo de plano as disposições relativas ao uso do solo, incluindo as decorrentes de PE e PS, encontrando mecanismos de integração adequados.

h. É essencial melhorar a articulação dos PDM com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios, construindo um edifício de planeamento e gestão mais integrado e que melhor responda aos desafios dos territórios e à salvaguarda de pessoas e bens.

i. Os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) desenvolvem os PDM e, nessa medida, refletem os quadros de referência nacionais e regionais.

j. O PNPOT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentiva a adoção de Planos de Urbanização e de Pormenor e Unidades de Execução, em função da respetiva adequabilidade e para os diversos tipos de espaço urbano, libertando os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística.

k. Afirma ainda a necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do uso do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação.

Como diretrizes de conteúdo, os PDM devem:

- 64. Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento de desenvolvimento territorial preconizado, explicando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.
- 65. Assumir a Avaliação Ambiental estratégica do PDM como um exercício de integração das abordagens que concorrem para a sustentabilidade, bem como para a articulação dos PROT com os PDM em matéria de definição de âmbito e de sistema de indicadores de monitorização e avaliação.
- 66. Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
- 67. Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência

energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.

- 68. Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.
- 69. Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.
- 70. Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a relocalizar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macrovulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROT.
- 71. Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano- -florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.
- 72. Garantir a diminuição da exposição ao risco na ocupação da orla costeira, interditando por princípio e fora das áreas urbanas, novas edificações que não se relacionem diretamente com a fruição do mar e a contenção das ocupações edificadas em zonas de risco dando prioridade à retirada de construções de génese ilegal, que se encontrem nas faixas mais vulneráveis do litoral.
- 73. Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem.
- 74. Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. O solo rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias, seguindo as diretrizes que, para o efeito, estejam contempladas nos Programas Regionais. Por outro lado, as novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, nestas últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.

- 75. Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
- 76. Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.
- 77. Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do seu entretanto aproveitamento agrícola, florestal ou outro, que não condicione uma opção futura.
- 78. Considerar a paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

2.3.2.2. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n. º109/2007, de 20 de agosto, tinha definido como horizonte temporal o ano de 2015, com o intuito de orientar o processo de desenvolvimento nacional, numa perspetiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de ação em vigor ou em preparação.

Esta Estratégia adotou um desígnio integrador e mobilizador de tornar Portugal, num dos países mais competitivos e atrativos na União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social, tendo como objetivos de ação:

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”:
    - Acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico com base para a inovação e a qualificação;
    - Melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento.
2. Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. Melhorar Ambiente e valorização do Património;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidade e coesão social;
5. Melhor conectividade Internacional do País e valorização equilibrada do território;
6. Um papel ativo de Portugal na construção Europeia e na cooperação Internacional;
7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada.

A Região Autónoma dos Açores incorpora no seu plano de desenvolvimento 2007/2013 as principais linhas de orientação da ENDS, nomeadamente inovação, qualificação, competitividade, sustentabilidade ambiental e coesão social e territorial.

2.3.2.3. Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)

A Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC) aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009, de 8 de Setembro, surge da recomendação n.º2002/413/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio, que define princípios gerais e opções para uma estratégia de gestão integrada de zonas costeiras na Europa.

A ENGZC foi delineada através da definição de uma visão para um período de 20 anos, sem prejuízo de recorrer a mecanismos de avaliação e revisão necessários.

A ENGZC tem como visão uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável, baseada numa abordagem sistémica e de valorização dos seus recursos e valores identitários, suportada no conhecimento e gerida segundo um modelo que articula instituições, políticas e instrumentos e assegura a participação dos diferentes atores intervenientes.

Considerou-se os seguintes objetivos transversais e temáticos:

Objetivos Transversais:

- Desenvolver a cooperação internacional;
- Reforçar e promover a articulação institucional e a coordenação de políticas e instrumentos;
- Desenvolver mecanismos e redes de monitorização e observação;
- Promover a informação e a participação pública.

Objetivos Temáticos:

- Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico;
- Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactes de natureza ambiental, social e económica;
- Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira;
- Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras;

A concretização da ENGZC assenta num modelo de governança que aposta na valorização do conhecimento de suporte e nas especificidades de um quadro institucional caracterizado pela diversidade.

2.3.2.4. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade de 2030 (ENCNB 2030)

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030) aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio, tem como visão:

Alcançar o bom estado de conservação do património natural até 2050, assente na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território.

O modelo da ENCNB 2030 assenta em três eixos estratégicos, os seguintes:

- Eixo 1 — Melhorar o estado de conservação do património natural;
- Eixo 2 — Promover o reconhecimento do valor do património natural;
- Eixo 3 — Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade.

Para a concretização das matérias propostas nos três eixos estratégicos fundamentais de execução da política de conservação da natureza e biodiversidade, foram estabelecidos 30 objetivos e 104 medidas de concretização, com a indicação das entidades responsáveis e das entidades intervenientes na operacionalização das medidas de concretização. Estas entidades integram a Administração Central e as Autarquias Locais, bem como as Regiões Autónomas e representantes da sociedade civil, da Academia e das organizações sectoriais relevantes, sendo que as entidades responsáveis foram identificadas atendendo às suas competências e áreas de intervenção direta.

Nos quadros seguintes são indicadas as medidas de concretização da responsabilidade dos municípios e as medidas de concretização em que estes são intervenientes.

Quadro 6. Medidas de Concretização da responsabilidade dos municípios

Objetivo	Medidas de concretização
1.1- Consolidar a SNAC e promover a sua gestão partilhada	Promover o desenvolvimento de modelos de gestão partilhada, colaborativa e participada das áreas protegidas de âmbito nacional, envolvendo os municípios e entidades representativas da sociedade
	Avaliar a eficácia da gestão das áreas protegidas
2.1- Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano	Promover o desenvolvimento de infraestruturas verdes costeiras, rurais e urbanas
2.3- Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade	Mobilizar os fundos financeiros disponíveis para a execução de projetos de conservação da natureza e biodiversidade
3.8- Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que	Qualificar o património edificado, as infraestruturas e os espaços de uso coletivo em áreas classificadas

concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultura	
3.10- Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações	Desenvolver projetos partilhados de telecomunicações nas áreas protegidas
3.13- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, as- segurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade	Assegurar que são transpostas para os PDM as normas que condicionem o uso e ocupação do solo aplicáveis às áreas classificadas, em particular as que dizem respeito às áreas protegidas de âmbito nacional
	Garantir a cobertura total do território nacional por programas e planos territoriais que estabeleçam estruturas e corredores ecológicos destinados a assegurar a conectividade da rede fundamental da conservação da natureza
	Integrar a componente de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas em todas as políticas relevantes e instrumentos de planeamento

Quadro 7. Medidas de Concretização cujos municípios são intervenientes

Objetivo	**Medidas de concretização**
1.1- Consolidar a SNAC e promover a sua gestão partilhada	Elaborar os planos de gestão ou instrumento equivalente para os SIC da Rede Natura 2000
	Promover a adoção de modelos de cogestão em áreas da Rede Natura 2000
	Dar início à execução dos planos de gestão, programas de execução ou instrumentos equivalentes elaborados
	Definir um conjunto de geossítios a integrar o SNAC, ou com normas de proteção específicos nos instrumentos de gestão territorial relevantes
1.2- Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional	Manter o n.º de avaliações do estado de conservação ou tendência positivas
	Aumentar o n.º de avaliações do estado de conservação ou tendência positivas
1.3- Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats ao nível nacional	Executar 80 % de cada um dos planos de ação de espécies até à sua data de revisão
	Iniciar a execução de 50 % das medidas de adaptação às alterações climáticas, dando prioridade às relativas a espécies e habitats dulciaquícolas e costeiros
	Iniciar a execução de 50 % das medidas do PANCD relativas à bio- diversidade
	Elaborar um quadro de referência de intervenções prioritárias sobre espécies e habitats
	Executar pelo menos 30 % das intervenções do quadro de referência
	Elaborar o Plano Nacional de Prevenção e Gestão Espécies Exóticas Invasoras (PNPGEEI)

1.4- Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da UE	Concretizar um sistema de prevenção, de alerta precoce e de resposta rá- pida à introdução e disseminação de espécies exóticas invasoras
1.6- Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade	Rever o RJ CNB (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual), incluindo nomeadamente a colmatação das lacunas regulamentares que assegurem um regime coerente de conservação do património geológico
	Rever o quadro legislativo nacional relativo às espécies exóticas invasoras
1.7- Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade	Assegurar a execução do Programa Antídoto (PAP)
1.9- Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais	Estabelecer e iniciar a execução do Programa Nacional de Monitorização de Geossítios
	Estabelecer o Programa Nacional de Acompanhamento e Monitorização de espécies (flora e fauna) e habitats naturais
	Executar o Programa Nacional de Acompanhamento e Monitorização, de espécies e habitats, em situações piloto.
1.10- Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecos- sistemas	Desenvolver três iniciativas de âmbito nacional de promoção do património natural por ano
2.1- Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecos- sistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano	Mapear e avaliar à escala nacional os ecossistemas e os serviços considerados mais relevantes de acordo com uma abordagem metodológica a definir
	Elaborar e iniciar a execução de um plano de recuperação de ecossistemas de âmbito nacional
2.2- Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida	Estimar o valor económico dos principais serviços dos ecossistemas a nível nacional
2.3- Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade	Calcular e divulgar os montantes anuais (em euros) de despesa pública em biodiversidade
2.4- Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade	Avaliar e propor um mecanismo de financiamento com incidência na Lei das Finanças Locais que promova a gestão ativa das áreas afetas à Rede Natura 2000 ou às áreas protegidas
3.1- Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	Assegurar a conceção do sistema integrado de apoios comunitários ao desenvolvimento rural (PDR) e dos pagamentos por práticas agrícolas e florestais benéficas para o clima e ambiente, bem como a respetiva concretização, em particular nas áreas classificadas
	Abranger o território agrícola e florestal de áreas classificadas por sistemas organizados e abrangentes de mobilização dos apoios comunitários ao desenvolvimento rural (PDR)
	Avaliar e divulgar os resultados de política alcançados pelos apoios comunitários ao desenvolvimento rural (PDR) em matéria de prossecução dos objetivos de produção de bens públicos ambientais e das metas da

	presente Estratégia nas avaliações intercalar e final do PDR
3.2- Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade	Zelar pela densificação de medidas específicas necessárias à gestão das espécies e habitats florestais nos PGF e outros instrumentos de gestão complementares com incidência territorial em áreas protegidas de âmbito nacional e na Rede Natura 2000
3.3- Garantir a utilização sustentável dos recursos marinhos	Constituir plataformas de cogestão da atividade da pesca em áreas marinhas protegidas
3.10- Assegurar a sustentabilidade das infra-estruturas de transporte e comunicações	Promover ações que fomentem a redução da mortalidade, a exclusão e a fragmentação de habitats
3.12- Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas	Dinamizar a iniciativa «Business & Biodiversity» promovendo a renovação das parcerias e o aumento do número de aderentes
3.13- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, as- segurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade	Elaborar 25 Programas Especiais de Ordenamento do Território das áreas protegidas de âmbito nacional, reconduzindo os atuais Planos de Ordenamento

2.3.3. Âmbito Regional

2.3.3.1. Plano Regional de Ordenamento do Território (PROTA)

O Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) foi elaborado por decisão do Governo Regional, através da Resolução n. º43/2003, de 10 de abril e publicado no DLR nº26/2010/A, de 12 de agosto.

Nos termos do artigo 31.º, do DLR n. º35/2012/A, de 16 de agosto, o PROTA estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território regional, considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local e constituindo o quadro de referência para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

Aplicando-se a todo o território da Região Autónoma dos Açores, são objetivos estratégicos do PROTA:

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas setoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores (RAA);
- Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento dos Açores;

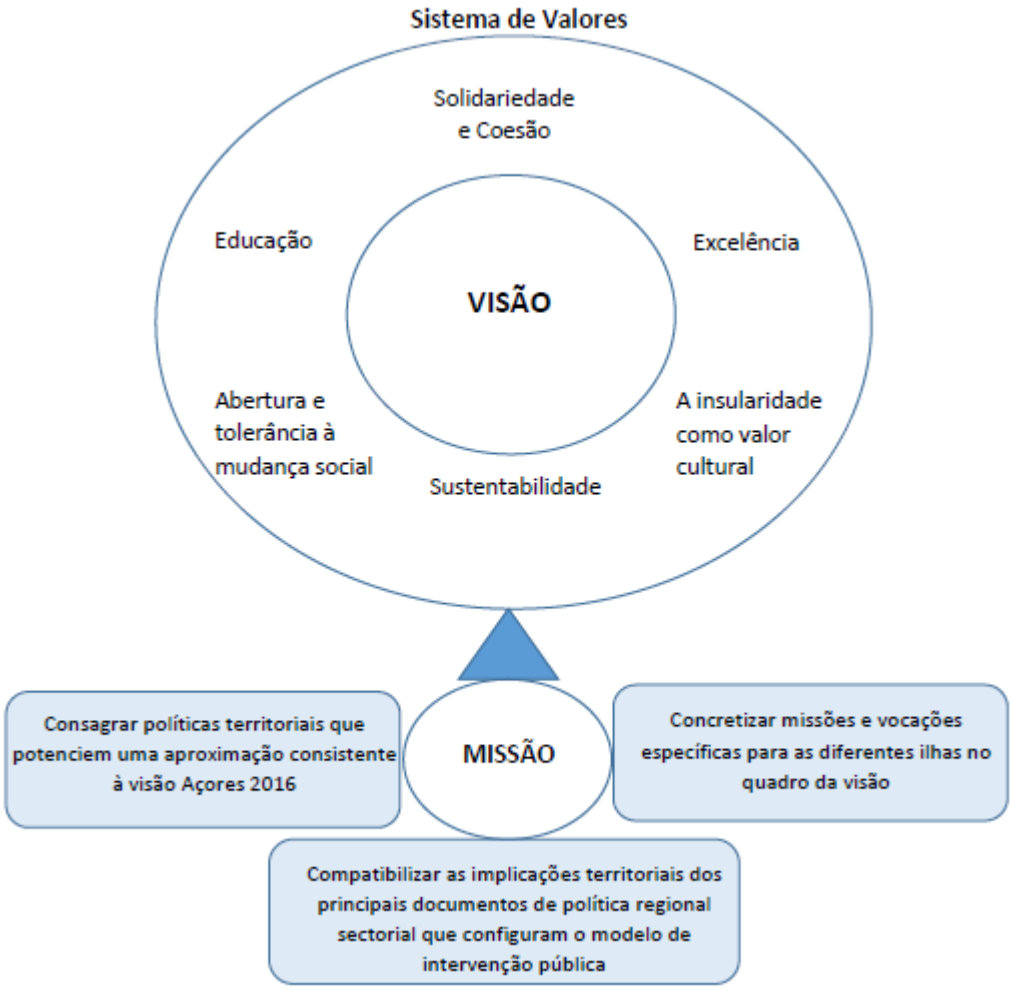
- Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas setoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidade, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural;
- Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras tendo em conta, entre outros aspetos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas;
- Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha;
- Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso, bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos;
- Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da Região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas;
- Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas através da discussão e validação das opções estratégicas do modelo territorial adotado.

O modelo territorial do PROTA foi criado com base numa visão para Região Autónoma dos Açores, para que em 2016 a Região se diferenciasse por ser:

- Um espaço de excelência científica e tecnológica nos domínios da insularidade, maritimidade e sustentabilidade com capacidade de atração de população jovem qualificada.
- Um destino turístico de referência nos domínios do turismo rural, do turismo natureza, do turismo descoberta e do golfe, com maior valor acrescentado regional.
- Uma Região reconhecível diferenciadamente por produtos agroalimentares de referência de qualidade, de segurança alimentar e com maior incorporação de conhecimento.
- Uma Região de referência na utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como forma de combate à ultraperifericidade e à fragmentação territorial e no ordenamento territorial.
- Um Região com níveis elevados de autossuficiência e segurança energéticas;
- Uma Região pioneira na promoção de modelos de acessibilidade e mobilidade ajustados à minimização da fragmentação territorial e da insularidade e à defesa da sustentabilidade ambiental e paisagística.

Desta forma a visão assenta num sistema de valores, cuja missão pode ser decomposta em três prioridades (Figura 3).

Figura 3. Visão pata a Região Autónoma dos Açores, PROTA



Fonte: *Adaptado do Volume I – Visão e Sistemas Estruturantes, PROTA*

O modelo territorial proposto no PROTA integrou a síntese das implicações sobre o território do arquipélago de quatro sistemas estruturantes e a interação entre os mesmos, designadamente:

- **Os Sistemas Produtivos,** que representam as principais fontes de geração de rendimento e de emprego, traduzindo a capacidade endógena de sustentação económica da Região;
- **Os Sistemas de Proteção e Valorização Ambiental,** que representam o quadro de referência biogeofísico do modelo territorial da Região;
- **Os Sistemas Urbano e Rural,** que representam os padrões e as dinâmicas de ocupação urbana e de povoamento rural;
- **Os Sistemas de Acessibilidades e Equipamentos**, que integram as redes de infraestruturas, transportes, comunicações, energia e equipamentos coletivos.

a) **Sistemas Produtivos**

A espacialização dos sistemas produtivos açorianos manifesta-se no modelo territorial através dos seguintes aspetos:

- *Incidência e evolução do sector agrícola e agroalimentar, em que São Jorge constitui um exemplo de presença relevante de agricultura profissionalizada e competitiva e de reduzida incidência de atividade não agrícola. Nesse sentido, a estratégia do PROTA tem em conta com a opção de matriz setorial, a valorização e diversificação da produção de queijo em São Jorge, com as correspondentes implicações em matéria de condições de produção de leite e reforço das condições de exploração em modo de produção biológico, fortemente dominada pela produção pecuária;*
- *Qualificação e diversificação do desenvolvimento da fileira turística;*
- *Atividade extrativa;*
- *Potencial de desenvolvimento de serviços de base urbana;*
- *Infraestruturas produtivas;*
- *Distribuição espacial do emprego;*
- *Atração da população qualificada;*
- *Impacto das infraestruturas de transporte nos sistemas produtivos;*
- *Desenvolvimento turístico e interpretação do território;*
- *Política de coesão sócio territorial;*
- *Eficiência e autonomia energéticas.*

Figura 4. Sistemas produtivos na ilha de São Jorge



Fonte: *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), 2010*

b) Sistemas de Proteção e Valorização Ambiental

Cujos objetivos estratégicos estruturam-se em torno dos seguintes domínios:

- Conservação da Natureza;
- Gestão de Recursos Naturais, em especial dos hídricos;
- Compatibilização de usos e funções das estruturas ecológicas presentes, tendo em vista a visão Açores 2016.

Distinguindo por sua vez, nos seguintes subsistemas fundamentais:

- Áreas Nucleares de Conservação da Natureza;
- Áreas Ecológicas Complementares;
- Outras Áreas de Proteção e Valorização Ambiental (Reserva Agrícola Regional e paisagens culturais.

Desta forma, enquanto se proceder à elaboração das orientações estratégicas de âmbito regional, na elaboração ou revisão dos Planos Diretores Municipais, as áreas ecológicas complementares definidas no âmbito do PROTA terão que estar integradas na reserva ecológica desses instrumentos de gestão territorial.

Na ilha de São Jorge, as paisagens culturais identificadas no âmbito do PROTA correspondem no concelho de Velas à Fajã do Ouvidor, Fajã da Ribeira da Areia e Fajã das Almas; e no concelho da Calheta à Fajã de São João, Fajã dos Vimes, Fajã dos Cubres e Fajã da Caldeira de Santo Cristo.

Realçando na leitura dos sistemas de proteção e valorização ambiental e respetivos impactos no modelo territorial que, na ilha de São Jorge, *"as áreas ecológicas complementares e as áreas nucleares de conservação da natureza ocupam cerca de 46% e 20% do território respetivamente, verificando-se que no conjunto mais de 50% do território é ocupado pelos sistemas de proteção e valorização ambiental" (PROTA,2010).*

Figura 5. Sistemas de proteção e valorização ambiental, Ilha de São Jorge



Fonte: *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2010*

c) Sistemas Urbano e Rural

A interação entre o sistema urbano e o sistema rural centra-se na articulação entre as diversas formas de ocupação urbana e de povoamento rural, contribuindo para o modelo territorial através das seguintes componentes:

- Geografia das dinâmicas populacionais e dos sistemas de povoamento urbano e rural;
- Localização, forma e estrutura dos aglomerados urbanos;
- Oferta de espaços urbanos e de expansão urbana e a sua articulação com as dinâmicas habitacionais.

Ressalta-se que, a morfologia urbana e povoamento rural na Região Autónoma dos Açores são condicionados principalmente pelo clima e pela "influência histórica dos processos de povoamento" (PROTA, 2010).

Tendo em conta a fisiografia da ilha de são Jorge, a distribuição dos aglomerados urbanos e povoamentos mais interiores organizam-se de forma semelhante à demonstrada pelo esquema de povoamento em altimetria, demonstrada no PROTA, 2010.

Figura 6. Esquema de Povoamento em Altimetria

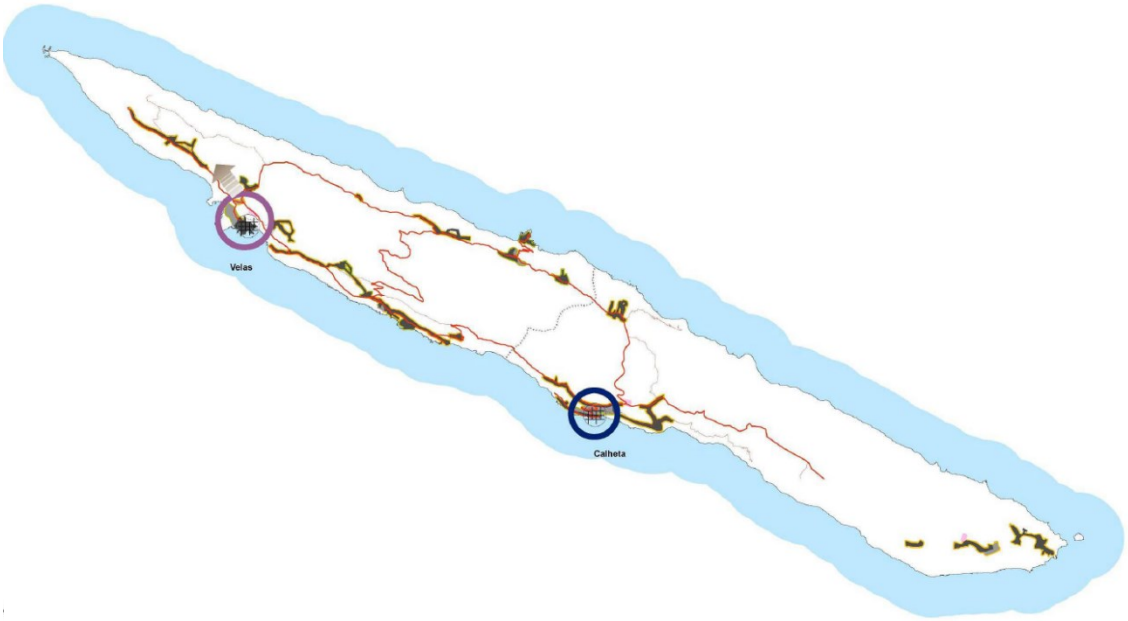


Fonte: *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2010*

Sendo assim, verifica-se uma ocupação centrada no litoral, contrariamente ao que se assiste a altitudes superiores aos 350 metros, geralmente despovoadas. Pese embora, de em São Jorge existirem aglomerados populacionais nas freguesias do Norte Grande e Santo Amaro (Velas), e no Norte Pequeno (Calheta), situados a quotas superiores a 350 metros.

À semelhança do esquema representado, os principais condicionantes à distribuição e concentração do povoamento, com caracter mais disperso ou mais concentrado são: o perfil topográfico de São Jorge, predominantemente escarpado, principalmente em toda a costa norte, sendo menos declivoso nas fajãs, cujas condições bioclimáticas são mais favoráveis e por sua vez propícias à concentração da população nas plataformas inferiores aos 350 de altitude; bem como a dependência do mar, utilizado como via de comunicação privilegiada que levou à concentração de povoamento nas zonas costeiras e com melhores condições de abrigo portuário (PROTA,2010).

Figura 7. Sistemas Urbano e Rural, ilha de São Jorge



Fonte: *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2010*

d) Sistemas de Acessibilidades e Equipamentos

À escala sub-regional, São Jorge enquadra-se no grupo do triângulo, em conjunto com as ilhas do Pico e Faial, onde a regularização do transporte marítimo permite criar um território mais alargado de vivência quotidiana (PROTA,2010).

No que respeita a acessibilidades e transportes, São Jorge possui um Aeroporto Regional, que como o nome indica, apenas efetua ligações para as outras ilhas da Região Autónomas dos Açores. Detém igualmente um Porto de Classe B (Velas), um Porto de Classe C (Calheta), dois Portos de classe D (Norte Grande, Urzelina), e vários Portinhos. Relativamente aos portos, a informação apresentada no PROTA apresenta alguma desatualização, tendo em conta a existência de uma nova classificação de um porto de Classe D- Topo, de acordo com a Resolução nº 161/2016, de 23 de dezembro.

Quanto à rede viária, o PROTA propõe para a ilha de São Jorge as seguintes orientações específicas:

- O reforço da ligação direta entre as Velas e a Calheta, com passagem no Aeroporto – a classificar como ERP;
- A ligação alternativa entre estes dois centros urbanos (via costa norte da ilha);
- A ligação entre a Calheta e os núcleos de Santo Antão e Topo.

Figura 8. Sistema de acessibilidades e equipamentos, ilha de São Jorge



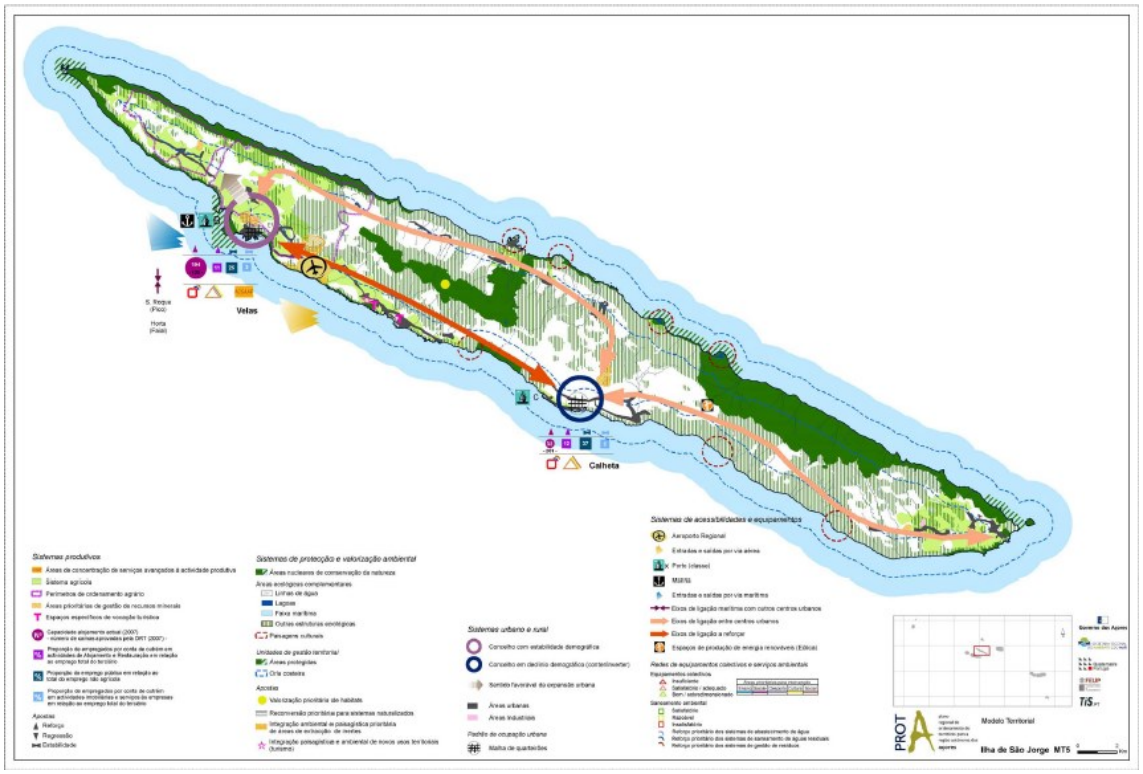
Fonte: *Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2010*

Como referido anteriormente, o modelo territorial resulta da conjugação dos quatro sistemas estruturantes. No modelo territorial da ilha de São Jorge encontram-se refletidos um conjunto de especificidades geofísicas, em que apenas num terço do seu território é aplicável o modelo teórico da proto-ilha proposto no PROTA.

Os principais núcleos urbanos, nomeadamente a sede de Concelho Velas e Calheta, usufruem de melhores condições naturais de abrigo, na costa meridional da ilha, bem como de proximidade às ilhas do Pico e Faial. Neste contexto sobressai o concelho de Velas, não só pela concentração de equipamentos e serviços, como pelas infraestruturas portuárias e aeroportuárias que permitem as ligações ao exterior.
Contemplado no modelo territorial, encontra-se igualmente a necessidade de executar ações pontuais de valorização prioritária de *habitats* e de reconversão de usos, em particular de pastagens para floresta de proteção, uma vez que estas foram o principal motivo para o recuo do coberto florestal.

No que respeita ao turismo, a perspetiva de desenvolvimento do mesmo encontra-se favorável, reforçando, no entanto, a integração ambiental e paisagística dos novos empreendimentos.

Figura 9. Modelo Territorial, Ilha de São Jorge



***Fonte**: Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, 2010*

Normas orientadoras de uso, ocupação e transformação do território

Uma vez que as normas orientadoras do PROTA são vinculativas para as entidades públicas e estabelecem, ainda, o quadro de referência para a elaboração dos Planos Territoriais de âmbito Municipal, designados no PROTA de planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estas foram definidas em três grupos fundamentais, nomeadamente:

- **Normas gerais (I)** - contém as orientações de caráter geral para o uso e gestão do território da RAA referentes a cada um dos sistemas estruturantes do modelo territorial;

- **Normas específicas de caráter setorial (II)–** contém as orientações setoriais ou por domínio de intervenção com implicações relevantes na estruturação do território;

- **Normas específicas de caráter territorial (III)** – contém as orientações específicas a aplicar a cada unidade territorial, ilha, da RAA para efeitos de aplicação do PROTA.

Desta forma, de acordo com as normas do PROTA, ressalta-se para cada grupo fundamental, o seguinte:

a) Normas Gerais (I)

I.1. Sistemas produtivos

A correta inserção territorial da rede de portos de pesca da Região por forma a promover a sua modernização e/ou expansão, sem criar conflitos de uso com a expansão e/ou consolidação de áreas urbanas adjacentes, procedendo igualmente à sua correta separação face às atividades de lazer que tendem também a oferecer.

I.2. Sistemas de Proteção e Valorização Ambiental

As áreas nucleares para a conservação da natureza devem ser integradas no âmbito da revisão ou elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) como espaços de conservação e proteção com o estatuto definido nos termos do Decreto Legislativo Regional n. º15/2007/A, de 25 de junho.

As características intrínsecas do território, a proteção e preservação dos seus recursos naturais, a minimização de situações de risco ou fatores como as alterações climáticas são dimensões territoriais a integrar em todos os PMOT.

I.3. Sistemas Urbano e rural

Atendendo às características peculiares da Região Autónoma dos Açores, deverá ser desincentivada a construção em altura, particularmente, quando se destine a fins dominantemente residenciais.
No que respeita ao solo rural é permitida a instalação de turismo em espaço rural, admitindo-se ainda, a título excecional, a construção de outros empreendimentos turísticos que, porém, ficarão condicionadas cumulativamente, entre outros, pela ausência de restrições decorrentes de PEOT ou PMOT; e pelos parâmetros urbanísticos, a definir em PMOT.

Por conseguinte, na revisão do PDM de Velas deverão ser integrados os seguintes princípios de ordenamento:

- *"As edificações devem ser afastadas, tanto quanto possível, da linha de costa garantindo uma faixa de proteção à crista da arriba no mínimo igual à sua altura";*
- *"O desenvolvimento linear das edificações nas vias marginais à orla costeira deve ser evitado, privilegiando-se o desenvolvimento da ocupação urbana em forma de «cunha», ou seja, estreitando na proximidade da costa e alargando para o interior do território";*

- *"As novas construções devem localizar-se preferencialmente nos aglomerados existentes, devendo os instrumentos de planeamento prever, sempre que se justifique, zonas destinadas a habitação secundária, bem como aos necessários equipamentos de apoio, reservando-se o espaço rural para as atividades que lhe são próprias";*

- *"O carácter de excecionalidade da edificação em solo rural implica a explicitação dos critérios de fundamentação utilizados e os impactes do regime de edificabilidade proposto";*

- *"Entre as zonas já urbanizadas deve ser acautelada a existência de zonas naturais ou agrícolas suficientemente vastas";*

- *"Não devem ser permitidas construções em zonas de elevados riscos naturais, tais como zonas de drenagem natural, leitos de cheia e zonas adjacentes, zonas com risco de erosão ou zonas sujeitas a fenómenos de instabilidade geotécnica";*

- *"Interditar novas construções para habitação nas áreas integradas no sistema de proteção e valorização ambiental (áreas nucleares de conservação da natureza e áreas ecológicas complementares)";*

- *"Não devem ser permitidas construções em zonas de elevado risco sísmico, devendo ser adotados modelos urbanos e normas construtivas adequadas".*

Quanto ao solo urbano, o Governo Regional deverá assegurar a harmonização regional dos critérios para a classificação e qualificação dos solos em sede de PDM, em particular a sua tipificação de acordo com as seguintes classes e subclasses:

- ***"Solo urbano** – solo com reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo as áreas urbanizadas, as áreas cuja urbanização seja programada e as áreas integradas na estrutura ecológica urbana, constituindo o seu todo o perímetro urbano".*

  - ***"Espaços urbanos consolidados** – espaços incluídos em perímetros urbanos dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram já total ou maioritariamente ocupados por edificações."*

  - ***"Espaços urbanos a consolidar** – espaços incluídos em perímetros urbanos dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram apenas parcialmente ocupados por edificações."*

  - ***"Espaços críticos de regeneração urbana** – espaços urbanos consolidados, tendencialmente em declínio demográfico, que apresentam, em simultâneo,*

graves carências que justificam a intervenção prioritária no apoio ao tecido social local, na reabilitação das suas estruturas edificadas, e na revitalização das suas atividades económicas, serviços e equipamentos."

- ***"Espaços de expansão urbana de urbanização programada*** *– espaços incluídos em perímetros urbanos, destinados à expansão dos espaços adjacentes urbanos consolidados ou em vias de rápida consolidação, cuja infraestruturação urbanística se considera prioritária, bem como espaços que venham a ser sujeitos a planos de ordem inferior."*

- ***"Espaços de equipamentos urbanos*** *– espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à implantação de equipamentos coletivos e à utilização pública para fins recreativos ou de lazer, nomeadamente espaços verdes, parques, praças e corredores verdes integrados na estrutura ecológica urbana."*

- ***"Espaços turísticos*** *– espaços urbanos com especial vocação para a instalação de atividades, equipamentos, edifícios e empreendimentos turísticos existentes ou propostos ou que venham a ser programados através de operações urbanísticas ou planos de ordem inferior."*

- ***"Espaços de desenvolvimento tecnológico*** *– espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de serviços e atividades económicas com uma forte componente de investigação científica, inovação e desenvolvimento tecnológico."*

- ***"Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística*** *– espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de empresas industriais e de serviços, bem como de unidades de armazenagem e transferência, integradas nas cadeias logísticas regionais ou locais."*

- ***"Solo Rural*** *- solo com reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou de lazer, ou que seja ocupado por infraestruturas ou equipamentos que não lhe confiram o estatuto de solo urbano."*

  - ***"Espaços de exploração de recursos geológicos*** *– espaços destinados ao aproveitamento dos recursos geológicos, compreendendo as áreas de exploração consolidada e as áreas de exploração complementar, sejam estas áreas de reserva ou áreas cativas."*

  - ***"Espaços agrícolas*** *– espaços com vocação dominante para a atividade agrícola e pecuária;"*

- ***"Espaços florestais*** *– espaços de utilização dominante florestal quer afetos à produção quer à proteção;"*

- ***"Espaços naturais e culturais*** *– espaços destinados à conservação, proteção e à defesa de valores naturais e patrimoniais, compreendendo as áreas nucleares para a conservação da natureza, outras áreas ecológicas complementares, as paisagens culturais, bem como as áreas de incultos de longa duração;"*

- ***"Espaços de equipamentos*** *– espaços destinados à implantação de grandes infraestruturas e à localização de equipamentos coletivos."*

- A infraestruturação dos espaços urbanos, não obstante dos projetos associados à criação ou remodelação de espaços integrados em solo urbano com instalação de atividades produtivas, deverá ser prioritária aos espaços críticos de regeneração urbana; aos espaços urbanos consolidados, com carências de infraestruturação ambiental; e aos espaços de expansão urbana de urbanização programada;

- Os centros históricos e os espaços urbanos antigos deverão ser valorizados, envolvendo, para além dos processos de regeneração habitacional, a criação de condições para a fixação de atividades prestadoras de serviços de proximidade de suporte às funções residencial; a alteração de regulamentos do exercício da atividade comercial ajustados às características daqueles espaços; a disciplina da circulação automóvel e da logística associada à distribuição comercial; e a dotação adequada de infraestruturas de banda larga;

- Nos espaços de urbanização programada, cuja dimensão seja considerável, deverá ser elaborado um Plano de Urbanização (PU) ou Plano de Pormenor (PP), por forma a abranger as áreas em questão regulando a ocupação do solo;

- Para as áreas urbanas fragmentadas e que apresentem problemas graves a nível de infraestruturação urbanística, deverão ser formuladas orientações de suporte a políticas municipais de discriminação positivas de licenciamentos municipais;

- A urbanização deverá ser preferencialmente efetuada de forma faseada e consignada em unidades de execução, estabelecendo prioridades nos futuros licenciamentos das novas construções ou loteamentos, que permitem corrigir lacunas atempadamente, entre construções existentes ou entre licenciamentos emitidos não materializados em construção.

I.4. Sistemas de acessibilidade e equipamentos

- Os planos municipais de ordenamento do território (PMOT) deverão classificar a rede rodoviária municipal, identificando e regulamentando as suas características

construtivas, bem como o tipo de utilização; devendo a mesma ser funcionalmente hierarquizada, privilegiando acessos fluidos às principais infraestruturas, nomeadamente portos e aeroportos;

- Definir áreas de servidão, bem como áreas para possível ampliação, para as zonas de armazenagem de combustíveis ligadas por oleodutos a portos de mar em cada ilha e que servem de terminais portuários e de combustíveis.

b) Normas específicas de caráter setorial (II)

II.1 Sector agroflorestal	II.1.1. Nas zonas envolventes das lagoas sujeitas a eutrofização deve ser promovida a progressiva extensificação e, caso necessário, a proibição de pastagens em altitude, estimulando a sua transição para zonas de menor altitude e a utilização de espécies animais de menor porte, tendo em vista, a preservação dos ecossistemas de altitude e a minimização de riscos de erosão, orientação que deve ser transposta para os respetivos IGT. II.1.2. Nas ilhas de menor dimensão, não dotadas de instituições universitárias e de unidades de extensão rural, devem ser instaladas pequenas unidades tecnológicas de apoio à extensão rural, tendo em vista a promoção de níveis de excelência na produção agroalimentar e a criação de condições favoráveis à disseminação de modos biológicos de produção. Estas unidades devem funcionar segundo um modelo de rede, tendo em vista a disseminação de boas práticas de intervenção. Propõe-se, ainda, que funcionem com participação ativa do sistema científico localizado na Universidade dos Açores e nas instituições de interface que venham a ser criadas nas ilhas de maior dimensão. II.1.3 A entidade com competência no desenvolvimento rural na Região Autónoma dos Açores deve assegurar um conjunto de objetivos estratégicos indispensáveis ao seu desenvolvimento, designadamente: i) reforçando o rendimento, a produtividade e a competitividade das explorações agroflorestais, através do apoio à reestruturação, ao desenvolvimento e à inovação; ii) Reduzindo os custos de produção das explorações agroflorestais e promovendo a sua adaptação agroambiental; iii) Reforçando as condições de interatividade entre as vertentes da produção, transformação e comercialização; iv) Promovendo e preservando a qualidade de vida e os equilíbrios socioeconómicos das zonas rurais, potenciando melhores condições de vida e de trabalho dos empresários e trabalhadores agrícolas e florestais; v) Incentivando as produções agrícolas alternativas e promovendo a diversificação das atividades económicas nas zonas rurais; vi) Incentivando e apoiando a adoção de medidas específicas de proteção e beneficiação do património florestal
II.2 Pesca	**II.2.1. A entidade competente em matéria de pescas deve definir áreas de proteção para os portos de pesca existentes, envolvendo eventuais áreas de expansão a acautelar, as quais devem ser integradas nos PEOT e PMOT.** II.2.2. A entidade competente em matéria de pescas deve elaborar e divulgar os planos e projetos gerais de organização espacial e de funcionamento previsto para as infraestruturas portuárias, incluindo as vias de acesso, as construções de serviços de suporte à atividade piscatória e de apoio social das famílias de pescadores e as

	instalações de proteção civil, de forma a permitir a integração destas infraestruturas nos IGT. II.2.3. No caso de portos de pesca com atividades simultâneas de lazer e recreio, devem ser rigorosamente delimitados os respetivos espaços funcionais e as autoridades de tutela devem publicar as condições específicas de autorização de coexistência das duas atividades.
II. 3. Atividade extrativa	II.3.1. Deve ser elaborado um Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas (PSOTAE), que contemple: i) Identificação de áreas de exploração de inertes que, dada a sua fraca relevância económica e a localização em áreas sensíveis do ponto de vista geológico e ambiental, devam ser suprimidas; ii) Identificação de áreas de exploração de inertes que, dada a sua elevada relevância económica atual ou potencial, devam ser objeto de planos de exploração, melhoria de enquadramento ambiental e condições regulamentares específicas de extração e funcionamento; iii) Avaliação prospetiva das necessidades de produção/ importação de inertes. II.3.2. Até à entrada em vigor do PSOTAE, as entidades competentes na matéria não devem proceder ao licenciamento de novas explorações de extração de inertes (pedreiras) não integradas nas áreas prioritárias de gestão de recursos minerais, identificadas no modelo territorial do PROTA. II.3.3. Nas áreas identificadas no modelo territorial como "áreas de integração ambiental e paisagística prioritária de áreas de extração de inertes", assim que cessarem a sua exploração, nos termos da respetiva licença, devem as entidades competentes na matéria garantir a sua reabilitação, no prazo máximo de três anos, não sendo admitidas novas explorações nestas áreas até à entrada em vigor do PSOTAE.
II.4. Turismo	II.4.1. A estratégia de implementação do PROTA em matéria de turismo é coberta pela aplicação do POTRAA. II.4.2. As entidades com competência na matéria devem incentivar a adoção de medidas de ganhos de eficiência energética, códigos de boas práticas direcionadas para a gestão dos resíduos produzidos, bem como, na produção de resíduos, isto é, diminuindo a sua quantidade e perigosidade nas unidades hoteleiras já instaladas na Região Autónoma dos Açores. II.4.3. A instalação de novas unidades hoteleiras no âmbito das opções de localização definidas em sede de POTRAA está sujeita, para além dos mecanismos legalmente estabelecidos, à criação de dispositivos de monitorização da atividade turística que possibilitem o acompanhamento regular das suas condições de integração ambiental. Entre os domínios que devem constar dos mecanismos de monitorização relevam-se os seguintes: i) Capacidade de alojamento e taxas de ocupação previstas; ii) Projetos de racionalização e eficiência energética; iii) Grau de utilização de energias renováveis; iv) Aplicação de códigos de boas práticas direcionados para a gestão dos resíduos produzidos; v) Explicitação de atividades de animação turística que envolvam percursos ou visitas a áreas ambientalmente sensíveis; vi) Projetos de criação de sinalética própria; vii) Condições de articulação com os mecanismos da proteção civil. II.4.4. Tendo em vista a criação de uma imagem comum, que constitua ela própria um fator de afirmação identitária da Região Autónoma dos Açores, deve a entidade responsável pela implementação do POTRAA, em cooperação com as autoridades regionais responsáveis pelo ambiente, criar uma sinalética turística, envolvendo a

	definição de percursos, roteiros ou indicação explícita e interpretativa de valores, lugares ou sítios com interesse turístico, nas áreas sobre a sua jurisdição. II.4.5. O estabelecimento de percursos ou roteiros turísticos envolvendo áreas ambientalmente sensíveis e sítios da Rede Natura 2000 deve ser definido pela respetiva entidade com competência na matéria, tendo em vista a capacidade de carga máxima de visitantes, condições de realização das visitas, condições de acompanhamento e a sua tradução em normativas de usufruição e brochuras de divulgação. II.4.6. O estabelecimento de percursos ou roteiros turísticos envolvendo ativos específicos relevantes para a sustentabilidade dos ecossistemas deve ser acompanhado pela disseminação de centros interpretativos que promovam a correta identificação e sinalização de recursos e sítios ambientais, de património histórico e cultural e de paisagens culturais, devendo a disseminação de centros interpretativos integrar o Programa de Ação de suporte à concretização da estratégia do PROTA e integrar, tanto quanto possível, o uso das tecnologias de informação e comunicação. II.4.7. A criação de unidades de turismo rural deve dispor de condições próprias de edificabilidade, incluindo as unidades situadas em áreas classificadas ou protegidas. As condições de edificabilidade devem: i) basear-se no aproveitamento, recuperação e expansão de construções existentes; ii) promover condições exemplares de integração ambiental e paisagística das edificações; iii) valorizar a utilização de tipologias de construção locais; iv) valorizar a integração das unidades de turismo no espaço rural com o exercício da atividade agrícola e com as suas principais tarefas. **II.4.8. Nas ilhas menos dotadas de capacidade de alojamento hoteleiro tradicional, como o Corvo, as Flores, a Graciosa, São Jorge e Santa Maria, os PMOT devem apostar e incentivar a instalação de unidades de turismo em espaço rural, através da definição de áreas e regimes próprios, sem embargo de projetos privados que venham a estabelecer-se no domínio da atividade hoteleira**
II.5. Indústria transformadora	**II.5.1. Os PMOT têm de identificar a existência de unidades da indústria transformadora localizadas nos centros urbanos e geradoras de tráfego pesado e de conflitos de uso, tendo em vista a sua progressiva transferência para áreas de acolhimento empresarial.** II.5.2. Os municípios devem contrariar toda e qualquer nova localização de unidades de indústria transformadora que gerem elevado tráfego pesado de mercadorias e conflitos de uso com funções urbanas centrais. II.5.3. Deve ser criado e operacionalizado um sistema de incentivos fiscais e financeiros de estímulo à transferência de unidades da indústria transformadora localizadas nos centros urbanos com conflitos de uso e de circulação rodoviária. II.5.4. Deve ser elaborado um Plano Sectorial de Ordenamento das Áreas de Acolhimento Empresarial (PSOAAE), que contemple: i) Identificação e avaliação de todas as áreas municipais propostas; **ii) Definição de tipologias de espaço a constar nos PMOT;** iii) Níveis de dotação de serviços comuns a adotar, tais como, infraestruturação de tecnologias de informação e comunicação e infraestruturas ambientais; iv) Definição de serviços de gestão comuns e facilitadores de suporte à localização de empresas a incentivar; v) Definição de uma rede de áreas de acolhimento empresarial na Região Autónoma dos Açores em articulação com o modo de funcionamento das infraestruturas de base tecnológica a criar nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.
II.6. Conservação da natureza	II.6.1. A gestão integrada dos sistemas de proteção e valorização ambiental deve ter como unidade de base a ilha e ser pautada por critérios de conservação e

	compatibilização de usos e funções diversificadas, viabilizando as estratégias ambientais sectoriais, nomeadamente o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores. II.6.2. As áreas nucleares para a conservação da natureza devem ser objeto da gestão e dos procedimentos previstos no diploma que cria a Rede de Áreas Protegidas dos Açores, definindo-se como objetivos temporais: i) O prazo máximo de dois anos para a publicação dos decretos legislativos regionais da constituição dos Parque Natural de Ilha (PNI); ii) O prazo máximo de cinco anos para a publicação dos respetivos PEOT previstos para cada PNI. II.6.3. Face à importância estratégica das áreas ecológicas complementares para a sustentabilidade ambiental, solidariedade inter-geracional e respetivos impactes territoriais, a entidade regional com competência em matéria de ordenamento do território e recursos hídricos publicará, no prazo máximo de dois anos, a adaptação jurídica à Região da Reserva Ecológica, definindo as orientações estratégicas de âmbito regional e, no prazo máximo de três anos, a respetiva delimitação cartográfica.
II.7. Gestão da água e saneamento ambiental	II.7.1. A estrutura institucional que assegura a administração da Região Hidrográfica dos Açores, nos termos da Lei da Água, deve ser estabelecida no prazo máximo de nove meses, ficando incumbida de elaborar o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores no prazo máximo de dois anos. II.7.2. A estrutura institucional com competência na gestão dos recursos hídricos deve garantir o acompanhamento e a monitorização da implementação de orientações, programas e projetos contemplados no Plano Regional da Água, durante o seu período de vigência. II.7.3. A estrutura institucional incumbida da administração da Região Hidrográfica dos Açores deve exercer as competências de licenciamento e fiscalização das utilizações do domínio hídrico, ou delegá-las nos termos da Lei da Água, garantindo em qualquer caso a efetiva aplicação de um regime económico-financeiro associado a títulos de utilização dos recursos hídricos regionais, no prazo máximo de dois anos. **II.7.4. Atendendo aos riscos de ocorrência e impacte de situações hidrológicas extremas na definição das políticas de gestão urbanística municipal, a entidade com competência na matéria do domínio hídrico definirá as áreas ameaçadas por cheias e zonas adjacentes nos próximos dois anos, de forma a serem incorporadas nos PMOT como zonas preferencialmente non edificandi.** II.7.5. A entidade regional com competência no ordenamento do território e na gestão de recursos hídricos deve promover medidas e ações que fomentem a minimização de riscos e a proteção da qualidade dos recursos hídricos superficiais, tais como: i) Intervenções demonstrativas de reabilitação de linhas de água em perímetros urbanos; ii) Medidas infraestruturais de minimização de riscos de cheias ou inundações; iii) Ações de sensibilização relativamente ao impacte de alteração do coberto vegetal, entre outras. II.7.6. A entidade regional com competência no ordenamento do território e na gestão de recursos hídricos deve desenvolver mecanismos de minimização de riscos e de proteção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos subterrâneos, tais como: i) Delimitação, no prazo máximo de dois anos, das zonas de proteção de origens de água, de acordo com as normas e os critérios legalmente estabelecidos, ou outros, técnica e cientificamente justificados pela necessidade de adaptação às especificidades regionais;

	ii) Identificação, no prazo máximo de dois anos, das captações ou aquíferos em risco de sobre-exploração, intrusão salina ou contaminação, estabelecendo-se medidas para regular a intensidade da respetiva extração e utilização de água; iii) Meios e ações de informação e sensibilização pública para a adoção de medidas de gestão em situações de risco. II.7.7. No âmbito da definição dos perímetros urbanos, deve ser assegurada pela entidade regional com competência na matéria, a programação da dotação de infraestruturas e equipamentos de saneamento ambiental, designadamente abastecimento de água em qualidade e quantidade, drenagem e tratamento adequado de águas residuais e gestão de resíduos. II.7.8. A instalação de campos de golfe na Região está sujeita a processo de Avaliação de Impacte Ambiental nos termos da legislação em vigor, devendo a entidade licenciadora assegurar os seguintes aspetos: i) O uso eficiente da água, minimizando os consumos e garantindo a manutenção dos parâmetros quantitativos e qualitativos das massas de água adjacentes; ii) O cumprimento das regras estabelecidas no Código das Boas Praticas Agrícolas e Ambientais; iii) A redução, ao mínimo, da aplicação de fertilizantes e de produtos fitossanitários; iv) A utilização de material vegetal constituído por espécies não invasoras; v) A definição de um programa de monitorização, que permita acompanhar e avaliar o impacte do projeto nos recursos hídricos e no solo ao longo do seu horizonte de exploração. II.7.9. De forma a reduzir o impacte de eventuais avarias nos sistemas de abastecimento de água e a suscetibilidade a situações de poluição acidental e catástrofes, devem ser identificadas reservas estratégicas e origens alternativas de água, sujeitando-se as mesmas a medidas de gestão e proteção adequadas. II.7.10. Os sistemas lagunares e respetivas zonas adjacentes não abrangidas por PEOT devem ser sujeitos a restrições de utilidade pública e a servidões administrativas, a publicar por regulamento regional no prazo máximo de dois anos, condicionando atividades e ações como a instalação de explorações agropecuárias, a prática de silagem, o uso de fertilizantes, pesticidas ou produtos químicos, a descarga ou infiltração de águas residuais e operações de urbanização e edificação, bem como o uso balnear, a aquicultura, a piscicultura e a navegação a motor no plano de água. II.7.11. Os programas de financiamento e apoio ao desenvolvimento industrial devem promover e incentivar a reutilização de águas residuais tratadas nos processos produtivos com necessidades de água significativas ou menos exigentes em termos de qualidade. II.7.12. As entidades públicas devem, no âmbito das suas competências funcionais e territoriais, promover a redução da utilização de água potável em usos com níveis de qualidade menos exigentes (e.g. lavagem de pavimentos, rega de espaços verdes e refrigeração de equipamentos), de acordo com o programa de uso eficiente da água na administração pública. II.7.13. A entidade regional com competência em matéria de ambiente deve garantir a implementação e monitorização do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA), devendo as suas disposições ser integradas nos IGT e articuladas com outros planos sectoriais. II.7.14. A localização dos equipamentos e infraestruturas de gestão de resíduos deve ser definida de forma global e integrada, minimizando impactes ambientais, acautelando a compatibilização com atividades territorialmente contíguas, potenciando sinergias económicas e sociais e procurando a integração de espaços para atividades relacionadas (e.g. implementação de centrais de valorização material e energética de resíduos em zonas próximas de aterros sanitários).

	II.7.15. As entidades da administração regional competentes devem organizar, regulamentar e implementar mercados regionais de resíduos e da água, que promovam a racionalidade e a eficiência das atividades e da utilização dos recursos, no prazo máximo de cinco anos. II.7.16. As entidades gestoras dos serviços hídricos e de gestão de resíduos devem manter atualizadas bases de dados georreferenciadas relativamente a redes, equipamentos e infraestruturas, fornecendo atempadamente as informações solicitadas pelas entidades responsáveis por atividades de regulação desses sectores a nível regional. II.7.17. As entidades da administração regional competentes devem incentivar a otimização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos, através da promoção de modelos estratégicos e operacionais que promovam a equidade, a integração territorial, a melhoria da qualidade de vida das populações e o aproveitamento de economias de escala (e.g. modelos intermunicipais ou multimunicipais, concessões e parcerias público-privadas).
II.8. Construção e habitação	**II.8.1. Na definição das suas propostas de áreas de expansão urbana e de colmatação de áreas urbanas não consolidadas ou fragmentadas, os PMOT devem ter em conta a adequação das condições de habitação às necessidades das pessoas e das famílias, tendo em atenção objetivos relacionados com o bem-estar social, e também com o sistema regional de emprego (mobilidade, atracão de emprego, etc.), através de instrumentos de apoio dirigidos aos diversos agentes, e em especial às pessoas e às famílias desfavorecidas.** **II.8.2. Os PMOT devem apresentar exercícios fundamentados de identificação de necessidades e carências habitacionais, dando igualmente atenção à gestão do parque habitacional existente e à sua qualificação, e à salvaguarda de critérios de diversidade de formas de habitação.** **II.8.3. As estratégias municipais devem incentivar a promoção geral da qualidade construtiva, tendo em especial atenção as questões relacionadas com a especificidade regional, como sejam o predomínio de formas de promoção individual de habitação, o risco sísmico e as potencialidades da Região no uso de formas renováveis de energia.** **II.8.4. Os PMOT têm de avaliar as edificações e as atividades localizadas em áreas de risco sísmico, vulcânico, geotécnico e de inundações, no sentido da eventual relocalização de edificações e usos e da adoção de critérios técnicos que minimizem riscos para pessoas e bens**
II.9. Património histórico-cultural	**II.9.1 Os PMOT devem identificar os roteiros culturais suscetíveis de assegurar a visibilidade, ordenamento e monitorização dos ativos culturais (literatura, património e arquitetura popular) combinados com os recursos naturais e paisagísticos.** II.9.2 Os roteiros culturais devem ser sinalizados no território, cabendo à entidade regional competente a conceção e normalização da sinalética. **II.9.3 Os conjuntos urbanísticos definidos como elementos com especial interesse patrimonial devem ser objeto de PP, os quais devem prever mecanismos de participação pública capazes de promover acções pedagógicas junto dos técnicos e dos munícipes em geral, com vista ao reconhecimento extra insular e à valorização interna do património cultural e construído do Arquipélago.** II.9.4 Deve ser fomentada a atualização continuada das normas do inventário de proteção cultural, de âmbito nacional e articuladas ao universo normativo europeu, nomeadamente no que respeita aos graus de proteção afetos aos "sítios urbanos" e à paisagem não urbana, às áreas de servidão de vistas, às zonas verdes exemplares, aos espaços urbanos de qualidade, às áreas críticas de recuperação e de reconversão, entre outras

II.10. Acessibilidades e transporte	II.10.1. Será implementado um processo de monitorização regular do nível de serviço nas vias rodoviárias classificadas na rede regional, identificando estrangulamentos que possam por em causa o seu normal funcionamento. II.10.2. Devem ser adotadas medidas tendentes a incrementar a atratividade do transporte coletivo nas ilhas em que este constitui opção, equacionando esquemas alternativos nas demais situações e promovendo uma integração tarifária simples e eficaz como forma de incentivar a intermodalidade e a articulação dos diferentes sistemas de transporte inter-ilha e intra-ilha. II.10.3. O transporte coletivo, especialmente em meio urbano, deve ser consagrado como elemento base das políticas de mobilidade porque otimiza a ocupação do espaço público e garante menores consumos de energia e menores emissões poluentes. .II.10.6. Todos os portos das classes A e B devem ser dotados de esquemas adequados de monitorização do desempenho das operações de embarque e desembarque de passageiros e veículos de forma a detetar possíveis estrangulamentos de capacidade. II.10.7. O transporte aéreo deve manter-se como opção privilegiada para as deslocações de cariz regular e de emergência entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, complementado pelo transporte marítimo o qual está orientado para outro segmento de viagens. Nesta perspetiva, deve dar-se continuidade à política de reforço das infraestruturas aeroportuárias.
II.11. Telecomunicações	II.11.1. As redes de telecomunicações são um instrumento privilegiado de coesão territorial, de proteção civil e de melhoria das condições de acessibilidade de áreas remotas, sobretudo nas ilhas de menor dimensão e com menores índices de ligações aéreas, devendo ser promovidas condições para a disseminação de serviços que usem plataformas de telecomunicações e a instalação de redes de banda larga suscetíveis de acolher essas tipologias de serviços. II.11.2 A instalação de redes de banda larga deve privilegiar a utilização de redes de infraestruturas de fibra ótica já existentes com baixo índice de ocupação e utilização.
II.12. Energia	II.12.1. O sistema de produção energética do Arquipélago deve ser robustecido e diversificado, promovendo a sua progressiva autossuficiência através de uma aposta inequívoca na produção descentralizada pelo recurso às diversas formas de energias renováveis, com vocações e potencialidades distintas de ilha para ilha, consolidando os processos em curso nos domínios da eólica, da geotérmica e da hídrica e desenvolvendo os estudos técnicos necessários nos domínios da biomassa, da solar, das ondas ou do hidrogénio. II.12.2. A entidade regional com competência na matéria da energia deve elaborar um Plano Estratégico para o Sector Energético, que contemple: **i) Definição de unidades de parques eólicos e produção geotérmica existentes e potenciais para a Região Autónoma dos Açores, bem como as correspondentes regras de salvaguarda, proteção e ordenamento das respetivas áreas de implantação a incluir nos PMOT;** **ii) Conceção e operacionalização de um programa de apoio à realização de ganhos de eficiência energética na atividade turística, designadamente nas unidades hoteleiras, com incentivos fiscais e financeiros;** **iii) Articulação e compatibilização das propostas do sector com os PMOT, de forma a salvaguardar a reserva de espaços e a compatibilização das atividades e dos usos de solo nas áreas de maior potencial para a exploração dos recursos energéticos renováveis;** **iv) Articulação e compatibilização das propostas do sector com os PMOT, de forma a salvaguardar a reserva de espaços e/ou a relocalização das áreas de instalação de armazenagem de combustíveis ligados por oleodutos aos portos de mar, bem como uma regulamentação e compatibilização das atividades e dos usos de solo adequada para a envolvente próxima**

II.13. Equipamentos coletivos	**II.13.1. Os PMOT devem prever mecanismos adequados que assegurem a localização, materialização e incorporação nos planos de ação regionais e municipais, para financiamento no curto-médio prazo, dos equipamentos e infraestruturas de proximidade que garantam a satisfação das carências atuais detetadas, no sentido do cumprimento de padrões de serviço adequados, de normativas técnicas específicas e de critérios de coesão territorial.** **II.13.2. Devem ser adotadas estratégias de planeamento de redes de equipamentos e serviços ajustadas a áreas de baixa densidade e fragmentação territorial, através da complementaridade entre centros urbanos e com as redes de transportes e comunicações, bem como pelo recurso a equipamentos polivalentes nos domínios social, cultural, educativo e desportivo.**
I.14. Proteção civil e prevenção de risco	**II.14.1. As diretrizes do Plano Regional de Emergência devem ser incorporadas nos planos municipais de emergência, nos PMOT, nos planos sectoriais e na reprogramação das redes de acessibilidades, transportes, telecomunicações, energia e equipamentos coletivos de saúde, segurança e proteção civil.** II.14.2. Devem ser implementados mecanismos de prevenção, monitorização e reação de situações de riscos tecnológicos, especialmente os associados ao transporte e ao armazenamento de combustíveis e substâncias perigosas. II.14.3. No prazo máximo de três anos devem ser concluídas as cartas de risco geológico, devendo a entidade responsável pela proteção civil publicar legislação regional específica sobre o regime de ocupação e transformação de áreas de risco.

Fonte: *DLR n.º 26/2010/A, de 12 de agosto*

c) Normas específicas de caráter territorial (III)

III.5. Ilha de São Jorge

- *Privilegiar a colmatação da malha urbana nas áreas urbanas situadas fora das sedes de concelho que apresentem baixa densidade de edificação;*
- *Controlar as áreas de expansão urbana programadas em sede de PDM dado que a elevada percentagem de habitação de uso sazonal não é convertível em habitação permanente uma vez que, nesta Ilha, está ligada a uma tradição de existência de habitação secundária nas cotas baixas, nas Fajãs;*
- *Reforçar as ligações marítimas de Velas para São Roque do Pico e para a Horta (Faial), gerando condições favoráveis a um sistema urbano policêntrico no Grupo Central, com ganhos de escala e otimização de serviços públicos;*
- *Integrar a Calheta no sistema urbano policêntrico do Grupo Central, pela melhoria das condições internas de circulação rodoviária, com classificação da ligação Velas – aeroporto - Calheta como Estrada Regional Principal;*
- *Dar prioridade à resolução da carência em serviços e infraestruturas ambientais, elevando os níveis e a qualidade de atendimento para padrões adequados na Calheta e em Velas;*

- *Aumentar os níveis de autossuficiência energética através do desenvolvimento da produção a partir de fontes eólicas;*
- *Dar prioridade a ações de valorização das paisagens culturais definidas no modelo territorial, designadamente Fajã do Ouvidor, Fajã de São João, Fajã dos Vimes, Fajã dos Cubres, Fajã da Caldeira de Santo Cristo, Fajã da Ribeira da Areia e Fajã das Almas;*
- *Criar uma área de concentração de serviços avançados à atividade produtiva, para promover preferencialmente serviços de apoio à certificação e qualificação do Queijo de S. Jorge, para além dos serviços de extensão rural;*
- *Salvaguardar a ocupação e transformação do solo da envolvente próxima das infraestruturas aeroportuárias, tendo em vista a sua possível ampliação;*
- *Prever e delimitar no PDM de Velas um espaço para eventual deslocalização do parque de combustíveis.*

2.3.3.2. Plano Setorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores

O Plano Sectorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores foi aprovado pelo DLR n.º 20/2006/A, de 6 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto, e alterado pelo DLR n.º 7/2007/A de 10 de abril.

O plano constitui um documento que define o âmbito e o enquadramento legal das medidas de conservação dos *habitats* e das espécies de fauna e flora selvagens, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas; vincula as entidades públicas na elaboração, aprovação e alteração dos IGT, no sentido de se desenvolver e aplicar o seu quadro estratégico.

A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE), Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e os Sítios de Importância Comunitária (SIC).

O Plano Sectorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores tem por base os seguintes objetivos gerais:

- Proteger o estado selvagem de espécies e ecossistemas;
- Promover a pesquisa científica e manutenção de serviços ambientais;
- Salvaguardar as especificidades naturais e culturais;
- Promover a compatibilidade entre conservação da natureza, turismo, recreio e lazer;
- Promover ações de sensibilização e educação ambiental;
- Usar de forma sustentável os recursos existentes nos ecossistemas naturais.

Neste contexto, foram classificadas as seguintes áreas na ilha de São Jorge:

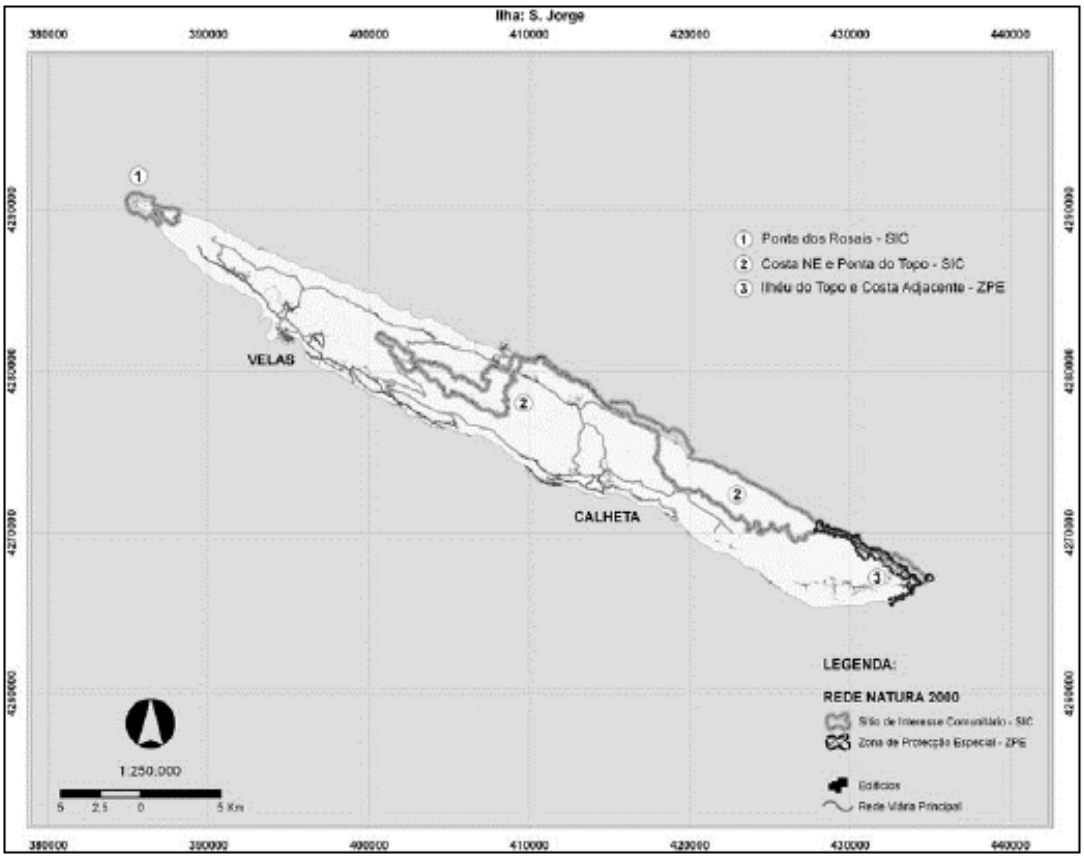
- **ZEC: Ponta dos Rosais** (PTJOR0013) **–** com uma área de 307,08 ha e uma altitude máxima de 376 m é uma zona muito escarpada onde a parte marinha é afetada por correntes oceânicas muito fortes. A costa apresenta inúmeras zonas de recife, grutas, pequenas baías abrigadas e zonas de fundos rochosos. Por toda a área distribuem-se ilhéus e baixios. Pelas suas maiores dimensões destacam-se dois dos ilhéus. A costa tem um aspeto uniforme, com altas ravinas agrestes e inacessíveis com elevado pendor, quase sempre revestidas de densa vegetação. As ravinas prolongam-se na zona submersa com paredes muito inclinadas, sendo este o biótopo predominante. Todo o fundo é muito irregular possuindo várias grutas de pequena dimensão e fendas. Todo o extremo oeste da ilha de São Jorge é formado pelo complexo vulcânico dos Rosais e a costa é constituída por basaltos. Zona muito específica de altas arribas costeiras e depósitos de encosta e charnecas secas macaronésicas endémicas. Neste extremo de terra, muito particular, os fatores naturais, nomeadamente os ventos húmidos ciclónicos, o mar e a geomorfologia de finisterra, determinam a singularidade desta zona em termos ecológicos, onde formações de montanha de juntam a elementos costeiros. Neste local é frequente encontrar grandes cardumes de peixes pelágicos. Golfinhos e tartarugas passam no sítio.

- **ZEC: Costa NE e Ponta do Topo** (PTJOR0014) **–** com uma área de 3 965, 15 ha, atingindo a altitude máxima no Pico da Esperança, aos 1 053 m, é uma zona composta por grandes arribas costeiras e plataformas resultantes de deslizamentos de encosta - fajãs - onde se situam pequenos aglomerados populacionais. Zonas altas com turfeiras e floresta natural e mista. A parte marinha está subdividida em 2 áreas distintas, com características fisiográficas diferentes. Numa primeira área localiza-se a zona das fajãs do Norte (Cubres e Caldeira de Santo Cristo). A ponta da Fajã dos Cubres é orlada de calhau. Em ambas as pontas da Fajã da Caldeira de Santo Cristo existem praias de calhau rolado, havendo do lado W ligação entre o mar e a lagoa da Caldeira de Santo Cristo, de água salgada A Oeste da lagoa existe uma pequena poça de maré (a entrada e saída de água do mar dá-se por percolação através da barreira de calhau rolado) que serve de abrigo a várias espécies de aves limícolas. Para N da ponta da Caldeira desenvolvem-se recifes e baixios que se prolongam até cerca de 0,5 M da linha de costa, nos quais se verifica frequente rebentação. Toda esta área é bastante recente em termos geológicos e é principalmente formada por depósitos da vertente e de fajãs, originados pelo complexo vulcânico da Serra do Topo principalmente basaltos. A segunda fração marinha desta área protegida é composta por um trecho junto à Ponta ao Topo, e inclui os Ilhéus da Ponta do Gonçalo e do Topo, separado da ilha de S. Jorge por um canal com cerca de 350 m de largura, caracterizado pelas baixas profundidades. Esta costa continua a pertencer ao complexo vulcânico da Serra do Topo, no entanto, geologicamente é formado por aglomerados e tufos vulcânicos com alguns veios de basaltos.

- **ZPE: Ilhéu do Topo e Costa Adjacente (**PTZPE0028**) - –** Com uma área de 369,75 ha e uma altitude máxima de 424 m, compreende uma faixa costeira desde o nível do mar que incluí falésias elevadas com importantes comunidades de plantas costeiras e ilhéus costeiros desde

a Fajã do Nortezinho até ao Morro. O Ilhéu do Topo é plano e tem cerca de 20 hectares, pouco afastado da costa e com altitude máxima de 18m. Sector adjacente de costa rochosa.

Figura 10. Rede Natura 2000 – Ilha de São Jorge



Fonte: *DLR n.º 7/2007/A de 10 de abril*

Deste modo, o Plano Sectorial Rede Natura 2000 da RAA estabelece um conjunto de orientações a ter em consideração nas áreas identificadas na ilha de São Jorge (quadro 8).

Quadro 8. Medidas minimizadoras e preventivas da Rede Natura 2000 para as ZEC e ZPE da Ilha de São Jorge

Setores de Atividade	Medidas minimizadoras e preventivas
Agrícola/Pecuário	Aplicar o código de boas práticas agrícolas.
	Aplicar incentivos à extensificação agrícolas na área envolvente das zonas húmidas.
	Monitorizar a preservação de animais bovinos.
	Definir áreas de proteção das turfeiras interditas ao pastoreio.

	Promover a reconversão das áreas e pastagem que envolvem lagoas e prevenindo o pastoreio destas áreas.
	Monitorizar e controlar o pastoreio de caprinos em áreas sensíveis.
	Priorizar a elaboração dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas existentes.
	Promover o repovoamento com vegetação nativa, bem como a reflorestação das zonas envolventes.
	Interditar o avanço de novas manchas de pastagem, com recursos ao fogo.
	Definir áreas de proteção para a nidificação e controlar o pastoreio no ilhéu do Topo.
	Controlar a dispersão dos efluentes pecuários e resultantes das silagens.
Silvicultura	Promover o repovoamento com vegetação nativa, bem como a reflorestação das zonas evolventes.
	Promover campanhas de sensibilização do público em geral e das entidades responsáveis.
	Estabelecer e implementar programas de vigilância.
	Promover a aplicação das medidas previstas nos planos de exploração e normas de boas práticas silvícolas.
Pesca Costeira	Aumentar o nível de fiscalização e aplicação dos regulamentos.
	Promover a informação e sensibilização dos praticantes destas atividades.
	Condicionar ou interditar a pesca com redes de emalhar, artes de cerco e armadilhas.
	Condicionar ou interditar a apanha das lapas durante o período de nidificação dos garajaus (maio – julho).
	Definir áreas de proteção para a nidificação e controlar as atividades de pesca no ilhéu do Topo.
Ambiente e Conservação da Natureza	Impedir a introdução voluntária e avaliar o impacte das espécies exóticas já introduzidas.
	Promover a aplicação de medidas de valorização e expansão das formações vegetais naturais, de forma a conciliar as funções de proteção com o aumento da biodiversidade.
	Monitorizar e controlar as espécies invasoras.
	Elaborar um plano de controlo de erradicação de exóticas infestantes.
	Promover o repovoamento com espécies nativas.
	Introduzir medidas de controlo e redução de lagomorfos.
	Estabelecer e implementar programas de vigilância.
	Promover a sensibilização do público em geral e das entidades responsáveis.
	Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e controlo da deposição clandestina de resíduos.
	Incentivar a recuperação das áreas de currais de vinha abandonadas.

Setores de Atividade	Medidas minimizadoras e preventivas
Urbanização, industrialização, transportes e comunicações	Avaliar e acompanhar a limpeza dos caminhos e introdução de regras de aplicação racional de herbicidas.
	Promover a formação e sensibilização dos agentes que efetuam as limpezas dos caminhos e estradas, em áreas sensíveis.
	Promover o repovoamento com espécies autóctones ao longo das bermas.
Energético	Instituir a obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental das infraestruturas de produção.

Indústria extrativa/ recursos geológicos	Controlar a extração de areias ou outros materiais inertes e as alterações à morfologia do solo resultantes de aterros ou escavações.
Recreativo, lazer e turismo	Garantir a compatibilização deste Plano Setorial com o Plano Setorial do Turismo tendo em conta a capacidade de carga dos ecossistemas e a incorporação do turismo de natureza.
	Delimitar áreas de visitação condicionada e controlo de acesso de visitantes.
	Promover a colocação de sinalização, sensibilização e consciencialização dos visitantes.
	Aumentar o nível de vigilância e fiscalização.
	Instituir a dinamização da colaboração com empresas locais de atividades marítimas-turísticas na monitorização do estado de conservação dos principais *habitats* e comunidades.

Fonte: *Plano Sectorial da Rede Natura 2000 na RAA, DLR n.º 20/2006/A de 6 de junho*

Para além das medidas minimizadoras e preventivas, deverão, também, ser consideradas e integradas as seguintes recomendações setoriais e as medidas reguladoras elaboradas neste Plano Setorial.

Quadro 9. Recomendações Setoriais a considerar e integrar em todos os IGTs

Setores de Atividade	Recomendações Setoriais
Agrícola/Pecuário	Aplicar o código de boas práticas agrícolas.
	Aplicar incentivos à intensificação agropecuária;
	Promover a recuperação de áreas naturais degradadas
	Fiscalização e controlo dos efluentes pecuários e silagens
Silvicultura	Promover a utilização de espécies de vegetação nativa e, todas as ações de renaturalização, repovoamento ou reflorestação
	Promover a produção de espécies da vegetação natural e campanhas de sensibilização do publico em geral e das entidades responsáveis para a utilização de espécies arbóreas e arbustivas nativas.
	Estabelecer e implementar programas de vigilância e promover a aplicação das medidas preventivas nos planos de exploração e normas de boas praticas silvícolas.
Caça	Promover campanhas de sensibilização d publico em geral e das entidades responsáveis e estabelecer programas de vigilância e fiscalização
Pesca Costeira	Aumentar o nível de sensibilização e promover a informação e sensibilização dos praticantes
	Condicionar a pesca com redes de emalhar, artes de cerco e armadilhas
Ambiente e Conservação da Natureza	Promover a aplicação de medidas de valorização e expansão das formações vegetais naturais, de forma a conciliar as funções de proteção com o aumento da biodiversidade
	controlar as espécies invasoras, avaliando o impacte e implementando um Plano de controlo de erradicação de exóticas infestantes.
	Promover os repovoamentos com espécies nativas.
	Introduzir medidas de correção de densidades de coelhos e controlo de roedores
	Estabelecer e implementar programas de vigilância e promover a sensibilização e a formação do público em geral e das entidades responsáveis para a importância do cumprimento da Diretiva das Aves e Habitats
	Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e controlo e fiscalização da deposição clandestina;
Urbanização, industrialização, transportes e comunicações	Introdução de regras de aplicação racional de herbicidas nas ações de limpeza de bermas e caminhos
	promovendo a formação e sensibilização dos agentes que efetuam as limpezas dos caminhos e estradas, em áreas sensíveis

	Promover repovoamento com espécies autóctones ao longo das bermas e caminhos
Recreativo, lazer e turismo	Garantir a compatibilização do PSRN2000 na RAA, com o Plano Setorial do Turismo, tendo em conta a capacidade de carga dos ecossistemas e a incorporação dos princípios estabelecidos no Programa Nacional do Turismo de Natureza;
	Promover a introdução de medidas regulamentares que visem o controlar o número de visitantes e a utilização de meios de deslocação menos impactantes em termos de poluição;
	Promover a colocação de sinalização de sensibilização e consciencialização dos visitantes
	aumentar o nível de vigilância e fiscalização
	Instituir a dinamização da colaboração com empresas locais de atividades turística na monitorização do estado de conservação dos principais habitats e comunidades e instituição de regras de conduta e visitação.

Fonte: *Plano Sectorial da Rede Natura 2000 na RAA, DLR n.º 20/2006/A de 6 de junho*

Quadro 10. Medidas Reguladoras a considerar e integrar no âmbito do PMOT

Setores de Atividade	Recomendações Setoriais
Agrícola/Pecuário	Interditar ao pastoreio áreas de proteção das trufeiras e restantes zonas húmidas
	Proceder à reconversão e renaturalização das áreas de pastagem que envolvem as lagoas
	Proceder à delimitação das áreas de pastagem de caprinos, ovinos e bovinos
	Proibir ao lançamento de águas residuais industriais ou domésticas não tratadas, excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas, nos cursos e planos de água, no solo ou no subsolo
Caça	Proibir a atividade cinegética nas ZPE, exceto ações de correção de densidade de coelhos
Pesca Costeira	Proibir a deposição de sucatas e de resíduos sólidos e líquidos
Ambiente e Conservação da Natureza	Proibir a introdução de espécies exóticas
	Proibir a colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, a perturbação ou destruição dos seus habitats, com exceção das ações com fins científicos devidamente autorizadas pela Secretaria Regional com competência na área do Ambiente
Urbanização, industrialização, transportes e comunicações	Interditar o licenciamento de operações de loteamento urbano e industrial
	Condicionar a avaliação de impacte ambiental a realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com exceção das obras de reconstrução, ampliação até ao limite de 25% da área atual, demolição e conservação
	Proibir a realização de obras de construção civil em terrenos com inclinação superior a 30%
	Condicionar a avaliação de impacte ambiental a abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das já existentes.
	Condicionar a avaliação de impacte ambiental a instalação de infraestruturas de saneamento básico
Energético	Condicionar a Avaliação de impacte ambiental a instalação de infraestruturas de produção de energia, bem como de novas linhas aéreas de transporte de energia e de comunicações à superfície do solo fora dos perímetros

Indústria extrativa/ recursos geológicos	Interditar a extração marinha e terrestre de areias ou outros materiais inertes
Recreativo, lazer e turismo	Interditar a prática de campismo ou caravanismo, fora dos locais para tal destinados
	Proibir a prática de atividades desportivas motorizadas suscetíveis de provocarem poluição ou ruído ou deteriorarem os fatores naturais da área
	Interditar a circulação de veículos motorizados fora das estradas e dos caminhos excetuando-se as atividades agroflorestais, pecuárias e de vigilância e segurança
	Condicionar a avaliação de impacte ambiental a abertura de trilhos pedestres e prática de alpinismo, escalada e montanhismo

Fonte: *Plano Sectorial da Rede Natura 2000 na RAA, DLR n.º 20/2006/A de 6 de junho*

Assim, na área de aplicação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ponto 4, do Capítulo II do DLR 20/2006/A, de 6 de junho):

1. Devem ser consideradas e integradas, em todos os instrumentos de gestão territorial ou de política sectorial, as seguintes recomendações:

a) Aplicar o Código das Boas Práticas Agrícolas e incentivos à extensificação agropecuária;

b) Proceder à reconversão e renaturalização das áreas de pastagem que envolvem as lagoas;

c) Promover a recuperação de áreas naturais degradadas e a fiscalização e controlo dos efluentes pecuários e silagens;

d) Promover a produção de espécies da vegetação natural e campanhas de sensibilização do público em geral e das entidades responsáveis para a utilização de espécies arbóreas e arbustivas nativas;

e) Estabelecer e implementar programas de vigilância e promover a aplicação das medidas previstas nos Planos de exploração e normas de boas práticas silvícolas e planos de exploração cinegética;

f) Aumentar o nível de fiscalização e promover a informação e sensibilização dos praticantes da pesca e condicionar a pesca com redes de emalhar, artes de cerco e armadilhas;

g) Promover a aplicação de medidas de valorização e expansão das formações vegetais naturais, de forma a conciliar as funções de proteção com o aumento de biodiversidade e controlar as espécies invasoras, avaliando o impacte e implementando um Plano de controlo de erradicação de exóticas infestantes. Promover os repovoamentos com espécies nativas;

h) Estabelecer e implementar programas de vigilância e promover a sensibilização e a formação do público em geral e das entidades responsáveis para a importância do cumprimento das Diretivas Aves e Habitats;

i) Melhorar a gestão dos resíduos sólidos e o controlo e fiscalização da deposição clandestina de resíduos;

j) Introdução de regras de aplicação racional de herbicidas nas ações de limpeza de bermas e caminhos, promovendo a formação e sensibilização dos agentes que efetuam as limpezas dos

caminhos e estradas, em áreas sensíveis e o repovoamento com espécies autóctones ao longo das bermas e caminhos;

k) Garantir a compatibilização do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 na Região Autónoma dos Açores, com o Plano Sectorial de Turismo, tendo em conta a capacidade de carga dos ecossistemas e a incorporação dos princípios estabelecidos no Programa Nacional do Turismo de Natureza;

l) Promover a introdução de medidas regulamentares que visem controlar o número de visitantes e a utilização de meios de deslocação menos impactantes em termos de poluição;

m) Promover a colocação de sinalização de sensibilização e consciencialização dos visitantes, aumentando o nível de vigilância e fiscalização;

n) Instituir a dinamização da colaboração com empresas locais de atividades turística na monitorização do estado de conservação dos principais habitats e comunidades e instituição de regras de conduta na visitação.

2. Sem prejuízo do previsto no DL 69/2000, de 3 de maio, quando as recomendações de gestão e as medidas reguladoras nele previstas, vierem a ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou para os Planos Especiais de Ordenamento do Território, o licenciamento das seguintes atividades, fica condicionado a parecer prévio da Direção Regional com competência em matéria de Ambiente:

a) A realização de obras de construção civil fora dos perímetros urbanos, com exceção das obras de reconstrução, demolição, conservação e ampliação, até um limite de 25% da área atual;

b) A alteração da utilização atual do solo que abranja áreas contínuas superiores a 3 ha, bem como as alterações à morfologia do solo e destruição do coberto vegetal natural, com exceção das decorrentes das normais atividades agrícolas e florestais;

c) A alteração do uso atual dos terrenos das zonas húmidas ou marinhas, assim como as alterações à sua configuração e topografia;

d) A abertura de novas vias de comunicação, bem como o alargamento das já existentes;

e) A instalação de infraestruturas de saneamento básico, de produção de energia, assim como de novas linhas aéreas de transporte de energia e de comunicações à superfície do solo fora dos perímetros urbanos;

f) A abertura de trilhos pedestres e a prática de alpinismo, escalada e montanhismo.

3. Quando as medidas reguladoras nele previstas vierem a ser transpostas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território ou para os Planos Especiais de Ordenamento do Território deverão ser interditas as seguintes atividades:

a) A colheita, captura, abate ou detenção de exemplares de quaisquer espécies vegetais ou animais sujeitas a medidas de proteção, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos,

a perturbação ou destruição dos seus habitats, com exceção das ações com fins científicos devidamente autorizadas pela Secretaria Regional com competência na área do ambiente;

b) O licenciamento de operações de loteamento urbano e industrial, fora dos perímetros urbanos;

c) A realização de obras de construção civil em terrenos com inclinação superior a 30%, excetuando-se a realização de ações de interesse público, como tal reconhecido por despacho da Secretaria Regional com competência na área do ambiente;

d) O lançamento de águas residuais industriais ou domésticas não tratadas, excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas, nos cursos e planos de água, no solo ou no subsolo;

e) A deposição de sucatas, de inertes ou de outros resíduos sólidos e líquidos que causem impacte visual negativo ou poluam o solo, o ar ou a água;

f) O pastoreio nas áreas de proteção das turfeiras e restantes zonas húmidas;

h) Quaisquer ações suscetíveis de potenciar o risco de erosão natural, nomeadamente as mobilizações de solo em encostas com declive superior a 10%, de limpeza de matos com lâmina frontal no exercício de atividades agroflorestais e movimentação de terras que não sejam efetuadas segundo as curvas de nível;

i) A introdução de espécies animais ou vegetais exóticas, invasoras ou infestantes constantes dos anexos i e iii do Decreto-Lei 565/99, de 21 de dezembro;

j) A instalação de explorações para a extração marinha e terrestre de areias ou outros materiais inertes, bem como a transmissão de licenças de exploração eventualmente existentes;

k) A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais para tal destinados;

l) A prática de atividades desportivas motorizadas suscetíveis de provocarem poluição ou ruído ou deteriorarem as características naturais da área;

m) A circulação de veículos motorizados fora das estradas e dos caminhos excetuando-se as atividades agroflorestais, pecuárias e de vigilância e segurança.

2.3.3.3. Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)

O setor turístico é um dos pilares económicos da Região Autónoma dos Açores, prevendo-se nos próximos tempos um desenvolvimento e crescimento exponencial, subsequentes aos investimentos, políticas e estratégias delineadas para o setor.

Sendo assim, de acordo com o DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), parcialmente suspenso pelo DLR n.º 13/2010/A, de 7 de abril, alterado e republicado, pelo DLR n.º 17/2019/A, de 24 de julho, define a estratégia de

desenvolvimento sustentável do setor do turismo e modelo territorial a adotar; definindo igualmente para cada ilha os produtos estratégicos e a evolução turística até 2015.

As normas de execução destinam-se a orientar as decisões de intervenção no território no âmbito de atuação da administração pública, cujas diretrizes, medidas e indicações contidas no POTRAA devem ser integradas e desenvolvidas nos instrumentos de gestão territorial (IGT), promovendo o desenvolvimento das estruturas turísticas, por forma a não comprometer a capacidade futura da região.

Foi definido como objetivo global do plano supramencionado "*o desenvolvimento e afirmação de um sector turístico sustentável, que garanta o desenvolvimento económico, a preservação do ambiente natural e humano e que contribua para o ordenamento do território insular e para a atenuação da disparidade entre os diversos espaços constitutivos da região*".

A sua concretização prevê-se através da implementação de Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED):

- **LED1** – Reforço e aprofundamento das condições técnicas, organizacionais e reguladoras de apoio ao desenvolvimento turístico;
- **LED2** - Suporte à melhoria das infraestruturas e serviços complementares de apoio/suporte ao setor turístico, às acessibilidades internas e externas e à sinalização turística;
- **LED3** - Suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística regional;
- **LED4** - Fomento da procura turística e da visibilidade externa do turismo regional;
- **LED5** - Suporte a ações específicas no âmbito do ordenamento turístico do território;
- **LED6** - Suporte à implementação, seguimento e avaliação do POTRAA.

Por forma a maximizar centralidades em cada uma das ilhas, o POTRAA sugere que se reflita principalmente em duas vertentes, nomeadamente a estratégia de oferta (produtos turísticos); e na estratégia de associação, articulação territorial por forma a reforçar a coesão e sinergias inter-ilhas.

No que respeita à ilha de São Jorge dever-se-á privilegiar e reforçar as ligações existentes com o restante grupo do Triângulo (Pico e Faial), investindo nos seus melhores produtos e atividades (quadro 11).

Quadro 11. Apostas estratégicas para a Ilha de São Jorge – Reforço de Centralidade, POTRAA

Ilha	Estratégia específica da oferta/produtos	Estratégia de articulação
São Jorge	Queijo Fajãs Pedestrianismo Desporto Náuticos Espírito Santo	Reforço do Triângulo Central e, em acréscimo das ligações à Terceira e São Miguel.

Fonte: *DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, POTRAA*

O POTRAA definiu igualmente a capacidade máxima e distribuição de camas por ilha até 2015 . Para a ilha de São Jorge, o documento estabeleceu uma carga máxima de 553 camas, com uma bolsa adicional de 56 camas. No entanto, a bolsa foi reajustada pela Resolução do Conselho de Governo n.º 61/2010, de 13 de maio e pela Resolução do Conselho de Governo n.º 37/2021, de 15 de fevereiro. A capacidade turística para a ilha de São Jorge, segundo o quadro seguinte, com uma bolsa de 696 camas, é da previsão total de 1249 camas. Tendo por base os valores de referência do final de 2022, verifica-se um total de camas disponíveis de 493. .

Quadro 12. Capacidade de carga turística para a Ilha de São Jorge

POTRAA (Previsão de Camas 2015) (1) DLR n.º 38/2018/A, de 11 de agosto Resolução CG n.º 61/2010, de 13 maio Resolução CG n.º 37/2021, de 15 de fevereiro				**Dinâmica Efetiva (final de 2022)**			
Ilha	**Nº Máximo**	**Bolsa**	**Total**	**Capacidade Instalada(2)**	**Capacidade Prevista(3)**	**Capacidade Comprometida**	**Camas disponíveis**
	P	B	**P+B**	C	C1	C+C1	(P+B)-(C+C1)
São Jorge	553	696	**1249**	466	290	**756**	**493**

Notas:

1 Os indicadores (nº de camas) são exclusivamente relativos a empreendimentos turísticos, não englobando o alojamento local.

2 Corresponde à capacidade instalada em prendimentos turísticos em funcionamento

3 Corresponde à capacidade prevista em projetos de empreendimentos turísticos, comparecer favorável da DRT e licenciamento válido (não inclui PIP)

***Fonte:** DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto; Resolução do Conselho de Governo n.º 61/2010 de 13 de maio; Resolução do Conselho de Governo n.º 37/2021 de 15 de fevereiro;*

Quadro 13. POTRAA em vigor

POTRAA (DLR 38/2008/A)
LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO
Reforço e aprofundamento das condições técnicas, organizacionais e reguladoras de apoio ao desenvolvimento turístico
Suporte à melhoria das infraestruturas e serviços complementares de apoio/suporte ao setor turístico, às acessibilidades internas e externas e à sinalização turística
Suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística regional
Fomento da procura turística e da visibilidade externa do turismo regional
Suporte a ações específicas no âmbito do ordenamento turístico do território
Suporte à implementação, seguimento e avaliação do POTRAA
ORDENAMENTO TURÍSTICO DO TERRITÓRIO
Considerar os diversos instrumentos de intervenção no domínio do ordenamento do território, promovendo a sua articulação, vertical e horizontal, com o desenvolvimento turístico
Aplicar e fazer aplicar os elementos constantes no modelo territorial de desenvolvimento turístico
Fomentar a dispersão territorial das unidades de alojamento e das restantes componentes do sistema turístico, de acordo com as tipologias territoriais definidas
Gerir os efeitos no sector do turismo decorrentes de iniciativas no âmbito de outros sectores económicos ou de regulação
TIPOS DE ESPAÇOS

Espaços urbanos de eventual desenvolvimento turístico, enquadram as áreas urbanas (distinguem -se pelo elevado nível de infra -estruturação, de densidade populacional ou de concentração humana, têm uma ocupação predominantemente consolidada, nomeadamente habitacional, comercial, serviços, equipamentos públicos ou pequenos estabelecimentos oficinais compatíveis com o uso habitacional) e urbanizáveis (correspondem a espaços de urbanização programada que se prevê virem a adquirir, a prazo e nos termos estabelecidos em planos urbanísticos, as características de espaços urbanizados) do PDM ou outro IGT da RAA

Espaços específicos de vocação turística (EEVT) corresponde a localização preferencial de empreendimentos integrados, com caraterísticas urbanas, naturais e/ou paisagísticas especialmente vocacionadas para o uso turístico, quer seja indicado em PMOT ou recomendado pelo POTRAA

Espaços rurais e outros não diferenciados corresponde ao território que remanesce depois de excluídas todas as áreas integradas nas outras unidades de organização territorial e inclui áreas rurais e naturais, sem estatuto de áreas protegidas, e áreas de ocupação humana distinta das áreas urbanas ou urbanizáveis, todas com boa aptidão para a utilização turística.

Espaços ecológicos de maior sensibilidade corresponde às áreas de maior sensibilidade biofísica, com aptidão muito limitada para a utilização turística e fortes condicionamentos à edificabilidade.

Espaços de potencial conflito correspondem a áreas que devido ao seu uso (extração de inertes, portos, aeroportos, aeródromos, aterros sanitários, áreas industriais, parques eólicos, centrais térmicas, parques de combustível, unidades industriais de produção pecuária e outras atividades suscetíveis de criar poluição, entre outras) são incompatíveis com a fixação de estruturas e equipamentos de natureza turística

ESPAÇOS URBANOS

Podem-se implantar estruturas de aproveitamento turístico, nomeadamente todas as tipologias de alojamento turístico, restauração, serviços de informação turística e outros equipamentos e serviços de apoio à receção e estada turística.

O planeamento e licenciamento de atividades turísticas, nas áreas urbanas, deve privilegiar a correta inserção na estrutura urbana, a cautelando, nomeadamente, as características morfológicas e funcionais, bem como os seguintes princípios de valorização patrimonial: Requalificação e modernização de estabelecimentos existentes, com possibilidade de aumento de capacidade; Recuperação de edifícios com interesse patrimonial, a integrar em pequenas unidades de alojamento turístico

O planeamento e licenciamento de equipamentos turísticos, nas áreas urbanizáveis, devem privilegiar a correta articulação com as áreas urbanas contíguas e com a paisagem envolvente, acautelando, nomeadamente, as características morfológicas e funcionais, bem como os seguintes princípios de valorização patrimonial e paisagística: Recuperação de edifícios com interesse patrimonial, a integrar em pequenas unidades de alojamento turístico; Correto dimensionamento de infraestruturas, estacionamentos e acessibilidades.

EEVT

A respetiva delimitação espacial deve excluir as áreas de especial interesse ambiental e cultural, os espaços naturais e as zonas de risco já identificadas nos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e PMOT em vigor, bem como, sempre que possível, conter -se dentro das manchas assinaladas nas plantas síntese do POTRAA

Os regimes de uso do solo admissíveis são determinados em função do previsto nos IGT vigentes, à data da entrada em vigor do POTRAA: EEVT constituídos a partir de solos urbanos ou urbanizáveis: o uso dos solos será o que for determinado pelos próprios PMOT; EEVT constituídos a partir de outras classificações de solo: neles só poderá ser permitida a construção de empreendimentos integrados, bem como o aproveitamento de imóveis existentes para outras tipologias, nomeadamente empreendimentos de turismo no espaço rural e empreendimentos de turismo de natureza.

ESPAÇOS RURAIS E OUTROS NÃO DIFERENCIADOS

Nestes espaços é sempre permitida a instalação de empreendimentos de turismo no espaço rural e empreendimentos de turismo de natureza, mas a construção ou aproveitamento de imóveis existentes para a instalação de empreendimentos turísticos fica condicionada, cumulativamente, ao seguinte:

- Ausência de restrições decorrentes de PEOT ou PMOT;
- Categoria dos empreendimentos igual ou superior a 3 estrelas ou albergaria;
- O total de camas representado por estes empreendimentos não pode exceder 20 % do teto estabelecido para a ilha respetiva, no caso de concelhos com EEVT previstos em PMOT, ou 60 %, nos casos restantes;
- Os parâmetros urbanísticos, a definir em PMOT, devem traduzir uma baixa densidade da ocupação do solo, respeitando as características morfológicas e paisagísticas da área em que se inserem, nomeadamente adaptando as cérceas às características morfológicas dos terrenos de modo a não criar agressões na paisagem;
- Salvo quando se demonstre a sua impossibilidade técnica ou a sua excessiva onerosidade, os empreendimentos devem integrar preexistências que traduzam a ocupação e o uso anteriores, nomeadamente estruturas de exploração.

No caso de projetos considerados de superior interesse turístico regional, na perspetiva dos objetivos do POTRAA, por despacho conjunto dos membros do Governo Regional competentes em matéria de turismo e do ordenamento do território, pode ser dispensado o cumprimento do disposto na alínea c) do número anterior

ESPAÇOS ECOLÓGICOS DE MAIOR SENSIBILIDADE

Com aptidão muito limitada para a utilização turística e fortes condicionamentos à edificabilidade, pelo que é permitida a instalação de unidades de alojamento, nos termos dos regimes de proteção próprios destes espaços, e genericamente a recuperação e valorização de edifícios preexistentes.

Espaços de potencial conflito

É proibida a instalação de alojamento e outros equipamentos turísticos nestes espaços, sem prejuízo das exceções estatuídas e fundamentadas em IGT.

Na envolvente próxima destes espaços, o licenciamento de operações urbanísticas relativas a empreendimentos, estruturas e equipamentos de natureza turística deve assegurar, nomeadamente em IGT, os distanciamentos e medidas que minimizem os impactes, nomeadamente quanto ao seu funcionamento, em condições normais de salubridade, segurança e bem-estar dos utilizadores, e quanto à sua qualidade cénica ou paisagística.

TIPOLOGIAS DAS INFRAESTRUTURAS DE ALOJAMENTO

Nos Espaços Urbanos de eventual desenvolvimento turístico: Todas as tipologias, incluindo as grandes unidades hoteleiras de carácter menos diferenciado
Espaços Específicos de Vocação Turística: Todas as tipologias, desde que convenientemente integradas no contexto paisagístico e na(s) envolvência(s) temática(s) que estrutura a vocação turística da área; as infra -estruturas de alojamento deverão deter um cunho diferenciador.
Espaços Rurais e outros não diferenciados: Unidades de alojamento integradas nos seus contextos paisagísticos; as tipologias deverão estar enquadradas no panorama legislativo regional já existente nesta matéria.
Espaços Ecológicos de Maior sensibilidade: Unidades de alojamento decorrentes unicamente da recuperação e valorização de casas preexistentes ou outras formas de turismo de natureza; sempre que possível, na implementação de uma unidade de alojamento, as infra -estruturas e serviços complementares deverão ser reduzidos ao mínimo indispensável para assegurar o seu funcionamento.

ESPECÍFICO ILHA DE SÃO JORGE

Zonas de EEVT na ilha de São Jorge:
Na faixa entre Urzelina e Manadas – é extremamente apenas do ponto de vista natural, mas apresenta terreno de ocupação mais difícil na proximidade do mar, em virtude da sua inclinação. Ocupa uma área classificada como espaço urbano.
Junto a Urzelina- intersecta parte da área urbana/urbanizável de Urzelina, tem poucos condicionalismos do ponto de vista das exposições solares e dos declives e apresenta caraterísticas paisagísticas muito interessantes

Fonte: *DLR n.º 38/2008/A, de 11 de agosto*

2.3.3.4. Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores (PEMTA)

O Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores tem como objetivo central a definição de um conjunto de estratégias, numa abordagem dicotómica entre mercados e produtos que, com base nas necessidades do território e dos vários stakeholders do destino, permite alcançar a qualificação e desenvolvimento sustentável do setor do turismo, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da atividade turística como ferramenta de dinamização da economia regional em todas as ilhas.

Este Plano pretende: 1) alavancar a notoriedade dos Açores junto dos consumidores finais; 2) Posicionar os Açores como um destino exclusivo de natureza exuberante; 3) promover a cooperação permanente entre os intervenientes públicos e privados na sua execução e 4) melhorar a competitividade do destino e aumentar os fluxos turísticos.

A estratégia do PEMTA deverá obedecer a um conjunto de prioridades que deverão guiar a organização dos produtos e a tomada de decisão ao nível da abordagem aos mercados, a alocação de recursos e a escolha dos canais de distribuição mais adequado

- Prioridade 1: desenvolver a atratividade do destino, através de uma lógica de complementaridade entre ilhas com produtos alinhados de acordo com os mercados-alvo;
- Prioridade 2: qualificar a oferta ao nível das infraestruturas em parceria com os operadores locais; sensibilizar a população para o turismo; capacitar os recursos humanos; criar e implementar o conceito de “hospitalidade açoriana”;
- Prioridade 3: centrar o esforço de marketing na captação de mercados de alto valor. Deverá crescer a procura de visitantes premium que deverão ter alguma das seguintes caraterísticas: ambientalmente conscientes, que desejem circular por várias ilhas, que também viajem na época baixa, que tenham consumos elevados no destino, que pratiquem muitas atividades ou que tenham tendência a repetir a visita;
- Prioridade 4: desenvolver parcerias com os stakeholders- operadores turísticos, empresários, aeroportos, companhias aéreas, companhias marítimas - no sentido de maximizar os esforços de marketing. Isto deverá conduzir à concretização de bons resultados para o destino;
- Prioridade 5: reforçar a cooperação com os canais de distribuição, para que os mercados-alvo sejam devidamente alcançados.

Tendo as prioridades estabelecidas, a estratégia deverá procurar realizar os seguintes objetivos estratégicos:

1. Melhorar e enriquecer a qualidade da experiência turística do visitante;
2. Contribuir para a preservação e conservação dos espaços naturais e culturais;
3. Contribuir para o desenvolvimento económico da região;
4. Melhorar o desempenho das atividades do turismo

Com base nas prioridades e objetivos estratégicos definidos o PEMTA, identifica, de forma global para os Açores e especifica para cada ilha, os produtos prioritários, complementares e secundários a promover e desenvolver. Para a Ilha de São Jorge foram identificados os produtos/atrações apresentadas na figura abaixo:

Figura 11. Produtos Turísticos Ilha de São Jorge (PEMTA, 2016)

SÃO JORGE – Produtos e subprodutos

TIPOLOGIA DE TURISMO	ATRAÇÃO PRIMÁRIA	ATRAÇÃO SECUNDÁRIA	COMPLEMEN-TARIDADE COM OUTRAS ILHAS
Natureza soft	Passeios a pé/Hiking	TER	Passeios equestres
Natureza especialista	Geoturismo		Birdwatching
Natureza ativo	Canyoning	BTT Downhill	Canoagem/Kayaking Parapente Rapel e escalada Trekking
Náutico soft		Passeios de barco	Cruzeiros
Náutico ativo	Pesca desportiva Surf e Bodyboard	Iatismo Mergulho Vela	Windsurf
Touring cultural e paisagistico		Cultura Eventos/ Entretenimento Gastronomia e vinhos (Queijo) Património Religião	
Saúde e bem-estar			
Golfe			
Sol e mar		Sol e mar	
Congressos e incentivos			

Fonte: *PEMTA (2016)*

2.3.3.5. Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)

O Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA) foi aprovado pelo DLR n. º10/2008/A, de 12 de maio, constituindo assim um instrumento normativo regional, que define a implementação de estratégias que contribuem para a valorização dos recursos naturais, a proteção da qualidade dos ecossistemas e a salvaguarda da saúde pública da Região Autónoma dos Açores.

A sua vigência terminou no ano de 2013, sendo que o Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos, aprovado pelo DLR n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que estipulou que deveria ser elaborado o Plano Estratégico de Prevenção de Gestão de Resíduos Sólidos dos Açores (PEPGRA).

Por conseguinte, a elaboração do plano supramencionado foi determinada por Resolução do Conselho do Governo n. º85/2013 de 29 de julho e aprovada pelo DLR nº 6/2016/A, de 29 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 26 de abril. Este instrumento abrange as nove ilhas da Região e visa a proteção e valorização ambiental, social e económica dos Açores, estabelecendo as

orientações estratégicas de âmbito regional da política de prevenção e de gestão de resíduos, por forma a concretizar o estipulado para o efeito no DLR n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.

Em 2021, determinou-se o procedimento de revisão do PEPGRA, pela resolução do Conselho do Governo n.º 61/2021, de 23 de março, com vista a integrar os aspetos identificados nas avaliações intercalares, adequar às atuais condições económicas, sociais e ambientais da região e ao atual quadro normativo da união europeia nesta matéria. A proposta do Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+) foi submetido a período de consulta pública, conforme o Anúncio n.º 72/2022, de 2 de março, com período de consulta pública de 30 dias, com início no dia 8 de março e o fim no dia 6 de abril. Em 2023, foi aprovado o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+), pelo DLR n.º 29/2023/A, de 18 de julho, pela Assembleia Legislativa da RAA, que tem a natureza de programa setorial e vincula todas as entidades públicas.

A estratégia de gestão de resíduos preconizado no PEPGRA 20+ para a RAA abrange os resíduos urbanos e não urbanos, em linha com as orientações europeias e da gestão de resíduos em territórios insulares. A sua visão baseia-se em três objetivos estratégicos:

- OE.1 Prevenir a produção de resíduos e os seus impactos no ambiente;
- OE.2 Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos;
- OE.3 Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular.

Para a concretização destes objetivos foram estabelecidas metas estratégicas, como indica o quadro seguinte.

Quadro 14. Objetivos Estratégicos e Metas Estratégicas, PEPGRA 20+

Objetivo Estratégico	Metas Estratégicas	Observações
OE.1. Prevenir a produção de resíduos e os seus impactes no ambiente	Abrandamento do crescimento da produção de resíduos	Para a sua concretização é necessário promover padrões de produção e consumo responsáveis, que permitam atingir objetivos de redução da produção, dando resposta ao definido pela Diretiva 2018/851, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio. Revela ser necessário reforçar os sistemas de recolha e garantir que estes incentivem os produtores a separar na origem, de forma a que sejam obtidas matérias de maior qualidade com vista à sua valorização.
	Dissociação do crescimento económico da produção de resíduos	
	Redução da produção de resíduos perigosos	
OE.2. Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos	Desvio de resíduos de aterro	A promoção de uma economia tendencialmente circular baseia -se numa abordagem que considera todo o ciclo de vida dos produtos, os quais, não sendo passíveis de reutilização, transformam-se em resíduos, podendo ainda contribuir para o fecho do ciclo dos materiais, ao serem direcionados
	Otimização de recolha de resíduos	

		para operações de valorização. Desta forma, são criadas condições que permitem novas aplicações, nomeadamente a substituição de matérias-primas
OE.3. Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular	Aumento da preparação para a reutilização e reciclagem	De acordo com o n.º 2 do artigo 4.º da Decisão de Execução 2019/1004, de 7 de junho, a partir do dia 1 de janeiro de 2027, só devem ser contabilizados como reciclados os biorresíduos urbanos provenientes da recolha seletiva, provenientes da recolha juntamente com resíduos com propriedades de biodegradabilidade e compostabilidade semelhantes e/ou separados e reciclados na origem.

Fonte: *DLR nº29/2023/A, de 18 de julho*

Foram estabelecidas metas estratégicas especificas para cada ilha, segundo o indicador taxa de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos, com metas para 2025, 2030 e 2035. No quadro seguinte são identificadas as metas para a ilha de São Jorge.

Quadro 15. Meta Estratégica especifica para a ilha de São Jorge, PEPGRA 20+

Meta estratégica	Indicador	2025	2030	2035
Aumento da preparação para a reutilização e reciclagem	Taxa de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos	60%	60%	65%

Fonte: *DLR nº29/2023/A, de 18 de julho*

Para a operacionalidade dos objetivos e metas estratégicas foram estabelecidas Medidas Estratégicas (M) de gestão de resíduos para a RAA, que estão agrupadas por Áreas Estratégicas (AE). Para cada Medida Estratégica foi estabelecido as entidades responsáveis pela execução e coordenação desta e as entidades envolvida para a sua execução. Segue-se as várias medidas estratégicas em que os municípios estão associados.

Quadro 16. Medidas Estratégicas associadas aos municípios, PEPGRA 20+

Medidas	Entidades responsáveis	Entidades envolvidas	Indicador e desempenho	Prazo de implementação
AE.1 Prevenção da produção e da perigosidade de resíduos				
M1.1 Promover compras, no setor público, com critérios de sustentabilidade que previnam a produção de resíduos e fomentem a reutilização	AMRAA; GRA-AP	CM GRA	N.º de entidades que definiram critérios de sustentabilidade das compras públicas, com introdução de critérios específicos de prevenção, que permitam a bonificação de materiais reutilizáveis	2 anos

M1.8 Promover ações de sensibilização para a prevenção da produção de resíduos	GRA-A; EGFE; CM	MA; ONGA	N.º de ações realizadas	Imediato
M1.10 Apoiar, divulgar e incentivar a criação de redes de troca, de reparação e de reutilização de EEE, mobiliários, têxteis, entre outros	EGFE; CM; OGR	GRA-A; MA	N.º de sistemas implementados	2 anos
M 1.13 Promover ações de formação dos agentes principais do setor de produção de biorresíduos e desperdício alimentar	GRA-A	CM	N.º de ações realizadas	5 anos
M 1.19 Promover iniciativas de simbiose para a reutilização de materiais de obras de construção e demolição	LREC	CM; GRA-A	N.º de iniciativas desenvolvidas	5 anos
M 1.21 Promover a implementação de procedimentos de rastreabilidade de RCD reutilizados	GRA-A	CM; LREC	N.º de procedimentos implementados	10 anos
AE.2 Promoção para a correta gestão e circularidade de resíduos urbanos				
M 2.1 Potenciar a separação através da implementação e otimização das redes de recolha de resíduos urbanos, de forma a não existirem contentores de resíduos urbanos indiferenciado isolados	CM		N.º de municípios que não disponibiliza contentores de indiferenciados isolados	5 anos
M 2.2 Promover a otimização do processo de recolha seletiva através da adaptação do regime urbanístico e de edificação	CM	GRA-AP; GRA-OT	N.º de PDM com implementação de medidas de otimização	5 anos
M 2.3 Elaborar um plano de limpeza e asseio de contentores de deposição de resíduos urbanos	CM	EGFE; ERSARA	N.º de planos elaborados e aprovados pela autoridade ambiental	2 anos
M 2.4 Promover o reforço da sensibilização à população para a correta separação e encaminhamento dos resíduos urbanos	CM; GRA-A	EGFE	N.º de campanhas de sensibilização	Imediato
M 2.5 Promover o reforço da rede de ecocentros e melhorar as suas condições de acessibilidade e funcionalidade	CM; SGRU	GRA-A	N.º ecocentros em funcionamento	5 anos
M 2.6 Implementar regulamentos e sistemas tarifários dissuasores da produção de resíduos e promotores da recolha seletiva (PAYT, SAYT, entre outros)	CM; SGRU		N.º de sistemas implementados N.º de população abrangida	10 anos
M 2.7 Promover campanhas de recolha de resíduos urbanos não contemplados na recolha seletiva	CM	OGR; SGRU	N.º de campanhas desenvolvidas por ano	2 anos
M 2.8 Implementar pelo menos um ponto de recolha, por concelho, de resíduos perigosos produzidos nas habitações, que inclua resíduos de tintas, vernizes, solventes e produtos de limpeza	CM		N.º de pontos de recolha por concelho	2 anos

M 2.9 Implementar pelo menos um ponto de recolha, por concelho, de resíduos têxteis produzidos nas habitações	CM	IPSS	N.º de pontos de recolha por concelho	2 anos
M 2.10 Promover a otimização do circuito de reutilização dos têxteis recolhidos seletivamente	GRA-A; GRA-SS	CM; IPSS	N.º de parcerias estabelecidas	5 anos
M 2.11 Garantir a existência de uma rede que assegure uma adequada recolha seletiva de pilhas, pequenos REEE e lâmpadas	CM	EGFE	N.º de pontos de recolha por concelho	2 anos
M 2.12 Promover a otimização da recolha seletiva de óleos alimentares usados	CM; SGRU		N.º de pontos de recolha por concelho	2 anos
M 2.13 Implementar uma rede de recolha para RCD resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações	CM	OGR	N.º de municípios com a rede de recolha de RCD implementada	5 anos
M 2.15 Promover e otimizar a segregação e recolha seletiva de biorresíduos	CM; SGRU	AE; AHRESP; GRA; JF; OGR	N.º de freguesias com recolha de biorresíduos	5 anos
M 2.16 Definir e implementar uma estratégia municipal para a recolha seletiva de biorresíduos	CM	GRA-A; SGRU	N.º de estratégias municipais definidas em Plano de Ação	2 anos
M 2.17 Promover a produção de composto de elevada qualidade e a sua aplicação	CM; OGR; SGRU	AE; GRA; IES; JF	Quantidade de composto produzido por classe	5 anos
M 2.19 Promover a compostagem doméstica, comunitária e, quando possível, em estabelecimentos públicos e privados	CM; GRA-A	JF; MA; AA	N.º de ações realizadas N.º de locais com compostagem comunitária	2 anos
M 2.21 Criar e otimizar um sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas	CM; GRA-A	ECRD; PB	Implementação do sistema de depósito N.º de pontos de recolha	5 anos
M 2.23 Promover estudos que permitam aferir a contaminação dos resíduos urbanos por resíduos não urbanos	GRA-A	CM; SGRU	N.º de estudos realizados	5 anos
M 2.24 Promover ações de informação e sensibilização para a correta gestão de resíduos urbanos	CM; EGFE; GRA-A	CEFAPA	N.º de ações realizadas	Imediato
M 2.25 Promover a divulgação de dados associados à produção, gestão e tratamento de resíduos urbanos	CM; GRA-A		Publicação de relatórios	Imediato
M 2.26 Criação de plataforma de geolocalização dos locais de deposição/retoma de resíduos produzidos em contexto doméstico	GRA-A	EGFE; CM; OGR	Disponibilização da plataforma	10 anos

AE.3 Promoção para a correta gestão e circularidade de resíduos não urbanos				
M 3.9 Implementar e otimizar o sistema de recolha de resíduos plásticos agrícolas	GRA-Ag	AA; CM; OGR; SGRU	N.º de concelhos abrangidos pelo sistema	2 anos
AE.4 Sustentabilidade técnica, económica e financeira da gestão de resíduos				
M 4.10 Promover estudos de análise dos padrões de prevenção (reutilização), separação, consumo e hábitos da população dos Açores	GRA-A	GRA-AE; CM; SGRU	N.º de estudos realizados	5 anos
M 4.13 Promover o reforço na formação de recursos humanos relativamente às operações de recolha e triagem de resíduos	CM; OGR; SGRU	GRA-A	N.º de ações de formação por ano	Imediato
M 4.19 Promover o reforço da fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais de gestão de resíduos	CM		N.º de ações de fiscalização realizadas por ano, por município	Imediato
M 4.21 Promover uma avaliação da distribuição equilibrada e articulada entre OGR, municípios e GRA relativamente às necessidades de financiamento para a gestão de resíduos	GRA-PFE	CM; GRA-A; OGR	Publicação do plano de financiamento	5 anos
M 4.22 Avaliar a contribuição da mineração para a sustentabilidade ambiental e financeira	OGR com valorização energética	CM; GRA-A	N.º de estudos realizados	10 anos
M 4.25 Incluir os objetivos e medidas definidas no PEPGRA 20+ nos Instrumentos de Gestão Territorial	GRA-OT	CM	N.º de IGT que absorveram os objetivos e medidas definidas no PEPGRA20+	2 anos
M 4.26 Promover estudo sobre a influência do fluxo turístico na prevenção, produção e gestão de resíduos	GRA-A	GRA-Tu; CCI; CM; AHRESP	N.º de estudos realizados	5 anos

Fonte: *DLR nº29/2023/A, de 18 de julho*

2.3.3.6. Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-A2022-2027)

A Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água (Diretiva Quadro Água). A lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), alterada e republicada pelo DL n.º 130/2012, de 22 de junho, transpôs para o direito interno um conjunto de normas da Diretiva supramencionada, realizando o enquadramento para a gestão sustentável das águas superficiais (interiores, de transição e costeiras) e das águas subterrâneas.

Por conseguinte, de acordo com o n. º1, do artigo 1.º da Lei da Água, pretende-se:

a) *Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água;*

b) *Promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;*

c) *Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias;*

d) *Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição;*

e) *Mitigar os efeitos das inundações e das secas;*

f) *Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água;*

g) *Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais;*

h) *Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho.*

Nos termos do n. º1 do artigo 13.º, da Diretiva Quadro Água, os Estados-Membros garantiriam a elaboração de um plano de gestão de bacias hidrográficas, para cada região hidrográfica inteiramente situada no seu território, cujos planos seriam avaliados e atualizados até 15 anos a contar da data de entrada em vigor da Diretiva, e posteriormente, de 6 em 6 anos.

O DL n. º112/2002, de 17 de abril procedeu à subdivisão do território português em 10 Regiões Hidrográficas, criando-se a Região Hidrográfica dos Açores (RH9), abrangendo as bacias hidrográficas das 9 ilhas dos Açores.

Nesse sentido, o primeiro ciclo de planeamento da RH9 correspondeu ao período de 2009-2015. A elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH) competiu à então Secretaria Regional dos Recursos Naturais, Direção Regional do Ambiente, e foi concluído em novembro de 2011.

Passados 6 anos iniciou-se o segundo ciclo de planeamento, cuja elaboração do PGRH – Açores 2016-2021, da responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e do Ambiente (Direção dos Serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território e Direção Regional do Ambiente), dada a reestruturação orgânica do Governo Regional dos Açores.

O processo de revisão do primeiro PGRH-Açores foi determinado pela Resolução do Conselho do Governo n. º40/2013, de 29 de abril.

O PGRH-Açores 2016-2021 foi aprovado pelo DLR n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro, sendo classificado como plano setorial, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto; pela Resolução do Conselho do Governo n. º54/2015, de 30 de março.

O PGRH-Açores 2016-2021 tem como base o cumprimento dos objetivos consignados na Diretiva Quadro de Água, e pela Lei da Água, mencionados no início do presente subcapítulo e presentes no quadro seguinte.

Quadro 17. Objetivos Ambientais, Lei da Água.

Objetivos Ambientais, Lei da Água (Lei n. º58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo DL nº130/2012, de 22 de junho)		
Artigo 46.º **Objetivos para as águas superficiais**	**Artigo 47.º** **Objetivos para as águas subterrâneas**	**Artigo 48.º** **Objetivos para as zonas protegidas**
1— *Devem ser aplicadas as medidas necessárias para evitar a deterioração do estado de todas as massas de água superficiais, sem prejuízo das disposições seguintes.* ***2—*** *Com o objetivo de alcançar o bom estado das massas de águas superficiais, com exceção das massas de águas artificiais e fortemente modificadas, devem ser tomadas medidas tendentes à sua proteção, melhoria e recuperação.* ***3—*** *Com o objetivo de alcançar o bom potencial ecológico e bom estado químico das massas de águas artificiais ou fortemente modificadas devem ser tomadas medidas tendentes à sua proteção e melhoria do seu estado.* ***4—*** *Deve ainda ser assegurada a redução gradual da poluição provocada por substâncias prioritárias e cessação das emissões, descargas e perdas de substâncias prioritárias perigosas.* ***5—*** *São definidas em normas a aprovar, (...) a classificação e apresentação do estado ecológico das águas de superfície e a monitorização do estado ecológico e químico das águas de superfície.*	***1—*** *Devem ser aplicadas as medidas destinadas a evitar ou limitar a descarga de poluentes nas águas subterrâneas e prevenir a deterioração do estado de todas as massas de água.* ***2—*** *Deve ser alcançado o bom estado das águas subterrâneas, para o que se deve:* *a) assegurar a proteção, melhoria e recuperação de todas as massas de água subterrâneas, garantindo o equilíbrio entre as captações e as recargas dessas águas;* *b) inverter quaisquer tendências significativas persistentes para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacte da atividade humana, com vista a reduzir gradualmente os seus níveis de poluição.* ***3—*** *Os estados quantitativo e químico das águas subterrâneas e a sua monitorização são regulados por normas a aprovar (…).* ***4—*** *A descarga direta de poluentes nas águas subterrâneas é proibida, à exceção de descargas que não comprometam o cumprimento dos objetivos específicos estabelecidos na presente lei, que podem ser autorizadas nas condições definidas por normas a aprovar (…).*	***1—*** *Devem ser assegurados os objetivos que justificaram a criação das zonas protegidas, observando-se integralmente as disposições legais estabelecidas com essa finalidade e que garantem o controlo da poluição.* ***2—*** *Deve ser elaborado um registo de todas as zonas incluídas em cada região hidrográfica que tenham sido designadas como zonas que exigem proteção especial no que respeita à proteção das águas superficiais e subterrâneas ou à conservação dos habitats e das espécies diretamente dependentes da água.* ***3—*** *O registo das zonas protegidas de cada região hidrográfica inclui os mapas com indicação da localização de cada zona protegida e uma descrição da legislação ao abrigo da qual essas zonas tenham sido criadas.* ***4—*** *Devem ser identificadas em cada região hidrográfica todas as massas de água destinadas a captação para consumo humano que forneçam mais de 10 m3 por dia em média ou que sirvam mais de 50 pessoas e, bem assim, as massas de água previstas para esses fins, e é referida, sendo caso disso, a sua classificação como zonas protegidas.*

Fonte: *Adaptado da Lei n.º 54/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água),* alterada e republicada pelo DL nº130/2012, de 22 de junho

Em 2020 deu início ao processo de revisão do PGRH-Açores para vigorar no período de 2022 a 2027, determinado pela Resolução do Conselho do Governo n. º258/2020, de 25 de setembro. No ano seguinte, 2021, o processo entrou na fase do período de discussão pública, segundo o Aviso n.º

82/2021, de 8 de novembro, o período de discussão pública foi prolongado até ao dia 16 de dezembro de 2021.

No início de 2023 foi aprovado o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027 (PGRH-Açores 2022-2027), pelo DLR n.º 8/2023/A, de 27 de fevereiro, o 3.º ciclo de planeamento.

No PGRH-Açores 2022-2027 foram estabelecidos 16 objetivos estratégicos estruturados por áreas temáticas, à semelhança do PGRH-Açores 2016-2021, e 4 objetivos ambientais como resposta às disposições constantes na Diretiva-Quadro da Água, com o propósito de alcançar o bom estado das águas para cada ilha.

Quadro 18. Áreas Temáticas e Objetivos Estratégicos Específicos do PGRH-Açores 2022-2027

Áreas Temáticas (AT)	Objetivos Estratégicos (OE) específicos
AT1 – Qualidade da água	**RH9_OE_001** – Proteger as massas de águas subterrâneas e superficiais (interiores e costeiras) no que respeita à sua qualidade, para garantir a respetiva conservação e melhoria;
	RH9_OE_002 – Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas associados;
	RH9_OE_003 – Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água;
	RH9_OE_004 – Abordagem combinada.
AT2 – Quantidade de água;	**RH9_OE_005** – Promover o consumo sustentável dos recursos hídricos, assegurando uma gestão eficaz e eficiente da oferta e da procura desses recursos
AT3 – Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico	**RH9_OE_006** – Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados às atividades antropogénicas que possam resultar em poluição acidental dos recursos hídricos, de forma direta ou indireta;
	RH9_OE_007 – Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados a fenómenos sísmicos, vulcânicos e hidrológicos;
	RH9_OE_008 – Adotar medidas de adaptação e boas práticas associadas aos riscos com origem em fenómenos naturais;
	RH9_OE_009 – Mitigar os efeitos das inundações e das secas.
AT4 – Quadro económico e financeiro	**RH9_OE_010** – Promover a sustentabilidade dos recursos hídricos nas suas várias vertentes, nomeadamente a económica e financeira, com vista à otimização da gestão da água, no intuito de suportar uma política de gestão da procura tendo em consideração os critérios de racionalidade e equidade.
AT5 – Quadro institucional e normativo	**RH9_OE_011** – Promover um quadro institucional e normativo capaz de assegurar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos.

AT6 – Monitorização, investigação e conhecimento	**RH9_OE_012** – Promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, proporcionando o aprofundamento do conhecimento técnico e científico;
	RH9_OE_013 – Implementar e otimizar a rede de monitorização, de forma a construir um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico.
AT7 – Comunicação e governança	**RH9_OE_014** – Assegurar a disponibilização de informação ao público e promover processos de participação de decisão dinâmicos;
	RH9_OE_015 – Promover a informação e participação do cidadão nas diversas vertentes do planeamento e da gestão dos recursos hídricos;
	RH9_OE_016 – Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições da sociedade civil.

Fonte: *Adaptado do DLR nº8/2023/A, de 27de fevereiro*

Quadro 19. Objetivos Ambientais do PGRH-Açores 2022-2027

Objetivos Ambiental
RH9_OE_001 –Massas de água em que o estado «bom» deveria ter sido mantido ou melhorado até 2015.
RH9_OE_003 – Massas de água em que o estado «bom» deverá ser atingido até 2021.
RH9_OE_004 – Massas de água em que se prevê que o estado «bom» seja atingido em 2027
RH9_OE_004 – Massas de água em que não é expetável que o estado «bom» seja atingido até 2027*

Nota: * Novo objetivo ambiental proposto quando se prevê que as massas de água não conseguem atingir o «bom estado» até 2027 — Derrogação.

Fonte: *DLR nº 8/2023/A, de 27 de fevereiro*

Para a concretização dos objetivos ambientais foi estabelecido o programa de medidas, estruturado com medidas de base (que integram um conjunto de medidas e ações mínimas necessárias que permitem cumprir os objetivos ambientais ao abrigo da legislação regional, nacional e comunitária em vigor) e com medidas suplementares (que compreendem um conjunto de projetos e ações que visam conseguir maior proteção ou uma melhoria adicional e gestão das águas, sempre que tal seja necessário para o cumprimento de acordos e metas relevantes). O programa foi estruturado segundo as áreas temáticas consideradas no PGRH.

O Programa de Medidas do PGRH-Açores 2022 -2027 é composto por 44 medidas, das quais 18 base e 26 suplementares, com um custo associado no total de 72 615 717,00 € (27 600 950,00 € para as medidas de Base e 45 014 767,00 € para as medidas Suplementares). São várias as entidades responsáveis pela implementação do programa de medidas, a Direção Regional do Ordenamento do

Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) é responsável individualmente por 25 medidas, às quais acrescem duas medidas em que a DROTRH divide responsabilidades com outras entidades.

Outras entidades responsáveis pela implementação do programa de medidas, são as Entidades Gestoras de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Água (Entidades AA e DTAR). São responsáveis por 3 medidas, das 44 medidas previstas no PGRH-Açores 2022-2027, com 1 medida base e 2 medidas suplementares, com um custo associado no total de 41248287 €, que corresponde a 56,80% do valor total previsto.

Quadro 20. Medidas aplicadas às Entidades AA e DTAR, no âmbito do PGRH-Açores 2022-2027

	Código da Medida		
	RH9_B_015.A	**RH9_S_038**	**RH9_S_043**
Medida	Base	Suplementar	Suplementar
Descrição	Implementação de sistema de monitorização das perdas de águas e de beneficiação infraestrutural dos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano	Beneficiação infraestrutural e tecnológica dos sistemas de saneamento de águas residuais urbanas.	Estudo sobre os modelos institucionais, económicos e normativos mais adequados para a gestão integrada dos serviços de "Alta" e "Baixa".
Área Temática (AT)	AT1, AT2, AT3, AT4, AT6	AT1, AT3, AT4, AT5	AT2, AT4, AT5, AT7
Investimento previsto (€)	21162674,36	20065612,68	20000,00
Potenciais Fontes de Financiamento	PO Açores	PO Açores	Orçamento da RAA
Execução (inicio-fim)	2022-2027	2022-2027	2023-2024

Fonte: DLR nº 8/2023/A, de 27 de fevereiro

2.3.3.7. Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE)

O Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE), tal como o nome indica, é um plano setorial que abrange todos os municípios da Região, cuja elaboração foi deliberação pela Resolução do Conselho do Governo n.º 182/2009, de 26 de novembro, atendendo aos seguintes objetivos estratégicos:

- *Desenvolver a execução de uma política de gestão integrada dos recursos minerais não metálicos na Região, de forma a racionalizar a atividade da indústria extrativa, tendo em conta as orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA);*

- *Criar oportunidades para a modernização e diversificação do sistema produtivo na área das atividades industriais de prospeção, exploração e valorização dos recursos minerais não metálicos;*
- *Programar a incidência espacial deste sector de atividade e avaliar áreas de maior potencial para a atividade extrativa de massas minerais, tendo em consideração as necessidades efetivas de cada ilha e assegurando, na medida do possível, a qualidade ambiental e a preservação da paisagem e do património natural, geológico e cultural, enquanto elementos identitários dos Açores;*
- *Identificar áreas prioritárias de intervenção e definir medidas que garantam a valorização de locais sensíveis, do ponto de vista geológico, ambiental e paisagístico, ocupados por explorações de massas minerais, que dada a sua atual localização, devam ser recuperadas ou extintas;*
- *Promover a compatibilização prospetiva dos diferentes usos de solo no que diz respeito ao aproveitamento das massas minerais, fornecendo orientações para a alteração dos demais instrumentos de gestão territorial;*
- *Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a expressão territorial seguida pelo PAE;*
- *Atualizar a base de dados resultante da elaboração do projeto "Prospeção e Avaliação de Recursos Minerais dos Açores".*

O PAE foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto. Com este plano pretende-se o ordenamento e a gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos na Região Autónoma dos Açores. Visa-se assim desenvolver uma estratégia regional para o setor extrativo, procedendo à definição de um conjunto de normas orientadoras para a Região, e no âmbito local de cada ilha, através da delimitação de Áreas de Integração Ambiental e Paisagístico (AIAP) e de Áreas de Gestão (AG).

No âmbito da Norma Geral n.º22 do PAE, "*As AIAP correspondem a áreas intervencionadas no âmbito da exploração que se apresentam atualmente abandonadas ou ocupadas por escombreiras e, em alguns casos, onde decorrem ainda atividades de extração de massas minerais não licenciadas e licenciadas, mas que não apresentam viabilidade de futura exploração, por nelas existirem um conjunto de interdições e condicionantes à atividade extrativa, essencialmente associadas a valores ambientais, de usos do solo, paisagísticos e patrimoniais, e onde, cumulativamente, se aplicam as seguintes restrições às atividades extrativas*":

- Servidões administrativas e restrições de utilidade pública (Reserva Ecológica (RE), Rede Natura 2000 (RN2000), Domínio Público Hídrico (DPH) e outras áreas classificadas);
- Zonamentos estabelecidos nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que interditam ou condicionam a atividade, associados à salvaguarda de recursos e valores naturais ou construídos, incluindo os paisagísticos;
- Outras interdições decorrentes dos regimes e áreas classificadas e protegidas integradas no âmbito dos Parques Naturais de Ilha (PNI);
- Património imóvel e natural (espeleológico, paleontológico, entre outros) classificado;

- Outro tipo de condicionantes que, embora não assumindo caráter legal, interditam no âmbito do PAE, e em áreas fora das AG do PAE, a atividade extrativa;
- Interdição em áreas com declives superiores a 45 graus.

Por outro lado, as AG correspondem às áreas preferenciais destinadas à extração de recursos minerais não metálicos, cuja delimitação e demais normativo aplicável terão de ser transpostos para os planos especiais de ordenamento do território (PEOT) ou para os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

Assim sendo, o PAE constitui um documento normativo para o setor público, principalmente na elaboração dos instrumentos e gestão territorial supramencionados, com destaque para o Plano Diretor Municipal (PDM), devendo os mesmos ser alterados em consonância com as formas de adaptação do PAE.

Com o intuito de atingir os objetivos previstos na Resolução do Conselho do Governo n.º 182/2009, de 26 de novembro, o PAE definiu um objetivo geral, que consiste na compatibilização da atividade de exploração de recursos minerais não metálicos, com a valorização dos valores ambientais e paisagísticos e com o desenvolvimento socioecónomico. O mesmo é desenvolvido através de Linhas de Orientação Estratégica (LOE), designadamente:

- **LOE1** – Promover a exploração racional de recursos minerais não metálicos na RAA;
- **LOE2** – Salvaguardar o potencial estratégico dos recursos minerais não metálicos no contexto do desenvolvimento integrado da RAA;
- **LOE3** – Promover a recuperação de áreas ambiental e paisagisticamente degradadas em virtude da cessação de atividades extrativas e recursos minerais não metálicos;
- **LOE4** – Fomentar o conhecimento e a inovação associada do setor extrativo.

A organização espacial dos espaços de indústria extrativa foi definida nos esquemas de ordenamento por ilha, presentes nas plantas de ordenamento do PAE, representando as seguintes áreas:

- As áreas de Gestão (AG);
- As Áreas de Integração Ambiental e Paisagística (AIAP);
- As Áreas de extração de massas minerais;
- Os espaços não interditos da atividade extrativa;
- Os espaços interditos da atividade extrativa.

Adicionalmente, na planta de condicionantes à atividade extrativa encontram-se representadas as áreas interditas e as áreas condicionadas para a extração de massas minerais resultantes:

- Servidões administrativas e restrições de utilidade pública (Reserva Ecológica (RE), Rede Natura 2000 (RN2000), Domínio Público Hídrico (DPH) e outras áreas classificadas);
- Zonamentos estabelecidos nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que interditam ou condicionam a atividade;

- Outras interdições decorrentes dos regimes e áreas classificadas e protegidas integradas no âmbito dos Parques Naturais de Ilha (PNI);
- Outro tipo de condicionantes que condicionam a exploração.

De salientar, aquando transposição destas áreas para o PMOT, deverá ser efetuada uma aferição com maior detalhe das normas do PAE.

Os critérios utilizados na espacialização presentes quer na planta de ordenamento, como na planta de condicionantes, são os presentes no quadro 21.

Quadro 21. Critérios aplicados na espacialização do PAE

Unidades Extrativas		AG	REF.	AIAP	REF.	Fora da AG e AIAP			
						Espaços não interditos	REF.	Espaços interditos	REF.
Em atividade	Licenciada	Manter em atividade, com possibilidade de renovar e ampliar*	NG17	Manter em atividade, sem possibilidade de novo licenciamento e licenciamento de áreas adjacentes	NG25 NG26	Manter em atividade, com possibilidade de novo licenciamento e licenciamento de áreas adjacentes* com requisitos adicionais do PAE**	NG32 NG33	Fechar e recuperar após o término da licença (de acordo com PARP)*	NG59
	Não licenciada	Proceder ao licenciamento ou aplicar contraordenação e/ou encerrar e recuperar (PARP)*	NG18	Contraordenação e/ou encerramento e recuperação sem possibilidade de licenciamento	NG27	Encerramento com recuperação com possibilidade de licenciar** ou aplicar contraordenação e encerramento e recuperação (PARP)*	NG42 NG38	Encerramento imediato com contraordenação, encerramento e recuperação sem possibilidade de licenciar	NG60
Abandonada		Recuperação (PARP), ou possibilidade de reativar e licenciar*	NG19 NG20	Recuperar as explorações abandonadas (não identificadas na NE com necessidade de PRAPAE_NLA***	NG29 NG28	Recuperar com possibilidade de reativar (prazo de 5 anos após entrada em vigor do PAE) e licenciar com requisitos adicionais do PAE**	NG44 NG43	Recuperar **** com plano de recuperação (PRAPAE_NLA)***	NG62 NG61
Novas		Permitido licenciar novas unidades extrativas*	NG21	Não permitido licenciar novas unidades extrativas	NG30	Permitido licenciar novas unidades extrativas com requisitos adicionais do PAE, mediante o cumprimento do mecanismo de Reforço Limitado*****	NG49 NG54 NG55	Não permitido licenciar novas unidades extrativas nem prospeção	NG63

Legenda: * Aplica-se o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho; ** Os requisitos adicionais obrigatórios pelo PAE para permitir o licenciamento nessas áreas são definidos nas Normas Gerais; *** O Plano de Recuperação Ambiental e Paisagístico de Atividades Extrativas – PRAPAE –NLA é um plano com requisitos específicos criados no âmbito do PAE para recuperação ambiental e paisagísticas de unidades extrativas não licenciadas; **** A necessidade de recuperação segue os pressupostos relativamente ao seu estado de recuperação natural ou potencial para tal e o definido nas Normas Gerais e Normas Específicas; ***** O Mecanismo de Reforço Limitado é calculado com base na superfície de solo afeto a licenciamentos para a atividade extrativa à data de entrada em vigor do PAE, sendo calculado em percentagem por ilha e cujos valores são apresentados para cada ilha nas Normas Específicas.

***Fonte**: Relatório Versão Final do PAE, Fase D, setembro de 2013; DLR n.º 19/2015/A, de 14 de agosto; DRA (2018).*

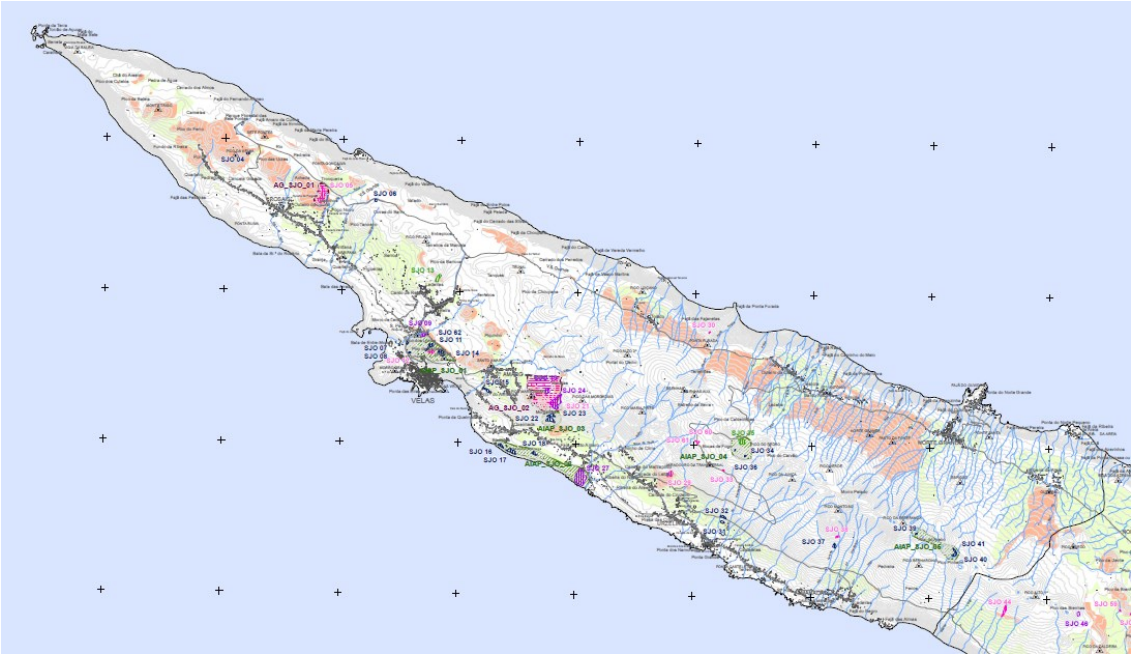
Aquando elaboração do PAE atualizou-se o projeto GEOAVALIA (Projeto de Prospeção e Avaliação de Recursos Minerais dos Açores, em cujas fichas consta a informação relevante relativa às áreas de exploração de recursos minerais consolidadas existentes na RAA, focando particularmente as questões relacionadas com o estado de cada unidade identificada.

No ano de 2007 foram identificadas 58 áreas extrativas em São Jorge, identificando-se posteriormente em 2011 mais 4 áreas. No entanto, no âmbito do PAE pretende-se manter apenas 46 áreas extrativas, excluindo as restantes 16 áreas. Das 46 áreas extrativas identificadas, 36 estavam localizadas no concelho das Velas.

Na planta de ordenamento do PAE, com incidência no Município de Velas identificam-se os seguintes espaços:

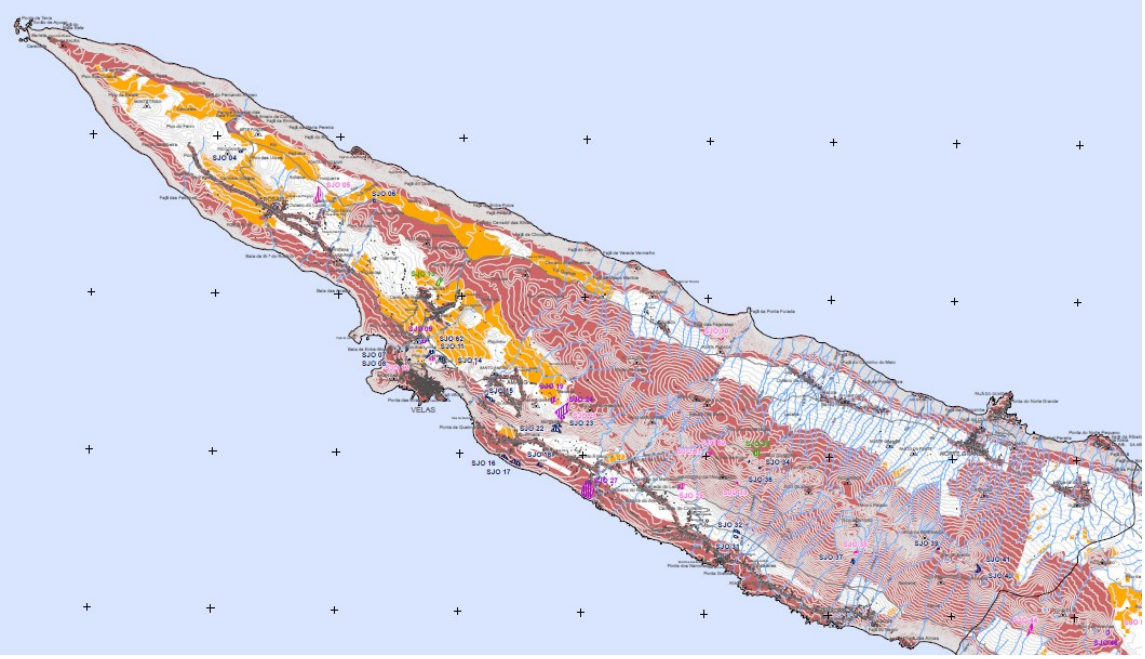
- Espaços não interditos à atividade extrativa, com recursos minerais com potencial:
  - Escoadas lávicas basálticas s.I. representadas a verde mais claro;
  - Escórias basálticas s.I. (bagacina) representado a rosa claro.
- 5 Áreas de Integração Ambiental e Paisagística (AIAP):
  - Na freguesia de Velas a **AIAP_SJO_01**;
  - Na freguesia de Santo Amaro as **AIAP_SJO_02** e **AIAP_SJO_03**;
  - Na freguesia da Urzelina a **AIAP_SJO_04**;
  - Na freguesia das Mandas a **AIAP_SJO_05**.
- 2 Áreas de Gestão (AG):
  - Na freguesia de Rosais a **AG_SJO_01**;
  - Na freguesia de Santo Amaro a **AG_SJO_02**.

Figura 12. Planta de Ordenamento do PAE, com incidência no concelho de Velas



Fonte: *Planta de Ordenamento do PAE*

Figura 13. Planta de Condicionantes com incidência no concelho de Velas



Fonte: *Planta de Condicionantes do PAE*

De acordo com a informação enviada pela Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC) e o levantamento no terreno, efetuado pela Câmara Municipal de Velas, foi possível apurar que das Unidades Extrativas identificadas no PAE, em 2019, apenas mantém-se em atividade duas unidades, uma com licenciamento (SJO27) e uma sem licenciamento (SJO24). Para além destas, ainda existem mais cinco unidades extrativas licenciadas e em atividade não identificadas no PAE, conforme é possível verificar nas tabelas seguintes.

Quadro 22. Unidades Extrativas Identificadas no Concelho de Velas pelo PAE

Unidades Extrativas Identificadas no PAE	
Áreas de extração de massas minerais consolidadas – Licenciadas	
SJO-09; SJO-19; SJO-24; SJO-27	
Áreas de extração de massas minerais consolidadas - Não licenciadas	
Em Atividade	SJO-05; SJO-12; SJO-21; SJO-29; SJO-30; SJO-33; SJO-38; SJO-60; SJO-61
Em encerramento/Encerrada	SJO-13; SJO-35
Abandonada	SJO-04; SJO-06; SJO-07; SJO-08; SJO-11; SJO-14; SJO-15; SJO-16; SJO-17; SJO-18; SJO-22; SJO-23; SJO-31; SJO-32; SJO-34; SJO-36; SJO-37; SJO-39; SJO-40; SJO-41; SJO-62

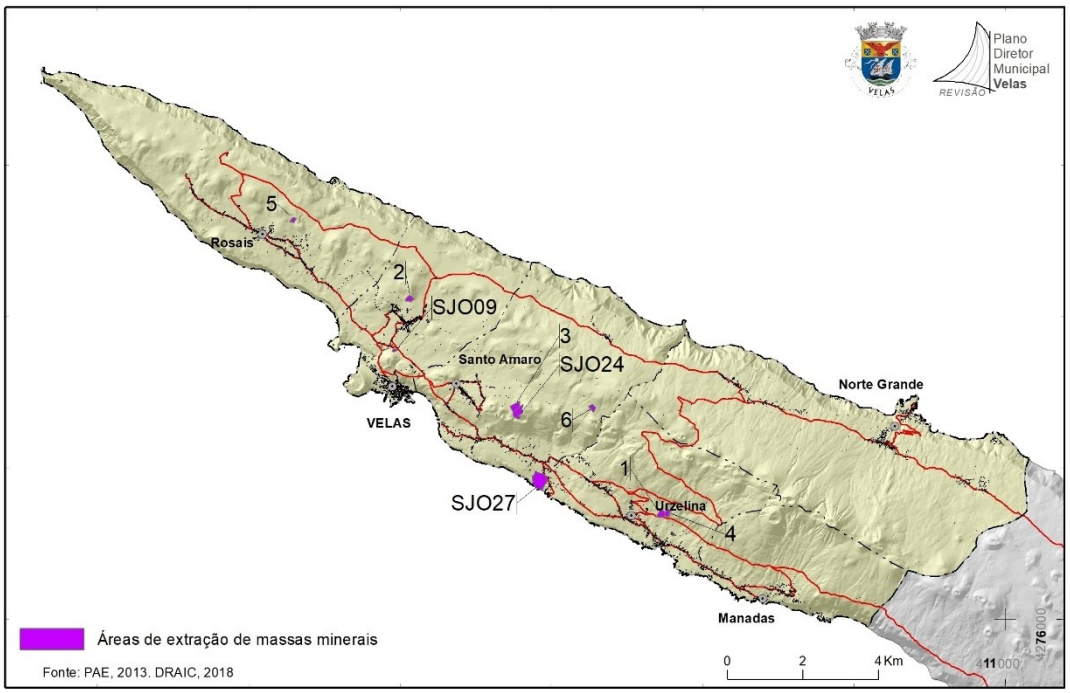
Fonte: *Planta de Ordenamento para a ilha de São Jorge – PAE (2015)*

Quadro 23. Unidades Extrativas em Atividade em 2019

REF.	LOCALIZAÇÃO (Lugar-Freguesia)	LICENÇA	DATA	DENOMINAÇÃO	MATÉRIA PRIMA
SJO24	Santo Amaro	Sem licença	-	Pico das Areias	Bagacina
SJO27	Fajã de Santo Amaro	108	1996-02-17	Queimada	Basalto
1	Urzelina	188	2011-05-06	Mata da Urzelina	Basalto
2	Pico Pedro Antão	206	2014-04-22	Pico de Pedro Antão	Piroclastos basálticos s.l.
4	Estrada da Urzelina - Velas	210	2015-07-02	Estrada da Urzelina	Basalto s.l.
5	Loural - Rosais	212	2016-01-11	Rosais	Piroclastos basálticos *s.l.*
6	Santo Amaro - Velas	215	2017-05-10	Brenhas de Santo Amaro	Piroclastos basálticos s.l.

Fonte: *DRAIC (2018); Câmara Municipal de Velas (2019)*

Figura 14. Unidades Extrativas em Atividade em 2019



Fonte: *PAE (2013); DRAIC (2018)*

Relativamente ao programa de execução do PAE, este é constituído por um conjunto de ações e medidas associadas a cada Linha de Orientação Estratégia (LOE), nas quais apresenta-se seguidamente as que envolvem a administração local como entidade envolvida ou como entidade responsável.

Quadro 24. Programa de Execução do PAE com incidência na Administração Local

LOE associada	Designação da Ação	Administração Local	Prioridade
LOE1 – Promover a exploração racional de recursos minerais não metálicos na RAA;	1.1. Criação de um sistema/ferramenta de gestão do PAE e do setor extrativo.	Entidade envolvida	CP*
	1.2. Desenvolvimento de um sistema *online* para empresários do setor extrativo	Entidade envolvida	CP*
	1.3. Promoção de sistema de fiscalização integrado	Entidade envolvida	CP*
LOE3 – Promover a recuperação de áreas ambiental e paisagisticamente degradadas em virtude da cessação de atividades extrativas e recursos minerais não metálicos	3.3. Procedimentos concursais para a implementação de PRAPAE_NLA	Entidade envolvida	CP* MP** LP***
LOE4 – Fomentar o conhecimento e a inovação associada do setor extrativo.	4.1. Promoção da utilização de recursos minerais da RAA	Entidade responsável[1]	CP* MP**
	4.2. Incentivos para a criação de novas tecnologias e usos (produtos) para o aproveitamento dos recursos minerais da RAA	Entidade envolvida	MP** LP***
	4.3. Implementação de um plano de comunicação e divulgação	Entidade responsável[2]	CP* MP**
	4.4. Elaboração de um catálogo com materiais de construção/ornamentação produzidos a partir de recursos minerais da RAA	Entidade envolvida	MP**
	4.6. Avaliar a viabilidade da criação da marca "Açores" no setor extrativo e de transformação	Entidade responsável[1]	MP** LP***

Legenda: CP Curto Prazo 2 anos iniciais; MP** Médio Prazo 2 a 4 anos; LP*** Longo Prazo 4 a 10 anos; Entidade Responsável[1] - executivos da administração regional e local, através das entidades com competência em matéria de fiscalização, monitorização e licenciamento da atividade extrativa; Entidade Responsável[2] - entidades da administração local com competências em matéria de fiscalização e monitorização e licenciamento da atividade extrativa, de ciência e de tecnologia.*

***Fonte:** Adaptado de Fase D - Volume III – Programa de Execução – PA*

2.3.3.8. Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Subdivisão dos Açores (PSOEMA)

Em 2019 foi aprovado o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e plataforma Continental Estendida, pela resolução do conselho de Ministros n.º 203-A/2019, de 30 de dezembro, que corresponde à primeira fase do plano, abrangendo o território de Portugal continental, o arquipélago da Madeira e a plataforma continental estendida. Para uma segunda fase do plano ficou a espacialização dos usos e atividades da subdivisão dos Açores, que se encontra em desenvolvimento pela RAA.

Este plano assenta no ordenamento do espaço marítimo, segundo a Lei das Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (LBOGEM - lei n.º 17/2014, de 10 de abril), com o objetivo da "promoção da exploração económica sustentável, racional e eficiente dos recursos marinhos e dos serviços dos ecossistemas, garantido a compatibilidade e a sustentabilidade dos diversos usos e atividades nele desenvolvidos". Abrange todas as zonas marítimas que compõem o espaço marítimo nacional, segundo o n.º 1 do artigo 2.º do LBOGEM, que corresponde ao espaço que se estende desde as linhas de base até ao limite exterior da plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, e organiza-se geograficamente nas seguintes zonas marítimas: entre as linhas de base e o limite exterior do mar territorial; zona económica exclusiva; plataforma continental, incluindo para além das 200 milhas marítimas. É um instrumento que pretende contribuir para "a coesão nacional, reforçando a ligação do continente aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, consolidando a componente geopolítica do designado Triângulo Estratégico Português, como uma centralidade marítima na bacia do Atlântico".

2.3.3.9. Plano de Gestão de Risco de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA)

O Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2016/A, de 10 de outubro, visa a gestão integrada dos riscos ao nível das bacias hidrográficas com o objetivo de reduzir as consequências associadas às inundações prejudiciais para a saúde humana, incluindo perdas humanas, o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas.

O PGRIA tem como propósito dar resposta aos seguintes princípios de base:

a) Prevenção: prevenir os danos causados pelas inundações, evitando a construção de casas e indústrias em áreas que, atualmente, estão sujeitas a inundações, pela futura adaptação ao risco de inundações, e através da correta utilização dos solos, contemplando práticas agrícolas e florestais adequadas;
b) Proteção: tomada de medidas, tanto estruturais como não estruturais, para reduzir a probabilidade de cheias e/ou o seu impacto em cada bacia;

c) Preparação: informar a população sobre os riscos de inundação e o que fazer em caso de ocorrência;
d) Resposta de emergência: planos de emergência a aplicar na ocorrência de uma inundação;
e) Recuperação: regresso às condições normais logo que possível e aplicação de medidas de mitigação de impactos sociais e económicos sobre a população afetada.

Através do alcance dos seguintes objetivos estratégicos:

a) Definir e programar medidas e ações para reduzir a probabilidade de inundações e as suas consequências potenciais;
b) Avaliar a possibilidade de instalação de sistema de monitorização, previsão e alerta de situações hidrológicas extremas;
c) Promover práticas de utilização sustentável do solo e a melhoria da infiltração e da retenção da água;
d) Identificar as áreas a classificar como zonas adjacentes, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro;
e) Estabelecer mecanismos de informação e divulgação ao público sobre os riscos de inundação;
f) Promover a respetiva articulação com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016 -2021 (PGRH -Açores) e demais instrumentos de ordenamento em vigor na Região;
g) Proceder à avaliação e análise do custo-eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades sectoriais para a respetiva aplicação;
h) Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas;
i) Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

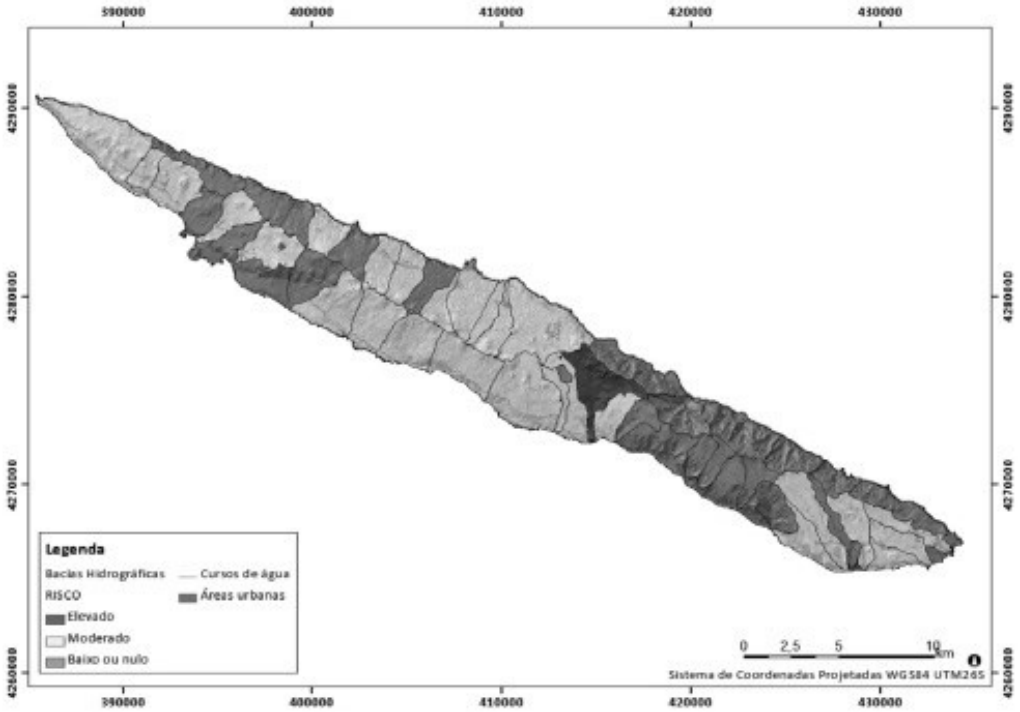
Para responder aos objetivos propostos e às disposições constantes dos vários referenciais estratégicos aplicáveis à Região, foram definidas as linhas de orientação que materializam a forma de atuação, com vista a reduzir a probabilidade e o impacto das inundações:

a) Assegurar a proteção das populações, das atividades económicas, do património natural e construído e do ambiente face a eventos de cheias;
b) Adotar uma abordagem preventiva para reduzir a possibilidade de ocorrência de consequências adversas de cheias;
c) Planear e operacionalizar um sistema de monitorização e alerta de cheias;
d) Sensibilizar, informar e incrementar a perceção das populações face aos riscos de ocorrência de inundações;
e) Incrementar o conhecimento específico sobre os riscos de ocorrência de inundações na Região Hidrográfica dos Açores (RH9);
f) Assegurar a articulação estratégica com os instrumentos de ordenamento e planeamento do território, de recursos hídricos e de emergência na Região Hidrográfica dos Açores (RH9).

O âmbito territorial do PGRIA abrange toda Região Autónoma dos Açores, através da classificação e hierarquização dos riscos de inundação em cada uma das nove ilhas do arquipélago dos Açores. Foram identificadas bacias hidrográficas com risco de cheias Elevado em cinco ilhas: Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge e Flores. Após a hierarquização do risco de inundações, entre as bacias com risco de cheias Elevado, foram identificadas, nas ilhas das Flores, Terceira e São Miguel, as cinco bacias hidrográficas onde ocorreram reincidências, vítimas mortais ou danos mais significativos:

a) Bacia Hidrográfica da Ribeira Grande (ilha das Flores);
b) Bacia Hidrográfica da Ribeira da Agualva (ilha Terceira);
c) Bacia Hidrográfica das Ribeiras de Porto Judeu (Ribeira do Testo e Grota do Tapete) (ilha Terceira);
d) Bacia Hidrográfica da Ribeira Grande (ilha de São Miguel);
e) Bacia Hidrográfica da Ribeira da Povoação (ilha de São Miguel).

Figura 15. Classificação das bacias hidrográficas da ilha de São Jorge em termos de risco de inundações.



Fonte: DLR n.º 20/2016/A, 10 de outubro.

O PGRIA está sujeito a atualização e revisão em cada ciclo de planeamento, estruturado em ciclos de seis anos. Em 2021 deu-se início ao processo de revisão do PGRIA para vigorar no período de 2022 a 2027 (PGRIA 2022-2027), pela resolução do Conselho do Governo n.º 60/2021, de 23 de março, com conclusão em 31 de dezembro de 2021, que define como âmbito territorial parte do território das ilhas das Flores, Terceira, Pico, São Jorge e São Miguel, referente às seguintes bacias hidrográficas e zonas costeiras como indica o quadro.

Quadro 25. Âmbito territorial PGRIA 2022-2027

Ilha	Bacia hidrográfica
Flores	Ribeira Grande
Terceira	Ribeira da Agualva
Terceira	Ribeiras de Porto Judeu (Ribeira do Testo e Grota do Tapete)
São Miguel	Ribeira Grande
São Miguel	Ribeira da Povoação
São Miguel	Grota da Areia
São Miguel	Grota do Cinzeiro
Terceira	Ribeira da Casa da Ribeira
Terceira	Ribeira de São Bento
São Jorge	Ribeira Seca
Pico	Ribeira do Dilúvio
Zonas costeiras	
Pico	Frente Marítima de São Roque/Cais do Pico
São Miguel	Frente Marítima de São Roque/Rosto de Cão
São Miguel	Frente Marítima de Lagoa
São Miguel	Frente Marítima de Ribeira Quente

Fonte: *Resolução do conselho do Governo n.º 60/2021, 23 de março*

2.3.3.10. Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

O Decreto Legislativo Regional nº 15/2012/A, de 2 de abril, estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (RJCNB) e define medidas para o controlo de espécies invasoras. Este documento transpõe para o ordenamento jurídico regional a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, e a Diretiva n.º 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009, relativa à conservação das aves selvagens.

O presente diploma visa contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies selvagens, e da regulamentação da sua exploração, tendo em conta as exigências ecológicas, económicas, sociais, culturais e científicas, bem como as particularidades locais e regionais.

Segundo o nº 4 do art.º 1 do DLR nº 15/2012/A, de 2 de abril, o RJCNB visa ainda, regular a cultura ou criação em cativeiro e a introdução na natureza de espécies da flora e da fauna que não ocorram naturalmente no estado selvagem em território regional e a definição das medidas adequadas ao controlo e erradicação daquelas que se tenham tornado espécies invasoras ou que comportem risco ecológico conhecido.

O RJCNB é aplicável à (nº 1 do art.º 2 do DLR nº 15/2012/A, de 2 de abril):

a) A todas as espécies, incluindo as migradoras, que ocorrem naturalmente no estado selvagem no território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores, bem como aos gâmetas, propágulos, sementes, ovos, larvas, crias e habitats de todas aquelas espécies cuja conservação exija medidas específicas de proteção;

b) A todos os tipos de habitats naturais, e respetivas biocenoses, que ocorrem no território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores e nas áreas oceânicas circundantes cuja conservação exija medidas específicas de proteção;

c) Aos espécimes, vivos ou mortos, e a todos os produtos derivados das espécies abrangidas pela Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, aos quais se aplique o Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, de 9 de dezembro de 1996, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e o Regulamento (CE) n.º 865/2006, da Comissão, de 4 de maio de 2006, que estabelece as respetivas normas de execução, e suas alterações;

d) às aves de arribação e aos mamíferos e répteis marinhos que embora não ocorrendo habitualmente no território da Região Autónoma dos Açores nele naturalmente se encontrem, incluindo os espécimes que sejam arrojados à costa ou sejam encontrados mortos no mar.

E tem como princípios gerais (art.º 4 do DLR nº 15/2012/A, de 2 de abril):

1 - Princípio da precaução e das boas práticas de conservação da natureza, visando a utilização sustentável dos recursos biológicos através da gestão racional da utilização humana das espécies selvagens, de modo a compatibilizar de forma perene o seu uso e a capacidade de regeneração de todos os recursos vivos;

2 - Reconhecimento da paisagem como uma componente essencial do ambiente humano dos Açores e uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;

3 - Compete à administração regional autónoma e às autarquias locais, no âmbito das suas competências, tomar as medidas necessárias para garantir uma proteção eficaz das paisagens, dos habitats e das espécies que ocorrem naturalmente no território sob sua responsabilidade, mantendo uma vigilância permanente sobre o respetivo estado de conservação e adotando as políticas necessárias para garantir a sua manutenção num estado de conservação favorável;

4 - As políticas públicas devem desenvolver estratégias, planos e programas para a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade e adaptar àqueles fins as estratégias, planos ou programas já existentes;

5 - A autoridade ambiental deve proceder à identificação e monitorização dos ecossistemas, habitats e taxa mais importantes para a conservação da diversidade biológica, nomeadamente:

a) os ecossistemas e habitats que contenham grande diversidade biológica ou grande número de espécies endémicas ou ameaçadas;

b) os ecossistemas e habitats que pela combinação dos aspetos referidos na alínea anterior contenham espécies únicas e, por isso, sejam localmente insubstituíveis;

c) os ecossistemas e habitats que sejam frequentados por espécies migradoras, tenham importância social, económica, cultural ou científica, ou sejam representativos, únicos ou associados a processos evolutivos chave ou a outros processos biológicos relevantes;

d) as espécies e comunidades que estejam ameaçadas, sejam parentes selvagens de espécies domesticadas ou cultivadas, tenham valor medicinal, agrícola ou outro valor económico, tenham importância social, científica ou cultural, ou sejam importantes para a investigação sobre a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, como as espécies indicadoras;

e) as raças, variedades e cultivares tradicionais das espécies domesticadas;

f) os genomas e genes com importância social, científica ou económica ou que tenham potencial para uso em biotecnologia.

6 – Priorizar a manutenção do bom estado de conservação dos habitats, de forma a garantir condições *in situ* que permitam a conservação dos recursos genéticos nos seus habitats naturais, apenas havendo lugar ao recurso a medidas de conservação *ex situ* quando sejam inviáveis as medidas de conservação *in situ,* ou como mecanismo de segurança destinado a suprir eventuais insuficiências destas, ou como forma de minorar os riscos resultantes de acidentes ou de catástrofes naturais ou antropogénicas.

2.3.3.11. Programa Regional da Água

O Plano Regional da Água (PRA), consubstanciado no Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril, constitui um plano que tem por objetivo o planeamento e gestão dos recursos hídricos da Região. Em 2018, a Resolução do Conselho de Governo n.º 86/2018, de 30 de julho, determinou a alteração do Plano Regional da Água, com vista à sua adequação às atuais condições económicas, sociais, culturais e ambientais e conformação com o atual quadro normativo no domínio do planeamento e gestão dos recursos hídricos.

O PRA visa contribuir para otimizar a gestão dos recursos hídricos e reduzir um largo conjunto de disfunções existentes nesta área. Este constitui-se como o instrumento primordial de planeamento, em matéria de gestão da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos da Região Autónoma dos Açores, tendo como obrigação desenvolver, a nível regional, a valorização, proteção e gestão equilibrada da água. Nele são objeto de estudo os recursos hídricos superficiais, subterrâneos e costeiros, são avaliados os usos e as necessidades de água para o abastecimento público e os setores económicos, equacionada a proteção dos ecossistemas aquáticos, identificadas as pressões e situações de maior risco, bem com analisados o regime económico e financeiro e o quadro legal e institucional conexo com os recursos hídricos.

O Plano Regional da Água não é mais que a materialização da participação da Região Autónoma dos Açores no processo de planeamento de recursos hídricos nacional, conformando-se com os princípios estratégicos e programáticos do Plano Nacional da Água, assegurando-se por esta via a posição regional e a coerência nacional perante os compromissos europeus na área do Ambiente.

O Plano Regional da Água tem por base uma política ambiental preventiva, assente na concretização dos princípios do utilizador-pagador, ou seja, uma orientação para o controlo das emissões encorajando, também, a adoção de medidas de redução na fonte, a gestão da água com base em soluções integradas, a aplicação das melhores tecnologias disponíveis, a internalização de custos e o fomento da cidadania, com o objetivo de equilibrar as atuais pressões sobre os recursos hídricos e, dessa forma, suportar a sustentabilidade das atividades económicas e favorecer a equidade e subsidiariedade social na Região.

A 17 de janeiro de 2023 foi aprovado pela Assembleia Legislativa da RAA, a alteração do Programa Regional da Água dos Açores (PRA), que de acordo como artigo 80.º da LBGPPSOTU, contribuiu para a alteração da designação do Plano Regional da Água, pois trata-se de um programa setorial.

O Programa Regional da Água passa a assumir um foco estratégico que define as linhas de orientação e os objetivos estruturantes a alcançar a nível regional, cuja operacionalização materializa-se por meio de outros instrumentos de planeamento ou programação dedicados, por exemplo do PGRH-Açores e do PGRIA.

As linhas de orientação estratégica da alteração do PRA estão associados com sete áreas temáticas (AT), resultam da articulação dos diversos elementos e referenciais de âmbito internacional, nacional e regional, com destaque para os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Quadro 26. Linhas de Orientação Estratégica definidas por área Temática do PRA

Linhas de Orientação Estratégica	Aspetos a assegurar
AT1 – Quantidade da Água	
Gerir a procura de água para as populações e atividades económicas, assegurando a sustentabilidade do recurso numa gestão articulada e integrada perante as necessidades, as disponibilidades (acessíveis) e a gestão dos efeitos das Alterações Climáticas, bem como continuar a melhorar o serviço, numa perspetiva de melhoria do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água (AA), quer ao nível da redução de perdas, quer, eventualmente, ao nível do aumento da capacidade de armazenamento e de origens de água alternativas adequadas.	Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade, conforme necessário para uma utilização sustentável, assegurando uma gestão eficaz e eficiente da oferta e da procura desses recursos e equilibrada e equitativa da água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis
	Promover a gestão integrada das origens de água
	Promover um aumento da eficiência do funcionamento dos sistemas de abastecimento, designadamente ao nível da redução de perdas e otimização de meios
	Melhorar a gestão da água subterrânea com vista à mitigação da sua salinização resultante do avanço da interface água doce-água salgada
	Promover a reutilização de água, sempre que técnica e economicamente viável
	A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água (isto é, é

	fundamental assegurar que o bom funcionamento dos ecossistemas e habitats estão asseguradas pelas disponibilidades existentes, e se os outros usos (consuntivos e não consuntivos) não colocam em risco a disponibilidade das necessidades para o funcionamento dos ecossistemas
AT2 — Qualidade da Água	
Melhorar e proteger a qualidade da água	Garantir bom estado de todas as massas de água, superficiais, subterrâneas, costeiras e de transição, evitando qualquer degradação adicional;
	Garantir a proteção das origens de água (implementação no terreno dos perímetros de proteção) e dos ecossistemas associados
	Proteger e restaurar os ecossistemas naturais, por forma a garantir a conservação do capital natural e assegurar a provisão dos serviços dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres deles dependentes
	Obter uma proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias
	Assegurar a redução gradual da poluição das águas subterrâneas e evitar o agravamento da sua poluição
	Otimizar os serviços responsáveis pela drenagem e tratamento de águas residuais
	Promover a avaliação e redefinição das metas de atendimento dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas
	Promover a proteção, a melhoria da qualidade da água dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, através da redução das cargas poluentes tópicas e difusas, no cumprimento da legislação nacional e comunitária
	Promover a elaboração e manutenção de cadastros georreferenciados dos sistemas particulares de águas residuais
	Definir objetivos de estado mais exigentes para as massas de água associadas a zonas protegidas
	Estabelecer medidas de proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico e conservacionista ou de recuperação de habitats e de condições de suporte de espécies em áreas com elevada biodiversidade potencial;
	A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água
	Proteger e preservar o meio marinho, impedir a sua deterioração ou, quando exequível, restaurar os ecossistemas marinhos nas áreas afetadas
	Prevenir e reduzir as entradas no meio marinho, a fim de eliminar progressivamente a poluição tal como definida no ponto 8 do artigo 3.º da DQEM, por forma a assegurar que não haja impactes ou riscos significativos para a biodiversidade marinha, para os ecossistemas marinhos, para a saúde humana e para as utilizações legítimas do mar.
AT3 — Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos	
Prevenir e mitigar riscos, em especial associados a fenómenos hidrológicos extremos e a atividades antropogénicas, bem como implementar um modelo de gestão integrada com outros instrumentos de proteção dos recursos naturais, com destaque para os	Minimizar os riscos de cheias
	Minimizar os riscos de galgamentos e inundações costeiras
	Minimizar os riscos de erosão
	A mitigação dos efeitos das inundações e das secas
	Minimizar a poluição nos meios aquáticos causada por substâncias perigosas, nomeadamente as Substâncias Prioritárias, de forma a dar cumprimento às normas nacionais e comunitárias em vigor

ecossistemas e espécies terrestres e aquáticas associadas aos recursos hídricos	Prevenir as pressões com vista à redução e minimização dos riscos associados às atividades antropogénicas que possam resultar em poluição acidental dos recursos hídricos, de forma direta ou indireta
	Promover a gestão dos resíduos sólidos, prevenindo potenciais fontes de poluição associadas a vazadouros não controlados, bem como a adequada gestão das águas lixiviantes dos aterros ainda em funcionamento
	Evitar a degradação das zonas costeiras
	Assegurar o cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição no ambiente marinho
	Integrar as políticas de recursos hídricos nos diferentes instrumentos de ordenamento do território
	Promover a valorização económica dos recursos hídricos de interesse paisagístico, cultural, de recreio e lazer, turístico, energético ou outro, desde que compatível com a preservação dos meios hídricos
	Promover o planeamento e gestão integrada das águas superficiais, subterrâneas e costeiras
	Promover a elaboração e manutenção de cadastros informatizados de infraestruturas hidráulicas, e de usos e ocupações do domínio hídrico.
AT4 — Quadro Institucional e Normativo	
Otimizar a implementação e aplicação do atual quadro institucional e normativo e articulá-lo, de forma tangível, com referenciais ao nível da conservação da natureza, da gestão do mar, e outros instrumentos de gestão territorial.	Promover e otimizar um quadro e modelo institucional capaz de assegurar o planeamento e a gestão integrada dos recursos hídricos
	Otimizar a implementação e aplicação do quadro normativo, promovendo a sua efetiva operacionalidade
	Otimizar o modelo e unidade de gestão das necessidades / disponibilidades (acessíveis) de água na RAA em coerência com a unidade "física" que contém o "recurso hídrico disponível", considerando a sua natureza insular (unidade de gestão de ilha)
	Cumprir as exigências do foro nacional e comunitário em matéria de gestão e planeamento de recursos hídricos
	Assegurar a compatibilização da estratégia de desenvolvimento regional e das políticas públicas setoriais com a política da água
	Capacitar a administração pública, e em particular os agentes envolvidos na gestão da água, reforçando o modelo de organização institucional para a gestão da água e para o seu uso eficiente e garantindo as necessárias competências técnicas e administrativas para o seu eficaz funcionamento
	Definir modelos de gestão e acompanhamento dos instrumentos de planeamento de recursos hídricos que resultem numa avaliação contínua do grau de execução e da eficácia das ações propostas, num quadro de responsabilização transparente dos agentes envolvidos na cadeia de valor das medidas programadas
	Promover a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local e também com instituições da sociedade civil com competências na gestão dos recursos hídricos
	Promover o desenvolvimento de planos, programas e estratégias de setores que dependem das disponibilidades hídricas e que devem ter em consideração as características de cada setor, as exigências e oportunidades de mercado, e devem, com igual importância, incluir uma análise detalhada e suportada sobre a sustentabilidade ambiental, nomeadamente a associada às disponibilidades hídricas
AT5 — Regime Económico e Financeiro	
Promover a sustentabilidade económica e financeira dos serviços de	Aumentar a eficiência da utilização da água, reduzindo a pegada hídrica das atividades de produção e consumo e aumentando a produtividade física e económica da água

abastecimento, saneamento e de gestão dos recursos hídricos.	Promover a sustentabilidade económica na gestão da água, nomeadamente através da aplicação do princípio do poluidor/utilizador-pagador, promovendo a prática da avaliação económica, a adoção de soluções eficientes e a definição e implementação de instrumentos que visem internalização de custos associados às utilizações da água salvaguardando aspetos de equidade, bem como "promover o envio das propostas de tarifário de abastecimento de água e saneamento de águas residuais por parte das entidades gestoras para emissão de parecer pela ERSARA
	Assegurar uma adequada gestão dos ativos, garantindo a manutenção e otimização de infraestruturas e a boa qualidade dos serviços de águas
	Promover a implementação da Taxa de Recursos Hídricos na RAA
	Promover a implementação da abordagem de recuperação de custos, incluindo os custos ambientais e de escassez, pelas entidades gestoras
	Assegurar a eficiência hídrica no uso da água, que tem como propósito central a otimização do consumo do recurso água, garantindo que com a utilização da menor quantidade possível se consegue realizar a tarefa ou processo, produzir eficazmente o bem ou prestar o serviço. Neste contexto, a eficiência hídrica relaciona o consumo útil (consumo mínimo necessário para garantir a eficácia da utilização) e a procura efetiva (água efetivamente utilizada)
AT6 — Informação e Participação do Cidadão	
Promover e otimizar os modelos de informação e de participação do cidadão	Promover a sensibilização e informação do público para as questões da água e incentivar uma cidadania e participação ativa do público nas atividades de decisão sobre a gestão da água, com vista à sua melhoria e do saneamento de águas residuais, através da representação equitativa das populações na defesa do direito do ambiente, dos interesses difusos, dos interesses diretos e indiretos de propriedade, de emprego e de segurança
	Promover estratégias que permitam motivar a participação efetiva de todos os setores e comunidade no geral, no sentido de se tornarem parte do processo de decisão e não apenas espetadores dos mesmos
	Promover a adoção de novas práticas de governação e governança, baseadas nos princípios de abertura à sociedade, participação e responsabilização podem contribuir para renovar a confiança depositada nas entidades públicas por parte de empresas, das organizações não-governamentais e dos cidadãos em geral
	Otimizar o sistema de gestão de informação que permita disponibilizar em tempo útil e de uma forma expedita o conhecimento atualizado sobre os recursos hídricos para satisfazer as necessidades dos diferentes agentes do setor e das partes interessadas
AT7 — Conhecimento	
Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos de modo a colmatar lacunas de conhecimento e otimizar a sua gestão	Promover o conhecimento e investigação sobre os recursos hídricos, proporcionando o aprofundamento do conhecimento técnico e científico
	Reforçar e operacionalizar um sistema de monitorização (e interpretação) que permita avaliar as disponibilidades e consumos de água, o estado das massas de água e a evolução das pressões
	Otimizar a rede de monitorização, de forma a construir um sistema de informação e vigilância relativo ao estado e utilizações do domínio hídrico
	Promover o reforço da monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas

Fonte: *DLR n.º 9/2023/A, de 8 de março (2023); Relatório Técnico do PRA - Volume 5 , Linhas de Orientação Estratégica e Objectivos (2021)*

A alteração do PRA propõe a revisão de metas e a introdução de novos objetivos. São considerados dois tipos de objetivos, os objetivos de estado e os objetivos de resposta, com metas

estabelecidas para 2025 e para 2030. Os objetivos de estado correspondem "a metas de qualidade ambiental que se pretendem atingir para a Região, para se atingirem é necessário recorrer a um conjunto de "respostas" da sociedade" enquanto que os objetivos de resposta "representam compromissos de resposta da sociedade, estabelecidos no sentido da prossecução dos objetivos de estado desejados e, consequentemente, estão diretamente ligados a medidas, projetos e ações resultantes de outros instrumentos de planeamento e programação de recursos hídricos".

Quadro 27. Objetivos de Estado do PRA

Objetivo de estado	Objetivo 2025	Objetivo 2030
AT1 – Quantidade da Água		
Água Segura	>98,5%	>99,0%
AT2 — Qualidade da Água		
Massas de água superficiais interiores com Estado igual ou superior a Bom	51,5 %	100 %
Massas de água superficiais costeiras com Estado igual ou superior a Bom	100 %	100 %
Massas de água superficiais de transição com Estado igual ou superior a Bom	66,6 %	100 %
Massas de água subterrâneas com Estado igual ou superior a Bom	89,3 %	100 %
Qualidade trófica das lagoas	E passar a M (*) M manter M O manter O	E passar a M M manter M O manter O
Qualidade das Águas Balneares	100 % Excelente	100 % Excelente
Massas de água associadas a áreas protegidas no âmbito da RN2000 com Estado igual ou superior a Bom	87,5 %	100 %
Massas de água associadas a Zonas Vulneráveis com Estado igual ou superior a Bom	38,5 %	100 %
Terrenos agrícolas afetos à agricultura biológica	10 %	25 %
AT3 — Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos		
Bacias hidrográficas com zonas críticas à ocorrência de cheias fluviais	5	0
Zonas críticas à ocorrência de inundações costeiras	0	0
Grau de artificialização da costa	Artificial: 12,0 % Semiartificial: 30,0 % Seminatural: 55,0 % Natural: 3,0 %	Artificial: 12,0 % Semiartificial: 25,0 % Seminatural: 55,0 % Natural: 8,0 %

Nota: * Com exceção da Lagoa Funda e da Lagoa Negra (Flores) e da Lagoa do Congro, da Lagoa Verde, da Lagoa de Santiago e da Lagoa das Furnas (São Miguel)
Legenda: E — Eutrófica; M — Mesotrófica; O — Oligotrófica.

Fonte: *DLR n.º 9/2023/A, de 8 de março (2023)*

Quadro 28. Objetivos de Resposta do PRA

Objetivo de estado	Objetivo 2025	Objetivo 2030
AT1 – Quantidade da Água		
Origens de água com perímetros de proteção implementados	50 %	100 %
População servida por sistemas de abastecimento de água	100 %	100 %
Perdas nos sistemas de abastecimento de água	<40% e >25 %	<25% e >20 %
Avaliação satisfatória na ocorrência de falhas no abastecimento	80 %	100 %
Consumo urbano: atingir uma eficiência de utilização da água	40 %	80 %
Consumo turístico: atingir uma eficiência de utilização da água	40 %	80 %

Consumo agrícola/agropecuário: atingir uma eficiência de utilização da água	30 %	65 %
Consumo de água na agropecuária por rede separativa	50 %	75 %
Reutilização de águas residuais tratadas	5 %	15 %
Reutilização de águas pluviais na indústria e agricultura/pecuária	40 %	60 %
Redução dos custos ambientais e de escassez	40 %	60 %
Planos de Gestão de Secas e Escassez regionais e setoriais (agricultura e pecuária)	1 regional; 1 setorial	1 regional; 1 setorial
Planos de Segurança da Água	19	19
AT2 — Qualidade da Água		
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	75 % (*)	85 % (*)
População servida por sistemas de tratamento adequado de águas residuais	75 %	85 %
Redefinição das metas de atendimento dos serviços de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas	1 (**)	1 (**)
Zonas sensíveis e vulneráveis definidas	1 (***)	1 (***)
AT3 — Gestão de Riscos e Valorização dos Recursos Hídricos		
Bacias hidrográficas com sistemas de monitorização e alerta de cheias	11	11
POOC com medidas de reabilitação/renaturalização e proteção costeira definidas/implementadas	9	9
Diminuição do grau de artificialização da costa	5 %	15 %
Concelhos com cadastro de infraestruturas hidráulicas georreferenciado	100 %	100 %
AT4 — Quadro Institucional e Normativo		
Instrumentos de planeamento setoriais articulados com as Linhas de Orientação Estratégica e objetivos do PRA	40 %	100 %
Diminuição dos processos de contraordenação ambiental levantados associados a recursos hídricos	30 %	50 %
AT5 — Regime Económico e Financeiro		
Internalização dos custos totais no sistema tarifário	70 %	75 %
Nível de recuperação de custos nos serviços de saneamento de águas residuais	60 %	75 %
Implementação da Taxa de Recursos Hídricos	0 %	100 %
Aplicação da recuperação dos custos ambientais e de escassez pelas Entidades Gestoras	50 %	100 %
Aplicação de tarifários familiares para agregados familiares numerosos pelas Entidades Gestoras	70 %	100 %
Aplicação de tarifários especiais para situações de carência económica pelas Entidades Gestoras	70 %	100 %
AT6 — Informação e Participação do Cidadão		
Acessos ao Portal dos Recursos Hídricos	100/dia	150/dia
Reforço das ações de sensibilização/educação e formação sobre recursos hídricos	> 150/ano	> 150/ano
AT7 — Conhecimento		
Representatividade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas.	Superficiais interiores: 100 % Superficiais costeiras e de transição: 45 %. Subterrâneas: 75 %	Superficiais interiores: 100 % Superficiais costeiras e de transição: 70 %. Subterrâneas: 100 %
Adequabilidade da rede de monitorização das massas de água superficiais e subterrâneas.	Superficiais interiores: 65 % Superficiais costeiras e de transição: 50 %. Subterrâneas: 60 %	Superficiais interiores: 80 % Superficiais costeiras e de transição: 100 %. Subterrâneas: 80 %

Nota: * Os objetivos para 2025 e 2030 poderão ser revistos em função do resultado do estudo de redefinição das metas de atendimento associado ao tipo de tratamento adequado para aglomerados com população inferior a 2000 pessoas equivalentes.
** O valor «1» definido como objetivo refere -se à elaboração do estudo de «Avaliação e redefinição das metas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais urbanas» — medida RH9_S_057 prevista no PGRH -Açores 2016 -2021.
*** O valor «1» definido como objetivo refere -se à publicação da listagem das zonas sensíveis por Resolução do Conselho de Governo Regional.

Fonte: *DLR n.º 9/2023/A, de 8 de março (2023)*

Segundo o artigo 13.º do DLR n.º 9/2023/A, de 8 de março os planos municipais de ordenamento do território devem acautelar a programação e a concretização das políticas e objetivos definidos na alteração do PRA.

2.3.3.12. Programa Regional para as Alterações Climáticas

A Resolução do Conselho de Governo n.º 123/2011, de 19 de outubro, aprovou a Estratégia Regional para as Alterações Climáticas (ERAC), focada tanto na mitigação, como na adaptação. Consequentemente, e com a finalidade de operacionalizar a estratégia regional, o Governo Regional determinou a elaboração do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), através da Resolução do Conselho do Governo n.º 93/2014, de 28 de maio e publicado pelo DLR n.º 30/2019/A, de 28 de novembro, com os seguintes objetivos estratégicos:

a) Estabelecer cenários e projeções climáticas para os Açores nos horizontes de curto (2010 -2039), médio (2040 -2069) e longo prazo (2070 -2099);
b) Estimar as emissões regionais de Gases com Efeito de Estufa (GEE), avaliando o contributo regional para a emissão de GEE, quer a nível setorial, quer ainda em comparação com o contexto nacional;
c) Definir e programar medidas e ações, de aplicação setorial, para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, estimando o seu potencial de redução;
d) Definir e programar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas para os diversos setores estratégicos;
e) Proceder à avaliação e análise do custo -eficácia das medidas e ações propostas e definir as responsabilidades setoriais para a respetiva aplicação;
f) Identificar mecanismos de financiamento para as medidas definidas;
g) Definir um programa de monitorização e controlo da sua implementação.

Considerando o preconizado no PRAC, existem quatro realidades territoriais específicas que são simultaneamente prioritárias na ótica do Ordenamento do Território e da adaptação às Alterações Climáticas, nomeadamente: i) as orlas costeiras; ii) as bacias hidrográficas de lagoas e ribeiras; iii) As áreas fundamentais para a conservação da natureza e da biodiversidade e; iv) As zonas de risco.

Na perspetiva da adaptação às Alterações Climáticas, cada uma destas zonas integra um espaço de prioridade de intervenção, devido à sua elevada vulnerabilidade, conforme demonstra o seu enquadramento em Setores Estratégicos definidos no âmbito da ERAC e operacionalizados pelo PRAC.

A sensibilidade analisada é realizada em torno dos 4 domínios estruturantes do setor do Ordenamento do Território e Zonas Costeiras, designadamente, a proteção de pessoas e bens, materializada na análise das zonas suscetíveis, as zonas costeiras, através do índice de vulnerabilidade costeira, os recursos hídricos superficiais e a biodiversidade e paisagem, através de uma análise de vulnerabilidades específica a cada um dos elementos supramencionados.

Também, é realizada uma abordagem às zonas de maior suscetibilidade da Região no que se refere à ocorrência de eventos climáticos extremos, bem como a eventos relacionados com fatores climáticos.

A análise realizada suporta-se na cartografia desenvolvida no âmbito da Carta de Riscos Geológicos, do Plano de Gestão de Riscos de Inundação da RAA (PGRIA), Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (PGRH) e Quadro de Referência da Reserva Ecológica da Região. Independentemente do documento analisado, foi ponderado só o nível mais gravoso da escala de vulnerabilidade identificada. Tal referência, permite identificar as áreas onde existe maior probabilidade de ocorrência de eventos catastróficos, designadamente, movimentos de massa, cheias ou inundações, assim como as zonas ameaçadas pelo mar.

De forma generalizada, toda a RAA possui um elevado risco de ocorrência de movimentos de massa. No geral, a zona costeira das ilhas, concentra parte relevante das áreas em risco. As inundações, similarmente aos movimentos de massa, são uma das consequências de eventos climáticos que mais afeta a Região. Estas podem, eventualmente, ser provocadas por ciclones e por precipitação extrema/intensa.

Na ilha de São Jorge, bem como noutras ilhas do Arquipélago, não existem situações de risco de inundação elevado, contudo não significa que o risco seja inexistente (o seu risco de inundação não se encontra no nível mais gravoso da escala).

Por forma a completar o estudo, para além do risco de inundação do PGRIA, foi também analisado o risco de cheia resultante do PGRH. Salienta-se neste ponto, que a ilha de São Jorge não é uma das ilhas afetadas pelo nível elevado de risco de cheia.

Por fim, relativamente às zonas ameaçadas pelo mar, o quadro de referência da Reserva Ecológica da Região identifica as várias áreas de cada ilha em que ocorre risco de inundação costeira e galgamento, não estando definida uma escala que classifique o grau desse risco. Mesmo assim, praticamente todas as ilhas, incluindo São Jorge, têm a quase totalidade do seu perímetro ameaçado pelo mar.

Esta análise permitiu concluir que existem na RAA diversas situações de suscetibilidade elevada. Tal facto é transversal a todas as ilhas.

Relativamente à análise da vulnerabilidade costeira, esta é feita com base no índice de vulnerabilidade costeira (IVC), desenvolvido por Borges *et al*. (2014), inicialmente testado na ilha do Pico e

posteriormente aplicado com êxito noutros territórios, nomeadamente na ilha de São Jorge (Palmer *et al*., 2011 e Davies, 2012). De forma sucinta, passa-se a explicar o mesmo:

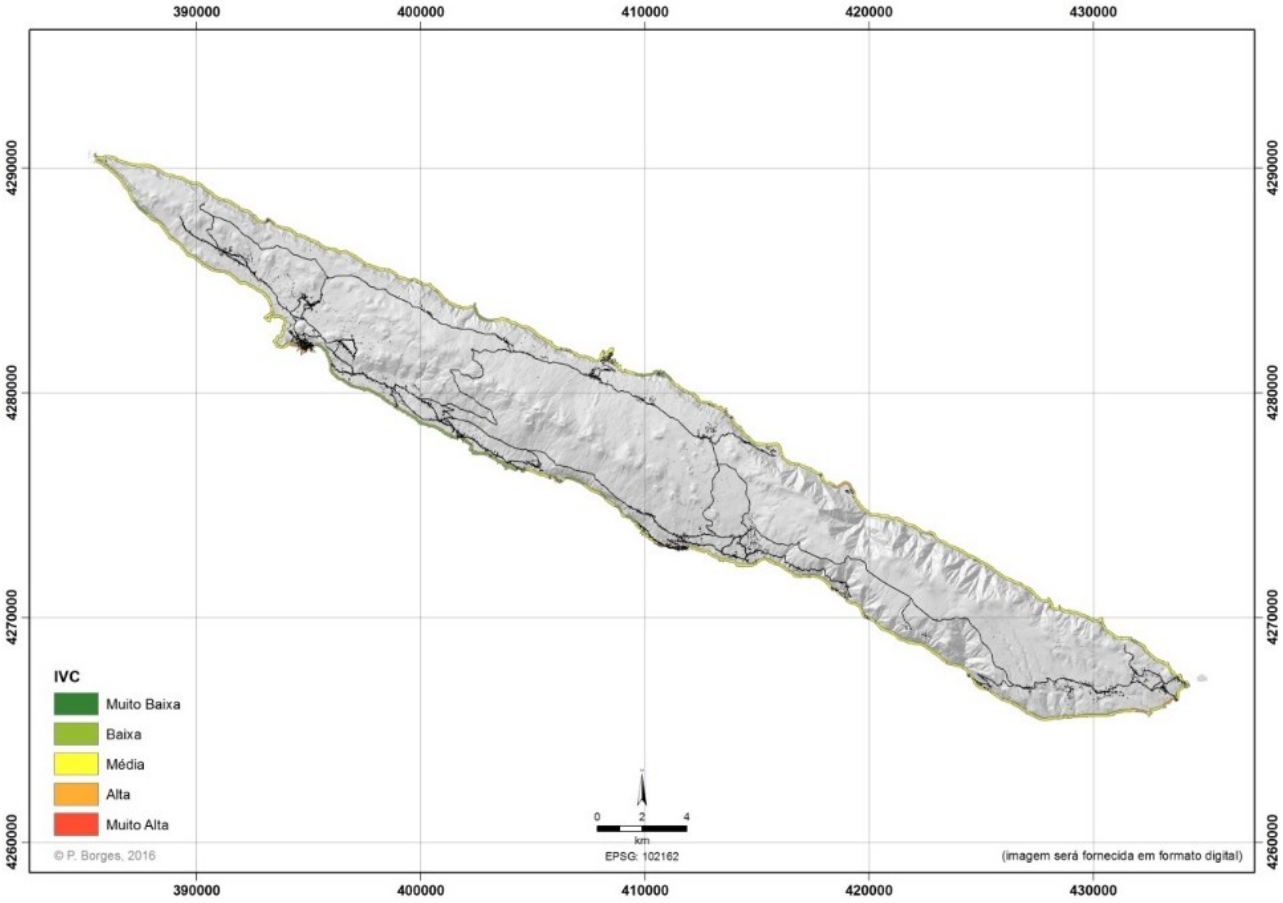
O índice estabelece uma categoria de vulnerabilidade costeira com base em seis parâmetros concretos, designadamente: i) Tipo de arribas/vertentes costeiras; ii) Exposição à ondulação e tempestades; iii) Área de inundação; iv) Existência de defesas costeiras; v) Tipo de praias; vi) Uso do solo.

Cada um destes parâmetros foi classificado numa escala que variava entre muito baixo (1) e muito alto (5).

A análise destes parâmetros possibilita identificar potenciais tendências evolutivas que, por consequência, determinarão a dinâmica dos processos que afetam as áreas costeiras.

O resultado final da análise de vulnerabilidade costeira para a ilha de São Jorge é apresentado de seguida, veja-se figura 16.

Figura 16. Índice de Vulnerabilidade Costeira (IVC) para a ilha de São Jorge

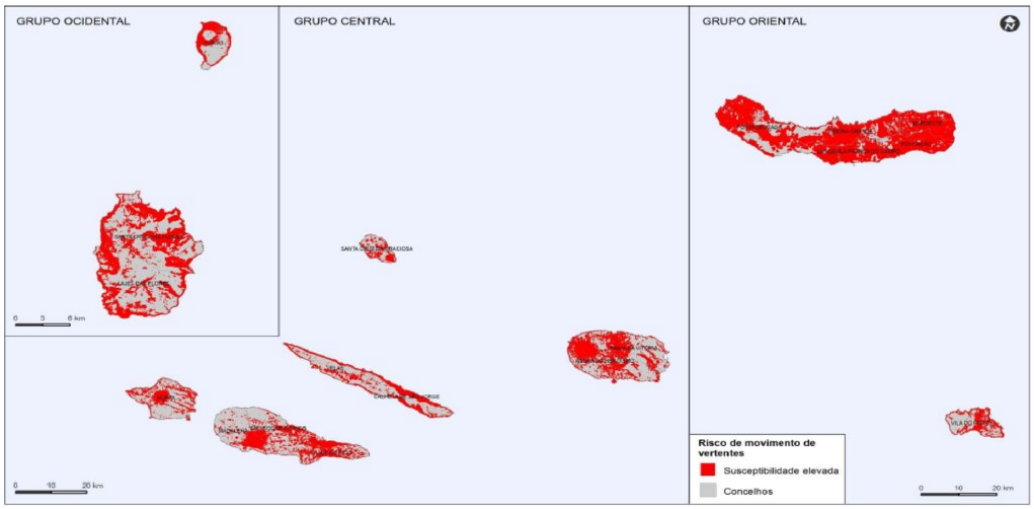


Fonte: *Borges, P. (2016)*

Segurança de pessoas e bens

Os movimentos de vertente registam impactos consideráveis, constituindo-se como um evento com maiores consequências sobre pessoas e bens. Na figura 17 estão identificadas as áreas em que, com base na carta de riscos geológicos, a suscetibilidade da ocorrência de movimentos de vertente é mais elevada.

Figura 17. Áreas de Suscetibilidade elevada a movimentos de vertente

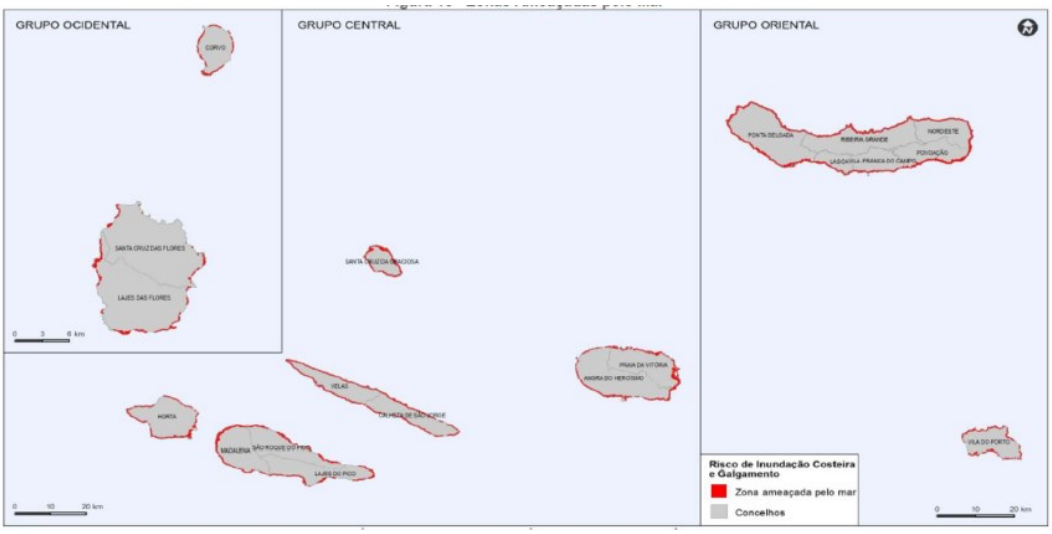


Fonte: *Equipa Técnica PRAC, com base na Carta de Riscos Geológicos (2016).*

No caso da ilha de São Jorge, não existem, segundo o PRAC, situações de risco de inundação elevado, o que não significa que o risco seja inexistente, mas antes que o risco de inundação não se encontra no nível mais gravoso da escala mencionada no mesmo plano.

No que diz respeito às zonas ameaçadas pelo mar, o quadro de referência da Rede Ecológica da Região identifica as diferentes áreas de cada ilha em que existe risco de inundação costeira e galgamento, não estando definida uma escala que classifique o grau desse risco. Na ilha de São Jorge, e como enunciado anteriormente, quase todo o perímetro encontra-se ameaçado pelo mar. Essas zonas ameaçadas, são zonas consideradas particularmente sensíveis no âmbito da promoção da resiliência e da diminuição das vulnerabilidades.

Figura 18. Zonas ameaçadas pelo mar



Fonte: *Equipa Técnica PRAC, com base no Reserva Ecológica – RAA Quadro de Referência Regional (2016).*

De maneira global o PRAC define para a RAA, algumas diretrizes especificas para Adaptação e Mitigação às Alterações Climáticas, com competências atribuídas aos municípios, quer como promotores, quer como parceiros:

Quadro 29. Diretrizes especificas para Adaptação e Mitigação às Alterações Climáticas

DIRETRIZES ESPECIFICAS DE ADAPTAÇÃO	CONCRETIZAÇÃO	ENTIDADES
Diretrizes Específicas de Adaptação – Ordenamento do Território e Zonas Costeiras		
Assegurar a integração da adaptação às Alterações Climáticas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, reforçando o princípio da precaução e a redução da exposição aos riscos naturais.	REG (PMOT)	CM, GRA-OT
Fomentar a capacidade técnica no âmbito da integração climática no Ordenamento do Território e da Adaptação	REC (Governança)	GRA-OT,GRA-Tu, CM, ATA, Uaç
Integrar a cartografia de risco nos Planos Diretores Municipais e reforçar as restrições ao uso e ocupação do solo nas zonas de risco.	REG (PMOT)	CM, GRA-OT, GRA-M
Avaliar e programar a retirada de edificações/ infraestruturas de áreas de risco, através de análise custo-benefício	REG (PMOT e PEOT)	GRA-OT, GRA-M, GRA-Tu, SRPCBA, LREC, CM
Reforçar as restrições ao uso e ocupação do solo nos troços costeiros com maior suscetibilidade ao galgamentos e inundação	REG (PMOT e PEOT)	CM, GRA-OT
Reforçar a monitorização da orla costeira na RAA.	REC (Governança)	GRA-M
Promover a gestão adaptativa das bacias hidrográficas adequando o Ordenamento do Território à incerteza e à evolução dos fenómenos climáticos	REC (PEOT e Governança)	GRA-OT, GRA-RH, CM

Definir normas de delimitação de risco de cheia nas ribeiras da Região Autónoma dos Açores.	REC (Estudos/ informação e governança)	GRA-OT, GRA-RH, LREC, UAç
Caraterizar os habitats da Rede de Áreas Protegidas (RAP) para adequada avaliação da vulnerabilidade e adoção de medidas de adaptação pelos Parques Naturais de Ilha.	REC (governança)	GRA-CN, GRA-M, UAç
Diretrizes Específicas de Adaptação – Segurança, Pessoas e Bens		
Estabelecer normas de edificação e criar sistemas de drenagem e de recuperação das condições de permeabilidade em áreas suscetíveis a cheias	REG (PEOT, PMOT, Programas setoriais) REC (Regulamento)	GRA-OT, CM
Introduzir nos PEPC dos diferentes níveis territoriais os efeitos expectáveis das Alterações Climáticas na intensidade e frequência de manifestação dos eventos extremos	REC (programas setoriais)	SRPCBA, CM, Uaç
Definir critérios de ativação dos planos de emergência e proteção civil em função dos cenários considerados	REC (programas setoriais)	SRPCBA, CM, GRA-OT, GRA-RH
Delimitar áreas de risco para os períodos de retorno de cheia e inundação considerando os cenários de Alterações Climáticas	REC (PEOT, PMOT)	GRA-RH, GRA-CN, SRPCBA, UAç
Diretrizes Específicas de Adaptação – Ecossistemas e Recursos Naturais		
Melhorar os habitats da Rede Natura 2000 (área terrestre) e os habitats costeiros e marinhos	REC (programas setoriais)	GRA-CN, GRA-M, CM, Uaç
Monitorizar e controlar a propagação de espécies invasoras	REC (Governança)	GRA-CN, GRA-F, CM, Uaç, SPEA
Diretrizes Específicas de Adaptação – Agricultura e Florestas		
Promover a seleção e utilização de espécies vegetais autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas	REG (PROT, PEOT, PMOT, Programas setoriais) REC (Regulamento)	GRA-F, GRA-CN, GRA-OT, GRA-RH, GRA-Tu, CM, Uaç
Diretrizes Específicas de Adaptação – Recursos Hídricos		
Implementar sistema de monitorização das perdas de águas dos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano	REC (Governança)	CM
Criar reservatórios para armazenamento de água para garantir disponibilidade de água sem sobrecarga dos recursos naturais em períodos de escassez	REC (Governança)	CM
Requalificar os sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas e assegurar a proteção da integridade infraestrutural e a sua operacionalidade em situações de ocorrência de eventos extremos	REC (Governança)	CM
Controlar as captações em massas de água superficiais para consumo público	REC (PMOT e Regulamento)	GRA-RH

DIRETRIZES ESPECIFICAS DE MITIGAÇÃO	CONCRETIZAÇÃO	ENTIDADES
Diretrizes de Mitigação de Transportes e Mobilidade		
Reduzir o consumo de combustíveis fosseis e as emissões de GEE através do aumento da utilização de modos de transporte suave, da restrição à utilização do transporte privado	REC (programas estratégicos)	GRA-T, CM
Reduzir a intensidade carbónica dos transportes públicos através do planeamento estratégico tecnológico	REC (programas estratégicos)	GRA-T, GRA-E, CM
Promover a redução do consumo energético e das emissões de GEE associadas, quer pela adoção de tecnologias mais eficientes, alteração de comportamentos, ou medidas passivas de eficiência energética na construção de edifícios, incluindo através do desenho bioclimático	REC (PROT, PMOT, regulamento, governança)	GRA-E, GRA-OP
Diretrizes de Mitigação da Indústria Transformadora Energética e Uso de Energia na Agricultura e Pescas		
Promover o aumento da eficiência energética e da economia circular junto das empresas	REG (PMOT) REC (incentivos)	GRA-E, GRA-AIC, CM
Diretrizes de Mitigação da Agricultura		
Reduzir as emissões de GEE e aumentar o sequestro de carbono em solos orgânicos	REG (PROT, PEOT, PMOT) REC (incentivos, estudos/informação, governança)	GRA-CN, GRA-Ag, GRA-F, GRA-ADR, CM
Diretrizes de Mitigação de Alterações do Uso do Solo		
Aumentar o sequestro de carbono em áreas florestais	REG (PROT, PEOT, PMOT) REC (incentivos)	GRA-CN, GRA-F, GRA-OT, CM
Diretrizes de Mitigação de Alterações de Resíduos e Águas Residuais		
Reduzir as emissões de gases com efeito estufa associadas ao tratamento e deposição final dos resíduos	REC (programas setoriais, incentivos, estudos/informação, governança)	GRA-R, EGRU, ERSARA, CM, GRA-Ag, GRA-AIC
DIRETRIZES ESPECIFICAS AO NIVEL DO CONHECIMENTO E SENSIBLIZAÇÃO	**CONCRETIZAÇÃO**	**ENTIDADES**
Acelerar o passo no caminho rumo à resiliência e à neutralidade carbónica através do conhecimento e da informação	REC (programas setoriais, planos estratégicos, incentivos, estudos/informação)	GRA-A, GRA-CN, GRA-R, GRA-F, GRA-Ag, GRA-RH, GRA-E, GRA-T, GRA-S, GRA-M, GRA-P, GRA-AIC, ERSARA, EDA, EDA-R, ATA, IPMA, PA, CM, UAç, SPEA

Fonte: *PRAC (2019)*

2.3.3.13. Estratégia Florestal da Região Autónoma dos Açores

A Estratégia Florestal dos Açores é direcionada para o desenvolvimento do setor florestal na região, como um setor principal, autónomo e capaz de gerar riqueza e bem-estar às populações locais.

Neste sentido, foi implementada pelo Governo dos Açores, a certificação de um sistema de gestão dos perímetros Florestais e Matas Regionais, com o intuito de garantir uma utilização sustentável dos

recursos. Esse processo foi iniciado em 2013, no Núcleo Florestal da Achadinha, no Concelho do Nordeste, ilha de São Miguel.

A Estratégia Florestal dos Açores assenta nos seguintes objetivos estratégicos, materializados em medidas estratégias:

1. **Promover a certificação gestão florestal, a valorização dos produtos florestais e a sua comercialização através da procura de novos mercados:**

   1.1. Certificar a Gestão Florestal das áreas públicas;
   1.2. Apoiar a certificação da Gestão Florestal das áreas privadas;
   1.3. Implementar o processo de marcação CE (Conformidade Europeia) da madeira de *Cryptomeria Japonica*, e promover estudo de "I&D" no âmbito da tecnologia dos produtos florestais;
   1.4. Consolidar e divulgar a marca "Criptoméria dos Açores";
   1.5. Criar a marca "Florestas dos Açores".

2. **Aumentar a competitividade do setor florestal através da utilização sustentável dos recursos florestais:**

   2.1. Beneficiar os viveiros florestais;
   2.2. Certificar a produção de material florestal de reprodução;
   2.3. Promover o fomento florestal;
   2.4. Valorizar o potencial genético da *Cryptomeria Japonica;*
   2.5. Estudar a adaptabilidade de espécies florestais exóticas;
   2.6. Revitalizar os ecossistemas florestais autóctones;
   2.7. Elaborar modelos de silvicultura para a *Cryptomeria Japonica;*
   2.8. Reforçar o investimento na rede viária rural e florestal;
   2.9. Incentivar a valorização da Biomassa Florestal;
   2.10. Apoiar a valorização profissional dos agentes da fileira Florestal;
   2.11. Criar uma bolsa de prestadores de serviços Florestais;
   2.12. Fomentar o associativismo florestal;
   2.13. Promover a utilização e a criação de serviços de aconselhamento florestal;
   2.14. Estimular o investimento na fileira florestal.

3. **Incentivar a gestão florestal ativa:**

   3.1. Dotar a RAA de um Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF);
   3.2. Incentivar a elaboração de Planos de Gestão Florestal (PGF);
   3.3. Criar uma plataforma digital para elaboração de PGF's;
   3.4. Elaborar Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF);
   3.5. Gestão das áreas dos Perímetros Florestais;
   3.6. Desenvolver o sistema de informação;
   3.7. Atualizar o Regime Jurídico da Proteção do Património Florestal da RAA;

4. Dinamizar o uso múltiplo da floresta:

4.1. Valorizar a Floresta como sumidouro de carbono;
4.2. Compensar os Serviços dos ecossistemas florestais;
4.3. Potenciar a gestão sustentável dos recursos cinegéticos e piscícolas nas águas interiores;
4.4. Valorizar a Floresta de Recreio.

2.3.3.14. Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores

O Regime de Proteção e Classificação das Cavidades Vulcânicas dos Açores foi aprovado pelo DLR n.º 10/2019/A, de 22 de maio e tem como objetivos:

- Conhecer e proteger o estado natural das estruturas geológicas e vulcano-espeleológicas, bem como dos respetivos habitats e espécies;
- Salvaguardar as especificidades naturais e culturais das cavidades vulcânicas, incluindo a integridade física e condições de estabilidade dessas estruturas;
- Promover a investigação científica e a manutenção de serviços dos ecossistemas associados às cavidades vulcânicas;
- Promover a compatibilidade entre a conservação da geodiversidade e dos ecossistemas e as atividades industriais, agrícolas, florestais, de turismo, de recreio e de lazer; e) Promover ações de sensibilização e educação ambiental orientadas para o uso sustentável dos recursos naturais presentes nas cavidades vulcânicas.

As cavidades vulcânicas são classificadas segundo o grau de conhecimento e importância em termos geológicos, biológicos, estéticos e de integridade, nas seguintes categorias:

- Classe A — cavidade com elevado interesse de conservação, caraterizada pela presença de elementos patrimoniais geológicos e biológicos únicos, nomeadamente a ocorrência de espécies endémicas ou troglóbias ou de formações geológicas muito raras, bem como pela grande dimensão ou elevada integridade, não apresentando sinais de destruição ou de interferência antrópica;
- Classe B — cavidade com interesse de conservação, caraterizada pela presença de elementos patrimoniais geológicos e biológicos importantes, nomeadamente a ocorrência de ecossistemas cavernícolas íntegros ou de formações geológicas raras, bem como pela dimensão média ou relativa integridade, apresentando poucos sinais de interferência humana;

- Classe C — cavidade com valor natural reduzido, caraterizada essencialmente pela pequena dimensão e pela ausência de elementos patrimoniais geológicos e biológicos importantes ou existência de sinais de deterioração do ecossistema;
- Classe D — cavidade com valor natural não conhecido, em resultado da ausência de informação sobre os elementos patrimoniais aí presentes.

As cavidades da classe A são integradas no PNI da respetiva ilha e são estabelecidas as seguintes orientações de gestão para as várias classes:

- Monitorizar e fiscalizar, regularmente, as cavidades vulcânicas das classes A e B;
- Controlar ou condicionar o acesso às cavidades vulcânicas das classes A e B;
- Aplicar medidas de controlo e erradicação de espécies invasoras e promover o repovoamento com espécies de plantas vasculares indígenas junto às aberturas das cavidades vulcânicas das classes A e B;
- Assegurar a integridade e as condições de estabilidade das cavidades vulcânicas das classes A e B, aquando do planeamento e execução do traçado de novas vias de comunicação ou da realização de trabalhos de manutenção ou alteração de vias existentes;
- Assegurar a vedação das aberturas das cavidades vulcânicas localizadas em explorações agropecuárias, de forma a impedir o acesso ou queda de animais;
- Fiscalizar a eventual deposição de resíduos junto às aberturas e no interior das cavidades vulcânicas;
- Implementar programas de monitorização geoambiental em cavidades vulcânicas onde ocorram atividades regulares de animação ambiental e turística, com vista ao controlo das condições de segurança e de estabilidade das estruturas subterrâneas;
- Consolidar as formações geológicas instáveis, designadamente em troços visitáveis de cavidades vulcânicas onde ocorram atividades regulares de animação ambiental e turística;
- Disponibilizar informação e equipamento de segurança aos visitantes de cavidades vulcânicas onde ocorram atividades regulares de animação ambiental e turística.

São interditos os seguintes atos e atividades nas cavidades vulcânicas:

- A utilização de explosivos, sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B e numa faixa de cento e cinquenta metros, medida a partir do limite do respetivo traçado;

- A extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos, sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B e numa faixa de cinquenta metros, medida a partir do limite do respetivo traçado;
- A alteração à morfologia do solo, por mobilização geral ou aterro, sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B e numa faixa de vinte metros, medida a partir do limite do respetivo traçado, com exceção de ações que visem a minimização de impactes ambientais associados a zonas de extração de massas minerais abandonadas e não recuperadas, desde que autorizadas pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente;
- A construção de novas edificações e a ampliação de construções existentes sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B e numa faixa de dez metros, medida a partir do limite do respetivo traçado, exceto tratando -se de intervenções necessárias ao apoio à interpretação e visitação ou à conservação da cavidade vulcânica, desde que autorizadas pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente;
- A realização de escavação sobre o traçado de cavidade vulcânica de classe A, exceto se executada por meio manual;
- O depósito de resíduos no interior de qualquer cavidade vulcânica e numa faixa de dez metros, medida a partir do limite da respetiva abertura.

Nestes elementos ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio, de caráter vinculativo, do departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente, os seguintes atos e atividades:

- A remodelação de construções existentes sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B;
- A alteração à morfologia do solo, por mobilização geral ou aterro, sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B e numa faixa de vinte metros, medida a partir do limite do respetivo traçado, com vista à minimização de impactes ambientais associados a zonas de extração de massas minerais abandonadas e não recuperadas;
- A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte ou arranque de vegetação arbórea e arbustiva numa faixa de dez metros, medida a partir do limite da abertura de qualquer cavidade vulcânica, com exceção das decorrentes da execução de ações de conservação da natureza, manutenção e limpeza;
- A construção de novas edificações, a ampliação de construções existentes sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes C e D;

- A utilização de explosivos, a extração de massas minerais e a instalação de novas explorações de recursos geológicos, sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes C e D;
- A realização de atividades de prospeção e pesquisa e de trabalhos de investigação científica;
- A recolha de qualquer amostra geológica e de recursos biológicos;
- A exploração de atividades de animação ambiental e turística, bem como a realização de eventos culturais e desportivos;
- A utilização de explosivos sobre o traçado de cavidade vulcânica das classes A e B e numa faixa entre os 150 e os 300 metros a partir do respetivo traçado

Na ilha de São Jorge constam do Inventário do Património Espeleológico dos Açores (IPEA) 50 cavidades vulcânicas, das quais 33 localizam-se no concelho de Velas.

Quadro 30. Lista das cavidades vulcânicas no concelho das Velas

Cavidade Vulcânica	Freguesia
Algar das Bocas do Fogo	Santo Amaro
Algar do Morro Pelado	Manadas
Algar do Pico dos Suspiros I	Manadas
Algar do Pico dos Suspiros II	Manadas
Algar/gruta do Pico dos Suspiros III	Manadas
Algar/gruta dos Pastos do Lúcio II	Manadas
Algares do Pico da Maria Pires I	Santo Amaro
Algares do Pico da Maria Pires II	Santo Amaro
Furna da Preguiça I	Velas
Furna da Preguiça II	Velas
Furna da Vigia I	Urzelina
Furna da Vigia II	Urzelina
Furna das Pombas	Urzelina
Gruta da Beira	Velas
Gruta da Enseada	Santo Amaro
Gruta da Lomba do Gato I	Santo Amaro
Gruta da lomba do Gato II	Santo Amaro
Gruta da Queimada Brava	Urzelina
Gruta da Ribeira do Almeida	Santo Amaro
Gruta da Rua do Cristo Rei	Santo Amaro
Gruta das Caldeiras	Urzelina
Gruta do Brejo	Urzelina
Gruta do Carregadouro	Santo Amaro
Gruta do Leão 2019	Santo Amaro
Gruta do Mirante	Urzelina
Gruta dos Encantados	Rosais
Gruta dos Ladrões	Norte Grande
Gruta Grande dos Pastos do Lúcio	Manadas
Gruta Pequena dos Pastos do Lúcio	Manadas
Furna do Lobo *	Norte Grande
Gruta do Portinho da Ribeira do Nabo *	Urzelina

Algar dos Pastos do Lúcio I*	Manada
Gruta do Lameirinho *	Santo Amaro

Fonte: *Inventário Espeleológico dos Açores*

2.3.3.15. Objetivos de qualidade de paisagem e orientações para a gestão da paisagem - Resolução do Conselho do Governo nº135/2018 de 10 dezembro

A paisagem é um recurso relevante, tanto na perspetiva ambiental como social, cultural e económica, constituindo-se como um fator identitário, quer para quem vive, quer para quem visita os Açores. Para o Governo Regional dos Açores a paisagem representa uma componente importante para a Região, devendo salvaguardar-se as suas especificidades e definir medidas e ações orientadas por uma visão estratégica comum e que concretizem um modelo de gestão que acautele a qualidade da paisagem nas suas múltiplas dimensões, vocações e funcionalidades (Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro).

A caracterização e identificação das paisagens dos Açores foi iniciada em 2000 e deu origem ao "Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores", publicado em 2005. Em 2018, foi publicada a Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro, aprovou para a RAA os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da Paisagem dos Açores, decorrentes da implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP).

Considerando o estabelecido na CEP, foram definidos os seguintes Objetivos de Qualidade de Paisagem para os Açores:

a) Uma paisagem diversa, equilibrada e harmoniosa em termos de usos e funções;
b) Uma paisagem que assegura a qualidade dos diferentes recursos naturais;
c) Uma paisagem que conta com um maior nível de consciencialização da sua importância como um recurso público;
d) Uma paisagem que mantém preservados os seus aspetos de singularidade;
e) Uma paisagem que garante o acesso e a fruição de valores cénicos elevados;
f) Uma paisagem que permite atividades desportivas, de recreio e lazer e com fins didáticos;
g) Paisagens urbanas, cujos espaços públicos e centros históricos merecem uma preocupação ao nível da qualidade;
h) Paisagens urbanas com um tecido urbano mais eficiente
do ponto de vista funcional e de bem-estar social e cultural;
i) Paisagens com infraestruturas e equipamentos bem integrados e respeitadores dos aspetos essenciais do seu carácter;
j) Paisagens que integram as novas dinâmicas económicas, sociais e culturais sem comprometer os seus aspetos identitários, fundamentadas em conhecimento e reflexão;
k) Paisagens que sejam flexíveis e resilientes;

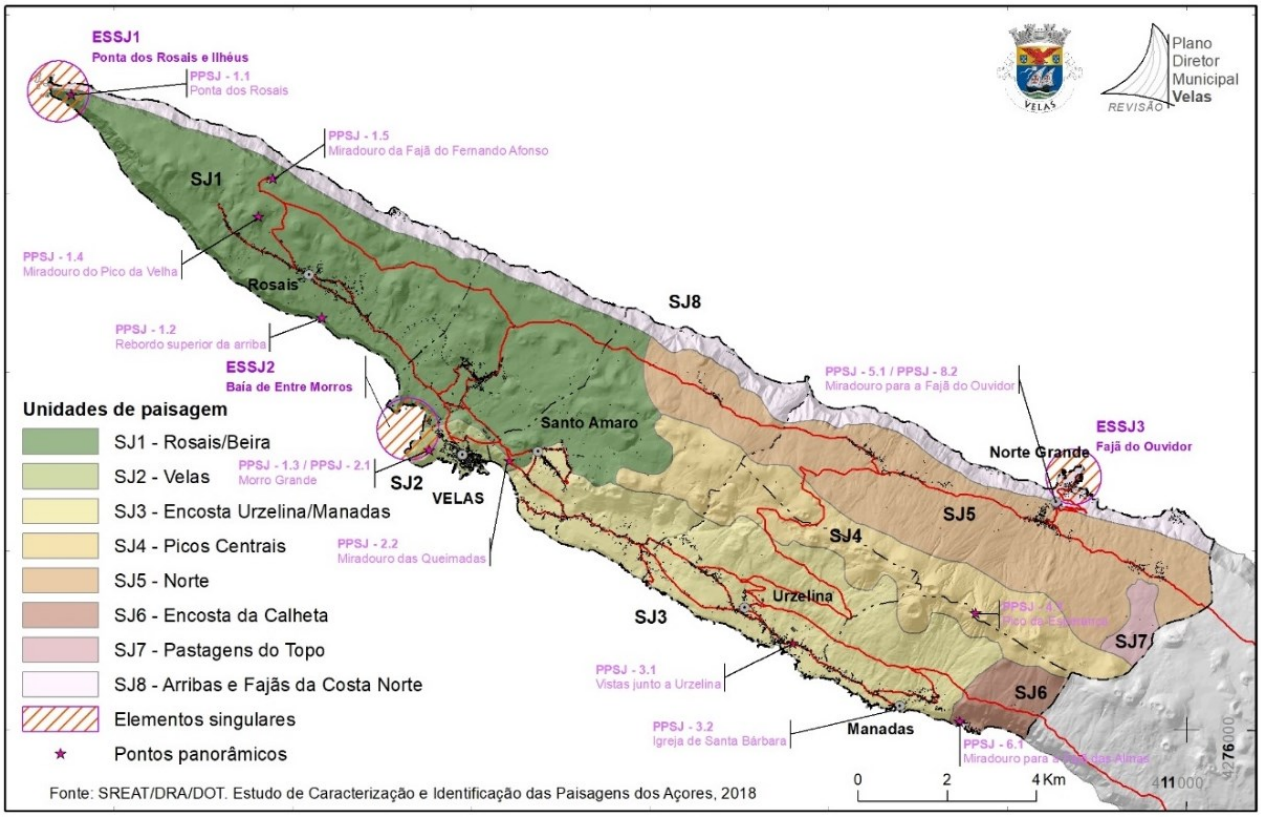
l) Paisagens que considerem vocações com viabilidade económica a longo prazo, sem dispensar a diversidade

Os princípios de atuação que devem nortear as orientações estratégicas para a gestão da paisagem são:

a) Garantir e promover a sustentabilidade da paisagem, através da coerência e diversificação de usos adequados à matriz biofísica existente, com vista ao equilíbrio entre as componentes natural e humanada paisagem;
b) Promover a diversidade biológica e a conservação das zonas em que dominam os processos de regeneração natural;
c) Atender ao regime de gestão das áreas protegidas dos Açores, com vista à preservação dos recursos naturais e do património natural protegido ou classificado;
d) Preservar e promover o património geológico, o qual constitui uma das potencialidades da paisagem;
e) Contribuir para a valorização da paisagem, através da definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem;
f) Promover o planeamento e ordenamento, em especial da expansão urbana, com destaque para as faixas litorais das ilhas, no sentido de diminuir os riscos para a segurança de pessoas e bens e promover a salvaguarda dos ecossistemas presentes, e que são especialmente sensíveis nas situações de interface terra/ mar;
g) Promover a concretização de ações preventivas que diminuam os fenómenos erosivos evidentes em algumas paisagens

Para a ilha de São Jorge foram identificadas, na Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro, onze Unidades de Paisagem, das quais três correspondem exclusivamente ao Concelho de Velas, outras cinco englobam os territórios dos dois Concelhos, e três ao Concelho de Calheta. Também foram identificados dezassete pontos panorâmicos e seis elementos singulares.

Figura 19. Unidades de Paisagem do Município de Velas



Fonte: *SREAT. Cartografia atualizada do Estudo de Caracterização e Identificação das Paisagens dos Açores, 2018. Adaptado pela Equipa Técnica do Plano (2019)*

Foram definidas as seguintes orientações para a Gestão da Paisagem da Ilha (Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro):

a) garantir a coerência dos usos do solo com as características biofísicas presentes, através da minimização dos fenómenos de erosão, em especial no topo das arribas e vertentes que integram situações sensíveis, bem como assegurar a captação e retenção de água através da intervenção em vastas áreas de pastagem de altitude;

b) promover a preservação da paisagem, caracterizada por desníveis e declives onde se foram formando fajãs na base das arribas, que constituem ecossistemas únicos nos Açores contendo um valioso património natural, cultural e paisagístico, bem como a proteção das lagunas costeiras existentes, designadamente na Fajã dos Cubres e na Fajã da Caldeira de Santo Cristo;

c) promover a correção das dissonâncias da paisagem determinadas pela dispersão de edificações e pela compartimentação utilizada nalguns locais;

d) assegurar a manutenção das características urbanísticas e arquitetónicas do núcleo mais antigo da vila das Velas e promover a correção de dissonâncias patentes na sua envolvente.

De acordo com a resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro, os objetivos de qualidade da paisagem e das orientações para a gestão da paisagem dos Açores, devem ser articulados com os instrumentos de gestão do territorial, com as seguintes indicações:

- As políticas de ordenamento do território e de urbanismo devem integrar a paisagem nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte direto ou indireto na paisagem;

- Os instrumentos de gestão territorial devem caracterizar as paisagens e estabelecer normas para a proteção dos elementos paisagísticos considerados relevantes para a estruturação do território, visando alcançar o desenvolvimento sustentável e estabelecendo uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades económicas e o património e qualidade ambientais;

- Os instrumentos de gestão territorial têm, obrigatoriamente, em consideração as unidades de paisagem, os elementos singulares e os pontos panorâmicos, bem como as orientações para a gestão da paisagem, compatíveis com a política de paisagem e com os objetivos de qualidade de paisagem estabelecidos para os Açores e abrangidos pelo território sobre o qual os instrumentos mencionados disponham;

- Os instrumentos de âmbito regional, aquando da definição do modelo de organização espacial a desenvolver para o território abrangido pela sua intervenção, devem estabelecer medidas de proteção e valorização da paisagem e normas que visem a salvaguarda do território abrangido pela sua área de intervenção, tendo por base as unidades de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem;

- Os instrumentos de âmbito municipal devem estabelecer regras de ocupação, transformação e utilização do solo que visem a proteção, valorização e requalificação da paisagem para o território abrangido pela sua área de intervenção, tendo em conta as unidades de paisagem, os elementos singulares e os pontos panorâmicos, bem como as orientações para a gestão da paisagem;

- Por via da aplicação do disposto no n.º 5 do artigo 24.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto, os instrumentos de âmbito municipal incluem, obrigatoriamente, as disposições necessárias para dar cumprimento, no território municipal, aos objetivos contidos na CEP, nomeadamente:

a. Analisar as características, as dinâmicas e as pressões que poderão modificar as unidades de paisagens identificadas;
b. Estabelecer medidas de acompanhamento das transformações das unidades de paisagem em presença;
c. Avaliar as unidades de paisagem identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes estão atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada;
d. Definir objetivos de qualidade de paisagem a nível municipal;
e. Estabelecer mecanicismos que garantam a proteção, o ordenamento e a gestão da paisagem, tendo em vista o cumprimento das orientações para a gestão da paisagem.

- Quando a escala de trabalho de um instrumento de gestão territorial seja menor do que a considerada para a delimitação das unidades de paisagem, podem ser definidas subunidades de paisagem, devendo ser efetuada a respetiva identificação e caracterização, bem como especificados os objetivos a atender na sua gestão, que terão de ser compatíveis com as orientações para a gestão das unidades de paisagem definidas;

- Os instrumentos de gestão territorial, em especial os de âmbito municipal, devem identificar as bacias visuais para a fruição da paisagem dos pontos panorâmicos definidos para cada unidade de paisagem ou outros pontos com vistas panorâmicas considerados relevantes e identificados no âmbito da caracterização do território, e estabelecer as medidas necessárias para a proteção desses locais e para a gestão adequada da paisagem em que essa bacia se insere.

O quadro seguinte sintetiza as unidades de paisagens, pontos panorâmicos e elementos singulares presentes no Concelho das Velas:

Quadro 31. Unidades de paisagem, Pontos Panorâmicos e Elementos Singulares no Concelho de Velas

Concelho **Área (Km²)**	**Designação da Unidade**	**Principais Povoados**	**Caracterização da Unidade de Paisagem**	**Orientações para a Gestão da Paisagem**	**Pontos Panorâmicos**	**Elementos Singulares**
39 km²	SJ1 Rosais/ Beira	Rosais | Beira | Ladeiras	Com um clima caracterizado por uma elevada humidade do ar e por ventos fortes, embora com uma pluviometria relativamente baixa face à generalidade da ilha, é uma paisagem aberta, constituída por uma estreita zona planáltica limitada, a nordeste e sudoeste, por altas arribas e a oriente, sobretudo, pelas grandes elevações da cordilheira central. Apesar de incluir alguma diversidade morfológica, alternando entre zonas mais aplanadas e alguns picos, dominados respetivamente por pastagens e matos, trata-se de uma unidade que estabelece uma certa continuidade entre a costa nordeste e a costa sudoeste da ilha, pontuada pelos povoados lineares e relativamente distantes entre si de Rosais, Beira e Santo Amaro. As arribas de sudoeste que integram esta unidade de paisagem distinguem-se das de nordeste pela sua altura mais baixa e pela ausência de fajãs. Estas arribas encontram-se inseridas na Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sudoeste do Parque Natural da Ilha de São Jorge,	Procurar diversificar os sistemas de exploração, para que as atividades económicas não se concentrem apenas na pecuária, com claros efeitos negativos, não só em termos ambientais, mas também devido à fragilidade sempre associada aos sistemas monoculturais, sem esquecer obviamente o peso económico e mesmo cultural que a fileira do "Queijo de São Jorge" tem para a população.	✓ Ponta dos Rosais (PPSJ 1.1) ✓ Rebordo superior da arriba (PPSJ 1.2) ✓ Morro Grande (PPSJ 1.3) ✓ Miradouro do Pico da Velha (PPSJ 1.4) ✓ Miradouro da Fajã do Fernando Afonso (PPSJ 1.5)	✓ Ponta dos Rosais e Ilhéus (ESSJ1) ✓ Baía de Entre Morros (ESSJ2)

			que pretende promover a proteção de habitats costeiros e de aves marinhas. Junto aos povoados encontram-se áreas agrícolas constituídas por parcelas de forma pouco regular e compartimentadas por muretes de pedra seca; no entanto, a maior parte desta unidade é ocupada por pastagens, persistindo ainda algumas manchas de mato relativamente dispersas. A noroeste dos Rosais destaca-se o Parque Florestal das Sete Fontes que integra um arboreto e viveiro florestal. Com alguma importância referem-se duas zonas industriais, a norte e a sul da Beira, acolhendo parte das nove unidades industriais de produção de queijo de São Jorge.			
2 km^2	SJ2 Velas	Velas	A maior parte desta unidade de paisagem, a baixa altitude e aplanada, na costa sudoeste da ilha, resulta de enchimentos com materiais provenientes das encostas vulcânicas que lhe ficam a nordeste e do Morro Grande, formando assim a maior fajã de São Jorge. A vila das Velas tem uma presença dominante na unidade, sendo enquadrada pelas altas arribas revestidas de vegetação natural que a rodeiam e ensombram e pelo Morro Grande a noroeste –	Nas encostas mais declivosas da unidade há claros sintomas de erosão, que deverão ser minimizados, sobretudo através do revestimento vegetal e da drenagem eficaz e controlada das águas pluviais. Para além das consequências da erosão, evidenciam-se na linha de costa em redor das	✓ Morro Grande (PPSJ 2.1) ✓ Miradouro das Queimadas (PPSJ 2.2)	-

			um cone de tufos com cerca de 160 metros de altura – que a protege dos ventos de oeste. A vila tem o centro recuado relativamente à linha da costa mas estende-se numa estrutura radiante até à beira-mar, estabelecendo com o Canal e a ilha do Pico em frente uma forte relação visual. Recorta-se na linha da costa o antigo forte da Conceição, convertido no Auditório Municipal e Centro Cultural das Velas, bem como as novas infraestruturas portuárias [molhes da marina de recreio e porto comercial]. As zonas costeiras envolventes de Velas encontram-se integradas em espaços classificados com o objetivo da proteção de habitats e espécies presentes, nomeadamente as Áreas Protegidas para a Gestão e Habitats ou Espécies de Entre Morros, da Costa Sudoeste e da Costa das Velas, todas integradas no Parque Natural da Ilha de São Jorge.	Velas a presença de aves marinhas e de habitats característicos de zonas costeiras, o que deve merecer medidas adequadas de conservação.		
23 km^2	SJ3 | Encosta Urzelina / Manadas	Santa Amaro | Queimada | Urzelina | Casteletes | Manadas	Trata-se de uma encosta relativamente declivosa, na base da qual se concentra o povoamento linear, quase em contínuo ao longo da estrada regional e mais compacto em Urzelina. É uma das unidades de paisagem de São Jorge onde a costa apresenta uma relação mais franca com o mar, e	Os atuais usos estão, no geral, coerentes com as características biofísicas, embora se justifiquem especiais cuidados na gestão desta unidade, sobretudo no	✓ Vistas junto a Urzelina (PPSJ 3.1) ✓ Igreja de Santa Bárbara (PPSJ 3.2)	-

			é pontualmente muito recortada, como acontece na Urzelina – centro de veraneio de alguma importância – e nas Manadas. Acima do nível dos povoados surgem as pastagens, com algumas áreas agrícolas entre matas e matos, descendo, sobre terrenos de biscoito, até ao nível do mar. Junto a este é frequente a presença de moinhos de vento de hélice, mas também de velas de pano, alguns deles recuperados. Entre a Queimada e a Fajã de Santo Amaro destaca-se a presença da pista do aeroporto. Em toda a unidade a ligação ao Canal e à ilha do Pico é muito forte. A vegetação espontânea presente nesta unidade é diversificada, desde o nível do mar - onde se encontram a urze [Erica azorica] e algumas faias [Morella faya] - até cerca dos 700 metros de altitude. A partir daqui a encosta é muito mais húmida com a correspondente vegetação da Laurissilva.	que diz respeito à ocupação da orla costeira e à expansão dos povoados existentes, de modo a concentrarem-se nos atuais perímetros urbanos. É também importante ter em conta a vocação que Urzelina e algumas das zonas próximas apresentam como estância de veraneio: situações calmas, simples e com uma inquestionável qualidade paisagística.		
17 km^2	SJ4 | Picos Centrais	-	Esta unidade de paisagem, sem aglomerados populacionais, localiza-se na parte superior da grande cordilheira central da ilha, resultante do alinhamento de cones vulcânicos na direção noroeste/sudeste. É uma zona de altitudes elevadas, com topos aplanados, contendo várias crateras onde se inscrevem pequenas lagoas, e	Deverá ser dada uma maior atenção à preservação do património natural, nalguns locais já bastante adulterado, bem como à quantidade e qualidade dos recursos	✓ Pico da Esperança (PPSJ 4.1)	-

			alguns picos mais íngremes, de que são exemplo o Pico do Pedro, o Pico do Carvão, o Pico Montoso, o Pico da Esperança [a maior altitude da ilha], o Pico do Areeiro e o Pico Pinheiro. Nas zonas mais elevadas, dominam os matos rasteiros em solos húmidos ou sobre rocha compacta, mais ou menos desagregada. Aqui se encontra uma significativa mancha da vegetação natural endémica remanescente da ilha. Na restante área prevalecem as pastagens compartimentadas em parcelas tendencialmente retangulares, limitadas por muretes de pedra seca ou sebes de urze, com intrusões de mato. O clima desta unidade caracteriza-se por baixas temperaturas e elevados valores de humidade do ar e de precipitação, vento persistente e forte. Esta é uma paisagem pouco comum nas restantes ilhas do Arquipélago, pela extensão e continuidade de cones vulcânicos a altitudes próximas ou superiores aos 1000 metros. Tem origem nesta unidade um elevado número de linhas de água que depois escavam o seu percurso em ambas as encostas. Aqui se encontra, também, uma boa parte das nascentes de São Jorge.	hídricos que aqui têm uma parte fulcral do seu ciclo, e que em geral escorrem rapidamente para o mar, com os consequentes problemas de erosão de terras.		
28 km^2	SJ5 | Norte	Toledo | Outeiro da Cruz | Santo António | Norte Grande	Esta unidade situa-se numa zona de encosta exposta a nordeste, pouco inclinada, mas de relevo acidentado, marcada por diversas linhas de água de regime torrencial e onde dominam as pastagens em parcelas muito irregulares, limitadas por muretes de pedra seca ou sebes de	A gestão desta unidade deverá ter uma atenção especial ao controlo da erosão, principalmente na parte	✓ Miradouro para a Fajã do Ouvidor (PPSJ 5.1)	-

		| Ribeira da Areia	urze, com intrusões de mato. A leste a presença dos matos é mais sensível, intercalados com algumas pastagens que sobem até altitudes mais elevadas. Caso excecional em todos os Açores, onde o povoamento é em regra costeiro e abaixo dos 200 metros, esta unidade possui alguns povoados localizados a altitudes superiores a 350 metros, ou mesmo acima dos 500 metros, como acontece em Toledo e Santo António. A escolha destes locais, onde o conforto humano é afetado negativamente pela excessiva humidade do ar, nevoeiros, chuva, frio e vento, só se justifica pela impossibilidade dos seus habitantes poderem dispor de terras de cultivo em locais mais amenos. As diversas linhas de água, de regime temporário torrencial, atravessam a encosta no sentido do maior declive, contribuindo para que os processos erosivos se concentrem a oeste de Norte Grande e afetem cerca de metade da área da unidade.	superior, mais declivosa, e ao longo das linhas de água.		

22 km²	SJ6 | Encosta da Calheta	Fajã das Almas	Trata-se de uma unidade fundamentalmente constituída por uma encosta exposta a sul e declivosa, com uma extensa plataforma na base onde se localiza a Fajã Grande e a vila da Calheta - e topos mais aplanados intercalados por encostas íngremes, onde dominam, respetivamente, as pastagens e os matos. Nesta unidade encontra-se também integrada a Fajã das Almas e a encosta declivosa que domina este povoado, que se caracteriza pela presença de vegetação endémica característica de baixas altitudes e de zonas costeiras, encontrando-se aqui um núcleo significativo da rara vidália [Azorina vidalii]. Esta zona de costa é também importante para a nidificação de aves marinhas e está classificada como Área Protegida para Gestão de Habitats ou Espécies da Fajã das Almas que integra o Parque Natural da Ilha de São Jorge.	A gestão desta paisagem deve procurar manter as suas características naturais e controlar a ocupação edificada do litoral.	✓ Miradouro para a Fajã das Almas (PPSJ 6.1) ✓	-
46 km²	SJ7 | Pastagens do Topo	-	Esta unidade, sem qualquer povoado, é constituída por uma zona planáltica de grande altitude no dorso central da ilha, entre os 300 e os 700 metros, delimitada a norte pela Serra do Topo [SJ10] e por altas arribas costeiras. Trata-se de uma paisagem ampla e aberta [embora sujeita a frequentes nevoeiros], pouco diversificada, onde dominam pastagens compartimentadas em	Tendo em conta a diversidade florística presente nas zonas de matos e a existência de turfeiras deverão não só condicionar-se fortemente as novas arroteias para instalação de pastagens, como também reduzir a superfície	✓	-

			parcelas retangulares, limitadas por muretes de pedra seca ou sebes de urze, com extensas intrusões de mato entre o pico da Pedra Vermelha e a Serra do Topo. Esta unidade estabelece a transição entre as muito diferentes vertentes norte e sul da parte oriental da ilha. A exposição frequente a ventos intensos justifica a presença do parque eólico no Piquinho da Urze.	de pastagem atual, nas áreas com significativos riscos de erosão do solo. Considerando ainda que nesta unidade têm início algumas das ribeiras de caudal permanente da ilha, deverá igualmente ter-se em atenção a regularização do ciclo hidrológico, promovendo tanto quanto possível a retenção da água em altitude.		
36 km^2	SJ8 | Arribas e Fajãs da Costa Norte	Fajã de João Dias | Fajã do Ouvidor | Fajã da Ribeira da Areia	Esta unidade de paisagem, abrangendo toda a costa norte da ilha, tem um carácter muito forte que resulta da presença de uma arriba abrupta, de grande altura, coberta de pujante vegetação arbóreo-arbustiva, geralmente ensombrada devido à sua exposição. Um outro aspeto que a caracteriza, com um misto de agressividade e de beleza, prende-se com a existência de diversas fajãs no sopé da arriba, resultantes de desabamentos ou escorrências lávicas, associadas ou não a pequenas lagoas, com reduzidos conjuntos habitacionais de acesso difícil, junto dos quais se destacam alguns pomares, vinhas e terras de cultivo, ainda hoje relacionadas com uma agricultura de subsistência.	Cuidado redobrado quanto aos usos do solo no topo das arribas e uma especial atenção à erosão.	✓ Ponta dos Rosais (PPSJ 8.1) ✓ Miradouro para a Fajã do Ouvidor (PPSJ 8.2) ✓	✓ Ponta dos Rosais e Ilhéus (ESSJ1) ✓ Fajã do Ouvidor (ESSJ3) ✓

			Ao longo de toda a unidade a presença humana é escassa e não existe relação física ou visual entre a maior parte dos pequenos núcleos habitados, o que acentua a sensação de isolamento. Regista-se um pormenor interessante, já em desuso, relativo ao sistema de longos fios suspensos na encosta-os fios de lenha - que os habitantes das fajãs usavam para transportar molhos de lenha, mondas para estrume e ervagens para o gado até aos campos de cultivo na base das encostas.			

Fonte: *adaptado da Resolução n.º 135/2018, de 10 de dezembro; Ordenamento do Território dos Açores, disponível online em: http://ot.azores.gov.pt/SIAGPA.aspx#upSJG*

2.3.4. Âmbito Local

2.3.4.1. Plano de Ordenamento de Orla Costeira (POOC) – São Jorge

O Plano de Ordenamento da Orla Costeira de São Jorge (POOC São Jorge), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, à semelhança do POOC da ilha da Terceira e do POOC Costa Norte de São Miguel foi um trabalho pioneiro na área para a Região Autónoma dos Açores. Logo, difere na metodologia adotada nos POOC's mais recentes da Região, como o POOC do Pico e o POOC do Faial. Em 2022, foi aprovada a alteração ao plano por meio do DRR n.º 2/2022/A, de 24 de janeiro.

Sendo assim, o POOC da ilha de São Jorge abrange os municípios da Calheta e de Velas, correspondendo à faixa costeira, com uma extensão aproximada de 140 km, com uma zona terrestre de proteção com uma largura de 500 m, e uma faixa marítima de proteção que tem como limite a 0,5 milhas.

A estratégia definida no POOC São Jorge assenta na preservação e valorização dos seus recursos, definindo-se igualmente uma estratégia de ocupação e transformação das fajãs. O plano procedeu à hierarquização de níveis de ocupação e transformação do litoral, com maior incidência nas fajãs, identificando as áreas de uso urbano preferencial. Estabelece assim, as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação dos solos abrangidos no seu âmbito de aplicação, através dos seguintes objetivos específicos:

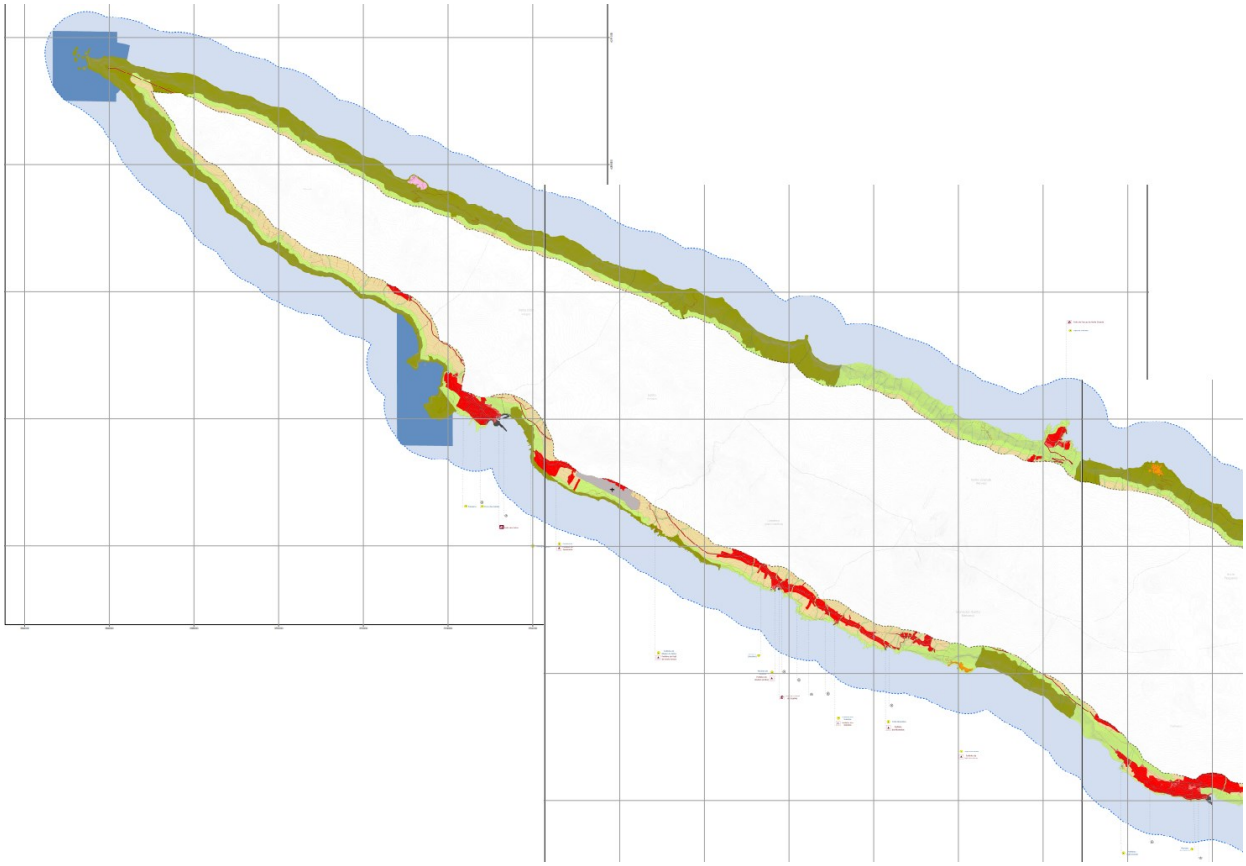
- *A salvaguarda e valorização ambiental dos recursos naturais e da paisagem;*
- *A proteção e valorização dos ecossistemas naturais com interesse para a conservação da natureza, quer na zona terrestre quer no meio marinho;*
- *A gestão dos recursos hídricos no planeamento integrado do litoral, visando o seu desenvolvimento sustentável;*
- *A minimização de situações de risco e de impactes ambientais, sociais e económicos;*
- *A minimização dos riscos associados à erosão costeira, aos maremotos e inundações costeiras e aos efeitos das alterações climáticas;*
- *A defesa da zona costeira;*
- *A salvaguarda dos aspetos relacionados com a segurança da navegação;*
- *A valorização das zonas balneares;*
- *A orientação do desenvolvimento de atividades específicas da orla costeira;*
- *A promoção do desenvolvimento socioeconómico;*
- *A melhoria dos sistemas de transporte e comunicações como fator de coesão regional;*
- *A promoção da qualidade de vida da população.*

A elaboração dos PMOT deverá ser orientada segundo os seguintes princípios:

- As edificações devem ser afastadas, tanto quanto possível, da linha de costa garantindo uma faixa de proteção à crista da arriba;

- O desenvolvimento linear das edificações nas vias marginais à orla costeira deve ser evitado, privilegiando-se a ocupação urbana em forma de «cunha», ou seja, estreitando na proximidade da costa e alargando para o interior do território;
- A promoção de uma ocupação urbana equilibrada evitando a dispersão de edificações, assegurando o planeamento do crescimento dos aglomerados urbanos e corrigindo as dissonâncias da paisagem humanizada;
- As novas construções devem localizar-se preferencialmente nos aglomerados existentes, devendo os instrumentos de planeamento prever, sempre que se justifique, zonas destinadas a habitação secundária, bem como aos necessários equipamentos de apoio, reservando-se o espaço rural para as atividades que lhe são próprias;
- O carácter de excecionalidade da edificação em solo rústico implica a explicitação dos critérios de fundamentação a utilizar e os impactes do regime de edificabilidade proposto;
- Entre as zonas já urbanizadas deve ser acautelada a existência de zonas naturais ou agrícolas suficientemente vastas;
- A manutenção da coerência e diversificação de usos adequados à matriz biofísica existente com vista ao equilíbrio entre as componentes natural e humana da paisagem;
- A promoção do planeamento e ordenamento no sentido de diminuir os riscos para a segurança de pessoas e bens e promover a salvaguarda dos ecossistemas presentes, e que são especialmente sensíveis nas situações de interface terra/ mar;
- A qualidade da paisagem, caracterizada por desníveis e declives onde se foram formando fajãs na base das arribas, que constituem ecossistemas únicos nos Açores contendo um valioso património natural, cultural e paisagístico, bem como a proteção das lagoas costeiras existentes na Fajã dos Cubres e na Fajã da Caldeira de Santo Cristo;
- Incentivar ações preventivas que diminuam os fenómenos erosivos evidentes em algumas paisagens;
- Não devem ser permitidas construções em zonas de suscetibilidade natural, tais como zonas de drenagem natural, zonas com risco de erosão, zonas ameaçadas por galgamento e inundações costeiras ou zonas sujeitas a fenómenos de instabilidade geotécnica;
- O ordenamento e planeamento urbanístico em áreas edificadas em zonas de risco a avaliar através do desenvolvimento de cartografia de pormenor de riscos naturais.

Figura 20. Extrato da Planta de Síntese do POOC da Ilha de São Jorge, segmento do concelho de Velas



Fonte: *POOC São Jorge (2022)*

No que respeita ao zonamento, a orla costeira da ilha de São Jorge divide-se nas seguintes zonas fundamentais e usos preferências, delimitados na planta síntese:

- Zona A (Áreas indispensáveis à utilização sustentável da orla costeira), subdivide-se nas seguintes áreas delimitadas:
  - Áreas naturais e culturais;
  - Áreas de especial interesse natural, cultural e paisagístico;
  - Áreas edificadas em fajãs, subdivididas em duas tipologias em função das suas características;
  - Áreas edificadas em zona de risco, subdivididas em duas tipologias em função dos riscos dominantes associados e respetiva proposta de intervenção e minimização;
  - Áreas de aptidão balnear.
- Zona B (Áreas de proteção à orla costeira), subdivide-se nas seguintes áreas delimitadas (define princípios de ocupação, o seu regime de gestão específico definido nos PMOT):
  - Áreas edificadas;
  - Áreas agrícolas, florestais e outros usos.

Zona A

O quadro seguinte contém o importante a reter, no que respeita às atividades interditas e condicionadas, às atividades de interesse público, as normas de edificabilidade, saneamento básico e património arqueológico.

Quadro 32. Principais Condicionantes e Interdições do POOC da Ilha de São Jorge Zona A

Artigo	Descrição
11.º - Atividades interditas e condicionadas	Sujeitas a parecer prévio do departamento do Governo Regional competente em matéria de ordenamento do território: • A realização de obras de construção, demolição, conservação, alteração, reconstrução e ampliação de quaisquer edificações ou infraestruturas, bem como de novas instalações no domínio hídrico; • A abertura de novos acessos viários e caminhos pedonais, bem como a ampliação e melhoria dos existentes, de ligação a locais inseridos em zona B, em que não haja alternativa de acesso, desde que salvaguardadas as vulnerabilidades ambientais, a integração paisagística e minimizados os riscos naturais, e a ampliação dos existentes sobre as margens das águas do mar e dos cursos de água; • A circulação de veículos fora das estradas e caminhos existentes utilizados em atividades associadas a fins técnicos e científicos, as atividades decorrentes de reabilitação paisagística e ecológica e de limpeza de zonas balneares e áreas de aptidão balnear; • A realização de eventos turístico -culturais ou turístico -desportivos; • A instalação de tendas ou equipamentos móveis em locais públicos; • As atividades desportivas, designadamente todo -o -terreno e atividades similares; • Os estabelecimentos de culturas aquícolas e marinhas; • As explorações de massas minerais existentes ficam sujeitas ao cumprimento das disposições legais vigentes, designadamente de requalificação e integração paisagística, a qual deverá ter em consideração a estabilidade geotécnica do local; • A manutenção e construção de muros de alvenaria de pedra, curraletas e outras estruturas similares tradicionais característicos do mosaico cultural da paisagem da ilha; • A recuperação e introdução de culturas tradicionais e respetivos maneios e granjeios, desde que compatíveis com outros regimes associados às respetivas zonas; • A imersão de dragados, nos termos da legislação específica;

- A extração de materiais inertes na faixa marítima de proteção, nos termos da legislação específica.

Condicionadas:

- Acessos a áreas que têm como objetivo defender ecossistemas e valores naturais de especial sensibilidade;
- Acessos associados a zonas balneares ou áreas de aptidão balnear em que a utilização tenha sido suspensa em função dos resultados da monitorização da qualidade da água;
- Acessos a áreas que coloquem em risco a segurança das pessoas e bens.

Interditas:

- As novas obras de construção, exceto as expressamente previstas no presente regulamento;
- A circulação de veículos fora das estradas e caminhos existentes, com exceção dos veículos utilizados em atividades agrícolas ou florestais, ações de socorro, fiscalização e vigilância;
- A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, com exceção das situações decorrentes do regime de usos estabelecido no presente regulamento;
- A prática de campismo fora dos locais destinados a esse efeito;
- A instalação de novos parques de campismo;
- O depósito de resíduos, de entulhos e de produtos tóxicos ou perigosos, bem como a instalação de sucatas, lixeiras e aterros sanitários;
- A instalação de novas indústrias na faixa terrestre de proteção, exceto as de tipo 3 desde que sejam complementares às atividades tradicionais;
- A descarga de efluentes de origem doméstica, pecuária ou industrial não tratados;
- A aplicação de efluentes da pecuária ou de lamas;
- A instalação de novas explorações de massas minerais ou a renovação das licenças, na faixa terrestre de proteção;
- O uso do fogo para gestão de pastagens ou prevenção de incêndios, exceto quando decorrentes das situações previstas na legislação específica;
- As ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, à remoção e erradicação de espécies de flora invasora, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor;
- O voo e poiso de aeronaves e de veículos aéreos tripulados ou não tripulados, exceto nos canais de atravessamento autorizados, bem como se utilizados em

	ações de socorro, fiscalização e vigilância, ou para fins técnicos, científicos e eventos esporádicos de carácter cultural e desportivo, ou ações promovidas pelo Governo dos Açores, desde que autorizados pelo departamento do Governo Regional competente em matéria de ordenamento do território.
Artigo 10.º Atividades compatíveis e de interesse público	• Obras de estabilização/consolidação das arribas e defesa costeira, desde que sejam minimizados os respetivos impactes ambientais e quando se verifique qualquer das seguintes situações: i) Existência de risco para pessoas e bens; ii) Necessidade de proteção de valores patrimoniais e culturais; iii) Proteção do equilíbrio biofísico recorrendo-se, quando necessário, à instalação de vedações que impeçam o acesso de veículos, pessoas e animais; • Construção de edifícios, equipamentos e infraestruturas de interesse público, e respetivos acessos, tais como instalações de apoio para educação e sensibilização ambiental, para monitorização das zonas costeiras e para estações meteorológicas e outros sistemas de prevenção de riscos naturais, entre outros, desde que a sua localização seja criteriosamente estudada e analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais; • Construção de acessos viários alternativos que correspondam a propostas dos serviços de proteção civil que sejam consideradas de interesse público, desde que a sua localização seja criteriosamente estudada e analisados e minimizados os respetivos impactes ambientais; • Construção ou instalação fixa ou amovível de equipamentos e infraestruturas de apoio às zonas balneares classificadas, que resultem dos respetivos planos das zonas balneares ou da sua adaptação ao projeto de execução de acordo com as regras definidas no presente Regulamento e na legislação em vigor; • Instalação de exutores submarinos, com sistemas de tratamento a montante; • Construção de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento destinadas a corrigir situações existentes que tenham implicações na estabilidade das arribas ou na qualidade ambiental da orla costeira; • Instalação de novas linhas de transporte de energia e de comunicações desde que seja assegurada a respetiva integração paisagística e a minimização de impactes ambientais; • Obras de desobstrução e regularização de linhas de água que tenham por objetivo a manutenção, melhoria ou reposição do sistema de escoamento natural; • Obras de proteção e conservação do património construído, arqueológico e natural; • Ações de reabilitação dos ecossistemas; • Ações de reabilitação e requalificação urbana do espaço público, nos termos do presente Regulamento.

	• Nas infraestruturas portuárias legalmente classificadas com a classe B, o porto das Velas é vocacionado para a navegação comercial, mantendo uma valência de apoio à navegação de passageiros entre ilhas, outra de apoio à comunidade piscatória local e, ainda, um núcleo de recreio náutico; • As infraestruturas portuárias legalmente classificadas com classe D devem ser mantidas e requalificadas sempre que as funções de suporte às atividades pesqueiras o justifiquem, sendo as intervenções necessárias consideradas compatíveis com o POOC. • As infraestruturas portuárias legalmente classificadas com classe E, como portinhos, devem ser mantidas como infraestruturas de uso múltiplo condicionadas pelas utilizações definidas no presente Regulamento quando afetas ao uso balnear, sendo as intervenções necessárias consideradas compatíveis com o POOC. • Sem prejuízo da legislação específica aplicável e da aprovação da respetiva entidade competente, a construção de novas obras marítimas pode ser considerada compatível com o POOC se associadas a áreas edificadas, a áreas portuárias, a zonas balneares ou a áreas de aptidão balnear e desde que assegurada a proteção e salvaguarda de pessoas e bens e acautelados os respetivos impactes ambientais. • Na zona A do POOC, e desde que não sejam colocados em causa os objetivos do Plano, podem ser consideradas outras ações de relevante interesse público não identificadas como atividades compatíveis com o POOC, desde que sejam reconhecidas como tal por resolução do Conselho do Governo Regional, que pode estabelecer, quando necessário, condicionamentos e medidas de minimização de afetação da sua execução.
Artigo 12.º Normas de edificabilidade	• No licenciamento municipal de obras de reconstrução, alteração, conservação e ampliação, bem como no licenciamento de novas construções, devem ser garantidas as condições expressas no presente regulamento em relação ao saneamento básico. • Sem prejuízo da legislação específica aplicável caso a caso, nas construções existentes na Zona A devidamente legalizadas, e independentemente do regime de gestão específico associado, as obras de reconstrução, alteração, conservação e ampliação, são permitidas exclusivamente nos termos definidos para cada uma das categorias de uso do solo do presente regulamento. • Os projetos de reconstrução, alteração, conservação, ampliação e de novas construções têm de conter todos os elementos técnicos que permitam verificar a sua conformidade com o POOC quanto às suas características construtivas e instalações técnicas, bem como quanto à sua implantação no local e relação com os acessos. • As entidades com competências em matéria de ordenamento do território e do domínio hídrico, em articulação com a Câmara Municipal, podem ainda

	exigir que seja apresentado um projeto de espaços exteriores associado às áreas objeto de licença ou concessão, onde sejam definidos o seu tipo de tratamento, a disposição do equipamento e mobiliário exterior fixo e as áreas destinadas à colocação de equipamento e mobiliário amovível, privilegiando-se a utilização de materiais permeáveis e vegetação autóctone. • No decurso dos trabalhos de construção devem ser tomadas as medidas necessárias para minimizar os impactes ambientais, nomeadamente aqueles que possam interferir com o escoamento da água e que conduzam à erosão, bem como na fase de obra com a implantação dos estaleiros, os quais devem ser recuperados por parte do dono de obra.
Artigo 8.º Saneamento básico	• É interdita a rejeição de efluentes sem tratamento de acordo com as normas legais em vigor; • Nas áreas edificadas em solo urbano classificado nos termos dos respetivos PMOT, é obrigatória a construção de sistemas de recolha, tratamento e descarga de águas residuais, nos termos da legislação em vigor; • Para as construções existentes na zona terrestre de proteção, não abrangidas pelos sistemas de recolha, tratamento e descarga das águas residuais definidos no número anterior, é obrigatória a instalação de fossas séticas, nos termos da legislação em vigor; • No licenciamento das fossas estanques é obrigatoriamente definida a periodicidade da sua limpeza que é determinada em função da sua capacidade e índice de ocupação das habitações que servem.
Artigo 9.º Património arqueológico	• A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos na área abrangida pelo POOC obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local, assim como determina a sua comunicação imediata aos organismos competentes e à respetiva autarquia, em conformidade com as disposições legais; • Nos sítios arqueológicos que vierem a ser classificados, quaisquer trabalhos que impliquem revolvimento ao nível do subsolo ficam condicionados à realização prévia de trabalhos arqueológicos ao abrigo da legislação em vigor.

Fonte: *POOC da Ilha de São Jorge (2022)*

Área Naturais e Culturais (art.º 13.º e art. º14.º)

Correspondem a áreas vulneráveis importantes para a utilização sustentável da orla costeira, integrando os ecossistemas litorais de interface, nomeadamente as arribas e os cursos de água e respetivas zonas de proteção, bem como a faixa marítima de proteção, a área núcleo da Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge e as áreas de risco que não se sobrepõem a áreas edificadas, com exceção das áreas edificadas em fajãs tipo 1 e tipo 2.

São interditas ações e atividades de:

- Colheita, corte, desenraizamento ou destruição das plantas ou partes de plantas autóctones, exceto quando devidamente autorizada pela entidade competente;
- Plantação de espécies não indígenas;
- Reconversão cultural, bem como a introdução de novas espécies, exceto quando aprovadas pelas entidades competentes;
- Alteração da morfologia do solo, com exceção dos maneios e granjeios tradicionais;
- Novas construções, exceto as que resultem da classificação de zonas balneares e de suporte a atividades agrícolas.

São permitidas obras:

- Acessos pedonais não consolidados, trilhos pedonais interpretativos e zonas de estadia não consolidadas, os quais devem ser devidamente sinalizados e complementados com painéis informativos;
- Instalação de equipamentos de apoio à utilização das zonas balneares classificadas nos termos e condições definidas no presente regulamento e da legislação em vigor, não se admitindo novas construções nas áreas de aptidão balnear enquanto estas não forem classificadas como zonas balneares;
- Novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área de construção máxima de 30m2 e 1 piso máximo e desde que a parcela esteja totalmente integrada em zona A, sendo esta possibilidade limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há pelo menos três anos;
- Nas construções existentes devidamente legalizadas, e independentemente do uso associado, são permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nos termos das alíneas seguintes;
- As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente anteriores à entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Jorge, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido plano;
- As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos;
- Excetuam-se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, , não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;
- Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas f) e g) do presente número, não poderão ocorrer novas obras de ampliação;
- As obras a que se referem as alíneas anteriores devem garantir a salvaguarda das características arquitetónicas do padrão de povoamento existente na envolvente, designadamente o tipo de estruturas e elementos exteriores, a volumetria e os materiais típicos da Região, tendo em vista favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural, isto é, assegurando a conformidade com o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

Áreas de Especial Interesse Natural, Cultural e Paisagístico (art.º 15.º)

Correspondem aos espaços com importância para a conservação dos recursos e do património natural e paisagístico existente e, num sentido mais lato, para a preservação da integridade biofísica e cultural do território.

Integram os habitats terrestres e marinhos, que têm estatuto legal de proteção, incluídos no Parque Natural de Ilha de São Jorge, e as áreas designadas para gestão de habitats ou espécies, nos termos do regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade da Região Autónoma dos Açores, com exceção das Áreas edificadas em fajãs tipo 1 e tipo 2.

São condicionadas:

- A manutenção das formas tipológicas do povoamento presente, de forma a salvaguardar a qualidade da paisagem, a garantir o equilíbrio das atuais formas de uso do solo e a atender ao meio ambiente envolvente deve ser objeto de regulamentação específica;
- A preservação das características das construções existentes, nomeadamente da volumetria e materiais típicos, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito, com vista a favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem, são parâmetros a atender ao nível da regulamentação referida na alínea anterior.

São permitidas obras:

- Acessos pedonais não consolidados, trilhos pedonais interpretativos e zonas de estadia não consolidadas, os quais devem ser devidamente sinalizados e complementados com painéis informativos;
- Novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área de construção máxima de 30 m2 e um piso máximo e desde que a parcela esteja totalmente integrada em zona A, sendo esta possibilidade limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há pelo menos três anos;
- Instalação de equipamentos de apoio à utilização das zonas balneares, classificadas nos termos e condições definidas no presente Regulamento e da legislação em vigor, não se admitindo novas construções nas áreas de aptidão balnear enquanto estas não forem classificadas como zonas balneares ;
- Instalação de equipamentos de apoio à utilização destas áreas, que centralize e sirva de suporte a todas as atividades relacionadas, nomeadamente de divulgação e sensibilização aos visitantes, de apoio ao material necessário para a preservação da área e de suporte a outras atividades previstas nos termos do presente regulamento, que possam coexistir com os objetivos de proteção, dotando a área de infraestruturas mínimas de utilização, nomeadamente instalações sanitárias;
- Os equipamentos referidos na alínea anterior devem, preferencialmente, resultar da reabilitação de edificado existente, admitindo-se a sua reconstrução, alteração e/ou ampliação até uma área de construção máxima de 200 m2 e sem aumento do número de pisos;

- Caso não seja possível a reabilitação ou reconstrução referida na alínea anterior, admite-se a construção de novos equipamentos com uma área de construção máxima de 200 m2 e um piso;
- Nas construções existentes devidamente legalizadas, e independentemente do uso associado, são permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nos termos das alíneas seguintes;
- As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências , comprovadamente anteriores à entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido Plano;
- As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos;
- Excetuam-se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, , não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;
- Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas i) e j) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação;
- As obras a que se referem as alíneas anteriores devem garantir a salvaguarda das características arquitetónicas do padrão de povoamento existente na envolvente, designadamente o tipo de estruturas e elementos exteriores, a volumetria e os materiais típicos da Região, tendo em vista favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural, isto é, assegurando a conformidade com o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

Áreas Edificadas em Fajãs (art.º 17.º e art.º 18.º)

Correspondem a áreas relativamente planas, anichadas nas arribas costeiras, tradicionalmente ocupadas por construções e culturas, sendo caracterizadas por uma elevada singularidade cultural e paisagística, pela instabilidade geotécnica natural indissociável à sua génese e por múltiplos perigos naturais, constituindo-se, assim, como áreas onde ocorre edificação em zona de risco.

São identificados dois tipos de áreas edificadas em fajãs, as seguintes:

Tipo 1 – Fajãs tradicionalmente habitadas, que apresentam uma ocupação edificada mais significativa, com acesso viário municipal ou regional e outras infraestruturas básicas, cujas condições biofísicas, edafoclimáticas, de exposição e vulnerabilidade admitem a manutenção do conjunto edificado, e eventual consolidação do espaço construído, nos termos fixados no presente regulamento, e correspondem às seguintes fajãs: Ribeira da Areia; Almas

Tipo 2 – Fajãs tradicionalmente habitadas, que apresentam uma ocupação edificada mais pontual, cujas condições naturais e/ ou de acesso limitam o uso automóvel [sem acessos da rede viária municipal ou regional], desempenhando um papel importante ao nível da visitação, cujas condições biofísicas, de exposição e vulnerabilidade a riscos e elementos climáticos e ao mar determinam uma

utilização restrita destas áreas, não sendo admitida a sua densificação, e correspondem às seguintes fajãs: João Dias

Estão interditas os seguintes atos e atividades:

- A destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com exceção dos amanhos e granjeies tradicionais;
- A abertura de novas vias de comunicação ou alteração das existentes, com exceção das obras necessárias à conservação e/ou melhoria das condições de segurança;
- Quaisquer outras atividades ou trabalhos que afetem a integridade e/ou características da área delimitada.

As intervenções nestas áreas têm de ter em consideração os seguintes objetivos:

- A integração das edificações na paisagem, respeitando o carácter das edificações existentes e dos sítios naturais;
- A manutenção do padrão de ocupação e a salvaguarda das características das construções tradicionais, tendo especial atenção ao património vernáculo e erudito e garantindo que o aspeto exterior das construções, cor, materiais e coberturas, deve harmonizar-se com as características tradicionais do sítio;
- A salvaguarda e minimização da exposição face a situações de elevado risco natural, tais como zonas com risco de erosão, zonas ameaçadas por galgamentos ou inundações costeiras ou zonas sujeitas a fenómenos de instabilidade geotécnica;
- A manutenção de níveis de impermeabilidade baixos, restringindo-se ao mínimo indispensável de modo a permitir a infiltração máxima das águas pluviais;
- A utilização de vegetação autóctone nos espaços exteriores.

Nas fajãs do Tipo 1 são permitidas obras de conservação, alteração, ampliação e reconstrução nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado, com as seguintes regras:

a) As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente anteriores à entrada em vigor do POOC da Ilha de São Jorge, publicado pelo DRR n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido Plano;

b) As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos;

c) Excetuam -se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;

d) No caso de paredes exteriores construídas em pedra natural maciça, o cálculo da área máxima de ampliação referida nas alíneas anteriores deve ser feito pelo limite interior;

e) Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas b), c) e d) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação;

f) As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as características das construções tradicionais, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

Os parâmetros urbanísticos de obras de reconstrução e ampliação são:

Área de construção máxima: até 105 m2;

Número máximo de pisos: 2.

As novas obras de construção só são admitidas quando existir um PMOT que tenha integrado na sua elaboração cartografia de pormenor de riscos naturais. Enquanto não existir a cartografia de pormenor de riscos naturais integrada no PMOT, são permitidas novas construções com uma área máxima de 52m2 e dois pisos no máximo, desde que haja estude que identifique, avalie a exposição do projeto ao risco e estabeleça medidas de mitigação e monitorização. Os parâmetros urbanísticos para obras de novas construções, com cartografia de pormenor de riscos naturais integrada no PMOT são:

Área de construção máxima: 91 m2;

Número máximo de pisos: 2.

Nas Fajãs de Tipo 2 são permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado, com as seguintes regras:

a) As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências comprovadamente anteriores à entrada em vigor do POOC da ilha de São Jorge, publicado pelo DRR n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido plano;

b) As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento total de área de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos;

c) Excetuam-se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;

d) No caso de paredes exteriores construídas em pedra natural maciça, o cálculo da área máxima de ampliação referida nas alíneas anteriores deve ser feito pelo limite interior;

e) Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas b), c) e d) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação;

f) As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as características das construções tradicionais, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

Quer nas Fajãs do Tipo 1, quer do Tipo 2 são permitidas novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área de construção máxima de 30 m2 e um piso máximo, sendo esta possibilidade limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há pelo menos três anos, desde que seja salvaguardado as características das construções tradicionais.

Áreas Edificadas em Zona de Risco (art.º 19.º e art.º 20.º)

São áreas consolidadas ou parcialmente edificadas correspondendo às seguintes situações:

Áreas edificadas ameaçadas pela instabilidade de arribas e vertentes, que integram as situações de áreas edificadas em locais identificados como de suscetibilidade elevada à ocorrência de movimentos de vertente;

Áreas edificadas ameaçadas por galgamentos ou inundações costeiras, que integram as áreas edificadas em locais suscetíveis de serem invadidos pelo avanço das águas do mar em caso de tempestades, nomeadamente as áreas contíguas às margens das águas do mar que, em função das suas características fisiográficas e morfológicas, evidenciam elevada suscetibilidade à ocorrência de inundações por galgamento oceânico.

As áreas ameaçadas por riscos naturais múltiplos integram as áreas edificadas onde se verificam, simultaneamente, as duas situações de risco identificadas, sendo especialmente vulneráveis sob o ponto de vista ambiental e de exposição ao risco.

Devem ser minimizadas as situações de risco de pessoas e bens, privilegiando-se os usos de requalificação e valorização que visem a livre fruição destas áreas.

Nos PMOT devem considerar o seguinte:

a) Minimizar situações de riscos, assegurando mecanismos preventivos de transformação e ocupação destas zonas;

b) Propor intervenções que visem a reabilitação e valorização destes espaços para o uso público, criando a oportunidade de relocalização das edificações existentes;

c) Estabelecer um quadro operacional prioritário, que adeque o licenciamento de usos e atividades nestas áreas ao modelo de intervenções preconizado pelo POOC;

d) Equacionar a relocalização das edificações existentes, bem como definir os usos e as atividades compatíveis com os riscos existentes.

São permitidas obras de conservação, alteração, ampliação e reconstrução nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado, com as seguintes considerações:

- Nas áreas edificadas em zona de risco são interditas novas obras de construção e de urbanização, sendo permitidas nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado apenas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nos termos das alíneas seguintes;
- As obras de ampliação são permitidas não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos;
- Excetuam-se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;
- Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas b) e c) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação;
- As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem observar as características das construções existentes, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito;
- As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente anteriores à entrada em vigor do POOC da ilha de São Jorge, publicado pelo DRR n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido plano.

Os espaços intersticiais nas áreas edificadas em zona de risco podem ser alvo de intervenções com o objetivo de garantir o equilíbrio urbano através de ações de requalificação e integração urbanística do espaço público e dos logradouros existentes, que não impliquem a construção de edifícios, desde que sejam garantidas as condições de escoamento das águas superficiais e acautelados os riscos de estabilização das arribas adjacentes.

São permitidas novas obras de construção e novas obras de urbanização quando o PMOT integrar a cartografia de pormenor de riscos naturais. São permitidas novas construções e novas obras de urbanização, desde que haja estudos que identifique, avalie a exposição do projeto ao risco e estabeleça medidas de mitigação e monitorização.

Exclui-se das áreas edificadas ameaçadas por galgamentos ou inundações costeiras delimitadas na planta de síntese para a sede de concelho de Velas [troço na costa sul da freguesia das Velas, entre o Morro Grande e Cais das Velas], uma vez que a sua delimitação já resultou da incorporação de cartografia de pormenor de risco , nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 41.º, aplicando -se a estas áreas o regime de gestão definido nos n.os 1 e 2 do presente artigo.

Áreas de Aptidão Balnear (art.º 21.º)

As áreas de aptidão balnear são áreas com prática balnear e que reúnem condições para serem classificadas como zonas balneares, nos termos do regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas em vigor e desde que se integrem nas tipologias admitidas, no quadro seguinte.

Quadro 33. Áreas de aptidão balnear no concelho de Velas segundo POOC da Ilha de São Jorge

Freguesia	Área de aptidão balnear	Tipo 4	Tipo 3
Santo Amaro	Carregadouro	X	X
Manadas	Fajã das Almas	X	X
Norte Grande	Fajã do Ouvidor	X	X
Urzelina	Moinhos (Urzelina)	X	X
Urzelina	Piscinas da Urzelina	X	X
Velas	Poço dos Frades	X	X
Urzelina	Portinho da Ribeira do Nabo	X	
Manadas	Portinho dos Terreiros	X	X
Manadas	Porto das Manadas	X	X
Velas	Preguiça	X	X
Santo Amaro	Queimada	X	

Fonte: *POOC da Ilha de São Jorge (2022)*

O uso balnear é assegurado através da constituição de zonas balneares e respetivas instalações, com uma componente da massa de água e pelo leito das águas de superfície e por uma componente de massa terrestre interior que integra:

- Acessos e estacionamento;
- Solário;
- Balneários e outras infraestruturas de apoio e instalações onde são prestados os serviços de utilidade pública necessários, incluindo os respetivos acessos e logradouros;
- Instalações dos equipamentos com funções comerciais associados ao uso balnear;
- Outros equipamentos, serviços e áreas de estadia especificamente destinados aos banhistas e acompanhantes.

Estão interditas nestas áreas as seguintes atividades:

- A circulação de veículos motorizados, com exceção dos veículos ligados à prevenção, socorro e manutenção, fora das vias de acesso estabelecidas e além dos limites definidos para os parques e zonas de estacionamento e nas zonas de ante praia e praia;
- O estacionamento de veículos fora dos limites dos parques de estacionamento e das zonas expressamente demarcadas para parqueamento ao longo das vias de acesso;
- A utilização dos parques e zonas de estacionamento para outras atividades que não o parqueamento de viaturas, designadamente a instalação de tendas ou o exercício de atividades económicas sem licenciamento prévio, a obter para as exceções previstas na legislação vigente;
- O depósito, abandono ou libertação de quaisquer resíduos fora dos recetáculos próprios;
- A realização de quaisquer ações ou atividades que possam pôr em risco a segurança ou a saúde dos banhistas ou a integridade biofísica do local;
- A permanência de autocaravanas ou similares nos parques e zonas de estacionamento, entre as 00:00 horas e as 08:00 horas, exceto quando existam locais devidamente identificados como específicos para o estacionamento destes veículos;
- A apanha de espécies vegetais e animais marinhos, com fins económicos, fora dos locais e períodos sazonais estipulados;
- A utilização de equipamentos sonoros e desenvolvimento de atividades geradoras de ruído, que nos termos da lei possam causar incomodidade ou interferir com as colónias de aves marinhas, sem autorização prévia das autoridades competentes;
- As atividades de venda ambulante, sem autorização prévia das autoridades competentes;
- As atividades publicitárias sem licenciamento prévio e fora das áreas demarcadas ou painéis instalados;
- Outras atividades interditas que constem de edital de zona balnear aprovado pela entidade marítima, nomeadamente a permanência e circulação de animais, exceto cães-guias.

Durante a época balnear não são permitidas: a circulação de embarcações e meios náuticos de recreio e desporto, incluindo motas de água e jet -ski no interior do plano de água associado à zona balnear, bem como o acesso daqueles modos náuticos à margem e o estacionamento fora das áreas demarcadas no plano de zona balnear; a prática de desportos náuticos não motorizados no interior do plano de água associado à zona balnear; a pesca lúdica, exceto nas áreas demarcadas no plano de zona balnear.

Zona B

O quadro seguinte contém o importante a reter relativo ao saneamento básico e património arqueológico, condições gerais do POOC, que se aplica na Zona B.

Quadro 34. Artigos gerais do POOC da Ilha de São Jorge a aplicar na Zona B

Artigo	Descrição
Artigo 8.º Saneamento básico	É interdita a rejeição de efluentes sem tratamento de acordo com as normas legais em vigor; Nas áreas edificadas em solo urbano classificado nos termos dos respetivos PMOT, é obrigatória a construção de sistemas de recolha, tratamento e descarga de águas residuais, nos termos da legislação em vigor; Para as construções existentes na zona terrestre de proteção, não abrangidas pelos sistemas de recolha, tratamento e descarga das águas residuais definidos no número anterior, é obrigatória a instalação de fossas séticas, nos termos da legislação em vigor; No licenciamento das fossas estanques é obrigatoriamente definida a periodicidade da sua limpeza que é determinada em função da sua capacidade e índice de ocupação das habitações que servem.
Artigo 9.º Património arqueológico	A descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos na área abrangida pelo POOC obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local, assim como determina a sua comunicação imediata aos organismos competentes e à respetiva autarquia, em conformidade com as disposições legais; Nos sítios arqueológicos que vierem a ser classificados, quaisquer trabalhos que impliquem revolvimento ao nível do subsolo ficam condicionados à realização prévia de trabalhos arqueológicos ao abrigo da legislação em vigor.

Fonte: *POOC da Ilha de São Jorge (2022)*

Áreas edificadas (art.º 32.º e art.º 33.º)

Correspondem às áreas com elevado nível de infraestruturação e concentração de edificações onde o solo se destina predominantemente à urbanização, nos termos dos respetivos PMOT.

Os PMOT devem promover a requalificação e a valorização dos povoamentos litorais ao nível da execução urbanística, devendo articular-se com os objetivos específicos e princípios de ordenamento do território estabelecidos pelo POOC, assim como com o regime de gestão e intervenção nas situações de áreas edificadas em zonas de risco e de áreas edificadas em fajãs.

Áreas agrícolas, florestais e outros usos (art.º 35.º e art.º 36.º)

Correspondem, predominantemente, a zonas agrícolas e florestais, por vezes, integradas na reserva agrícola regional e na reserva ecológica, mas, também, a outros usos e atividades complementares ao espaço rural.

Os princípios de ocupação são os seguintes:

- Contenção dos processos de disseminação das edificações de forma a salvaguardar a qualidade da paisagem e os princípios de ocupação do litoral, e garantir o equilíbrio das atuais formas de uso do solo, bem como atender ao meio envolvente;
- Salvaguarda das áreas sensíveis e vulneráveis e/ou com valores naturais, bem como das situações de riscos naturais e promoção de ações de reconversão para sistemas naturalizados;
- Salvaguarda pelo padrão de povoamento existente, pela volumetria e pelos materiais típicos da Região tendo em vista favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural;
- Salvaguarda das características das construções existentes, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito;
- Garantia de coerência dos usos do solo com as características biofísicas presentes, através da minimização dos fenómenos de erosão, em especial no topo das arribas e vertentes que integram situações sensíveis, bem como assegurar a captação e retenção de água através da intervenção em vastas áreas de pastagem de altitude;
- Promoção da correção das dissonâncias da paisagem determinadas pela dispersão de edificações e pela compartimentação utilizada nalguns locais;
- Promoção da utilização de espécies autóctones e sistemas de ordenamento e exploração agrícola e florestal compatíveis com as características dos ecossistemas que integram os sistemas de proteção e de valorização ambiental;
- Manutenção do espaço rural, devendo a construção ser, preferencialmente, em parcelas confinantes com a rede viária existente, pavimentada e infraestruturada, com exceção das construções de apoio à atividade agrícola ou florestal;
- Garantia da integração paisagística de novos usos territoriais com impactes na paisagem pela sua dimensão, nomeadamente das infraestruturas viárias e dos equipamentos turísticos, devendo a sua execução estar enquadrada por PMOT;
- Promoção de boas práticas de combate e erradicação de infestantes e invasoras e do Código de Boas Práticas Agrícolas e Ambientais, em matéria de deposição de fertilizantes nos solos agrícolas.

Todas as obras de construção ficam condicionadas ao cumprimento das disposições de saneamento básico.

<u>Disposições Gerais</u>

Na área de intervenção do POOC, a aprovação de PMOT determina a necessidade de o regime estabelecido pelos PMOT dever ser conforme com as disposições regulamentares, os objetivos e os princípios decorrentes do POOC (n. º3, art.º 42.º

2.3.4.2. Plano Diretor Municipal de Velas

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Velas foi aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n. º7/2005/A, de 23 de março, alterado pelo DRR n. º22/2005/A, de 12 outubro.

O início da sua elaboração ocorreu nos termos do DL n.º 69/90, de 2 de março, posteriormente aprovado e ratificado na vigência do DL n.º 380/99, de 22 de setembro.

O PDM de Velas abrange toda a área do território do concelho de Velas, definindo o regime de ocupação, uso e transformação do território. Com a natureza de regulamento administrativo, é de caráter normativo a todas as ações de iniciativa pública ou privada a realizar na área de intervenção do Plano.

Foram definidos os seguintes objetivos específicos, no âmbito do PDM de Velas em vigor:

- Preservar e valorizar o património natural do concelho;
- Promover a melhoria qualitativa e de competitividade do queijo de São Jorge;
- Apoiar a diversificação da base económica do concelho;
- Apoiar e promover segmentos especializados do turismo;
- Melhorar o nível de funcionalidade das infraestruturas com destaque para o Porto de Velas e aeródromo;
- Garantir e melhorar o sistema de abastecimento de água;
- Melhorar as condições de vida urbana no concelho, nomeadamente em Velas, Urzelina e Norte Grande;
- Melhorar as condições de atração e fixação dos recursos humanos no concelho.

No PDM de Velas definiu-se classes de espaços consoante o uso dominante aquando elaboração. Os mesmos encontram-se representados na planta de Ordenamento.

Quadro 35. Classes e Categorias de Espaço do PDM de Velas (Planta de Ordenamento)

Classes de Espaço	Categorias de Espaço	Hectares
a) **Espaços Urbanos**	Espaço Urbanos	351,79
b) **Espaços Urbanizáveis**	Espaços Urbanizáveis	57,93
c) **Espaços Industriais**	Zona Industrial	8,49
	Áreas de Pequena Indústria e Armazéns	1,18
d) **Espaços Agrícolas**	Espaços agrícolas de uso Arável Ocasional	2317,75
	Espaços agrícolas de uso Arável Permanente ou Ocasional	1454,79
e) **Espaços Florestais**	Espaços Florestais de Proteção	3612,16
	Espaços Florestais de Produção	1797,43
f) **Espaços Culturais e Naturais**	Reservas Florestais Naturais Parciais	291,45
	Reserva Florestal de Recreio das Sete Fontes	6,10

	Orla Costeira	1436,77
	Linhas de água e respetivas faixas de proteção	*
	Lagoas e respetivas Faixas de Proteção	22,50
	Património Arquitetónico e Urbanístico	*
	Espaços para Indústrias Extrativas	*
g) Espaços Canais	Rede Rodoviária com Funções Regionais	58,4km**
	Rede Rodoviária com Funções Municipais	31,45km**
	Rede Rodoviária com Funções Florestais	28,08km**
	Aeródromo de São Jorge	16,23
	Porto de Velas	*
	Núcleos Principais de Pesca e/ou Recreio Náutico	*
	Núcleos Secundários de Pesca e/ou Recreio Náutico	*
	Furo/Nascente	*
	Aterro Sanitário	11,32
	Zonas de proteção à Central Termoelétrica	*
	Dispositivos de sinalização marítima	*
i) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Planos de urbanização	*
	Planos de Pormenor	*

Fonte: *Relatório de Fundamentação da Revisão do PDM de Velas*

**sem área definida, apenas com a indicação da localização*
*** Estudos de caracterização do PDM Velas*

Figura 21. Planta de Ordenamento, PDM de Velas



Fonte: *Planta de Ordenamento, PDM Velas*

a) Espaços urbanos

Decorrente dos usos dominantes verificados aquando fase dos estudos de caracterização, o PDM de Velas propôs uma classificação de solos que se diferencia nos seguintes espaços: Espaço Urbanos, Espaços Urbanizáveis e Espaço Industriais.

A este conjunto de classes de espaço admite-se não só a construção, mas também a urbanização, ou seja, o parcelamento da propriedade por via de operação de loteamento e a transformação do solo com vista à sua densificação com fins residenciais ou industriais.

No PDM de Velas, as áreas urbanas do concelho foram delimitadas e hierarquizadas em quatro níveis, consoante a dimensão populacional, a dotação funcional e o grau de centralidade:

- **Nível I**: Velas;
- **Nível II**: Urzelina;
- **Nível III**: Norte Grande;
- **Nível IV**: Rosais; Beira; Santo Amaro; Fajã de Santo de Amaro; Queimada; Ribeira do Nabo; Santo António; Ribeira D'Areia; Terreiros; Manadas.

Nos espaços urbanos admite-se a ocupação de áreas livres desde que, loteamentos inseridos na malha viária existente; ou novas construções, por ocupação de áreas livres na continuidade do tecido edificado ou por substituição de edificações sujeitas a demolição. Atendendo aos indicadores e orientações presentes no quadro 31.

Excetuando as Velas e a Fajã do Ouvidor, nos restantes espaços urbanos, as edificações apenas são permitidas ao longo dos arruamentos existentes, respeitando os alinhamentos existentes e a imagem urbana envolvente, na construção de lotes não identificados, bem como na reconstrução, ampliação e renovação de edifícios.

b) Espaços Urbanizáveis

De acordo com o regulamento do PDM de Velas: *"Entende-se por Espaços Urbanizáveis aqueles que são suscetíveis de vir a adquirir dominantemente as características dos Espaços Urbanos."* Correspondem a áreas em consolidação ou mesmo a áreas livres, constituindo zonas de expansão, representados na planta de ordenamento nas freguesias de Velas, Urzelina e Norte Grande.

Até ao início da vigência do Plano de Urbanização das Velas, o licenciamento de projetos nos espaços urbanizáveis ficará sujeita a:

a) só é permito o licenciamento de novas construções na continuidade da existente, e quando o lote ou áreas a lotear disponha de arruamento e redes de abastecimento de água e energia elétrica;
b) Nos espaços urbanizáveis não é permitida a abertura de novos arruamentos
c) Devem ser respeitados os seguintes parâmetros urbanísticos:
Densidade populacional máxima – 90hab/ha;

Índice máximo de construção bruto – 0,3;
Cércea máxima – três pisos apenas quando existirem estabelecimentos comerciais no piso térreo;
Área mínima de estacionamento – 1,5 lugares/fogo

Até ao início da vigência dos Planos de Urbanização de Urzelina e de Norte Grande, o licenciamento de projetos nos espaços urbanizáveis ficará dependente dos seguintes condicionamentos:

a) Só é permitido o licenciamento de nova construção na continuidade da existente e quando o lote ou área a lotear disponha de arruamento e redes de abastecimento de água e energia elétrica;
b) Não é permitida a abertura de novos arruamentos;
c) Os parâmetros urbanísticos a respeitar são os seguintes:
Densidade populacional máxima — 60 hab./ha;
Índice máximo de construção bruto — 0,2;
Cércea máxima — dois pisos e 6,5 m;
Área mínima de estacionamento — 1,5 lugares/fogo.

c) Espaços Industriais

De acordo com o regulamento do PDM de Velas *"Entende-se por Espaços Industriais (…) as áreas devidamente infraestruturadas e destinadas à instalação de unidades industriais, de unidades de armazenagem bem como de serviços de apoio à atividade industrial".*

Os espaços Industriais identificados no PDM de Velas, delimitados na Planta de Ordenamento do PDM de Velas são:

- Zona Industrial (ZI) de Velas;
- Área de pequena Indústria e armazéns (APIA):
  - APIA do Norte Grande;
  - APIA da Urzelina.

O licenciamento nos espaços industriais, em conjunto com os parâmetros apresentados no quadro 36, deverá apresentar:

- Coeficiente máximo de impermeabilização do solo de 0,5;
- Afastamento mínimo das edificações ao limite posterior do lote de 3 m;
- Afastamento mínimo das edificações ao limite frontal de 5 m;
- Ligação ao sistema de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais.

Quadro 36. Parâmetros Urbanísticos a respeitar nos Espaços Urbanos, nos Espaços Urbanizáveis e Espaços Industriais.

Espaços	Localização	Densidade Populacional	I.M.C.B*	I.M.C.L**	Cércea Máxima	Estacionamento
Urbanos	Velas	90 hab/ha	0,3	0,5	3 pisos e 10 m	-
	Fajã do Ouvidor	60 hab/ha	0,3	0,5	1 piso e 3 m	-
	Restantes espaços	60 hab/ha	0,2	0,4	2 pisos e 6,5 m	-
Urbanizáveis	Velas	90 hab/ha	0,3	-	3 pisos***	1,5 lugares/fogo
	Urzelina e Norte Grande	60 hab/ha	0,2	-	2 pisos e 6,5 m	1,5 lugares/fogo
Industriais	-	-	0,8	-	9 metros	1 lugar/100 m^2 área construída

Legenda: I.M.C.B* - Índice Máximo de Construção Bruto; I.M.C.L** Índice Máximo de Construção Líquido; *** apenas quando existirem estabelecimentos comerciais no piso térreo.

Fonte: *Regulamento do Plano Diretor Municipal de Velas*

d) Espaços Agrícolas

De acordo com o regulamento do PDM de Velas "(…) *entende-se por espaços agrícolas as áreas com as características adequadas predominantemente à atividade agrícola e agropecuária, ou que a possam vir adquirir*."

Os espaços agrícolas subdividem-se em:

- Espaços agrícolas de uso arável permanente ou ocasional;
- Espaços agrícolas de uso arável ocasional.

O Índice Máximo de Construção Líquido apresentado no quadro 37 não é aplicável: aos solos que integram a Reserva Agrícola Regional; na construção de silos, depósitos de água e estufas; e sempre que a aplicação do mesmo resultar uma área de edificado inferior a 105 m^2, pelo que se aplica os seguintes parâmetros:

- Área máxima de Construção: 105 m^2;
- Afastamento mínimo aos limites do prédio: 3 m;
- Cércea máxima: 2 pisos e 5,5 m.

e) Espaços Florestais

De acordo com o regulamento do PDM de Velas "(…) entende-se por espaços florestais as áreas com aptidão predominantemente florestal que, simultaneamente, admitem outros usos compatíveis, (…)"

Para os espaços florestais foram estabelecidas as seguintes categorias:

- Espaços florestais de produção;
- Espaços florestais de proteção.

Os parâmetros de edificabilidade são os que constam no quadro 37, excetuando a construção de silos, depósitos de água e estufas, e sempre que a aplicação do índice nos prédios rústicos resulte numa área de edificação inferior a 105 m^2, cujos parâmetros são iguais aos descritos para os espaços agrícolas com as mesmas condições.

Quadro 37. Parâmetros de Edificabilidade nos Espaços Agrícolas e nos Espaços Florestais

Parâmetros	Espaços	
	Agrícolas	Florestais
Índice Máximo de Construção Líquido	0,07	0,05
Área Máxima de Construção para Habitação	300 m^2	300 m^2
Área Máxima de Construção para instalações agrícolas	1000 m^2	1000 m^2
Cércea máxima para habitação	2 pisos e 5,5 m	2 pisos e 5.5 m
Cércea máxima para instalações agrícolas	1 piso e 5 m	1 piso e 5 m
Afastamento mínimo das edificações e instalações de retenção e depuração de efluentes aos limites da parcela	6 m	6 m

Fonte: *Regulamento do Plano Diretor Municipal de Velas*

O licenciamento de empreendimentos turísticos ou turismo no espaço rural, quer em espaços agrícolas, como em espaços florestais, deverá respeitar os seguintes parâmetros:

- Índice Máximo de Construção Líquido: 0,25;
- Índice Máximo de Construção Bruto: 0,15 (aplicável somente aos aldeamentos turísticos);
- Coeficiente máximo de impermeabilização do solo: 0,35 (exceto recintos desportivos);
- Cércea máxima: 2 pisos ou 8 m no caso de estabelecimentos hoteleiros;
- Área mínima de estacionamento: 1 lugar/3 camas, ou 1 lugar/2utentes no caso de empreendimentos que não sejam alojamento;
- Diminuição mínima de parcela a atribuir a cada fogo em aldeamento turístico: 600 m^2.

f) Espaços Culturais e Naturais

De acordo com o regulamento do PDM de Velas "Entende-*se por espaços culturais e naturais as áreas onde se privilegia a proteção dos valores naturais, culturais e paisagísticos*".

Constituem espaços culturais e naturais as seguintes áreas:

- Reservas Florestais Naturais e Parciais do Pico das Caldeirinhas, dos Picos do Carvão e da Esperança e do Pico do Areeiro;
- Reserva Florestal de Recreio das Setes Fontes;
- Orla Costeira (falésias, praias, ilhéus e outros ecossistemas litorais);
- Linhas de água, Lagoas e respetivas faixas de proteção;
- Património arquitetónico e urbanístico (a) monumentos e imóveis classificados ou em vias de classificação nos termos da legislação sobre a proteção do património cultural e b) moinhos de água e vento).

Os moinhos de água e de vento do município estão sujeitos às seguintes condicionantes: a) Interdição de demolição salvo quando a sua recuperação for tecnicamente impossível; b) Quando for impossível a recuperação dos seus mecanismos, os moinhos poderão ser adaptados a novas funções, nomeadamente habitação e turismo, desde que a sua reconversão respeite a forma e a volumetria existente, sendo apenas permitida a utilização nas paredes exteriores, vãos e coberturas de materiais tradicionalmente utilizados neste tipo de edifícios.

g) Espaços para Indústrias Extrativas

No PDM de Velas foi apenas indicado, na Planta de Ordenamento, a localização de explorações de massas minerais existentes no concelho. Para tal, basearam-se na interpretação de fotografia aérea e de reconhecimento de campo.

h) Espaços Canais

De acordo com o regulamento do PDM de Velas *"Entende-se por espaços canais as áreas ocupadas por infraestruturas de transporte e comunicações e outras infraestruturas primárias do Município*."

Sendo assim, são os espaços canais, nomeadamente:

- Infraestruturas rodoviárias;
- Infraestruturas aeronáuticas;
- Infraestruturas portuárias;
- Infraestruturas de saneamento básico;
- Dispositivos de sinalização marítima;
- Aterro sanitário;
- Central termoelétrica.

A rede rodoviária do Município de Velas encontra-se hierarquizada em: rede rodoviária com funções regionais, rede rodoviária com funções municipais e rede rodoviária com funções florestais. Sendo que as margens de proteção da rede rodoviária constituem áreas não edificáveis e são designadamente:

a) Na rede rodoviária com funções regionais, uma faixa com largura de 10 m para cada lado do limite da plataforma da estrada;
b) Na rede rodoviária com funções municipais, uma faixa com largura de 6 m, para cada lado do eixo da plataforma da estrada, sem prejuízo do disposto no artº26 do Regulamento.

As infraestruturas de saneamento básico do município são compostas pelos:

a) Sistemas de abastecimento de água;
b) Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais;
c) Instalações de deposição e tratamento de resíduos sólidos.

Nos sistemas de abastecimento de água deve observar-se os seguintes condicionamentos (nº7 e 8 do art.º 13):

- Interdição da localização de nitreiras, currais, matadouros, instalações sanitárias e outras consideradas poluentes num raio de 50 m em torno das captações subterrâneas podendo, caso a caso, mediante fundamentação técnica, alargar-se este raio a 500 m;
- Interdição de construir ao longo de uma faixa de 5 m, medida por um lado e outro do traçado das condutas de adução ou adução-distribuição da água;
- Interdição de construir ao longo de uma faixa de 1 m, medida por um lado e outro do traçado das condutas distribuidoras de águas;
- Interdição de plantação de árvores ao longo de uma faixa de 10 m por um lado e outro do traçado das condutas distribuidoras de água;
- Nos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais, a largura da faixa referida anteriormente será considerada caso a caso na apreciação do projeto de arranjo dos espaços exteriores.

Na utilização das áreas afetas aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais é interdita a construção numa faixa de 100 m às instalações de novas estações de tratamento de águas residuais e observar-se-ão, ainda, os seguintes condicionamentos:

a) Interdição de construir ao longo de uma faixa de 5 m, medida para um e outro lado dos emissários das redes de drenagem de esgotos;
b) Interdição de construir ao longo de uma faixa de 1 m, medida para um e outro lado dos coletores das redes de drenagem de esgotos;
c) Interdição de plantação de árvores ao longo de uma faixa de 10 m, medida para um e outro lado dos coletores e emissários de esgotos;
d) Nos espaços urbanos, urbanizáveis e industriais, a largura da faixa referida na alínea anterior será considerada caso a caso, na apreciação dos projetos de arranjos de espaços exteriores.

Estabeleceu-se uma zona de proteção *non aedificandi* com um raio de 350 m envolvente à central termoelétrica e uma zona de construção condicionada compreendida entre as circunferências de raio de 350 m e 500 m. A edificação na zona condicionada fica dependente da aceitabilidade, de acordo com legislação específica em vigor, dos níveis de ruído que se verificam na zona face aos usos propostos (nº11 e 12 do artº13).

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

O regulamento do PDM de Velas estabeleceu um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, identificadas na planta de Ordenamento, sujeitas a regulamentação e gestão urbanística próprias conferidas por Plano Municipal de Ordenamento do Território, nomeadamente Planos de Urbanização e Planos de Pormenor.

Foram propostos os seguintes planos:
a) Plano de Urbanização:

- PU1 – Velas;
- PU2 – Urzelina;
- PU3 – Norte Grande.

b) Planos de Pormenor:

- PP1 – Rosais;
- PP2 – Beira;
- PP3 – Santo Amaro;
- PP4 – Queimada;
- PP5 – Manadas;
- PP6 – Toledo;
- PP7 – Santo António;
- PP8 – Ribeira da Areia;
- PP9 – Fajã do Ouvidor;
- PP10 – ZI de Velas;
- PP11 – APIA da Urzelina;
- PP12 – Centro Tradicional de Velas.

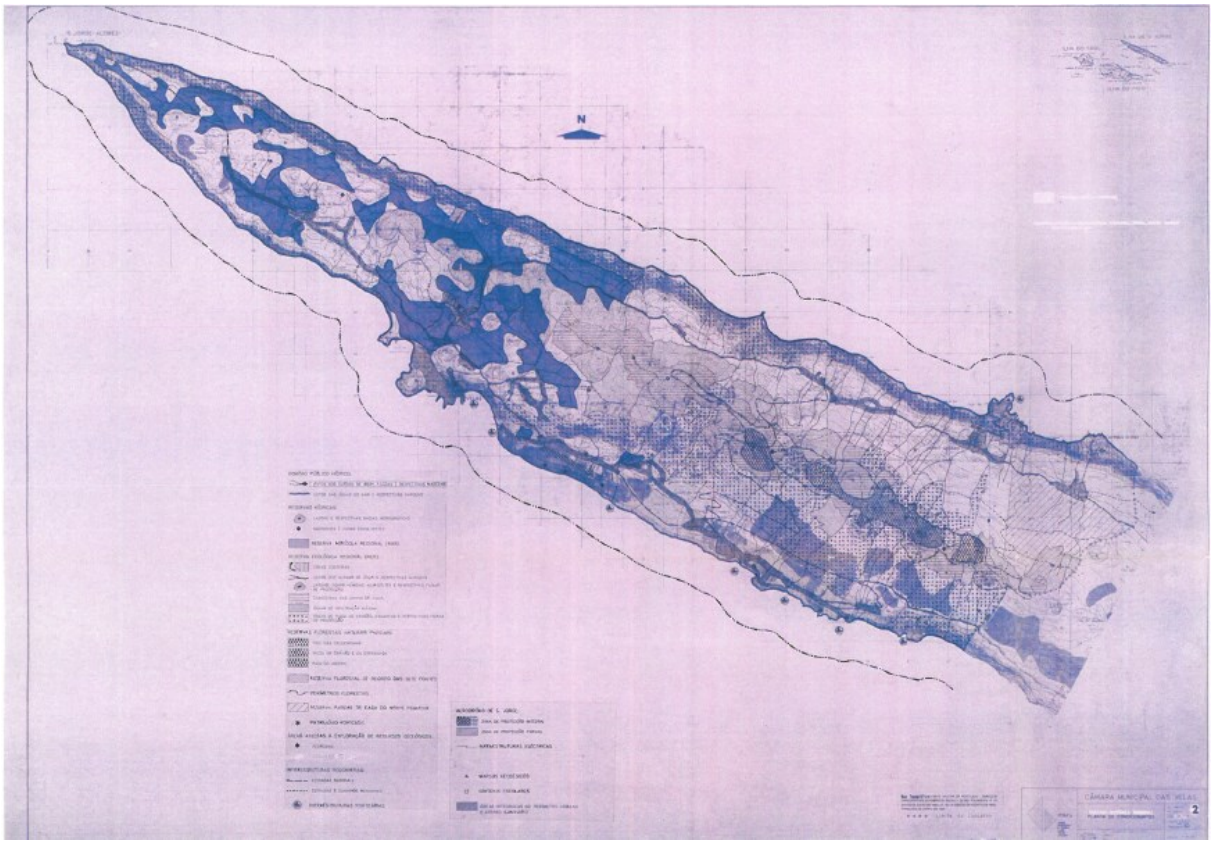
Até ao momento, as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão não foram concretizadas.

Servidões administrativas e restrições de Utilidade Pública

Constam do diploma do PDM de Velas as seguintes Servidões administrativas e restrições de Utilidade Pública:

- Domínio Público Hídrico;
- Reservas Hídricas;
- Reserva Agrícola Regional;
- Reserva Ecológica;
- Reservas Florestais Naturais Parciais;
- Reserva Florestal de Recreio das Sete Fonte;
- Perímetros Florestais;
- Reservas de Caça;
- Património Edificado;
- Áreas afetas à exploração de recursos geológicos;
- Infraestruturas rodoviárias;
- Aeródromo de São Jorge;
- Infraestruturas portuárias;
- Infraestruturas elétricas;
- Marcos geodésicos;
- Edifícios escolares;
- Edifícios públicos.

Figura 22. Planta de Condicionantes - PDM de Velas



Fonte: PDM Velas

2.3.4.3. Plano Natural de Ilha de São Jorge – Município de Velas

Segundo o art.º 28 do DLR n.º 15/2012/A, de 2 de abril, que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB), a Rede de Áreas Protegidas dos Açores é constituída pelo Parque natural de ilha, o Parque Marinho dos Açores e as áreas protegidas de importância local.

O Parque Natural da Ilha de São Jorge foi criado pelo DLR n.º 10/2011/A, de 28 de março, cuja missão e objetivos de gestão observam os princípios constantes da Convenção Europeia da Paisagem e da Convenção sobre a Diversidade Biológica. A gestão do Parque compete ao Departamento Regional com competências em matéria de ambiente, no qual são órgãos o Diretor e o Conselho Consultivo.

Na categorização dos espaços que integram o Parque, foi utilizada a nomenclatura da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Sendo assim, as áreas que integram o Parque

Natural da Ilha de São Jorge classificam-se nas categorias de áreas protegidas, tais como: Monumento Natural, Área Protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies, Área de Paisagem Protegida e Área Protegida de Gestão de Recursos; constituindo treze áreas protegidas, designadamente:

- [SJO01] Monumento Natural da Ponta dos Rosais;
- [SJO02] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Noroeste;
- [SJO03] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sudoeste;
- [SJO04] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa de Velas;
- [SJO05] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico da Esperança e Planalto Central;
- [SJO06] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Fajã das Almas;
- [SJO07] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa do Topo;
- [SJO08] Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Ilhéu do Topo;
- [SJO09] Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte;
- [SJO10] Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Oeste;
- [SJO11] Área Protegida de Gestão de Recursos de Entre Morros;
- [SJO12] Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa das Fajãs;
- [SJO13] Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Nordeste.

No **Monumento Natural da Ponta de Rosais**, ficam interditas (n.º 3, art.º 7):

- A colheita, corte, abate, captura, apanha ou detenção de espécimes de espécies protegidas, em qualquer fase do seu ciclo biológico, bem como a perturbação ou a destruição dos seus *habitats*, com exceção das ações de natureza científica autorizadas nos termos do número seguinte;
- A extração de recursos geológicos de qualquer natureza;
- A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea ou arbustiva;
- O depósito de resíduos e de águas residuais de qualquer natureza, exceto as águas residuais domésticas geradas no interior da área protegida;
- A prática de atividades desportivas motorizadas suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorar os fatores naturais da área;
- A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

No **Monumento Natural da Ponta dos Rosais** ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio vinculativo, do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente (n.º 4, art.º 7):

- A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;

- A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;
- A valorização de linhas de água, incluindo medidas de recuperação, revitalização e estabilização biofísica;
- A abertura de vias de comunicação ou acesso, incluindo trilhos e caminhos, bem como o alargamento das já existentes;
- A instalação de condutas, nomeadamente tubagens de água ou saneamento;
- A instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, e de aproveitamento de energias renováveis;
- A abertura de novos locais de estacionamento e a ampliação dos existentes.

De acordo com o Diploma, nas **Áreas Protegidas para a Gestão de *Habitats* ou Espécies**, ficam interditas as seguintes atividades (n.os 3 e 4, art.º 9):

- A colheita, captura, abate ou detenção de espécimes de espécies protegidas em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, e a perturbação ou a destruição dos seus *habitats*, com exceção das ações de natureza científica ou de controlo das populações realizadas nos termos legalmente fixados;
- A introdução de espécies não características das formações e associações naturais existentes, com exceção das variedades agrícolas e raças pecuárias;
- O depósito de resíduos de qualquer natureza, com exceção dos sobrantes de exploração florestal e da biomassa agrícola originada no interior da área protegida;
- A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;
- A circulação de veículos motorizados fora das vias para tal designadas, com exceção do estritamente necessário para a realização das atividades agroflorestais e de segurança;
- A prática de campismo e caravanismo fora dos sítios especificamente para eles designados, exceto quando expressamente autorizada pelo diretor do Parque Natural de São Jorge;
- A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.
- A prática de atividade cinegética;
- A pesca nas lagunas, lagoas e lagoeiros.

Ficam igualmente condicionados e sujeitos a parecer prévio, de carácter vinculativo, do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente (n.º 5, art.º 9):

- A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva, com exceção das decorrentes da execução de ações de manutenção e limpeza da área protegida;
- A edificação;
- A extração de recursos geológicos, incluindo a quebra ou rebentamento de rochas;

- A prática de atividades desportivas motorizadas;
- A captação e o desvio de águas ou a execução de quaisquer obras hidráulicas;
- A abertura de vias de comunicação e de acesso, incluindo trilhos e caminhos, bem como a requalificação das existentes;
- As ações que provoquem alterações dos níveis de ruído e poluição sonora, nomeadamente quando tal interfira com a reprodução das aves;
- A instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, e de aproveitamento de energias renováveis;
- Quando não executadas por iniciativa do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente, a realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza.

Na **Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte**, ficam interditas as seguintes atividades (n.os 4 e 5, art.º 17):

- A descaracterização da paisagem e a alteração das estruturas construtivas e da arquitetura tradicional;
- O depósito de resíduos de qualquer natureza, com exceção dos sobrantes de exploração florestal e da biomassa agrícola e pecuária gerada no interior da área protegida;
- A circulação de veículos motorizados fora das vias para tal designadas, com exceção do estritamente necessário para a realização das atividades agroflorestais e de segurança;
- A prática de campismo e caravanismo fora dos sítios especificamente para eles designados, exceto quando expressamente autorizada pelo diretor do Parque Natural de São Jorge;
- A instalação, afixação, inscrição ou pintura mural de mensagens de publicidade ou propaganda, temporárias ou permanentes, de cariz comercial ou não, incluindo a colocação de meios amovíveis, com exceção da sinalização específica da área protegida;
- A exploração e extração de massas minerais;
- A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.
- A prática de atividade cinegética, com exceção da caça ao coelho;
- A pesca nas lagunas, lagoas e lagoeiros;
- A pesca submarina na laguna da Caldeira do Santo Cristo;

Na **Área Protegida das Fajãs do Norte** ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio vinculativo, do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente (n.º 6, art.º 17):

- A alteração à morfologia do solo por escavações ou aterros, pela modificação do coberto vegetal, do corte de vegetação arbórea e arbustiva, com exceção das decorrentes da execução de ações de manutenção e limpeza da área protegida;
- A colheita, captura, abate ou detenção de espécimes de espécies protegidas em qualquer fase do seu ciclo biológico, incluindo a destruição de ninhos e a apanha de ovos, e a perturbação

ou a destruição dos seus *habitats*, sem prejuízo da exploração haliêutica e cinegética nos termos legalmente regulamentados;

- A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais exóticos, com exceção das ornamentais e das espécies objeto de exploração agrícola, desde que incluídas nos catálogos comuns de variedades de espécies agrícolas e hortícolas, e das espécies objeto de exploração zootécnica;
- A instalação de infraestruturas elétricas e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, e de aproveitamento de energias renováveis;
- A prática de atividades desportivas motorizadas;
- A realização de obras de construção civil, designadamente novos edifícios, ampliação, conservação, correção de dissonâncias, recuperação e reabilitação ou demolição de edificações;
- A captação e o desvio de águas ou a execução de quaisquer obras hidráulicas;
- A abertura de vias de comunicação ou acesso, incluindo trilhos e caminhos, bem como o alargamento das já existentes.

Nas **Áreas Protegidas de Gestão de Recursos** ficam interditos (n.º 3, art.º 19):

- A exploração e extração de massas minerais, incluindo a exploração, quebra ou rebentamento de rochas, a realização de dragagens e outras operações que alterem a topografia dos fundos, com exceção das executadas no âmbito de obras de manutenção ou melhoria de instalações portuárias;
- O depósito de resíduos de qualquer natureza, incluindo a rejeição de águas residuais;
- A introdução de espécies zoológicas e botânicas não características das formações e associações naturais existentes, nomeadamente plantas e animais alóctones com potencial invasor;
- A realização de quaisquer atividades que perturbem o equilíbrio da envolvente.

Nas **Áreas Protegidas de Gestão de Recursos** ficam condicionados e sujeitos a parecer prévio vinculativo, do departamento da administração regional autónoma competente em matéria de ambiente (n.º 4, art.º 19):

- A realização de trabalhos de investigação e divulgação científica, ações de monitorização, recuperação e sensibilização ambiental, bem como ações de salvaguarda dos valores naturais e de conservação da natureza;
- A apanha de algas e de outras espécies da flora marinha;
- A instalação de infraestruturas elétricas e de telecomunicações e de aproveitamento de energias renováveis;
- A instalação de condutas e cabos de qualquer natureza;

- A prática de ações que sejam suscetíveis de provocar poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, excetuando a permanência e a navegação de embarcações que deverá ser realizada com ruído reduzido, de forma a não perturbar o equilíbrio da envolvente

Excetuam-se das situações descritas anteriormente as ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas protegidas.

2.3.4.4. Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil de Velas

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Velas (PMEPCV) aprovado pelo Despacho n.º18/2014/A, de 27 de novembro, publicado no Diário da república, 2.ª Série, consiste num documento formal, que define as principais orientações relativamente ao modo de comando e atuação dos vários organismos, entidades e serviços relativamente ao seu envolvimento e participação em operações de Proteção Civil, tendo sempre como objetivo principal a minimização de perdas de vidas, dos prejuízos materiais e assegurar, no mais curto espaço de tempo, o restabelecimento da normalidade.

O PMEPCV define os mecanismos que permitem a gestão dos meios e recursos para intervir em situações de emergência, cujos objetivos principais consistem em:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a Unidade de Direção, Coordenação e Comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de operação das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, reduzir ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;

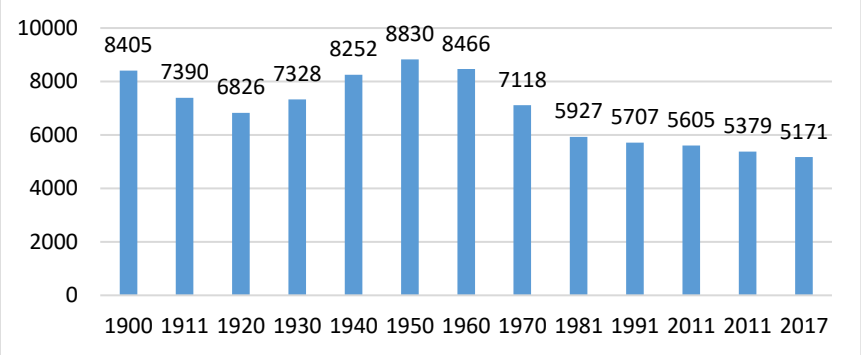
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação e autoproteção.

3. Síntese da Caraterização e Diagnostico

O concelho de Velas situado na Ilha de São Jorge e com fronteira com o concelho da Calheta a Nascente, tem uma área de aproximadamente 119,08 km^2, e é composto por 6 freguesias: Velas, Rosais, Santo Amaro, Urzelina, Manadas e Norte Grande.

Em termos de evolução populacional, o maior acréscimo de residentes no Município de Velas foi registado na década de 40 (924 habitantes) apresentando assim um crescimento de 12,61% no período de 1930/1940. Após o decréscimo da população do concelho de 1900 a 1920, verificou-se um acréscimo populacional, na ordem de 2004 habitantes desde a década de 30 até à década de 50, devido, essencialmente às taxas de natalidade elevadas, aos progressivos aumentos na qualidade de vida da população e à limitação da emigração. Todavia, a partir da década de 60 o Concelho vem perdendo população de forma progressiva até à atualidade. Registam-se as maiores perdas de população entre 1960 e 1981 (15,92% em 1960-1970 e 16,73% em 1970-1981), correspondendo a uma diminuição de cerca de 2539 habitantes, contabilizando assim uma perda total de 3295 habitantes de 1960 a 2017.

Figura 23. Evolução da população residente no Município de Velas de 1900 a 2017

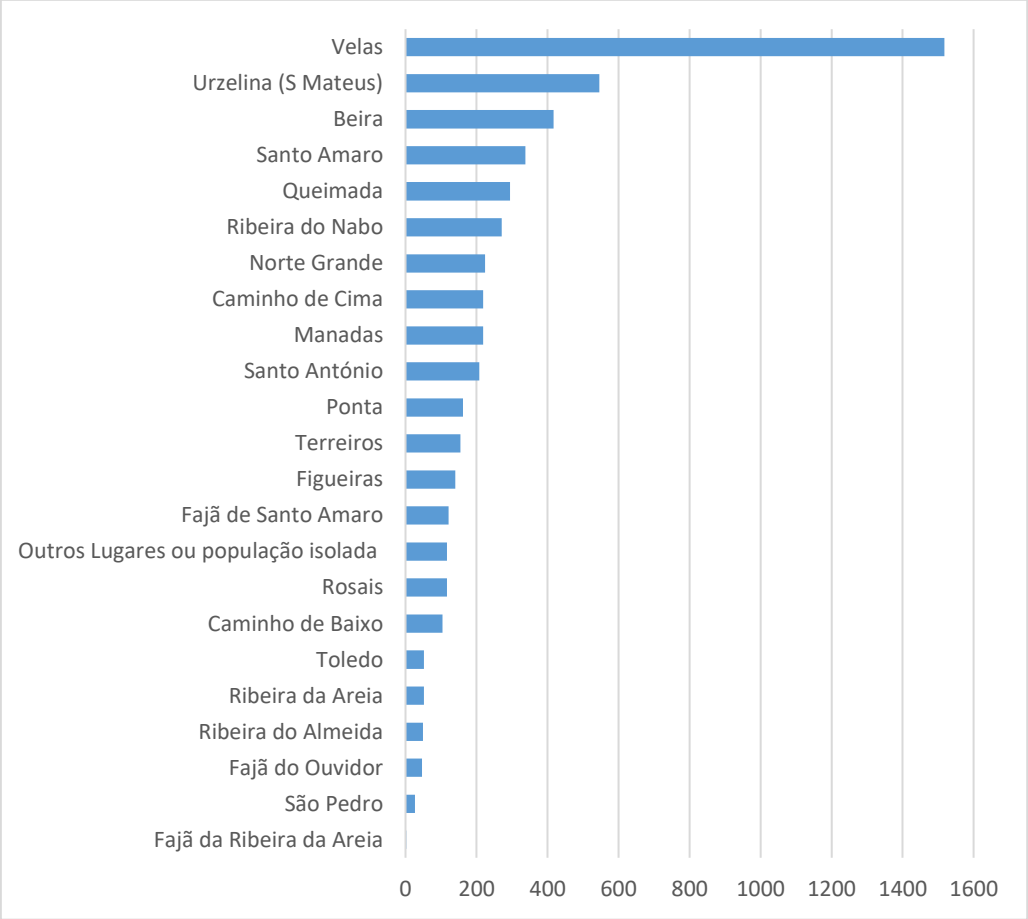


Fonte: *SREA – Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991, 2001, 2011- XV Recenseamento Geral da População e INE - Estimativas da População Residente*

No que respeita à distribuição da população do Concelho de Velas por lugares, destacou-se, a sede do Concelho, Velas, com uma dimensão claramente superior aos restantes, contabilizando 1518 habitantes, seguido da Urzelina (São Mateus) com 546 habitantes.

Verifica-se uma concentração da população no núcleo central das freguesias, que dá o nome à mesma, excetuando Rosais cujos lugares Caminho de Cima, Figueiras e Ponta concentram mais população que lugar de Rosais. Contudo, Rosais é a freguesia que apresenta uma distribuição quase equitativa da população nos seus lugares.

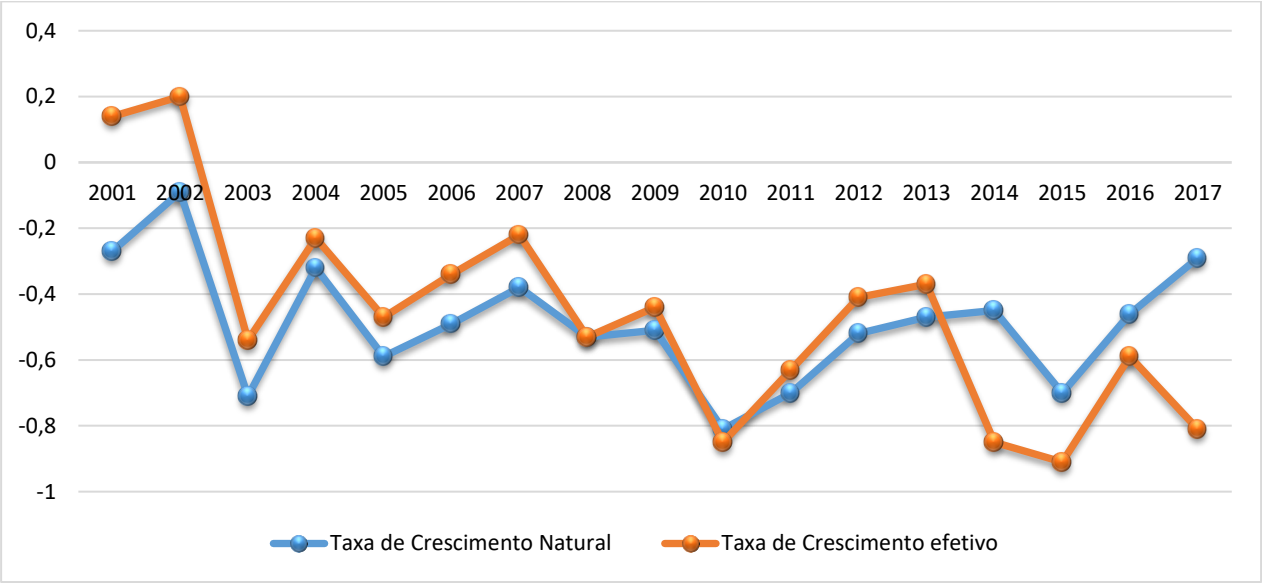
Figura 24. Distribuição da População do Concelho de Velas por lugares, em 2011



Fonte: *INE – Ficheiros Síntese por lugar, à data dos censos 2011*

Através da análise do crescimento natural (diferença entre nados-vivos e óbitos), verificamos que, ao longo dos últimos 16 anos, este foi sempre negativo, consequência da redução da natalidade e do crescente envelhecimento da população. Foi nos anos de 2002 para 2003 que a taxa de crescimento natural registou o decréscimo mais significativo, de -0,09% em 2002 para -0,71% em 2003. O valor mais baixo da taxa de crescimento natural foi atingido em 2010, com uma taxa de -0,81. De 2015 até 2016 voltou a subir significativamente, atingindo uma taxa de - 0,59%, para se registar nova quebra em 2017 (-0,81%).

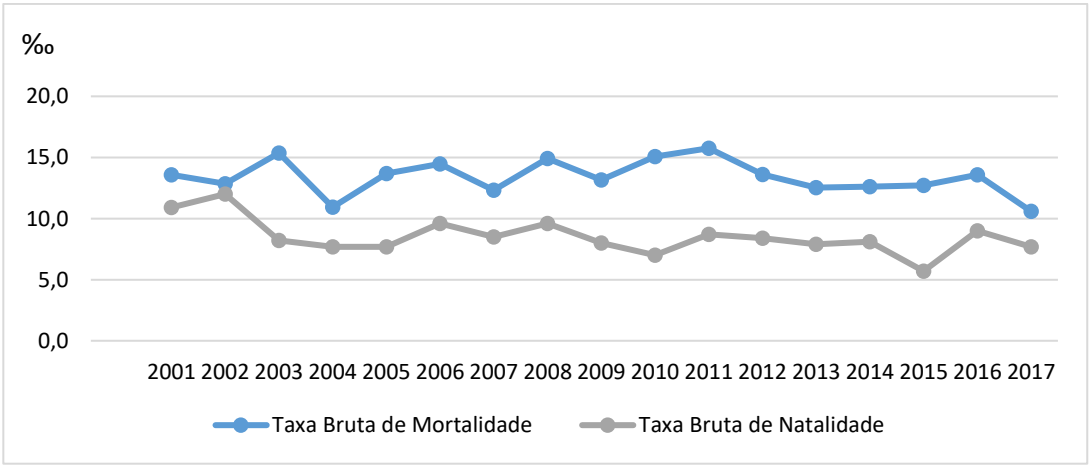
Figura 25. Evolução da Taxa de Crescimento Efetivo e da Taxa de Crescimento Natural no Concelho de Velas, de 2001 a 2017



Fonte: *SREA – Áreas Estatísticas – População – Demografia, INE- NE, Indicadores demográficos*

Podemos, também, verificar que a taxa de crescimento efetivo é maioritariamente superior à taxa de Crescimento Natural, exceto em 2010 e no período de 2014 a 2017, em que atinge o valor máximo de -0,91%. Esta situação pode ser facilmente explicada como resultado das baixas taxas de natalidade face à taxa de mortalidade, ou seja, no período em análise (2001 até 2017) o nº de óbitos surge sempre superior ao nº de nascimentos.

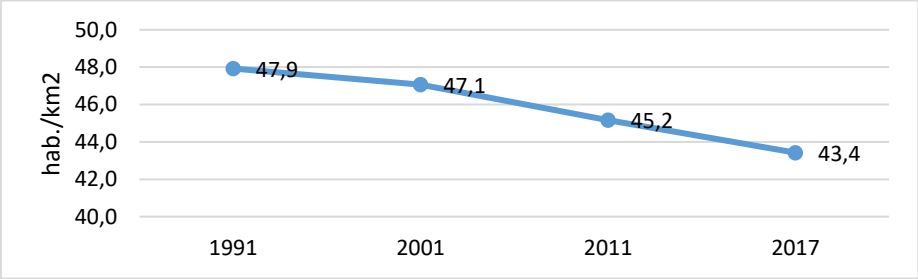
Figura 26. Natalidade e Mortalidade no Município de Velas de 2001 a 2017



Fonte: *INE- Estatísticas Territoriais*

Em termos de densidade populacional, é possível verificar que o município de Velas, entre 1991 e 2017, tem vindo a apresentar uma constante diminuição deste indicador. O valor máximo foi atingido em 1991, com cerca de 48 hab/km^2 e o mais baixo em 2017, com cerca de 43 hab/km^2.

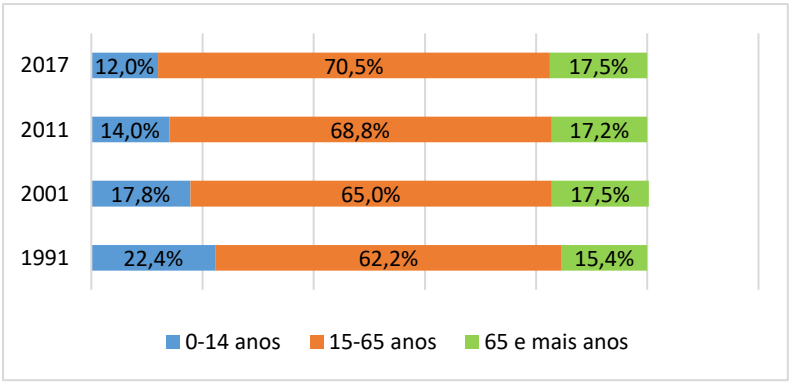
Figura 27. Densidade Populacional Município de Velas (hab/km2)



Fonte: *SREA, Estatísticas da População Residente (1991-2017)*

No que respeita à distribuição etária da população do Município de Velas, importa salientar que tem vindo a ocorrer um constante decréscimo populacional na faixa etária dos 0 aos 14 anos, que passou de 22,4% em 1991, para 17,8 % em 2001, para 14% em 2011, continuando a decrescer até 2017, onde registou uma percentagem populacional de 12,00%, ou seja, verificou-se num intervalo de 26 anos uma quebra de, aproximadamente, 669 efetivos neste grupo etário. Se a tendência se mantiver neste sentido, numa linha de continuidade do decréscimo da taxa de crescimento natural, existirá um cenário de dificuldade de reposição das gerações. É possível, também, verificar, através da análise da figura 28 um acréscimo da população em idade ativa, entre os 15 e os 65 anos, que representava cerca de 62,2% da população do Concelho em 1991, para 70,5% em 2017 e um aumento da população idosa, com 65 anos e mais, que representava em 1991, 15,4% da população residente, passando em 2017 para 17,5%.

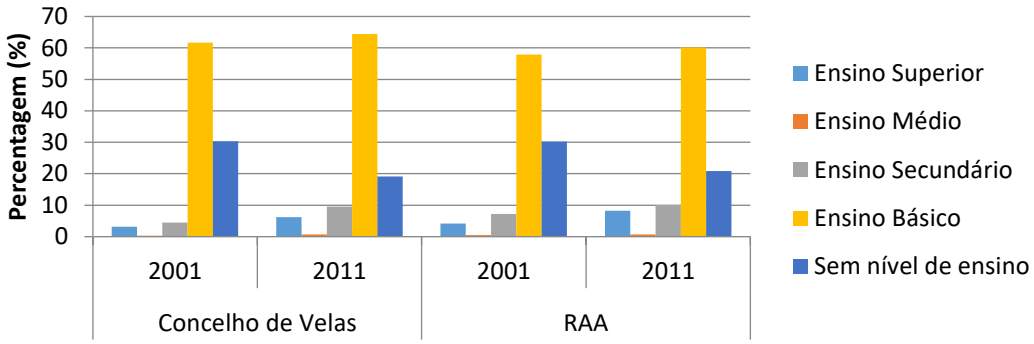
Figura 28. Percentagem da população do Município de Velas segundo os grandes grupos etários em 1991, 2001, 2011 e 2017



Fonte: *SREA – Principais Resultados Definitivos dos Censos 1991, 2001, 2011- XV Recenseamento Geral da População, INE, INE, Estimativas anuais da população residente*

Ao nível das qualificações escolares este concelho é caracterizado por uma população detentora de baixas qualificações, onde o Ensino Básico, para o ano de 2011, continua como o principal nível de instrução da população residente, quer no Concelho de Velas (64,4%) quer na RAA (60,1%), verificando-se, no entanto, um aumento da população com o ensino Secundário, médio ou Superior. No Concelho de Velas, 9,6% da população frequentou o ensino Secundário, 0,7% o ensino Médio e 6,2% o ensino Superior, embora esses últimos com maior representatividade na RAA.

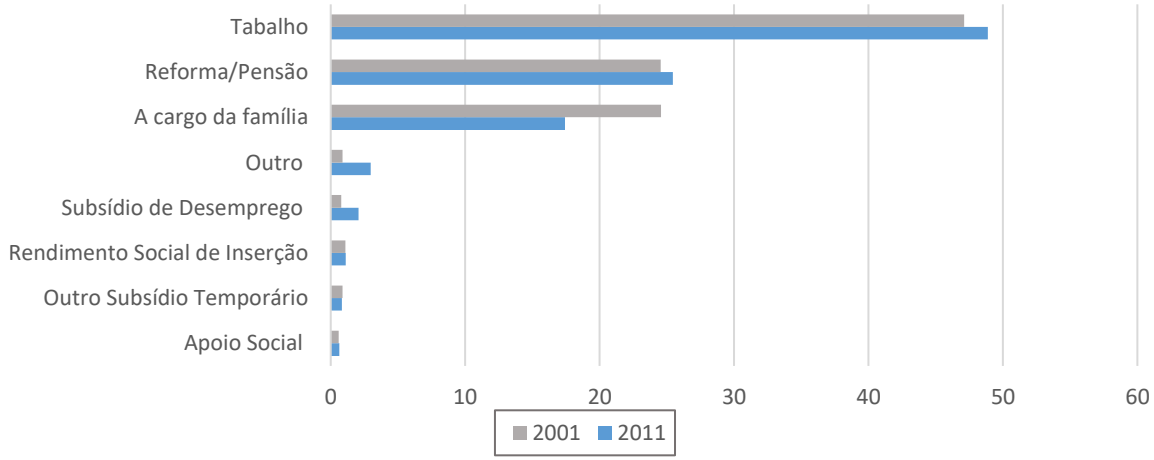
Figura 29. Distribuição da população residente no Concelho das Velas e na Região Autónoma dos Açores, por nível de instrução, em 2001 e em 2011



Fonte: *Censos 2001 e 2011 (INE)*

Por fim, no que concerne ao principal meio de vida, em 2011, 48,9% da população residente no Concelho de Velas, com 15 ou mais anos, tinha como principal meio de vida o trabalho, sendo seguida da população que dependia da sua reforma ou pensão (25,5%) e da que se encontrava a cargo da família (17,4%).

Figura 30. População Residente no Concelho de Velas, com 15 ou mais anos, segundo principal meio de vida, em 2001 e 2011 (%)



Fonte: *Censos 2001 e 2011 (INE)*

Assim, em resultado da análise dos estudos sectoriais que foi possível realizar nesta fase, apresentam-se de seguida as Matrizes SWOT por setores, onde se encontram as principais características do

concelho, procurando articular os constrangimentos e potencialidades com os eixos estratégicos que estruturam o modelo de ordenamento do território municipal.

Enquadramento	
Análise Interna	
Pontos Fortes	**Pontos Fracos**
• Controle financeiro por parte do município.	• Desorganização da ocupação humana; • Desarticulação entre os principais instrumentos de gestão territorial com incidência no Concelho. • Desajustamento do POOC e do PDM em vigor face às necessidades da dinâmica de utilização do solo. • Unidades de extração de inertes com impacte visual na paisagem natural (SJO27, SJO29 PAE).
• **Análise Externa**	
Oportunidades	**Ameaças**
• Elaboração de planos e programas com incidência no território concelhio que obriga a adaptação do PDM de Velas. • Modernização e melhoria dos serviços públicos no Concelho.	• Não recuperação paisagística de áreas de extração de inertes desativadas. • Cartografia de base com alguma desatualização.

Setor Biofísico

Análise Interna

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Amenidade Térmica. • Fajãs com características próprias, detentoras de uma imagem e paisagem únicas. • Geodiversidade de estruturas, formas e materiais geológicos. • O concelho das Velas é abrangido pela massa de água Central, com 36 nascentes e 3 furos, e pela massa de água Ocidental com 22 nascentes e um furo. • Cerca de 40,7% das espécies e subespécies endémicas de organismos terrestres e dulçaquícolas nos Açores, têm representatividade na ilha de São Jorge. • Unidades de paisagem com carácter particular e diferenciador, em especial a vista para o mar e a ilha do Pico. • Existência de importantes Áreas Protegidas da Rede de Áreas Protegidas dos Açores, nomeadamente o Parque Natural da Ilha de São Jorge que abrange o Concelho de Velas e Rede Natura 2000. • Classificação das Fajãs de São Jorge pela UNESCO como Reserva da Biosfera. • Proximidade ao mar. • Qualidade Ambiental. • Elevada presença de RAR no concelho, refletindo a existência de solos com grande aptidão agrícola.	• Humidade Relativa do Ar muito elevada. • Solos encharcados a cotas mais elevadas. • 76% do território da ilha de São Jorge possui declives superiores a 13%, dos quais 32,2% correspondem a declives muito acentuados e 28,9% a declives escarpados, com especial incidência na costa norte. • 55% da superfície da ilha localiza-se acima dos 400 m de altitude. • Predomínio das pastagens na ocupação dos solos, com maior representação nas freguesias do Norte Grande, Velas (Beira), Santo Amaro e Rosais. • Desaproveitamento das potencialidades naturais e paisagísticas do concelho em detrimento do desenvolvimento urbano disperso. Deslizamentos de terra, cheias e inundações, decorrentes da elevada precipitação, associadas a declives acentuados.

Análise Externa

Oportunidades	Ameaças
• Morfologia do território propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de aventura e de natureza, com grande progresso na prática de Canyoning. • Condições naturais e paisagísticas propícias ao investimento em Turismo em Espaço Rural	• Apesar do baixo índice de atividade sísmica, existe uma elevada exposição regional aos riscos sísmicos. • Exposição à passagem de tempestades tropicais que geram ventos fortes. • Possível isolamento de aglomerados urbanos, na ocorrência de acidente grave ou catástrofe, dada às particularidades de acesso. • Ocorrência de movimentos de massas, sobretudo nas zonas costeiras, com destaque para as fajãs; • Quedas de blocos e subsistências; • Ocorrência de cheias e inundações • Galgamentos costeiros, sendo as zonas à beira mar as mais abrangidas por este risco natural.

Setor Demográfico	
Análise Interna	
Pontos Fortes	**Pontos Fracos**
• Aumento da população residente nas freguesias das Velas e Urzelina; • Decréscimo do índice de dependência total; • Melhoria da situação económica nos núcleos familiares com filhos; • A freguesia da Urzelina apresenta tendências de crescimento desde 1981.	• Envelhecimento da população, principalmente nas freguesias mais rurais e afastadas da sede de Concelho; • Diminuição da densidade populacional, na maioria das freguesias do concelho, com exceção das Velas e da Urzelina; • Taxa de mortalidade superior à taxa de natalidade; • Povoamento disperso e baixa densidade populacional, principalmente nas freguesias das Manadas, Norte Grande e Rosais; • Progressivo decréscimo da população residente no Concelho de Velas, desde a década de 50; • Concentração da população na sede do Concelho; • Aumento da migração da população para outro município, entre 2001 e 2011, excetuando na freguesia das Velas.
Análise Externa	
Oportunidades	**Ameaças**
	• Atração do litoral e despovoamento dos aglomerados interiores. • Saída de jovens e falta de capacidade de atração e fixação dos mesmos. • Evolução da população fortemente influenciada pelas tendências de emigração. • Falta de atividades para a população idosa. • Diminuição do número médio de residentes por alojamentos familiar.

Setor Socioeconómico	
Análise Interna	
Pontos Fortes	**Pontos Fracos**
• Melhoria das condições de habitabilidade do edificado residencial do concelho. • Aposta Municipal na reabilitação do centro urbano. • Expansão do parque habitacional com aumento do número de edifícios (em 2001/2017 – 5,1%). • Parque habitacional relativamente recente, em bom estado de conservação (em 2017, 68% dos edifícios do concelho não necessitavam de reparação). • Predomínio da população empregada a trabalhar por conta de outrem (em 2016 84%). • Aumento da população empregada no setor terciário. • Aumento (8,6 %) do peso da população ativa em 2011, bem como da taxa de atividade (12,7%). • Diminuição da população desempregada com baixos níveis de qualificação. • Progressiva melhoria dos níveis de escolarização da população, com aumento da frequência no ensino secundário, médio e superior, e a diminuição da taxa de analfabetismo em todas as freguesias do concelho. • Em 2011, cerca de 49% da população residente no concelho das Velas, com 15 ou mais anos, tinha como principal meio de vida o trabalho, o que representa um aumento de 1,8%, face a 2001. • Aumento da taxa de atividade, próxima da média da Região Autónoma dos Açores. • Aumento da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). • Utilização de artes de pesca tradicionais sustentáveis, nomeadamente a técnica de salto e vara na pesca ao Atum. • Existência de infraestruturas de apoio à pesca, designadamente a Lota das Velas (junto ao Porto das Velas) e o Entreposto Frigorífico (sito na Vila das Velas). • Aumento do turismo no Concelho. • Reconhecimento do Queijo de São Jorge como Produto com Denominação de Origem Protegida (DOP). • Investimento e melhoria nas condições de pesca e dos pescadores, através da construção de um núcleo de pescas, com cais acostável de 45 metros, contando assim com uma rampa de varagem, meios auxiliares de alagem, rede	• Norte Grande apresenta o edificado mais envelhecido do concelho (56,6% do edificado anterior a 1946). • Elevada concentração de edifícios com necessidade de reparação, nas freguesias de Santo Amaro (33%) e Norte Grande (34%). • Perda da importância do setor primário, com um decréscimo da população empregada de 76,7% (1981/2011), dada as particularidades do concelho e as oportunidades do setor. • Taxa de analfabetismo superior à média da Região Autónoma dos Açores (4,7%). • Predomínio das pastagens permanentes na composição da superfície agrícola no Concelho de Velas. • Decréscimo entre 2001 e 2016 das embarcações com motor (-38%). • Decréscimo entre 2001 e 2017 do número de pescadores inscritos (-16%). • Reduzida dimensão das empresas e baixo investimento no tecido empresarial. • Insuficiente oferta de unidades turísticas de alojamento, com qualidade, principalmente relacionadas com Turismo em Espaço Rural. • Preços elevados dos bens de consumo devido à falta de concorrência. • Falta de mão de obra especializada, especialmente ligada ao turismo e restauração. • Aumento da taxa de desemprego no Concelho das Velas (2001 – 4,8%; 2011 – 8,6%). • Elevado peso das pastagens permanentes (96,8%) no total da Superfície Agrícola Utilizada (SAU). • Elevado peso dos alojamentos familiares de usos sazonais ou

elétrica e de água, bem como 24 casas de aprestos. • Construção do recreio náutico com capacidade para cerca de 70 embarcações. • Melhoramento e Ampliação do Entreposto Frigorífico das Velas.	secundários, principalmente nas freguesias das Manadas e Norte Grande.

Análise Externa	
Oportunidades	**Ameaças**
• Preservação da arquitetura tradicional, com métodos tradicionais, através do revestimento do exterior do edificado com pedra (em 2017, com predominância nas freguesias das Manadas (67,6%), Norte Grande (56,6%) e Santo Amaro (53,4%)). • Em 2009 cerca de 60,8% do efetivo animal correspondia a bovinos, totalizando 10745 animais. Sendo que, o concelho reúne características propícias à produção de carne de excelência. • Criação de mecanismos de apoio para o desenvolvimento socioeconómico do Concelho, incluindo os diversos apoios comunitários. • Liberalização do espaço aéreo com ligações diretas para São Jorge. • Criação/Aposta em empresas relacionadas com atividades náuticas. • Criar sistemas de incentivos para atrair e fixar jovens.	• Aumento da população residente cujo subsídio de desemprego é o seu principal meio de vida. • Forte dependência de apoios comunitários. • Aumentos nas taxas de desemprego em todas as freguesias do concelho. • Perda de população concelhia. • Dificuldade de escoamento dos produtos locais.

Setor Urbano	
Análise Interna	
Pontos Fortes	**Pontos Fracos**
• Existência de Património Arquitetónico Classificado. • O concelho é calmo e seguro, oferecendo uma boa qualidade de vida. • Os aglomerados litorais disporem de infraestruturas balneares. • Celebração de festividades em espaços públicos, com equipamentos de apoio de diferentes naturezas. • Diversidade no tipo de alojamentos. • Edificado com poucos pisos, criando homogeneidade na paisagem urbana. • Edificado dos Aglomerados rurais das Fajãs valorizados e melhorados, mantendo caraterísticas da arquitetura popular.	• Ocupação humana dispersa; • Faltam parques de estacionamento na Vila de Velas, apesar de haver um presentemente em construção. • Espaços de circulação que privilegiam a circulação de veículos, sem a delimitação de zonas de peões e de estacionamento fora da Vila de Velas • Equipamentos abandonados nas freguesias • Os aglomerados a Norte terem dificuldade em fixar serviços e equipamentos. • A concentração de atividades num único aglomerado. • Imóveis da arquitetura de produção cultural, ao abandonado ou em mau estado de conservação. • Falta de espaços públicos caraterizados nos aglomerados, com exceção da Vila de Velas
Análise Externa	
Oportunidades	**Ameaças**
• Aposta na construção e reabilitação de equipamentos culturais. • Criação de novas zonas industriais e empresarias • Definição das áreas de extensão de áreas urbanas nos aglomerados com maior pressão urbanística. • Criação de percursos culturais • Novos parâmetros urbanísticos e do edificado. • Controlo da edificação dispersa.	• Planos a nível superior, como RAR que condicionam a extensão de áreas edificadas. • Falta de investimento por particulares e município. • Morfologia do terreno

Setor das Infraestruturas

Análise Interna

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Rede Viária em bom estado de conservação. • Existência de dois percursos pedestres classificados no município de velas; • Localização no município do principal porto comercial da ilha (Porto das Velas); • Existência de dois núcleos principais de pesca e/ou recreio náutico, em bom estado de conservação (Porto da Urzelina e Porto do Norte Grande). • Construção da nova Aerogare e Torre e ampliação e alargamento da pista; • Ampliação do Porto comercial e construção do terminal marítimo; • Existência de transporte marítimo regular de passageiros e viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge e sazonal, de junho a setembro, entre as ilhas do Faial, Pico, São Jorge e Terceira. • Empreitada de execução do prolongamento do molhe-cais; • Melhoria da operacionalidade e segurança do Aeródromo de São Jorge – 1.ª e 2.ª fase (PIT Açores). • Quase 100% de cobertura de rede de abastecimento de água público nos alojamentos familiares de residência habitual no município; • Qualidade da água de abastecimento público; • Reabilitação da Rede de Água do Concelho das Velas/Furo/Reservatórios/Estações Elevatórias/Nascentes. • Cobertura total do município pela recolha de resíduos sólidos; • implementação de uma rede de recolha seletiva de resíduos; • Total cobertura do município por rede elétrica; • A generalidade do concelho encontra-se abrangida por rede de telecomunicações, designadamente a rede fixa de telefone público da PT e as redes móveis MEO, VODAFONE e NOS. • Diminuição do consumo de energia elétrica produzida através do recurso à energia térmica. • Aumento da produção de energia elétrica através da energia eólica.	• Insuficiente transporte público rodoviário; • Insuficiente sinalização de trânsito; • Ligações marítimas e aéreas limitadas no inverno; • Existência de apenas uma estrada de acesso à Vila das Velas; • Existência de apenas uma estação de correios no município; • Inexistência de cobertura de rede de telemóvel em algumas áreas do lado norte do município. • Telecomunicações por fibra ótica não abrange todo o Concelho.

Análise Externa	
Oportunidades	**Ameaças**
• Valorização das energias renováveis; • Promoção de ações de sensibilização para a adequada gestão dos resíduos, uso eficiente da água; • Aumento do número de turistas/visitantes; • Melhoria nos transportes públicos terrestres; • Ampliação e melhoria do Parque Eólico da ilha de São Jorge (sito no Pico da Urze, no Concelho da Calheta). • Progressivo aumento peso do consumo da energia eólica;	• Possibilidade de obstrução de acessibilidades e isolamento da população do concelho, em caso de acidente grave ou catástrofe, principalmente na Vila das Velas e nas Fajãs dos Concelho (com especial incidência nas fajãs humanizadas, designadamente Fajã do Ouvidor e Fajã das Almas). • Inexistência de tratamento das Águas Residuais. • Descarga de águas residuais diretamente no meio ambiente. • Elevada dependência do exterior relativamente aos combustíveis fosseis.

Setor dos Equipamentos Coletivos

Análise Interna

Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Existência de uma Escola Profissional (EPISJ – Escola Profissional da Ilha de São Jorge). • Reabilitação e manutenção de edifícios escolares de 1º Ciclo e Pré-Escolar. • Ensino Especial na Escola Básica e Secundária de Velas, através do Núcleo de Educação Especial que disponibiliza uma Unidade Especializada com Currículo Adaptado, destinada aos alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos. • Remodelação do estádio municipal; • Variedade formativa, consoante a idade e necessidades da população, designadamente o Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), Rede Valorizar, e Programa Reativar. • As freguesias da Urzelina e Santo Amaro mantêm as instalações escolares de 1.º ciclo do Ensino Básico. • Existência das principais forças de segurança pública e proteção civil (PSP, GNR, Bombeiros e Polícia Marítima). • Equipamentos Sociais variados. • Bom estado de conservação dos parques florestais, que incluem zona de merendeira e parque infantil. • Reabilitação do Auditório Municipal e o Mercado Municipal de Velas; • Instalação do Museu do Queijo de São Jorge e do Museu de Arte Sacra de Velas na nova Casa Museu Cunha da Silveira. • Construção do Pavilhão de Judo de São Jorge. • Melhoria das condições das Zonas balneares; • Continuidade das tradições do Concelho (por exemplo, as Festividades do Espírito Santo). • Riqueza imaterial ao nível das tradições, usos e festas, principalmente de carácter religioso. • Requalificação estrutural, conservação e restauro da cobertura e teto da Igreja das Manadas.	• Degradação de antigos edifícios escolares da rede pública do 1.º ciclo. • Concentração dos equipamentos dos principais agentes de proteção civil na sede de concelho. • Sobrelotação de equipamentos sociais de apoio à 3.ª idade. • Oferta insuficiente de ATL's, Creches, Jardins de Infância, Lares de Idosos e Centros de Dia. • Inexistência de canil ou veterinário municipal. • Existência de poucos parques infantis, muitos dos quais encontram-se degradados. • Má sinalização de alguns trilhos pedestres e escassez de informação; • Mau estado de conservação de equipamentos desportivos. • Inexistência de uma Pousada da Juventude. • Inexistência de uma piscina coberta para utilização no inverno. • Faltam eventos e opções de lazer no inverno (por exemplo workshops de culinária, pintura, fotografia, costura, etc.). • Existência de dois parques de campismo (Velas e Urzelina) bem localizados, mas com poucas vagas.

Análise Externa

Oportunidades	Ameaças
• Melhoria da oferta formativa do ensino Secundário e Profissional. • Beneficiação do Centro de Saúde das Velas, tanto na infraestrutura como nos equipamentos (por exemplo, gerador de emergência insuficiente). • Melhoria do atendimento no Centro de Saúde das Velas, com pessoas qualificadas, consultas de especialidade. • Criação de parques de lazer nas diferentes freguesias.	• Concentração dos edifícios escolares de ensino público e privado na sede de Concelho. • Diminuição de número de alunos inscritos na Escola Básica e Secundária de Velas (Educação Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos, Secundário). • Forte envelhecimento da população, que poderá condicionar a projeção de futuros equipamentos e a saturação dos existentes. • Dependência externa em questões de emergência médica (tempo de espera evacuação) – resposta imediata.

4. Fundamentos para a Revisão e Objetivos de Desenvolvimento

A deliberação de decisão de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Velas, publicada no aviso n.º 75/2014 de 4 de dezembro, na II Série do Jornal Oficial, surge nove anos após a entrada deste em vigor.

O PDM de Velas, ratificado pelo DRR nº7/2005/A, de 23 de março, alterado pelo DRR nº22/2005/A, de 12 de outubro, corresponde a um PDM de primeira geração, tendo o mesmo sido aprovado com estudos de caracterização desatualizados e cartografia insipiente e incongruente.

O Relatório de Fundamentação da Revisão do PDM de Velas averiguou os níveis de execução do mesmo, pese embora as seguintes condicionantes tenham dificultado a sua concretização, designadamente:

- Desatualização dos estudos de caracterização;
- Insipiência da cartografia produzida: as peças desenhadas do PDM foram elaboradas sobre cartas militares, tendo em conta a data em que foram produzidas encontravam-se desatualizadas;
- Dificuldade na leitura das tramas da carta de Ordenamento.

Após nove anos, desde a entrada em vigor do PDM de Velas, e 21 anos desde o início dos estudos de caracterização, quer pela avalização dos níveis de execução do mesmo, quer pela necessidade de adequação ao novo quadro legal, nomeadamente da entrada em vigor do DL n.º 80/2015, de 14 de maio; do DLR nº35/2012/A de 16 de agosto (define o RJIGT aplicado à RAA); da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei nº74/2017, de 16 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo; entre outros, verifica-se a necessidade da sua revisão.

Assim, foram definidos como objetivos gerais:

- Garantir um concelho onde o motor de funcionamento são as pessoas e a comunidade, garantindo qualidade de vida e a inclusão integral de todas as gerações;
- Garantir um concelho com oferta capaz de manter a sua própria identidade, valorizar o seu património e tradições locais, num território entre a terra e o mar, considerando a realidade das "ilhas do triângulo", potenciando oportunidades de inovação e de aventura, oferecidas pelas características do território municipal e da Ilha de São Jorge;
- Garantir um concelho com oferta territorial diferenciadora, a partir de um sistema produtivo agropecuário sustentável, onde se desenvolva um renovado espírito eficiente e criativo, empreendedor e responsável, com mais recurso à inovação tecnológica, artística e criativa, associada à qualificação contínua do tecido produtivo e da população;

- Construir um concelho inclusivo e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis mais eficientes de metabolismo urbano, através da progressiva reorganização territorial e funcional da Vila de Velas e do próprio concelho, visando, em simultâneo, o aprofundamento das vivências locais e a redução dos consumos energéticos;
- Valorizar os recursos biofísicos do território, através da definição de condicionantes à ocupação espacial e face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos e à prevenção e gestão de riscos, bem como a definição de idênticas condicionantes para aquelas áreas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, através da adoção de um conjunto de medidas e ações capazes de assegurar a fruição sustentável do património natural único do concelho;
- Garantir um concelho no qual se preserve e valorize a identidade cultural e patrimonial das "nossas gentes".

Por forma a alcançar os objetivos gerais foram estabelecidas orientações estratégicas de desenvolvimento nos quais se deverá basear a proposta de modelo de ordenamento do território municipal. Estas orientações estratégicas fundamentam os objetivos a prosseguir com o Plano Diretor Municipal de Velas:

Objetivo Estratégico 1 - Diversificação da Base Económica e Modernização dos Processos Produtivos do Concelho de Velas.

- Promoção de Atividades Turísticas em áreas de elevada qualidade paisagística, apostando em formas de turismo alternativo, materializadas nas áreas urbanas e nos pequenos aglomerados tradicionais, com base na valorização dos recursos inerentes ao património cultural;
- Criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do sector turístico;
- Criação, definição e planeamento de áreas de Recreio, Lazer e Zonas Balneares;
- Programação da expansão das áreas de acolhimento de atividades económicas, nomeadamente da zona industrial existente na sede do Concelho de Velas;
- Valorização e apoio na melhoria das infraestruturas escolares e desportivas, bem como apoio na disseminação de eventos relacionados com aquelas .

Objetivo Estratégico 2 - Reforço e equilíbrio da rede Urbana do Concelho de Velas e do seu papel na Ilha de São Jorge

- Favorecimento e da Requalificação das acessibilidades do Concelho;
- Promoção de novas Centralidades com o intuito de um desenvolvimento harmonioso do Concelho;

- Realização de reajustamentos, com introdução de regras morfológicas e ampliação dos perímetros urbanos dos aglomerados, designadamente, da sede do Concelho, dando resposta às necessidades locais através da opção por modelos mais ajustados e que viabilizem o desenvolvimento económico;
- Desenvolvimento e Requalificação da rede de equipamentos estruturantes;
- Promoção e Requalificação das Fajãs, mantendo a sua ruralidade, mas promovendo uma utilização de acordo com as suas tipologias características;
- Identificação e valorização de espaços naturais com interesse turístico e cultural;
- Modernização e levantamento georreferenciado de toda a rede de abastecimento de água, apoiando-se numa base informática de monitorização;
- Construção de novos reservatórios de água e infraestruturas;
- Implementação do sistema de recolha seletiva para todos os tipos de resíduos urbanos;
- Modernização dos equipamentos de recolha de resíduos.

Objetivo Estratégico 3 - Melhoria do Ambiente Natural e do Ambiente Construído

- Valorização, identificação e promoção dos recursos naturais e paisagísticos do Concelho;
- Criação de roteiros;
- Produção de um "Guia Orientador" para projetos de arquitetura;
- Clarificação e consolidação do circuito dos procedimentos de licenciamento urbano.

Objetivo Estratégico 4 - Desenvolvimento Sociocultural e de Formação Profissional

- Criação de Polos Culturais;
- Divulgação dos edifícios municipais reabilitados que apresentem valor patrimonial assinalável;
- Criação de concursos para formandos em áreas de maior carência.

Objetivo Estratégico 5 – Desenvolvimento e Promoção de uma Nova Imagem do Concelho e sua Gestão

- Diversificação e aprofundamento das Formas de Participação dos Cidadãos no desenvolvimento do Concelho;
- Desenvolvimento de parcerias com as diferentes instituições culturais, para o desenvolvimento de ações.

5. Modelo de Ordenamento

A Revisão do PDM de Velas segue as diretrizes impostas pelo RJGIT-A, composto por regulamento e cartografia, designadamente a planta de ordenamento e a planta de condicionantes. É acompanhado por vários elementos dos quais se destacam os seguintes: estudos de caracterização do território municipal; relatório; programa de execução; plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira; relatório ambiental (art.º. 99.º do RJGIT-A).

A planta de condicionantes, segundo a alínea c) do n.º 1 do artigo 99.º do RJIGT-A, assinala as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor à data da conclusão do processo de preparação do plano, passíveis de ser cartografadas, aplicáveis ao território municipal, publicado à escala 1:25 000 ou superior. Identificam-se as seguintes disposições legais e regulamentares referentes a servidões administrativas e restrições de utilidade pública em vigor, segundo o art.º 13 RIGT-A:

- Património Natural, subdividido em:
  - Recursos hídricos:
    - Leitos e margens das águas do mar (domínio hídrico);
    - Leitos e margens dos cursos de água (domínio hídrico);
    - Leito e margem das lagoas (domínio hídrico);
    - Captação de água para abastecimento público e respetivos perímetros de proteção (zona imediata, intermédia e alargada);
    - Outras nascentes não captadas, constitutivas de reservas hídricas estratégicas e potenciais origens para a captação de água e o respetivo raio de proteção.
  - Recursos Geológicos:
    - Pedreiras.
  - Áreas de Reserva de Proteção dos Solos e da Biodiversidade:
    - Reserva Agrícola Regional;
    - Reserva Ecológica;
    - Perímetro Florestal;
    - Reserva Florestal de recreio:
      - Reserva Florestal de Recreio das Sete Fontes;
      - Reserva Florestal de Recreio das Macelas.
    - Rede Natura 2000:
      - Zona Especial de Conservação:
        - Zona Especial de Conservação da Ponta dos Rosais (PTJOR0013);
        - Zona Especial de Conservação da Costa NE e Ponta do Topo (PTJOR0014).
    - Parque Natural de Ilha de São Jorge:
      - Monumento Natural:
        - Monumento Natural da Ponta dos Rosais (SJO01).
      - Área Protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies:
        - Área Protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies da Costa Noroeste (SJO02);
        - Área Protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies da Costa Sudoeste (SJO03);

- Área Protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies da Costa das Velas (SJO04);
- Área Protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies do Pico da Esperança e Planalto Central (SJO05);
- Área protegida para a Gestão de *Habitats* ou Espécies da Fajã das Almas (SJO06);

- Área de Paisagem Protegida:
  - Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte (SJO09).
- Área Protegida de Gestão de Recursos:
  - Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Oeste (SJO10);
  - Área Protegida de Gestão de Recursos de Entre Morros (SJO11).

- Património Edificado, subdividida em:
  - Imóvel de Interesse Público;
  - Imóvel de Interesse Municipal.

- Infraestruturas Básicas de Transportes e Comunicações, subdivididas em:
  - Rede de abastecimento de água:
    - Adutoras/rede de abastecimento
  - Rede de drenagem de águas residuais;
  - Rede Elétrica:
    - Infraestruturas de Produção de Energia Elétrica;
    - Infraestruturas de Transformação de Energia Elétrica;
    - Infraestruturas de transporte de Energia Elétrica (15KV).
  - Rede Rodoviária Regional:
    - Rede Regional:
      - Estradas Regionais Principais;
      - Estradas Regionais Secundárias.
    - Rede Municipal:
      - Estradas municipais;
      - Caminhos municipais de 1.º;
      - Caminhos municipais de 2.º.
    - Rede Agrícola:
      - Caminhos agrícolas principais.
    - Rede Rural/florestal:
      - Caminhos florestais principais;
      - Caminhos rurais.
  - Portos:
    - Área de jurisdição portuária do porto de classe B de Velas
  - Aeroportos e Aeródromos:
    - Aeródromo da ilha de São Jorge.
  - Faróis e Outros Sinais:
    - Farol e outros sinais marítimos.

- Equipamentos e atividades, subdivididos em:

- Edifícios escolares;
- Instalações aduaneiras.

- Cartografia e planeamento, que integram os vértices e marcos geodésicos.

A delimitação da Reserva Ecológica e do Domínio Hídrico na planta de condicionantes está sujeita ao disposto na legislação em vigor sobre a matéria.

A cartografia foi adaptada à "Norma Técnica sobre o Modelo de Dados para o Plano Diretor Municipal" (Norma 01/2011), com a devida adaptação do quadro legal regional, como o PROTA e o RJIGT-A, e à realidade da prática regional, como no caso das orientações metodológicas delimitação da RE-PDM RAA.

Foi feita a articulação do PRAC com o modelo de ordenamento proposto, com a integração da cartografia de riscos naturais, como movimentos de vertente e galgamento e/ou inundações costeiras na cartografia proposta. A cartografia de riscos naturais foi disponibilizada ao município pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (SAIDRA/2020/1277, de 13 de março – termo de compromisso n.º TerRespSIG/2020/21), entre a informação disponibilizada, destaca-se a cartografia de pormenor desenvolvida no âmbito do POOC, como a cartografia de pormenor (1:2000) de risco de galgamentos e/ou inundações costeiras na área edificada na sede de concelho de Velas, troço na costa sul da freguesia de Velas, entre o Morro Grande e Cais de Velas, integrado no POOC em vigor, a cartografia de pormenor (1:2000) de risco de galgamento e/ou inundações costeiras para toda a São Jorge , com exceção das sedes de concelho (ação SJO/04 do POOC), cartografia de pormenor (1:2000) de delimitação das arribas com uma altura inferior a 50m e respetivas faixas de proteção no troço porto da Urzelina- porto de Manadas (ação SJO/13 do POOC). Também foi introduzida a cartografia das áreas de instabilidade de vertente (suavizada) disponibilidade pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, que condiciona o território quer em solo urbano, quer em solo rústico. Esta informação contribuiu para: a delimitação da reserva ecológica, na planta de condicionantes; a delimitação da proposta do modelo de ordenamento, que condicionou a delimitação de algumas manchas do solo urbano, como no troço da marginal dos Casteletes, contribuiu na delimitação das áreas edificadas em zona de risco e de áreas em solo rústico, com a delimitação de zonas de risco associadas ao movimento de vertente. Estas zonas de risco identificadas na planta de ordenamento refletiram-se no regulamento com condicionantes à edificação.

5.1. Modelo de Desenvolvimento do Solo Rústico

A proposta de modelo de ordenamento do solo rústico para o município de Velas foi desenvolvida com base nos seguintes objetivos gerais:

- Garantir um Concelho com oferta capaz de manter a sua própria identidade, valorizar o seu património e a sua tradição, num território entre a terra e o mar, não esquecendo a realidade

das “ilhas do triângulo”, potenciando oportunidades de inovação e de aventura, oferecidas pelas características do território;

- Garantir um Concelho com oferta territorial diferenciadora, a partir de um sistema produtivo agropecuário sustentável, onde se desenvolva um renovado espírito eficiente e criativo, empreendedor e responsável, com cada vez mais recurso à inovação tecnológica, artística e criativa, associada à qualificação contínua do tecido produtivo e da população;
- Valorizar os recursos biofísicos do território, pela definição de condicionantes à ocupação espacial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos e à prevenção e gestão de riscos, bem como a definição de idênticas condicionantes para aquelas zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, como a adoção de um conjunto de medidas e ações capazes de assegurar a fruição sustentável do património natural único do Concelho.

E cumulativamente dos seguintes objetivos estratégicos:

- Diversificação da base económica e modernização dos processos produtivos, a partir da promoção de atividades turísticas em áreas de elevada qualidade paisagística, apostando em formas de turismo alternativo;
- Reforço e equilíbrio da rede urbana do Concelho de Velas e do seu papel na Ilha de São Jorge, com a promoção e requalificação das Fajãs, mantendo a sua ruralidade, mas promovendo uma utilização de acordo com as suas tipologias características e da identificação e valorização de espaços naturais com interesse turístico e cultural;
- Melhoria do ambiente natural e do ambiente construído, como a valorização, identificação e promoção dos recursos naturais e paisagísticos do Concelho.

A partir destes objetivos foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos para o modelo de ordenamento do solo rústico:

- Valorização dos espaços rurais por meio da identificação de parâmetros e regras de ocupação do território;
- Potenciar o desenvolvimento económico rural, quer a nível do turismo (rural, de natureza ou aventura), quer das atividades associadas ao setor primário;
- Valorização do património paisagístico e dos recursos naturais.

O solo Rústico, em linha com as indicações da circular da DROAP 2016/29 de 08/07/2016, segundo o art. 10.º LBSOTU, corresponde ao solo com reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano.

As categorias dos espaços em solo rústico adotadas seguiram as orientações da circular da DROAP 2016/29 de 26/07/08, seguindo os critérios de classificação e qualificação dos solos estabelecidos pelo PROTA, considerando nas situações de omissão ou insuficiência as disposições constantes do RJIGT-A.

O território do concelho de Velas apresenta uma vasta área que está integrada em solo rústico, nomeadamente afeta à atividade agrícola e agropecuário e de conservação e valorização de valores naturais, como áreas enquadradas no Parque de ilha de São Jorge e da Rede Natura 2000. Também é possível identificar áreas de exploração de inertes e áreas edificadas de carater cultural a preservar, nas fajãs onde predomina ainda caraterísticas de um modo de vida passado ligado à atividade agrícola. Deste modo, na proposta de qualificação do solo rústico na rPDM de Velas, foram consideradas as seguintes categorias:

- **Espaços Agrícolas,** que são aqueles espaços com vocação dominante para a atividade agrícola e pecuária, e que abrangem os solos incluídos na Reserva Agrícola Regional;
- **Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal,** que são aqueles espaços que integram o conjunto de solos que possuem capacidade para serem afetos a pastagens e outros aproveitamentos pecuários, assim como para a atividade florestal;
- **Espaços naturais e culturais,** que são aqueles espaços que se destinam à conservação, proteção e à defesa de valores naturais e patrimoniais, compreendendo as áreas nucleares para a conservação da natureza, outras áreas ecológicas complementares, as paisagens culturais, bem como as áreas de incultos de longa duração;
- **Espaços de exploração de recursos geológicos,** que são aqueles espaços que são destinados ao aproveitamento dos recursos geológicos, compreendendo as áreas de exploração consolidada e as áreas de exploração complementar, sejam estas áreas de reserva ou áreas cativas;
- **Espaços de equipamentos,** que são aqueles espaços destinados à implantação de grandes infraestruturas e à localização de equipamentos coletivos;
- **Aglomerados Rurais,** também genericamente designados por “fajãs”, que são aqueles espaços que correspondendo a áreas edificadas, com utilização predominantemente habitacional e de apoio a atividades localizadas em solo rústico e dispondo de infraestruturas e de serviços de proximidade, não se adequam à classificação de solo urbano, seja pelos direitos e deveres daqui decorrentes, seja pela sua fundamentação na estratégia do municipal para o território, sendo delimitados na Revisão do PDM de Velas com um regime de uso do solo que garante a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural, com infraestruturação realizada com recurso a soluções apropriadas às suas características.

Quadro 38. Classificações em Solo Rústico

Classificação	Definição (Quadro Legal)	Delimitação territorial
Espaços Agrícolas	PROTA: espaços com vocação dominante para a atividade agrícola e pecuária.	Primou pelos terrenos com melhor aptidão para a atividade agrícola tendo como referência a mancha territorial da Reserva Agrícola Regional
Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal	RJIGT-A: ocupados quer por sistemas agrossilvopastoris quer por usos agrícolas e silvícolas alternados e funcionalmente complementares	Delimitação das áreas onde verifica-se uma diversidade de atividades, como agrícola, pecuária, silvo-pastoris e florestal, que não incluída na RAR
Espaços naturais e culturais	PROTA: espaços destinados à conservação, proteção e à defesa de valores naturais e patrimoniais, compreendendo as áreas nucleares para a conservação da natureza, outras áreas ecológicas complementares, as paisagens culturais, bem como as áreas de incultos de longa duração	Contempla as áreas de conservação da biodiversidade, como as áreas pertencentes ao Parque de Ilha de São Jorge, Rede Natura 2000 e Reservas Florestais e áreas naturais e culturais do POOC
Espaços de exploração de recursos geológicos	PROTA: espaços destinados ao aproveitamento dos recursos geológicos, compreendendo as áreas de exploração consolidada e as áreas de exploração complementar, sejam estas áreas de reserva ou áreas cativas	Contempla as áreas de explorações de inertes existentes no concelho, licenciadas.
Espaços de equipamentos	PROTA: espaços destinados à implantação de grandes infraestruturas e à localização de equipamentos coletivos	Enquadra as zonas de implantação de equipamentos afastados dos aglomerados urbanos ou em espaços naturais e culturais, em solo rustico, como equipamentos desportivos, cemitérios e espaços de lazer
Aglomerados Rurais	RJIGT-A: espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural, devendo ser delimitados no PDM com um regime de uso do solo que garanta a sua qualificação como espaços de articulação de funções residenciais e de desenvolvimento rural e infraestruturados com recurso a soluções apropriadas às suas caraterísticas.	Corresponde às "fajãs" não integradas em solo urbano, com conjunto edificado habitacional significativo com caraterísticas próprias e valor paisagístico e cultural, que fazem parte da história e cultura da ilha, com afinidade ao espaço rural, a Fajã da Ribeira da Areia, a Fajã João Dias e a Fajã das Almas.

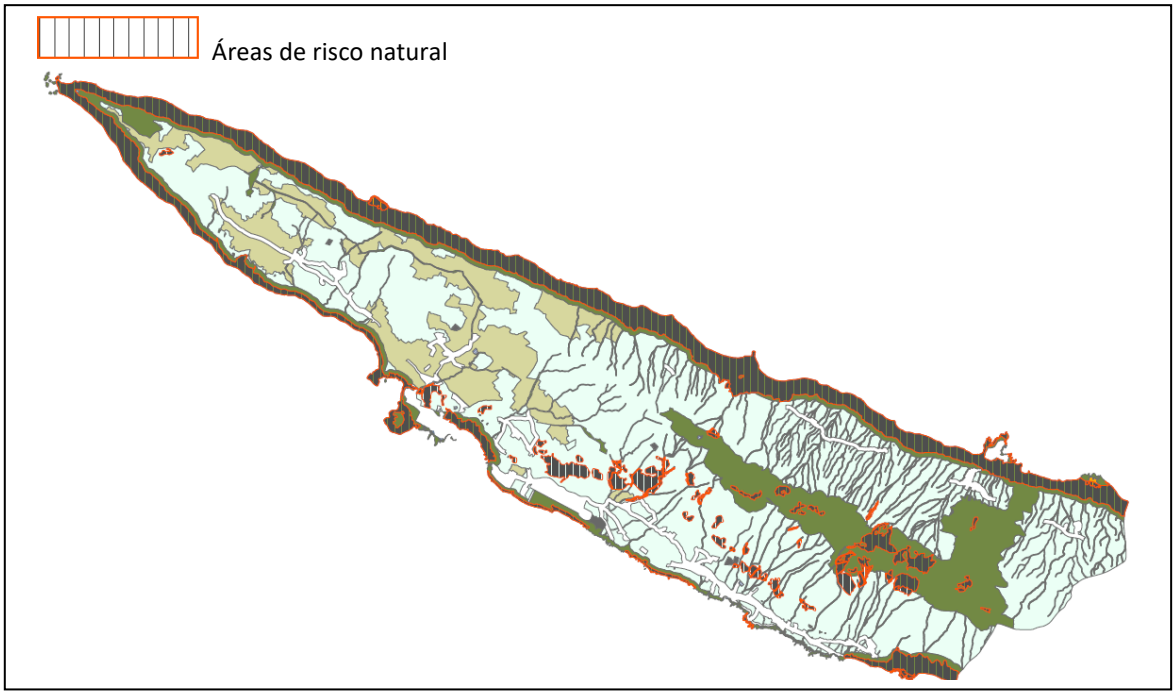
Fonte: *PROTA, RJIGT-A*

No solo rústico as interdições são as seguintes:

- O depósito de entulhos, de sucata, de produtos tóxicos ou perigosos e de resíduos sólidos e líquidos de origem doméstica, industrial ou agropecuária;
- A demarcação e instalação de áreas destinadas ao depósito de resíduos sólidos urbanos, com exceção dos ecocentros e dos operadores de resíduos específicos, devidamente licenciados nos termos da legislação regional em vigor;
- A rejeição de efluentes sem tratamento, nos termos das normas legais em vigor.

No concelho de Velas foram identificadas áreas de risco natural em solo rústico, que estão associadas à instabilidade de arribas e movimentos de vertente, concentrando-se principalmente nos espaços naturais e culturais, ao longo da costa. Verifica-se que para o interior da ilha, as áreas de risco natural estão próximas dos aglomerados do lado sul da ilha, principalmente entre Santo Amaro e os Terreiros. Totalizam uma superfície de 1852,8ha da área do concelho.

Figura 31. Áreas de risco natural na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDMV (2023)*

As áreas de risco natural, em solo rústico, estão identificadas na planta de ordenamento e o regulamento determina o seguinte:

- Na área de intervenção do POOC, aplica-se o regime estabelecido pelo respetivo regulamento;
- Na área fora da intervenção do POOC, são interditas quaisquer novas edificações, exceto as pequenas infraestruturas de apoio à atividade agrícola, as infraestruturas de abastecimento de água e as pequenas beneficiações de vias e caminhos existentes, sem novas impermeabilizações, nos termos da lei.

As áreas de risco natural em solo rústico, associadas à instabilidade de arribas e movimentos de vertente, coincidem com a tipologia das áreas de instabilidade de vertentes, das áreas de prevenção de riscos naturais integrado na Reserva Ecológica. O Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN) interdita os usos e ações de iniciativa pública ou privada que colocam em causa as áreas incluídas na REN. No entanto, exclui-se os usos e ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais destas áreas. Assim, as ações propostas pelo rPDM nas áreas de risco natural fora da área de intervenção do POOC respeitam as premissas do RJREN, como indica o quadro seguinte.

Quadro 39. Ações e usos nas áreas de risco natural fora da intervenção do POOC versus as áreas de instabilidade de vertentes integradas na REN

rPDM	RJREN (DL n.º 166/2008 e respetivas alterações)
Interditas quaisquer novas edificações	Nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as ações de iniciativa pública ou privada que se traduzam em obras de urbanização, construção e ampliação (b), n.º 1, art.º 20.º)
Permitido as pequenas infraestruturas de apoio à atividade agrícola	Sujeito a comunicação prévia: são permitidas pequenas estruturas e infraestruturas de rega e órgãos associados de apoio à exploração agrícola, nomeadamente instalação de tanques, estações de filtragem, condutas, canais, incluindo levadas (não é admitido em escarpas) (anexo II, a que se refere o artigo 20.º)
infraestruturas de abastecimento de água	Sujeito a comunicação prévia: são permitidas Infraestruturas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de gestão de efluentes, incluindo estações elevatórias, ETA, ETAR, reservatórios e plataformas de bombagem (são admitidas apenas as redes e não é admitido em escarpas) (anexo II, a que se refere o artigo 20.º)
as pequenas beneficiações de vias e caminhos existentes, sem novas impermeabilizações	Sujeito a comunicação prévia: são permitidas pequenas beneficiações de vias e de caminhos existentes, sem novas impermeabilizações (anexo II, a que se refere o artigo 20.º)

Fonte: *DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelos DL n.º 239/12, de 2 de novembro e DL n.º 124/2019, de 28 de agosto*

No solo rústico, foi estabelecido duas UOPG, uma destinada às fajãs (UOPG02-Fajãs), que englobam os aglomerados rurais, da Fajã das Almas, Fajã da Ribeira da Areis e Fajã João Dias, sujeitas a plano de intervenção no espaço rural, e uma destinada à construção do parque de combustíveis (UOPG01-Parque de Combustíveis), localizado na freguesia de Velas, nas Levadas, abrangida por espaços agrícolas e espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, que será alvo de plano de pormenor que contribuíra para a reclassificação em solo urbano.

O desenvolvimento rural do concelho é fundamental no modelo de ordenamento definido, uma vez que grande parte do território do município assenta em solo rústico, com zonas de proteção de

habitats, biodiversidade e recursos naturais e paisagens naturais a valorizar. As questões de um desenvolvimento sustentável são fundamentais neste território aos vários níveis desde económico, ao social, ao cultural e ao ambiental, pois a sua valorização e evolução depende da interação entre estes vários níveis, no qual os objetivos estabelecidos apontam. Quanto às atividades de agricultura, onde inclui-se a agropecuária, devem desenvolver-se segundo o código de boas práticas agrícolas para minimizar os seus efeitos no ambienta, sendo importante a sua monitorização.

Como indica no PROTA o "modelo territorial assenta na aposta na urbanidade existente e emergente e na complementar ruralidade", onde o elemento diferenciador entre solo urbano e solo rústico é a faculdade de lotear, possível em solo urbano. No solo rústico deve ser dado prioridade às atividades agrícolas e florestais e à proteção e valorização ambiental. O modelo não inviabiliza novas edificações, apesar de preferir que se localizam em aglomerados existentes. Determina que as edificações afetas ao turismo, a equipamentos, edifícios de apoio a atividade agrícola e florestal ou mesmo de habitação, deverão integrar-se na envolvente e garantir a vocação, carater e uso do solo rústico, com parâmetros urbanísticos de baixa densidade da ocupação do solo. Princípios que foram tidos em conta na revisão do PDM de Velas.

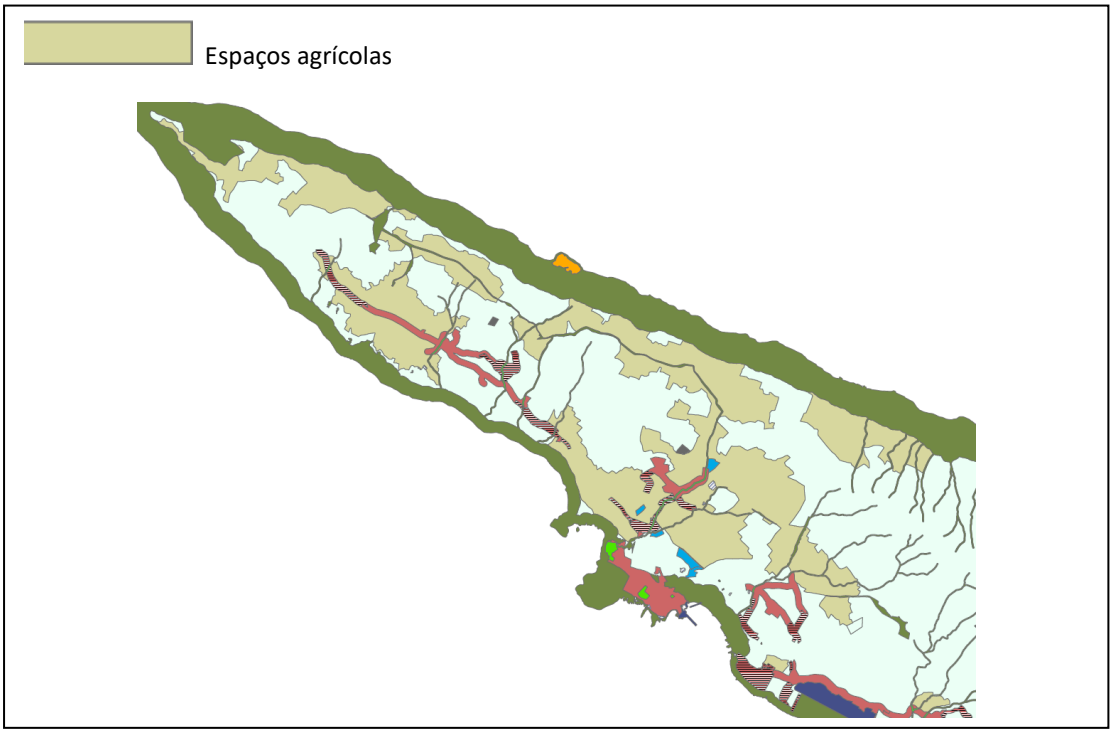
Segue-se a descrição das várias categorias definidas, indicando os uso e parâmetros estabelecidos. A definição dos parâmetros para cada uso, em cada categoria de solo rústico estabeleceu-se de acordo com as estratégias estabelecidas para a revisão do PDM de Velas, a legislação existente em vigor a aplicar e os processos de licenciamento apresentados ao município ao longo da vigência do plano em vigor.

5.1.1. Espaços Agrícolas

Os espaços agrícolas são aqueles cujas caraterísticas morfológicas, tipo de solo e localização estão afetos à produção agrícola, que neste caso está integrada na área de delimitação da Reserva Agrícola Regional. Segundo o artigo 2.º do Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional (RJ-RAR) (DLR n.º 32/2008/A, de 28 de julho, alterado pelo DLR n.º 20/2019/A, de 7 de agosto) "a RAR é constituída por solos de elevada aptidão agrícola, que foram ou possam vir a ser objeto de estudo para a realização de importantes investimentos, tendo em vista a preservação e ou aumento da sua produtividade e o melhor aproveitamento do seu potencial na perspetiva de uma agricultura moderna, racional e sustentável".

Os espaços agrícolas ocupam 1346,2 ha do território do município, que corresponde a 11,5% do solo do concelho.

Figura 32. Espaços Agrícolas na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Uma vez que a sua área de limitação está integrada na RAR, nestes espaços são "(…) proibidas todas as ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades agrícolas, ou que se traduzam na sua utilização para fins não agrícolas (…)", por exemplo o deposito de resíduos sólidos urbanos, ações que provocam a erosão e degradação do solo, entre outros, como enumerado no art.4.º do RJ-RAR.

Nestes espaços estabeleceu-se, em linha com o indicado no art.5.º do RJ-RAR, as seguintes obras de construção, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes:

- Obras com finalidade exclusivamente agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à atividade agrícola, bem como aquelas que se refiram a edificações destinadas à guarda de animais e equipamentos ou, ainda, ao armazenamento, transformação ou comercialização dos produtos agrícolas locais;
- À construção de habitação para residência própria e permanente de modo a satisfazer as necessidades do proprietário e do seu agregado familiar, permitindo a organização da sua vida pessoal, familiar e social, com carácter de habitualidade e estabilidade;
- Obras de alteração, reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se à habitação própria e permanente;
- Obras de construção, alteração, ampliação e reconstrução de empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação, bem como empreendimentos reconhecidos como turismo de natureza, nos termos definidos na legislação em matéria de

turismo em vigor, e instalações de recreio e lazer, desde que todas sejam complementares à atividade agrícola;

- Obras destinadas à instalação de equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis, quando não exista outra alternativa de localização económica e tecnicamente viável em áreas não integradas na Reserva Agrícola Regional, devendo as mesmas ser justificadas pelo requerente e obter parecer favorável do departamento do governo com competência em matéria de energia;
- Obras decorrentes de exigências legais supervenientes, relativas à regularização de atividades económicas previamente exercidas, por forma a que estas atividades e respetivas instalações possam continuar em laboração, desde que se encontre justificada pelo requerente a necessidade da obra;
- Obras indispensáveis para a defesa do património cultural e ambiental.

Também é permitido a extração de massas minerais no seguimento da legislação em vigor e do regulamento da rPDM de Velas.

É importante ter de referência as definições de "agricultor" e de "exploração agrícola" estabelecidas pelo RJ-RAR, que servem de referência para os espaços agrícolas na rPDM Velas:

- "Agricultor", corresponde a pessoa singular, cujo rendimento bruto proveniente da atividade agrícola é igual ou superior a 50 % do seu rendimento global e que dedica pelo menos 50 % do seu tempo total de trabalho à mesma exploração, entendendo-se não poder reunir estes requisitos toda a pessoa que beneficie de uma pensão de reforma ou de invalidez, qualquer que seja o regime de segurança social aplicável, ou exerça uma atividade que ocupe mais de metade do horário profissional de trabalho que, em condições normais, caberia ao trabalhador a tempo inteiro dessa profissão (a), n.º 5, art.º 5);
- "Exploração agrícola", corresponde a unidade técnico-económica de produção, submetida a uma gestão única, com uma localização determinada, constituída por um ou mais blocos de terras, que integra, além das atividades agrícolas, as outras atividades produtivas diretamente relacionadas com a atividade agrícola e que utilizem terras ou outros recursos da exploração (b), n.º 5, art.º 5).

O RJRAR está acompanhado pelo decreto que estabelece os limites e as condições para a viabilização das utilizações não agrícolas, DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro.

As edificações de apoio a explorações agrícolas e de agropecuária enquadram as edificações de guarda de animais e equipamentos, como armazéns para alfaias, máquinas agrícolas e produtos agrícolas, silos, parques de alimentação e salas de ordenha, indicadas na alínea d), n. º1, artigo 3.º do DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro.

As construções de habitação para agricultores são possíveis desde que seja possível comprovar em simultâneo as seguintes condições: a titularidade da exploração agrícola, pela inscrição no sistema de

identificação parcelar; apresentação de declaração da direção regional competente em matéria de agricultura que a exploração está em atividade; apresentação de projeto de arquitetura, com o cumprimentos dos parâmetros urbanísticos legais (art.º 4.º do DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro). Elementos que serão analisados pela entidade competente em relação à RAR. Estas construções em regime de residência própria e permanente na exploração agrícola, são inalienáveis no prazo de 10 anos a contar da emissão do alvará de utilização, com exceção quando ocorre a venda da totalidade da exploração agrícola e o futuro proprietário preencha os requisitos exigidos pelo proprietário. Esta restrição deverá constar no alvará de utilização emitido pelo município e no registo predial do imóvel. O alvará de utilização deverá ser enviado pelo município à entidade gestora da RAR, no prazo de 30 dias a contar da data de emissão, sendo que o proprietário tem a obrigação de enviar o alvará de construção e o registo predial do imóvel. Cada requerente apenas pode usufruir da apenas de 1 construção de habitação em espaços da RAR (art.º 6.º RJ-RAR).

Nas situações de reconstrução e ampliação de construções existentes, de acordo com o RJ-RAR deverá ser comprovada, com a entrega dos seguintes elementos para que a entidade competente em relação à RAR possa avaliar a pretensão: caderneta predial e certidão permanente do registo predial do imóvel; cópia da licença de utilização ou declaração camarária da licença de utilização; projeto de arquitetura que cumpre com o cumprimento dos parâmeros urbanísticos legais. Na situação de ampliação de edificação existente a entidade com competência em relação à RAR pode indeferir a pretensão caso este motivo sido anteriormente solicitado (art.º 5.º do DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro).

São permitidas instalações de agroturismo, de complemento à atividade agrícola. Nestes enquadram-se os empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo de habitação, a nível de alojamento, e instalações de atividades associadas ao recreio e lazer. São instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola as seguintes: picadeiros; redondéis em madeira (arena redonda, geralmente destinada ao treino de equinos); estruturas em madeira para apoio a jardins ou parques botânicos; quintas e hortas pedagógicas (alínea b), n. º2, art.º 6.º do DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro).Também são permitidos empreendimentos reconhecidos como turismo de natureza em complemento à atividade agrícola.

Anterior ao DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro, já foram aprovadas instalações de agroturismo na RAA, as enumeradas no quadro seguinte.

Quadro 40. Instalações agroturismo aprovadas na RAA, anteriores a 2 dezembro de 2020

INSTALAÇÕES AGROTURÍSTICAS	ÁREA (m²)	EXPLORAÇÃO	QUADRO LEGAL
Empreendimento turístico com capacidade de 16 unidades de alojamento, edifício de apoio e centro equestre (picadeiro coberto, picadeiro descoberto, cavalariças e espaço multiuso)	3232	Agropecuária (bovinos e equídeos)	Despacho n. º994/2020, de 26 de junho

Empreendimento turístico, com 6 unidades de alojamento e serviços de apoio	564	Agropecuária (equídeos)	Despacho n.º 592/2019, de 24 de abril
Empreendimento turístico, com duas unidades de alojamento	105	Agropecuária	Despacho n.º 2218/2018, de 31 de dezembro
Empreendimento turístico – Glamping com a construção de casa de receção fixa e a instalação de 8 tendas amovíveis	100 + 216	Agrícola de hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais	Despacho n.º 1464/2015, de 9 de julho
Instalação de 7 edifícios (3 tipologia T2 e 4 tipologia T0)	550	Agricultura biológica	Despacho n.º 2013/2014 de 23 de outubro
Instalações de apoio às atividades de animação turística	122	Agrícola	Despacho n.º 1153/2011, de 7 de novembro
Instalações de apoio a golfe rústico (atividade de animação turística)		Agrícola e agropecuária	Despacho n.º 769/2010, de 30 de julho

Fonte: *Jornal Oficial Presidência do Governo dos Açores*

Os empreendimentos de turismo no espaço rural, segundo o DLR n.º 7/2012/A, devem integrar-se no local "(…) de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico (…)" por meio da "(…) recuperação de construções tradicionais existentes, da sua reconstrução, reabilitação ou da sua ampliação (…)"(n.º2, art.º17). Os empreendimentos de turismo no espaço rural e os empreendimentos de turismo de habitação devem ser beneficiados de uma "(…) zona de proteção definida por um raio de 100m, contado dos limites externos de qualquer edifício afeto a alojamento de hóspedes (…)", quando a sua implantação ou localização está fora de zonas urbanas (art.º 18). A capacidade máxima de unidades de alojamento destinada a hóspedes em empreendimentos de agroturismo e de turismo de habitação é de 15 (art.º 16.º e n.º 7, art.º 17.º).

Nestes casos, quando o processo de análise for submetido à entidade com competência na RAR deverão ser apresentados os seguintes elementos: documento que comprove a inscrição no sistema de identificação parcelar; declaração que comprova que a exploração agrícola está em atividade; justificação por escrito da combinação da atividade agrícola e as instalações agroturismo; oficio por parte do departamento do governo regional com competência na matéria do turismo que confirma o interesses pelas instalações agroturísticas; projeto de arquitetura com o cumprimento dos parâmetros urbanísticos previstos por lei.

Neste caso temos de referência as seguintes definições, segundo o DLR n.º 7/2012/A:

- "Empreendimentos de Turismo em espaço rural", corresponde os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural (i), n.º 1, art.º 2);
- "Empreendimentos de turismo de habitação", corresponde os estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos (h), n. º1, art.º 2.º);

- "Espaço rural", corresponde aos espaços com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de caráter vincadamente rural (j), n. º1, art.º. 2.º);
- "Empreendimentos de agroturismo", corresponde aos imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hospedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável (n.º 5, art.º 17.º);
- "Turismo de natureza", Os empreendimentos turísticos situados em áreas classificadas ou outras com valores naturais, dispondo de um conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental, podem obter a qualificação oficial de «turismo de natureza», mediante despacho do membro do Governo Regional competente em matéria de turismo, com observância dos critérios definidos por portaria conjunta dos membros do Governo Regional competentes em matéria de turismo e de ambiente (art.º 20.º).

Nos espaços agrícolas a instalação de indústria está limitada, pelo RJ-RAR, apenas são permitidas edificações destinadas ao armazenamento, transformação ou comercialização dos produtos agrícolas locais, instalações de proteção ambiental e unidades de transformação, como adegas, queijarias e produtos de conserva (alínea e), n.º 1, do art.º 3.º DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro). Devendo estas, segundo o DLR n.º 12/2015/A, de 17 de janeiro, estar enquadradas nas seguintes tipologias:

- Os estabelecimentos industriais de Tipo 2, aqueles cuja potência elétrica contratada é igual ou inferior a 100kVa e superior a 25 kVa e/ou o número de trabalhadores é superior a 4 e menor ou igual a 20 (art.º 8).
- Os estabelecimentos de Tipo 3, aqueles cuja potência elétrica contratada é igual ou inferior a 25kVa, o número de trabalhadores é igual ou inferior a 4, a área coberta máxima é de 200m2 e cuja atividade exercida não contribua para especial perigosidade para o ambiente, como previsto nas listas I e II, do anexo XIX do DL n.º 236/98, de 1 de agosto (art.º 8).

Estes estabelecimentos podem localizar-se em localizações previstas para utilização industrial no PDM, nestes casos, a localização necessita de prévia autorização de localização emitida pelo município em situação de licenciamento industrial (n. º1 e n.º 3, art. º6 DLR n.º 12/2015/A).

Segundo o RJ-RAR, os municípios no PDM estabelecem os índices de construção a aplicar, mas as obras e intervenção a realizar nestes espaços são objeto de parecer vinculativo da entidade gestora da RAR e que deveram respeitar os limites e condições a observar para a viabilização das utilizações nestes espaços conforme regulamentação do Governo Regional, neste caso o DRR n.º 27/2020/A, de 2 de dezembro, alterado pelo DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro (n.º 3, n.º 4 e n.º 6, art.º 5).

O regime de edificabilidade para as operações urbanísticas a realizar nos espaços agrícolas estabelecidos no regulamento devem obedecer aos parâmetros urbanísticos definidos para os

diferentes usos, existindo um conjunto de exigências de âmbito geral, tendo por base os seguintes aspetos:

- Conter os processos de disseminação das edificações de forma a salvaguardar a qualidade da paisagem e enquadramento arquitetónico;
- Garantir o equilíbrio das atuais formas de uso do solo e a atender ao meio ambiente envolvente;
- Respeitar o padrão de povoamento existente, pela volumetria e pelos materiais típicos da região visando favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural;
- Respeitar as características das construções existentes, tendo especial atenção com o património arquitetónico, vernáculo e erudito;
- Garantir que o abastecimento de água e a rede de esgotos que se apresentem como necessários à edificação, sejam da responsabilidade do promotor, devendo ser respeitada legislação em vigor em matéria de qualidade ambiental, sendo, ainda, obrigatória a ligação à rede pública sempre que esta exista no local, ou a preparação para ligação futura nas situações em que a mesma seja inexistente;
- Garantir que, em caso de ampliação das edificações, não sejam ultrapassadas as condições de edificabilidade estipuladas no presente regulamento e na legislação específica em vigor;
- Garantir a boa integração das edificações e acessos na paisagem, evitando aterros ou desaterros com taludes superiores a 3 metros;
- As edificações já existentes, desde que devidamente legalizadas, possam ser sujeitas a obras de reconstrução, alteração e ampliação, numa das situações seguintes: desde que já se destinem à habitação própria e permanente; destinem-se a empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação, de acordo com a legislação em matéria de turismo em vigor e respeitam as caraterísticas das construções existentes, tendo especial atenção com o património arquitetónico vernáculo e erudito; destinem-se a instalações de recreio e lazer e respeitam as caraterísticas das construções existentes, tendo especial atenção com o património arquitetónico vernáculo e erudito .

Os parâmetros urbanísticos propostos na rPDM nos espaços agrícolas, contribuem para uma manutenção da área edificada, por parcela, pois os limites máximos de edificação mantem-se, no edificado de apoio a explorações agrícolas e agropecuária e no habitacional. São estabelecidos limites mínimos para a parcela e índices de impermeabilização, que no PDM em vigor apenas estabelece para o edificado afeto à atividade do turismo, como é visível no quadro seguinte.

Na revisão propõe-se uma área mínima para a parcela para novas construções para as explorações agrícolas e de agropecuária, habitação e pequenas áreas de armazéns e indústria de tipo 2 e 3, de modo a garantir parcelas de maior dimensão em comparação com os do solo urbano e manter a dispersão do edificado no espaço rural. Nos dois primeiros tipos de usos a área mínima da parcela é de 2500m², que corresponde a 1/4 da área mínima da unidade de cultura (a área da unidade de cultura

na RAA, para efeitos de fracionamento, em prédios de menor dimensão, área inferior ou igual a 5ha, é de 1ha - 10000 m², artigo 22.º do DLR n.º 35/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico do Ordenamento Agrário). Assegura-se esta dimensão, uma vez que os terrenos mais próximos dos aglomerados urbanos em solo rustico, geralmente são menores que os terrenos mais afastados, e são nestes terrenos que ocorre maior necessidade por parte da população de edificar. Para o último tipo de uso a área mínima da parcela é de 1ha, corresponde a área mínima da unidade de cultura. Geralmente estes usos exigem mais espaço e as parcelas localizam-se mais afastadas dos aglomerados urbanos.

Nos tipos de usos considerados a área máxima de construção considerada foi de 1000 m², dimensão já estabelecida no PDM em vigor, nas explorações agrícolas e agropecuária. Apesar de, durante a vigência do PDM não se verificar a existência de procedimentos urbanísticos com edificado, ou somatório de edificado na mesma parcela, em solo rústico, com dimensões semelhante a este limite, considerou-se adequado essa dimensão uma vez que pontualmente pode ocorrer essa necessidade, nos usos que exigem edifícios com maior cobertura como nas explorações agrícolas e de agropecuária, com o armazenamento de produtos, abrigo de animais, arrumos de equipamentos, máquinas e veículos de apoio à atividade agrícola e agropecuária, nas instalações de agroturismo, que pode resultar do somatório de vários edifícios, como edifício de alojamento e edifícios de apoio, e pequenas áreas de armazéns e industria de tipo 2 e 3.

No uso de habitação a área máxima de construção considerada foi de 250 m² podendo chegar a 300 m² quando a habitação é complementada com edifícios de apoio sem fins habitacionais. Estabeleceu esse limite, tendo em conta a dimensão das edificações unifamiliares nos procedimentos urbanísticos durante a vigência do PDM em vigor, principalmente em solo urbano. Este limite condiciona o tipo de edifício habitacional, dando preferência às edificações unifamiliares. Foi estabelecido o limite da altura da fachada de 6,5m em todos os usos, garantindo a harmonia em todos os usos em solo rústico. No geral com dois pisos, com exceção de pequenas áreas de armazéns e indústria de tipo 2 e 3, com apenas 1 piso, associado ao tipo de construção destes usos, com estruturas que contribui para espaço amplos. Os dois pisos garantem a baixa densidade em solo rústico, comum nos espaços rurais. Foi estabelecido os dois pisos mesmo no tipo de usos das explorações agrícolas e de agropecuária, uma vez que há a necessidade de ocupação de situações em mezanino para arrumos.

Os índices de utilização do solo e ocupação do solo foram estabelecidos de acordo com a menor dimensão da parcela e a área máxima de construção. Os índices de impermeabilização foram estabelecidos tendo em conta a área de construção na parcela e necessidade de pavimentos impermeáveis para circulação de veículos e à volta das edificações para proteger as paredes contra infiltrações.

Quadro 41. Comparação de parâmetros e tipo de usos nos Espaços Agrícola rPDM, PDM Velas e DRR n.º 26/2021/A, de 27 de outubro

rPDM		PDM em vigor	DRR n.º 26/2021/A, de 27/10
Tipo	**Índice**	**Índice**	**Índices**
Explorações Agrícolas e agropecuária	Parcela min: 2500m²	-	-
	Utilização do solo max.: 0,40	-	
	Área construção Max.: 1000m²	Área construção max.: 1000 m²	Área implantação max.: 200 m² Pode ser superior quando justificado (art.º. 3.º)
	Impermeabilização: 30%	-	-
	N.º pisos: 2; altura fachada: 6,5m	N.º pisos: 1; cércea max.: 5,0m	-
Habitação	Parcela min: 2500m²		-
		Max. construção líquida: 0,07	-
	Área de construção max.= 250m², podendo acrescer 20% desse valor para anexos sem fins habitacionais	Área construção max.: 300m²-	Área implantação max.: 300m² (art.º 4.º)
	Impermeabilização: 15%	-	-
	N.º pisos: 2; altura fachada: 6,5m	N.º de pisos :2; cércea max.: 5,5m	N.º de pisos max.: 2 (art.º 4.º)
Instalações de agroturismo	Utilização do solo max.: 0,20	construção líquido Max.: 0,25	-
	Área Construção Max.: 1000m²	-	Ampliações: Área implantação max.: 500m², pode exceder desde justificado e nunca superior a 110% da área de implantação preexistente (art.º 6.º)
	Impermeabilização: 35%	Impermeabilização: 0,35	-
	N.º pisos: 2; altura fachada: 6,5m	N.º pisos: 2; cércea max.: 8,0m	-
Pequenas áreas de armazéns e indústria de tipo 2 e 3	Parcela min.: 1ha	-	
	Área Construção max.: 1000m²	-	Área de implantação max. 200 m² Pode ser superior quando justificado (art.º 3.º)
	Índice de ocupação do solo: ≤10%	-	
	Índice de impermeabilização: 15%	-	-
	N.º pisos:1; Altura fachada: 6,5m	-	-

Fonte: *rPDM (2023), PDMV*

Quadro 42. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência

Uso	Área de Implantação	Área terreno	Índice de ocupação do solo
Armazém agrícola	225	9019	3%
Garagem agrícola	250	1083	23%
Turismo espaço rural	129,85	2963	4%

Fonte: *CMV (2022)*

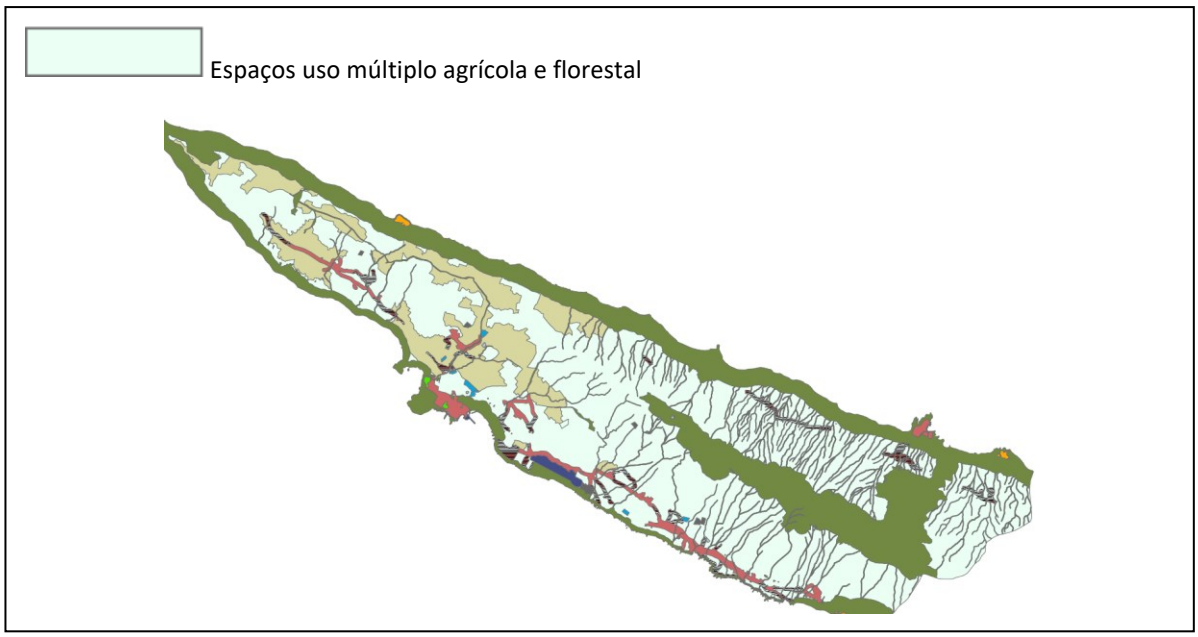
As atividades agrícolas e de agropecuária devem orientar-se segundo a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas e Ambientais.

5.1.2. Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal

Os espaços de uso múltiplo agrícola e florestal são aqueles cujas caraterísticas morfológicas, tipo de solo e localização estão afetos a diversas atividades, como agrícolas, pecuária, silvo-pastoris ou florestais. A demarcação destes espaços corresponde às áreas não enquadradas nas outras categorias do solo rústico. Acomoda uma área total de 5984,0ha, que corresponde a 51,0% do solo do concelho.

Excluem-se dos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, os leitos dos cursos de água e suas margens ainda que situados em solo rústico por estarem integrados na categoria dos espaços naturais e culturais.

Figura 33. Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

São permitidos como usos dominantes, complementares e compatíveis com a atividade agrícolas e florestal:

- A instalação de atividades de apoio ao recreio e lazer da iniciativa do governo regional ou do município, como parques de merendas, zonas de estadia panorâmicas, percursos pedonais/equestres e trilhos de natureza;
- Ações de povoamento ou repovoamento florestal, desde que as técnicas utilizadas não conduzam à degradação dos recursos naturais, em especial as características pedológicas dos terrenos;
- Instalações de apoio à atividade florestal, agroflorestal, agrícola ou pastoril.

Também é permitido a extração de massas minerais, de acordo com o regulamento e a legislação em vigor.

Neste são permitidas obras de construção, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes afetos aos seguintes usos, desde que compatíveis com o uso dominante e cumpram as condicionantes legais aplicáveis:

- Habitação do proprietário ou titular dos direitos de exploração;
- Instalações de apoio às atividades agrícolas ou florestais;
- Estabelecimentos industriais associados e de apoio a atividade agroflorestais;
- Empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação, nos termos definidos na legislação em matéria de turismo em vigor, e as instalações de recreio e lazer (os empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação, relativa à tipologia e modalidades de alojamentos turísticos, são considerados como de uso complementar do uso dominante, bem como as instalações de apoio às atividades de animação turística, desde que admitidas em solo rústico);
- Estabelecimento hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos, parques de campismo, e instalações de recreio e lazer.

Nestes espaços está interdito:

- A florestação com espécies de crescimento rápido, nos termos da legislação em vigor;
- A instalação de depósitos ou estabelecimentos de exploração industrial ou comercial de sucata;
- A deposição de resíduos, mesmo que a título transitório, salvo se de natureza agrícola ou florestal;
- O desenvolvimento de quaisquer atividades que possam pôr em risco pessoas e bens, designadamente as que potenciem os riscos de erosão dos solos e incêndio florestal;
- A realização de ações de destruição da camada arável do solo ou do revestimento florestal desde que não integradas em técnicas normais de produção vegetal, com exceção das obras de construção, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes referidas no número anterior;

- A realização de ações de alteração do relevo natural dos terrenos, com exceção das obras de construção, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes referidas no número anterior;
- O corte raso de árvores, salvo se estiver abrangido em projeto de reflorestação, ou por uma licença de corte, aprovada pela entidade legalmente competente;
- A realização de ações que direta ou indiretamente contribuam para a erosão do solo.

Em relação aos estabelecimentos de alojamento temos de referência as seguintes definições, segundo o DLR n.º 7/2012/A:

- "Empreendimentos turísticos", corresponde aos estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento turístico, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares (b), n. º1, art.º 2.º);
- "Estabelecimentos hoteleiros", corresponde aos empreendimentos turísticos destinados a proporcionar alojamento turístico e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições e vocacionados para uma locação diária (d), n.º1, art.º 2.º);
- «Aldeamentos turísticos», os empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto de instalações funcionalmente interdependentes com expressão arquitetónica coerente, situadas em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas ou caminhos municipais, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento turístico e serviços complementares de apoio a turistas (e), n.º1, art.º 2.º);
- "Apartamentos turísticos", corresponde aos empreendimentos turísticos constituídos por um conjunto coerente de unidades de alojamento, mobiladas e equipadas, que se destinem a proporcionar alojamento turístico e outros serviços complementares e de apoio a turistas (f), n.º1, art.º 2.º);
- «Conjuntos turísticos» os empreendimentos turísticos constituídos por núcleos de instalações funcionalmente interdependentes, situados em espaços com continuidade territorial, ainda que atravessados por estradas ou caminhos municipais, linhas de água e faixas de terreno afetas a funções de proteção e conservação de recursos naturais, destinados a proporcionar alojamento turístico e serviços complementares de apoio a turistas, sujeitos a uma administração comum de serviços partilhados e de equipamentos de utilização comum, que integrem pelo menos dois empreendimentos turísticos, sendo obrigatoriamente um deles um estabelecimento hoteleiro de 5 ou 4 estrelas, um equipamento de animação autónomo e um estabelecimento de restauração (g), n.º 1, art.º 2.º);
- "Empreendimentos de turismo de habitação", corresponde aos estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos(h), n.º 1, art.º 2.º);

- "Empreendimentos de Turismo em espaço rural", corresponde os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural (i), n.º 1, art.º 2.º);
- "Parques de campismo e de caravanismo", corresponde os empreendimentos instalados em terrenos devidamente delimitados e dotados de estruturas destinadas a permitir a instalação de tendas, reboques, caravanas ou autocaravanas e demais material e equipamento necessários à prática do campismo e do caravanismo (K), n.º 1, art.º 2.º);
- "Casas de campo", corresponde a imóveis situados em aglomerados rurais ou espaços rurais e que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local. Quando cinco ou mais casas de campo se situem num aglomerado rural, numa relação de proximidade, e sejam exploradas duma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como "turismo de aldeia". (n.º 3 e n.º 4, art.º 17.º);
- "Empreendimentos de agroturismo", corresponde aos imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hospedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável (n.º 5, art.º 17.º).
- "Hotéis rurais", corresponde a estabelecimentos hoteleiros situados em espaços ou aglomerados rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da localidade onde estão implantados (n.º 6, art.º 17.º).

Os empreendimentos turísticos em espaço de usos múltiplo agrícola e florestal, segundo o DLR n.º 7/2012/A, devem seguir os seguintes requisitos e/ou condições de instalação:

- Estabelecimentos hoteleiros (Hotéis e Pousadas), que devem dispor no mínimo de 10 unidades de alojamento (n.º 1, art.º 12.º);
- Aldeamentos turísticos, que não podem exceder os 3 pisos, salvo imposto por instrumentos de gestão territorial aplicáveis ou alvarás de loteamento válidos, com um mínimo de 7 unidades de alojamento (art.º 13.º);
- Apartamentos turísticos, que "(…) podem ocupar parte de um edifício, constituído por pisos completos e contíguos, e ou a totalidade de um ou mais edifícios (…)", com um mínimo de 6 unidades de alojamento.(art. º14.º);
- Conjuntos turísticos, podem ter instalados empreendimentos turísticos de diferentes categorias e é permitido edifícios autónomos, de carater unifamiliar, desde que integrado num empreendimento turístico do conjunto (art.º 15.º)

Nos empreendimentos de turismo no espaço rural, de acordo com o DLR n.º 7/2012/A, enquadram-se as casas de campo, o agroturismo, os hotéis rurais e o alojamento rural (n.º 1, art. º17.º). Estes, salvo o último, "(…) devem integrar-se nos locais onde se situam de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico (…)", por meio "(…) da recuperação de construções tradicionais existentes, da sua reconstrução, reabilitação ou da sua ampliação (…)" (n. º2,

art.º17). As casas de campo e os empreendimentos de agroturismo estão limitados a um máximo de 15 unidades de alojamentos destinadas a hospedes (n.º 7, art.º 17.º) e nos hotéis rurais é permitido a construção de edifícios complementares.

São estabelecidas zonas de proteção para os empreendimentos de turismo no espaço rural e de turismo de habitação com "(…) um raio de 100m, cotado dos limites externos de qualquer edifício afeto a alojamento de hóspedes "(n.º 1, art.º 18.º, DLR n.º 7/2012/A).

As atividades de animação turística, segundo o artigo 3.º do DL n.º 186/2015, de 3 de setembro, corresponde as atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismo de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse turístico para a região em que se desenvolvam. São vários os exemplos de atividades de empresas de animação turística enquadradas em:

- Atividades de turismo de ar livre / turismo de natureza e aventura: Caminhadas e outras atividades pedestres; Atividades de observação da natureza; Atividades de orientação; Montanhismo; Escalada em parede natural e em parede artificial; Canyoning, coasteering e similares; Espeleologia; Arborismo e outros percursos de obstáculos; Paintball, tiro com arco, besta, zarabatana, carabina de pressão de ar e similares; Passeios e atividades em bicicleta; Passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares; Passeios em todo o terreno; Atividades em veículos não motorizados como gokarts, speedbalance e similares; Passeios de barco, com e sem motor; Canoagem e rafting em águas calmas e em águas bravas; Natação em águas bravas (hidrospeed); Vela, remo e atividades náuticas similares; Surf, bodyboard, windsurf, kitesurf, skiming, standup paddle boarding e similares; Pesca turística, mergulho, snorkeling, e similares; Balonismo, asa delta com e sem motor, parapente e similares; Experiências de paraquedismo; Atividades de Teambuilding; Atividades de Sobrevivência; Programas multiatividades (quando incluam atividades de turismo de ar livre);
- Atividades de turismo cultural/touring paisagístico e cultural: Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património; Atividades e experiências de descoberta do Património Etnográfico; Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial; Jogos populares e tradicionais.

De acordo com o DLR n.º 12/2015/A, os estabelecimentos industriais são classificados em 3 tipos, no entanto nos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal são apenas previstos os seguintes:

- Os estabelecimentos industriais de Tipo 2, aqueles cuja potência elétrica contratada é igual ou inferior a 100kVa e superior a 25 kVa e/ou o número de trabalhadores é superior a 4 e menor ou igual a 20 (art.º 8.º, DLR n.º 12/2015/A).
- Os estabelecimentos de Tipo 3, aqueles cuja potência elétrica contratada é igual ou inferior a 25kVa, o número de trabalhadores é igual ou inferior a 4, a área coberta máxima é de 200m2 e cuja atividade exercida não contribua para especial perigosidade para o ambiente, como previsto nas listas I e II, do anexo XIX do DL n.º 236/98, de 1 de agosto (art.º 8.º, DLR n.º 12/2015/A).

Estes estabelecimentos podem localizar-se em localizações previstas para utilização industrial no PDM (n. º1, art.º 6.º, DLR n.º 12/2015/A). Nestes casos, a localização necessita de prévia autorização de localização emitida pelo município em situação de licenciamento industrial (n.º 3, art. º6, DLR n.º 12/2015/A).

O regime de edificabilidade para as operações urbanísticas a realizar nos espaços de uso agrícola e florestal estabelecidos no regulamento devem obedecer aos parâmetros urbanísticos definidos para os diferentes usos, existindo um conjunto de exigências de âmbito geral, tendo por base os seguintes aspetos:

- Contenção dos processos de disseminação das edificações de forma a salvaguardar a qualidade da paisagem;
- Garantir o equilíbrio das formas de uso do solo existentes e a atender ao meio ambiente envolvente;
- Respeitar o padrão de povoamento existente, a volumetria e os materiais típicos da região, visando favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural;
- Respeitar as características das construções existentes, conferindo especial atenção ao património arquitetónico, vernáculo e erudito;
- Garantir que o abastecimento de água e a rede de esgotos são da responsabilidade do promotor, devendo ser respeitada a legislação em vigor em matéria de qualidade ambiental, sendo obrigatória a ligação à rede pública sempre que esta exista no local, ou a preparação para ligação futura nas situações em que a mesma seja inexistente;
- Garantir uma boa integração das edificações e acessos na paisagem, evitando aterros ou desaterros com taludes superiores a 3 metros.

Os parâmetros urbanísticos propostos na rPDM nos espaços de uso múltiplo agrícola e florestal apresentam semelhanças com os espaços agrícolas. São estabelecidos limites mínimos para a parcela e índices de impermeabilização, que no PDM em vigor apenas estabelece para o edificado afeto à atividade do turismo, como é visível no quadro seguinte.

Como nos espaços agrícolas, estabelece uma área mínima para a parcela para novas construções para as explorações, habitação e pequenas áreas de armazéns e indústria de tipo 2 e 3, de modo a garantir parcelas de maior dimensão em comparação com os do solo urbano e manter a dispersão do edificado no espaço rural. Com a área mínima da parcela é de 2500m², que corresponde a 1/4 da área mínima da unidade de cultura (a área da unidade de cultura na RAA, para efeitos de fracionamento, em prédios de menor dimensão, área inferior ou igual a 5ha, é de 1ha - 10000 m², artigo 22.º do DLR n.º 35/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico do Ordenamento Agrário).

Nos tipos de usos considerados a área máxima de construção considerada foi de 1000 m², com exceção dos hotéis rurais com 2400m² e estabelecimentos hoteleiros com 3200m², no seguimento do parecer da Direção Regional do Turismo. A dimensão dos 1000m² está em linha com a dimensão máxima apresentada no PDM em vigor. Os parâmetros de edificação, como área máxima e número de pisos, considerados para as explorações, habitação e de pequenas áreas de armazéns e indústrias de tipo 2 e 3 ou equivalente, seguiu os parâmetros adotados para os espaços agrícolas.

Foram estabelecidos os limites da altura da fachada de 5m, 5,5m, 6,5m, 8m e 8+1m de modo a garantir uma altura de fachada adequada a um máximo de 2 pisos, consoante as necessidades do uso, por exemplo em hotéis rurais, estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turístico e equipamentos de animação turística a altura da fachada tem de ser maior, uma vez que pode existir a necessidade de garantir a passagem de infraestruturas, como de ventilação e outras, após ser garantido um pé-direito livre de 3,00m. Os dois pisos garantem a baixa densidade em solo rústico, comum nos espaços rurais. Foi estabelecido os dois pisos mesmo nas explorações, uma vez que há a necessidade de ocupação de situações em mezanino para arrumos.

Os índices de utilização do solo e ocupação do solo foram estabelecidos de acordo com a menor dimensão da parcela e a área máxima de construção. Os índices de impermeabilização foram estabelecidos tendo em conta a área de construção na parcela e a necessidade de pavimentos impermeáveis para circulação de veículos e à volta das edificações para proteger as paredes contra infiltrações. Nos usos associados ao turismo o índice de impermeabilização é maior uma vez que podem existir atividades exteriores que podem exigir uma área maior impermeável do solo como para piscinas ou outros espaços de lazer.

Quadro 43. Comparação de parâmetros e tipo de usos nos Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal rPDM e PDM Velas

rPDM		PDM em vigor	
Tipo	**Índice**	**Índice**	
		Agrícolas	**Florestais**
Explorações	Parcela min: 2500m2	-	
	Utilização do solo max.: 0,40	Construção líquida max.: 0,07	Construção líquida max.:0,05
	Área construção max.: 1000m2	Área construção max.: 1000 m²	
	Impermeabilização: 15%	-	
	N.º pisos: 2; altura fachada: 6,5m	N.º pisos: 1; cércea max.: 5,0m	
		afastamento dos limites parcela: 6m	
Habitação	Parcela min: 2500m2	Construção líquida max.:0,07	Construção líquida max.: 0,05
	Área construção max.:250m2, podendo acrescer 20% desse valor para anexos sem fins habitacionais	Área construção max.: 300 m²	
	Impermeabilização: 15%	-	
	N.º pisos: 2; altura fachada: 6,5m	N.º de pisos :2; cércea max.: 5,5m	
	Utilização do solo max.: 0,20		
	Área construção max.: 1000m2	-	

Turismo: turismo em espaço rural e turismo de habitação	Exceção hotéis rurais: Área construção max.: 2400 m2	
	Impermeabilização: 35%	
	N.º pisos: 2; altura fachada: 6,5m/ 8m (hotéis rurais)	
Turismo: estabelecimentos hoteleiros; aldeamentos turísticos; apartamentos turísticos	Categoria: ≥ 4 estrelas	-
	Utilização do solo max.: 0,20	construção líquido max.: 0,25 construção bruto max.: 0,15 (aldeamento turístico)
	Área construção max.: Aldeamentos + apartamentos: 1000m2 Hoteleiros: 3200m2	
	Impermeabilização: 35% (exclui recintos desportivos)	Impermeabilização: 0,35 / 0,35 (excluindo recintos desportivos)
	N.º pisos: 2; altura fachada:8,0 + 1m	N.º pisos: 2; cércea max. 8m (hoteleiros)
Parques de campismo	Categoria: ≥ 4 estrelas	
	Utilização do solo max.: 0,10	-
	Área construção max.: 500m2	-
	Impermeabilização: 35%	-
	N.º pisos: 1 (sem prejuízo das pré-existências); altura fachada: 5m	-
Animação turística	Utilização do solo max.: 0,20	-
	Área construção max.: 1000m2	-
	Impermeabilização: 35%	-
	N.º pisos: 2; altura fachada:8,0m	-
Pequenas áreas de armazéns e indústria de tipo 2 e 3	Parcela min: 2500m2	-
	Área construção max.: 1000m2	-
	ocupação do solo: ≤15%	-
	impermeabilização: 20%	-
	N.º pisos:1; Altura fachada: 5,5m	-

Fonte: *rPDM (2023), PDM*

Quadro 44. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência

Uso	Área de Implantação	Área terreno	Índice de ocupação do solo
Armazém agrícola	225	9019	3%
Garagem agrícola	250	1083	23%
Turismo espaço rural	129,85	2963	4%
Aldeamento turístico	2600	23199	11%

Fonte: *CMV (2022)*

Nos empreendimentos de turismo e equipamentos de animação turística deve ser respeitado as seguintes regras:

- Qualquer nova edificação deve garantir um adequado enquadramento paisagístico;

- O licenciamento só é permitido com a obrigatoriedade de construção de um sistema de recolha e tratamento adequado de efluentes;
- É obrigatória a arborização e tratamento paisagístico adequado nas áreas envolventes de novas construções, com vista ao enquadramento paisagístico, à estabilização de terras, à redução dos impactes visuais negativos, bem como à manutenção e valorização do coberto vegetal e da arborização da área onde se insere, devendo os muros divisórios ser efetuados em pedra aparelhada de uso tradicional local.

As atividades florestais devem orientar-se segundo os desígnios do Manual de Boas Prática para a Gestão Florestal nos Açores (MBPGFA), desenvolvido pela Direção Regional dos Recursos Florestais (DRRF), cujo objetivo é indicar as principais ações e operações florestais necessárias para a gestão destes recursos, identificando os seus impactos potenciais e recomendando as práticas e os cuidados adequados à sua eliminação ou minimização.

As atividades agrícolas e de agropecuária devem orientar-se segundo a aplicação do Código de Boas Práticas Agrícolas e Ambientais.

5.1.3. Espaços Naturais e Culturais

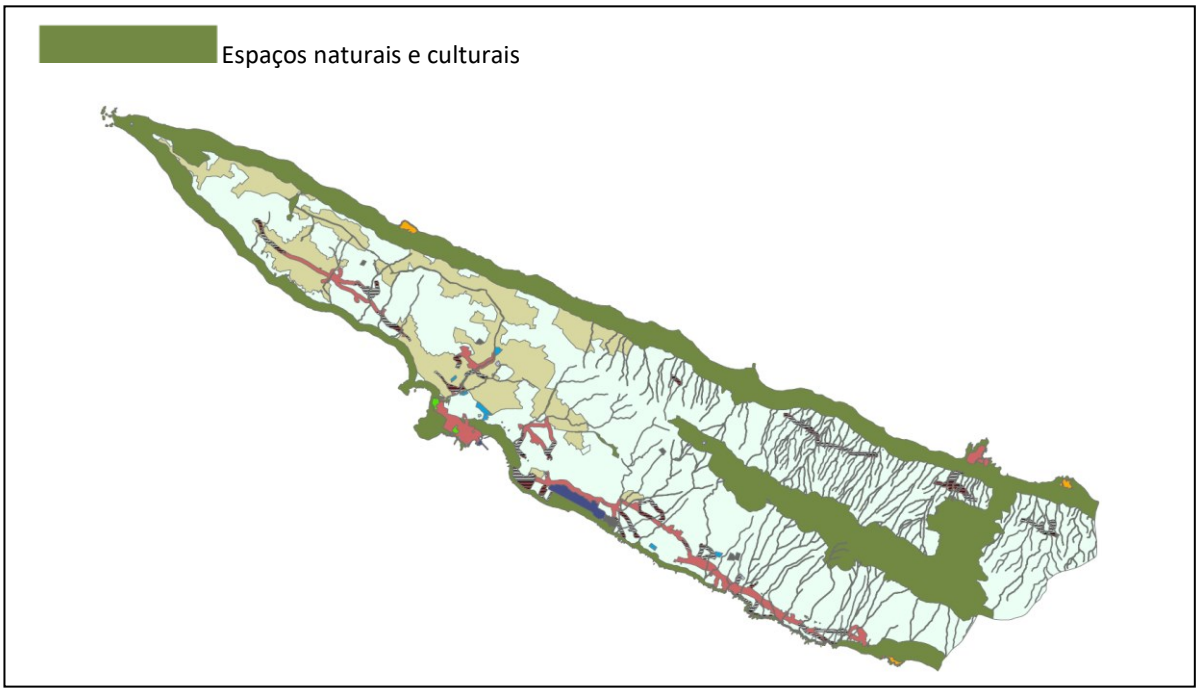
Os espaços naturais e culturais são aqueles com relevância para a conservação dos recursos e do património natural e paisagístico do município de Velas, com o objetivo de preservar a integridade biofísica e cultural do território. Acomoda uma área total de 3723,2ha, que corresponde a 31,7% do solo do concelho. Inclui as áreas integradas:

- Áreas integradas no Parque Natural da Ilha de São Jorge e na Rede Natura 2000: Monumento Natural da Ponta dos Rosais (SJO01), Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Noroeste (SJO02), Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sudoeste (SJO03), Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa das Velas (SJO 04), Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Pico da Esperança e Planalto Central (SJO05), Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Fajã das Almas (SJO06), Área de Paisagem Protegida das Fajãs do Norte (SJO09), Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Oeste (SJO10), Área Protegida de Gestão de Recursos de Entre Morros (SJO011), Zona Especial de conservação Ponta de Rosais (PTJOR0013) e Zona Especial de Conservação Costa NE e Ponta do Topo (PTJOR0014);
- As Reservas Florestais de Recreio que incluem a Reserva Florestal de Recreio das Macelas e a Reserva Florestal de Recreio das Sete Fontes;
- Áreas naturais e culturais do POOC de São Jorge;

- Perímetros Florestais;
- Falésias, ilhéus e outros ecossistemas litorais;
- Leitos e margens dos cursos de água e leitos e margens de lagoas e respetivas faixas de proteção.

Os leitos dos cursos de água e suas margens corresponde aos que atravessam as categorias de espaços em solo rústico, como os espaços agrícolas e os espaços de uso múltiplo agrícola e florestal.

Figura 34. Espaços Naturais e Culturais na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Estes espaços abarcam as interdições e condicionantes impostas pelos vários regimes jurídicos, cujo intuito é da preservação do património natural e paisagístico da RAA. Estes são:

- Ao Parque Natural da Ilha de São Jorge, DLR n.º 10/2011/A, de 28 de março;
- À Rede Natura 2000, DLR n. º15/2012/A, de 2 de abril;
- Ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, DRR n.º 2/2022/A, de 24 de janeiro;
- Às Reservas Florestais de Recreio, Regime Jurídico de criação e funcionamento de Reservas Florestais na RAA, DLR n.º 15/87/A, de 24 de julho, o disposto nos artigos 2.º e seguintes do DLR n.º 16/89/A, de 30 de agosto, com as alterações introduzidas pelo DLR n.º 16/2000/A, de 21 de junho;

Estão interditas um conjunto de ações, algumas em linha com o POOC e o PNI e outras que reforçam a proteção do património florestal e do solo, uma vez que se trata de uma categoria que engloba áreas de preservação do património natural e paisagístico.

Quadro 45. Atividades Interditas na rPDM e a legislação aplicável

rPDM	POOC (DRR n. º 2/2022); PNI
A florestação com espécies de crescimento rápido, nos termos da legislação em vigor;	Reconversão cultural, bem como a introdução de novas espécies, exceto quando aprovadas pelas entidades competentes (c), n. º1, art.º 14 POOC)
A criação de depósitos ou estabelecimentos de exploração industrial ou comercial de sucata;	O depósito de resíduos, de entulhos e de produtos tóxicos ou perigosos, bem como a instalação de sucatas, lixeiras e aterros sanitários (f), n.º 3, art.º 11 POOC)
A deposição de resíduos, mesmo que a título transitório, salvo se de natureza agrícola ou florestal;	O depósito de resíduos, de entulhos e de produtos tóxicos ou perigosos, bem como a instalação de sucatas, lixeiras e aterros sanitários (f), n.º 3, art.º 11.º, POOC) O depósito de resíduos de qualquer natureza, com exceção dos sobrantes de exploração florestal e da biomassa agrícola originada no interior da área protegida (c), n.º 3, art.º 9; b), n.º 4, art.º 17, PNI)
A realização de quaisquer atividades que possam pôr em risco pessoas e bens, designadamente as que potenciem os riscos de erosão dos solos e incêndio florestal	
A realização de ações de destruição da camada arável do solo ou do revestimento florestal desde que não integradas em técnicas normais de produção vegetal	
A realização de ações de alteração do relevo natural dos terrenos;	A alteração da morfologia do solo ou da cobertura vegetal, com exceção das situações decorrentes do regime de usos estabelecido no presente Regulamento (c), n.º 3, art.º 11.º, POOC) Alteração da morfologia do solo, com exceção dos maneios e granjeios tradicionais (d), n.º 1, art.º 14.º, POOC)
O corte raso de árvores, salvo se estiver abrangido em projeto de reflorestação, ou uma licença de corte, aprovada pela entidade legalmente competente	As ações de limpeza de material vegetal, exceto as estritamente necessárias à correta drenagem dos cursos de água, à proteção das edificações, à remoção e erradicação de espécies de flora invasora, as decorrentes dos respetivos planos de gestão específicos ou as previstas nas normas relativas às boas condições agrícolas e ambientais, nos termos da legislação em vigor (l), n.º 3, art.º 11.º, POOC)
A realização de ações de que direta ou indiretamente contribuam para a erosão do solo	
A instalação de indústrias na área integrada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge	A instalação de novas indústrias na faixa terrestre de proteção, exceto as de tipo 3 desde que sejam

	complementares às atividades tradicionais (g), n.º 3, art.º 11, POOC)
A plantação de espécies exóticas ou de exploração intensiva, que potenciem os riscos de erosão do solo ou alteração do equilíbrio biofísico existente	Plantação de espécies não indígenas (b), n.º1, art.º 14.º, POOC)
A colheita, corte, desenraizamento ou destruição das plantas ou partes de plantas autóctones, exceto quando devidamente autorizada pela entidade competente	A colheita, corte, desenraizamento ou destruição das plantas ou partes de plantas autóctones, exceto quando devidamente autorizada pela entidade competente ((a), n.º1, art.º 14.º, POOC)
A reconversão cultural, bem como a introdução de novas espécies, exceto quando aprovadas pelas entidades competentes;	A reconversão cultural, bem como a introdução de novas espécies, exceto quando aprovadas pelas entidades competentes ((c), n.º1, art.º 14.º, POOC);
A transformação do solo florestado para fins agrícolas;	
O corte de arvoredo numa zona tampão com um raio de 5 metros ao redor das reservas florestais de Recreio das Macelas e das Sete Fontes, visando a manutenção do equilíbrio paisagístico, ambiental e recreativo das mesmas.	

Fonte: *DRR n.º 2/2022, de 24 de janeiro; DLR n.º 10/2011/A, de 28 de março*

As atividades permitidas nos espaços naturais e culturais no geral não colidam com as permissões previstas no POOC, na zona A. Aplicam-se na zona de intervenção do POOC e fora desta.

Quadro 46. Permissões nos Espaços Naturais e Culturais rPDM, confronto com o POOC

rPDM	**POOC (DRR n.º 2/2022)**
Obras de estabilização/ consolidação das arribas desde que sejam minimizados os respetivos impactes ambientais e quando se verifique qualquer das seguintes situações: existência de risco para pessoas e bens; necessidade de proteção de valores patrimoniais e culturais; proteção do equilíbrio biofísico recorrendo-se, quando necessário, à instalação de vedações que impeçam o acesso de veículos, pessoas e animais.	Obras de estabilização/consolidação das arribas e defesa costeira, desde que sejam minimizados os respetivos impactes ambientais e quando se verifique qualquer das seguintes situações: Existência de risco para pessoas e bens; Necessidade de proteção de valores patrimoniais e culturais; Proteção do equilíbrio biofísico recorrendo -se, quando necessário, à instalação de vedações que impeçam o acesso de veículos, pessoas e animais (a), n.º 1, art.º 10, POOC)
Construção de infraestruturas de saneamento destinadas a corrigir situações existentes que tenham implicações na estabilidade das arribas ou na qualidade ambiental da orla costeira	Construção de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento destinadas a corrigir situações existentes que tenham implicações na estabilidade das arribas ou na qualidade ambiental da orla costeira (f), n.º 1, art.º 10, POOC)
Obras de desobstrução e regularização de linhas de água que tenham por objetivo a manutenção, melhoria ou reposição do sistema de escoamento natural	Obras de desobstrução e regularização de linhas de água que tenham por objetivo a manutenção, melhoria ou reposição do sistema de escoamento natural (h), n.º 1, art.º 10, POOC)

Fonte: *DRR n.º 2/2022/A, de 24 de janeiro*

O mesmo verifica-se relativo às obras permitidas, cujas estabelecidas na rPDM estão em concordância com as do POOC, como é possível visualizar nos quadros seguintes.

Quadro 47. Obras permitidas nos Espaços Naturais e Culturais rPDM, confronto com o POOC

rPDM	POOC (DRR n.º 2/2022)
Acessos pedonais não consolidados, trilhos pedonais interpretativos e zonas de estadia não consolidadas, os quais devem ser devidamente sinalizados e complementados com painéis informativos	Acessos pedonais não consolidados, trilhos pedonais interpretativos e zonas de estadia não consolidadas, os quais devem ser devidamente sinalizados e complementados com painéis informativos (a), n.º 2, art.º 14.º e a), n.º 2, art.º 16.º)
Instalação de equipamentos de apoio à utilização das zonas balneares classificadas nos termos e condições definidas no presente Regulamento	Instalação de equipamentos de apoio à utilização das zonas balneares, classificadas nos termos e condições definidas no presente Regulamento e da legislação em vigor, não se admitindo novas construções nas áreas de aptidão balnear enquanto estas não forem classificadas como zonas balneares (b), n.º 2, art.º 14.º e c), n.º 2, art.º 16)
Instalação de equipamentos de apoio à utilização destas áreas, que centralize e sirva de suporte a todas as atividades relacionadas, nomeadamente, de divulgação e sensibilização aos visitantes, de apoio ao material necessário para a preservação da área e de suporte a outras atividades previstas nos termos do presente Regulamento, que possam coexistir com os objetivos de proteção, dotando a área de infraestruturas mínimas de utilização, nomeadamente instalações sanitárias, exceto nas Áreas Naturais e Culturais do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge. Os equipamentos referidos na alínea anterior, exceto nas Áreas Naturais e Culturais do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, devem, preferencialmente, resultar da reabilitação de edificado existente, admitindo-se a sua reconstrução, alteração e/ou ampliação até uma área máxima de construção de 200 m^2 e sem aumento do número de pisos, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte. Caso não seja possível a reabilitação ou reconstrução referida na alínea anterior, admite-se a construção de novos equipamentos com uma área máxima de construção de 200 m^2 e um piso, exceto nas Áreas Naturais e Culturais do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge.	Instalação de equipamentos de apoio à utilização destas áreas, que centralize e sirva de suporte a todas as atividades relacionadas, nomeadamente de divulgação e sensibilização aos visitantes, de apoio ao material necessário para a preservação da área e de suporte a outras atividades previstas nos termos do presente Regulamento, que possam coexistir com os objetivos de proteção, dotando a área de infraestruturas mínimas de utilização, nomeadamente instalações sanitárias Os equipamentos referidos na alínea anterior devem, preferencialmente, resultar da reabilitação de edificado existente, admitindo -se a sua reconstrução, alteração e/ou ampliação até uma área de construção máxima de 200 m2 e sem aumento do número de pisos. Caso não seja possível a reabilitação ou reconstrução referida na alínea anterior, admite -se a construção de novos equipamentos com uma área de construção máxima de 200 m2 e um piso. (d), e), f), n. º 2, art. º 16.º)
Novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área máxima de construção de 30 m^2 e, apenas, 1 piso, desde que a parcela esteja	Novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área de construção máxima de 30 m2 e um piso máximo e desde que a parcela esteja totalmente

totalmente integrada em espaços naturais e culturais, sendo que na Zona A do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge esta possibilidade é limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há, pelo menos, três anos.	integrada em zona A, sendo esta possibilidade limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há pelo menos três anos (c), n.º 2, art.º 14.º e b), n.º 2, art.º 16.º)
Nas construções existentes devidamente legalizadas, e independentemente do uso associado, são permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação	Nas construções existentes devidamente legalizadas, e independentemente do uso associado, são permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação (d), n.º 2, art.º 14, g), n.º 2, art.º 16.º)

Fonte: *DRR n.º 2/2022/A, de 24 de janeiro*

Quadro 48. Edificações existentes nos Espaços Naturais e Culturais rPDM, confronto com o POOC

rPDM	**POOC (DRR n.º 2/2022)**
As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente, anteriores à entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da ilha de São Jorge, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido plano	As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente anteriores à entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido Plano (e), n.º 2, art.º 14.º e h), n.º 2, art.º 16.º)
As obras de ampliação são permitidas quando se trate de obras conducentes a suprimir insuficiências de instalações sanitárias ou cozinhas não podendo corresponder a um aumento total de área de construção superior a 16 m^2 e ao aumento do número de pisos	As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos (f), n.º 2, art.º 14.º e i), n.º 2, art.º 16.º)
Excetuam-se do definido na alínea anterior, as edificações com áreas inferiores a 36 m^2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m^2, integrando as instalações sanitárias ou cozinhas, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos	Excetuam -se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos (g), n. º 2, art. º 14.º e j), n.º 2, art.º 16.º)
Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas i) e j) do presente número não podem ocorrer novas obras de ampliação	Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas f)/i) e g)/j) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação (h), n.º 2, art.º 14.º e k), n.º 2, art.º 16.º)
As obras a que se referem as alíneas anteriores devem garantir a salvaguarda das características arquitetónicas do padrão de povoamento existente na envolvente, designadamente o tipo de	As obras a que se referem as alíneas anteriores devem garantir a salvaguarda das características arquitetónicas do padrão de povoamento existente na envolvente, designadamente o tipo de estruturas e

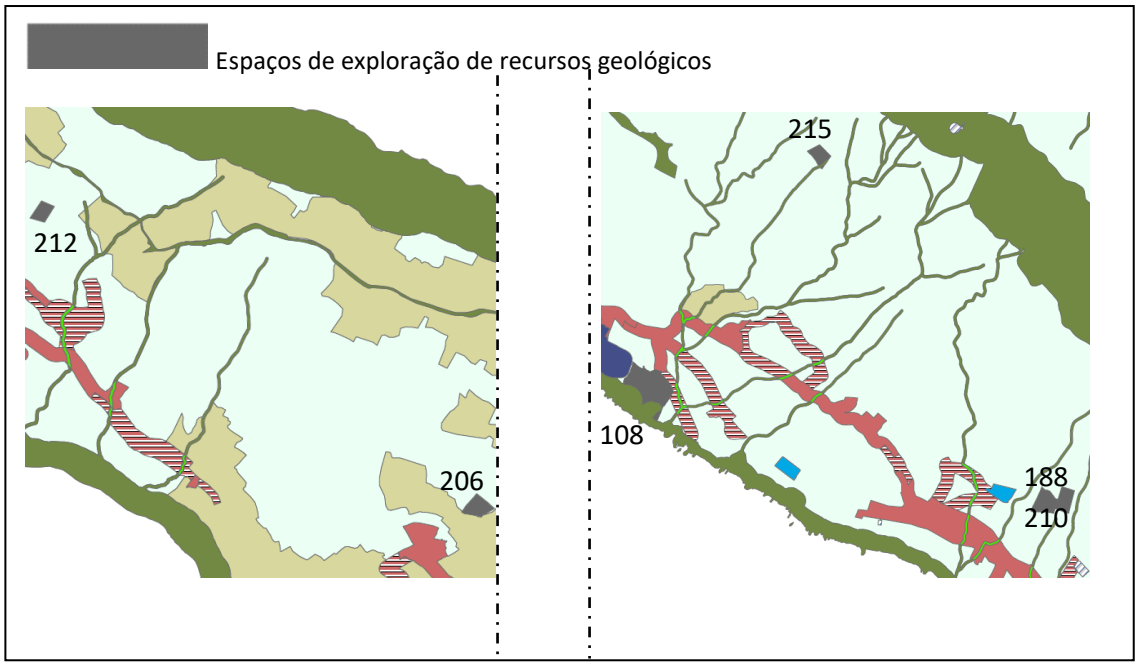
estruturas e elementos exteriores, a volumetria e os materiais típicos dos Açores, visando favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural, isto é, assegurando a conformidade com o património arquitetónico, vernáculo e erudito.	elementos exteriores, a volumetria e os materiais típicos da Região, tendo em vista favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural, isto é, assegurando a conformidade com o património arquitetónico, vernáculo e erudito. (i), n. º 2, art.º 14, l), n.º 2, art.º 16.º)
As obras a que se referem as alíneas anteriores devem garantir que o índice de impermeabilização máximo não deve exceder os 5% em relação à área de implantação do edifício.	

Fonte: *DRR n.º 2/2022/A, de 24 de janeiro*

5.1.4. Espaços de Exploração de Recursos Geológicos

Os espaços de exploração de recursos geológicos são os que identificam a localização das áreas destinados ou ocupadas pela exploração de extração de inertes. Na revisão do PDM de Velas estão identificadas 6 áreas, que estão licenciadas (figura 35, identificadas pelo n.º da licença 212, 206, 108, 215, 188 e 210), que corresponde a 17,9ha, 0,2% do solo do concelho.

Figura 35. Espaços de Exploração de Recursos Geológicos na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDMV (2023)*

As unidades extrativas em atividade no concelho, identificadas na rPDM, enquadradas com o Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na RAA (PAE), segundo o quadro 49**,** apresentam as seguintes situações:

- Interdita licenciada: poderão continuar a sua atividade até ao termo da licença devendo nessa altura proceder ao respetivo encerramento e consequente recuperação de acordo com a licença emitida. Não é permitida a emissão de novas licenças (NG59 - Norma 1.5.2 PAE);
- Sem interdição licenciada: é admitido o novo licenciamento de áreas anteriormente licenciadas ou de áreas adjacentes a extrações anteriormente licenciadas (NG33 - Norma 1.4.2 PAE);
- Área de Integração Ambiental e Paisagística e licenciada: poderão continuar a sua atividade até ao termo da licença e implementação do respetivo PARP, não sendo permitida a emissão de novas licenças em AIAP após essa data, mesmo que associadas/adjacentes a áreas anteriormente licenciadas (NG25 - Norma 1.3.2 PAE).

Quadro 49. Enquadramento das unidades extrativas em atividade (2019) com o PAE

NOME	LICENÇA		PAE			
	S/N	N.º	Áreas Delimitadas	Zona		Norma
				Classificação	Obs.	
Queimada	Sim	108	Área de integração Ambiental e Paisagística	Interdita	Total	NG25
Pico de Pedro Antão	Sim	206	-	Interdita	Parcial	NG59
				condicionada	Parcial	NG33
Estrada da Urzelina	Sim	210	-	Não interdita	Parcial	NG33
				Interdita	Parcial	NG59
Brenhas de Santo Amaro	Sim	215	-	Interdita	Total	NG59
Mata da Urzelina	Sim	188	-	Não Interdita	Parcial	NG33
				Interdita	Parcial	NG59
Saibreira dos Rosais	Sim	212	-	Não interdita	Total	NG33

Fonte: *PAE; DRAIC (2018); CMV (2019*)

No entanto, podem ser criadas áreas de exploração de inertes desde que estejam inseridas em áreas de gestão ou admitido o novo licenciamento de áreas anteriormente licenciadas ou de áreas adjacentes a extrações anteriormente licenciadas (à data de entrada em vigor do PAE), existentes em espaços não interditos à atividade extrativa, segundo as normas do PAE.

Na rPDM a transposição das Áreas de Gestão deve ter em conta que os limites no PAE são indicativos e deve aferir, avaliar e transpor os limites tendo em conta as condicionantes à atividade extrativa e as indicações das normas gerais e especificas.

Nas áreas de gestão, exclusão de áreas interditas e exclusão ou avaliação da possibilidade de desenvolvimento de atividades extrativas condicionadas mediante critérios/pré-requisitos nas áreas condicionadas à extração e de acordo com o definido na NG11, nomeadamente:

- Regime de Reserva Agrícola Regional (RAR);
- Regime de Reserva Ecológica (RE);
- Áreas de sensibilidade visual muito elevada, hidrogeologia (áreas de vulnerabilidade à polrecarga muito elevadas) e os geossítios prioritários (valores patrimoniais geológicos ainda não classificados).

Na situação de encerramento da atividade, de qualquer unidade extrativa, deve-se seguir um plano de recuperação, como indicado no quadro 50. Constante a situação de exploração da unidade extrativa, de ter licença ou não, são identificados os seguintes planos de recuperação e encerramento:

- Plano Ambiental e de Recuperação Paisagístico (PARP);
- Planos de Recuperação Ambiental e Paisagística de Atividades Extrativas Não Licenciadas e Abandonadas (PRAPAE-NLA), caso a unidade extrativa não proceda ao licenciamento, devendo seguir uma série de requisitos para assegurar a adequada intervenção e recuperação da área, seguindo os procedimentos e normas NG64 a NG72 estabelecidos no PAE;
- Recuperação de acordo com a licença emitida (sendo processos posteriores ao DLR n.º 12/2007/A, no plano de pedreira está contemplado o PARP).

Quadro 50. Enquadramento das unidades extrativas em atividade (2019) em situação de plano de recuperação e encerramento, PAE

NOME	LICENÇA		PAE		rPDM
	S/N	N.º	Áreas Delimitadas	Plano de Recuperação e encerramento	Reconversão do Uso
					Espaços
Queimada	Sim	108	AIAP	PARP	Uso múltiplo agrícola e florestal
					Naturais e culturais
Pico de Pedro Antão	Sim	206		Recuperação de acordo com a licença emitida	Uso múltiplo agrícola e florestal
Estrada da Urzelina	Sim	210		Recuperação de acordo com a licença emitida	Uso múltiplo agrícola e florestal
Brenhas de Santo Amaro	Sim	215		Recuperação de acordo com a licença emitida	Uso múltiplo agrícola e florestal
Mata da Urzelina	Sim	188		Recuperação de acordo com a licença emitida	Uso múltiplo agrícola e florestal
Saibreira dos Rosais	Sim	212		Recuperação de acordo com a licença emitida	Uso múltiplo agrícola e florestal

Fonte: *PAE; DRAIC (2018); CMV (2019*)

O PARP é um documento técnico constituído pelas medidas ambientais e pela proposta de solução para o encerramento e a recuperação paisagística das áreas exploradas (alínea n), do art.º 2, do DLR n.º 12/2007/A), faseado no tempo e articulado com o plano de lavra, integra o plano de pedreira. Composto por peças desenhadas e peças escritas, como memória descritiva justificativa, faseamento e cronograma, caderno de encargos (apenas nas tipologias de exploração A) e medições e orçamento (apenas nas tipologias de exploração A). Neste estabelece a regularização dos terrenos e aterro, o destino dos anexos, instalações industriais e dos equipamentos fixos e móveis e o plano de recuperação, com plano de revestimento vegetal e proposta de enquadramento paisagístico. O PARP deverá compatibilizar-se com o plano diretor municipal, mesmo em situação de ratificação.

Uma área extrativa em atividade não licenciada deverá ser notificada, pela entidade com competência em matéria de regulamentação, licenciamento e fiscalização da atividade extrativa, com a obrigação de apresentar num prazo de 6 meses o PRAPAE-NLA. Este plano deve seguir as orientações da entidade que aprova o plano e as disposições legais do Regime Jurídico da Revelação e Aproveitamento de Massas Minerais na RAA (RJ-RAMM). Segundo o art.º 63 do RJ-RAMM o explorador de pedreira não licenciada está obrigado à remoção das causas da infração e à reconstituição da situação anterior ou equivalente. No caso de não ser possível a reposição ou caso a entidade com competência em matéria de ambiente considerar não adequada, o infrator é obrigado a executar, segundo as orientações desta entidade, as medidas necessárias para reduzir ou compensar os impactos causados.

Após o encerramento desde atividade, estas áreas passam a seguir as orientações da rPDM para as classes de espaços cujos limites fazem fronteira, tendo em conta a forma desta macha. No geral passam a integrar os espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal e na situação da unidade extrativa da Queimada também dos espaços Naturais e Culturais (quadro 50).

Segundo o PAE, a identificação de Áreas de Gestão (AG) não definidas no plano carece do cumprimento das Normas Gerais 13,14 e 15 (alínea f), do n.º 2, do artigo 6.º). A previsão de novas AG, expansão das AG existentes e a relocalização de AG existentes apenas pode abranger espaços não interdito à atividade extrativa e os seus limites e área máxima são determinados segundo o Mecanismo de Reforço Limitado. Este Mecanismo é calculado tendo por base a percentagem estabelecida para a ilha e a análise evolutiva da dinâmica do sector. Na ilha de São Jorge está estabelecido um limite de 15% de área localizada fora das AG.

Para estes espaços estabelece-se que estas explorações devem seguir a legislação em vigor:

- Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas na RAA (PAE), DLR n.º 19/2015/A, de 14 de agosto;
- Regime Jurídico da Revelação e Aproveitamento de Massas Minerais na RAA (RJ-RAMM), DLR n.º 12/2007/A, de 5 de junho.

Os licenciamentos das atividades de extração de massas minerais são instruídos pelo PAE e pelo RJ-RAMM. Segundo este último regime existem duas tipologias de explorações de massas minerais na RAA (art.º 3.º, RJ-RAMM):

- Classe A, as com área superior a 5ha ou que não se enquadram na classe B;
- Classe B, as a céu aberto, que não utilizem explosivos, não utilizem sistema de britagem, não utilizam sistemas de fabricação de misturas betuminosas, não excedem uma profundidade de escavação de 10m, não excedem 15 trabalhadores ao serviço e não excedem a potencia de meios mecânicos utilizados na exploração de 368kW.

Qualquer licença deve ser precedida de parecer favorável de localização, pela Camara Municipal quando em área abrangida por PDM ou pelo departamento do Governo Regional com competência em matéria de ambiente, quando a área não está no PDM. No caso de pedidos de atribuição de licença de projetos sujeitos ao regime jurídico de avaliação de impacte ambiental, não carece a apresentação da certidão de localização (art.º 10.º RJ-RAMM).

Estão sujeitos a avaliação de impacto ambiental, na indústria extrativa:

- As pedreiras a céu aberto numa área superior a 25ha ou extração de turfa numa área superior a 150ha (anexo I– DLR n.º 30/2010/A, 15 de novembro).
- As pedreiras, saibreiras, bagacineiras, cascalheiras e minas a céu aberto de qualquer natureza ≥ 5ha ou ≥ 150000t/ano ou, se em conjunto com outras explorações similares, sitas num raio de 1km, forem ultrapassados os limites referidos (anexo II – DLR n.º 30/2010/A).

As licenças de pesquisa é da competência da Direção Regional com competência em matéria de indústria. A licença de exploração é da competência da Câmara Municipal quando se trata de pedreiras a céu aberto da classe B e da competência da Direção Regional com competência em matéria de indústria as pedreiras a céu aberto da classe A, pedreiras subterrâneas ou mistas e todas as pedreiras situadas em áreas cativas ou de reserva (art.º 12.º RJ-RAMM).

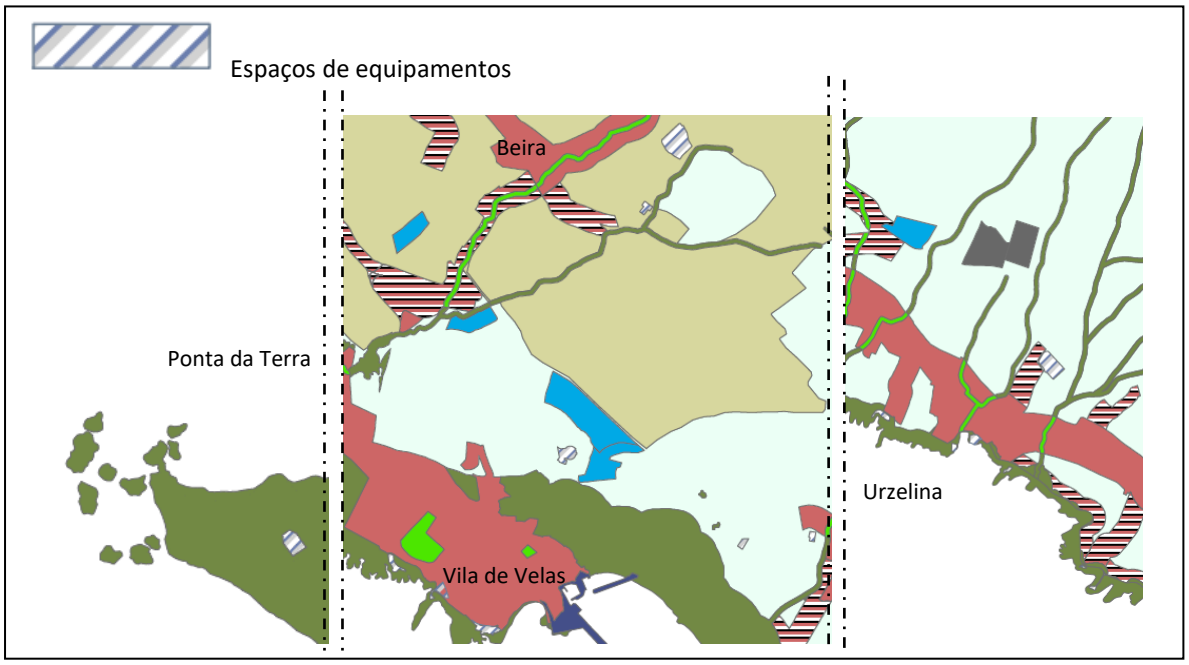
Nas pedreiras é possível a instalação de estabelecimentos de indústria extrativa, com parecer favorável de localização quando aplicado e de acordo com o plano de pedreira. Concluída a exploração todos os anexos e infraestruturas devem ser removidos ou podem ser reutilizados para outro destino ou utilização, caso previsto no PARP (plano ambiental de recuperação paisagística) aprovado ou revisto (art.º 34.º RJ-RAMM).

5.1.5. Espaços de Equipamentos

O espaço de equipamentos corresponde aos espaços destinados ao recreio e lazer e a equipamentos de utilização coletiva em solo rústico. Ocupa uma área de 6,7ha, 0,1% do solo do concelho. Estes integram:

- Equipamentos desportivos, como: campo de futebol da Beira; campo de jogos em Santo Amaro; Campo de futebol na Urzelina;
- Equipamentos e zonas de lazer e recreio como: o farol da Ponta dos Rosais; a Praça de Touros de São Jorge; equipamento VOR; parque de campismo na Urzelina;
- Cemitérios, como: nos Rosais, na Beira, em Santo Amaro, Urzelina, Manadas, Toledo, Norte Grande;
- Miradouros, como: forte da Ponta das Eiras (Velas), Carregadouro (Santo Amaro), Ponta Grande (Urzelina), Caminho das Arvores (Urzelina), ao longo da via marginal Casteletes – Terreiros, forte (Caminho Baixo – Manadas),
- Zonas balneares e infraestruturas portuárias, como: zonas balneares nas Velas (Preguiça e Poça dos Frades), portinho da Queimada, portinho dos Biscoitos, zona balnear e portinho na Canada do Mar, piscinas naturais na Urzelina (Portinhos), Piscinas da Urzelina, cais da Urzelina, zona balnear e portinho Terreiros, portinho das Manadas, piscina natural e portinho da Fajã das Almas, porto Fajã do Ouvidor.

Figura 36. Exemplos de Espaços de Equipamentos na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDMV (2023)*

Para estes espaços está previsto em regulamento:

- Os espaços destinados a equipamentos desportivos devem respeitar a legislação em vigor que lhes é aplicável (lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro Lei de bases da atividade Física e do desporto, Decreto-lei n.º 141/2009, de 16 de junho, regime jurídico das instalações desportivas);
- Os espaços destinados a outros equipamentos, nomeadamente os miradouros, devem dispor de áreas destinadas a estacionamento nas envolventes aos mesmos e em número de lugares considerado adequado;
- As zonas balneares e respetivas instalações e infraestruturas portuárias (portos e portinhos) regem-se:
    - Regime jurídico da gestão das zonas balneares, da qualidade das águas balneares e da prestação de assistência nos locais destinados a banhistas, DLR n.º 16/2011/A, de 30 de maio;
    - Plano de Ordenamento da Orla Costeira de São Jorge (POOC), DRR n.º 2/2022/A, de 24 de janeiro, demais legislação específica aplicável, nomeadamente no que se refere às infraestruturas portuárias, DLR nº 24/2011/A, 22 de agosto.

No POOC de São Jorge estão definidas como áreas de aptidão balnear no concelho de Velas 11 zonas, com a possibilidade de classificação de zona balnear das tipologias Tipo 4 ou Tipo 3, como indica no quadro seguinte.

Quadro 51. Áreas de aptidão balnear- tipologias admitidas na classificação da zona balnear, POOC São Jorge, concelho de Velas

Área de aptidão balnear	Zona balnear: tipologias	
	Tipo 4	Tipo 3
Carregadouro	X	x
Fajã das Almas	X	X
Fajã do Ouvidor	X	x
Moinhos (Urzelina)	X	x
Piscinas da Urzelina	X	x
Poço dos Frades	X	x
Portinho da Ribeira do Nabo	X	
Portinho dos Terreiros	X	x
Porto das Manadas	X	x
Preguiça	X	x
Queimada	X	

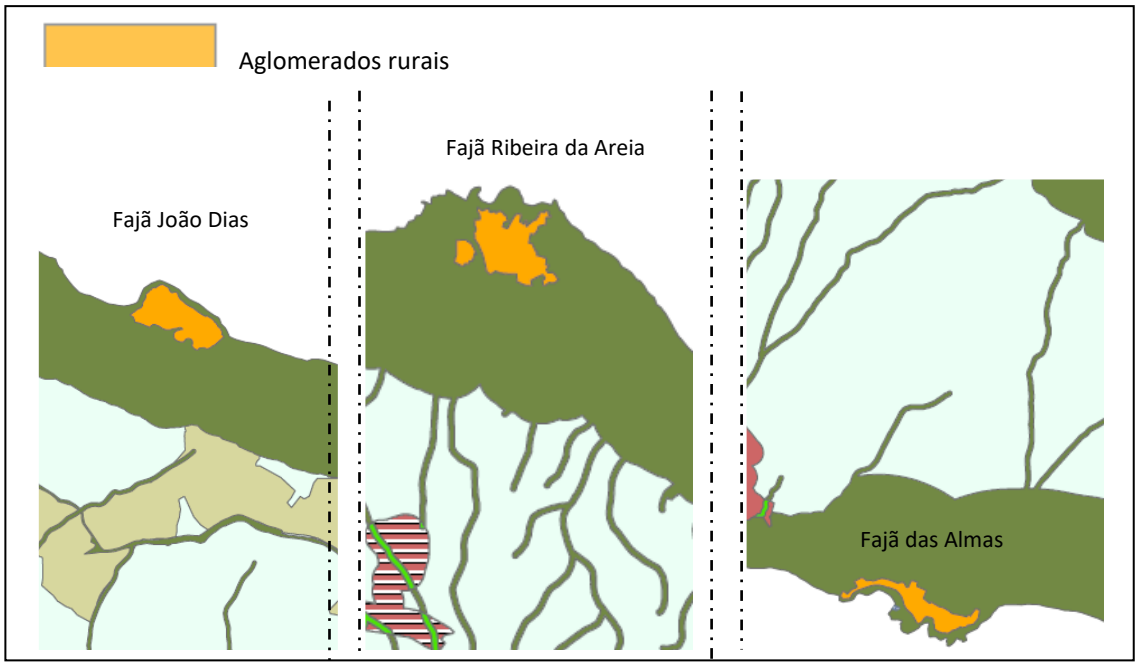
Fonte: *Anexo – POOC São Jorge (2022)*

Segundo o anexo, da portaria n.º 35/2023, de 27 de abril, estão identificadas de águas balneares costeiras e qualificação das praias de banhos marítimos, para o ano de 2023, no concelho de Velas as águas balneares da Poça dos Frades (PTAK3T) e da Preguiça -Velas (PTAH7J), durante a época balnear de 15 de junho a 15 de setembro.

5.1.6. Aglomerados rurais

Os aglomerados rurais são espaços edificados com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rústico. Correspondem a áreas relativamente planas, anichadas nas arribas costeiras, tradicionalmente ocupadas por construções e culturas (caraterizadas por uma elevada singularidade cultural e paisagística), pela instabilidade geotécnica natural indissociável à sua génese e por múltiplos perigos naturais. Estão identificadas 3 áreas, que corresponde a 16,60ha, 0,1% do solo do concelho.

Figura 37. Aglomerados Rurais na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDMV (2023)*

Estes englobam dois tipos de fajãs, cuja definição tem de referência a designação dos tipos de fajãs estabelecidas no POOC de São Jorge (n.º 3, do art.º 17.º DRR n.º 2/2022/A):

- Tipo 1, as áreas tradicionalmente habitadas, que apresentam uma ocupação edificada mais significativa, com acesso viário municipal ou regional e outras infraestruturas básicas, cujas condições biofísicas, edafoclimáticas, de exposição e vulnerabilidade admitem a manutenção do conjunto edificado, e eventual consolidação do espaço construído, que enquadra a Fajã da Ribeira da Areia (figura 38) e a Fajã das Almas (figura 39);
- Tipo 2, as áreas tradicionalmente habitadas, e que apresentam uma ocupação edificada mais pontual, cujas condições naturais e/ou de acesso limitam o uso automóvel, porque não possuem acessos da rede viária municipal ou regional, desempenhando as mesmas um papel importante ao nível da visitação, cujas condições biofísicas, de exposição e vulnerabilidade a

riscos e elementos climáticos e ao mar determinam uma utilização restrita destas áreas, não sendo admitidas nas mesmas, a sua densificação, que enquadra a Fajã João Dias (figura 40).

Figura 38. Fajã Tipo 1: Fajã Ribeira da Areia (freguesia Norte Grande)



Figura 39. Fajã Tipo 1: Fajã das Almas (freguesia Manadas)



Figura 40. Fajã Tipo 2: Fajã João Dias (freguesia Rosais)



Fonte: *Siaram.azores.gov.pt*

Estes aglomerados estão inseridos na Reserva da Biosfera das Fajãs de São Jorge, no Parque Natural de Ilha de São Jorge e no Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge (POOC). São

aglomerados que fazem parte de uma vivencia passada da ilha, que perdeu população, mas que na atualidade são locais de interesse turístico, cuja população adaptou a novas vivencias e mostra interesse em melhorar. Mantem as caraterísticas de aglomerado disperso e a legislação em vigor procura preservar o património existente e as caraterísticas locais. Neste sentido, os parâmetros e condicionantes estabelecidos para os aglomerados rurais foram estabelecidos e estão de acordo com o POOC em vigor, como é possível visualizar nos quadros seguintes.

Quadro 52. Usos e parâmetros nas Fajãs Tipo 1 rPDM e POOC (em vigor)

rPDM		**POOC (DRR n.º 2/2022)**
Usos		
Habitação		
Turismo no espaço rural (TER)		
Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais		
Comércio		
Parâmetros urbanísticos		
- Obras de conservação, alteração, ampliação e reconstrução nas construções existentes; - Novas obras de construção só são admitidas quando existir um plano municipal de ordenamento do território que tenha integrado, na respetiva elaboração, cartografia de pormenor de riscos naturais		
Geral	- Obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente, anteriores à entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação daquele instrumento de gestão territorial; - Obras de ampliação são permitidas: - Aumento max. 16m² e não pode ter um aumento da área total de construção (max. 105m²); - Exceção: edifícios com área inferior a 36m², com um aumento max. 52m², bem como as situações que resultem da aplicação da regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificadas, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;	n.º2, art.º. 18.º a) As obras de reconstrução só são admitidas em pré-existências, comprovadamente anteriores à entrada em vigor do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2005/A, de 26 de outubro, ou que tenham sido devidamente licenciadas em data posterior à publicação do referido Plano; b) As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos; c) Excetuam -se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos; e) Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas b), c) e d) do presente

	- Quando sujeito a obras de ampliação, segundo as regras estabelecidas, não pode ocorrer novas obras de ampliação.	número não poderão ocorrer novas obras de ampliação;
	Obras de reconstrução e de ampliação: - Área construção máx:105 m² - Número max. de pisos – 2	b), n.º 4, art.º 18.º b) Obras de reconstrução e ampliação: i) Área de construção máxima: até 105 m2; ii) Número máximo de pisos: dois.
	Novas obras de construção só são admitidas quando existir um plano municipal de ordenamento do território que tenha integrado, na respetiva elaboração, cartografia de pormenor de riscos naturais, designadamente galgamentos ou inundações costeiras e instabilidade de arribas e vertentes: - Área construção max.: 91 m² - Número max. de pisos – 2	Nas áreas edificadas em fajãs do tipo 1 e do tipo 2, são permitidas novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área de construção máxima de 30 m2 e um piso máximo, sendo esta possibilidade limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há pelo menos três anos, aplicando -se o disposto nas alíneas f) do n.º 2 e f) do número anterior (n.º7, art.º 18.º) Nas áreas edificadas em fajãs do tipo 1, as novas obras de construção só são admitidas quando existir um PMOT que tenha integrado na sua elaboração cartografia de pormenor de riscos naturais (n.º 3, art.º 18.º) a) n.º 4, art.º 18.º a) Novas construções: i) Área de construção máxima: 91 m2; ii) Número máximo de pisos: dois;
	Obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as caraterísticas das construções tradicionais (património arquitetónico, vernáculo e erudito)	As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as características das construções tradicionais, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito. (f), n.º 2, art.º 18.º)
TER	Obras de conservação, de reconstrução, de alteração e ampliação das edificações licenciadas. As edificações representativas das formas de ocupação tradicionais das fajãs: - Envolver várias edificações desde que possuam uma área de pelo menos 30 m^2 - Caso abranger uma única edificação é permitida a ampliação até uma área de construção max.: 105m^2	As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as características das construções tradicionais, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito. (f), n.º 2, art.º 18.º) b), n.º 4, art.º 18.º b) Obras de reconstrução e ampliação: i) Área de construção máxima: até 105 m2; ii) Número máximo de pisos: dois.

Fonte: *DRR n.º 2/2005, de 24 de janeiro*

Quadro 53. Usos e parâmetros nas Fajãs Tipo 2 rPDM e POOC (em vigor)

rPDM	POOC (DRR n.º 2/2022)
Usos	
Habitação	
Instalações de apoio às atividades agrícolas e florestais	
Turismo no espaço rural (TER)	
Parâmetros urbanísticos	
Obras conservação, alteração, reconstrução e ampliação das edificações existentes: - Edificações devidamente legalizadas. - Salvaguardar as caraterísticas das construções tradicionais (património arquitetónico, vernáculo e erudito)	São apenas permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado (n. 6, art.º 18.º) f) As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as características das construções tradicionais, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito. (n.º 6, art.º 18.º) Nas áreas edificadas em fajãs do tipo 1 e do tipo 2, são permitidas novas construções de suporte a atividades agrícolas com uma área de construção máxima de 30 m2 e um piso máximo, sendo esta possibilidade limitada a uma construção por prédio rústico, comprovadamente associado a atividade agrícola, e destinada a agricultores instalados há pelo menos três anos, aplicando -se o disposto nas alíneas f) do n.º 2 e f) do número anterior (n.º7, art.º 18.º)
Obras de ampliação são permitidas: - Quando se trate de obras conducentes a suprimir insuficiências e instalações sanitárias ou cozinhas; - Aumento max. 16m²; - Manter o número de pisos; - Exceção: edifícios com área inferior a 36m², nas quais se admite que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m², integrando as instalações sanitárias ou cozinhas, bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificas, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos;	b) As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos; c) Excetuam -se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m², as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m², bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos; e) Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas b), c) e d) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação;

- Quando sujeito a obras de ampliação, segundo as regras estabelecidas, não pode ocorrer novas obras de ampliação.	
Turismo no Espaço Rural (TER) são permitidas: - As edificações representativas das formas de ocupação tradicionais das fajãs, podendo os respetivos projetos envolver várias edificações desde que possuam uma área de pelo menos 20 m^2, sendo permitida a ampliação até uma área máxima de construção de 52 m^2.	n.º 6, art.º 18.º b) As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos; c) Excetuam -se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2 , as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2 , bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos; f) As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem salvaguardar as características das construções tradicionais, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

Fonte: *DRR n.º 2/2022, de 24 de janeiro*

Quadro 54. Interdições rPDM e do POOC nas Fajãs (tipo 1 e tipo 2)

rPDM	**POOC (DRR n.º 2/2022)**
A exploração de inertes e a realização de quaisquer ações que alterem a topografia das fajãs e suas zonas de proteção	
A realização de alterações por meio de aterros ou escavações à configuração geral do terreno	
A destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com exceção dos amanhos e granjeies tradicionais	A destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com exceção dos amanhos e granjeies tradicionais (a), n.º 1, art.º 18.º)
A abertura de novas vias de comunicação ou alteração das existentes, com exceção das obras necessárias à conservação e/ou melhoria das condições de segurança	A abertura de novas vias de comunicação ou alteração das existentes, com exceção das obras necessárias à conservação e/ou melhoria das condições de segurança (b), n.º 1, art.º 18.º)
Quaisquer outras atividades ou trabalhos que afetem a integridade e/ ou características da área delimitada	Quaisquer outras atividades ou trabalhos que afetem a integridade e /ou características da área delimitada (c), n.º 1, art.º 18.º)
O aumento da área impermeabilizada nos aglomerados rurais.	A manutenção de níveis de impermeabilidade baixos, restringindo -se ao mínimo indispensável de modo a permitir a infiltração máxima das águas pluviais (d), n.º 4, art.º 17.º)

Fonte: *DRR n.º 2/2022, de 24 de janeiro*

De modo a ser assegurada as caraterísticas do património arquitetónico, vernáculo e erudito existente nos aglomerados rurais (fajãs tipo 1 e tipo 2), a rPDM estabelece um conjunto de regras a respeitar relativo aos materiais, cores e elementos construtivos, enquanto não é aprovado o Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER), delimitado pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão das Fajãs (UOPG 02 – Fajãs), que se divide nas subunidades operativas de planeamento e gestão UOPG02- subunidade A – Fajã das Almas, UOPG02- subunidade B – Fajã da Ribeira da Areia e UOPG02- subunidade C- Fajã João Dias. O PIER, corresponde a uma das modalidades especificas de um plano de pormenor, que incide numa área especifica do território municipal, classificado como solo rústico, com a definição de objetivos a nível de ordenamento do território e de desenvolvimento sustentável e a indicação das regras de uso, ocupação e de proteção, valorização e requalificação da paisagem, tendo em conta as diretrizes dos planos de nível superior (art.ºs 119 e 120 do RJIGT-A).

As regras estabelecidas a nível construtivo nos aglomerados rurais tem semelhanças com o Regulamento das Medidas Cautelares para a Prevenção das Fajãs do Concelho da Calheta – Ilha de São Jorge (Aviso n.º 6416/2000 (2.º série), 18 de agosto), onde na nota introdutora salienta que as fajãs da ilhas de São Jorge "(…) constituem zonas absolutamente singulares em termos do seu ambiente natural e construído" e "as medidas cautelares propostas pretendem constituir as bases para a formalização de um desígnio comum a todos os Jorgenses – a preservação das caraterísticas únicas destas Fajãs". Situação que se estende para o concelho de Velas (quadro 55).

Quadro 55. Regras construtivas nos aglomerados rurais rPDM e as Medidas Cautelares para a Preservação das Fajãs do Concelho da Calheta

rPDM	Medidas Cautelares para a preservação das fajãs do concelho da Calheta (aviso n.º 6416/2000)
Os edifícios cujas fachadas não sejam em alvenaria de pedra solta devem ser sempre rebocados e pintados de cor branca, não sendo admitida outra cor, podendo, contudo, os emolduramentos de vãos, as pilastras, as cornijas, os socos, bem como os outros elementos ornamentais, ser pintados com tintas de cores idênticas às tradicionalmente utilizadas	Os edifícios cujas fachadas não sejam em alvenaria de pedra solta deverão ser sempre pintados de cor branca, podendo os emolduramentos de vãos, as pilastras, as cornijas, os socos, bem como os outros elementos ornamentais, ser pintados com tintas de cores idênticas às tradicionalmente utilizadas (b), n.º 12, IV).
As caixilharias das portas e janelas devem ser em madeira, pintadas pelo exterior com esmaltes, nas cores tradicionais, podendo ser autorizada a utilização de caixilharia em alumínio ou PVC lacado na cor cinza RAL7011 mate ou branco	As caixilharias das portas e janelas deverão ser em madeira, pintadas pelo exterior com esmaltes, nas cores tradicionais. É proibida a utilização de madeiras envernizadas no exterior dos edifícios (a), n.º 13, IV).
Os telhados devem ser revestidos com telha canudo, vulgarmente designada «telha regional», ou com telha de aba e canudo, em formato e cor idênticos àquela, sendo interdito qualquer outro tipo de revestimento	Os telhados serão revestidos com telha de argila com formato e cor idênticos aos da vulgarmente designada telha regional (a), n.º 14, IV).
Fica proibida a construção de coberturas em laje de nível - coberturas planas, em betão armado ou qualquer outro material, mesmo em pequenos	É proibida a construção de coberturas em laje de nível, em betão armado ou qualquer outro material (a), n.º 15, IV).

volumes, nomeadamente instalações sanitárias ou pequenos acrescentos	
Todos os muros e ou guardas que delimitam o terreno e os balcões devem ser construídos em alvenaria de pedra solta, exclusivamente para guarda-corpos ou balcões, devendo os projetos incluir desenhos que mostrem claramente a sua localização e a forma como estes se integram na envolvente	Todos os muros e ou guardas que delimitam o terreno e os balcões deverão ser construídos em alvenaria de pedra solta, alvenaria de blocos, ou madeira (a), n.º 16, IV).
Os muros pré-existentes, quando construídos em alvenaria de blocos de cimento, devem ser contínuos, sem quaisquer frestas ou vazios decorativos, e devem ser rebocados e pintados respeitando a regra prevista na alínea a);	Quando construídos em alvenaria de blocos de cimento, estes muros deverão ser contínuos, sem quaisquer frestas ou vazios decorativos, e deverão ser rebocados e pintados respeitando a previsto no n.º 12 (c), n.º 16, IV).
Fica proibida a construção de casas em madeira, sejam elas prefabricadas ou executadas de raiz	

Fonte: *Aviso n.º 6416/2000 (2.º série), 18 de agosto*

As disposições construtivas enumeradas na rPDM para os aglomerados rurais podem não ser aplicadas, quando devidamente fundamentadas em função de critérios de distinção e diferenciação, como conjugando opções edificatórias existentes com novas com uma linguagem contemporânea, desde que seja garantindo o equilíbrio e a harmonia com a envolvente. Esta opção tem de ser avaliada e dispor de parecer positivo por parte do município, para que seja garantida a intenção deste plano, de valorização e salvaguardada do património arquitetónico, vernáculo e erudito da arquitetura popular da ilha de São Jorge, neste caso nas fajãs, desígnio comum a muitos jorgenses e defendido pelo POOC.

As normas de edificabilidade proposta são estabelecidas para que não haja dúvidas sobre a pretensão do município para estes aglomerados, enquanto não existe o PIER. Na atualidade, não existe um conceito claro e inequívoco de "casa de Fajã", ao qual este plano possa adotar. As intenções do município, no âmbito da análise dos processos de edificabilidade nesta porção de território, têm como princípio subjacente: o dever de integra-se nos locais onde se situam, de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico das respetivas regiões. Através da recuperação de construções tradicionais existentes, da sua reconstrução, reabilitação ou da sua ampliação, deve ser assegurada a sua integração na envolvente, dai que as obras de edificação não deverão descaraterizar a especificidade das fajãs, tradicionalmente ocupadas por culturas e ou construções, caracterizadas por uma elevada singularidade, por um elevado valor cultural e paisagístico, onde são interditas quaisquer atividades ou trabalhos que afetem a sua integridade. A existência de normas claras evita extravasamento de conceitos generalistas, pois as atuais normas do PDM em vigor, segundo a experiência do município na análise de processos de edificação neste território, têm conduzido em algumas situações a interpretações cujo resultado final, não respeite os propósitos do município, de valorização e preservação do património vernáculo das fajãs. Os atuais instrumentos normativos de edificação, de âmbito geral, como o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, não são suficientes.

Quadro 56. Normas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas

Artigo	Descrição	observação
121.º	As construções em zonas urbanas ou rurais, seja qual for a sua natureza e o fim a que se destinem, deverão ser delineadas, executadas e mantidas de forma que contribuam para dignificação e valorização estética do conjunto em que venham a integrar-se. Não poderão erigir-se quaisquer construções suscetíveis de comprometerem, pela localização, aparência ou proporções, o aspeto das povoações ou dos conjuntos arquitetónicos, edifícios e locais de reconhecido interesse histórico ou artístico ou de prejudicar a beleza das paisagens.	obras de conservação, reconstrução ou transformação de construções existentes.
15.º	Todas as edificações, seja qual for a sua natureza, deverão ser construídas com perfeita observância das melhores normas da arte de construir e com todos os requisitos necessários para que lhes fiquem asseguradas, de modo duradouro, as condições de segurança, salubridade e estética mais adequadas à sua utilização e as funções educativas que devem exercer.	

Fonte: *Decreto-lei n.º 38382, de 7 de agosto de 1951 e respetivas alterações*

De salientar que as normas propostas, não são medidas impeditivas, mas que uniformizam o conjunto, não esgotando a capacidade criativa de quem produz arquitetura. Permite a quem avalia e a quem produz uma sintonia nos procedimentos, evitando interpretações das referidas normas que desvirtuem o património construído.

Nestes aglomerados rurais é possível encontrar edifícios que sofreram poucas ou nenhuma alteração, preservando a traça arquitetónica tradicional local, enquanto outros foram intervencionados com alterações e ainda outros, geralmente novos, cuja linguagem foi interpretada e adaptou outros elementos da arquitetura rural, como os alpendres e vãos de maior dimensão (figuras 41 a 43). Deste modo, torna-se pertinente estabelecer estas regras construtivas, enquanto não entra em vigor o PIER, e a obrigação de parecer favorável por parte do município nas operações urbanísticas a realizar no edificado com caraterísticas arquitectónicas de exceção, para que as interpretações no novo, nas reconstruções, ampliações e alterações a realizar no edificado existente mantenha a coerência e harmonia do tecido existente, a preservar.

Figura 41. Exemplo de edifícios na Fajã Ribeira da Areia (freguesia Norte Grande)



Figura 42. Exemplo de edifícios na Fajã das Almas (freguesia Manadas)



Figura 43. Exemplo de edifícios na Fajã João Dias (freguesia Norte Grande)



Fonte: *Siaram.azores.gov.pt*

5.2. Sistema de Proteção e Valorização Ambiental e Cultural

O modelo de ordenamento do município referente ao sistema de proteção e valorização ambiental e cultural encontra-se estruturado no seguinte objetivo geral:

- Valorizar os recursos biofísicos do território, pela definição de condicionantes à ocupação espacial face à probabilidade de ocorrência de fenómenos naturais extremos e à prevenção e gestão de riscos, bem como a definição de idênticas condicionantes para aquelas zonas que assegurem o uso sustentável dos recursos hídricos, como a adoção de um conjunto de medidas e ações capazes de assegurar a fruição sustentável do património natural único do Concelho.

E cumulativamente do seguinte objetivo estratégico:

- Melhoria do ambiente natural e do ambiente construído, como a valorização, identificação e promoção dos recursos naturais e paisagísticos do Concelho.

A partir destes objetivos foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos para o sistema de proteção e valorização ambiental e cultural, os seguintes:

- Valorização do património paisagístico e dos recursos naturais;
- Minimizar as áreas de risco (áreas ameaçadas por inundações, cheias, erosão do solo e movimentos de massa de vertente)

- Apostar na monitorização dos recursos hídricos.

O PROTA estabelece um conjunto de objetivos estratégicos estruturantes relacionados com o sistema de proteção e valorização ambiental, os domínios da conservação da natureza, gestão de recursos naturais e compatibilização de usos e funções das estruturas ecologias. Estes objetivos são:

- A identificação da rede fundamental de conservação da natureza por ilha, enquanto unidade base de gestão integrando os territórios fundamentais para a conservação, as componentes mais representativas do património natural e da biodiversidade sujeitos por lei ou por compromisso internacional a um estatuto jurídico de proteção e gestão;
- A assunção de um modelo territorial que permita a gestão integrada pautada por critérios de conservação e compatibilização de usos e funções diversificadas e que viabilize as estratégias ambientais sectoriais, designadamente das intervenções prioritárias de valorização de habitats previstas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da RAA;
- A definição, promoção, conservação e valorização das áreas ecológicas complementares e de qualidade estética da paisagem de valor excecional ou único, como traços identitários dos Açores, capazes de ancorar diversificados segmentos turísticos, assentes na usufruição lúdica da natureza, na promoção desportiva ou na exploração científica ou pedagógica, através da elaboração de PEOT ou PMOT específicos para as paisagens culturais identificadas;
- A adoção dos princípios internacionalmente consagrados do ordenamento do litoral, consignados no anexo do DL n.º 302/90, de 26 de setembro, e do reconhecimento estratégico da necessidade de promover a gestão integrada e o desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas;
- A promoção do reordenamento do território rural das bacias hidrográficas dos ecossistemas lagunares insulares;
- A minimização dos riscos de pessoas e bens como premissa indissociável de uma política de ordenamento e de gestão dos recursos existentes e de racionalização da forma de ocupação e humanização dos territórios como princípio a integrar em todos os instrumentos de gestão territorial a elaborar ou rever na Região Autónoma dos Açores, tendo em especial atenção as áreas especialmente vulneráveis identificadas no sistema estruturante.

Também evidencia a importância da constituição de uma estrutura ecológica, a base do modelo territorial do PROTA, que seja coerente, que garanta a continuidade espacial e funcional das áreas naturais. A importância do respeito pelas áreas da RAR, de medidas que visam a proteção e valorização dos sistemas ambientais, das caraterísticas e condições naturais e ambientais das áreas classificadas, do ordenamento do litoral e dos ecossistemas lacustres e a minimização das situações de risco.

Os espaços afetos ao sistema de proteção e valorização ambiental e cultural tem por base os espaços naturais, mas também engloba outros espaços em solo rústico e solo urbano.

5.2.1. Reserva Ecológica

A Reserva Ecológica (RE) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pela sensibilidade, função e valor ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. É uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Integra áreas de proteção do litoral, áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e de áreas de prevenção de riscos naturais (art.ºs 2 e 4 do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), DL n.º 166/2008, de 22 de agosto alterado pelos DL n.º 239/2012, de 2 de novembro, DL n.º 96/2013, de 19 de julho, de 19 de julho, DL n.º 80/2015, de 14 de maio e DL n.º 124/2019, de 28 de agosto).

A delimitação da RE a nível municipal é da competência da Câmara Municipal e pode ser alterada, por exemplo, em período de revisão do plano diretor municipal (art.º s 10 e 16.º RJREN).

A elaboração da carta temática das áreas integradas na RE municipal do concelho de Velas seguiu as indicações do manual de "Orientações Metodológicas para a Delimitação da RE - PDM na Região Autónoma dos Açores" (OMDRE-RAA), com as devidas adaptações, uma vez que define os critérios específicos a aplicar à RAA. A aplicação dos critérios de delimitação foi materializada recorrendo à informação disponibilizada pelas respetivas entidades oficiais e, sempre que disponível, na documentação referida nas respetivas fichas como "fontes de informação". A operacionalização dos trabalhos foi suportada pelas potencialidades de gestão e manipulação de informação geográfica conferida pelos sistemas de informação geográfica (SIG).

As tipologias da RE adotadas a integrar na RE do município de Velas estão de acordo com o atual regime jurídico da RE, com as devidas adaptações definidas nas OMDRE-RAA, enumeradas no quadro seguinte.

Quadro 57. Áreas a Integrar a RE - Município de Velas

Áreas	Tipologia
Áreas de Proteção do Litoral	Faixa marítima de proteção costeira
	Ilhéus e rochedos emersos do mar
	Arribas e respetivas faixas de proteção
	Faixa terrestre de proteção costeira
Áreas Relevantes para a Sustentabilidade do Ciclo Hidrológico Terrestre	Cursos de água e respetivos leitos e margens
	Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção
	Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos
Áreas de Prevenção de Riscos Naturais	Zonas ameaçadas pelo mar
	Zonas ameaçadas pelas cheias
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo
	Áreas de instabilidade de vertentes

Fonte: *ANEXO IV do DL n.º 124/2019, de 28 de agosto. OMDRE-RAA.*

Para cada uma destas áreas identificadas, expõe-se os seguintes aspetos:

- definição;
- critérios e metodologias para a delimitação

De igual modo, para as tipologias previstas nas OMDRE-RAA não identificadas na área de intervenção, são apresentadas as devidas justificações.

Para efeitos de delimitação da RE, foram ainda utilizadas as seguintes fontes de informação cartográfica:

- CAOP 2022– Carta Administrativa Oficial de Portugal, em vigor, DGT;
- Cartografia em formato vetorial da Carta Militar de Portugal (Serie M889, IGeoE), à escala 1:25000, edição 2001;
- Ortofotomapas (DRA, DSCIG), à escala 1:5000, 2009;
- Imagem de satélite ortorretificada (DRA, DSCIG) à escala 1:5000, 2016;
- Cartografia em formato vetorial produzida no âmbito do processo de alteração do POOC da ilha de São Jorge
- Cartografia em formato vetorial produzida no âmbito do PGRHA, 2016-2021, alvo de trabalhos de normalização efetuados pela SRAAC/DROTRH;
- Cartografia de pormenor de risco de galgamentos e inundações costeiras, elaborada no âmbito da Ação SJO/04 do POOC;
- Cartografia de pormenor das arribas costeiras e respetivas faixas de proteção no troço entre o porto da Urzelina e o porto das Manadas, elaborada no âmbito da Ação SJO/13 do POOC;
- Cartografia de pormenor de risco de galgamentos e/ou inundações costeiras nas áreas edificadas das sedes de Concelho, elaborada no âmbito do contrato de prestação de serviços n.º 30/DRA/2019.

Alguns dos critérios de delimitação destas estruturas têm como limites a linha de máxima preia-mar de águas-vivas equinociais (LMPAVE) e a linha de máxima baixa-mar de águas vivas equinociais (LMBAVE). Face à ausência de informação referente à LMBAVE, e de acordo com o acertado com a DROTRH na reunião preparatória à 4.ª Reunião da CA do plano, sobre a não integração da LMPAVE fase ao adiantado processo de rPDM Velas, estes limites serão definidos em substituição pelo 0 (zero) metros de altitude (ZT – zero topográfico).

ÁREAS DE PROTEÇÃO DO LITORAL

FAIXA MARÍTIMA DE PROTEÇÃO COSTEIRA: *A faixa marítima de proteção costeira é uma faixa ao longo de toda a costa marítima no sentido do oceano, correspondente à parte da zona nerítica com maior riqueza biológica, delimitada superiormente pela linha que limita o leito das águas do mar, ou pelo limite de jusante das águas de transição e inferiormente pela batimétrica dos 30 m (alínea a), Secção I, Anexo I, do DL n.º 166/2008, republicado pelo DL nº 124/2019).*

Critérios e metodologias para a delimitação: São elementos fundamentais à delimitação a linha batimétrica dos 30 metros, referida ao Zero Hidrográfico e a linha limite de máxima preia-mar de águas

vivas equinociais (LMPAVE). Ambas as delimitações não se encontram demarcadas pelas entidades competentes. Em substituição à LMPAVE, o limite superior da faixa marítima de proteção costeira fez-se coincidir com a cota zero da altimetria conforme consta da Carta Militar de Portugal, série M889, à escala 1:25000. Quanto ao limite inferior corresponde à batimétrica de 30m foi obtida pela interpolação, com recurso à ferramenta de SIG, entre a linha de cota zero da altimetria e a linha batimétrica de 50m do Instituto Hidrográfico existente na base de dados do POOC de São Jorge, disponibilizada pela DRA.

ILHÉUS E ROCHEDOS EMERSOS NO MAR: *Os ilhéus e os rochedos emersos no mar são formações rochosas destacadas da costa (…) correspondem às áreas emersas limitadas pela linha máxima de baixa-mar de águas vivas equinociais (alínea f), Secção I, Anexo I, do DL n.º 166/2008, republicado pelo DL nº 124/2019).*

Critérios e metodologias para a delimitação: Face à inexistência da demarcação da LMBAVE e de batimetria adequada, para a sua delimitação utilizou-se os dados referentes aos "Ilhéus", disponibilizada pela DRA, em formato shapefile, que resultam da adoção da representação existente nas Cartas Militares de Portugal, série M889. Esta representação tem sido prática corrente utilizada nos demais IGT da RAA.

ARRIBAS E RESPETIVAS FAIXAS DE PROTEÇÃO: *As arribas são uma forma particular de vertente costeira abrupta ou com declive elevado, em regra talhada em materiais coerentes pela ação conjunta dos agentes morfogenéticos marinhos, continentais e biológicos. As faixas de proteção de arribas devem ser delimitadas a partir do rebordo superior, para o lado de terra, e da base da arriba, para o lado do mar, tendo em consideração as suas características geológicas, a salvaguarda da estabilidade da arriba, as áreas mais suscetíveis a movimentos de massa de vertentes, incluindo desabamentos ou queda de blocos, a prevenção de riscos e a segurança de pessoas e bens e, ainda, o seu interesse cénico (alínea h), Secção I, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: Para a demarcação das arribas recorreu-se à análise morfológica da Carta Militar de Portugal, série M889. A partir da altimetria foi elaborado um mapa de declives, para identificação da crista e da base da arriba. A constituição deste polígono prefigurou a delimitação das arribas, no geral. Nos troços de costa baixa baseou-se na interpretação da cartografia de imagem disponível. Relativamente às faixas de proteção das arribas, à semelhança do que tem sido norma na RAA, a delimitação ter como princípio base uma largura nunca inferior a 50m, contados a partir da crista da arriba, nas situações em que a arriba não excede os 50m de altura, e uma largura da faixa de proteção igual à altura da arriba quando esta apresenta uma altura superior a 50m. Quanto à faixa de proteção inferior das arribas, considerando a altura das arribas e admitindo a situação de risco mais adversa (tombamentos ou escorregamentos), foi definida como todo o espaço compreendido entre a base da arriba e a cota zero. Tendo sido disponibilizada pela DROTRH a cartografia de pormenor das arribas costeiras e respetivas faixas de proteção no troço entre o porto da Urzelina e o porto das Manadas, elaborada no âmbito da Ação SJO\13 da alteração do POOC, para o referido troço foi

adotado as áreas que se encontrarem abrangidas pela classe de vulnerabilidade elevada cartografia de pormenor das arribas costeiras e respetivas faixas de proteção.

FAIXA TERRESTRE DE PROTEÇÃO COSTEIRA: *A faixa terrestre de proteção costeira deve ser definida em situações de ausência de dunas costeiras ou de arribas. Na delimitação da faixa terrestre de proteção costeira deve considerar-se a faixa onde se inclui a margem do mar, medida a partir da linha que limita o leito das águas do mar para o interior, com a largura adequada à proteção eficaz da zona costeira e à prevenção de inundações e galgamentos costeiros, a definir com base em informação topográfica, meteorológica e oceanográfica (alínea i), Secção I, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: De acordo como o PMPC Velas, os galgamentos costeiros são fenómenos que tem uma probabilidade de ocorrência elevada, sobretudo perante más condições climatéricas, afetando as áreas portuárias e de baixa altitude, nomeadamente, as áreas com cota inferior a 10 metros como a zona mais vulnerável a estes eventos. Pontualmente, no litoral do concelho verificam-se zonas onde se regista esta situação, correspondendo a troços de costa baixa, nomeadamente espaços artificializados por obras marítimo-portuárias ou de proteção costeira e fajãs. Assim, na impossibilidade de aplicação de critérios objetivos ou tecnicamente justificáveis, e até que surgem estudos meteorológicos e oceanográficos que permitam a suas delimitações pormenorizadas, considerou-se, provisoriamente e em substituição, o risco idêntico a áreas com cotas inferiores a 10 metros.

PRAIAS: *As praias são formas de acumulação de sedimentos não consolidados, geralmente de areia ou cascalho, compreendendo um domínio emerso que corresponde à área sujeita à influência das marés e ainda à porção geralmente emersa com indícios do mais extenso sintoma de atividade do espraio das ondas ou de galgamento durante episódios de temporal, bem como um domínio submerso, que se estende até à profundidade de fecho e que corresponde à área onde, devido à influência das ondas e das marés, se processa a deriva litoral e o transporte de sedimentos e onde ocorrem alterações morfológicas significativas nos fundos proximais. Na delimitação das praias deve considerar -se a área compreendida entre a linha representativa da profundidade de fecho para o regime da ondulação no respetivo setor de costa e a linha que delimita a atividade do espraio das ondas ou de galgamento durante episódio de temporal, a qual, consoante o contexto morfológico presente, poderá ser substituída pela base da duna embrionária/frontal ou pela base da escarpa de erosão entalhada no cordão dunar ou pela base da arriba (alínea b), Secção I, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Motivo de exclusão: Exceto pequenas acumulações de sedimentos de características granulométricas reduzidas (cascalhos), de carater pontual, de regime sazonal e muito pouco extensas, ao longo da faixa costeira da ilha de Jorge não existem troços com características de natureza de praias.

ÁGUAS DE TRANSIÇÃO E RESPETIVOS LEITOS, MARGENS E FAIXAS DE PROTEÇÃO: *As águas de transição são as águas superficiais na proximidade das fozes de rios, parcialmente salgadas em resultado da proximidade de águas costeiras mas que são também significativamente influenciadas por cursos de*

água doce, correspondendo as respetivas margens e faixas de proteção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados a estes interfaces flúvio—marinhos (alínea j), Secção I, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).

Motivo de exclusão: A interface marítima-terrestre do litoral das ilhas dos Açores carateriza-se essencialmente por arribas. Contudo, segundo o PGRHA, apesar de identificadas zonas com as caraterísticas semelhantes à descrição desta tipologia, estão confinadas a dois sistemas lagunares existentes na ilha de São Jorge (Fajã dos Cubres e Fajã da Caldeira de Santo Cristo) (INAG/DROTH, 2006), porém estas encontram-se fora da área de intervenção do município.

ÁREAS RELEVANTES PARA A SUSTENTABILIDADE DO CICLO HIDROLÓGICO TERRESTRE

CURSOS DE ÁGUAS E RESPETIVOS LEITOS E MARGENS: *Os leitos dos cursos de água correspondem ao terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades, neles se incluindo os mouchões, os lodeiros e os areais nele formados por deposição aluvial. As margens correspondem a uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas, com largura legalmente estabelecida, nelas se incluindo as praias fluviais (alínea a), Secção II, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: Como tem sido prática corrente na representação desta tipologia em outros IGTs e na ausência de cartografia de maior escala que permita definir os limites dos leitos dos cursos de água, a sua demarcação corresponde à rede hidrográfica cartografada Carta Militar de Portugal, série M889. As margens, cuja demarcação prática só se observa após a delimitação dos limites do leito, correspondem a uma faixa de 10 metros de largura em ambos os lados das linhas de água (leito), correspondentes à faixa abrangida pela servidão do domínio hídrico (águas não navegáveis nem flutuáveis). Tratando-se de uma delimitação indicativa, pois omite a largura do leito e seus limites a partir dos quais se projetam as respetivas margens, está sujeita à legislação em vigor e a verificação no local pela entidade competente sempre que tal se justifique.

LAGOAS E RESPETIVOS LEITOS, MARGENS E FAIXAS DE PROTEÇÃO: *Os lagos e as lagoas são meios hídricos lênticos superficiais interiores, correspondendo as respetivas margens e faixas de proteção às áreas envolventes ao plano de água que asseguram a dinâmica dos processos físicos e biológicos associados à interface terra -água, nelas se incluindo as praias fluviais. A delimitação dos lagos e lagoas deve corresponder ao plano de água que se forma em situação de cheia máxima e a largura da margem deve observar o disposto no artigo 11.º da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, aprovada pela Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro e na alínea gg) do artigo 4.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro e nos diplomas complementares. A delimitação das faixas de proteção deve considerar a dimensão dos lagos e lagoas e a sua situação na bacia hidrográfica (alínea b), Secção II, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: Por indicação da entidade regional com competências em matéria dos recursos hídricos, foram consideradas dois planos de água conhecidos por Lagoa do Pico Pinheiro. Não existindo informação do limite de inundação (níveis de cheia máxima), para a delimitação das lagoas e respetivos leitos foi adotada a representação dos planos de água conforme existente nas Cartas Militares de Portugal, série M889, à semelhança do procedimento efetuado nos Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas (POBHL). Por indicação da entidade regional com competências em matéria dos recursos hídricos, as margens foram delimitadas por uma faixa de 30 metros de largura medidos na horizontal a partir do leito das lagoas, correspondente à faixa abrangida pela servidão do domínio hídrico (restantes águas navegáveis ou flutuáveis). De acordo com os critérios de delimitação a aplicar na RAA propostos nas orientações metodológicas para a delimitação da RE - PDM na RAA, as faixas de proteção incluem apenas a margem.

ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INFILTRAÇÃO E DE PROTEÇÃO E RECARGA DE AQUÍFEROS: *As áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos são as áreas geográficas que, devido à natureza do solo, às formações geológicas aflorantes e subjacentes e à morfologia do terreno, apresentam condições favoráveis à ocorrência de infiltração e à recarga natural dos aquíferos, bem como as áreas localizadas na zona montante das bacias hidrográficas que asseguram a receção das águas da precipitação e potenciam a sua infiltração e encaminhamento na rede hidrográfica e que no seu conjunto se revestem de particular interesse na salvaguarda da quantidade e qualidade da água a fim de prevenir ou evitar a sua escassez ou deterioração. A delimitação das áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos deve considerar a regulação do sistema hídrico e o funcionamento hidráulico do aquífero, nomeadamente no que se refere à redução do escoamento superficial das águas pluviais nas cabeceiras, aos mecanismos de recarga e descarga e ao sentido do fluxo subterrâneo e eventuais conexões hidráulicas, a vulnerabilidade à poluição e as pressões existentes resultantes de atividades e ou instalações, e os seus principais usos, em especial a produção de água para consumo humano (alínea d), Secção II, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto*).

Critérios e metodologias para a delimitação: De acordo com os critérios de delimitação a aplicar na RAA propostos nas orientações metodológicas para a delimitação da RE - PDM na RAA, a representação desta tipologia segue a metodologia adotada para a identificação das zonas potenciais de recarga de aquíferos no Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores (PGRHA), que consiste no cruzamento de cinco mapas temáticos, os quais constituem os fatores determinantes para a delimitação de áreas preferenciais de recarga: precipitação útil (precipitação média anual – evapotranspiração real média anual), ocupação do solo (DROTRH, 2007), geologia (Forjaz & Fernandes, 1976), densidade de drenagem e declives.
Para cada mapa foram definidas classes e respetivos índices de potencial de recarga (Ipr) conforme contam no quadro seguinte.

Quadro 58. Classes e índices de recarga

Fatores	Classes	Índice de potencial de recarga (Ipr)	Potencial recarga
Precipitação útil (mm)	<1050	1	Reduzida
	1050 – 1800	2	Baixa
	1800 – 2500	3	Moderada
	2500 – 3300	4	Alta
	> 3300	5	Muito alta
Ocupação do solo	Industrial Urbano Áreas descobertas	1	Reduzida
	Agrícola	3	Moderada
	Pastagem	4	Alta
	Lagoas Floresta Vegetação Natural	5	Muito alta
Geologia	Litologias de permeabilidade reduzida	1	Reduzida
	Litologias de permeabilidade baixa	2	Baixa
	Litologias de permeabilidade mediana	3	Moderada
	Litologias de permeabilidade alta	4	Alta
	Litologias de permeabilidade muito alta	5	Muito alta
Densidade de drenagem (km^{-1})	>18	1	Reduzida
	12 - 18	2	Baixa
	8 - 12	3	Moderada
	2.5 - 8	4	Alta
	<2.5	5	Muito alta
Declives (%)	<2	5	Muito alta
	2 – 10	4	Alta
	10 – 20	3	Moderada
	20 - 45	2	Baixa
	>45	1	Reduzida

A determinação do mapa de potencial de infiltração resulta do cruzamento dos cinco mapas temáticos e do somatório dos valores dos índices de potencial de infiltração, podendo obter-se no máximo 21 classes, as quais serão novamente reduzidas a cinco, com base na correspondência seguinte:

- Recarga muito reduzida – Ipr ≤8;
- Recarga reduzida – 8 <Ipr≤12;
- Recarga moderada – 12 <Ipr≤16;
- Recarga elevada – 16 <Ipr≤20;
- Recarga muito elevada – Ipr>20.

A delimitação desta tipologia à escala municipal resultou da agregação das classes “Elevada” e “Muito elevada” (índices de potencial de recarga (Ipr) > 16) da cartografia produzida no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores (PGRHA), disponibilizada pela DROTRH.

Esta cartografia foi alvo de trabalhos de suavização realizados pela SRAAC/DROTRH, metodologia apresentada no Anexo II.

ÁREAS DE PREVENÇÃO DE RISCOS NATURAIS

ZONAS AMEAÇADAS PELO MAR: *As zonas ameaçadas pelo mar são áreas contíguas à margem das águas do mar que, em função das suas características fisiográficas e morfológicas, evidenciam elevada suscetibilidade à ocorrência de inundações por galgamento oceânico. A delimitação das zonas ameaçadas pelo mar deve incluir as áreas suscetíveis de serem inundadas por galgamento oceânico e contemplar todos os locais com indícios e ou registos de galgamentos durante episódios de temporal (alínea b), Secção III, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: A delimitação desta tipologia tem por base as cartografias das zonas abrangidas por vulnerabilidade elevada da cartografia de pormenor de risco de galgamentos e inundações costeiras, elaborada no âmbito da Ação SJO\04 do POOC. Sobre esta cartografia, procedeu-se ao preenchimento de pequenos gaps existente e ao reajuste do seu limite inferior ao limite de intervenção do plano adotado.
Na frente costeira da sede de concelho de Velas, atendendo a existência de Cartografia de pormenor de risco de galgamentos e/ou inundações costeiras nas áreas edificadas das sedes de concelho das ilhas de São Jorge e Terceira, disponibilizada pela DRA (SAI-DRA/2020/1277, 13/03), foi considerada as áreas de classe de risco elevado.

ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS: *Consideram -se «zonas ameaçadas pelas cheias» ou «zonas inundáveis» as áreas suscetíveis de inundação por transbordo de água do leito dos cursos de água e leito dos estuários devido à ocorrência de caudais elevados e à ação combinada de vários fenómenos hidrodinâmicos característicos destes sistemas. A delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias é efetuada através de modelação hidrológica e hidráulica que permita o cálculo das áreas inundáveis com período de retorno de 100 anos da observação de marcas ou registos de eventos históricos e de dados cartográficos, de critérios geomorfológicos, pedológicos e topográficos e tendo em conta fatores como o nível de maré máximo, a subida do Nível Médio do Mar (NMM), a sobrelevação meteorológica e as ondas de geração local (alínea c), Secção III, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: Subjacente à delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias, deve haver estudos hidráulicos para os troços dos cursos de água associados a esses impactos. Bem como, deverão ser conhecidas as caraterísticas dos seus leitos e margens, uma vez que sua largura e profundidade são variáveis, só possíveis de obter com recurso a cartografia de maior escala e de pormenor. Importa referir que alguns troços foram alvo de intervenções de reperfilamento e a redimensionamento de três passagens hidráulicas, que terão permitido mitigar o risco de cheia. Face à ausência de informação necessária à modelação hidráulica, e à inexistência de registos de ocorrências de cheias recentes tendo em conta as obras efetuadas, partindo do pressuposto que "a

prevenção será sempre a melhor estratégia para redução do risco", até que informação mais atualizada esteja disponível, a demarcação destas zonas abrangem as áreas identificados pelos serviços camarários como áreas onde já houve registo de eventos de inundações de transbordo de água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados. Tando no PGRIA como no PGRH não são identificadas Zonas ameaçadas pelas cheias, no concelho de Velas. A falta de informação hidrológica e hidráulica, por um lado, e a inexistência de informação topográfica de pormenor, por outro, são fatores determinantes que condicionam a execução de modelos hidráulicos e análises à escala municipal. No próprio PGRIA, subentende-se que a pouca abrangência territorial do plano (aplicação restrita a 5 bacias, em 3 ilhas), teve por base os condicionalismos existentes ao nível dos dados hidrométricos e cartográficos existentes na Região Autónoma dos Açores. Por outro lado, Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil do Município de Velas (PMEPC) aponta que o problema associado a estas zonas "é a falta de limpeza das ribeiras, em que a obstrução dos leitos proporciona um anormal fluxo de água (devido a acumulação de bagacinas e vegetação)". O mesmo pode ser comprovado pelo Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores (RERA), que nos últimos anos reporta para os mesmos problemas.

ÁREAS DE ELEVADO RISCO DE EROSÃO HÍDRICA DO SOLO: *As áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo são as áreas que, devido às suas características de solo e de declive, estão sujeitas à erosão excessiva de solo por ação do escoamento superficial. A delimitação das áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo deve considerar, de forma ponderada para a bacia hidrográfica, a erosividade da precipitação, a erodibilidade média dos solos, a topografia, e quando aplicável as práticas de conservação do solo em situações de manifesta durabilidade das mesmas (alínea d), Secção III, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: A representação desta tipologia segue a metodologia adotada para a elaboração do mapa de vulnerabilidade à erosão hídrica no Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores (PGRHA), que consiste no cruzamento de cinco mapas temáticos, os quais determinam as áreas de suscetibilidade à erosão hídrica e transporte de material sólido: densidade de drenagem, declive, precipitação média anual, litologia (carta geológica Forjaz *et al.* 1970) e ocupação do solo. Esta metodologia baseia-se na mesma dos estudos de base que suportaram a realização do PGRHA, nomeadamente o Plano de Gestão de Recursos Hídricos da ilha de Santa Maria (PGRHI-SMA, 2008).
Para cada mapa foram definidas classes e respetivos índices de erosão (I.E.) conforme constam no quadro seguinte.

Quadro 59. Suscetibilidade à Erosão, segundo as classes e índices de erosão

Suscetibilidade à Erosão		1	2	3	4	5
		Baixa	Moderada	Média	Alta	Muito alta
Densidade de Drenagem (km/km²)	Classes	0 - 2,2	2,2– 4,4	4,4 – 6,6	6,6 – 8,8	> 8,8
	I.E.	1	2	3	4	5
Declive (graus)	Classes	0 - 1,7	1,7 – 6,6	6,6 – 15,2	15,2 – 26,2	≥ 26,2
	I.E.	1	2	3	4	5
Litologia	Classes	1	2	3		

	I.E.	1	3	5		
Ocupação do Solo	Classes	Espaços urbanos	Mato	Floresta	Solos Agrícolas	Pastagem
	I.E.	1	2	3	4	5
Precipitação Média Anual (mm)	Classes	<1018	1018 - 1268	1268 - 1519	1519 - 1769	> 1769
	I.E.	1	2	3	4	5

A determinação do mapa de vulnerabilidade à erosão hídrica que resulta do cruzamento dos cinco mapas temáticos e baseou-se na multiplicação dos valores do I.E. encontrados para cada duas variáveis. Em cada multiplicação obtêm-se um máximo 25 classes, as quais são novamente reduzidas a 5, antes de se multiplicar com os valores do I.E. da variável seguinte, com base na correspondência:

- Suscetibilidade à Erosão Baixa - <3;
- Suscetibilidade à Erosão Moderada - ≥3- <6;
- Suscetibilidade à Erosão Média - ≥6- <10;
- Suscetibilidade à Erosão Alta - ≥10- <16;
- Suscetibilidade à Erosão Muito Alta - ≥16

No esquema seguinte exemplificam-se as operações efetuadas, onde os valores A, B, AB, C, AC, D, ABCD e E corresponderam a:

- A – Densidade de drenagem;
- B – Declive;
- AB – Densidade de drenagem e declive;
- C – Precipitação;
- ABC – Densidade de drenagem, declive e precipitação;
- D – Litologia;
- ABCD – Densidade de drenagem, declive, precipitação e litologia;
- E – Ocupação do solo.

Através do cruzamento da densidade de drenagem e declive, precipitação e litologia com a ocupação do solo produziu-se o mapa de vulnerabilidade à erosão hídrica. A delimitação desta tipologia à escala municipal resultou da seleção da classe "Muito Alta" das áreas com suscetibilidade à erosão da cartografia produzida no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica Açores (PGRHA), disponibilizada pela DROTRH. Esta cartografia foi alvo de trabalhos de suavização realizados pela SRAAC/DROTRH, cuja metodologia está exemplificada no Anexo II.

ÁREAS DE INSTABILIDADE DE VERTENTES: *As áreas de instabilidade de vertentes são as áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos. Na delimitação de áreas de instabilidade de vertentes devem considerar-se as suas características geológicas, morfológicas e climáticas (alínea e), Secção III, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Critérios e metodologias para a delimitação: A delimitação desta tipologia tem por base o estudo "Avaliação de perigos geológicos e delimitação de áreas vulneráveis a considerar em termos de riscos no ordenamento do território da RAA", 2011. A delimitação desta tipologia à escala municipal resultou da seleção da classe com suscetibilidade elevada da cartografia de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertente, disponibilizada pela DRA, resultante da seguinte. A cartografia assentou na seguinte metodologia:

Inventariação dos movimentos de vertente, considerados globalmente como deslizamentos
Identificação e cartografia dos fatores de pré-disposição [sob forma matricial 10x10m] responsáveis pelo desencadeamento dos movimentos de vertente, cujas classes são consideradas como variáveis independentes no método estatístico utilizado para o cálculo da suscetibilidade [valor informativo - VI]
Elementos considerados na análise:
• área de contribuição; • altitude; • distância aos cursos de água; • densidade de drenagem; • declive; • exposição ou orientação do talude; • perfil longitudinal do terreno; • perfil transversal do terreno; • uso dos solos; • índice de humidificação ou wetness index.
Elaboração da carta de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertente [áreas fonte], com base nas taxas de predição do modelo estatístico
Elaboração da carta das áreas de propagação dos movimentos de vertente para as diferentes classes de suscetibilidade, considerando um ângulo de propagação de 32°: • Suscetibilidade elevada - para as áreas abrangidas pela propagação a partir das áreas fonte de suscetibilidade elevada • Suscetibilidade moderada - para as áreas abrangidas pela propagação a partir das áreas fonte de suscetibilidade moderada • Suscetibilidade reduzida – restantes áreas.
Elaboração da carta de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertente integrando as diferentes classes do mapa de suscetibilidade à ocorrência de movimentos de vertente [áreas fonte] e respetivas áreas de propagação

Esta cartografia foi alvo de trabalhos de suavização realizados pela SRAAC/DROTRH, cuja metodologia está exemplificada no Anexo II.

ZONAS ADJACENTES: *As zonas adjacentes são as áreas contíguas à margem que como tal estejam classificadas por um ato regulamentar (alínea a), Secção III, Anexo I, do DL n.º 166/2008, de 22 de agosto, republicado pelo DL nº 124/2019, de 28 de agosto).*

Motivo de exclusão: Face à sua definição, no município de Velas, não existem áreas contíguas à margem que como tal estejam classificadas por um ato regulamentar.

Proposta de Reserva Ecológica Bruta

A partir da metodologia adotada, obteve-se a Proposta da Reserva Ecológica Bruta para o concelho de Velas, possível visualizar na figura 44.

A Proposta de Reserva Ecológica Bruta municipal corresponde a 15424,7ha, desagregada por diversos sistemas biofísicos com características ecológicas específicas, nomeadamente: Áreas de proteção do litoral (47,1%); Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre (39,7%); e, Áreas de prevenção de riscos naturais (50,7%).

As tipologias mais expressivas são as áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (34,0%), as áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (32,2%), as Arribas e respetivas faixas de proteção (23,9%) e a faixa marítima de proteção costeira (22,9%).

Sem o efeito de sobreposição, a proposta de RE corresponde a 11210,8ha, os quais circunscrevem o perímetro global da RE (área terrestre e área marítima), sendo que a componente terrestre (8635,3ha) ocupa 73,6% da área total do concelho.

Os leitos dos cursos de água que referidos no quadro, com representação linear na cartografia de base e que integram a RE totalizam uma extensão de 319574,2 m. As Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção correspondem a dois planos de água conhecidos como Lagoas do Pico Pinheiro, ocupam 0,96ha e as suas margens a 2,11ha.

Quadro 60. Quantificação da área Proposta de Reserva Ecológica Bruta

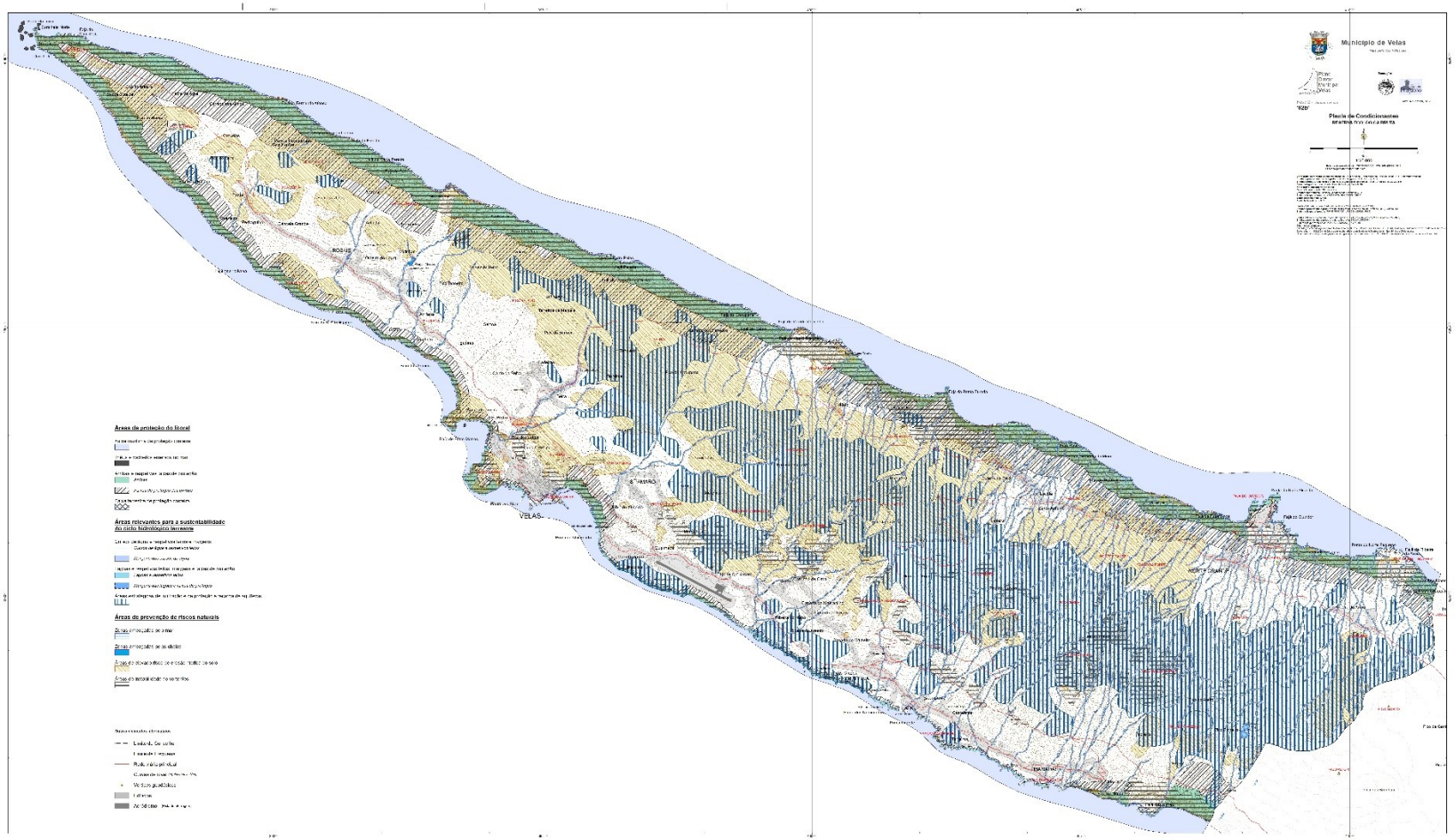
Áreas integradas	Tipologias	(ha)	(%)*	(%)**
Áreas de proteção do litoral	Faixa marítima de proteção costeira	2571,0	22,9	_
	Ilhéus e rochedos emersos no mar	4,5	0,04	0,04
	Arribas e respetivas faixas de proteção	2687,4	24,0	22,9
	Arribas	*1078,5*	*9,6*	*9,2*
	Faixas de proteção na base	*108,5*	*1,0*	*0,9*
	Faixas de proteção na crista	*1500,4*	*13,4*	*12,8*
	Faixa terrestre de proteção costeira	22,9	0,2	0,2
Total		**5285,7**	**47,1**	_
Total (componente terrestre)		**2714,8**	**24,2**	**23,1**
Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre	Cursos de água e respetivos leitos e margens	637,3	5,7	5,4
	Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção	3,1	0,03	0,03
	Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos	3812,3	34,0	32,5
Total		**4452,5**	**39,7**	**37,9**
Áreas de prevenção de riscos naturais	Zonas ameaçadas pelo mar	200,1	1,8	1,7
	Zonas ameaçadas pelas cheias	2,5	0,02	0,02
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	3626,4	32,3	30,9
	Áreas de instabilidade de vertentes	1857,5	16,6	15,8
Total		**5686,5**	**50,7**	**48,4**
Área total de RE (com sobreposições)		**15424,7**		
Área total de RE (sem sobreposições)		**11210,8**	**100**	
Área total de RE terrestre (sem sobreposições)		**8635,3**	**77,0**	**73,6**

* % relativa à área do total da RE (sem sobreposições)

** % relativa à área do município

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Figura 44. Proposta de Reserva Ecológica Bruta



Fonte: Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)

Proposta de exclusão de áreas da Reserva Ecológica

A partir da REB foi proposto a exclusão das áreas de sobreposição da restrição de utilidade pública com o perímetro urbano, salvo em situações onde a classificação do solo urbano se verifique compatível com o RJREN. O procedimento consistiu no cruzamento dos limites do solo urbano com a carta de REB. Os Espaços de equipamentos urbanos constituídos por espaços verdes urbanos (equivalentes aos Cursos de água e respetivos leitos e margens) não foram considerados nas exclusões, uma vez que os mesmos são compatíveis com o RJREN. Por não estarem compreendidos nos perímetros urbanos, também não são considerados as tipologias de Ilhéus e rochedos emersos no mar e Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção.

Deste modo, as exclusões se cingem às seguintes tipologias: Arribas e respetivas faixas de proteção (Arriba; FxPC-Arriba; FxPB-Arriba); Faixa terrestre de proteção costeira (FxTPC); Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos (AEIPRA); Zonas ameaçadas pelo mar (ZAM); Zonas ameaçadas pelas cheias (ZACh); Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo (AEREHS); Áreas de instabilidade de vertentes (AIV).

Do procedimento de sobreposição do solo urbano com a REB resultaram 180 polígonos. Embora considerados na desafetação, não foram identificados nas fichas 29 polígonos devido à sua reduzida dimensão (polígonos *sliver*), resultantes de acertos de cartografia determinados pela transposição de escalas, da transformação entre sistemas de coordenadas, bem como por discrepâncias de cartografia das diversas temáticas. Os cálculos apresentados são sem sobreposição no quadro seguinte.

Quadro 61. Áreas a excluir por categorias dos espaços em solo urbano

Classe de espaços	Parcelas Consideradas		Parcelas não consideradas		Parcelas Total				
	N.º	(Área m²)	N.º	(Área m²)	N.º	(Área m²)	Área (ha)	(%)*	(%)**
Espaços urbanos consolidados	70	212965,9	20	248,2	90	213214,1	21,3	24,6	0,18
Espaços urbanos a consolidar	67	517086,8	8	124,1	75	517210,9	51,7	59,8	0,44
Espaços de equipamentos urbanos	2	7838,4			2	7838,4	0,8	0,9	0,01
Espaços de uso especial	6	30214,5	1	25,0	7	30239,5	3,0	3,5	0,03
Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística	6	96731,0			6	96731,0	9,7	11,2	0,08
Total	**151**	**864836,6**	**29**	**397,2**	**180**	**869211,8**	**86,5**	**100**	**0,74**

* % relativa à área do total desafetada

** % relativa à área do município

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Na delimitação da RE municipal do concelho de Velas propõe-se então 180 exclusões no total, correspondendo a cerca de 86,5ha de superfície municipal a excluir da RE, cerca de 0,74% da área do Concelho, que na sua maioria correspondem Espaços urbanos a consolidar (59,8%).

As exclusões incidem sobre os espaços de solo urbano da Planta de Ordenamento do PDM, em revisão, exceto os espaços verdes urbanos, por compatibilidade com os objetivos da RE.

Cerca de 85% da área total de exclusão proposta correspondem a espaços habitacionais (Espaços urbanos consolidados e a consolidar). Na generalidade, as motivações das exclusões estão relacionadas com a consolidação e coerência dos aglomerados urbanos.

No quadro seguinte apresenta-se os valores da proposta de desafetação por tipologias em função do Solo urbano. A área total a desafetar da RE totaliza, com sobreposição de tipologias, 991550,3m².

Quadro 62. Áreas a excluir por tipologia da RE e categorias do uso do solo

Áreas integradas na RE	Tipologias da RE	Solo Urbano					Área Total (m²)
		Espaços urbanos consolidados	Espaços urbanos a consolidar	Espaços de equipamentos urbanos	Espaços de uso especial	Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística	
Áreas de proteção do litoral	Faixa marítima de proteção costeira						
	Ilhéus e rochedos emersos no mar						
	Arribas e respetivas faixas de proteção	89817,0	150240,3	7838,4	1604,4		249500,1
	Arribas	*1176,4*					*1176,4*
	Faixas de proteção na base				*948,9*		*948,9*
	Faixas de proteção na crista	*88640,7*	*150240,3*	*7838,4*	*655,5*		*247374,8*
	Faixa terrestre de proteção costeira	40087,9	2858,8		29584,0		72530,7
Total		**129905,0**	**153099,0**	**7838,4**	**31188,4**		**322030,8**
Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre	Cursos de água e respetivos leitos e margens						
	Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção						
	Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos	11098,9	212832,4			276,9	224208,1
Total		**11098,9**	**212832,4**			**276,9**	**224208,1**
Áreas de prevenção de riscos naturais	Zonas ameaçadas pelo mar	41208,0	4638,9		29559,0		75406,0
	Zonas ameaçadas pelas cheias	2498,6					2498,6
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	26380,3	197609,9			96731,0	320721,1
	Áreas de instabilidade de vertentes	41776,5	2031,8		1842,4	435,1	46085,9
Total		**112463,2**	**204280,7**		**31401,4**	**97166,1**	**444711,5**
Área total de RE a desafetar		**253467,1**	**570212,1**	**7838,4**	**62589,8**	**97443,0**	**991550,3**

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Para mais informação sobre as desafetações consultar o Anexo II, onde inclui-se as fichas das parcelas.

Proposta de Reserva Ecológica (final)

A proposta final de delimitação da RE totaliza uma superfície de 11124,3 ha, sem sobreposições de tipologias, com uma superfície terrestre de 8548,8 ha do território do município de Velas, que corresponde a uma cobertura 72,8% do seu território.

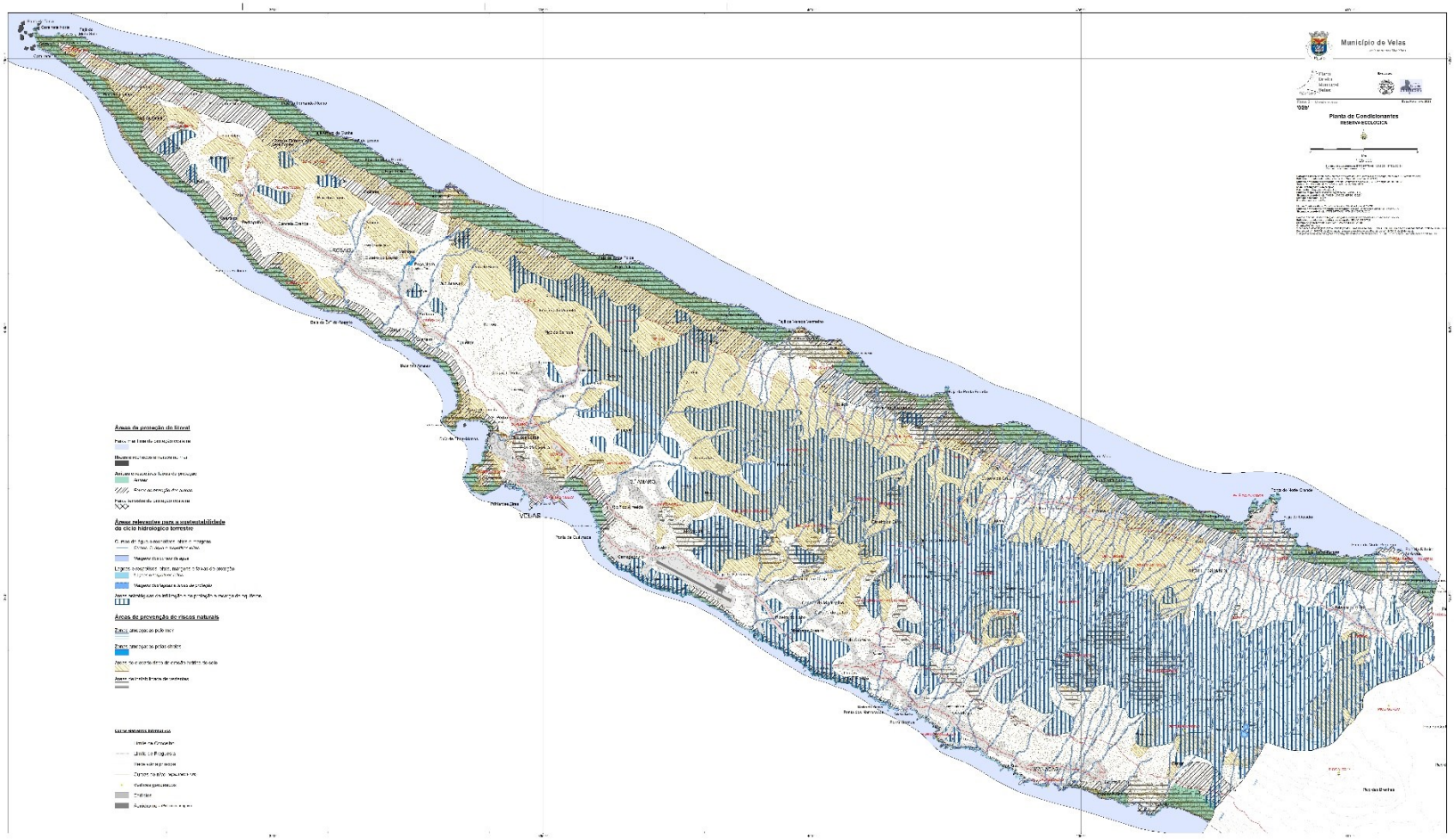
Quadro 63. Resumo da proposta final de RE

Áreas integradas	Tipologias	(ha)	(%)*	(%)**
Áreas de proteção do litoral	Faixa marítima de proteção costeira	2571,0	22,9	_
	Ilhéus e rochedos emersos no mar	4,5	0,04	0,04
	Arribas e respetivas faixas de proteção	2662,4	23,7	22,7
	Arribas	*1078,4*	*9,6*	*9,2*
	Faixas de proteção na base	*108,4*	*1,0*	*0,9*
	Faixas de proteção na crista	*1475,7*	*13,2*	*12,6*
	Faixa terrestre de proteção costeira	15,6	0,1	0,1
Total		**5253,5**	**46,9**	_
Total (componente terrestre)		**2682,6**	**23,9**	**22,9**
Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre	Cursos de água e respetivos leitos e margens	637,1	5,7	5,4
	Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção	3,1	0,03	0,03
	Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos	3789,9	33,8	32,3
Total		**4430,1**	**39,5**	**37,7**
Áreas de prevenção de riscos naturais	Zonas ameaçadas pelo mar	192,5	1,7	1,6
	Zonas ameaçadas pelas cheias	2,2	0,02	0,02
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	3594,3	32,1	30,6
	Áreas de instabilidade de vertentes	1852,9	16,5	15,8
Total		**5642,0**	**50,3**	**48,1**
Área total de RE (com sobreposições)		**15325,7**		
Área total de RE (sem sobreposições)		**11124,3**	**100**	
Área total de RE terrestre (sem sobreposições)		**8548,8**	**76,8**	**72,8**

* % relativa à área do total da RE (sem sobreposições)
** % relativa à área do município

Fonte: *Elaborado pela Equipa do Plano (2023)*

Figura 45. Proposta de Reserva Ecológica do município de Velas



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

5.2.2. Estrutura Ecológica Municipal

Decorrente da legislação em vigor em matéria de ordenamento de território, o RJIGT-A define a estrutura ecológica municipal (EEM) como o conjunto das áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rústicos e urbanos (n.º1, B.2, Anexo III).

EEM visa garantir o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade e o ordenamento do território do município, designadamente no que se refere à proteção dos ecossistemas naturais, à minimização dos efeitos de estufa e das alterações climáticas, à fruição de bens naturais, culturais e patrimoniais e paisagísticos e a novas perspetivas de recreio, de lazer e de turismo.

A EEM é apresentada na Planta da Estrutura Ecológica Municipal, e encontra-se refletida nas opções de uso, ocupação e transformação do solo patentes na planta de proposta de ordenamento.

A sua identificação e delimitação é feita nos planos diretores municipais, em coerência com a estrutura regional de proteção e valorização ambiental definida no Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) e com as orientações contidas nos planos sectoriais (n. º2, B.2, Anexo III).

No solo rústico, a EEM compreende as áreas de solo afetas à Rede Fundamental de Conservação da Natureza no território do município, as áreas naturais sujeitas a riscos e vulnerabilidades e ainda outras áreas de solo que sejam selecionadas e delimitadas em função do interesse municipal, nomeadamente por razões de enquadramento, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural (ficha n.º 29, Anexo I, RJIGT-A).

No solo urbano, a EEM compreende os espaços verdes de utilização coletiva e outros espaços, de natureza pública ou privada, que sejam necessários ao equilíbrio, proteção e valorização ambiental, paisagística e do património natural do espaço urbano (ficha n.º 29, Anexo I, RJIGT-A).

A proposta de estrutura ecológica municipal encontra-se diferenciada, estando hierarquizada em dois níveis: estrutura ecológica fundamental (EEF) e estrutura ecológica complementar (EEC).

No seu conjunto, a constituição da EEM, de modo geral, corresponde às áreas nucleares de conservação da natureza e às principais áreas ecológicas complementares a que se refere o PROTA, e integra as seguintes áreas:

- Espaços naturais e culturais, que compreendem os Ilhéus, o perímetro florestal, incluindo as reservas florestais de recreio, a área terrestre do PNI de São Jorge, as áreas terrestres Rede Natura 2000, o leito e margens dos cursos de água, os leitos e margens de lagoas e respetivas

faixas de proteção, as áreas naturais e culturais previstas na alteração do POOC, não incluídas nas precedentes;
- Áreas que integram a Reserva Ecológica;
- Áreas que integram a Reserva Agrícola Regional;
- Áreas de Equipamentos Urbanos

A EEF representa o conjunto de solos cuja conservação é essencial para a preservação das condições ambientais consideradas fundamentais para a conservação da natureza e proteção da biodiversidade e é composta pelas áreas afetas aos espaços naturais e culturais identificados na planta de ordenamento e áreas incluídas na RE, designadamente nas seguintes tipologias:

1) Áreas de proteção do litoral
   a) Ilhéus e rochedos emersos do mar;
2) Áreas relevantes para a sustentabilidade de ciclo hidrológico terrestre
   a) Cursos de água e respetivos leitos e margens;
   b) Lagoas e respetivos leitos, margens e faixas de proteção
3) Áreas de prevenção de riscos naturais
   a) Áreas de instabilidade de vertentes.

Estas áreas localizam-se maioritariamente junto à orla costeira, abrangendo os principais ecossistemas costeiros e estendem-se para o interior através dos leitos e margens dos cursos de água, culminando na zona dos picos acima da cota dos setecentos metros, integrando as áreas de interesse para a conservação. A representação na planta das margens dos cursos de água é indicativa, pois é feita pela aplicação de um *buffer* de 10 metros para cada lado de uma linha que representa o curso de água. A aplicação prática da identificação dos leitos e margens dos cursos de água deve seguir o estipulado na lei da titularidade dos recursos hídricos.

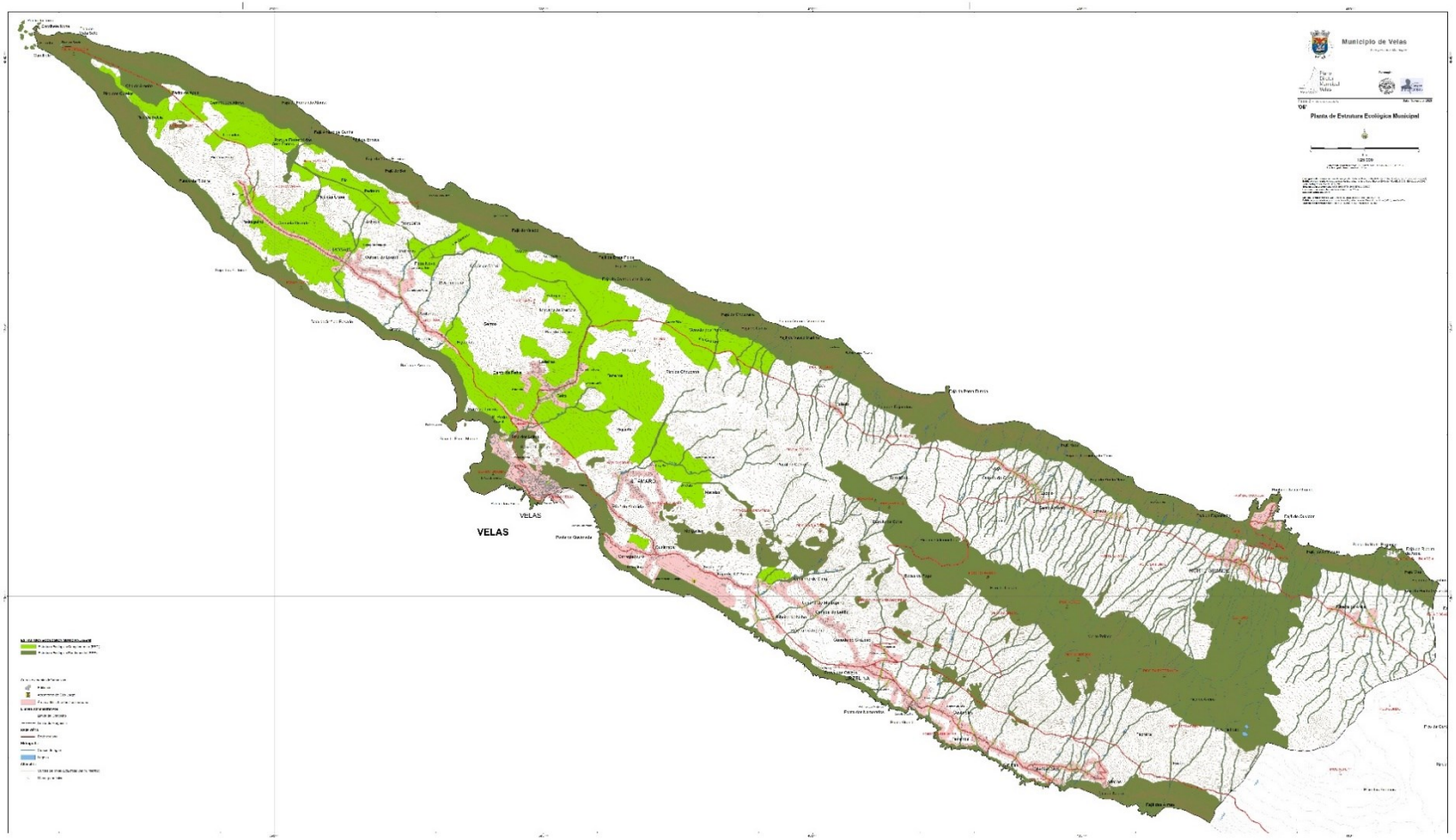
Por sua vez, a EEC representa o conjunto de solos que estabelecem a ligação com a estrutura fundamental, que funcionam como corredores ecológicos, e integra áreas de relevante valor ecológico para o território. Estas áreas são representadas fundamentalmente pelos solos agrícolas integrados na RAR e áreas afetas a parques e jardins públicos e os espaços verdes de enquadramento (localizados nos perímetros urbanos, importantes na regulação do sistema biofísico do sistema urbano). Importa referir que alguns dos espaços de recreio não têm expressão à escala do Plano. As áreas da RAR são constituídas pelos solos de maior aptidão para a produção agrícola do município, tornando-se assim um importante património a proteger.

Do cruzamento com a proposta de classificação do solo, verifica-se que a EEM se sobrepõe maioritariamente com categorias do solo rústico, propondo-se ao nível do regulamento a compatibilização do regime de uso do solo com às suas características e utilizações especificas de cada área que integra a EMM, não constituindo esta uma categoria de uso do solo autónoma.

A figura 46 representa a proposta de EEM, onde as manchas a verde escuro e verde mais claro correspondem, respetivamente, à Estrutura Ecológica Fundamental (3967,33ha) e Estrutura Ecológica

Complementar (1375,94ha). A totalidade das áreas do município integradas na Rede Natura 2000 e no Parque Natural da Ilha de São Jorge situam-se na estrutura ecológica fundamental.

Figura 46. Proposta da Estrutura Ecológica Municipal da rPDM



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023*

5.2.3. Reserva Agrícola Regional

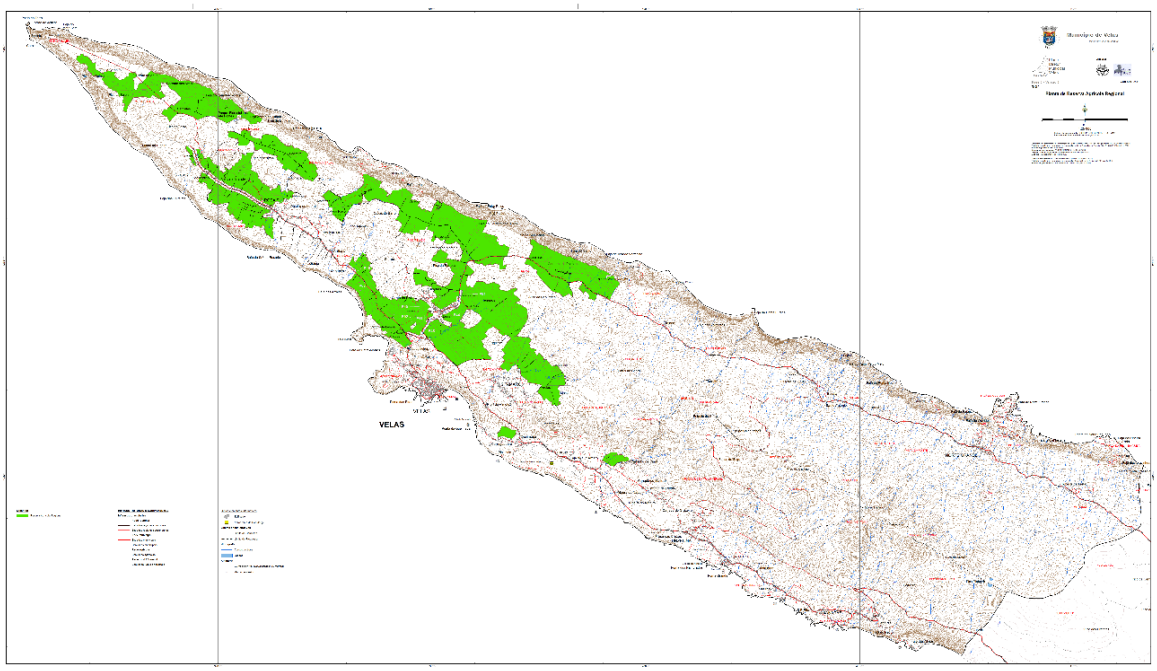
A Reserva Agrícola Regional foi instituída através do DLR n.º 7/86/A, de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo DLR n.º 28/86/A, de 25 de novembro, e pelo DLR n.º 11/89/A, de 27 de julho, sendo todos, posteriormente, revogados pelo DLR nº 31/2008/A, de 25 de julho e recentemente alterado e republicado pelo DLR n.º 20/2019/ A, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico em que deve assentar o desenvolvimento sustentável do meio rural na RAA.

Por conseguinte, nos termos dos diplomas supracitados a RAR é constituída por solos de elevada aptidão agrícola, que foram ou possam vir a ser objeto de estudo para a realização de importantes investimentos, tendo em vista a preservação e ou aumento da sua produtividade e o melhor aproveitamento do seu potencial, na perspetiva de uma agricultura moderna, racional e sustentável.

O artigo 19.º do DLR n.º 20/2019/ A, de 7 de agosto, refere que a Carta da Reserva Agrícola Regional será constituída por nove mapas parcelares, correspondendo um a cada uma das ilhas do arquipélago dos Açores, à escala de 1/25 000, revogando a Portaria n.º 1/92, de 2 de janeiro. Neste contexto, a Portaria n. º25/2013 de 24 de abril de 2013 aprova a Carta da Reserva Agrícola Regional em vigor.

A figura 47 demonstra a distribuição da RAR no Concelho de Velas, fornecida pelo IROA, S.A., sendo que a mesma ocupa cerca de 20 km² da área do território da ilha de São Jorge.

Figura 47. Reserva Agrícola Regional (RAR) no município de Velas em vigor.

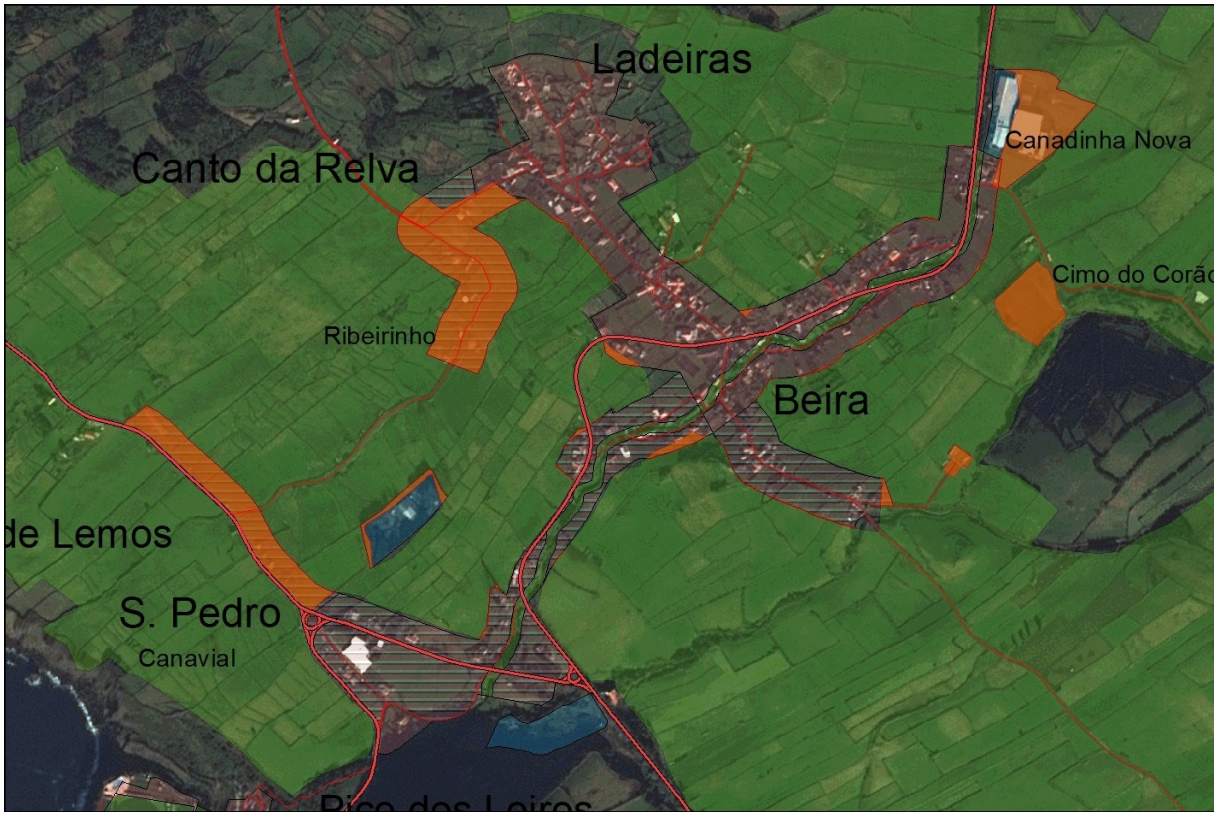


Fonte: *IROA, SA. Elaborado pela Equipa do Plano*

Os PMOT e os planos especiais de ordenamento do território podem proceder à desafetação de áreas da RAR e à reafectação de áreas desafetadas sempre que as mesmas sejam alvo de reclassificação, no quadro da legislação em vigor e mediante a emissão de parecer vinculativo da entidade gestora da RAR (IROA, S.A) no âmbito do acompanhamento daqueles planos.

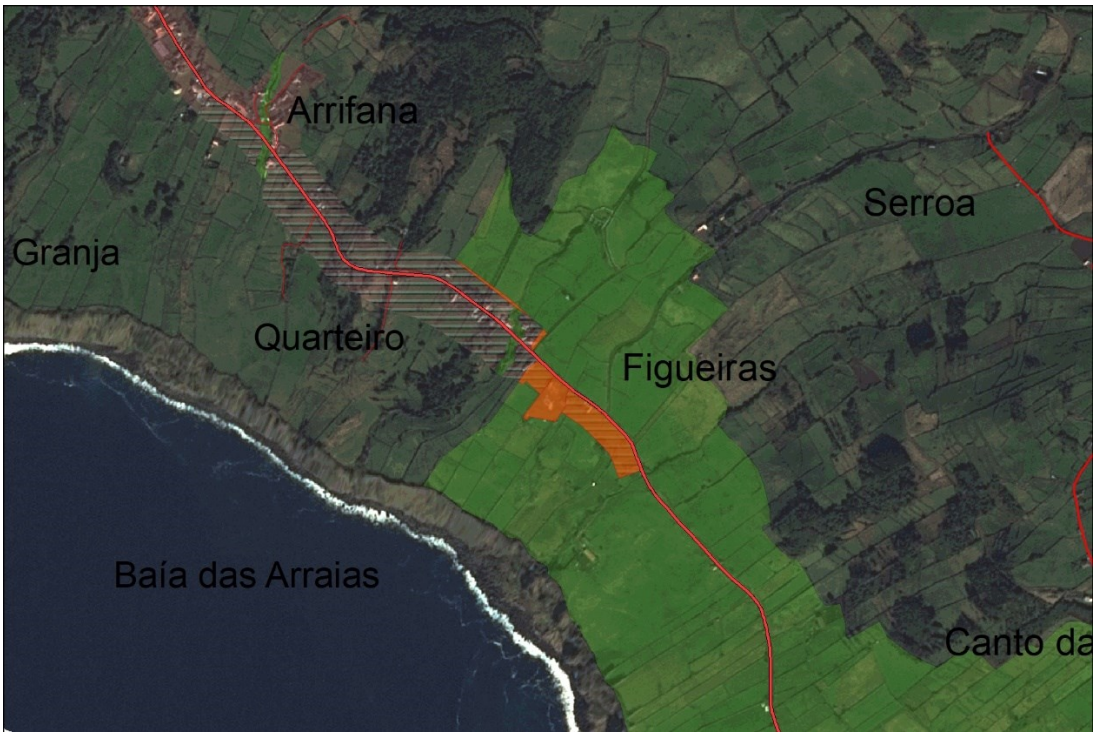
Ao enquadrar a RAR em vigor e a proposta de ordenamento do território para o município de Velas verifica-se a existência de um conjunto de áreas alvo de um processo de desafetação e áreas propostas para reafectação. As desafetações efetuadas tiveram em consideração a existência de edificações, instalações industriais, que integram o solo urbano e outros equipamentos em solo rústico, nomeadamente, cemitério e campo de jogos. As áreas propostas as desafetações ocorrem nas freguesias de Velas (na Beira e São Pedro), Rosais (Figueiras) e Santo Amaro (Carregadouro), enumeradas nas figuras seguintes. Também se verifica a necessidade de reintegração de áreas no perímetro da RAR na freguesia de Velas (Beira), devido aos reajustes dos limites dos perímetros urbanos.

Figura 48. A laranja, área proposta para desafetação Velas, Beira



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Figura 49. A laranja, área proposta para desafetação Rosais, Figueiras



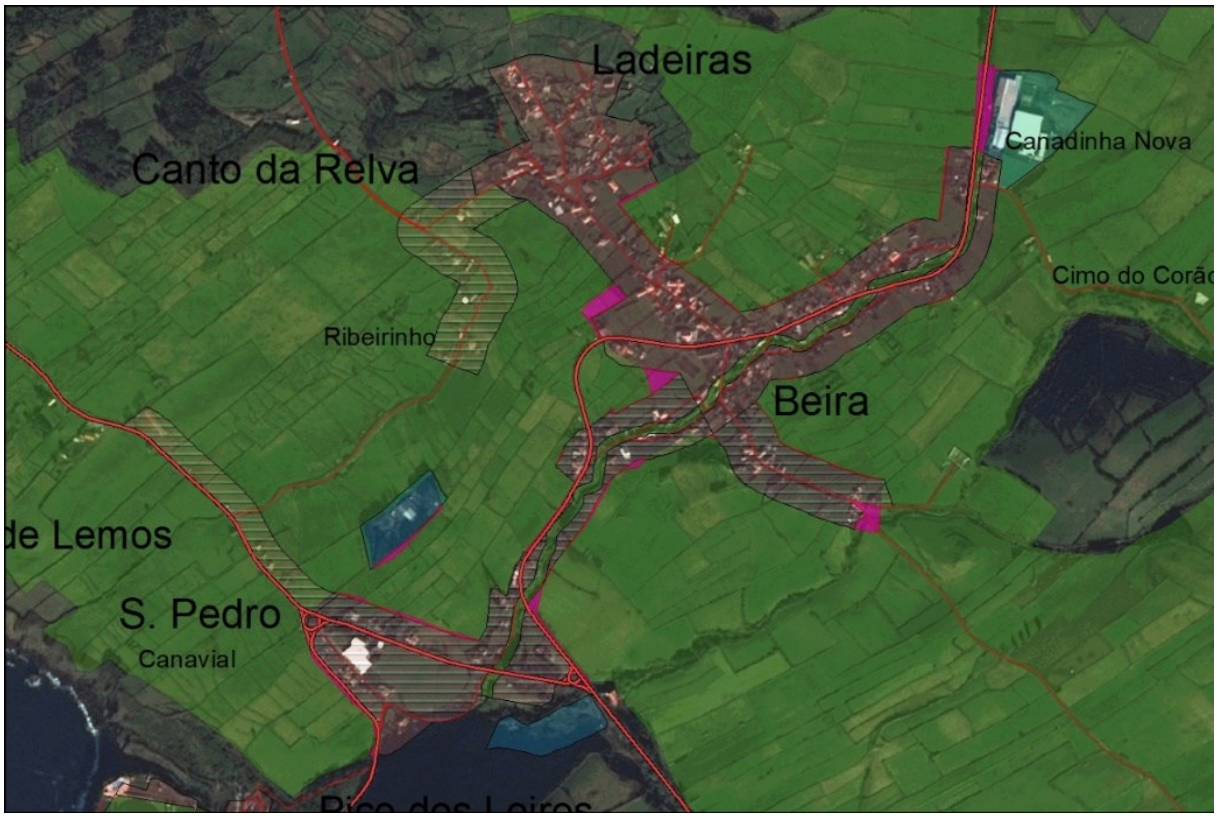
Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Figura 50. A laranja, área proposta para desafetação Santo Amaro, Carregadouro



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Figura 51. A magenta, área proposta para reafetação Velas, Beira



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

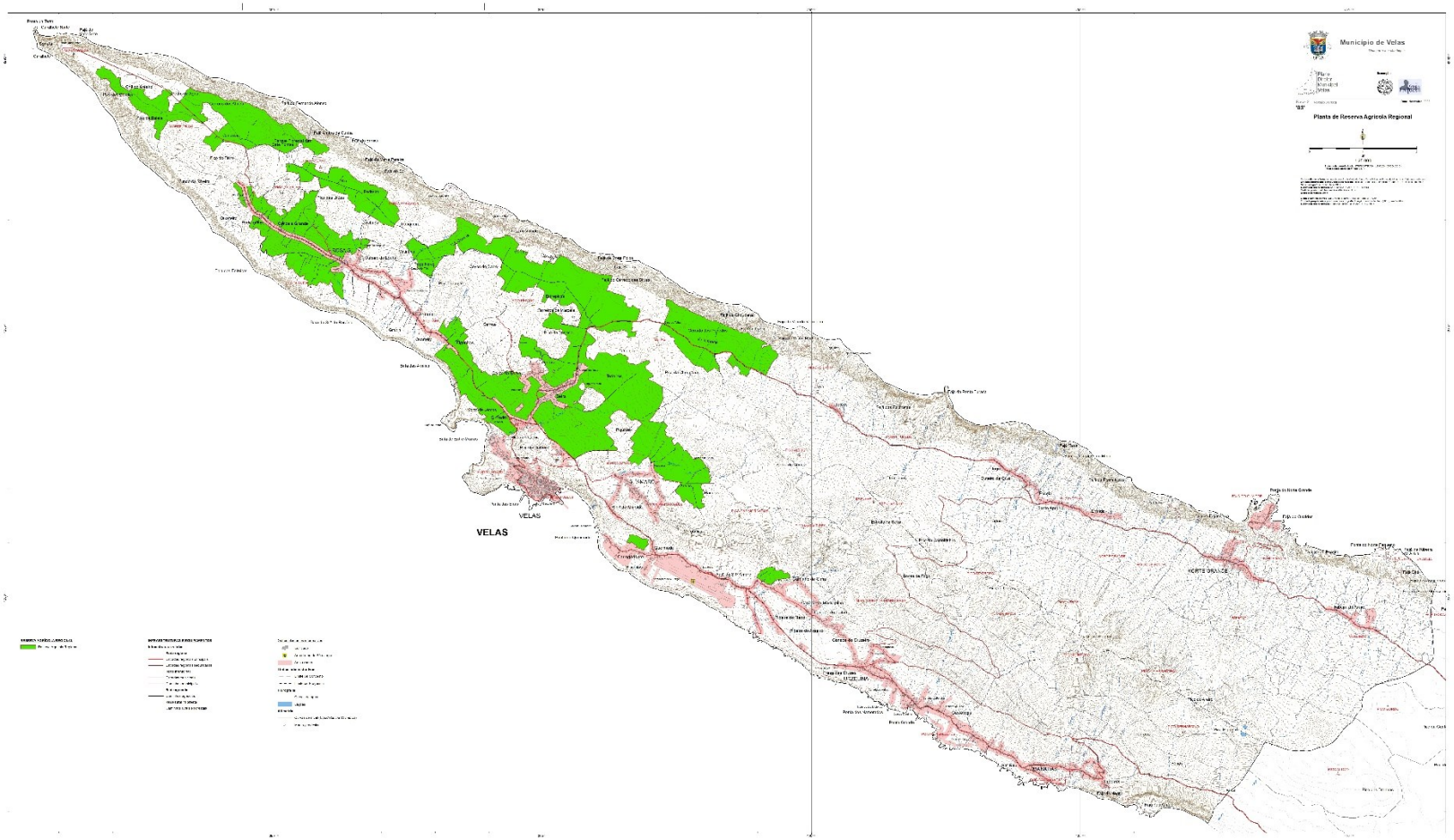
A quantificação das áreas desafetadas foi superior que às áreas reafectadas, e a proposta da nova delimitação da RAR (figura 52), apesar de cartograficamente mais bem conciliada com as restantes machas de ordenamento, apresenta menos 17,3 ha de área em relação à delimitação atualmente em vigor, como é possível visualizar no quadro 64.

Quadro 64. Áreas de RAR desafetação / reafectação e proposta final

RAR	Área (ha)
Proposta para Desafetação	19,3
Proposta para Reintegração	2,0
RAR (em vigor)	1502,8
RAR proposta	1485,5

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Figura 52. Proposta da RAR no concelho de Velas



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

5.2.4. Zonamento Acústico

Conforme previsto na alínea k), do n. º2, do art.º 99 do RJIGTA, o PDM é acompanhado por Mapas de Ruído (RJIGT-A). O mapa de ruído para o concelho de Velas foi elaborado de acordo com o Regulamento Geral de Ruido e de Controlo da Poluição Sonora (RGRA), DLR n.º 23/2010/A, de 30 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 26/2010, de 27 de agosto, que estabelece o quadro legal relativo ao ruído na RAA. Este carateriza os níveis de ruído ambiente exterior existente no concelho e contempla as principais fontes de ruído existentes, nomeadamente, as estradas regionais, municipais e arruamentos urbanos. Também contemplou as principais indústrias existentes, essencialmente ligadas à extração e transformação de inertes, e o aeródromo. O mapa de ruído constitui uma interpretação visual da distribuição dos níveis de ruído exterior, representados pelos indicadores L_{den} (diurno-entardecer-noturno) e L_n (noturno).

De acordo com os níveis de ruído simulados foram produzidos os mapas de ruído, onde os níveis de ruído são representados nos respetivos mapas por curvas isofónicas (linhas de igual intensidade de ruído) com intervalos de 5dB(A). Aos espaços entre as linhas isofónicas, representando intervalos de variação dos níveis sonoros, são atribuídos uma cor distinta de acordo com as normas em vigor, permitindo uma representação visual de fácil leitura, conforme indicado no quadro seguinte. A escala de cores representa os níveis de ruído do mais alto ao mais baixo, da cor mais escura à mais clara respetivamente.

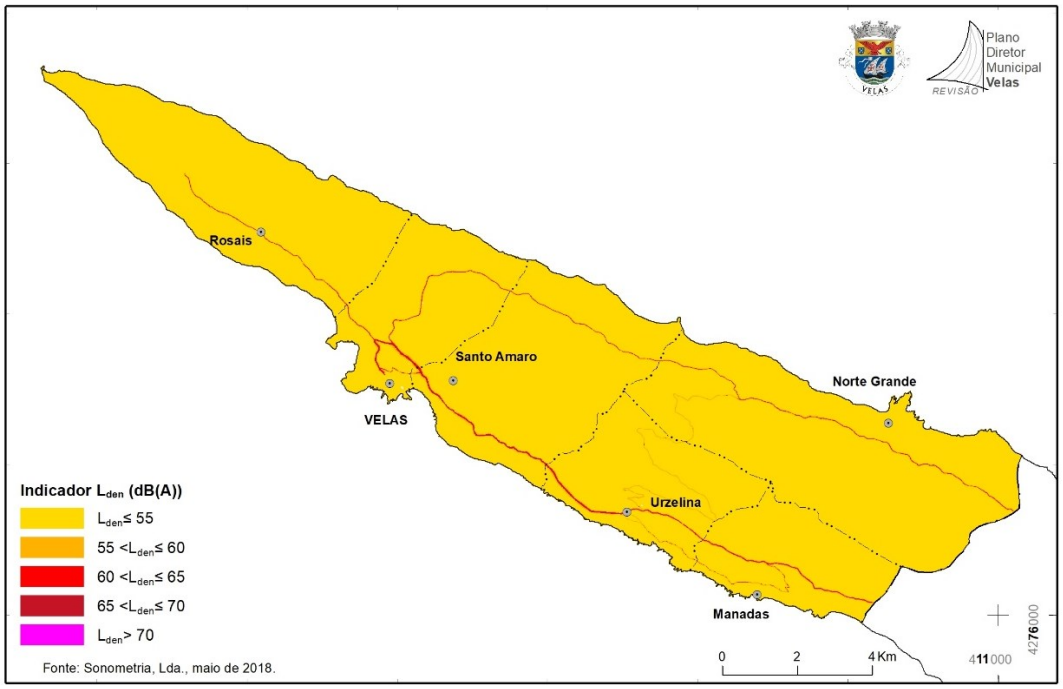
Quadro 65. Relação de cores para as classes de níveis sonoros.

Classes do indicador	Cor		RGB	Classes do indicador	Cor		RGB
$L_{den} \leq 55$		Ocre	255,217,0	$L_n \leq 45$		Verde-escuro	0,181,0
$55 < L_{den} \leq 60$		Laranja	255,179,0	$45 < L_n \leq 50$		Amarelo	255,255,69
$60 < L_{den} \leq 65$		Vermelhão	255,0,0	$50 < L_n \leq 55$		Ocre	255,217,0
$65 < L_{den} \leq 70$		Carmim	196,20,37	$55 < L_n \leq 60$		Laranja	255,179,0
$L_{den} > 70$		Magenta	255,0,255	$L_n > 60$		Vermelhão	255,0,0

Fonte: Adaptado de *Diretrizes para elaboração de Mapas de Ruído - Versão 3*, APA, dezembro 2011.

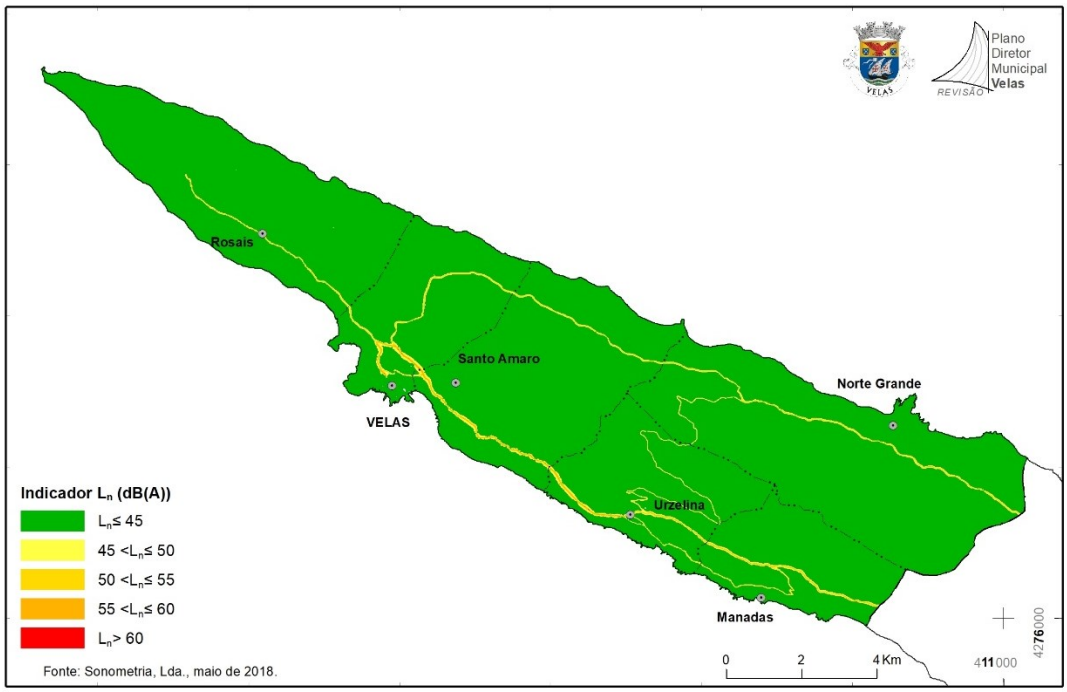
As figuras 53 e 54 apresentam os Mapas de Ruído do Concelho de Velas, respetivamente para os indicadores L_{den} e L_n. A apreciação dos mapas de ruído revelou que é ao longo das vias com maior volume de tráfego, como é o caso da ER, que os níveis de ruído são mais significativos. No geral, o concelho de Velas não apresenta níveis de ruído elevados em grande parte do seu território.

Figura 53. Indicador L_{den}



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 54. Indicador L_n



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

No quadro seguinte, é apresentada a quantificação, a interferência do ruído no território, correspondentes aos valores dos indicadores L_{den} e L_n, a sua proporção relativa à área do território municipal.

Quadro 66. Quantificação da área exposta ao ruido ambiente, segundo a classe do indicador e por freguesia

Classes acústicas do indicador	Manadas	Norte Grande	Rosais	Santo Amaro	Urzelina	Velas	*Concelho*	
(dB(A))	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(%)
$L_{den} \leq 55$	1080,0	3134,5	2402,8	2201,2	1307,9	1339,2	11465,6	97,7
$55 < L_{den} \leq 60$	25,7	34,2	11,3	28,8	43,4	29,2	172,6	1,5
$60 < L_{den} \leq 65$	13,5	16,2	8,5	16,1	12,9	16,7	83,8	0,7
$65 < L_{den} \leq 70$	1,1			6,5	4,6	4,0	16,2	0,1
$L_{den} > 70$				0,001	0,03	0,02	0,05	0,0004
$L_n \leq 45$	1070,3	3121,4	2399,2	2188,0	1292,5	1326,8	11398,4	97,1
$45 < L_n \leq 50$	29,3	40,8	12,5	35,6	51,8	35,4	205,3	1,7
$50 < L_n \leq 55$	16,4	22,5	10,9	20,2	17,3	21,5	108,9	0,9
$55 < L_n \leq 60$	4,2	0,1	0,0	8,7	7,1	5,2	25,4	0,2
$L_n > 60$				0,06	0,13	0,2	0,4	0,003

L_{den} - indicador diurno-entardecer-nocturno

L_n - indicador nocturno

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Considerando as opções de planeamento do território para os próximos anos, não estando previstas alterações profundas no mapa de ruído atual (novas infraestruturas de transporte/ zonas industriais/ alteração significativa de perímetros urbanos/ projetos urbanísticos de grandes dimensões), a situação futura do ponto de vista acústico coincide com a situação atual.

Classificação Acústica de Zonas

Na sequência da entrada em vigor do RGRA compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas, que devem ser estabelecidas em função dos usos (existentes e/ou programados) e, em particular, da suscetibilidade dos mesmos ao ruído (art.º 8 RGRA).

De acordo com o RGRA as zonas são definidas da seguinte forma:

- Zona sensível, a área definida em PDM como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno (alínea vv), art.º 3).
- Zona mista a área definida em PDM, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível (alínea uu), art.º 3).

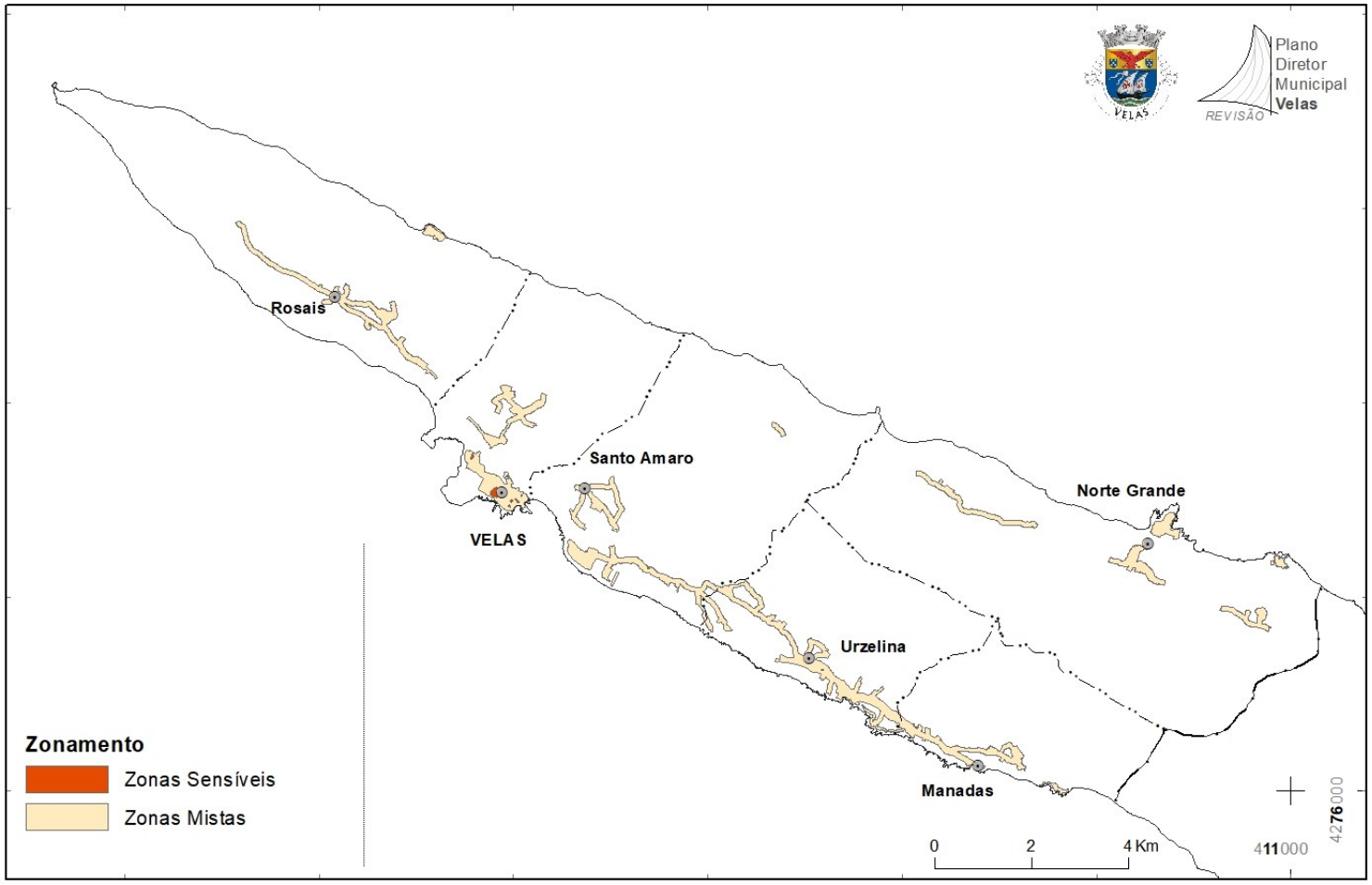
A classificação de Zonas Sensíveis e Mistas foi elaborada, no essencial, a partir da proposta de ordenamento da rPDM, considerando-se basicamente os espaços classificados como urbanos.

As áreas sensíveis correspondem aos espaços dos equipamentos urbanos e aos usos particulares (espaços de ensino, de saúde e outros similares), tendo sido identificados os equipamentos e áreas sociais sensíveis à perturbação, nomeadamente o Centro de saúde de Velas, Santa Casa da Misericórdia de Velas, Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial, Casa de Repouso João Inácio de Sousa, Escola Profissional da Ilha de São Jorge, Escola Básica e Secundária de Velas, as EB1/JI de Velas, antiga EB1/JI de Santo Amaro, EB1/JI da Urzelina e Creche e Jardim-de-infância da Boa Hora, que são espaços tipicamente enquadráveis como zonas sensíveis, tendo sido classificados desta forma.

Os espaços classificados como urbanos integram estruturas urbanas e atividades diversificadas, sendo as tipologias de usos afetos a estes espaços compatíveis com uma classificação como zonas mistas. Por integrarem a categoria de espaços urbanos, excetuam-se destas zonas as áreas afetas a *Espaços de uso especial* e os *Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística*, por estarem relacionados com atividades potenciais produtoras de ruído. Também os aglomerados rurais localizados fora dos perímetros urbanos integram a zonas mistas.

A figura 55 apresenta a classificação de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas para o concelho, que integram a Planta de Zonamento Acústico e Zonas de Conflito, elemento complementar do PDM, como um desdobramento da planta de ordenamento.

Figura 55. Zonamento de Zonas Sensíveis e Zonas Mistas



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

O quadro seguinte apresenta a quantificação da dimensão do conjunto de zonas sensíveis e de zonas mistas, bem como a sua proporção relativa à área do território municipal.

Quadro 67. Quantificação do zonamento acústico

Zonamento	Área (ha)	(%) Concelho
Zona Sensível	3,9	0,03
Zona Mista	600,1	5,11

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Após a delimitação das zonas, procedeu-se à sua análise para identificar possíveis zonas que não cumprem os correspondentes limites estabelecidos no RGRA. Estas áreas, identificadas como **Zonas de Conflito**, ocorrem sempre que o nível sonoro de ruído ambiente esteja em desconformidade com ao limite superior indicado no RGRA para zonas dessa natureza, conforme se indica no quadro seguinte.

Quadro 68. Valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior

Zonamento	L_{den} (db(A))	L_n (db(A))
Zona Sensível	55	45
Zona Mista	65	55

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano. Adaptado de Manual Técnico para elaboração de Planos Municipais de Redução de Ruído, FEUP/APA, abril 2008*

A partir da análise dos Mapas de Ruído, procedeu-se à elaboração do mapa geral de Zonas de Conflito para cada um dos indicadores L_{den} e L_n, em classes de conflito conforme se indica no quadro 69.

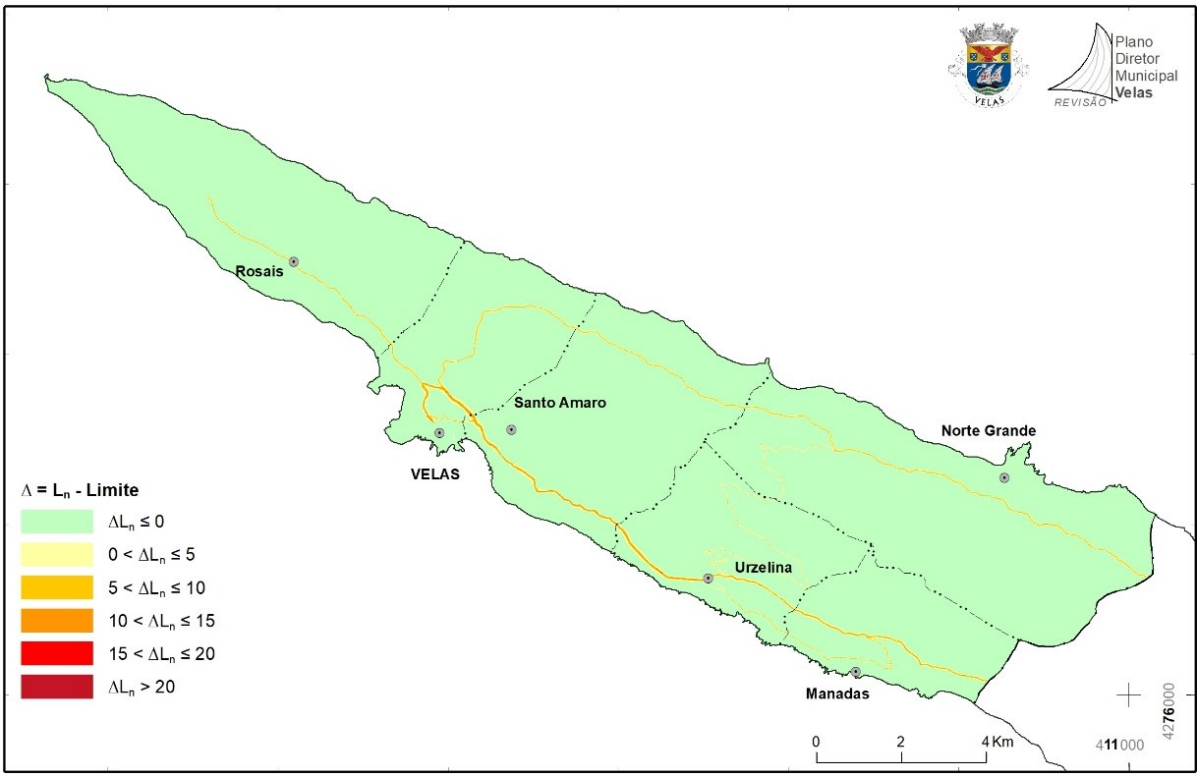
Quadro 69. Classes de sobre-exposição e código de cores.

Classes do indicador	Cor	RGB	Classes de sobre exposição $\Delta = L_{den} - L_{limite}$ $\Delta = L_n - L_{limite}$	Cor	Categorias	RGB
$L_{den} \leq 55$	Ocre	255,217,0	$\Delta L_{den} \leq 0$	Verde claro	Sem sobre exposição	191,255,191
$55 < L_{den} \leq 60$	Laranja	255,179,0	$0 < \Delta L_{den} \leq 5$	Amarelo claro	Reduzida	255,255,164
$60 < L_{den} \leq 65$	Vermelhão	255,0,0	$5 < \Delta L_{den} \leq 10$	Laranja claro	Moderada	255,200,0
$65 < L_{den} \leq 70$	Carmim	196,20,37	$10 < \Delta L_{den} \leq 15$	Laranja	Moderadamente elevada	255,150,0
$L_{den} > 70$	Magenta	255,0,255	$15 < \Delta L_{den} \leq 20$	Vermelhão	Elevada	255,0,0
$L_n \leq 45$	Verde escuro	0,181,0	$\Delta L_n \leq 0$	Verde claro	Sem sobre exposição	191,255,191
$45 < L_n \leq 50$	Amarelo	255,255,69	$0 < \Delta L_n \leq 5$	Amarelo claro	Reduzida	255,255,164
$50 < L_n \leq 55$	Ocre	255,217,0	$5 < \Delta L_n \leq 10$	Laranja claro	Moderada	255,200,0
$55 < L_n \leq 60$	Laranja	255,179,0	$10 < \Delta L_n \leq 15$	Laranja	Moderadamente elevada	255,150,0
$L_n > 60$	Vermelhão	255,0,0	$15 < \Delta L_n \leq 20$	Vermelhão	Elevada	255,0,0

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano. Adaptado de Manual Técnico para elaboração de Planos Municipais de Redução de Ruído, FEUP/APA, abril 2008*

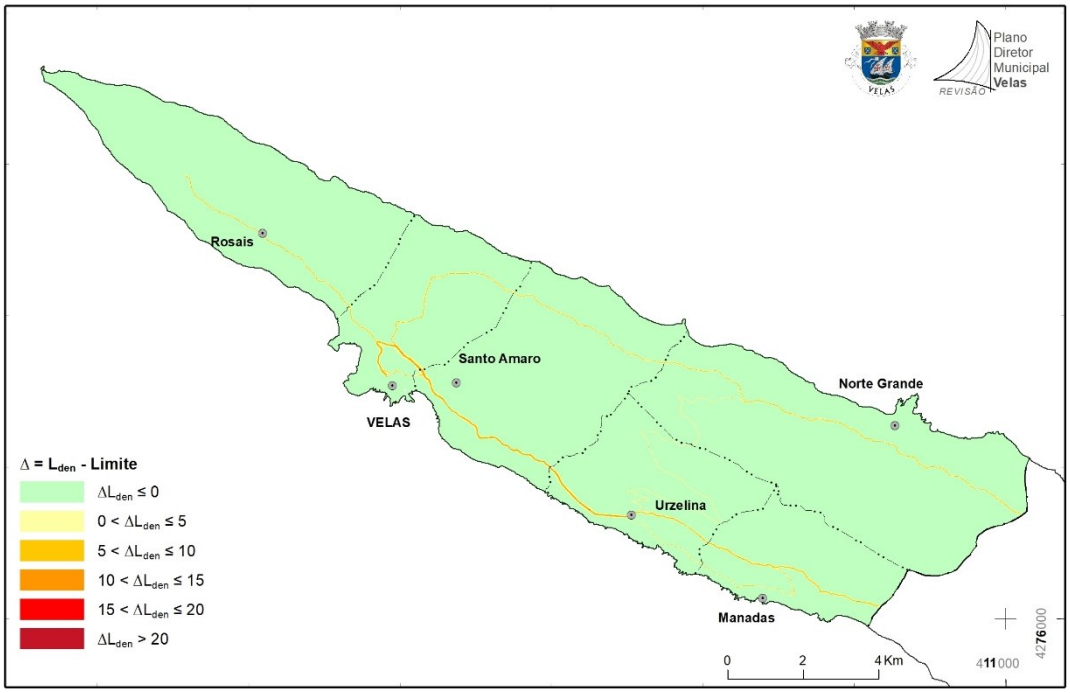
A análise dos Mapas de Ruído mostra que o Município de Velas apresenta, numa boa parte do seu território, níveis de ruído pouco elevados. Excetua-se as envolventes à ER onde os níveis de ruído são um pouco mais elevados. No entanto, a faixa com níveis superiores a 65 dB(A) para o L_{den} encontra-se praticamente confinada à envolvente próxima da via Velas – Urzelina, com uma extensão que varia entre **5 a 10 metros** contados a partir do centro da via, reduzindo a extensão para cerca de metade a partir do nó da Urzelina. No caso do L_n, a faixa com níveis superiores a 55 dB(A) assume um comportamento semelhante à faixa indicada para o L_{den}. A principal diferença reside num aumento dessa faixa que apresenta, por regra, uma extensão ligeiramente superior a **10 metros**. Em todo o caso, a dimensão dessas faixas não configura um cenário acústico muito problemático tendo em conta que em muitos troços dessas vias não existem recetores sensíveis na proximidade (figuras 56 e 57).

Figura 56. Mapa geral de conflito Indicador L_n



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 57. Mapa geral de conflito Indicador L_{den}



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Quadro 70. Quantificação da área de conflito ao ruido ambiente, por freguesia

Categorias	Classes de sobre exposição	Manadas	Norte Grande	Rosais	Santo Amaro	Urzelina	Velas	Concelho	
	(dB(A))	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(ha)	(%)
Sem sobre-exposição	$\Delta L_{den} \leq 0$	1080,0	3134,5	2402,8	2201,2	1307,9	1339,2	11465,6	97,7
Reduzida	$0 < \Delta L_{den} \leq 5$	25,7	34,2	11,3	28,8	43,4	29,2	172,6	1,5
Moderada	$5 < \Delta L_{den} \leq 10$	13,5	16,2	8,5	16,1	12,9	16,7	83,8	0,7
Moderadamente elevada	$10 < \Delta L_{den} \leq 15$	1,1			6,5	4,6	4,0	16,2	0,1
Elevada	$15 < \Delta L_{den} \leq 20$				0,00	0,03	0,02	0,05	0,0004
Muito elevada	$\Delta L_{den} > 20$								
Sem sobre-exposição	$\Delta L_n \leq 0$	1070,3	3121,4	2399,2	2188,0	1292,5	1326,8	11398,4	97,1
Reduzida	$0 < \Delta L_n \leq 5$	29,3	40,8	12,5	35,6	51,8	35,4	205,3	1,7
Moderada	$5 < \Delta L_n \leq 10$	16,4	22,5	10,9	20,2	17,3	21,5	108,9	0,9
Moderadamente elevada	$10 < \Delta L_n \leq 15$	4,2	0,13	0,04	8,7	7,1	5,2	25,4	0,2
Elevada	$15 < \Delta L_n \leq 20$				0,06	0,13	0,19	0,38	0,003
Muito elevada	$\Delta L_n > 20$								

$\Delta = L_{den} - L_{limite}$

$\Delta = L_n - L_{limite}$

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Como se pode constatar pelos resultados do quadro 70, para ambos os indicadores, não existem situações de conflito muito elevado ($\Delta > 20$) e as situações de conflito elevado ($15 < \Delta \leq 20$) são residuais e, quando analisada a cartografia, ocorrem apenas ao nível da plataforma de circulação.

As operações urbanísticas a realizar-se em zonas mistas e zona sensíveis devem respeitar os valores limites de exposição segundo o RGRA. O RGRA aplica-se na admissão de comunicação prévia e no licenciamento de novos edifícios habitacionais integrados nos espaços urbanos consolidados e nos espaços urbanos a consolidar. Nas situações de emissão ou alteração de licença de utilização de edifícios e suas frações existe a obrigatoriedade de verificação dos cumprimentos do projeto acústico, podendo o município exigir a realização de ensaios acústicos.

As zonas de conflito identificadas no concelho ficam sujeitas a planos municipais de ação de ruído.

Mapa de Conflitos e Necessidades de Planos Municipais de Ação de Ruído

De acordo com o definido no artigo 10.º do RGRA, as zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limites (fixados no art.º 22.º do RGRA) devem ser objeto de planos de ação, cuja elaboração é da competência das autarquias.

O plano municipal de redução de ruido, que é um plano de ação, é um elemento externo ao PDM, apesar de na rPDM ser identificadas as zonas de conflito que deverão ser sujeitas à apresentação destes planos, como já referido. Um plano de ação, segundo o RGRA, destina-se a gerir o ruido no sentido de minimiar os problemas dele resultantes, nomeadamente pela redução do ruído (alínea hh), art.º 3) e vincula as entidades públicas e privadas (n.º 2, art.º 10). Os planos municipais de redução de ruído integram vários elementos, segundo art.º 11 do RGRA, os seguintes:

- Identificação das áreas onde é necessário reduzir o ruído ambiente exterior;
- Quantificação, para as zonas sensíveis ou mistas com ocupação exposta a ruído ambiente exterior que exceda os valores limites do RGRA, da redução global de ruído ambiente exterior relativa aos indicadores L (índice den) e L (índice n);
- Quantificação, para cada fonte de ruído, da redução necessária relativa aos indicadores L (índice den) e L (índice n) e identificação das entidades responsáveis pela execução de medidas de redução de ruído;
- Indicação e calendarização das medidas de redução de ruído e eficácia estimada, quando a entidade responsável pela sua execução é o município.

Nos mapas de conflito elaborados são identificadas as zonas que, tendo por base a delimitação de zonas sensíveis e mistas efetuada, carecem de intervenção mitigadora.

Quadro 71. Área exposta a diferentes classes de ruído, das Zonas Sensíveis e Mistas (L_{den} e L_n)

Zonamento acústico	Classes do indicador	Área		Classes do indicador	Área	
		(m²)	(ha)		(m²)	(ha)
Zona Mista	$L_{den} \leq 55$	5073960,2	507,4	$L_n \leq 45$	4890798,8	489,1
	$55 < L_{den} \leq 60$	541910,8	54,2	$45 < L_n \leq 50$	596977,6	59,7
	$60 < L_{den} \leq 65$	310216,0	31,0	$50 < L_n \leq 55$	410598,3	41,1
	≤ 65 dB(A)	5926087,0	592,6	≤ 55 dB(A)	5898374,7	589,8
	$65 < L_{den} \leq 70$	75118,8	7,5	$55 < L_n \leq 60$	102043,5	10,2
	$L_{den} > 70$	70,7	0,0	$L_n > 60$	858,1	0,1
	> 65 dB(A)	**75189,6**	**7,5**	**> 55 dB(A)**	**102901,5**	**10,3**
Zona Sensível	$L_{den} \leq 55$	37869,4	3,8	$L_n \leq 45$	37689,5	3,8
	≤ 55 dB(A)	37869,4	3,8	≤ 45 dB(A)	37689,5	3,8
	$55 < L_{den} \leq 60$	593,0	0,06	$45 < L_n \leq 50$	639,9	0,06
	$60 < L_{den} \leq 65$	382,5	0,04	$50 < L_n \leq 55$	436,1	0,04
	$65 < L_{den} \leq 70$	29,8	0,003	$55 < L_n \leq 60$	109,2	0,01
	$L_{den} > 70$			$L_n > 60$		
	> 55 dB(A)	**1005,3**	**0,1**	**> 45 dB(A)**	**1185,2**	**0,1**

Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2023)*

Identificadas as zonas de conflito, verifica-se que as mesmas resultam da proximidade às vias de circulação. As zonas mais afetadas estão associadas a estabelecimentos de ensino. A situação preocupante nas zonas sensíveis é na freguesia da Fajã de Santo Amaro, Creche e Jardim-de-infância da Boa Hora (figuras 61 e 66), para ambos os indicadores. Os níveis de ruído ao nível da fachada chegam a ultrapassar os 10 db(A).

Enquanto não estiver em vigor o plano municipal para a redução de ruído, segundo o regulamento da rPDM deve ser dada prioridade de intervenção às áreas de conflito com valores de incumprimento superiores a 5dB(A) e onde se verifique o maior número de pessoas expostas. Deve ser dada prioridade a intervenções ao nível da emissão da fonte sonora, como, quando se verifique a presença de vias de maior tráfego rodoviário, adotando-se medidas como a alteração do tipo de pavimento, a redução das velocidades efetivas de circulação, ou alterações das condições de mobilidade e circulação, como a criação de percursos alternativos ou preferenciais, por exemplo para veículos pesados. No caso de impossibilidade de adoção destas medidas podem, em alternativa, ser adotadas as medidas seguintes, isolada ou conjuntamente: implantação de barreiras acústicas; adoção de medidas de ordenamento do território, designadamente as restrições ao uso; reforço do isolamento acústico no edifício. As medidas de redução sonora no recetor (reforço de isolamento acústico no edifício) devem ser consideradas excecionais e só devem ser preferidas em último recurso.

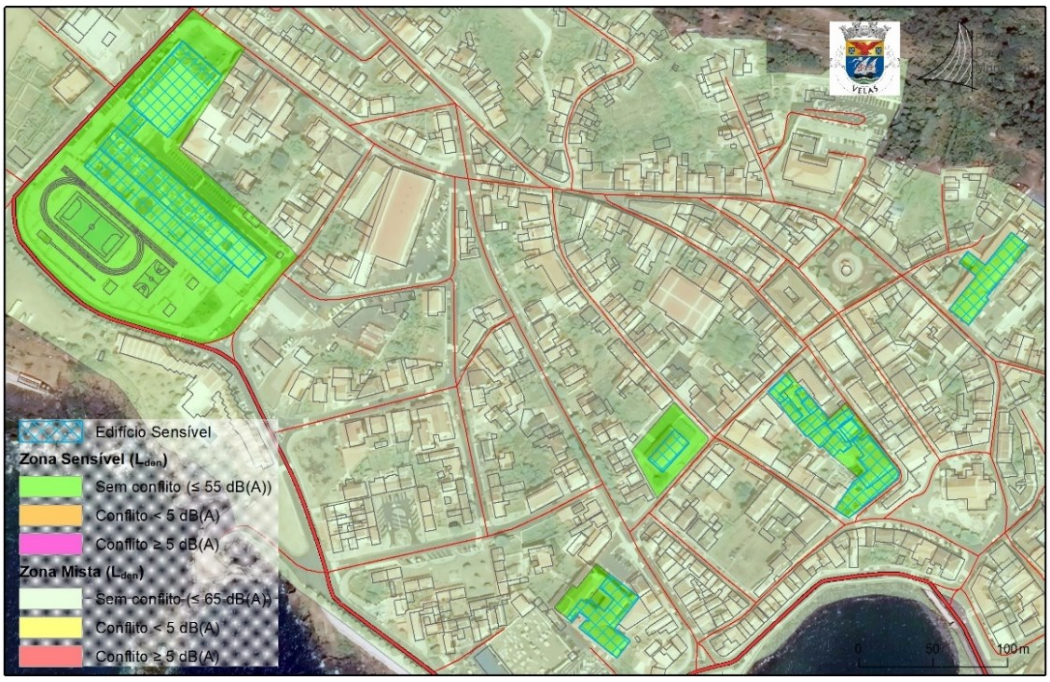
As figuras seguintes apresentam os mapas de conflito acústico por zonas em cada freguesia, com a identificação dos edifícios sensíveis.

Figura 58. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Entre Morros



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 59. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Velas



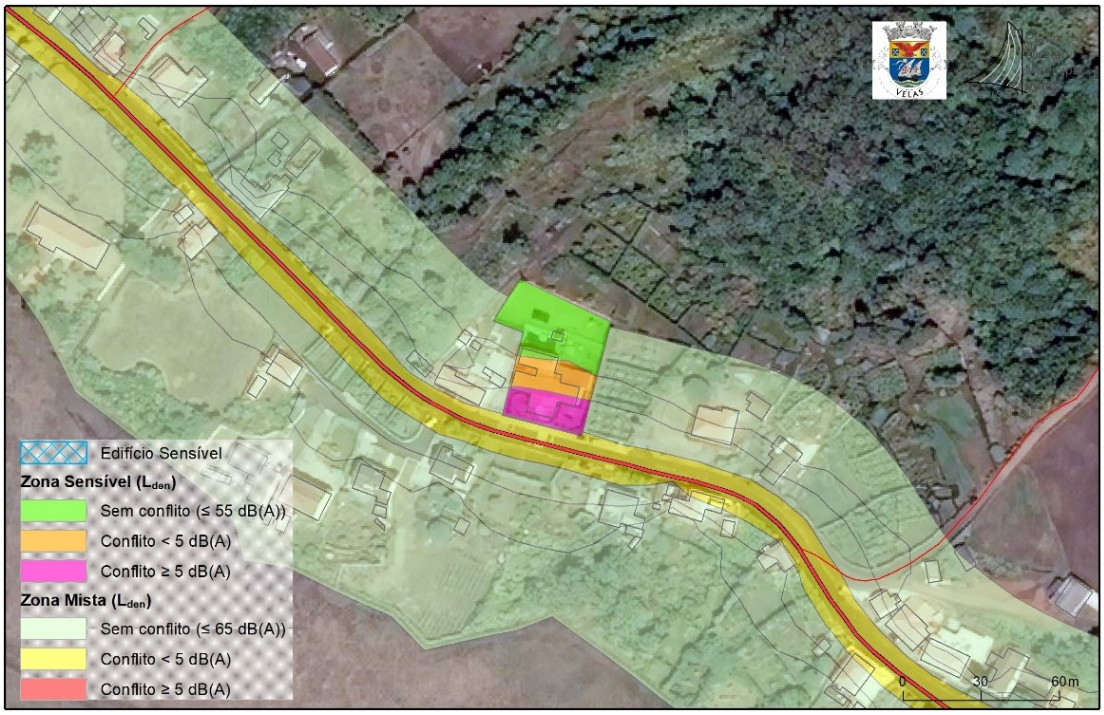
Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 60. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Santo Amaro



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 61. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Fajã de Santo Amaro



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 62. Mapa de conflito acústico (Indicador L_{den}) – Urzelina



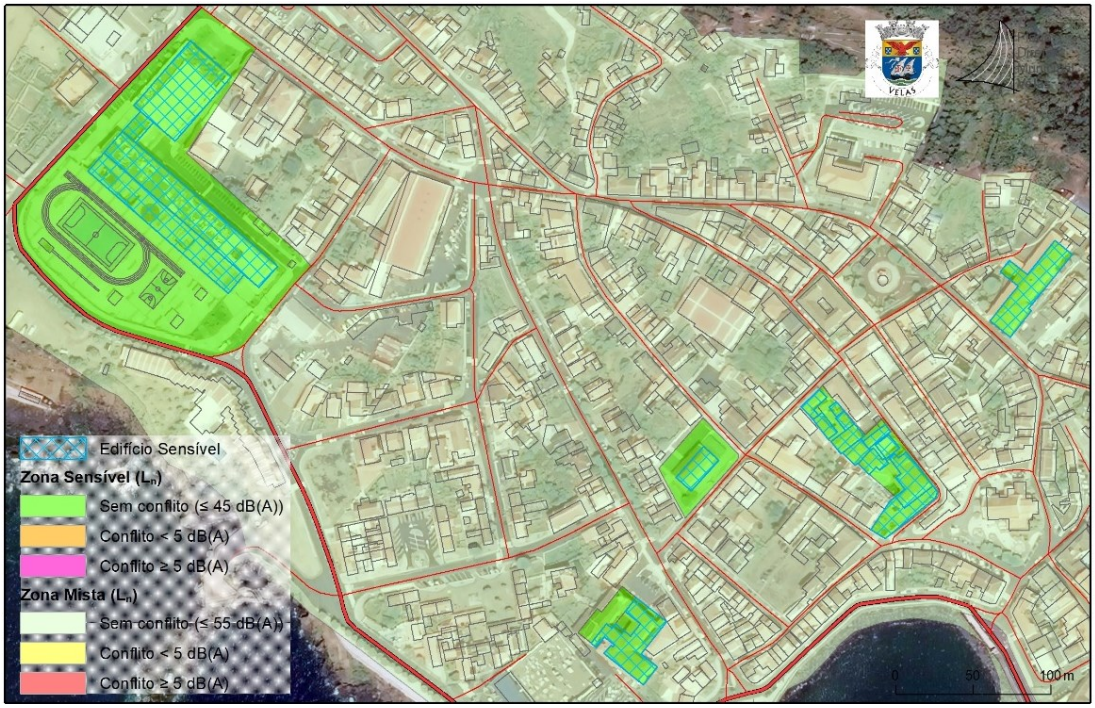
Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 63. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Entre Morros



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 64. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Velas



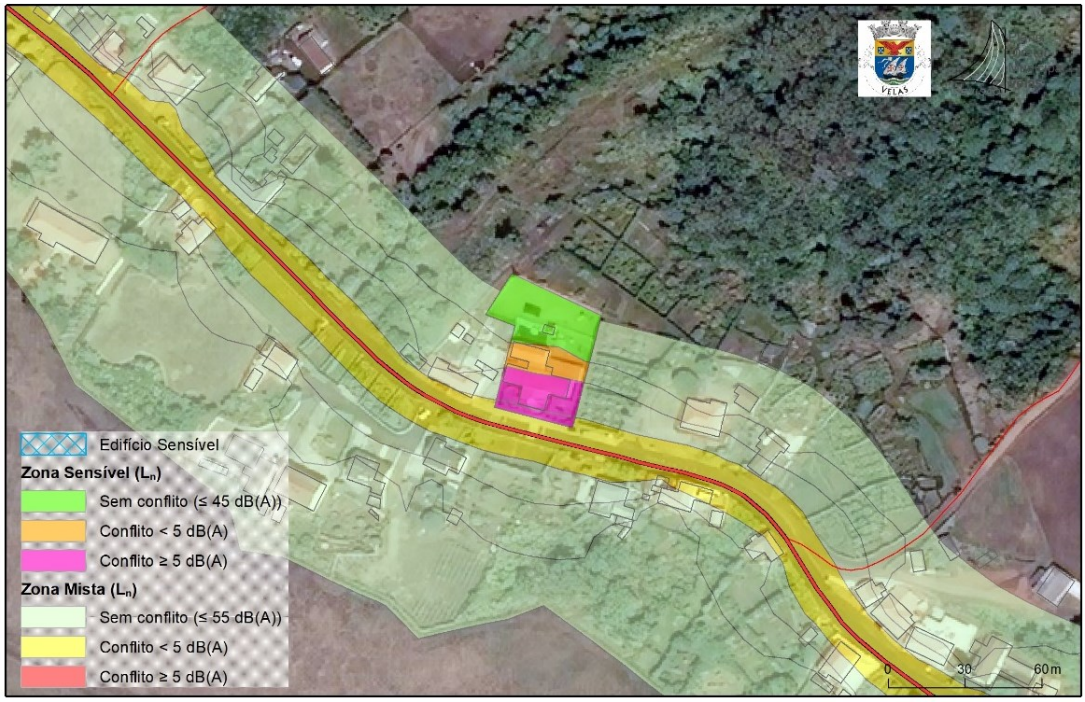
Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 65. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Santo Amaro



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 66. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Fajã de Santo Amaro



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

Figura 67. Mapa de conflito acústico (Indicador L_n) – Urzelina



Fonte: *Elaborado pela Equipa Técnica do Plano (2022)*

5.3. Modelo de Desenvolvimento Urbano

A proposta de modelo de ordenamento urbano para o município de Velas tem por base a maior parte dos objetivos gerais e estratégicos definidos. Os objetivos a destacar são os seguintes:

- Construir um Concelho inclusivo e de baixo carbono, capaz de evidenciar níveis mais eficientes de metabolismo urbano, através da progressiva reorganização territorial e funcional da Vila de Velas e do próprio Concelho, visando, em simultâneo, o aprofundamento das vivências locais e a redução dos consumos energéticos;
- Garantir um Concelho no qual se preserva e valoriza da identidade cultural e patrimonial das "nossas gentes".
- Diversificação da base económica e modernização dos processos produtivos;
- Reforço e equilíbrio da rede urbana do Concelho de Velas e do seu papel na Ilha de São Jorge.

O solo urbano, segundo a LBSOTU, corresponde ao solo que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e inclui a estrutura ecológica inserida no sistema urbano. Os critérios que estabelecem o solo urbano são os constantes do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, para a avaliação das áreas proposta na rPDM foram elaboradas fichas do solo urbano, que se encontram no capítulo 9 deste volume.

As categorias e subcategorias dos espaços em solo urbano adotadas seguiram as orientações da circular da DROAP 2016/29 de 26/07/08, seguindo as definidas pelo PROTA e RJIGT-A, com base no uso dominante e nas caraterísticas morfotipológicas da organização do espaço urbano. Na proposta de qualificação do solo urbano na rPDM de Velas, foram consideradas as seguintes categorias:

- **Espaços urbanos consolidados**, que inclui o Centro Histórico de Velas, correspondem a áreas centrais já ocupadas por diversos usos, nomeadamente, habitação unifamiliar e coletiva, comércio, turismo, serviços e pequena indústria artesanal, dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação e cujos lotes ou parcelas se encontram maioritariamente ocupados por edificações;
- **Espaços urbanos a consolidar**, correspondem a áreas incluídas no perímetro urbano, predominantemente habitacionais, cuja estrutura urbana já se encontra definida, mas que não se encontra totalmente preenchida, dispondo de todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação e cujos lotes ou parcelas se encontram apenas parcialmente ocupados por edificações;
- **Espaços de equipamentos urbanos**, correspondem a espaços incluídos no perímetro urbano destinados à implantação de equipamentos coletivos e à utilização pública para fins recreativos ou de lazer, nomeadamente espaços verdes, parques, praças e corredores verdes integrados na estrutura ecológica municipal;
- **Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística**, correspondem a espaços destinados à implantação, em solo urbano, de empreendimentos industriais de qualquer

tipo e de armazéns, permitindo-se nos mesmos a coexistência de serviços e equipamentos relacionados com essas atividades, desde que não criem condições de incompatibilidade e estejam integrados nas condições de edificabilidade da área onde se inserem;

- **Espaços de uso especial,** correspondem a espaços inseridos no perímetro urbano, que pelas suas características e localização se encontram afetos a equipamentos e serviços de interesse público, e outros equipamentos ou infraestruturas estruturantes de interesse municipal.

Quadro 72. Classificações em Solo Urbano

Classificação	Definição (Quadro Legal)	Enquadramento territorial
Espaços urbanos consolidados	PROTA: espaços incluídos em perímetros urbanos dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram já total ou maioritariamente ocupados por edificações	Corresponde as áreas dos aglomerados urbanos onde a malha está mais consolidada, apesar da existência de lotes ou parcelas a preencher, como nos Rosais, Velas, Beira, Santo Amaro, Queimada- Fajã de Santo Amaro, Urzelina, Ribeira do Nabo, Terreiros, Manadas e Fajã do Ouvidor.
Espaços urbanos a consolidar	PROTA: espaços incluídos em perímetros urbanos dispondo de uma rede de arruamentos com todas as infraestruturas básicas de apoio à edificação, cujos lotes ou parcelas se encontram apenas parcialmente ocupados por edificações.	Considerou-se as áreas dos aglomerados urbanos onde a malha estava menos preenchida, com a existência de vários lotes ou parcelas a preencher entre edificações, em alguns casos na sucessão das áreas mais consolidadas, geralmente mais afastadas do centro tradicional dos aglomerados, como nos Rosais, Beira, Santo Amaro, Urzelina, enquanto noutros corresponde à área urbana da totalidade do aglomerado, como Ribeira da Areia, Norte Grande, Santo António e Toledo.
Espaços de equipamentos urbanos	PROTA: espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à implantação de equipamentos coletivos e à utilização pública para fins recreativos ou de lazer, nomeadamente espaços verdes, parques, praças e corredores verdes integrados na estrutura ecológica urbana.	Áreas de uso coletivo em aglomerado urbano, na maior parte dos casos corresponde as linhas de água que atravessa os aglomerados, e áreas de equipamentos coletivos, enquadrados na estrutura ecológica urbana.
Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística	PROTA: espaços incluídos em perímetros urbanos destinados à localização de empresas industriais e de serviços, bem como de unidades de armazenagem e transferência, integradas nas cadeias logísticas regionais ou locais	Enquadra recintos e zonas industriais existentes e considera também zonas futuras de instalações onde é possível a integração de estabelecimentos indústrias do tipo 1, tipo2, tipo3.

Espaços de usos especiais	RJIGT-A: áreas destinadas a equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou a outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo, devendo as suas funções ser mencionadas na designação das correspondentes categorias ou subcategorias	Áreas de equipamentos e infraestruturas nos aglomerados urbanos de relevância como o porto de Velas e o aeroporto em São Jorge.

Fonte: *PROTA, RJIGT-A*

A definição dos parâmetros urbanísticas para cada categoria, quando existentes, foi estabelecida de acordo com as estratégias estabelecidas para a rPDM de Velas, a hierarquia dos aglomerados, a análise de planos similares recentes aprovados e os processos de licenciamento apresentados ao município ao longo da vigência do plano em vigor.

No solo urbano é permitido:

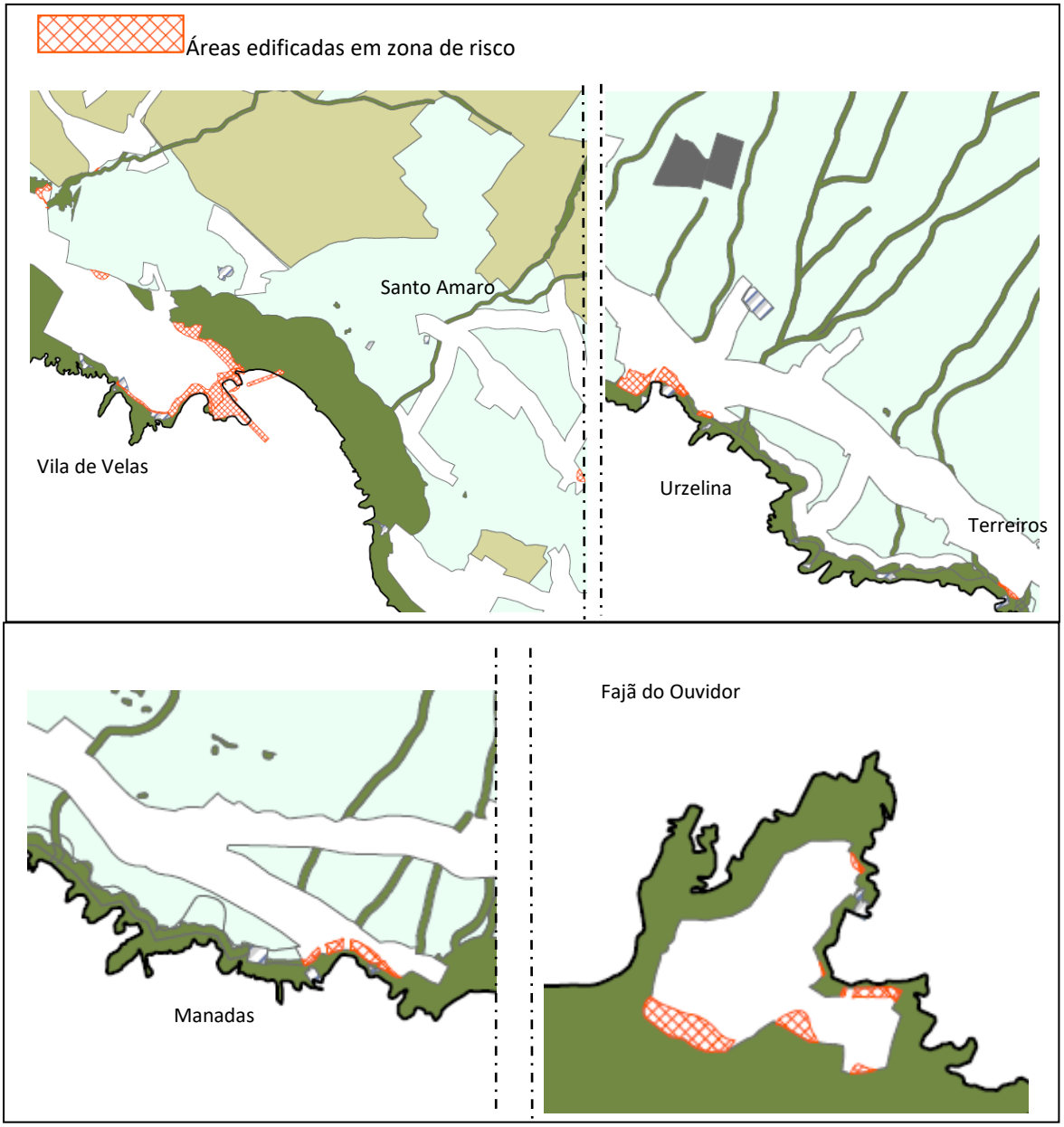
- A realização de loteamento, desde que inseridos na malha urbana existente;
- A edificação de novas construções, na continuidade do tecido edificado e quando ocorre demolições de edifícios existente;
- Obras de alteração e ampliação de construções existentes;
- Obras de reconstrução e beneficiação de construções existentes;
- Nas áreas de ocupação principalmente habitacional, podem existir equipamentos e edifícios industriais, de comércio e serviços, desde que a atividade seja compatível com o uso habitacional e não fomente incómodos para a qualidade de vida dos residentes e para o meio ambiente envolvente.

São interditadas as seguintes funções:

- Depositar ou criar estabelecimentos de exploração industrial ou comercial de sucata;
- A deposição de resíduos, mesmo que a título transitório;
- Proceder a atividades que possam pôr em risco pessoas e bens, como potenciar os riscos de erosão dos solos e de degradação do seu valor ambiental;
- A demolição de edifícios construídos em pedra de tufo.

Em solo urbano os espaços e o edificado localizado em áreas edificadas em zona de risco estão sujeitas a determinadas condições. No concelho de Velas foram identificadas áreas edificadas em zona de risco nos aglomerados urbanos de Velas, Santo Amaro, Ribeira do Nabo, Urzelina, Terreiros, Manadas e Fajã do Ouvidor, com a incidência em 11,9ha da área do concelho. As zonas de riscos foram estabelecidas de acordo com as situações de ameaça pela instabilidade de arribas e de movimentos de vertentes e ameaça por galgamento ou inundações costeiras. Estas estão abrangidas pela área de intervenção do POOC e fora desta área.

Figura 68. Áreas edificadas em zonas de risco na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDMV (2023)*

A rPDM estabelece para áreas edificadas em zona de risco, um conjunto de premissas que estão em linha com as pretensões do POOC, como se observa no quadro seguinte.

Quadro 73. Pretensões para as áreas edificadas em zona de risco na rPDM e do POOC.

rPDM	POOC (DRR n.º 2/2022)
Devem ser minimizadas as situações de risco de pessoas e bens, privilegiando-se os usos de requalificação e valorização que visem a livre fruição destas áreas:	Nas áreas edificadas em zona de risco devem ser minimizadas as situações de risco de pessoas e bens, privilegiando-se os usos de requalificação e valorização que visem a livre fruição destas áreas nos termos do número seguinte (n.º 3, art.º 19.º)
Minimizar situações de risco, assegurando mecanismos preventivos de transformação e ocupação destas áreas	Minimizar situações de risco, assegurando mecanismos preventivos de transformação e ocupação destas zonas (a), n.º 4, art.º 19.º)
Propor intervenções que visem a reabilitação e valorização destes espaços para o uso público, criando a oportunidade de relocalização das edificações existentes	Propor intervenções que visem a reabilitação e valorização destes espaços para o uso público, criando a oportunidade de relocalização das edificações existentes (b), n.º 4, art.º 19.º)
Equacionar a relocalização das edificações existentes, bem como definir os usos e as atividades compatíveis com os riscos existentes	Equacionar a relocalização das edificações existentes, bem como definir os usos e as atividades compatíveis com os riscos existentes (d), n.º 4, art.º 19.º)

Fonte: *DRR n.º 2/2022, de 24 de janeiro*

As áreas abrangidas pelo POOC, seguem o respetivo regime. Nas áreas fora do POOC são estabelecidas um conjunto de medidas com semelhanças com as áreas abrangidas pelo POOC, como é possível visualizar no quadro seguinte, existindo para todo o território condições semelhantes e com poucas variações.

Quadro 74. Áreas fora do POOC comparando com o regime do POOC em Áreas edificadas em zona de risco

rPDM	POOC (DRR n.º 2/2022)
São favorecidos os usos de requalificação e valorização destes espaços para o uso público e que minimize as situações de risco de pessoas e bens	Nas áreas edificadas em zona de risco devem ser minimizadas as situações de risco de pessoas e bens, privilegiando-se os usos de requalificação e valorização que visem a livre fruição destas áreas nos termos do número seguinte (n.º 3, art.º 19.º)
São interditas novas obras de construção e de urbanização até à data de desenvolvimento da cartografia de pormenor de risco de instabilidade de arribas e vertentes	Nas áreas edificadas em zona de risco são interditas novas obras de construção e de urbanização, sendo permitidas nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado, apenas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nos termos das alíneas seguintes (a), n.º 1, art.º 20.º)
Apenas são permitidas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nas construções existentes, desde que estas estejam devidamente legalizadas e sejam observadas as caraterísticas do património arquitetónico, vernáculo e erudito destas e o disposto nos números seguintes	Nas áreas edificadas em zona de risco são interditas novas obras de construção e de urbanização, sendo permitidas nas construções existentes devidamente legalizadas e independentemente do uso associado, apenas obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação nos termos das alíneas seguintes (a), n.º 1, art.º 20.º) As obras de conservação, alteração, reconstrução e ampliação devem observar as características das

	construções existentes, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito (e) n.º 1, art.º 20.º)
São permitidas intervenções de requalificação e integração urbanística do espaço público e dos logradouros existentes, sem construção de edifícios, desde que sejam garantidas as condições de escoamento das águas superficiais e da estabilidade das arribas adjacentes.	Os espaços intersticiais nas áreas edificadas em zona de risco podem ser alvo de intervenções com o objetivo de garantir o equilíbrio urbano através de ações de requalificação e integração urbanística do espaço público e dos logradouros existentes, que não impliquem a construção de edifícios, desde que sejam garantidas as condições de escoamento das águas superficiais e acautelados os riscos de estabilização das arribas adjacentes (n.º 2, art.º 20.º).
As obras de ampliação referidas na alínea c) do número anterior não podem corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m² e ao aumento do número de pisos, exceto nas edificações com áreas inferiores a 36 m2, nas quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, bem como em situações que resultem de regulamentação específica associada às atividades económicas, desde que devidamente justificadas, não podendo, em caso algum, corresponder a um aumento do número de pisos. Nas edificações sujeitas a obras de ampliação realizadas nos termos do número anterior não podem ocorrer novas obras de ampliação.	As obras de ampliação são permitidas, não podendo corresponder, por prédio, a um aumento de área total de construção superior a 16 m2 e ao aumento do número de pisos. Excetuam-se da alínea anterior, por prédio, as edificações com áreas inferiores a 36 m2, as quais se admitem que possam ser ampliadas até ao limite máximo de 52 m2, bem como as situações que resultem da aplicação de regulamentação específica associada a atividades económicas, desde que devidamente justificado, não podendo corresponder ao aumento do número de pisos. Nas edificações já sujeitas a obras de ampliação nos termos das alíneas b) e c) do presente número não poderão ocorrer novas obras de ampliação. (b), c), d) n.º 1, art.º 20.º)

Fonte: *DRR n.º 2/2022, de 24 de janeiro*

São estabelecidos parâmetros urbanísticos de âmbito geral na rPDM, situação que não existe no PDM em vigor e com parâmetros urbanísticos específicos para cada categoria de espaço. Deste modo, propõe-se regas de edificação que favorecem o respeito pela imagem urbana existente nos aglomerados urbanos.

Quadro 75. Parâmetros urbanísticos de âmbito geral na rPDM

Parâmetros Urbanísticos	
Alinhamentos	- Respeito pelos alinhamentos existentes; - Imagem urbana da envolvente.
Expressão arquitetónica	- Dignificação e valorização estética do conjunto: - Inserção na malha urbana; - Integração volumétrica; - Composição dos alçados e materiais de acabamento
Empreendimentos turísticos	- Qualquer natureza; - Parâmetros do regulamento - Legislação vigente: • Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos (DLR n.º

	7/2012/A, de 1 de março, alterado e republicado pelo DLR n.º 23/2012/A, de 31 de maio, alterado pelo DLR n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro); • Estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e conjuntos turísticos, Portaria n.º 55/2012, de 16 de maio; • Empreendimentos de turismo de habitação e turismo no espaço rural, portaria n.º 54/2012, de 15 de maio, alterada pela portaria n.º 80/2019, de 26 de novembro; • Parques de campismo e caravanismo, portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro.
Indústrias e armazéns	- Respeito pelos índices de ocupação do solo - Seguir a legislação em vigor: • DLR n.º 5/2012/A, de 17 de janeiro, alterado pelo DLR n.º 25/2021/A, de 12 de agosto

Relativo aos parâmetros de dimensionamento dos espaços verdes de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos coletivos na rPDM propõe o indicado no quadro a seguir, com a exceção para a Vila de Velas, uma vez que a maior parte do seu território encontra-se preenchido.

Quadro 76. Dimensionamento de Espaços Verdes e Equipamentos de Utilização Coletiva rPDM

Dimensionamento de Espaços Verdes e Equipamentos de Utilização Coletiva	
Nível I – Vila de Velas	**Níveis II, III, IV, V – restantes aglomerados**
Avaliação caso a caso	10m² por fogo de habitação em moradia unifamiliar;
	10m² por cada 120m² de área de construção para habitação coletiva
	35m² por cada 120m² de área de construção para ou alojamento turístico;
	10m² por cada 100m² de área de construção de comércio ou serviços;
	5% de área de construção de indústria ou armazéns.
O município define a sua utilização	

A criação de novos arruamentos em solo urbano deve seguir os seguintes parâmetros estabelecidos no quadro abaixo.

Quadro 77. Infraestrutura viária rPDM

Infraestruturas viárias – arruamentos	
Geral	**Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística**
2 sentidos: largura do perfil transversal múltiplo de 3,25m.	2 sentidos: largura do perfil transversal da faixa de rodagem: 9m
1 sentido: largura do perfil transversal da faixa de rodagem deve garantir a circulação de veículos de emergência, mín.: 3,50m	1 sentido: largura do perfil transversal da faixa de rodagem: 4,5m
Bermas: largura ≥ 1 m (quando aplicável)	Bermas: largura ≥ 1 m (quando aplicável)

Estacionamento lateral: - ER: 2,50m de largura - Restantes: 2,25m de largura	Estacionamento lateral: - ER: 2,50m de largura - Restantes: 2,25m de largura
Passeios: min. 1,20m largura	Passeios: min. 1,20m largura
Pode surgir situações em que o município exige outros parâmetros, segundo a natureza e intensidade das atividades e utilizações dos solos e a rede viária existente, envolvente e prevista	

Referente ao estacionamento, os parâmetros estabelecidos são os definidos no quadro 78.

Quadro 78. Estacionamento rPDM

Geral	
Veículos ligeiros	- Superfície: área total de 15 m² por lugar - Estrutura edificada: área total de 25 m² por lugar
Veículos pesados	- Superfície: área total de 60 m² por lugar - Estrutura edificada: área total de 130 m² por lugar
Todas as novas edificações devem dispor, dentro do perímetro do respetivo lote ou parcela, ou das suas partes comuns privadas, de espaços destinados ao estacionamento de veículos automóveis para uso privativo dos ocupantes do edifício ou suas frações, devendo ainda garantir, nos casos previstos no presente regulamento, a criação de espaços para estacionamento de utilização pública	
Determinação do número de lugares de estacionamento automóvel procede-se ao arredondamento para o número inteiro mais próximo dos valores numéricos encontrados	
As regras estabelecidas não prejudicam o cumprimento de outras disposições legais sobre estacionamento que se sobreponham às disposições estabelecidas, sempre que estas se mostrem mais exigentes	
Estacionamento privativo	
Uso	**Parâmetros**
Habitação	mim. 1 lugar/ fogo em nova edificação
Comércio ou serviços	mim. 1 lugar/ nova edificação
Industrial	mim. 1 lugar/ 250m² de área de construção
Empreendimentos turísticos	Previsto na legislação regional em vigor: Estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, apartamentos turísticos e conjuntos turísticos, Portaria n.º 55/2012, de 16 de maio; empreendimentos de turismo de habitação e turismo no espaço rural, portaria n.º 54/2012, de 15 de maio, alterada pela portaria n.º 80/2019, de 26 de novembro; parques de campismo e caravanismo, portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro.
Alojamento Local	Quartos na residência do locador: 1 lugar / estabelecimento;
	Moradias e apartamento: 1 lugar/ unidade de alojamento;
	Estabelecimentos de hospedagem e hostel: 20% dos quartos existentes.
Em situações não tipificadas pelo uso, o estacionamento é avaliado caso a caso	
Dispensa do cumprimento dos parâmetros de estacionamento, em situações especiais:	
Intervenções em edifícios classificados ou a preservar, quando a criação de acesso ao seu interior seja incompatível com as suas características arquitetónicas ou as prejudique de modo determinante	
Intervenções em edifícios situados no Centro Histórico da Vila de Velas ou nos núcleos urbanos consolidados de Velas, Urzelina e Norte Grande, com acesso automóvel dificultado	
Edificações a levar a efeito em locais sem possibilidade de acesso permanente de viaturas por razões de ordenamento de tráfego;	

Impossibilidade ou inconveniência de natureza técnica, nomeadamente quando relativas às características geotécnicas dos terrenos, aos níveis freáticos ou ao comprometimento da segurança de edificações envolventes, ou ainda as decorrentes da eventual reduzida dimensão das parcelas ou das fachadas dos edifícios
Impossibilidade decorrente do cumprimento de alinhamentos ou outras disposições imperativas relativas à implantação dos edifícios

5.3.1. Rede Urbana Municipal

O estabelecimento de uma hierarquia dos aglomerados urbanos no âmbito da rPDM de Velas tem por base a necessidade de estabelecer uma adequada utilização e gestão do território, com o intuído da melhoria das condições de vida dos habitantes. A definição da hierarquia da rede urbana permite definir para cada nível hierárquico os parâmetros urbanísticos para os vários usos possíveis em cada, numa lógica de apoio às atividades económicas privilegiadas em cada e dos usos estabelecidos.

O concelho de Velas organiza-se em 6 freguesias, onde os aglomerados urbanos desenvolvem geralmente ao longo das vias estruturantes, com situações de maior dispersão do edificado e menor variedade de usos e equipamentos e noutras situações de maior concentração do edificado e maior diversidade de usos e equipamentos. Apesar da existência de alguma contiguidade entre alguns aglomerados, existe uma organização de polos com maior importância do que outros.

A hierarquia estabelecida para a situação existente identifica 5 níveis, como indica o quadro 79, as seguintes:

- Nível 1, destina-se ao aglomerado que se assumo como o centro da rede urbana, com maior número de equipamentos, serviços, funções e população, a Vila de Velas;
- Nível 2, corresponde aos aglomerados com funções importantes na rede urbana, seja apoiando com serviços aos aglomerados próximas, seja dispondo de atividades relevantes no concelho, como Urzelina, Queimada (vários serviços, aeroporto), Beira (equipamentos de apoio a nível local e de apoio a outros aglomerados, indústria de derivados de leite);
- Nível 3, engloba os aglomerados com funções importantes a nível local ou especializados, com proximidade a aglomerados relevantes (a nível superior), como Santo Amaro (com equipamentos de apoio local e aos aglomerados próximas, como a escola primária), Rosais (equipamentos de apoio local, com uma população residente relevante e edificado, dependente dos aglomerados de nível superior, disponde de caraterísticas de aglomerado dormitório, uma vez que a maior parte da população labora no sector terciário, deslocando para outros aglomerados) e São Pedro (apresenta uma área especializada, zona industrial de Velas, com a acumulação de atividades e localização privilegiada, apesar da população residente reduzida);

- Nível 4, atribui-se aos aglomerados com funções importantes a nível local, como Norte Grande e Manadas;
- Nível 5, aplica-se aos restantes aglomerados urbanos.

Quadro 79. Níveis hierárquicos da situação existente

Níveis hierárquicos	Aglomerados urbanos
I	Vila das Velas
II	Urzelina, Queimada e Beira
III	Santo Amaro, Rosais, São Pedro
IV	Norte Grande e Manadas
V	Restantes aglomerados

Nos últimos anos a tendência no concelho é da diminuição da população, principalmente do lado Norte da ilha e verifica-se um aumento da população como de atividades próximo do centro principal, Velas.

As intenções da revisão do plano vão no sentido de inverter esta situação, em que o território urbano tem um desenvolvimento harmonioso, contribuindo para a fixação da população jovem e a diversificação económica.
Nesta linha a proposta de rPDM de Velas estabelece três níveis de hierarquia para efeitos de planeamento de equipamentos e infraestruturas, como indicada no quadro 80. Esta estrutura segue a hierarquia da situação existente, mantendo o primeiro nível, agrupando os níveis II a IV da situação existente, no nível II e o nível V da situação existente corresponde ao nível III, com os restantes aglomerados e a Queimada. Assim, a estrutura proposta é a seguinte:

- Nível 1, destina-se ao aglomerado que se assumo como o centro da rede urbana, com maior número de equipamentos, serviços, funções e população, a Vila de Velas, em linha com a situação atual;
- Nível 2, corresponde essencialmente às sedes de freguesia, Rosais, Santo Amaro, Urzelina, Manadas e Norte Grande, e aglomerado com importância na rede urbana, Beira;
- Nível 3, engloba os aglomerados restantes.

Quadro 80. Níveis hierárquicos da proposta de revisão do PDM

Níveis hierárquicos	Aglomerados urbanos
I	Vila de Velas
II	Rosais, Beira, Santo Amaro, Urzelina, Manadas, Norte Grande
III	Queimada- Fajã de Santo Amaro, Terreiros, Fajã do Ouvidor, Santo António, Toledo, Ribeira da Areia, Ribeira do Nabo

5.3.2. Espaços urbanos consolidados

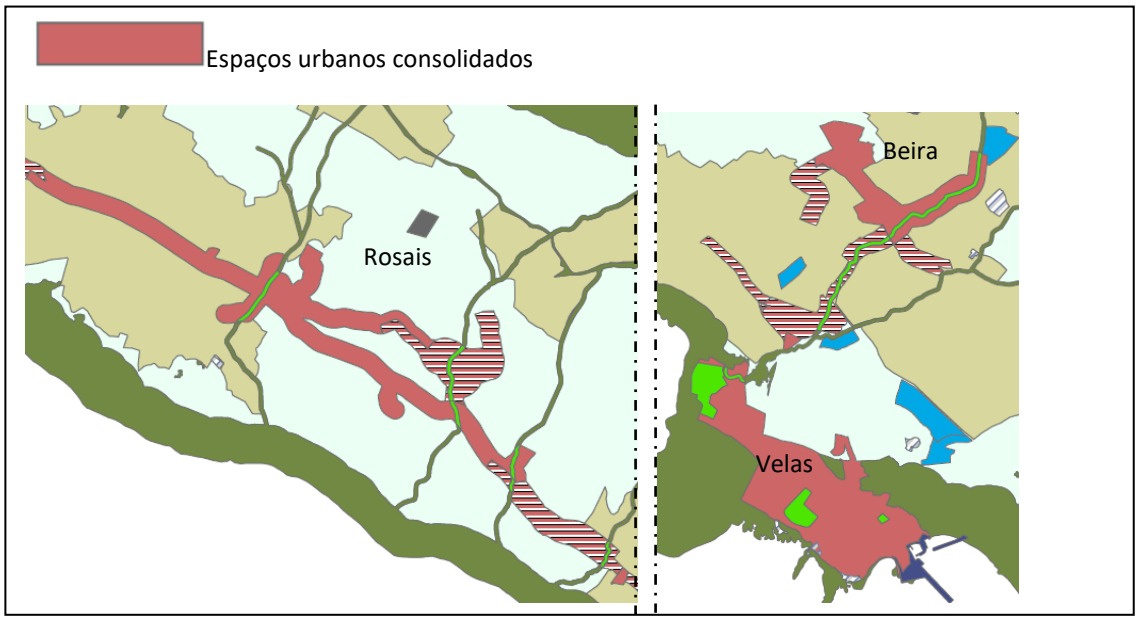
Os espaços urbanos consolidados são aqueles que fazem parte do perímetro urbano, com rede viária infraestruturada de apoio às construções, onde a totalidade ou maior parte dos lotes ou parcelas encontram-se edificados. A demarcação destes espaços teve por base a área da estrutura urbana existente dos aglomerados. A área total estabelecida por estes espaços é de 314,4 ha, que corresponde a 2,7% do solo do concelho.

O regime de edificação está associado à distribuição hierárquica dos aglomerados com as seguintes localizações:

- Vila de Velas, inclui o Centro Histórico de Velas;
- Fajã do Ouvidor;
- Rosais;
- Beira;
- Santo Amaro;
- Queimada-Fajã de Santo Amaro;
- Ribeira do Nabo;
- Urzelina;
- Terreiros;
- Manadas.

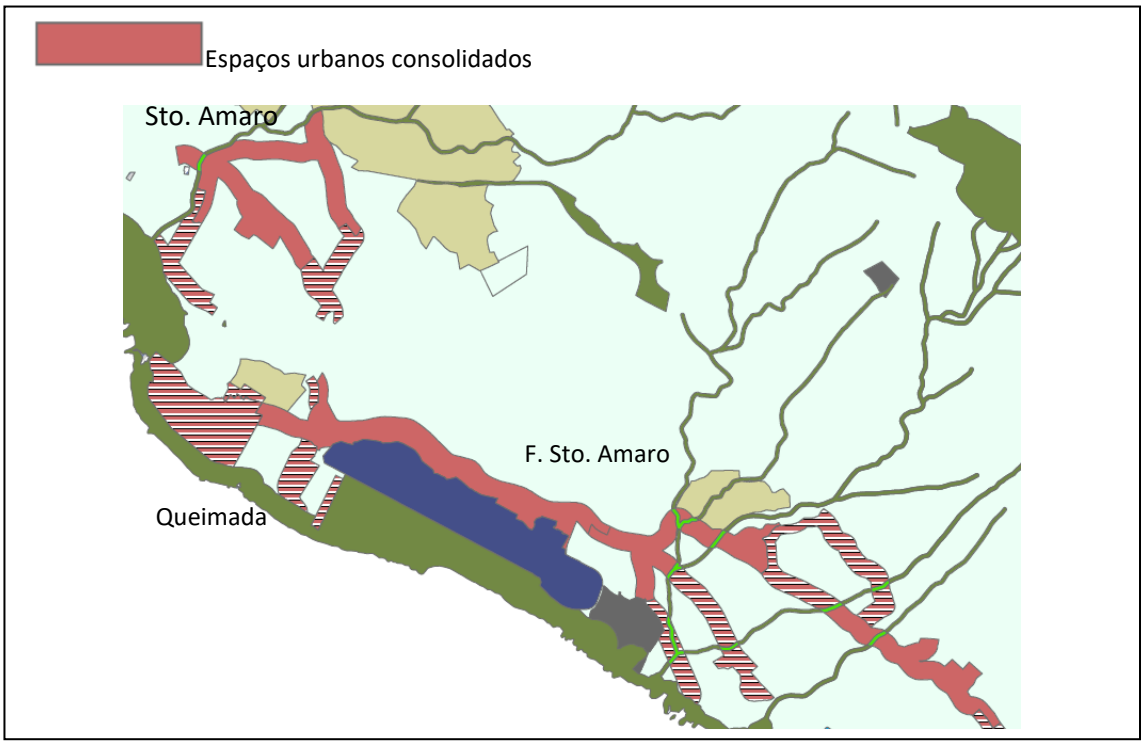
Nas figuras seguintes contempla-se as machas dos espaços urbanos consolidados em cada aglomerado segundo a planta de ordenamento da rPDM (figuras 69 a 72).

Figura 69. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Rosais e Velas



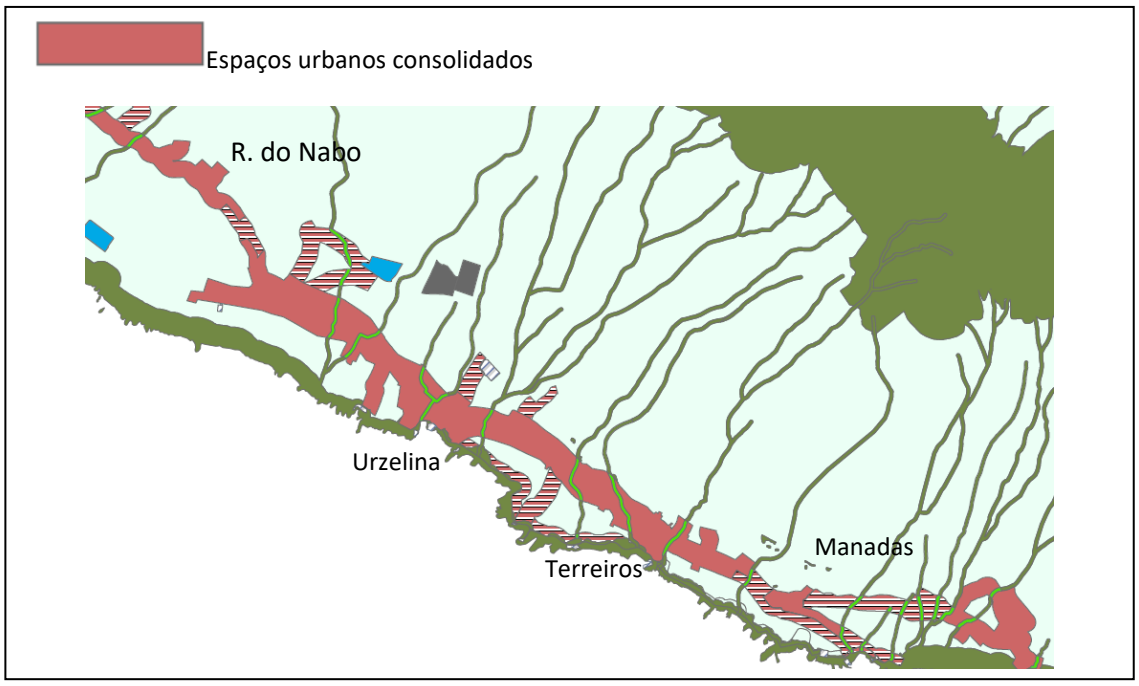
Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 70. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Santo Amaro



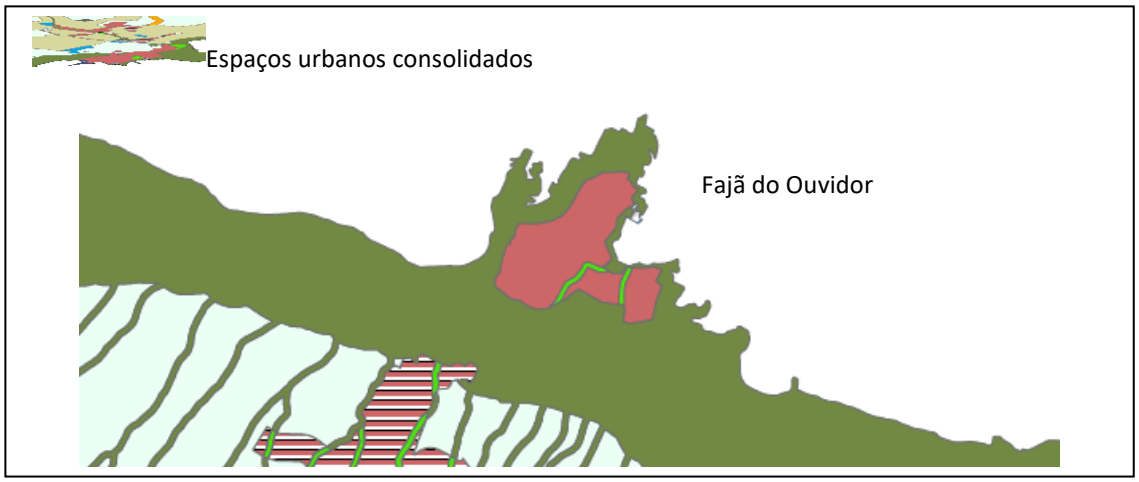
Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 71. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Urzelina e Manadas



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 72. Espaços Urbanos Consolidados na Planta de Ordenamento na rPDM Fajã do Ouvidor



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Para cada localização a rPDM propôs parâmetros urbanísticos, os quais apresentam diferenças em relação ao PDM em vigor, por imposição do RJIGT- A da aplicação do Anexo I- conceitos técnicos do ordenamento do território e urbanísticos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, com a pretensão de uniformização dos vários IGT, e adaptação à realidade da procura de edificação no município. Os quadros seguintes apresentam os parâmetros urbanísticos propostos pela rPDM e do PDM em vigor (quadros 81 e 82).

Os parâmetros urbanísticos tiveram por base a hierarquia do território, com maior densidade na Vila de Velas, no centro histórico, onde o tecido urbano encontra-se mais preenchido e uma maior ocupação da propriedade, dai a necessidade dos índices de ocupação do solo e utilização mais elevados, decorrente das situações existentes. Na Vila de Velas, o número de pisos e a altura da fachada chega aos 3 pisos, uma vez que existem edifícios com mais de dois pisos.

Quadro 81. Parâmetros nos Espaços Urbanos Consolidados rPDM e PDM, Velas

Zona	rPDM		PDM em vigor	
	Índice		Índice	
	Existente	Novas Construções	Urbanos	Urbanizáveis
UOPG03 - Centro Histórico da Vila de Velas	Ocupação do solo max.: 70%	60%	Construção bruto max.: 0,3	
	Utilização do Solo max.: 1,5	1,2	Construção líquido max.: 0,5	
	Altura da fachada max: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitação: 3 pisos e 9,5m - Outro uso: 3 pisos e 11,5m	Altura da fachada max: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitação: 2 pisos e 7,5m - Outro uso: 2 pisos e 8,5m	Cércea max.: - N.º pisos: 3 - Altura: 10m	
	Impermeabilização max. 80%	70%	Densidade populacional max.: 90hab/ha	
Vila de Velas	Ocupação do solo max.: 60%		Construção bruto max.: 0,3	
	Utilização do Solo max.: 1,0		Construção líquido max.: 0,5	
	Altura da fachada max.: dos edifícios adjacentes - Habitação: 3 pisos e 9,5m de altura - Outros usos: 3 piso e 11,5m de altura		Cércea max.: - N.º pisos: 3 - Altura: 10m	Cércea max.: -N.º pisos: 2 -N.º pisos: 3 (com comércio no piso térreo)
	Profundidade max.: alinhamentos com os edifícios ou parcelas contíguas e assegurado a salubridade das edificações e privacidade		Densidade populacional max.: 90hab/ha	
	Impermeabilização max. 70%		-	

Fonte: Fonte: *DRR n.º 7/2005/A, 23 de março*

O índice de ocupação do solo nos Rosais, Beira, Santo Amaro, Urzelina, Manadas, Fajã do Ouvidor é igual à vila de Velas, uma vez que no tecido consolidado apresenta semelhanças na ocupação do solo podendo existir situação com ocupação entre os 40% e 65%. Por sua vez, na Queimada, Fajã de Santo Amaro, Terreiros, Ribeira do Nabo, o índice de ocupação do solo é inferior, tendo em conta o edificado existente. Nestes territórios estabeleceu-se os dois pisos, como no PDM em vigor, e a diferença na altura da fachada em usos diferentes, pois na habitação o pé direito livre do piso, mínimo de 2,40m, é inferior que nos usos de serviços e comércio, que no mínimo tem de ser de 3,00m, o que condiciona a altura da fachada dos edifícios. O índice de impermeabilização acresce mais 10% em relação à ocupação do solo, de modo a garantir a necessidade de pavimentos permeáveis à volta das edificações e percursos de acesso. Nas operações de loteamento são acrescidos de mais parâmetros, como a disposição do edificado no lote, permitindo o isolado e o geminado, com a definição da área mínima do lote e a frente do lote. Deu-se preferência a disposições no lote que contribuem para que os imoveis

dispõem maior exposição solar, com pelo menos 3 fachadas, e cujos tipos podem mais facilmente integrar-se com os edifícios característicos da arquitetura popular nestes locais. A área mínima do lote isolado é maior que o geminado, pois requer de espaço livre à volta de todo o edifício, enquanto no geminado uma das fachadas é empena. A área mínima do lote é de pelo menos os 300 m2 garantindo pelo menos uma ocupação do solo de 150m2 (considerando 50% índice). A frente de lote geminado é de pelo menos 10m, considerando uma frente da moradia de pelo menos 7m (0,3m parede +3,05m largura quarto+0,3m parede +3,05m largura quarto +0,3m parede), enquanto a frente de lote isolado de pelo menos 12m, considerando uma frente da moradia de pelo menos 6m (0,3m parede+2,5m largura quarto+0,3m parede+2,6m largura quarto+0,3m parede).

Quadro 82. Parâmetros nos Espaços Urbanos Consolidados rPDM e PDM, restantes aglomerados

rPDM			PDM em vigor	
Zona		**Índice**	**Índice**	
			Urbanos*	**Urbanizáveis****
Rosais, Beira, Santo Amaro, Urzelina, Manadas, Fajã do Ouvidor	Geral	Ocupação do solo max.: 60%	Construção bruto max.: - Geral: 0,2 - F. Ouvidor: 0,3	Construção bruto max.: 0,2
		Utilização do Solo max.: 0,6	Construção líquido max.: - Geral: 0,4 - F. Ouvidor: 0,5	
		Altura da fachada max: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitacional: 2 pisos e 6,5m - Outros usos: 2 pisos e 7,5m	Cércea max.: Geral - N.º pisos: 2 - Altura: 6,5m F. Ouvidor - N.º pisos: 1 - Altura: 3,0m	Cércea max.: -N.º pisos: 2 - Altura: 6,5m
		Profundidade máxima: alinhamentos com os edifícios ou parcelas contíguas e assegurado a salubridade das edificações e privacidade	Densidade populacional max.: 60hab/ha	
		Impermeabilização max. 70%	-	
	Loteamento	Cumulativa com os parâmetros gerais		
		Habitação isolada, lote: - Área min.: 350m² - Frente min.: 15m		
		Habitação geminada, lote: - Área min.: 300m² - Frente min.: 10m		
Queimada Fajã de Santo	Geral	Ocupação do solo max.: 50%	Construção bruto max.: 0,2	

Amaro, Terreiros, Ribeira do Nabo		Utilização do Solo max.: 0,5	Construção líquido max.: 0,4	
		Altura da fachada max.: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitacional: 2 pisos e 6,5m - Turismo: 2 pisos e 7,5m	Cércea max.: - N.º pisos: 2 - Altura: 6,5m	
		Profundidade máxima: alinhamentos com os edifícios ou parcelas contíguas e assegurado a salubridade das edificações e privacidade	Densidade populacional max.: 60hab/ha	
		Impermeabilização max. 60%	-	
	Loteamento	Cumulativa com os parâmetros gerais		
		Habitação isolada, lote: - Área min.: 450m² - Frente min.: 12m		
		Habitação germinada, lote: - Área min.: 300m² - Frente min.: 10m		

Nota: * Urzelina, Norte Grande, Rosais, Beira, Santo Amaro, Queimada, Manadas, Toledo, Santo António, Ribeira da Areia, Fajã do Ouvidor; ** Urzelina.

Fonte: *DRR n.º 7/2005/A, 23 de março*

Quadro 83. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência

Uso	Área de Implantação	Área terreno	Índice de ocupação do solo
Habitação	222	556	40%
Habitação	241	1084	22%
Habitação	294,21	2420	12%
Habitação *	75,6	115	65%
Serviços não mercantis	136	528,5	26%
Oficina	212	877	24%
Stand/Armazém	693	3259	21%
Armazém	141	355	40%
Turismo	366	9983	3%
Sociedade *	323,1	384	84%
Hotel *	273	332,66	82%
Bebidas e Mini-mercado*	189	195	97%
Peixaria *	128,05	128,05	100%

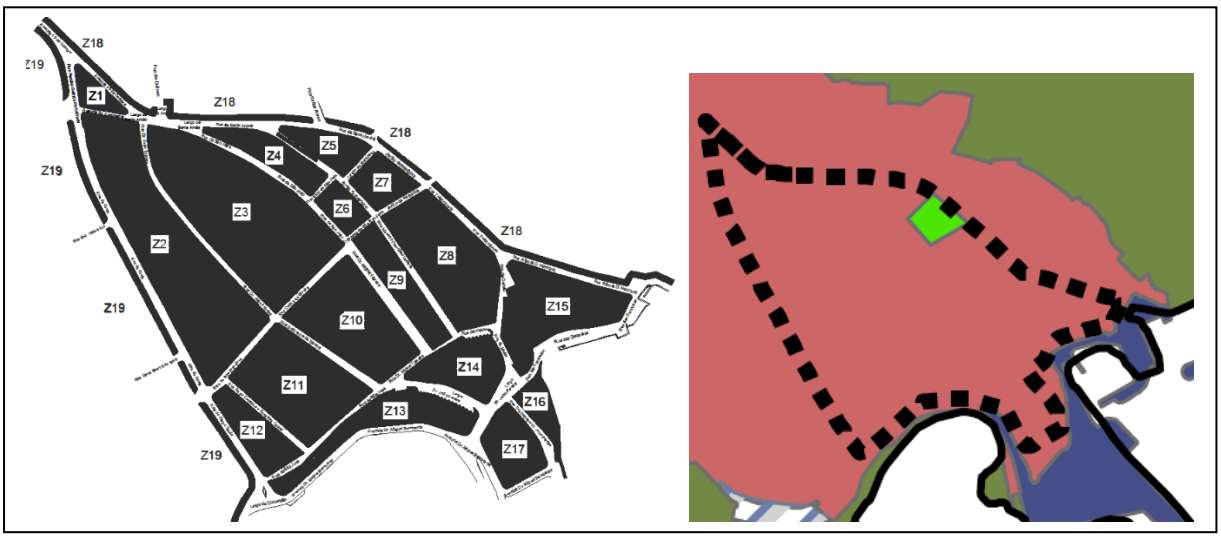
Nota: Processos urbanísticos de edifícios existentes*

Fonte: *CMV (2022)*

O Centro Histórico da Vila de Velas está identificado com polígono na planta de ordenamento e corresponde ao perímetro encerrado, com inicio na Avenida 19 de Outubro, Largo Santo Antão, Largo

das Almas, Rua de Santo André, Jardim da República, Rua Teófilo Braga, Rua Infante D. Henrique, Rua das Caravelas, Rua Conselheiro Dr. José Pereira, Avenida de Miguel Bombarda, Largo da Conceição, Rua do Corpo Santo, Rua da Gruta, Rua Poetisa Belmira de Andrade e fechando o perímetro Avenida 19 de Outubro, sendo a interpretação de inclusão no perímetro feita de ambos os lados de cada arruamento. No PDM em vigor está identificado uma área semelhante à proposta, identificada como um conjunto de interesse arquitetónico, denominado de centro tradicional, que devia ter sido alvo de PP, situação que não foi concretizada. A área proposta na rPDM apresenta os limites bem definidos, não criando dúvidas como a área do centro tradicional no PDM em vigor.

Figura 73. Delimitação da UOPG03 - Centro Histórico da Vila de Velas



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDMV (2023). CMV (2019)*

O Centro Histórico de Velas está abrangido pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Centro Histórico das Velas (UOPG03- Centro Histórico da Vila de Velas) e deve ser alvo de PP. Enquanto não for publicado deve ser tido em conta as regras enumeradas no quadro 84. As regras propostas seguem as orientações propostas no PDM em vigor, com alguns ajustes, principalmente, relativo a matérias e cores, esclarecendo o adequado e o interdito, segundo as soluções adotadas nas intervenções nos edifícios nesta área, na atualidade.

Quadro 84. Condicionantes na UOPG03 - Centro Histórico da Vila de Velas rPDM e PDM

rPDM	PDM (DRR n.º 24/2005)
As novas construções devem integrar-se no conjunto onde se inserem quanto à forma e volumetria, assim como quanto aos materiais de revestimento, cores, configuração, textura e cor das coberturas, sendo interdito o uso de telha de fibrocimento e chapa zincada como acabamento final das coberturas	As novas construções deverão integrar-se no conjunto onde se inserem quanto à forma e volumetria, assim como quanto aos materiais de revestimento, cores, configuração, textura e cor das coberturas (b), n.º 7, art.º 6)
As novas construções a implantar devem respeitar os alinhamentos e as cérceas dos edifícios contíguos	As novas construções a implantar deverão respeitar os alinhamentos e as cérceas dos edifícios contíguos (c), n.º 7, art.º 6)

No caso de novas construções inseridas em conjunto urbano existente ou no caso de aumento de volume de edifícios existentes, os telhados devem respeitar a escala, forma, pendente e orientação dos telhados dos edifícios confinantes, sendo por norma cobertos com telha de argila de aba e canudo, ou canudo com formato e cor idênticos à telha regional, permitindo-se o uso de telha betão tipo rustico, sendo interdita a cor negra ou outra que não as castanhas ou vermelhas, devendo ser previsto o acondicionamento das águas pluviais através de sistema de caleiras de alumínio lacado de cor cinza, assim como os acessórios de fixação	No caso de novas construções inseridas em conjunto urbano existente ou no caso de aumento de volume de edifícios existentes, os telhados devem respeitar a escala, forma, pendente e orientação dos telhados dos edifícios confinantes, sendo cobertos com telha de argila com formato e cor idênticos à telha regional (e), n.º 7, art.º 6)
A ampliação dos edifícios existentes e as novas construções, não devem pôr em causa a existência de logradouro, enquanto elemento constituinte do agrupamento de edifícios em que este se insere, não sendo possível a construção em segunda linha, excetuando-se deste disposto as situações de gaveto	A ampliação dos edifícios existentes e as novas construções, não deverão pôr em causa a existência de logradouro quanto elemento constituinte do agrupamento de edifícios em que este se insere (f), n.º 7, art.º 6)
Nas fachadas arquitetonicamente bem caracterizadas devem ser respeitados, em operações de alteração ou ampliação, todos os elementos arquitetónicos que as constituem, tais como, socos, cornijas, cunhais, molduras, óculos, quer ainda o desenho, a cor, os materiais e os acabamentos, é interdita a demolição total ou parcial de edifícios de alvenaria de tufo	Nas fachadas arquitetonicamente bem caracterizadas devem ser respeitados em operações de alteração ou ampliação todos os elementos arquitetónicos que as constituem, tais como socos, cornijas, cunhais, molduras, óculos, quer ainda os desenhos, as cores, os materiais e os acabamentos (g), n.º 7, art.º 6)
Nos edifícios com fachadas arquitetonicamente bem caracterizadas, as intervenções devem cumprir os seguintes requisitos previstos nas alíneas: - Os rebocos devem ser feitos em argamassa de cimento, cal e areia de traço semelhante ao existente, caiados ou pintados, nas cores tradicionais; - Nas obras incidentes em edifícios existentes, nomeadamente de conservação, alteração e, eventualmente, reconstrução, as janelas, portas e caixilharias, devem ser executadas em madeira no estrito respeito pelos desenhos originais, podendo ser executadas em alumínio, PVC, desde que respeitem aquele desenho original; - As chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas, mantendo o desenho e métricas originais, salvo se não for possível por outro processo melhorar as condições de salubridade do edifício, devendo o pedido de licenciamento prévio ser acompanhado por um relatório técnico subscrito por técnico legalmente habilitado para o efeito.	Nos edifícios com fachadas arquitetonicamente bem caracterizadas, as intervenções devem cumprir os seguintes requisitos: os rebocos devem ser feitos em argamassa de cimento, cal e areia de traço semelhante ao existente, caiados ou pintados nas cores tradicionais; as janelas, portas e caixilharias, deverão ser executadas em madeira no estrito respeito pelos desenhos originais; as chaminés antigas devem ser consolidadas e preservadas; as coberturas não podem ser planas e em betão armado (h), n.º 7, art.º 6)

Quando forem encontrados em terrenos públicos ou particulares, por motivo de obras, escavações ou outros trabalhos, monumentos, ruínas, inscrições, moedas ou objetos de valor cultural, a Câmara Municipal ordena, de imediato, a suspensão dos trabalhos e comunica essa ocorrência ao departamento do governo com competência em matéria de cultura	Quando forem encontrados em terrenos públicos ou particulares, por motivo de obras, escavações ou outros trabalhos, monumentos, ruínas, inscrições, moedas ou objetos de valor cultural, a Câmara Municipal ordenará a suspensão dos trabalhos e comunicará a ocorrência à Secretaria Regional da Educação e Cultura, a fim de esta tomar as necessárias providencias (i), n.º 7, art.º 6)

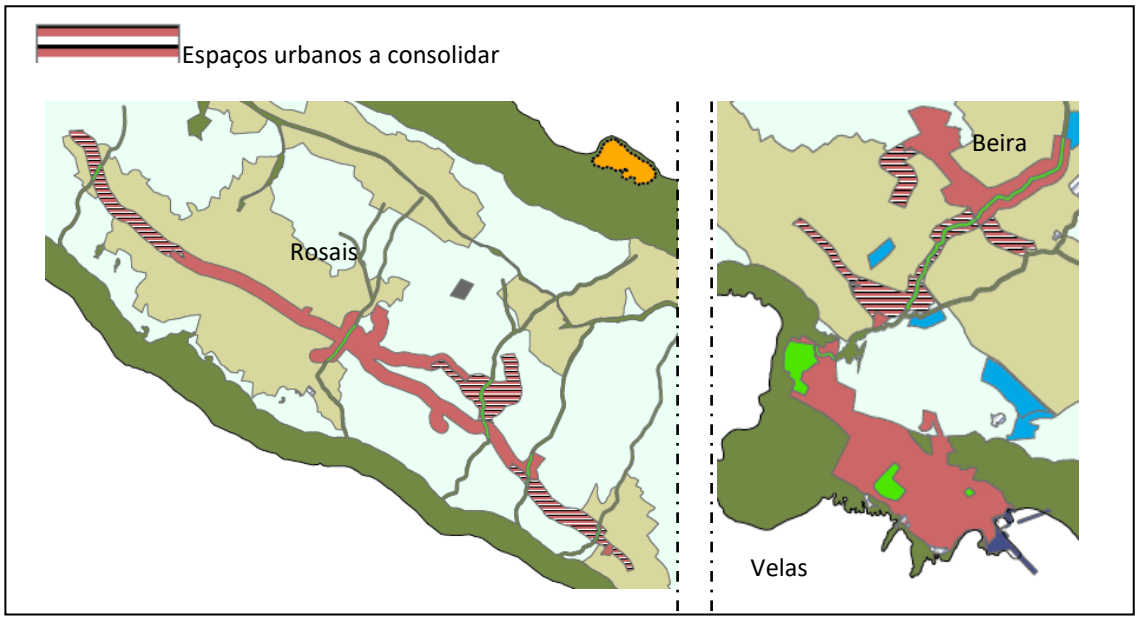
Fonte: *DRR n.º 7/2005/A, 23 de março*

5.3.3. Espaços Urbanos a consolidar

Os espaços urbanos a consolidar são aqueles que fazem parte do perímetro urbano, com rede viária infraestruturada de apoio às construções, onde parcialmente os lotes ou parcelas encontram-se edificados. A demarcação destes espaços teve por base a dispersão da estrutura urbana existente dos aglomerados. A área total estabelecida por estes espaços é de 233,5 ha, que corresponde a 2,0% do solo do concelho.

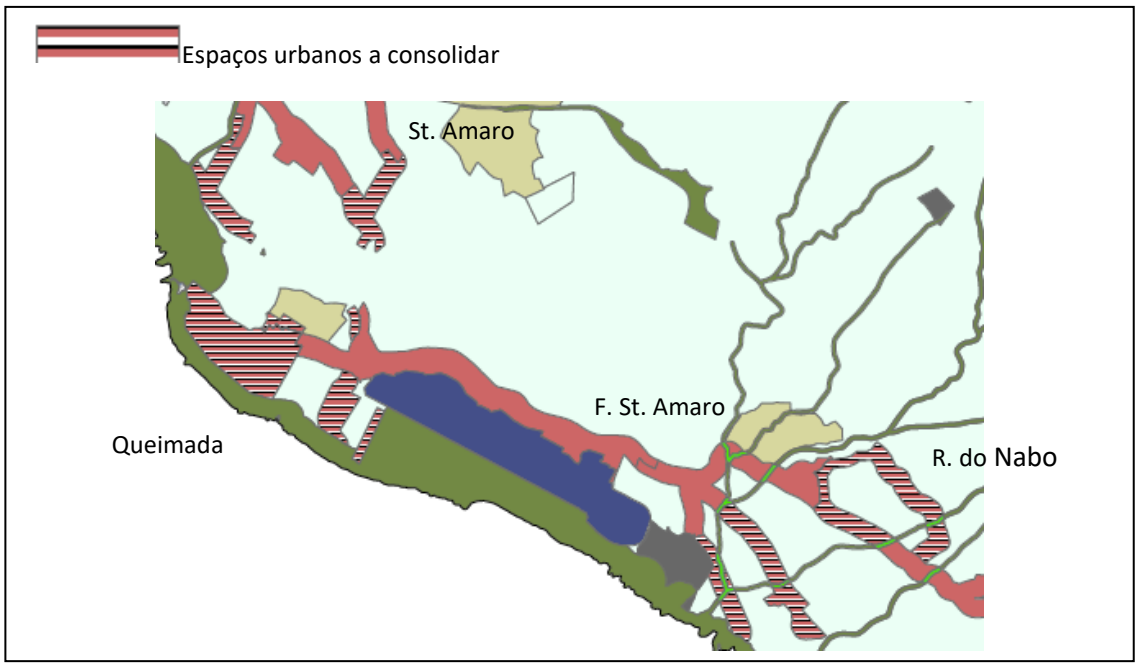
Nas figuras seguintes contempla-se as machas dos espaços urbanos a consolidar em cada aglomerado segundo a planta de ordenamento da rPDM (figuras 74 a 78).

Figura 74. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Rosais e Velas



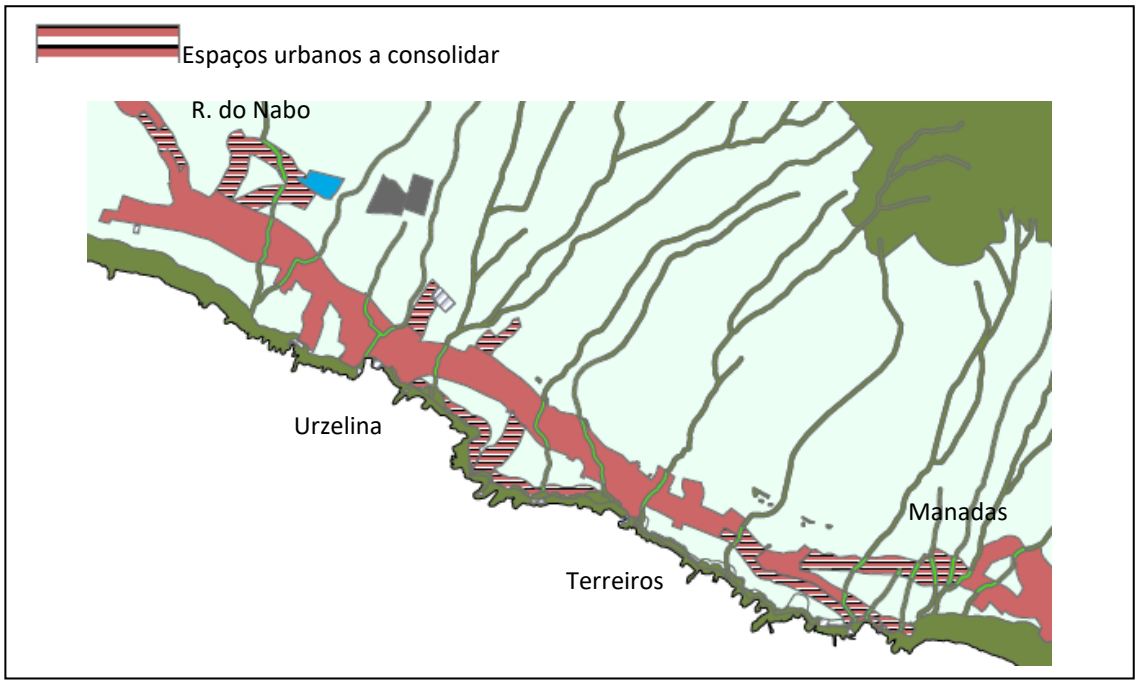
Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 75. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Santo Amaro



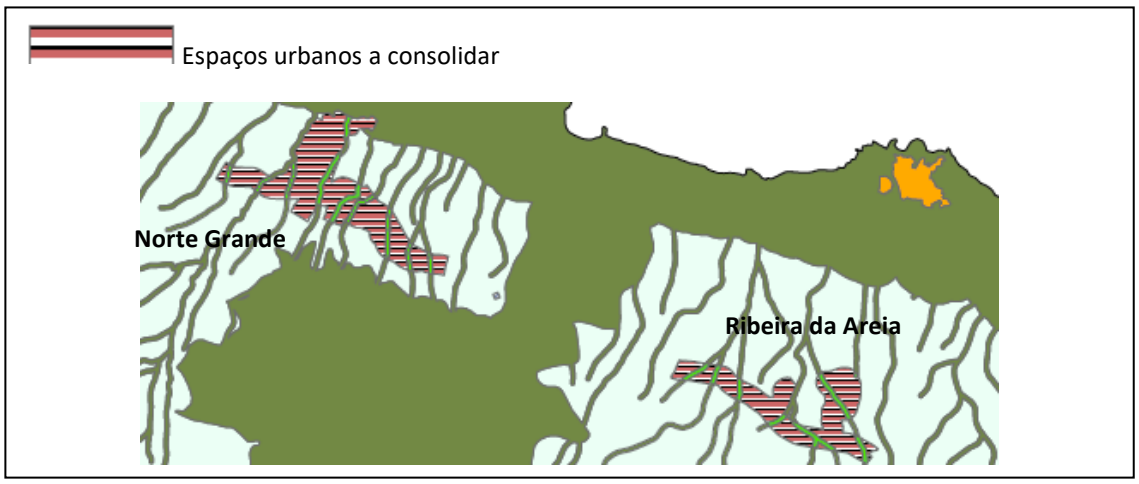
Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 76. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Urzelina e Manadas



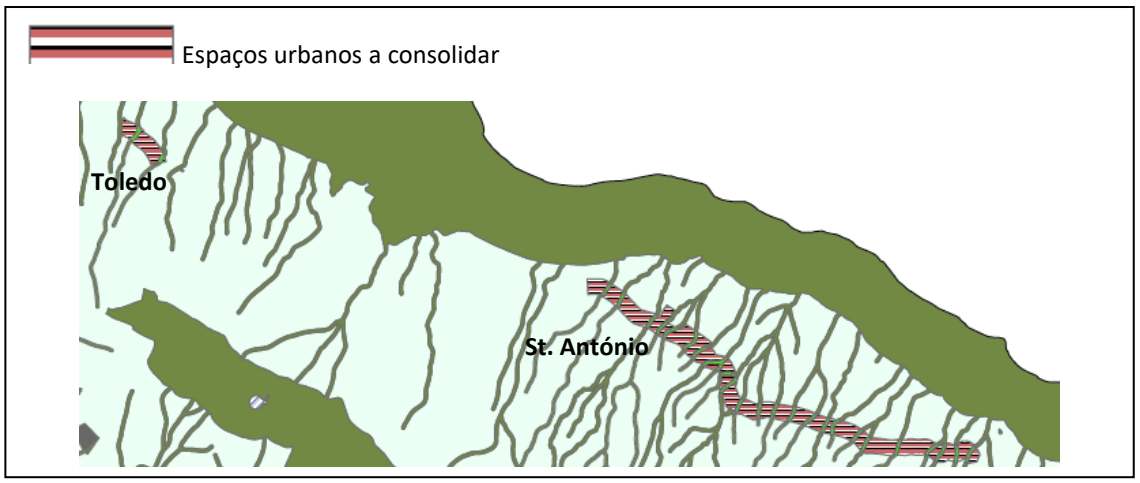
Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 77. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Norte Grande



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Figura 78. Espaços Urbanos a Consolidar na Planta de Ordenamento na rPDM Norte Grande e Santo Amaro



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

O regime de edificação está associado à distribuição hierárquica dos aglomerados com as seguintes localizações:

- Ribeira da Areia;
- Norte Grande;
- Santo António;
- Toledo;
- Beira -São Pedro;
- Rosais;
- Santo Amaro;
- Queimada- Fajã de Santo Amaro;
- Ribeira do Nabo;

- Urzelina;
- Terreiros;
- Manadas.

Para cada localização são estabelecidos os parâmetros urbanísticos apresentados nos quadros seguintes, onde é possível visualizar os parâmetros propostos da rPDM e do PDM em vigor. O índice de ocupação do solo nos Rosais, Beira-São Pedro, Santo Amaro, Urzelina, Manadas, Norte Grande, Queimada -Fajã de Santo Amaro, Terreiros, Ribeira do Nabo, é de 50%, menos 10% que nos espaços consolidados, pois na situação de ocupação do solo existentes pode chegar aos 40% e pontualmente aos 65%. Por sua vez, em Santo António, Toledo, Ribeira da Areia, o índice de ocupação do solo é inferior, tendo em conta o edificado existente, com índice de 30%. Nestes territórios estabeleceu-se os dois pisos, como no PDM em vigor, e a diferença na altura da fachada em usos diferentes, pois na habitação o pé direito livre do piso, mínimo de 2,40m, é inferior que nos usos de serviços e comércio, que no mínimo tem de ser de 3,00m, o que condiciona a altura da fachada dos edifícios. O índice de impermeabilização acresce mais 10% em relação à ocupação do solo, de modo a garantir a necessidade de pavimentos permeáveis à volta das edificações e percursos de acesso. Nas operações de loteamento são acrescidos de mais parâmetros, como a disposição do edificado no lote, permitindo o isolado e o geminado, com a definição da área mínima do lote e a frente do lote. Deu-se preferência a disposições no lote que contribuem para que os imoveis dispõem maior exposição solar, com pelo menos 3 fachadas, e cujos tipos podem mais facilmente integrar-se com os edifícios característicos da arquitetura popular nestes locais. A área mínima do lote isolado é maior que o geminado, pois requer de espaço livre à volta de todo o edifício, enquanto no geminado uma das fachadas é empena. A área mínima do lote é de pelo menos os 300 m2 garantindo pelo menos uma ocupação do solo de 90m2 (considerando 30% índice). A frente de lote geminado é de pelo menos 10m, considerando uma frente da moradia de pelo menos 7m (0,3m parede +3,05m largura quarto+0,3m parede +3,05m largura quarto +0,3m parede), enquanto a frente de lote isolado de pelo menos 12m, considerando uma frente da moradia de pelo menos 6m (0,3m parede+2,5m largura quarto+0,3m parede+2,6m largura quarto+0,3m parede).

Quadro 85. Parâmetros nos Espaços Urbanos a Consolidar rPDM e PDM

rPDM			PDM em vigor	
Zona		**Índice**	**Índice**	
			Urbanos*	**Urbanizáveis****
Rosais, Beira-São Pedro, Santo Amaro, Urzelina, Manadas, Norte Grande, Queimada -Fajã de Santo Amaro, Terreiros, Ribeira do Nabo	Geral	Ocupação do solo max.: 50%	Construção bruto max.: 0,2	
		Utilização do Solo max.: 0,5	Construção líquido max.: 0,4	
		Altura da fachada max.: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitacional: 2 pisos e 6,5m - Outros usos (turismo): 2 pisos e 7,5m	Cércea max.: - N.º pisos: 2 - Altura: 6,5m	
		Profundidade max.: alinhamentos com os edifícios ou parcelas contíguas e assegurado a	Densidade populacional max.: 60hab/ha	

Carregadouro		salubridade das edificações e privacidade.		
		Impermeabilização max: 60%	-	
	Loteamento e destaque	Cumulativa com os parâmetros gerais	-	
		Habitação isolada, lote: - Área min.: 450m² - Frente min.: 12m		
		Habitação germinada, lote: - Área min.: 300m² - Frente min.: 10m		
Santo António, Toledo, Ribeira da Areia	Geral	Ocupação do solo max.: 30%	Construção bruto max.: 0,2	
		Utilização do Solo max.: 0,4	Construção líquido max.: 0,4	
		Altura da fachada max.: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitacional: 2 pisos e 6,5m - Outros usos (turismo): 2 pisos e 7,5m	Cércea max.: - N.º pisos: 2 - Altura: 6,5m	
		Profundidade max.: alinhamentos com os edifícios ou parcelas contíguas e assegurado a salubridade das edificações e privacidade	Densidade populacional max.: 60hab/ha	
		Impermeabilização max: 50%	-	
	Loteamento e destaque	Cumulativa com os parâmetros gerais	-	
		Habitação isolada, lote: - Área min.: 450m² - Frente min.: 12m		
		Habitação germinada, lote: - Área min.: 300m² - Frente min.: 10m		

Nota: * Urzelina, Norte Grande, Rosais, Beira, Santo Amaro, Queimada, Manadas, Toledo, Santo António, Ribeira da Areia, Fajã do Ouvidor; ** Urzelina e Norte Grande.

Fonte: *DRR n.º 7/2005/A, 23 de março*

Na freguesia de Santo Amaro, a zona do Carregadouro, onde se aplicam os parâmetros urbanísticos Queimada-Fajã de Santo Amaro, devido aos vazios urbanos, está identificada como Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Carregadouro (UOPG04 – Carregadouro), identificada na planta de ordenamento.

Na freguesia da Urzelina, nos espaços urbanos a consolidar, existe uma exceção nos parâmetros urbanísticos na Marginal dos Casteletes, onde os índice são de menor ocupação nos prédios/ lotes, como é possível visualizar no quadro seguinte, uma vez que se trata uma zona de extensão da área

urbana, onde pretende-se manter as caraterísticas de baixa densidade existentes, com índice de ocupação do solo de 30%. Os edifícios devem ficar afastados do limite com a via de acesso de pelo menos 10m, garantindo a existência de jardim à frente da edificação como é possível visualizar nas edificações existentes, que geralmente estão afastadas da via. As operações de loteamento acumulativamente acrescem de parâmetros semelhantes às outras zonas, em Santo António, Toledo, Ribeira da Areia.

Quadro 86. Parâmetros nos Espaços Urbanos a Consolidar Marginal dos Casteletes rPDM e PDM

rPDM			PDM em vigor	
Zona		**Índice**	**Índice**	
			Urbanos*	**Urbanizáveis****
Urzelina – Marginal dos Castelestes	Geral	Ocupação do solo max.: 30%	Construção bruto max.: 0,2	
		Utilização do Solo max.: 0,4	Construção líquido max.: 0,4	
		Altura da fachada max.: da edificação a substituir ou edifício + alto da mesma frente de rua entre transversais - Habitacional: 2 pisos e 6,5m - Outros usos (turismo): 2 pisos e 7,5m	Cércea max.: - N.º pisos: 2 - Altura: 6,5m	
		A profundidade mínima de implantação das empenas são 10 metros do limite do lote contíguo ao arruamento	Densidade populacional max.: 60hab/ha	
	Loteamento e destaque	Cumulativa com os parâmetros gerais		
		Habitação isolada, lote: - Área min.: 450m² - Frente min.: 12m		
		Habitação germinada, lote: - Área min.: 300m² - Frente min.: 10m		

Quadro 87. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência

Uso	Área de Implantação	Área terreno	Índice de ocupação do solo
Habitação	222	556	40%
Habitação	241	1084	22%
Habitação	294,21	2420	12%
Habitação *	75,6	115	65%
Serviços não mercantis	136	528,5	26%
Turismo	366	9983	3%
Hotel *	273	332,66	82%
Bebidas e Mini-mercado*	189	195	97%

Nota: Processos urbanísticos de edifícios existentes*

Fonte: *CMV (2022)*

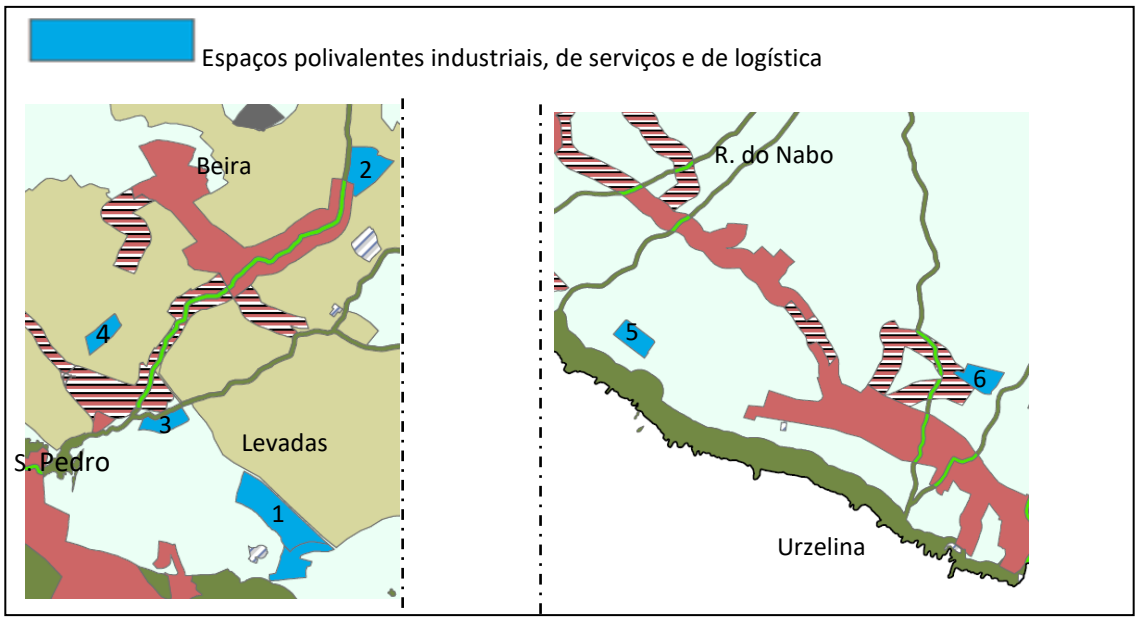
5.3.4. Espaços Polivalentes Industriais, de Serviços e de Logística

Os espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística são aqueles em solo urbano que se destinam às atividades económicas, aos estabelecimentos industriais de tipo 1, tipo2 e tipo3 e armazenagem, com a coexistência de serviços e equipamentos de apoio às atividades, não sendo possível o uso habitacional. A demarcação destes espaços teve por base as áreas existentes destinadas à atividade industrial relevantes e à zona industrial existente e sua possível extensão, uma vez que a área existente se encontra consolidada. A área total estabelecida por estes espaços é de 16,60ha, que corresponde a 0,10% do solo do concelho.

As áreas identificadas como espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística são:

- Zona Industrial de Velas, nas Levadas (na figura 79 identificado com o n.º 1);
- Espaço industrial, na Beira (na figura 79 identificado com o n.º 2);
- Espaço industrial, São Pedro (na figura 79 identificado com o n.º 3);
- Espaço das instalações camarárias, São Pedro (na figura 79 identificado com o n.º 4);
- Espaço da central termoelétrica, na Ribeira do Areeiro (na figura 79 identificado com o n.º 5);
- Zona Industrial da Urzelina (na figura 79 identificado com o n.º 6).

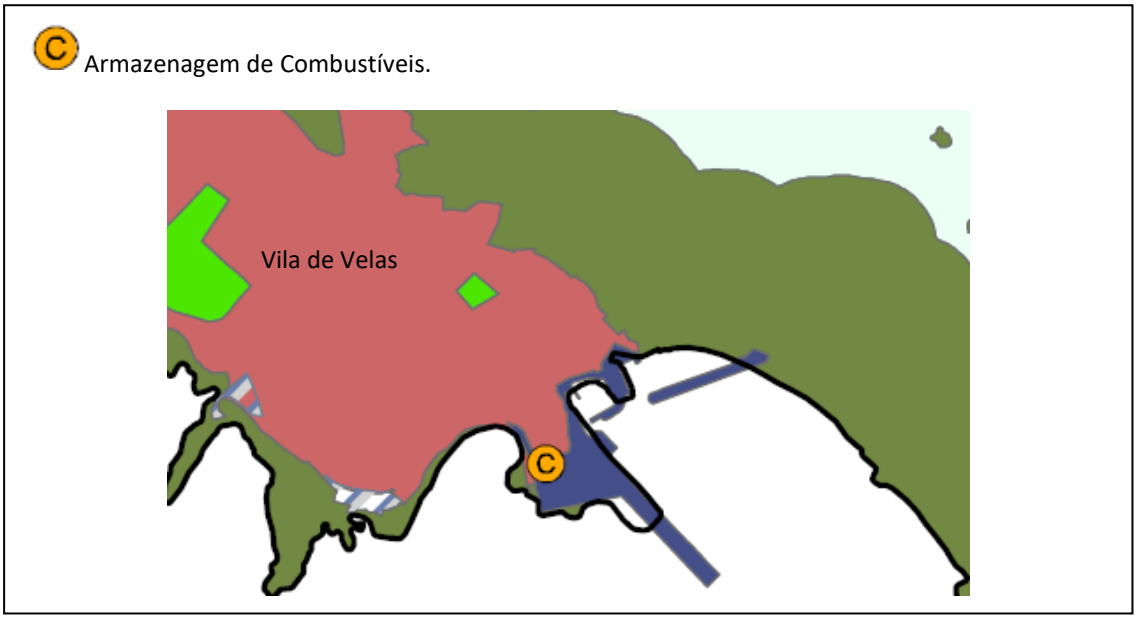
Figura 79. Espaços Polivalentes industriais, de serviços e de logística na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

O espaço de armazenagem de combustíveis do Porto de Velas foi representado na Planta de ordenamento com um símbolo, uma vez que não tem representatividade com uma trama.

Figura 80. Armazenagem de combustíveis do Porto de Velas, Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

No quadro seguinte identifica-se os parâmetros urbanísticos estabelecidos para os espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística na rPDM e comparando com os espaços semelhantes no PDM em vigor. Verifica-se que alguns princípios se mantém e há a adaptação de outros. Os parâmetros gerais seguem os parâmetros no PDM em vigor, na altura da fachada e nos afastamentos. O índice de ocupação do solo foi de 70%, valor superior que as ocupações existentes, dos processos de licenciamento, garantindo o aumento nas situações existentes. Na área destinada ao Futuro parque industrial das Levadas os índices são maiores, com uma ocupação do solo de 80%.

Quadro 88. Parâmetros nos Espaços Polivalentes Industriais, de Serviços e de Logística rPDM e PDM

rPDM		PDM em vigor
Zona	**Índice**	**Índice**
Geral	Ocupação do solo max.: 70%	Construção bruto max.: 0,8
	Utilização do Solo max.: 0,5	
	Altura da fachada dominante, se existente, altura da fachada max.: 9,0m	Cércea max.: 9m
	Manter o alinhamento. Afastamentos min.: -Limite posterior: 3,0m -Limite frontal: 5,0 m - Limite lateral: 0 a 3m (gaveto)	Afastamentos min.: -Limite posterior: 3,0m -Limite frontal: 5,0 m
	- Ligação sistema de abastecimento de água	- Ligação sistema de abastecimento de água
	- Drenagem e tratamento de águas residuais	- Drenagem e tratamento de águas residuais

	- Tipologias segundo a envolvente ou dominante no espaço	Coeficiente de impermeabilização do solo max.: 0,5
Parque Industrial das Levadas (indústrias tipos 1, 2 e 3)	Ocupação do solo max.: 80%	
	Utilização do Solo max.: 1	
	Impermeabilização do Solo max.: 90%	
	Altura da fachada max.: 9,0m	
	- Sistema de abastecimento de água ligado a rede pública ou autónoma	
	- Drenagem e tratamento de águas residuais autónomo	
	- Tipologias segundo a envolvente ou dominante no espaço	

Fonte: *DRR n.º 7/2005/A, 23 de março*

Quadro 89. Parâmetros urbanísticos de processos de licenciamento no concelho de referência

Uso	Área de Implantação	Área terreno	Índice de ocupação do solo
Serviços não mercantis	136	528,5	26%
Oficina	212	877	24%
Stand/Armazém	693	3259	21%
Armazém	141	355	40%

Nota: Processos urbanísticos de edifícios existentes*

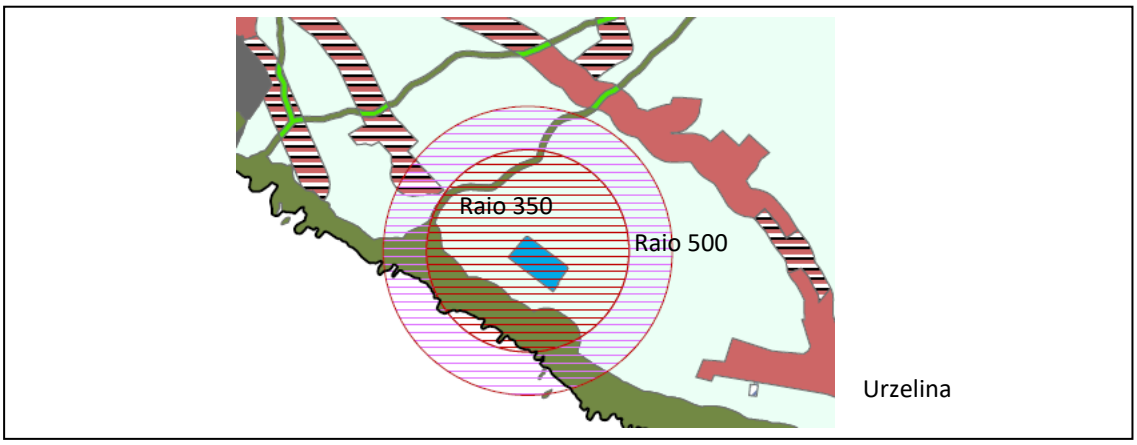
Fonte: *CMV (2022)*

É permitido a construção de anexos, ocupando uma área inferior a 10% da área total do lote ou prédio, com uma área de construção máxima de 100 m² e um pé-direito livre inferior a 4,5m.

Nestes espaços todas as unidades a instalar devem possuir, dentro do respetivo lote, espaços para estacionamento e para cargas e descargas de matérias-primas ou produtos manufaturados, sendo proibido fazer tais operações na via pública e é permitida a instalação de unidades de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, subprodutos e biomassa.

O espaço da central elétrica, na Ribeira do Areeiro, dispõe de uma zona de proteção non aedificandi com um raio de 350 m envolvente à central termoelétrica e uma zona de construção condicionada compreendida entre as circunferências de raio 350 m e 500 m conforme delimitado na planta de ordenamento. Situação que foi transposta do PDM em vigor (n.º 11, art.º 13.º do DRR n.º 7/2005/A, de 23 de março).

Figura 81. Central termoelétrica, na Ribeira do Areeiro, e respetivas zonas de proteção, Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

De acordo com o DLR n.º 12/2015/A, os estabelecimentos industriais são classificados em 3 tipos, os seguintes (art.º 8.º, DLR n.º 12/2015/A):

- Os estabelecimentos industriais de Tipo 1, aqueles cuja potência elétrica contratada é superior a 100 kVa e/ou o número de trabalhadores é superior a 20;
- Os estabelecimentos industriais de Tipo 2, aqueles cuja potência elétrica contratada é igual ou inferior a 100kVa e superior a 25 kVa e/ou o número de trabalhadores é superior a 4 e menor ou igual a 20;
- Os estabelecimentos de Tipo 3, aqueles cuja potência elétrica contratada é igual ou inferior a 25kVa, o número de trabalhadores é igual ou inferior a 4, a área coberta máxima é de 200m2 e cuja atividade exercida não contribua para especial perigosidade para o ambiente, como previsto nas listas I e II, do anexo XIX do DL n.º 236/98, de 1 de agosto.

Estes estabelecimentos devem localizar-se em localizações em zonas industriais (n. º1, art. º6, DLR n.º 12/2015/A).

5.3.5. Espaços de Equipamentos Urbanos

Os espaços de Equipamentos Urbanos são aqueles em solo urbano que se destinam a equipamentos coletivos e espaços de utilização pública de recreio e lazer, como espaços verdes, parques, praças e corredores verdes integrados na estrutura ecológica urbana. Nestes espaços podem proporcionar atividades ao ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura. Estes espaços podem integrar na estrutura ecológica municipal.

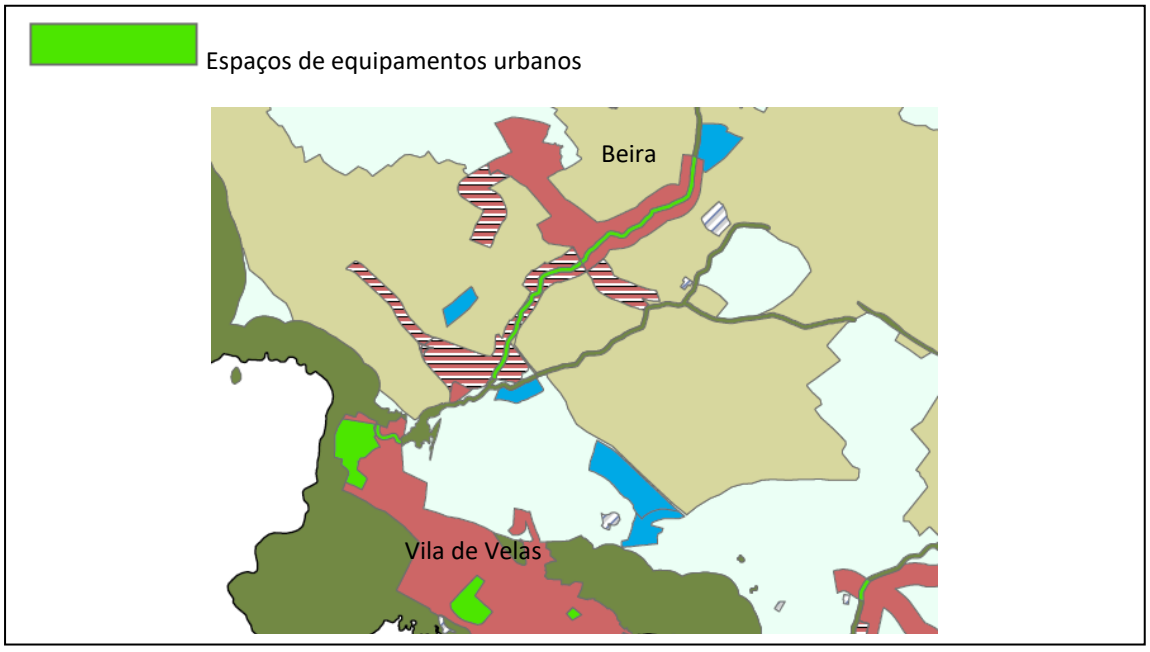
A demarcação destes espaços teve por base as áreas existentes destinadas a estes fins, no entanto na planta de ordenamento foram identificadas as áreas de maior dimensão, ficando por identificar zonas de pequenas dimensões por uma questão de escala.

Na planta de ordenamento estão identificadas as seguintes áreas:

- Na Vila de Velas: estádio municipal, piscinas municipais, escola profissional, parque multiuso, zona do arco (palco), escola secundária, Jardim da República;
- No geral, em vários aglomerados urbanos onde existe o atravessamento de linhas de águas: margens das linhas de águas que atravessam os espaços em solo urbano.

A área total estabelecida por estes espaços na planta de ordenamento é de 36,20 ha, que corresponde a 0,3% do solo do concelho.

Figura 82. Espaços de Equipamentos Urbanos na Planta de Ordenamento na rPDM Beira e Velas



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Nestes espaços são interditas ações que colocam em causa a salubridade ambiental e a vivencia das pessoas neles ou junto a eles, as seguintes:

- Execução de edificações, com exceção de equipamentos de apoio a atividades desportivas ao ar livre, redes de percursos pedonais e ciclovias, parques infantis, equipamentos de recreio, lazer e pequena restauração ou café, a implantar nos espaços de lazer, devidamente enquadrados em projeto de arquitetura paisagista, com área de implantação máxima da edificação de 40m², com 1 piso ou de 60m², com 2 pisos;
- Destruição de solo vivo e do coberto vegetal e o derrube de árvores vivas;

- Alterações topográficas;
- Deposição de resíduos, nomeadamente entulhos;
- O lançamento de efluentes em meio natural sem tratamento prévio.

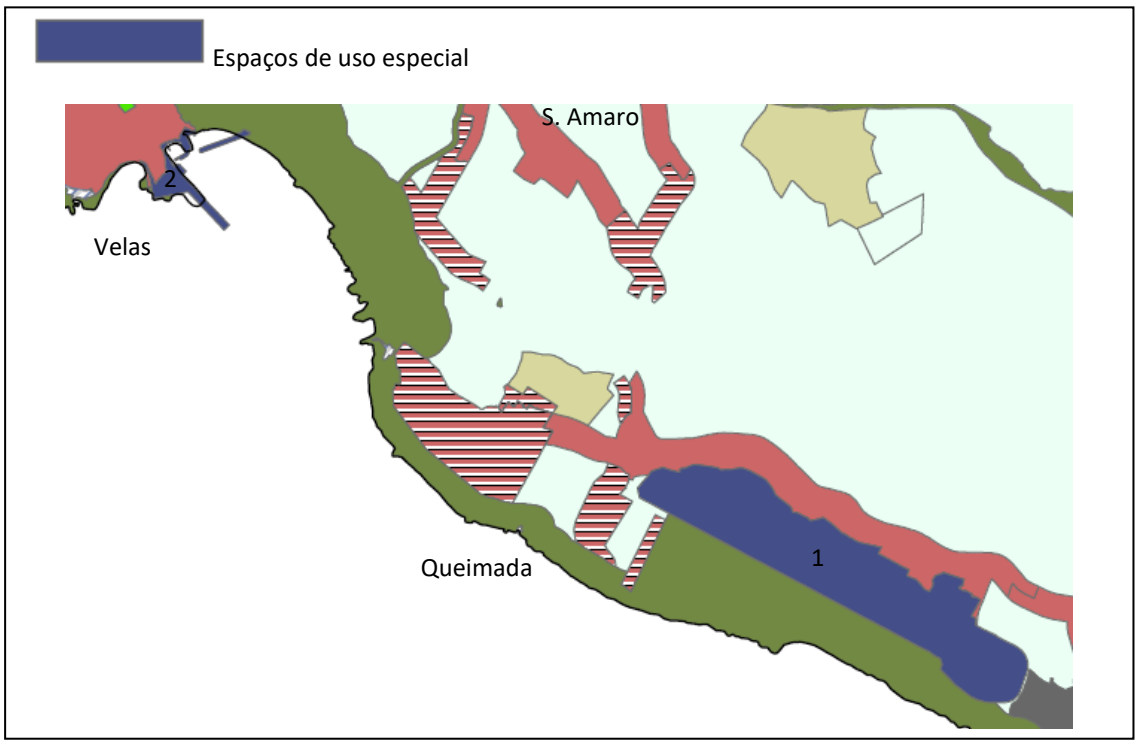
Estes espaços quando abrangidos pelo domínio hídrico, pela reserva ecológica e pelos espaços da zona A – Áreas Naturais e Culturais do POOC devem respeitar também estes regimes.

5.3.6. Espaços de Usos Especiais

Os espaços de usos especiais são aqueles em solo urbano que de acordo com as caraterísticas e localização, se encontram afetos a equipamentos e serviços de interesse público estruturantes e outros de interesse municipal. A área total estabelecida por estes espaços é de 42,80 ha, que corresponde a 0,40% do solo do concelho.
Enquadram-se nesta categoria e identificados na planta de ordenamento, uma vez que a sua dimensão o proporciona (figura 83), os seguintes espaços:

- Infraestruturas Aeroportuárias: Aeródromo de São Jorge (identificado na figura n.º 1);
- Infraestruturas Portuárias: Porto de Velas (identificado na figura n.º 2).

Figura 83. Espaços de Usos Especiais na Planta de Ordenamento na rPDM



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

Também se enquadram nesta categoria, mas que não foi possível delimitar na planta de ordenamento, devido à sua pequena dimensão, os miradouros.

Relativo aos miradouros estabelece que deve ser previsto espaço para o parqueamento de veículos automóveis próximo a estes.

No quadro seguinte são enumerados miradouros no concelho de Velas.

Quadro 90. Miradouros

Freguesia	Espaço	Acesso por:
Velas	Miradouro da Canavial	Estrada Regional
	Miradouro das Cruzes	Estrada Regional
	Miradouro Trilho botânico	Trilho botânico
	Miradouro Ponta das Eiras	Via marginal (Forte)
	Vista panorâmica da Praça de Touros	Parque de estacionamento
Manadas	Miradouro Alto das Manadas	Estrada Regional
	Miradouro Fajã das Almas	Percurso pedonal
	Miradouro da Ladeira (descida Fajã das Almas)	Via local
	Miradouro Pico da Esperança	Cordeira Central – trilho
	Miradouro Pico do Areeiro	Cordeira Central – Trilho
Norte Grande	Miradouro Canada da Igreja	Via Local
	Miradouro Caminho da Fajã do Ouvidor	Via local
	Miradouro sobre Fajã d'Além	Trilho
Santo Amaro	Miradouro do Carregadouro (Queimada)	Via local – junto à costa
	Miradouro Ribeira do Almeida	Estrada Regional
	Miradouro Macelas	Parque Florestal
	Miradouro Fajã Vasco Martins	Trilho
Urzelina	Miradouro Marginal dos Casteletes	Via marginal
	Miradouro Marginal dos Casteletes (próximo do Porto Urzelina)	Via marginal
	Miradouro Caminho das Arvores	Via local – junto à costa
	Miradouro Caminho Novo	Estrada Regional
	Miradouro Transversal	Estrada Regional
Rosais	Miradouro Pico da Velha	Parque Florestal
	Miradouro da Fajã de Fernando Afonso	Parque Florestal
	Miradouro Ponta dos Rosais	equipamento de farolagem

5.3.7. Quantificação e análise comparativa do solo urbano

Ao efetuar uma análise comparativa baseada na quantificação do solo urbano do PDM em vigor e da proposta de rPDM verifica-se que existe um aumento de área urbana de cerca 9,00 % do território em solo urbano, de 53,3 ha, ou seja, um valor pequeno. A área proposta em solo urbana na rPDM é de 5,5% do território, com uma área de 643,4 ha, e o PDM em vigor os valores são de 5,03% e 590,1 ha. Existe um aumento nos espaços em solo urbano quer das zonas habitacionais e de serviços, que corresponde a 8,3%, quer dos destinados a zonas industriais, que corresponde a 45,6%.

Referente às freguesias do concelho na rPDM todas apresentam espaços urbanos a consolidar apesar de alguns aglomerados das freguesias de Norte Grande e de Santo Amaro, apenas apresentam espaços urbanos a consolidar. A categoria com maior expressão no território são os espaços urbanos consolidados, apesar de na freguesia do Norte Grande ser menos representativo que os espaços urbanos a consolidar. Os espaços urbanos a consolidar estão distribuídos pelas várias freguesias, tendo maior expressão na freguesia de Norte Grande. Os espaços de usos especiais, identificados na planta de ordenamento, estão concentrados nas freguesias de Velas e Santo Amaro, pois apenas indicam a infraestrutura aeroportuária e a portuária. Os espaços polivalentes industriais, serviços e de logística concentram-se nas freguesias de Santo Amaro, Urzelina e Velas, com maior área em Velas, com 10,80 ha, onde localiza-se a zona industrial da Levada com proposta de extensão do seu território. A freguesia com maior área em solo urbano é de Santo Amaro, com 153,9 ha e menor área a freguesia de Manadas, com 56,1 ha.

Quadro 91. Análise comparativa do solo urbano da rPDM e PDM em vigor

Solo Urbano	rPDM			PDM em vigor				Comparação	
	Categorias	**ha**	**%***	**Categorias**		**ha**	**%***	**ha**	**%**
	Espaços urbanos consolidados	314,4	2,7	Espaços Urbanos	Espaços Urbanos	488,4	4,16	+ 48,1	8,3
	Espaços urbanos a consolidar	233,5	2,0		Espaços Urbanizáveis	62,5	0,53		
	Espaços de equipamentos urbanos	36,2	0,3	Espaços Canais	Aeródromo de São Jorge	16,5	0,14		
	Espaços de uso especial	42,8	0,4		Aterro Sanitário	11,4	0,10		
	Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística	16,6	0,1	Espaços Industriais	Zona industrial	10	0,10	+ 5,2	45,6
					áreas de Pequena Indústria e Armazéns	1,4			
Total solo urbano		643,4	5,5	**Total solo urbano**		590,1	5,03	53,3	9,0
Total Território		11738,0		**Total Território**		11904,4			

Nota: * A percentagem corresponde à área no espaço em relação à área total territorial do município da respetiva carta

Fonte: *rPDM (2023); PDM (2005)*

Quadro 92. As categorias de solo urbano por freguesia na proposta de rPDM

Categorias	Manadas	Norte Grande	Rosais	Santo Amaro	Urzelina	Velas	Concelho
Área territorial (ha)	**1120,2**	**3184,9**	**2422,6**	**2252,6**	**1368,8**	**1389,0**	**11738,3**
Espaços urbanos consolidados	35,2	16,4	47,8	64,0	78,7	72,4	**314,4**
Espaços urbanos a consolidar	17,0	64,4	35,1	45,7	50,4	20,8	**233,5**
Espaços de equipamentos urbanos	3,9	12,5	2,8	1,6	5,5	9,8	**36,2**
Espaços de uso especial	-	-	-	40,8	-	2,0	**42,8**
Espaços polivalentes industriais, de serviços e de logística	-	-	-	1,8	4,00	10,8	**16,6**
Solo urbano	**56,1**	**93,3**	**85,7**	**153,9**	**138,5**	**115,8**	**643,4**

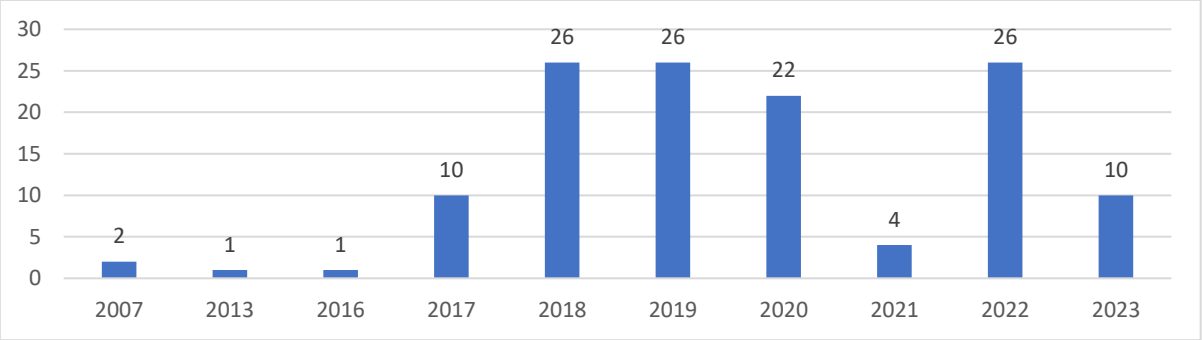
Fonte: *rPDM (2023)*

5.4. Compromissos Urbanísticos

Os compromissos urbanísticos são enumerados e localizados individualmente em planta e correspondem a todas as decisões camarárias relativas a operações urbanísticas que geram direitos ou expectativas juridicamente protegidas em benefício dos particulares ou entidades nelas interessadas. Neste processo, não são identificas as obras de escassa relevância urbanística, tal como definido no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), nem as restantes que este diploma isenta de controle prévio, como as obras de conservação e as obras de alteração no interior dos edifícios ou suas frações, desde que não se trate de edifícios classificados ou em vias de classificação ou situados em zonas de proteção de imóveis nessas condições. A lista de compromissos urbanísticos é por natureza de conteúdo evolutivo, acautelando sobretudo os casos de operações urbanísticas que tendo sido viabilizadas, fiquem salvaguardados no novo instrumento legal.

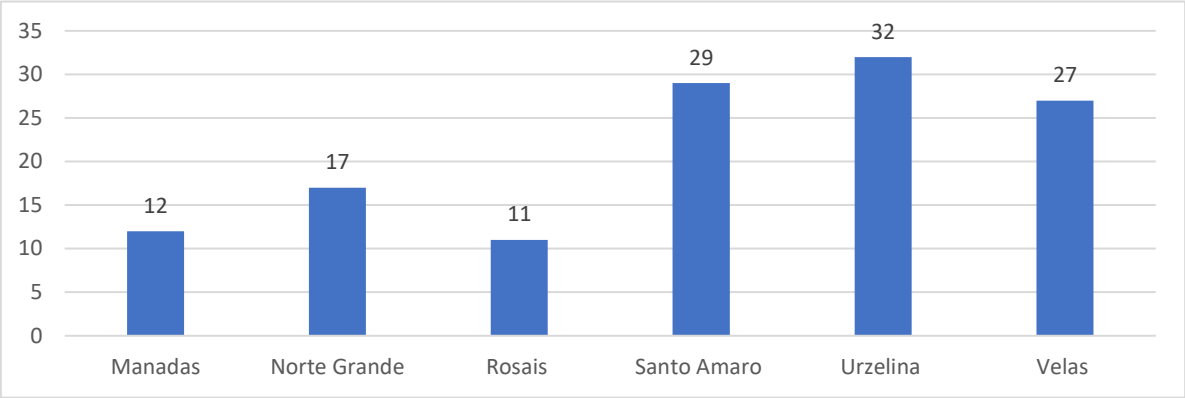
A partir dos processos camarários existente relativa às operações urbanísticas dependentes de licença, comunicação prévia, autorização de utilização e informação prévia estabeleceu-se os compromissos urbanísticos a considerar no âmbito da revisão do plano. Não foram identificados pedidos de informação prévia em vigência, nem de comunicação prévia, pois de momento não existem estes processos. No caso de pedido de informação prévia acabam por não existir, uma vez que os municípios dispõem de uma proximidade com o município e com conversas informais obtém a informação deseja sem que seja possível a submissão de um processo de informação prévia. Foram identificados os pedidos de licenciamento em andamentos, os que aguardam parecer, os com projeto de arquitetura aprovado e aguardam os projetos de especialidades, os aprovados (arquitetura e especialidades aprovadas) e os que já dispõem de alvará de construção. No total foram considerados 128 processos, enumerados no quadro 93, distribuídos entre 2007 e 2023, com maior incidência nos anos de 2018, 2019 e 2022, como é possível visualizar na figura 84. Estes processos distribuem-se pelas freguesias Manadas, Norte Grande, Rosais, Santo Amaro, Urzelina e Velas, com maior número de processos sitos nas freguesias de Urzelina e Santo Amaro (figura 85).

Figura 84. Número de processos identificados como compromissos urbanísticos por ano (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023)*

Figura 85. Número de processos identificados como compromissos urbanísticos por freguesia (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023)*

A maior parte dos processos, 87 processos, destina-se à construção de edificação, incluindo os de legalização, com 50 processos destinados ao uso habitação. O uso habitação é a pretensão em 75 dos processos, nas situações de construção, ampliação, reconstrução e legalização. No quadro 93 apresenta-se a lista de compromissos urbanísticos dos processos de licenciamento relativo às edificações e no quadro 94 a lista de loteamentos existentes. Ambos identificados na planta de compromissos urbanísticos, à escala 1:25000.

Quadro 93. Lista de Compromissos Urbanísticos (2005-2023)

Ano	N.º Processo	Freguesia	Tipo de Processo	Compromisso urbanístico	Pretensão
2007	19/2007	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem
	20/2007	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Anexo
2013	14/2013	Velas	Licença de reabilitação e ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Edifício de Sociedade
2016	24/2016	Velas	Licença de remodelação	Licenciamento aprovado	Edifício de Alojamento local e comércio
2017	26/2017	Manadas	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Armazém agrícola
	19/2017	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	2/2017	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem e arrumos
	20/2017	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	4/2017	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Turismo
	27/2017	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Armazém agrícola
	3/2017	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Clínica dentária e habitação

	1/2017	Velas	Licença de ampliação	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Edifício Sede de sociedade
	10/2017	Velas	Licença de remodelação e ampliação	Aguarda parecer (fase arquitetura)	Hotel
	12/2017	Velas	Licença de remodelação e ampliação	Licenciamento aprovado	Cozinha
2018	20/2018	Manadas	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	14/2018	Manadas	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Turismo no espaço rural
	36/2018	Manadas	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	13/2018	Norte Grande	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	37/2018	Norte Grande	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	17/2018	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	24/2018	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	37/2018	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	6/2018	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	33/2018	Norte Grande	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	15/2018	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Anexo
	19/2018	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Stand/Armazém
	2/2018	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	10/2018	Santo Amaro	Licença de reabilitação e adaptação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Turismo
	1/2018	Santo Amaro	Licença de remodelação	Licenciamento aprovado	Estabelecimento de bebidas e minimercado
	16/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	22/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Alojamento local
	23/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	23/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Aldeamento turístico
	25/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	27/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	31/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Edifício Agrícola
	42/2018	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	21/2018	Urzelina	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	26/2018	Velas	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	43/2018	Velas	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação

2019	11/2019	Manadas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Garagem
	18/2019	Manadas	Licença de legalização de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	19/2019	Manadas	Licença de reconstrução e ampliação	Aguarda parecer (fase arquitetura)	Turismo no espaço rural
	25/2019	Norte Grande	Licença de alteração e ampliação	Aguarda parecer (fase arquitetura)	Turismo
	33/2019	Norte Grande	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	1/2019	Norte Grande	Licença de legalização de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	16/2019	Rosais	Licença de ampliação	Aguarda parecer (fase arquitetura)	Habitação
	17/2019	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem
	23/2019	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem agrícola
	24/2019	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem
	29/2019	Rosais	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	13/2019	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Armazém agrícola
	21/2019	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	7/2019	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	9/2019	Santo Amaro	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	32/2019	Urzelina	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e isento de alvará de construção	Cemitério
	26/2019	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	3/2019	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	4/2019	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	30/2019	Urzelina	Licença de reconstrução e ampliação	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	8/2019	Velas	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	27/2019	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Anexo
	28/2019	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem agrícola
	31/2019	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Armazém
	2/2019	Velas	Licença de reabilitação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Peixaria
	6/2019	Velas	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado	Habitação
2020	28/2020	Norte Grande	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	63_2020	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Oficina
	5_2020	Velas	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Apoio à 3.º idade

	3_2020	Santo Amaro	Licença de ampliação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	11_2020	Norte Grande	Licença de legalização	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	9_2020	Urzelina	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	17_2020	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	1_2020	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	2_2020	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	29_2020	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	35_2020	Santo Amaro	Licença de legalização	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	22_2020	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Alpendre
	38_2020	Manadas	Licença de reabilitação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	14_2020	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	4_2020	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	7_2020	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem
	13_2020	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	25_2020	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem
	39_2020	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	12_2020	Velas	Licença de remodelação	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Cozinha
	24_2020	Rosais	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Anexo
	16_2020	Rosais	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
2021	2_2021	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Garagem
	24_2021	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	14_2021	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Indústria
	19_2021	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Serviços não mercantis
2022	1_2022	Velas	Licença de reconstrução	Licenciamento aprovado e alvará de construção	Habitação
	1_2022	Urzelina	Licença de construção	Parecer prévio favorável	Habitação
	2_2022	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Armazém Agrícola
	2_2022	Urzelina	Licença de construção	Parecer prévio favorável	Habitação

	3_2022	Norte Grande	Licença de Construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	3_2022	Urzelina	Licença de construção	Parecer prévio favorável	Habitação
	4_2022	Manadas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	4_2022	Urzelina	Licença de construção	Parecer prévio favorável	Habitação
	5_2022	Rosais	Licença de Ampliação	Licenciamento aprovado	Habitação
	7_2022	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	8_2022	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	10_2022	Manadas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	11_2022	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Garagem
	12_2022	Manadas	Licença de Ampliação	Licenciamento aprovado	Habitação
	13_2022	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	14_2022	Santo Amaro	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	17_2022	Urzelina	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	18_2022	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Armazém
	21_2022	Velas	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
	22_2022	Norte Grande	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Uso Geral
	23_2022	Velas	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Turismo
	24_2022	Santo Amaro	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	26_2022	Urzelina	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	27_2022	Velas	Licença de alteração	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	28_2022	Santo Amaro	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	29_2022	Santo Amaro	Licença de construção	Licenciamento aprovado	Habitação
2023	1_2023	Velas	Licença de alteração e ampliação	Licenciamento aprovado	Escritórios
	1_2023	Santo Amaro	Licença de construção Loteamento	Aguarda parecer	Habitação
	2_2023	Santo Amaro	Licença de construção	Direito a informação	Turismo
	3_2023	Norte Grande	Licença de legalização	Licenciamento aprovado	Comércio
	6_2023	Urzelina	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Uso Geral
	6_2023	Urzelina	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Armazém
	7_2023	Manadas	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Uso geral
	7_2023	Urzelina	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	7_2023	Velas	Licença de legalização	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação
	8_2023	Urzelina	Licença de construção	Arquitetura aprovada. Aguarda especialidades	Habitação

Fonte: *CMV (2023)*

Quadro 94. Alvará de Loteamentos em vigor no municipio de Velas (até 2023)

Ano	N.º Alvará	Área (m²)	Entidade
1998	3/1998	19360	Privado
2005	1/2005	4835	Privado
	2/2005	4598	Privado
	3/2005	2420	Privado
	4/2005	8924	Público
	5/2005	4990	Privado
2006	1/2006	3052	Privado
	2/2006	2959	Privado
2008	1/2008	14278	Privado
2017	1/2017	4766	Público
		14394	Privado

Fonte: *CMV (2023)*

Muitos dos processos localizam-se junto a vias estruturantes dos aglomerados urbanos, infraestruturadas e na continuidade ou próximo de outras edificações, como é possível visualizar nas imagens seguintes.

Figura 86. Processos identificados na freguesia de Rosais Poente (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 87. Processos identificados na freguesia de Rosais (2007-2023)



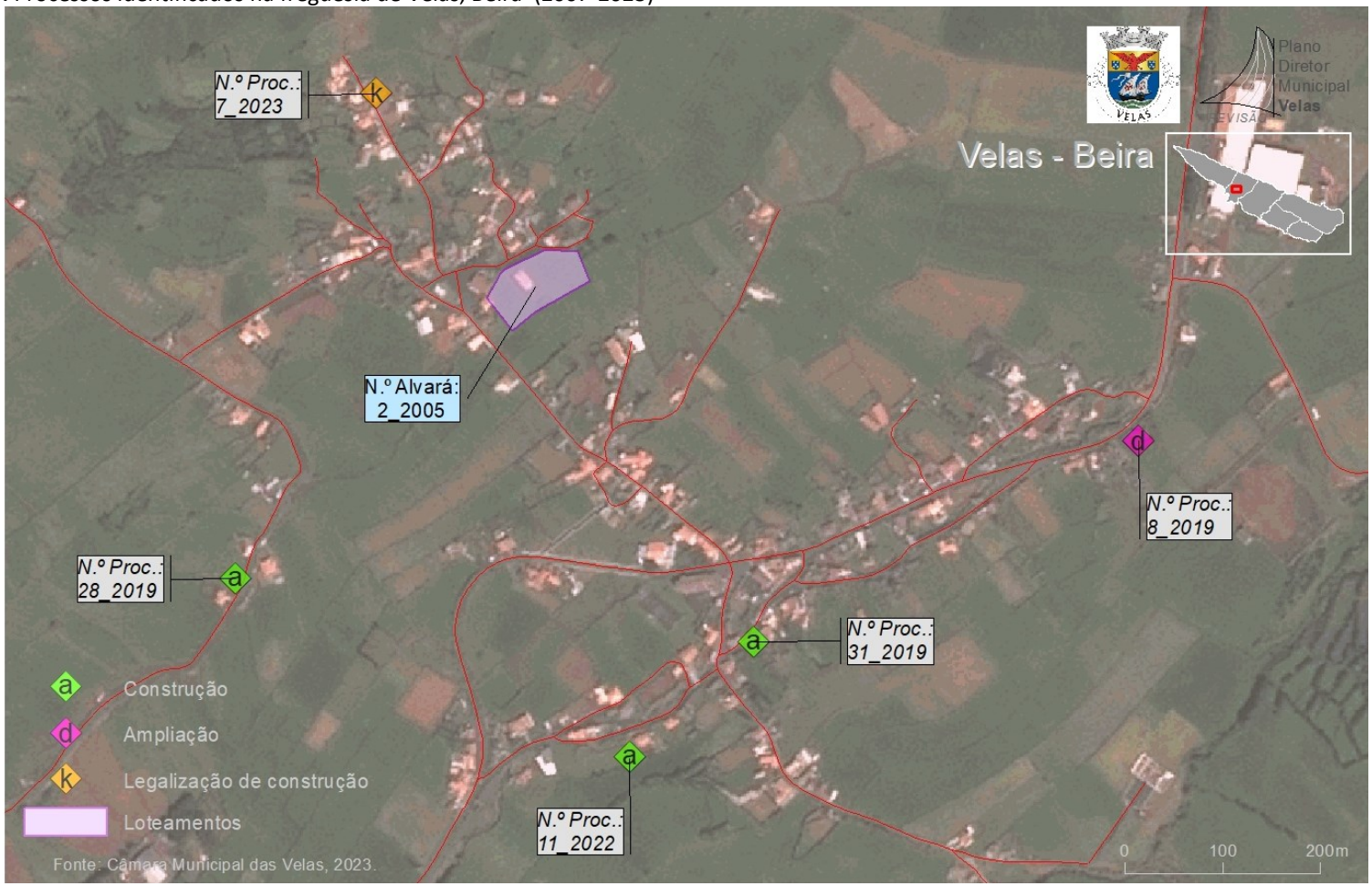
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 88. Processos identificados na freguesia de Rosais nascente (2007-2023)



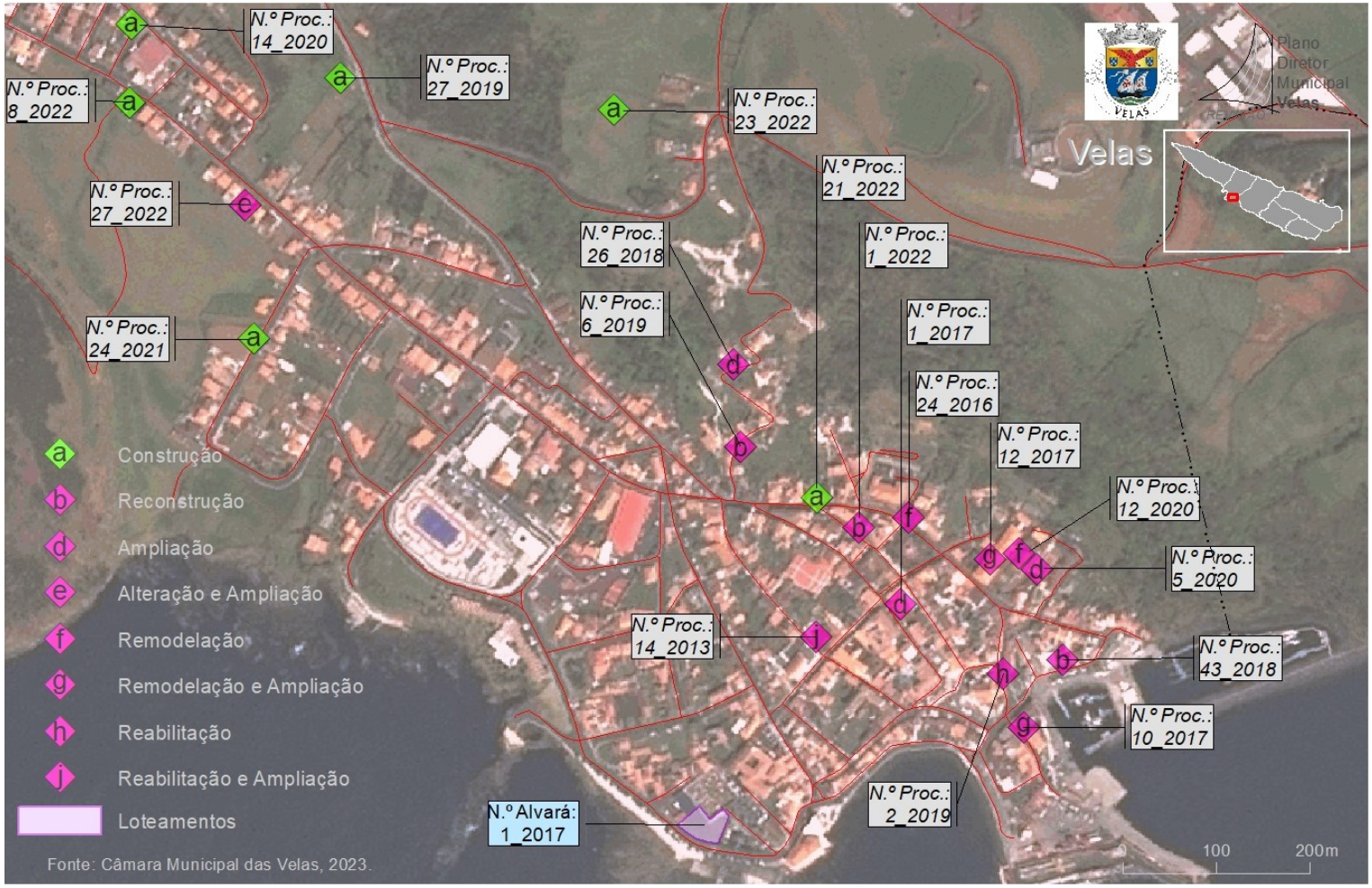
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 89. Processos identificados na freguesia de Velas, Beira (2007-2023)



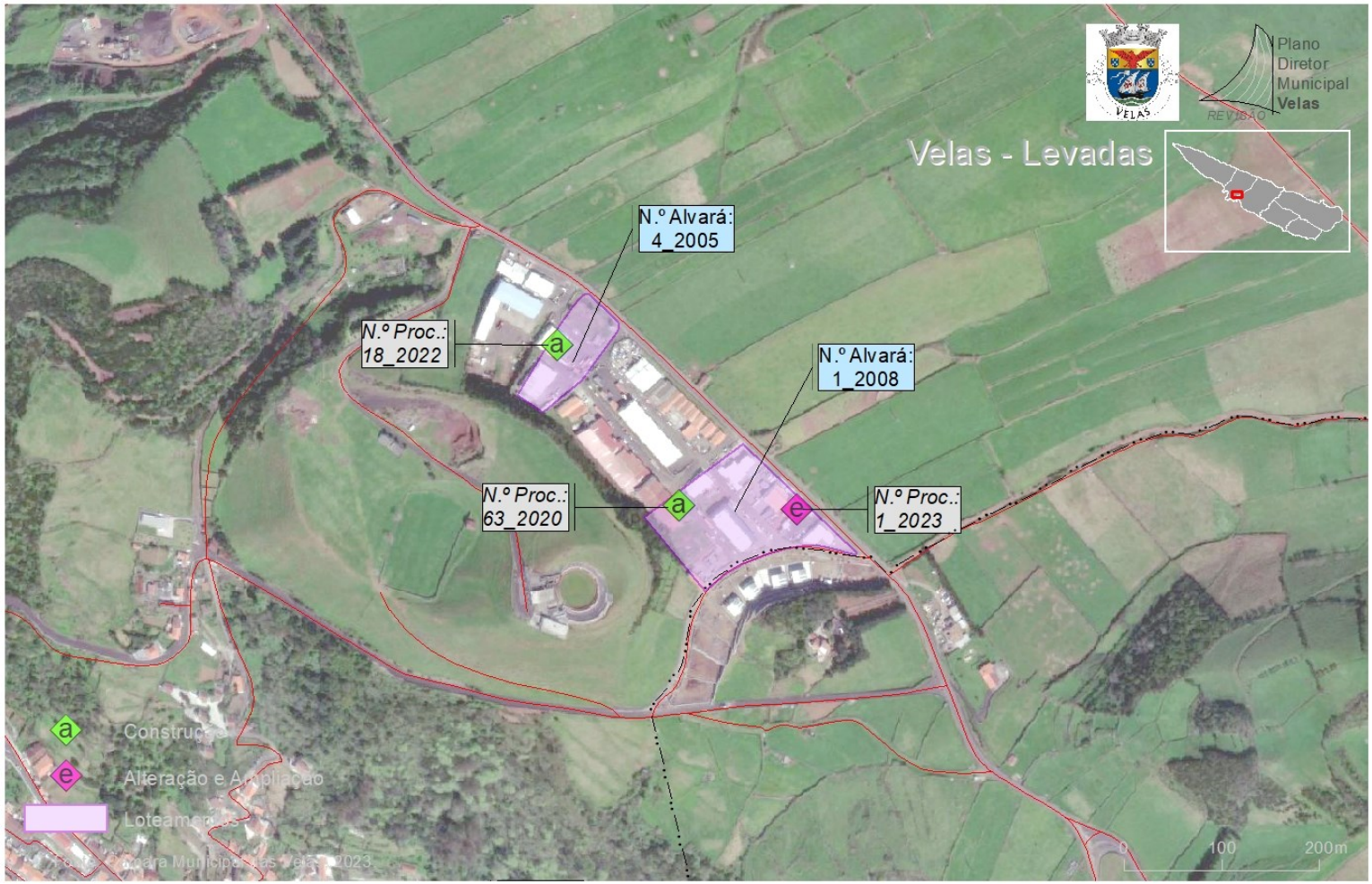
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 90. Processos identificados na freguesia de Velas (2007-2023)



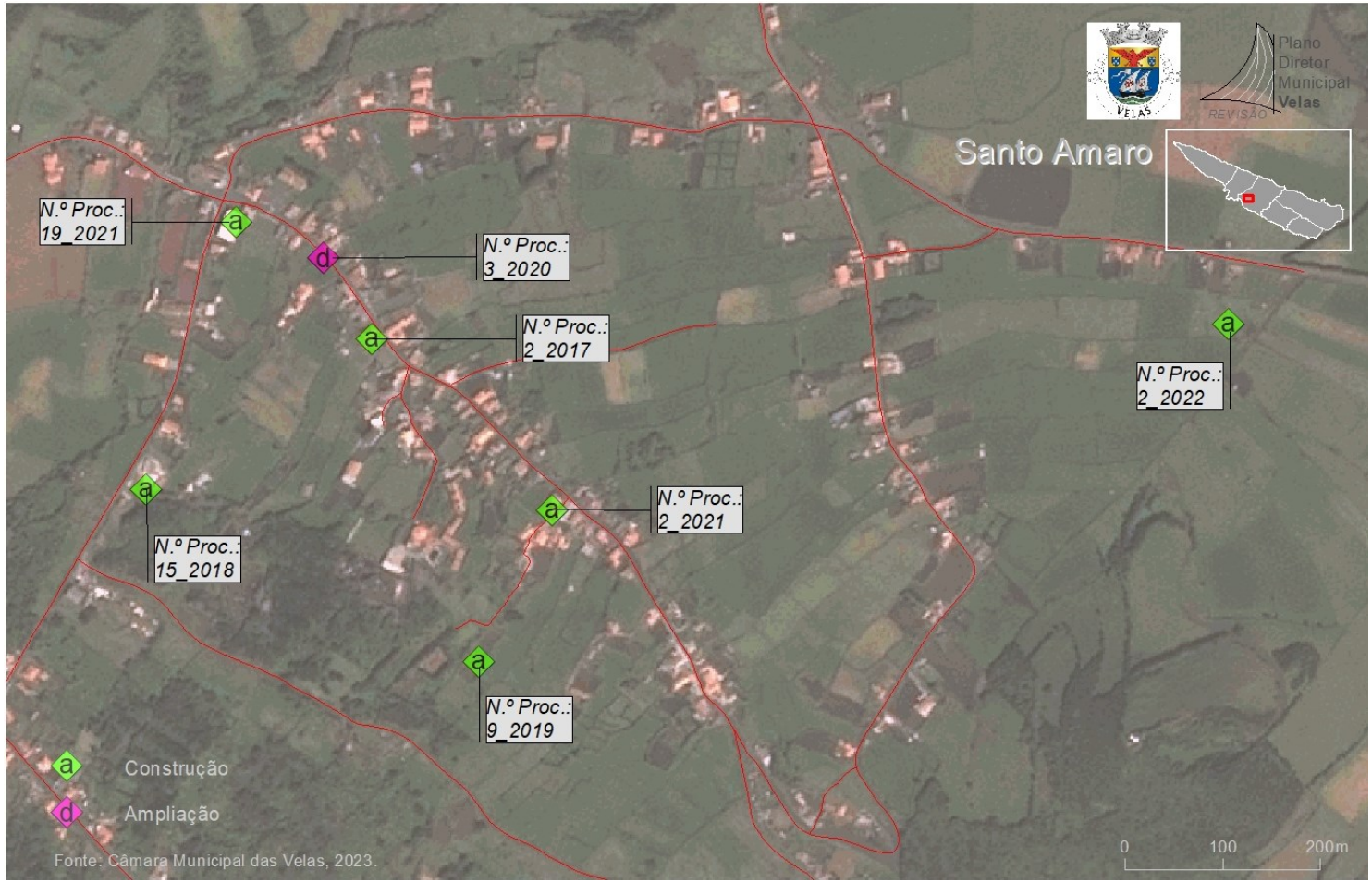
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 91. Processos identificados na freguesia de Velas, Levadas (2007-2023)



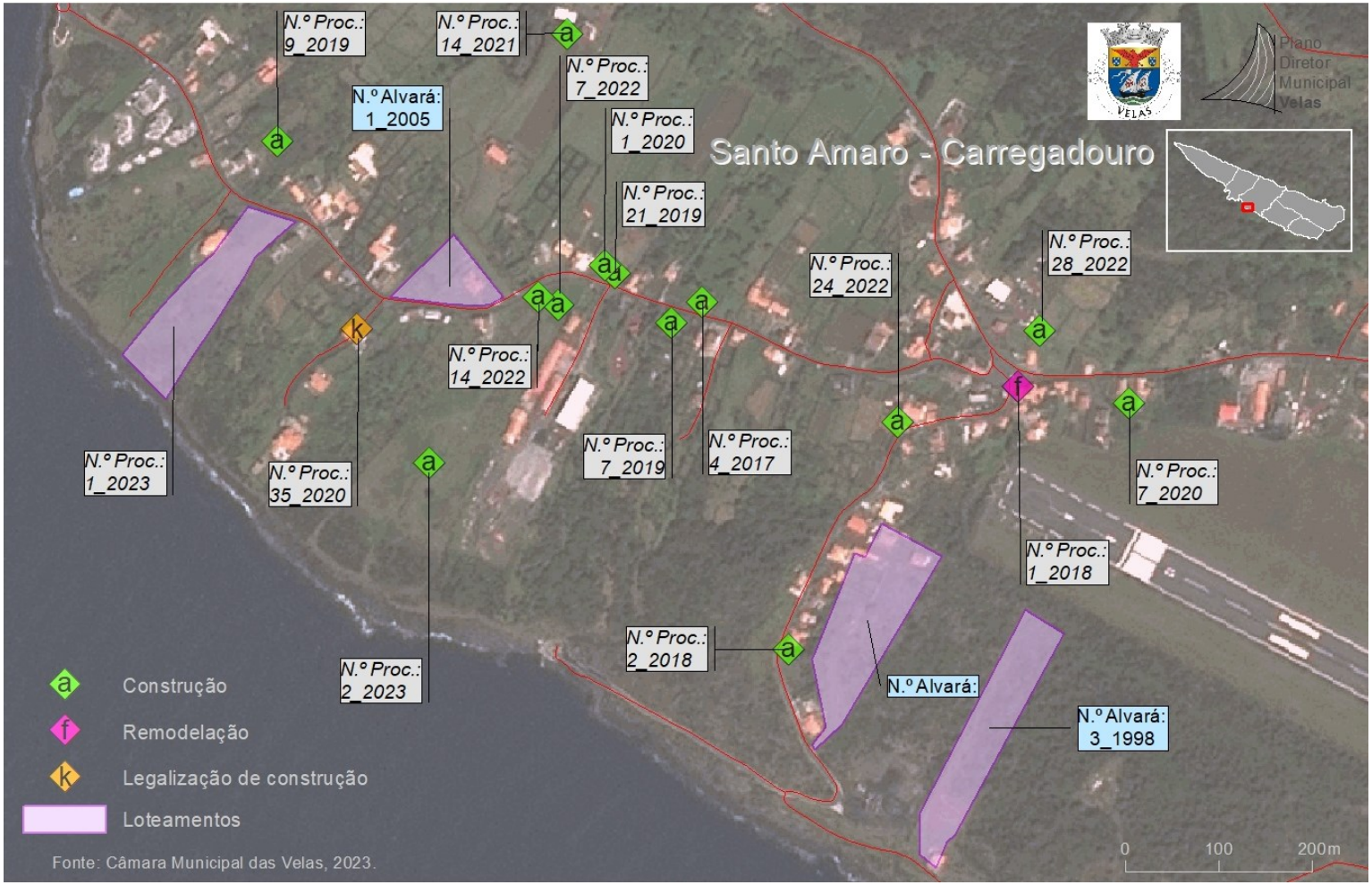
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 92. Processos identificados na freguesia de Santo Amaro (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 93. Processos identificados na freguesia de Santo Amaro, Carregadouro (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 94. Processos identificados na freguesia de Santo Amaro, Fajã de Santo Amaro (2007-2023)



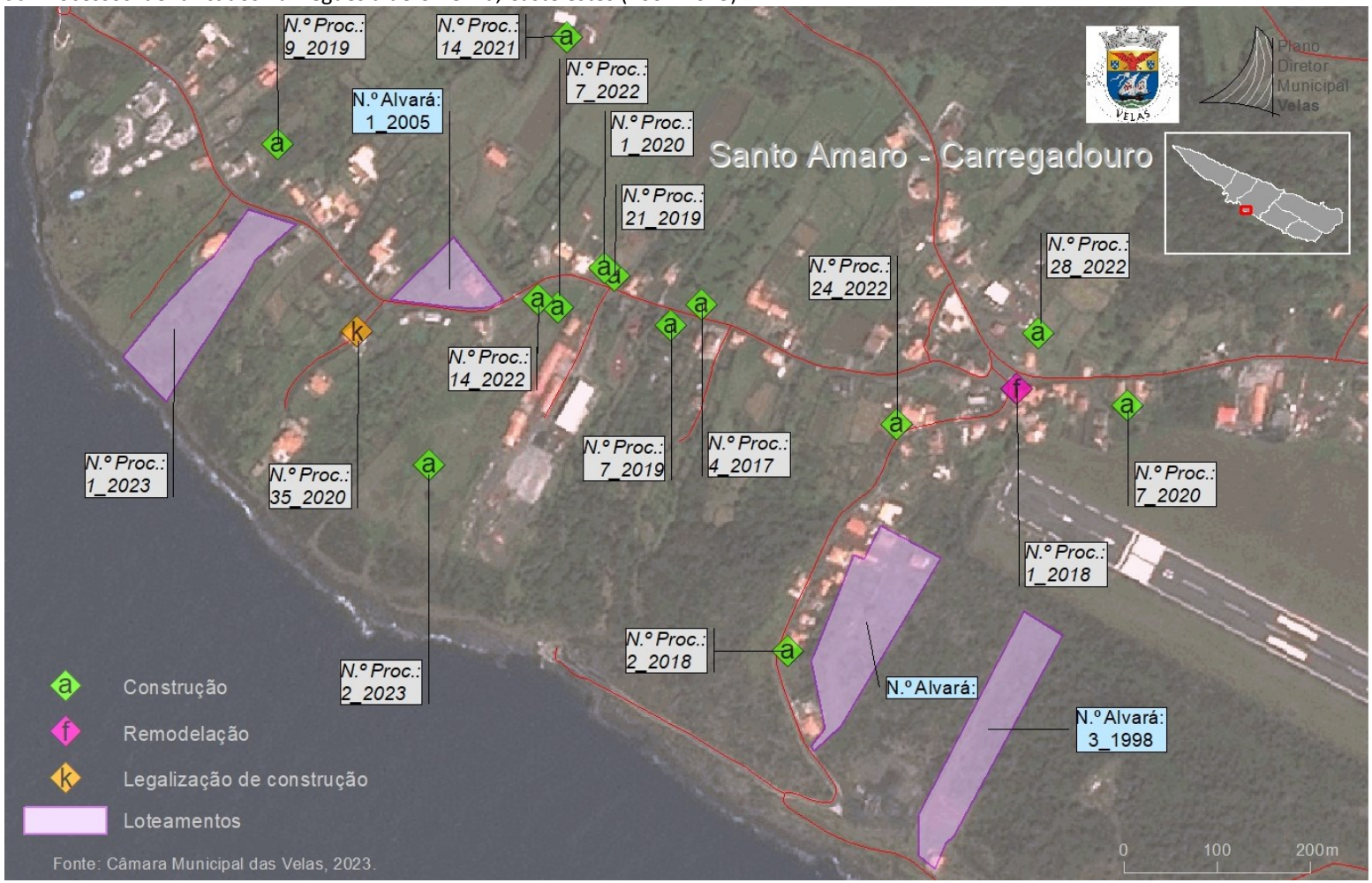
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 95. Processos identificados na freguesia de Urzelina, Ribeira do Nabo (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 96. Processos identificados na freguesia de Urzelina, Castelestes (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 97. Processos identificados na freguesia de Manadas (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 98. Processos identificados na freguesia de Manadas, Ladeiras (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 99. Processos identificados na freguesia de Manadas, Fajã das Almas (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 100. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Santo António (2007-2023)



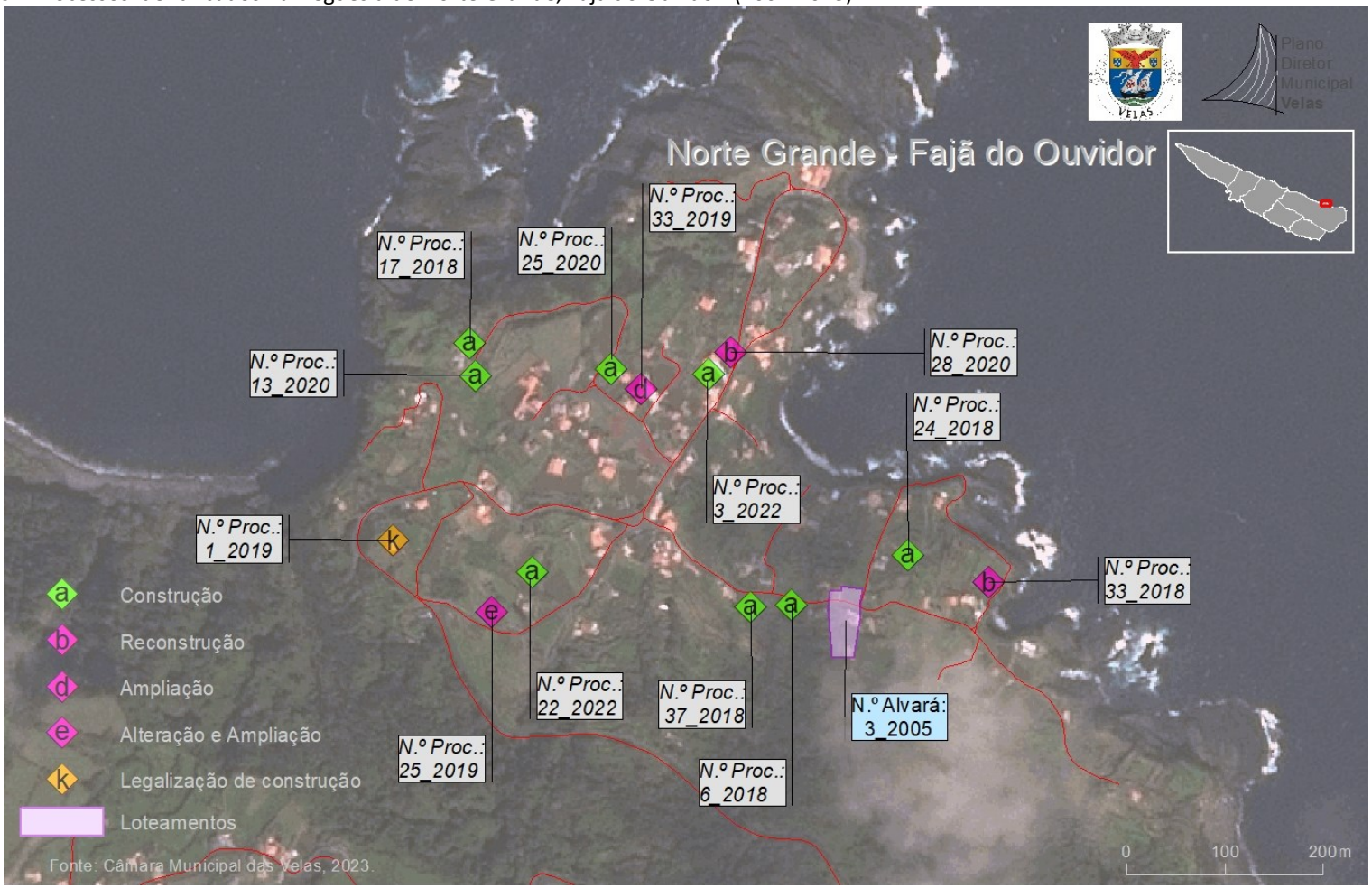
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 101. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Norte Grande (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 102. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Fajã do Ouvidor (2007-2023)



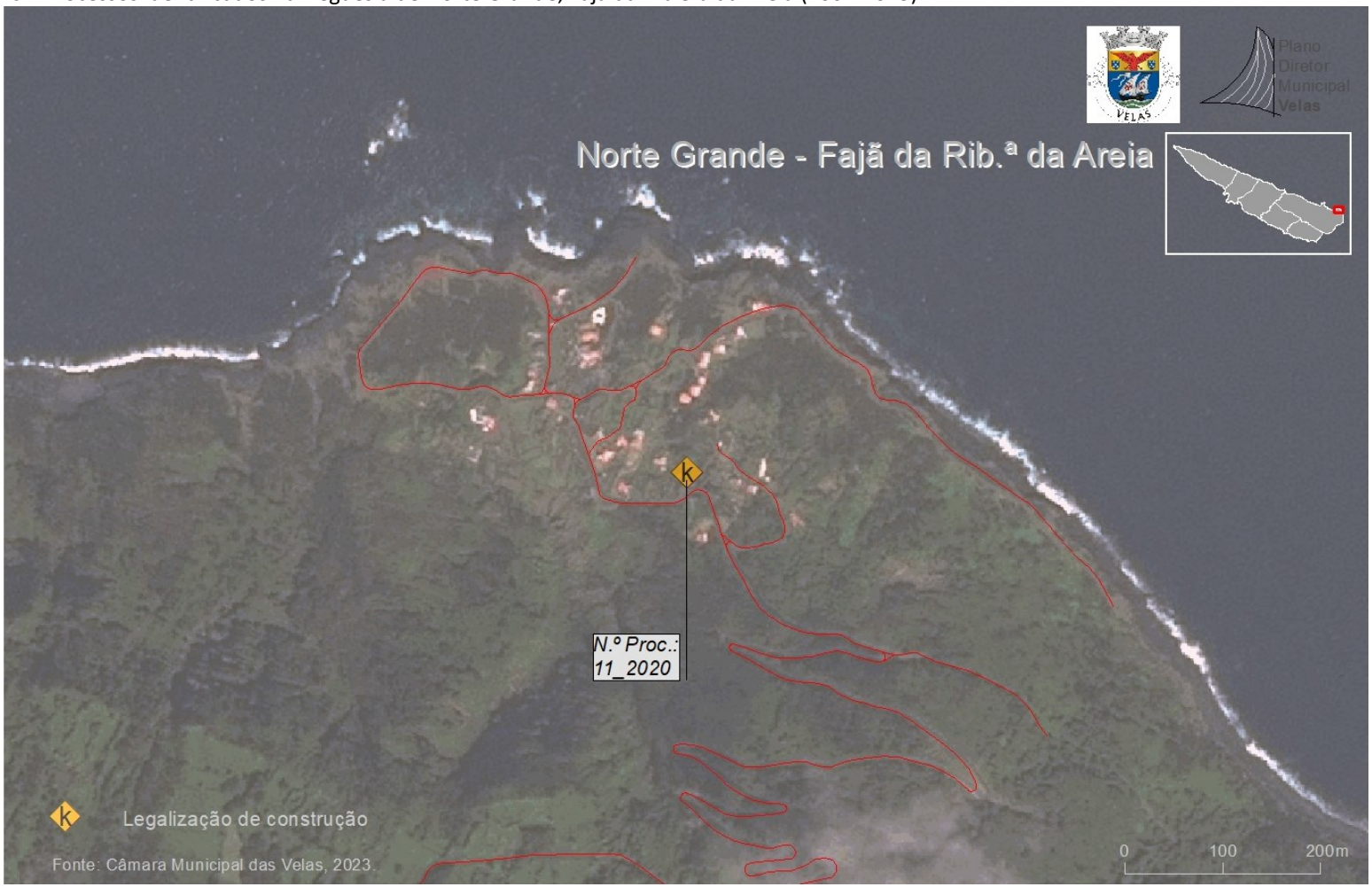
Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 103. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Ribeira da Areia (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

Figura 104. Processos identificados na freguesia de Norte Grande, Fajã da Ribiera da Areia (2007-2023)



Fonte: *CMV (2023). Elaborado pela Equipa Técnica do Plano*

5.5. Áreas Críticas

Na avaliação da situação existente foram identificadas áreas críticas no concelho que tiveram por base as seguintes situações:

- Edifícios que se encontram degradados, abandonados ou funcionalmente inadequados;
- Áreas urbanas esgotadas;
- Imóveis com interesse patrimonial em mau estado de conservação;
- Áreas urbanas com insuficiência de infraestruturas e espaços públicos desqualificados;
- Aglomerados existentes que poderão ficar em situação de isolamento.

No concelho de Velas identificam-se pontualmente edifícios em mau estado de conservação, outros abandonados e outros desaproveitados, como indica o quadro 95.

Quadro 95. Lista de Edifícios

Freguesia	Espaço	Proprietário	Observações
Velas	Serviços Municipalizados (São Pedro)	Município de Velas	Mau estado
Santo Amaro	Pavilhão Multiusos	Município de Velas	Inacabado (obras de 2007)
Manadas	Antiga Cooperativa	Uniqueijo	Degradado
	Antiga Escola Primária	Município de Velas	Bom estado; desaproveitado (cedência pontual – Espírito Santo)
Norte Grande	Escola (Ribeira da Areia)	Município de Velas	Mau estado; abandonado
	Sociedade Filarmónica Recreio dos Nortes (Santo António)	Privado	Mau estado; para venda
Rosais	Edifício para Cooperativa (Ribeira de Água)	Uniqueijo	Inacabado; em uso
	Escola (ER – Ponta)	Município de Velas	Degradado; em uso

Fonte: *CMV (2018)*

Ao nível do parque habitacional no concelho de Velas verifica-se que o estado de conservação da maior parte das edificações varia entre bom a razoável. No entanto em todos os aglomerados em situações pontuais encontram-se edifícios devoluto e/ou abandonados. Algumas das situações de abandono são de construções recentes, cujo promotor não teve capacidade de concluir. Mas, a maior parte das situações são edifícios antigos que estão abandonados em muito mau estado de conservação.

A área urbana destinada à indústria na freguesia de Velas encontra-se esgotada, na atualidade. Assim, manifesta-se como uma área critica que condiciona o crescimento das atividades industriais existentes ou que possam surgir no futuro.

Em todas as freguesias encontra-se património ligado à arquitetura de produção e equipamentos/elementos associados ao abastecimento de água, em mau estado de conservação e/ ou abandonado, que faz parte da história do concelho e da ilha. Os imóveis de arquitetura de produção, geralmente, são património de proprietários particulares, que por diversos motivos não os têm preservado. No quadro 96 estão enumerados os imóveis ou elementos em mau estado de conservação.

Quadro 96. Imóveis e elementos em mau estado de conservação e/ ou abandono

Imóvel / elemento	Velas	Rosais	Santo Amaro	Urzelina	Manadas	Norte Grande	Total
Moinho de vento	3	1	5	9	5	5	28
Moinho de água	-	-	-	-	-	3	3
Posto de recolha de leite	-	-	-	1	-	1	2
Forno de cal	-	-	1	2	-	-	3
Forno de cerâmica	-	-	-	1	-	-	1
Fabrica de queijo	-	-	1	1	-	-	2
Vigia da baleia	1	-	-	-	-	-	1
Chafariz	-	-	-	2	3	2	5
Chafariz e poços ou pia de lavar	-	1	-	1	-	1	3

Fonte: *CMV (2018)*

Ao nível do património religiosos encontram-se algumas ermidas em situação de mau estado de conservação, abandono ou fechadas todo o ano, como a Ermida de Nossa Senhora de Fátima (fechada), a Ermida de São Vicente (abandono), em Santo Amaro, e a Ermida de Jesus Maria José (mau estado de conservação), na Urzelina.

Alguns equipamentos públicos e espaços públicos apresentam em mau estado de conservação ou mesmo de abandono que devem ser melhorados e reintegrados na vida social da população, como o caso do Forte de Santa Cruz, Forte das Ladeiras e as Muralhas do Porto das Caravelas. A nível dos equipamentos desportivos os exemplos são o Campo de futebol em Santo António e o Campo de futebol da Beira. Nos espaços públicos alguns exemplos são o miradouro e chafariz, no caminho da Fajã do Ouvidor, e os percursos ao longo do litoral, principalmente o caso da Marginal dos Casteletes e o Caminho do Canto, que devem ser melhorados ou reformulados. Por último, o caso do equipamento de farolagem, devoluto, e os seus espaços envolventes, em local de atrativo turístico.

Por fim, a situação dos aglomerados que poderão ficar em situação de isolamento. No concelho de Velas, devido à sua morfologia, alguns aglomerados podem ficar em situação de isolamento, devido às condições de acesso, por apenas existir uma via de acesso a nível terrestre. Esta situação manifesta-se principalmente nas fajãs litorais do concelho, quer dispõem um povoamento permanente ou sazonal, como: a Fajã das Almas; Fajã da Ribeira da Areia; Fajã do Ouvidor; Fajã d´Além; Fajã do João Dias; Fajã Vasco Martins; Fajã Manuel Teixeira. De acordo com avaliação dos Riscos Naturais e Tecnológicos do concelho no PMEPCV o grau de risco é elevado a moderado nos Riscos geomorfológicos, com maior gravida quanto aos movimentos de massa de vertente. Além dos riscos geomorfológicos algumas destas fajãs estão sujeitos a riscos hidrológicos, principalmente de galgamentos costeiros, que afetam

principalmente a Fajã do João Dias, a Fajã das Almas e a Fajã da Ribeira da Areia. Estas áreas, atualmente, são valorizadas quer pelos habitantes, quer pelos visitantes, pela sua paisagem, exposição solar, lazer e festividades. São locais que proporcionam a reunião de pessoas e de interesse turístico.

Tanto na planta de ordenamento como no regulamento não foram estabelecidas áreas de reabilitação urbana uma vez que as situações críticas identificadas no concelho são pontuais. Mas a proposta de rPDMV estabelece objetivos que diretamente ou indiretamente contribuem para a melhoria das situações identificadas como críticas, como:

- Valorização do património cultural das áreas urbanas e dos pequenos aglomerados tradicionais;
- Expansão das áreas de acolhimento de atividades económicas, referente à zona industrial das Levadas;
- Valorização e melhoria das infraestruturas desportivas;
- Favorecimento e requalificação das acessibilidades do concelho.

A melhoria destas áreas críticas identificadas no sentido dos objetivos estratégicos da rPDMV podem contribuir:

- Para a melhoria da imagem do concelho;
- Para a dinamização da economia e da criação de emprego;
- Valorização do património.

No regulamento e cartas estão implementadas medidas com ação direta sobre algumas das áreas críticas identificadas, como:

- A expansão da zona industrial das Levadas, com a identificação de parâmetros urbanísticos que fomenta a diversidade de atividades económicas que possam coabitar neste espaço;
- A valorização do património cultural, como os elementos da arquitetura de produção, com interdições no sentido da descaraterização e demolição dos elementos e a aposta na reabilitação destes, por exemplo os moinhos de água e vento, as vigias de baleia, entre outros;
- A identificação na proposta da reserva ecológica de áreas de prevenção de riscos naturais, entre os quais de áreas de levado risco de erosão hídrica do solo e áreas de instabilidade de vertentes, que em alguns dos espaços estabelecidos são colocadas interdições de ações e atividades que possam por em perigo pessoas e bens.

5.6. Valores Patrimoniais

O concelho de Velas dispõe de imóveis enquadrados no Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel (RJPVPCMI) (DLR n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro) existentes na RAA, com quatro imóveis classificados de interesse público e oito imóveis classificados de interesse municipal, quadro 97. Os bens imóveis classificados apresentam zona de proteção que no seu raio de ação procuram salvaguardar e valorizar o imóvel e sua envolvente. Estes imóveis estão identificados na Planta de Condicionantes e enumerados no anexo do regulamento.

Quadro 97. Património cultural imóvel classificado

Freguesia	Imóvel	Diploma de classificação	Arquitetura	Z. proteção
Imóveis de Interesse Público				
Velas	Paços do concelho de Velas	Resolução n.º 64/84, de 30 de abril	Civil	50m
Manadas	Igreja de Santa Bárbara	Decreto n.º 37 728, de 5 de janeiro de 1950	Religiosa	50m
Velas	Ermida de Nossa Senhora do Livramento	Resolução do Conselho do Governo n.º 194/2020, de 15 de julho	Religiosa	50m
Urzelina	Ermida de Jesus Maria José	Resolução do Conselho do Governo n.º 194/2020, de 15 de julho	Religiosa	50m
Imóveis de Interesse Municipal				
Urzelina	Moinho de vento, na Urzelina	Resolução n.º 234/96, de 3 de outubro, reclassificado pelo n. º7 do artigo 58.º do DLR n.º 43/2008/A, de 8 de outubro	Civil	50m (non aedificandi)
Santo Amaro	Moinho de vento, na Queimada	Resolução n.º 227/98, de 5 de novembro, reclassificado pelo n. º7 do artigo 58.º do DLR n.º 43/2008/A, de 8 de outubro	Civil	50m (non aedificandi)
Manadas	Moinho de vento, Ladeiras	Resolução n.º 38/2000, de 2 de março, reclassificado pelo n. º7 do artigo 58.º do DLR n.º 43/2008/A, de 8 de outubro	Civil	50m (non aedificandi)
Santo Amaro	Casa dos Mistérios e o edifício do lagar, Boa-Hora	Resolução n.º 130/2000, de 17 de agosto	Civil	50m
Velas	Moinho de vento, lugar da Beira	Resolução n.º 65/2001, de 17 de maio, reclassificado pelo n. º7 do artigo 58.º do DLR n.º 43/2008/A, de 8 de outubro	Civil	50m
Velas	Edifício da Quinta de São Pedro, São Pedro	Edital n.º 6/2015, de 15 de outubro	Civil	50m
Velas	Edifício Sede da Santa Casa da Misericórdia de Velas, sito na Rua Miguel Teixeira, n.º 1	Edital n.º 3/2022, de 18 de janeiro	Civil	50m
Velas	Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Rua do Corpo Santo	Edital n.º 5/22, de 6 de maio	Civil	50m

***Fonte**: SREAC – DRAC (2023)*

Segundo o RJPVPCMI, DLR n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, as intervenções no património imóvel, estão subordinadas ao estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e estão enquadradas nos seguintes tipos de intervenções: adaptação; agrupamento de edifícios; consolidação; correção de dissonâncias ou anomalias arquitetónicas; desconstrução, manutenção e limpeza; preservação; reabilitação; reconstituição; recuperação; reedificação; reinterpretação; reparação; restauro e preenchimento de lacunas; e translocação (artigo 20.º). Os estudos e projetos a desenvolver nestes imoveis devem ser subscritos por técnico habilitado e no fim das intervenções deve ser feito relatório sobre o processo seguido e o resultado final.

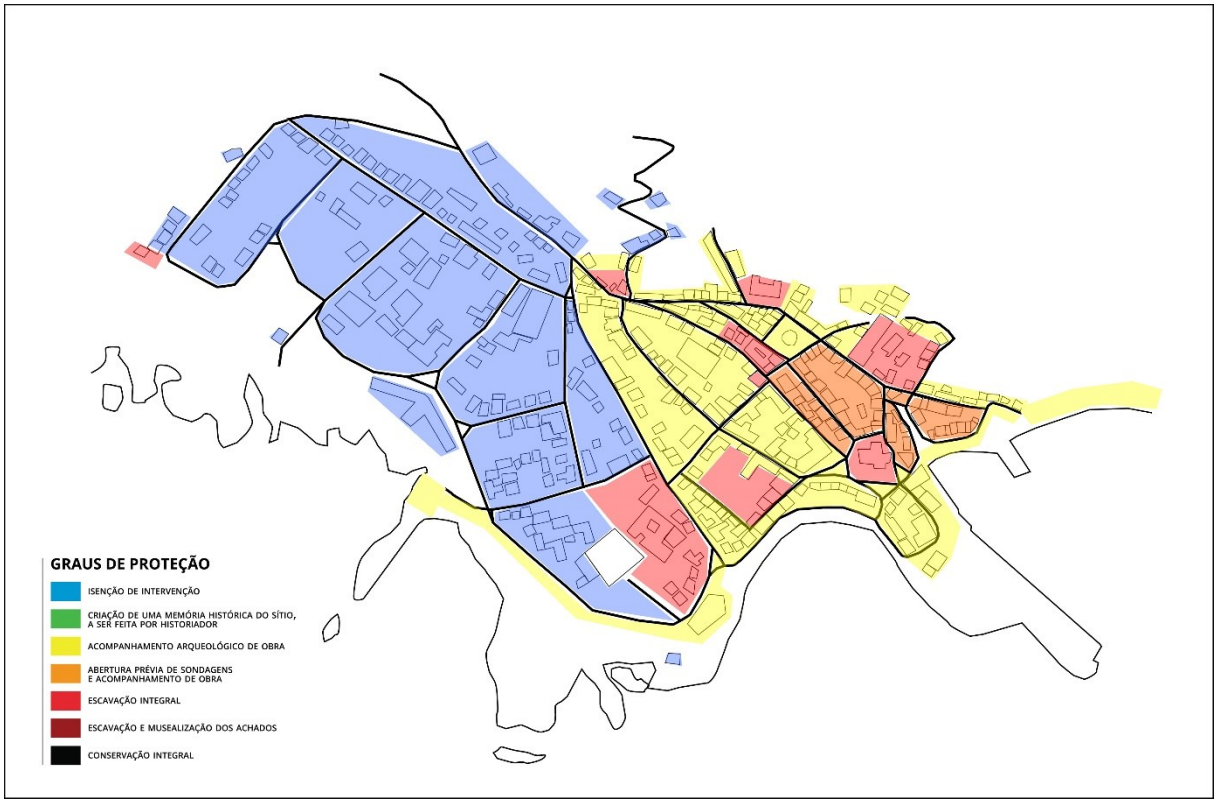
No concelho de Velas também estão identificados 34 sítios arqueológicos distribuídos pelas freguesias de Rosais (1 sítio), Velas (14 sítios), Santo Amaro (4 sítios), Urzelina (7 sítios), Manadas (6 sítios), Norte Grande (2 sítios), segundo a Carta Arqueológica dos Açores.

Em 2021, foi elaborada a proposta de "Carta de Risco e Condicionantes do Património Arqueológico de Velas", que se centra no aglomerado de Velas. Esta carta dispõe de mapa de condicionantes com o objetivo de criar procedimentos preventivos e boas práticas a realização nas operações urbanísticas, com a indicação de ações de defesa e valorização do património arqueológico. Estas ações são:

- Nas zonas a azul, isenção de intervenção, não são estabelecidas ações complementares aos procedimentos das operações urbanísticas;
- Nas zonas a verde, criação de uma memória histórica do sítio a ser feita por historiador;
- Nas zonas a amarelo, acompanhamento arqueológico de obra;
- Nas zonas a laranja, abertura prévia de sondagens e acompanhamento de obra;
- Nas zonas a vermelho, escavação integral;
- Nas zonas a vermelho sangue, escavação e musealização dos achados;
- Nas zonas a negro, conservação integral.

Segundo o mapa os graus de proteção identificados para o aglomerado de Velas são: zonas a azul, afastadas do centro, com maior concentração a oeste; zonas a amarelo, área central e ao longo da marginal litoral; zonas a laranja, na área central, envolvente à igreja matriz de São Jorge; zonas a vermelho, próximo a imóveis classificados e imóveis de interesse, como a igreja matriz de São Jorge, Paços do concelho, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Centro de Saúde de Velas, tribunal de Velas, Ermida Senhora do Livramento e Casa de repouso João Inácio de Sousa.

Figura 105. Carta de Risco e Condicionamentos do Património Arqueológico de Velas



***Fonte**: SREAC – DRAC (2021)*

A rPDM propõe que os imóveis com valor patrimonial classificados no Anexo I, ou que possam ser inventariados no futuro pelo município, deve contribuir para a sua salvaguarda e valorização, respeitando, independentemente da tipologia ou categoria de proteção proposta, as características essenciais da sua construção, em linha com o RJPVPCMI, e serem conforme com a Carta de Risco do Património Arqueológico de Velas (integrada no regulamento, como Anexo II). A intervenção em imóveis classificados e nos imóveis inseridos em conjuntos classificados ficam sujeitos a várias normas estabelecidas na secção II do RJPVPCMI, independentemente da existência de plano de pormenor de

salvaguarda ou planos especiais de ordenamento do território, tendo por objetivo geral a valorização de um edifício ou conjunto por meio de ações que promovam a sua salvaguarda, quer seja das suas características arquitetónicas, quer seja da sua história.

A rPDM prevê as situações de demolição total do edifício ou outras construções ou de espaço público inventariado nas situações de evidente interesse público, risco de ruína iminente e por razões de salubridade e saúde pública. Segundo o RJPVPCMI, a demolição pode ser equacionada nas situações de casos extremos e irrecuperáveis de ruína, após comprovada a manifesta impossibilidade técnica e identificado quais os elementos arquitetónicos reutilizáveis. A demolição não autorizada, do todo ou em parte, obriga à reconstituição com as caraterísticas pré-existentes do imóvel, não podendo contribuir para o ganho de área útil. Na situação de demolição ou desconstrução de edifícios por razões de reconversão urbanística de determinada área, apenas é aprovada após apresentação de projeto de reorganização da área a intervir, plano de contenção e se for considerado indiscutível o interesse coletivo ou previsto em instrumento de planeamento em vigo (alíneas q), r) e s), art.º 28.º do RJPVPCMI).

A revisão do PDM, na situação de descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e também à sua imediata comunicação aos organismos competentes e respetiva autarquia e nos sítios arqueológicos que vierem a ser classificados, quaisquer trabalhos que impliquem revolvimento ao nível do subsolo, ficam condicionados à prossecução das ações previstas na legislação em vigor, seguindo as normas do Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico (RJGPA) (DLR n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, alterado pelo DLR n.º 6/2018/A, de 16 de maio). Respeitado o artigo 23.º do RJGPA, que indica à suspensão de trabalhos de qualquer natureza quando encontrados ou localizados bens que integrem o património arqueológico, terrestre ou subaquático e procede à sua comunicação ao departamento da administração regional autónoma competente em matéria de cultura. E o artigo 33.º do RJGPA que identifica as atividades interditas nos sítios arqueológicos enquadrados em parques arqueológicos.

Também são valores patrimoniais assinalados na planta de ordenamento, os seguintes equipamentos:

- Os moinhos de vento e água não classificados,
- As vigias da baleia,
- Os fornos de cal,
- As eiras.

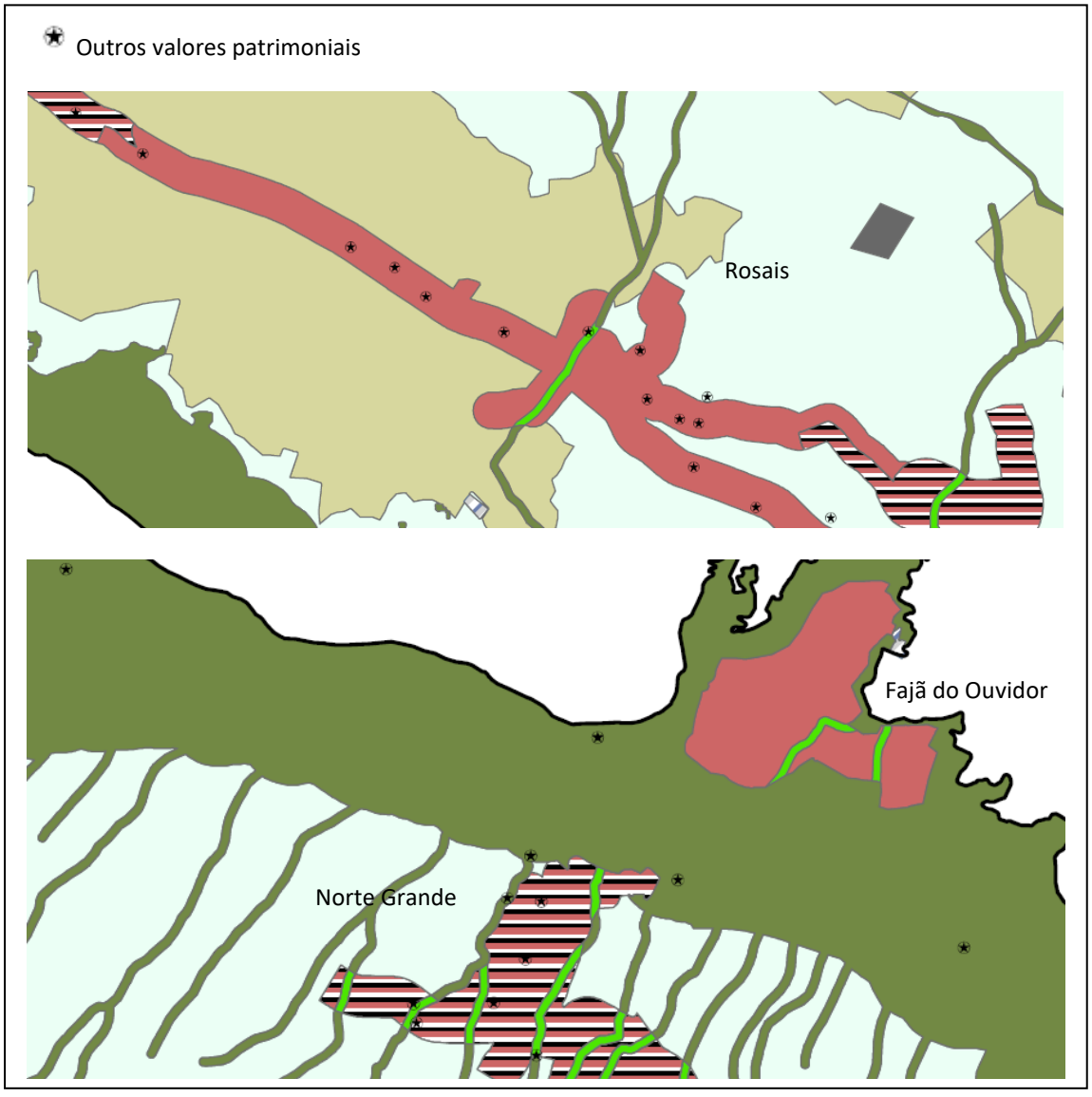
Estes distribuem-se por todo o concelho, quer em solo urbano, quer em solo rústico. Na figura 106 são apresentados alguns exemplos identificados na planta de ordenamento.
Nestes espaços são permitidas obras de construção, reconstrução ou ampliação desde que haja interesse público. No entanto são estabelecidos condicionantes especificas para as construções utilitárias da arquitetura popular, como:

- Moinhos de água:
  - Interdita a demolição parcial ou total;
  - Interdita alterações na forma e volumetria;
  - Respeito pelos materiais construtivos tradicionais e excecionalmente, poderão ser autorizadas obras que melhorem a utilização destes, quando inseridos em unidades afetas ao sector turístico/cultural, podendo também enquanto inseridos em

empreendimentos turísticos, ou unidades de alojamento local, devendo estes assumir um papel de transmissão da cultura de um povo;

- Vigias de baleias:
  - Interdita a demolição, ampliação e alteração parcial ou total;
  - Interdita intervenções que condicionam a tomada de vistas das vigias de baleia, num raio de 100m;
- Fornos de cal:
  - Interdita a demolição, ampliação e alteração parcial ou total;
  - Permitido o restauro;
- Eiras:
  - Interdita a demolição, ampliação e alteração parcial ou total;
  - Permitido o restauro e limpeza.

Figura 106. Outros valores patrimoniais na Planta de Ordenamento na rPDM Rosais e Norte Grande



Fonte: *Planta de Ordenamento rPDM (2023)*

6. Redes de Infraestruturas e Equipamentos

6.1. Infraestruturas Rodoviárias

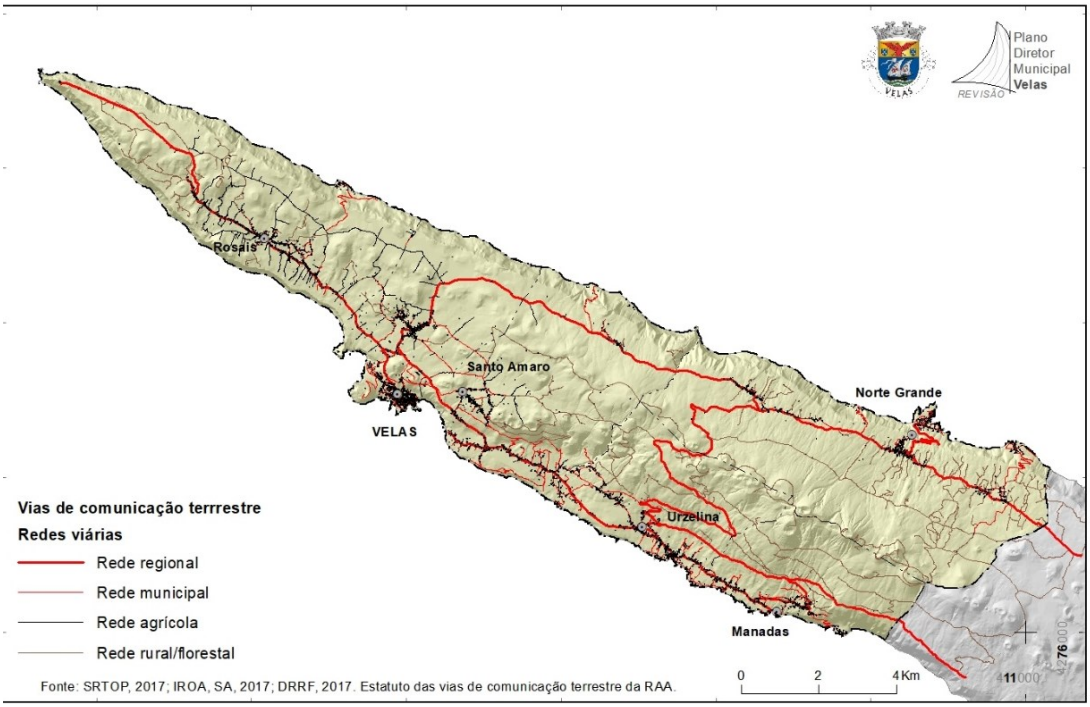
De acordo com o novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores aprovado pelo DLR n.º 39/2008/A, de 12 de agosto, as vias públicas de comunicação terrestre na RAA encontram-se integradas nas seguintes redes:

- **Rede Regional** – assegura as ligações entre os pólos urbanos e económicos de maior expressão em cada ilha. Segundo a Classificação Estrutural, integram as seguintes categorias: Estradas Regionais Principais (ERP) e Estradas Regionais Secundárias (ERS); de acordo com a classificação funcional, organizam-se em: Vias Rápidas (VR), Vias Expresso (VE) e Vias Regulares (VRG).
- **Rede Municipal** – permite a circulação de pessoas e veículos dentro dos povoados e das áreas de respetiva circunscrição territorial e estabelece o acesso a explorações agrícolas e pecuárias desde que abaixo da cota dos 250m de altitude. Estas categorizam-se entre: Estradas Municipais (EM), Caminhos Municipais de 1.ª (CM 1.ª) e Caminhos Municipais de 2.ª (CM 2.ª);

- **Rede Rural/Florestal** – visa estabelecer o acesso a explorações agrícolas, pecuárias e florestais acima da cota dos 250mm e a circulação dentro dos perímetros florestais. Integra as seguintes categorias: Caminhos Rurais (CR), Caminhos Florestais Principais (CFP), Caminhos Florestais Secundários (CFS) e Estradões Florestais (EF);
- **Rede Agrícola** – assegura as ligações dentro dos perímetros de ordenamento agrário, dividindo-se entre as categorias: Caminhos Agrícolas Principais (CAP) e Caminhos Agrícolas Secundários (CAS).

A figura 107 apresenta a classificação final da rede rodoviária do município de Velas, que faz parte da base da cartografia da rPDM, segundo o Novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores. As redes viárias estabelecidas, a rede regional, a rede municipal, a rede agrícola e a rede rural/florestal, seguiu a informação disponibilizada pelas várias entidades competentes. Após a classificação foram avaliadas e validadas pelas respetivas entidades responsáveis, durante as reuniões da comissão de acompanhamento do procedimento de revisão do PDM de Velas, como a CMV e os respetivos organismos com competência nas vias de comunicação terrestre do Governo Regional dos Açores.

Figura 107. Rede Rodoviária do Município de Velas



Fonte: *SRTOP, 2017; IROA, SA, 2017. Estatuto das vias de comunicação terrestre da RAA. Adaptado pela Equipa Técnica do Plano (2020).*

A rede rural/florestal é a de maior extensão no concelho, corresponde a cerca de 44% da rede viária existente no concelho (quadro 98).

Quadro 98. Infraestruturas Rodoviárias do Concelho de Velas. Rácio (km/km2)

Tipo de Rede	Extensão das Vias	Área do Concelho	Rácio (km/km2)
Rede Regional	82,20	119,08 km2	0,69
Rede Municipal	111,0		0,93
Rede Rural/ Florestal	186,50		1,57
Rede Agrícola	42,80		0,36
Total	422,50	119,08	3,55

Fonte: *Cartografia de Base*

A rede regional do concelho de Velas, composta por Estradas Regionais Principais (ERP) e Estradas Regionais Secundárias (ERS), permite o acesso aos vários aglomerados do município e estende-se ao concelho vizinho.

A rede municipal, composta pelas Estradas Municipais (EM) e pelos Caminhos Municipais, que engloba os caminhos de primeira e de segunda (CM1/ CM2), está associada aos arruamentos dos aglomerados urbanos, com várias interseções com a rede regional devido ao desenvolvimento dos aglomerados, ao longo das vias principais. Esta rede inclui acessos às fajãs em solo rústico, tradicionalmente habitadas.

A rede agrícola corresponde às vias não incluídas na rede regional e na rede municipal inseridas no Perímetro de Ordenamento Agrário (POA).

A rede rural/florestal inclui as vias acima dos 250 m, não incluídas na rede regional e na rede municipal, e no interior dos perímetros florestais. Dos 186,50 km desta rede apenas 61,4km são da gestão da Direção Regional dos Recursos Florestais.

Quadro 99. Estrutura da rede rodoviária prevista no rPDM

Rede viária	Tipo	Extensão (Km)	Caraterísticas das Vias
Rede Regional	ERP	52,80	Largura da cada via ≥ 3,5m Largura da via de lentos (caso adotada) ≥ 3,25m Largura da berma ≥ 0,5m
	ERS	29,40	Largura de cada via ≥ 3,0m Largura da via de lentos (caso adotada) ≥ 3,25m Largura da berma ≥ 0,5m
Rede Municipal	EM	9,10	Largura de cada via ≥ 3,0m Largura da berma ≥ 0,5m
	CM1/CM2	101,90	Largura de cada via ≥ 2,50m Largura da berma ≥ 0,5m
Rede agrícola	CAP/CAS	42,80	Largura de cada via ≥ 2,50m Largura da berma ≥ 0,5m
Rede rural/florestal	CR/CFP/CFS	186,50	Largura de cada via ≥ 2,50m (CR) ou Largura de cada via ≥ 2,00m (CFP/CFS); Largura da berma ≥ 0,5m (quando aplicado)

Fonte: *Cartografia de Base. DLR n.º 39/2008/A de 12/08*

Na rede viária incluiu-se os percursos pedestres homologados existentes no município, conforme o indicado no DLR n.º 30/2012/A, de 3 de julho. São dois, ambos classificados como percursos pedestres de pequena rota (código sequencial: PR), pois a sua extensão é inferior a 30km (n.º 3, do art.º 2 do DLR n.º 30/2012/A, de 3 de julho). No caso do percurso PRC05SJO o começa e termino é no mesmo sítio dai ser considerado um percurso pedestre de pequena rota circular (código sequencial: PRC).

Quadro 100. Percursos pedestres homologados no concelho de Velas

Designação	Extensão (km)/Duração	Dificuldade
PR04SJO – Piso do Pedro – Pico da Esperança – Fajã do Ouvidor	16,90 /4h00	Médio
PRC05SJO- Fajã de Além	5,00/3h00	Difícil

Fonte: *site: trails.visitazores.com*

Para além do Novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores, nas situações em que sejam criados novos arruamentos ou ocorram melhoramentos nos existentes deve ser tido em conta as disposições do Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndios em edifícios (RT-SCIE), onde são estabelecidas condições exteriores de segurança e acessibilidades, que possibilita um adequado acesso de veículos de socorro em caso de incêndio a edifícios e recintos.
De acordo com RT-SCIE as vias de acesso a edifícios com altura inferior ou igual a 9m e a recintos ao ar livre devem possuir as seguintes características (art. 4.º):

- 3,5 m de largura útil;
- 4 m de altura útil;
- 11 m de raio de curvatura mínimo, medido ao eixo;
- 15% de inclinação máxima;

- Capacidade para suportar um veículo com peso total 130 kN, correspondendo a 40 kN à carga do eixo dianteiro e 90 kN à do eixo traseiro.

Nas situações em impasse a largura útil deve ser de 7m, ou em alternativa dispor de rotunda ou entroncamento que possibilite que o veículo de socorro não percorra mais de 30 m em marcha-atrás para inverter o sentido de marcha.

As vias de acesso a edifícios com altura superior a 9m devem possuir as seguintes caraterísticas (art.5.º):

- 6 m, ou 10 m se for em impasse, de largura útil;
- 5 m de altura útil;
- 13 m de raio de curvatura mínimo medido ao eixo;
- 10% de inclinação máxima;
- Capacidade para suportar um veículo de peso total 260 kN correspondendo 90 kN ao eixo dianteiro e 170 kN ao eixo traseiro.

Nestas situações das vias em impasse devem assegurar que os veículos de socorro não percorram mais de 20m em marcha-atrás para inverter a marcha.

Na rPDM de Velas não são propostas novas vias integradas na rede regional, na rede municipal, rede rural/florestal e rede agrícola. No entanto um dos objetivos estratégicos do município é o melhoramento das acessibilidades no concelho, como manutenção dos caminhos agrícolas e acessos às explorações, reabilitação do caminho TEU (trilho Ecológico da Urzelina), reabilitação urbana da sede de concelho e melhoria da qualidade da rede viária municipal.

6.2. Infraestruturas Portuárias

Segundo o DLR n. º24/2011/A, de 22 de agosto que aprova o Sistema Portuário dos Açores, a nova classificação dos Porto dos Açores compreende as seguintes classes de portos:

- **Classe A** — portos com funções de entreposto comercial, com fundos de cota mínima de - 7,00 ZH e cais acostável de pelo menos 400 m;
- **Classe B** — portos com funções comerciais, suportando a atividade económica da ilha onde se situam, cujos fundos tenham a cota mínima de - 4,00 ZH e com cais acostável de pelo menos 160 m;
- **Classe C** — portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e apoio às pescas;
- **Classe D** — portos exclusivamente destinados ao apoio às pescas;
- **Classe E** — os pequenos portos sem qualquer das funções específicas previstas nas restantes classes, em geral designados por «portinhos».

A distribuição dos Portos dos Açores pelas classes definidas consta da Resolução do Conselho de Governo n.º 161/2016, de 23 de dezembro, que aprova a lista dos portos dos Açores das classes A, B e C que dispõem de núcleos de pesca, bem como a distribuição dos portos dos Açores pela classe D. Até ao momento não foi aprovado a lista dos portos da classe E na RAA.

Quadro 101. Estrutura Portuária do Concelho de Velas

Classificação	Nome	Freguesia
Classe B	Porto das Velas	Velas
Classe D	Porto de Pescas da Urzelina	Urzelina
Classe D	Porto de Pescas do Norte Grande	Norte Grande
	Portinho da Fajã das Almas	Manadas
	Portinho das Manadas	Manadas
	Portinho dos Terreiros	Manadas
	Portinho da Urzelina (Velho)	Urzelina
	Portinho da Fajã de Santo Amaro	Urzelina
	Portinho da Queimada	Santo Amaro

Fonte: Resolução n.º 161/2016, de 23 de dezembro

O Município de Velas dispõe de um porto localizado na Vila de Velas, apresentando funções comerciais (passageiros e mercadorias), de pesca e de recreio náutico. Ao longo dos tempos o porto sofreu inúmeras alterações, sempre com o intuito de dotar a infraestrutura de melhores condições.

Em 1999 inaugurou-se a nova Gare Marítima. Em 2008 concluíram-se as obras de ampliação do Parque de Contentores e a construção da nova via de acesso ao Porto de Velas. No mesmo ano inaugurou-se o Sector de Recreio Náutico do Porto de Velas, com zona de estacionamento de embarcações a seco, um edifício de controlo e um edifício para utentes, com sanitários, balneários e lavandaria. Posteriormente, em 2011 inaugurou-se o Núcleo de Pescas de Velas, onde existe um cais para descarga de pescado e uma grua para alagem das embarcações. Mais recentemente, em 2012, a Rampa ro-ro, com o intuito de facilitar a mobilidade de passageiros e viaturas e agilizar a carga e descarga de mercadorias através de utilização de navios ro-ro.

O Município possui ainda dois núcleos principais de pesca e/ou recreio náutico, um no Porto da Urzelina e um no Norte Grande (Fajã do Ouvidor), bem como seis portinhos, sem função específica, designadamente três nas Manadas, dois no Urzelina e um em Santo Amaro.

Figura 108. Localização dos Portos do Concelho



Fonte: *Resolução do Conselho de Governo n.º 161/2016, de 23 de dezembro. Adaptado pela Equipa Técnica do Plano (2023).*

O modelo de desenvolvimento territorial não prevê alterações relativas às infraestruturas portuárias.

6.3. Transportes Aéreos – Aeródromo da ilha de São Jorge

A ilha de São Jorge é servida por um Aeródromo situado no concelho de Velas, mais concretamente na Queimada, localizada em Santo Amaro, da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, cuja exploração é feita neste momento pela SATA - Gestão de Aeródromos S.A. O Aeródromo é dotado de uma torre de controlo com serviço de meteorologia, aerogare e serviços de socorro. Têm sido feitos melhoramentos ao longo dos tempos nas suas infraestruturas, nomeadamente a inauguração da nova Aerogare em 2007 e a inauguração da ampliação e alargamento da pista em 2012, bem como a inauguração da nova Torre.

As pistas estão orientadas a 130º/310º em relação ao norte magnético. Os ventos do quadrante NE correspondem aos que mais afetam a operacionalidade da pista.

Tendo em conta que o Município não dispõe de nenhum heliporto, sempre que necessário o helicóptero utiliza o aeródromo.

Quadro 102. Comprimentos característicos da pista

Pista de 1270 x 45 metros, bermas de 7,5 metros
Distâncias de ambas as pistas: LDA 1270 m TORA 1412 m* ASDA 1412 m* TODA 1562 m* Strip de 1390 x 150 m Clearway em ambas as pistas de 150 x 150 m RESA em ambas as pistas de 90 x 90 m *Inclui 142 m antes do início da pista

Fonte: *SATA, Gestão de Aeródromos*

A zona geral de proteção em volta do aeródromo da ilha de São Jorge foi estabelecida pelo DRR n.º 36/84/A, de 11 de outubro, alterado pelo DRR n.º 21/2012/A, de 9 de novembro, devido às obras de ampliação e alargamentos das pistas.

Por conseguinte, distingue-se uma zona de proteção integral, que engloba terrenos que limitam os terminais da pista a sudeste, numa extensão de 300 interditando toda e qualquer atividade; e uma zona de proteção parcial composta pelos restantes terrenos circundantes ao aeródromo, dentro do qual é proibida a construção de qualquer natureza, alteração ao relevo ou configuração do solo, a plantação de árvores ou arbustos e outros trabalhos e atividade que possam prejudicar a segurança das instalações do aeródromo, sem a autorização prévia do departamento do Governo Regional com competência na matéria de transportes aéreos.

No entanto foi-nos fornecido pela SATA Gestão de Aeródromos, a planta de superfícies de limitação de obstáculos previstas para o aeródromo de São Jorge, e a explicação da mesma, prevendo pista de aproximação visual com um código de referência ICAO 3D. Pese embora, não serem as superfícies previstas pelo decreto regulamentar em vigor, deverão as mesmas serem acauteladas para garantir a operacionalidade do aeródromo, esperando-se uma eventual atualização da servidão.

Sendo assim na figura 109, estão representadas:

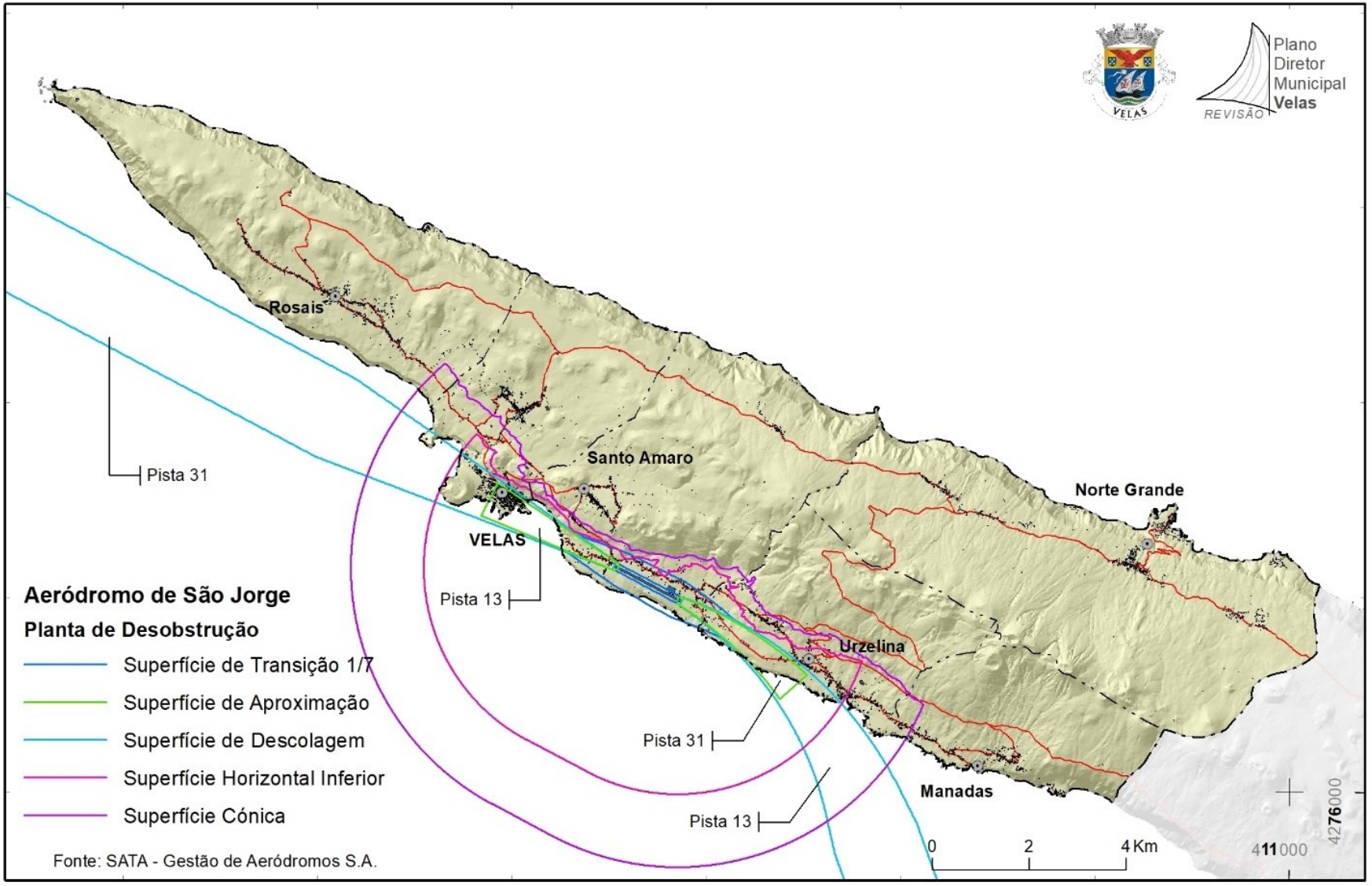
- A superfície de aproximação (a verde) começa a 60 metros do início da pista à cota do início da pista, com uma largura inicial de 150 metros e vai subindo à razão de 3.33% e alargando com uma divergência de 10%;

Nota: em caso de se passar uma das pistas de S. Jorge para de instrumentos, esta superfície passa a subir á razão de apenas 2% e com uma divergência de 15%. Será importante conservar essa superfície livre de obstáculos para garantir a possibilidade de se implementar uma aproximação por instrumentos a São Jorge.

- **A Superfície de descolagem** (a azul-claro) inicia-se no fim das clearway, à cota do fim da clearway com uma largura de 180 metros, alargando com uma divergência de 12.5% até atingir 1200 metros de largura, subindo à razão de 2%;
- **A superfície de transição** (vermelho) que se desenvolve ao longo da berma da strip e parte da berma da superfície de aterragem e que sobe à razão de 1/7 (14.33%) até atingir a superfície horizontal interior;
- **A Superfície de Horizontal** interior desenvolve-se 45 metros acima da cota do aeródromo num raio de 4000 metros;
- **A superfície cónica** começa no fim da superfície horizontal e sobe á razão de 5 % até atingir uma altura de 75 metros acima da superfície horizontal.

Nota: A superfície horizontal interior e cónica em São Jorge são perfuradas por terreno a Norte da pista numa grande extensão, pelo que não é necessário considerar quaisquer restrições nestas superfícies a norte da pista.

Figura 109. Planta de superfícies de limitação de obstáculos previstas para o Aeródromo de São Jorge



Fonte: *SATA – Gestão de Aeroportos, S.A. Adaptado pela Equipa Técnica do Plano (2018).*

Figura 110. Localização Aeródromo de São Jorge



Fonte: *SATA – Gestão de Aeroportos, S.A. Adaptado pela Equipa Técnica do Plano (2018).*

O modelo de desenvolvimento territorial não prevê alterações relativas ao aeródromo de São Jorge.

6.4. Rede de Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água do Município de Velas, segundo a alteração do Programa Regional da Água, está organizado em 14 zonas de abastecimento, em que utiliza uma rede de 24 captações subterrâneas. Com uma distribuição geográfica por todo o Município, existem também 33 Reservatórios de água cuja capacidade de armazenamento útil total de 8790 m³, equivalente a 3,84 dias de capacidade de reserva. Estão identificados 11 sistemas de tratamento de água (Alteração do Programa Regional da Água - Relatório Técnico - Volume 2 – Caraterização e Diagnóstico, dezembro 2021). No entanto, segundo os dados disponibilizados pela em *SRAAC-DROTRH,* em 2023, verifica-se a existência em 26 captações subterrâneas, das quais quatro nascentes não estão em exploração. Das captações subterrâneas em funcionamento, 18 são nascentes e 4 são furos, como indica no quadro 104.

No que respeita a infraestruturas de tratamento de água, o concelho apenas detém um sistema de desinfeção que abrange a totalidade da rede de abastecimento. Sendo que, de acordo com o "*Relatório Anual Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano*", 2022, da ERSARA, cerca de 99,60% das análises realizadas no Concelho de Velas estavam em cumprimento do Valor Paramétrico.

Quadro 103. Características das Zonas de abastecimento do Concelho de Velas, em 2015

Designação	População Abastecida (hab)	Volume Estimado (m³/dia)
Zona de abastecimento Aeroporto	386	77
Zona de abastecimento Beira	396	79
Zona de abastecimento da Fajã da Ribeira da Areia	10	2
Zona de abastecimento da Fajã do Ouvidor	97	19
Zona de abastecimento da Ribeira da Areia	70	14
Zona de abastecimento da Ribeira do Nabo	253	51
Zona de abastecimento da Urzelina	670	134
Zona de abastecimento das Manadas	398	80
Zona de abastecimento de Rosais – Povo Novo – Norte Grande B - Toledo	643	129
Zona de abastecimento de Santo Amaro	404	81
Zona de abastecimento de Santo António	237	47
Zona de abastecimento de Velas	1640	328
Zona de abastecimento Norte Grande A	159	32
Zona de abastecimento Rosais Relvas	145	29

Fonte: *Dados da CMV (2018)*

Quadro 104. Principais origens de água, da rede de abastecimento de água do Concelho de Velas, em 2023

Designação	Freguesia	Referencia	Natureza	Tipo	Licença
Fonte Nova	Santo Amaro	S.J. N45	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Choupana	Velas	S.J. N46	Subterrânea	Nascente	CASUB 2020 15
Abelheira I	Norte Grande	S.J. N47	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Abelheira II	Norte Grande	S.J. N48	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Vieira I	Manadas	S.J. N49	Subterrânea	Nascente	Não estão a ser exploradas (2021)
Vieira II	Manadas	S.J. N50	Subterrânea	Nascente	Não estão a ser exploradas (2021)
Cabreiras/Quebra (Ribeira da Areia na portaria)	Norte Grande	S.J. N51	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Fonte Grande (Caminho Velho na Portaria)	Norte Grande	S.J. N52	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Chamine I	Norte Grande	S.J. N53	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Chaminé II	Norte Grande	S.J. N54	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Almada	Norte Grande	S.J. N55	Subterrânea	Nascente	Não estão a ser exploradas (2021)
Lena	Norte Grande	S.J. N56	Subterrânea	Nascente	Não estão a ser exploradas (2021)
Maria Alves I	Norte Grande	S.J. N57	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Maria Alves II	Norte Grande	S.J. N58	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Gamboesa (Juncal na portaria)	Norte Grande	S.J. N59	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Juncalinho (Gamboesa na portaria)	Norte Grande	S.J. N60	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Casada	Norte Grande	S.J. N61	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Sete Fontes	Rosais	S.J. N62	Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 03
Pico Verde	Norte Grande	S.J. N63	Subterrânea	Nascente	CASUB 2020 14
Pombal	Manadas		Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Tornos	Manadas		Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Alhadeira/Ladeiras	Manadas		Subterrânea	Nascente	CASUB 2021 04
Queimada/Velho Fajã de Santo Amaro	Santo Amaro		Subterrânea	Furo	CASUB 2021 05
Ribeira do Nabo	Santo Amaro		Subterrânea	Furo	CASUB 2020 13
Novo Fajã de Santo Amaro	Santo Amaro		Subterrânea	Furo	CASUB 2021 05
IROA	Urzelina		Subterrânea	Furo	CASUB 2021 05

Fonte: *Dados SRAAC-DROTRH (2023)*

Relativo à rede de abastecimento de águas, o município aposta na melhoria da rede existente, com a sua modernização e levantamento georreferenciado.

6.5. Drenagem e tratamento de águas residuais

De acordo com o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021 (PGRH-Açores 2016-2021), o serviço público de saneamento de águas residuais de Velas é constituído por apenas dois sistemas. Um deles é suportado por uma pequena rede de drenagem que encaminha as águas residuais para uma Fossa Séptica Coletiva (FSC) localizada nas Velas e que tem capacidade para tratamento primário de cerca de 8400m^3 de águas residuais afluentes por ano e que apenas serve um grupo pequeno da população, nomeadamente moradores do bairro a que essa FSC serve. O outro sistema, que também se localiza nas Velas servindo apenas parte da população, também é constituído apenas por uma pequena rede de drenagem, contudo, as águas residuais descarregam diretamente no meio ambiente. A rede existente, na maior parte do território do município de Velas é uma rede autónoma, privada, composta por fossa e sumidouro, de sistema primário de tratamento de esgotos domésticos.

Não foi introduzido na Planta de condicionantes (SARUP) a rede uma vez que as documentações da rede não têm fiabilidade suficiente para a sua representação.

Relativo à drenagem e tratamento de águas residuais, o modelo de desenvolvimento territorial não prevê o desenvolvimento de sistema público de drenagem e tratamento de águas residuais. No entanto, no regulamento do plano prevê a obrigatoriedade da execução de rede de esgotos da responsabilidade do promotor, devendo respeita a legislação em vigor em matéria de qualidade ambiental.

6.6. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos

A recolha de resíduos sólidos era assegurada pelos serviços municipais, de forma indiferenciada, em dias pré-definidos, abrangendo a totalidade do concelho. Os mesmos eram depositados no aterro sanitário do concelho, localizado no lugar do Valado, na freguesia dos Rosais, e não usufruíam de qualquer tipo de tratamento.

Essa situação alterou-se progressivamente a partir de abril de 2015, altura em que o depósito de resíduos sólidos começou a ser efetuado no Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge, sito

na freguesia do Norte Pequeno, no concelho da Calheta, tendo sido concluída em 2018 a empreitada de selagem das lixeiras da Ilha de S. Jorge.

Durante o ano de 2016 o Município depositou no centro de processamento de Resíduos de s. Jorge 1258 toneladas de RSU, em 2017 esse valor foi de 1659 toneladas

No âmbito do cumprimento dos objetivos do PEPGRA foi solicitado às Câmaras Municipais a sua adaptação face à nova realidade, através da implementação de um sistema de recolha seletiva e sensibilização da população para a separação de resíduos.

Em 1/02/2017 o município de Velas viu ser aprovada a sua candidatura ao Programa Operacional Açores 2020 para implementação de uma rede de recolha seletiva de resíduos (Açores-06-1911 – FEDER-000011), com o custo total de € 584.103,54.

A empreitada foi concluída, tendo sido criados 122 ecopontos com contentores de 800L e 34 de 240L colocados em nichos e 13 oleões, com o sistema de recolha seletiva em vigor desde 1 de fevereiro do corrente ano.

A recolha seletiva é efetuada em todas a freguesias do concelho diariamente em função do tipo de resíduo e por zonas. As zonas englobam, basicamente, as localidades da costa norte (Ribeira da Areia, Norte Grande, Santo António, Toledo, Beira e Rosais) e costa sul do município (vila de Velas, Santo Amaro, Urzelina e Manadas) para as quais há dias distintos para a recolha. Assim, na costa norte a recolha de papel e cartão e vidro é efetuada às quartas e quintas-feiras, respetivamente. Na costa sul, os mesmos resíduos são recolhidos às quintas-feiras e sábados, respetivamente. As embalagens são recolhidas apenas às terças-feiras em todas as freguesias. Além disso, por solicitação dos munícipes, o município efetua a recolha a título gratuito de “monstros” e “verdes” às segundas e sextas-feiras, respetivamente.

Após a implementação da recolha seletiva os valores dos resíduos entregues no Centro de Processamento de Resíduos de S. Jorge em 2018 passaram a ser de 77,2% de RSU indiferenciado e 22,8% de RSU separados pelo sistema de reciclagem.

Nos resíduos separados o vidro tem a maior percentagem com 38,21%, seguindo-se o plástico e metal com 32,98% e o papel e cartão com 28,4%, tendo os restantes resíduos valores ainda muito baixos

A recolha é efetuada uma vez por semana nas freguesias do Norte Grande, Urzelina, Manadas, Rosais e nas localidades da Beira, Piedade/Degraus e São Pedro/Levadas. Enquanto na Vila de Velas a recolha é efetuada três vezes por semana.

Relativo à recolha e tratamento de resíduos sólidos, a aposta do município é na melhora do sistema implementado, que nos últimos anos tem sofrido alterações, contribuindo para o aumento de resíduos selecionados com potencial de ser reciclados. Propondo o aumento da eficiência da recolha seletiva através da aquisição de novos equipamentos e viaturas.

6.7. Rede Elétrica

Todos os aglomerados populacionais do Concelho estão abrangidos pelo fornecimento de energia elétrica, assegurado pela EDA – Eletricidade dos Açores.

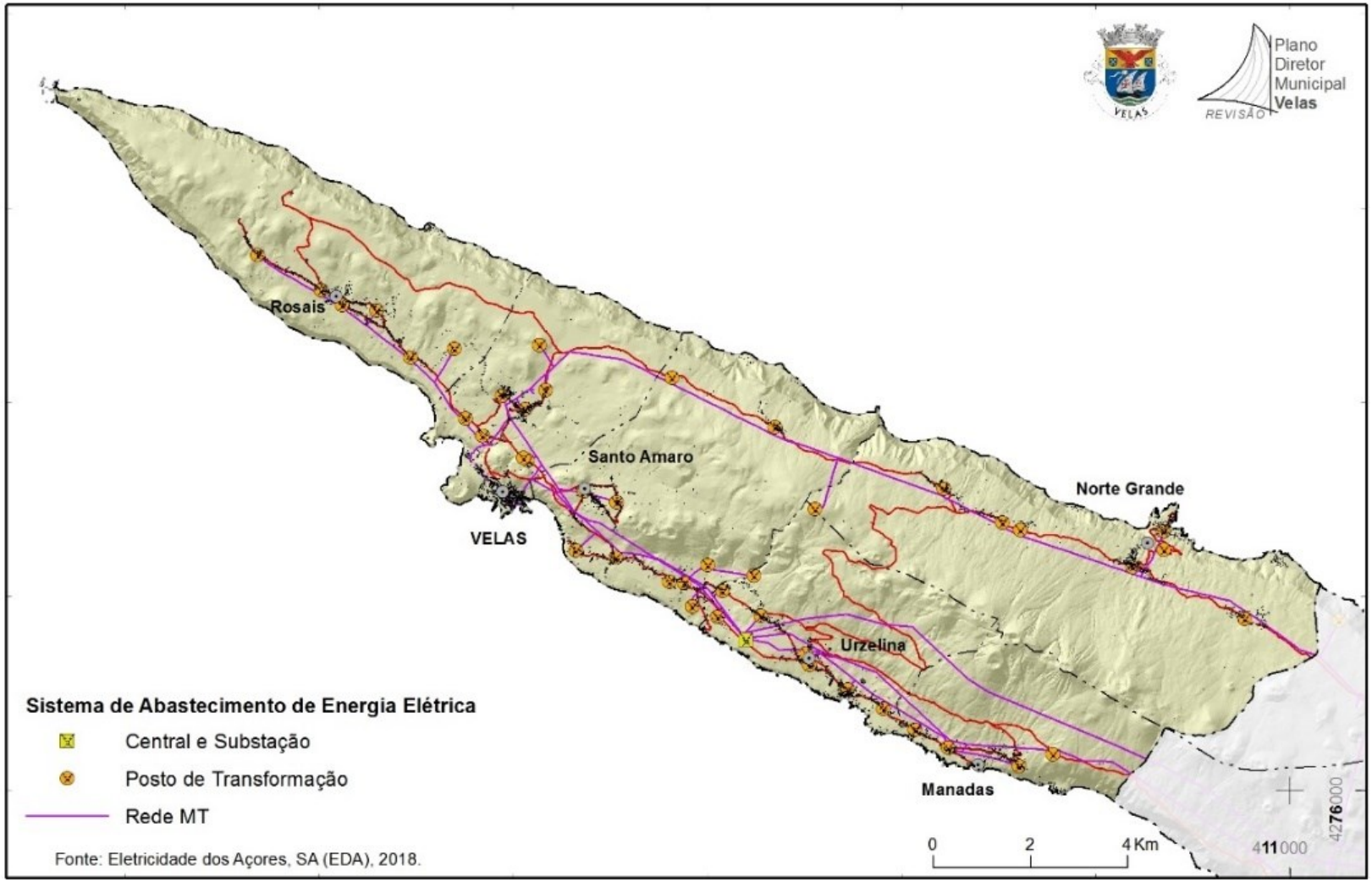
A distribuição de energia faz-se baseada nas estruturas de linhas de Média Tensão, com origem na Central Termoelétrica do Caminho Novo, que atravessam todas as freguesias do Município e fazem o transporte e distribuição, e linhas de baixa tensão que se encontram geograficamente bem distribuídas pelo Concelho.

Quadro 105. Centrais de Produção de Energia Elétrica, na ilha de São Jorge em 2015

Sigla	Nome	Fonte Primária	Grupos Geradores			Energia Produzida (MWh)
			Tensão de Geração (kv)	Unidades	Potência Instalada	
CTCN	Caminho Novo	Térmica - Diesel	6	3	4 108	14.591,5
			0,4	4	4 120	9556,6
PEPU	Pico da Urze	Eólica	0,4	6	1 800	4.031.2
Total	-	-	-	13	10 028	28.179,3

Fonte: *Adaptado de Caracterização das redes de transporte e distribuição da Região Autónoma dos Açores – EDA – 2015*

Figura 111. Sistema de Abastecimento de Energia Elétrica



Fonte: *Eletricidade dos Açores. 2018. Adaptado pela Equipa Técnica do Plano (2018).*

Relativo às infraestruturas de energia elétricas, o modelo de desenvolvimento territorial não prevê alterações à rede existente.

6.8. Combustíveis

O abastecimento em combustíveis da ilha de São Jorge é realizado pelo Porto das Velas e a atual instalação de receção e armazenamento de combustíveis é adjacente a esta infraestrutura portuária. As atuais instalações de armazenamento, que recebem combustíveis do navio de transporte de combustíveis interilhas, são contiguas e situam-se numa área anexa ao Porto de Velas. Estas instalações são propriedade da empresa Bencom, S.A. e da empresa José Monjardino, S.A., estando, todavia, a gestão conjunta das instalações a cargo da empresa Bencom, S.A.

As instalações recebem e armazenam gasóleo e gasolina s/Pb 95, são compostas por 15 tanques enterrados cuja capacidade varia de 22 m3 a 70 m3, resumidamente:

Quadro 106. Nº de Tanques de armazenamento e Capacidade Total

Produto	Nº de Tanques	Capacidade Total
Gasóleo	11	540m^3
Gasolina s/Pb95	4	116m^3
Total	15	656m^3

Fonte: *DREn/Bencom, S.A. (2018)*

No ano de 2017, foram introduzidos no mercado da ilha de São Jorge as seguintes quantidades de combustíveis:

Quadro 107. Quantidades de combustíveis introduzidos no mercado da Ilha de São Jorge (2017)

Produto	Quantidade	Observações
Gasóleo	12261,297kl	Recebido e armazenado nas instalações
Gasolina s/Pb95	1143,670kl	Recebido e armazenado nas instalações
GPL-Butano	1277,074Ton	Em taras
Fuelóleo	462,495Ton	Transportado em contentor-cisterna, é fornecido diretamente aos clientes finais.

Fonte: *DREn (2018)*

Com base nos dados supra indicados, considerando o combustível introduzido no mercado como sendo igual ao consumo e tomando os valores médios relativos ao ano de 2017, a autonomia média da ilha de São Jorge é de 16 dias para o Gasóleo e 37 dias para a Gasolina s/Pb95.

Quadro 108. Autonomia Média da Ilha de São Jorge em Combustíveis (2017)

Produto	Consumo Médio diário (m^3)	Capacidade de Armazenamento (m^3)	Autonomia Média (dia)
Gasóleo	33,59	540	16
Gasolina s/Pb95	3,13	116	37

Fonte: *DREn (2018)*

A reduzida autonomia média de 16 dias no caso do gasóleo, obriga a um grande nº de viagens do navio interilhas de transporte de combustíveis, o que pode não garantir a segurança no abastecimento em caso de mau tempo e avaria ou indisponibilidade do navio interilhas.

Esta situação resulta do facto das instalações atuais de armazenamento serem pequenas e sem as condições necessárias para fazer face às necessidades de abastecimento da ilha, que para garantir maior segurança no abastecimento e uso mais eficiente do navio interilhas teria que ser considerada uma autonomia de 45 dias. Para além destas condicionantes, as atuais instalações carecem de modernização e de mais garantias de segurança, tornando impossibilidade a ampliação da capacidade de armazenagem.

Perante esta situação, a Direção Regional da Energia procedeu à adjudicação de um estudo técnico para análise das alternativas viáveis, ao nível da segurança, para a relocalização das instalações de armazenamento de combustíveis da ilha de São Jorge, resultando na indicação da zona das Levadas como a previsível localização para a futura construção da nova instalação de armazenamento de combustíveis da ilha de São Jorge.

6.9. Telecomunicações

O Município de Velas, encontra-se coberto pela rede fixa de telefone público da PT e possui cobertura pelas redes móveis MEO e VODAFONE e NOS. As redes móveis apresentam uma potência de sinal boa na parte sul do Município, enquanto a Norte a potência de sinal razoável e em alguns locais inexistentes.

No Concelho de Velas encontram-se as seguintes antenas de telecomunicações móveis:

- Três que pertencem à PT Portugal (MEO)
  - Manadas (1);
  - Rosais (1);
  - Norte Grande (1).
- Três que pertencem à rede NOS
  - Santo Amaro (1);
  - Velas – Beira (1);
  - Manadas (1).
- Duas que pertencem à rede Vodafone
  - Velas (1);
  - Urzelina – Ribeira do Nabo (1).

Existe igualmente um emissor TDT (Televisão Digital Terrestre) em Santo Amaro.

Relativamente, ao número de postos e estações de correios, podemos apurar que o município de Velas é o concelho da ilha com menos presença desta tipologia de serviço, na medida em que não possui 1 estação de correio, o que corresponde a cerca de 19,18 estações de correio e 0,00 postos por cada 100

000 habitantes, em comparação com o concelho da calheta que possui 2 estações e 1 posto de correio, correspondendo a 30,51 estações e postos de correio por cada 100 000 habitantes.

No que diz respeito às Telecomunicações de Emergência, a RAA está dotada de cobertura regional da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da Região Autónoma dos Açores (RITERAA), propriedade do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

A RITERAA é uma solução tecnológica de última geração, assente no standard DMR (Digital Mobile Radio) e em que a sua infraestrutura base é composta por uma Rede de Acesso (vulgo sites) designada por Estações Base/Repetidores, onde todos os terminais acedem para processar a sua comunicação e uma Rede de Transmissão (vulgo links) que interliga as diferentes Estações Base/repetidores com o objetivo de projetar as comunicações entre elas de âmbito mais local e regional.

A exploração da rede é feita através de três tipologias de terminais que podem ser fixos (ex. centrais de telecomunicações dos CBs, Hospitais, outras Entidades), móveis (ex. veículos de emergência, embarcações, aeronaves) ou portáteis (ex. Elementos de Comando dos CBs ou Equipas Especiais).

A RITERAA está dividida em três redes independentes, interligadas através de uma infraestrutura redundante assente no protocolo IP:

- Rede Oriental - para servir as ilhas de S. Miguel e S. Maria
- Rede Central - para servir as ilhas da Terceira, Graciosa, S. Jorge, Faial e Pico
- Rede Ocidental - para servir as ilhas das Flores e do Corvo

Cada uma das redes tem como objetivo servir o SRPCBA, um conjunto de Corpos de Bombeiros, demais Agentes de Proteção Civil e Entidades com Dever de Colaboração que integram o Sistema Regional de Proteção Civil.

Na ilha de São Jorge, a RITERAA cobre toda a ilha, através das antenas instaladas no Terreiro da Macela, concelho de Velas, assim como, através das antenas das ilhas do Faial, Pico e Terceira. Em anexo remete-se ficheiro com localização da antena instalada no Terreiro da Macela.

Relativo às infraestruturas de telecomunicações, o modelo de desenvolvimento territorial não prevê alterações à rede existente, no entanto podem ocorrer ações que visem a melhoria da qualidade do serviço prestado e a oferta de novos serviços.

7. Carta Educativa do Concelho

A Carta Educativa constitui parte integrante do conteúdo documental que acompanha o PDM, no termo da alínea l), do artigo 99º do DLR n. º35/2012/A, de 16 de agosto.

Nos termos a alínea a), do artigo 3º, do DLR n. º27/2005/A, de 10 de novembro, a Carta Educativa é um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos de responsabilidade municipal.

A educação no Concelho de Velas é ministrada através da rede pública, ou da rede privada, neste caso sem fins lucrativos.

Em 2017 existem as seguintes valências no Concelho da Velas:

- **Educação Pré-Escolar**

Creche

De acordo com a Direção Regional da Educação e Administração Educativa (DREAE), as creches do Concelho, estão integradas exclusivamente na rede privada sem fins lucrativos, nomeadamente: no Instituto de Santa Catarina, no lugar da Boa Hora, na Freguesia de Santo Amaro; e na Santa Casa da Misericórdia de Velas, situado na Vila de Velas.

Jardim-de-Infância

A partir dos três anos de idade as inscrições podem ser feitas na rede pública ou privada. No que concerne ao ensino pré-escolar na rede pública, o mesmo em 2015 é ministrado a partir dos 3 anos na EB1/JI de Velas, enquanto o ensino pré-escolar na rede privada é ministrado nas IPSS supramencionadas.

- **Ensino Básico**

1º Ciclo

O 1º ciclo do ensino básico é ministrado no concelho apenas na rede pública, nas EB1's e EB1/JI integradas nas Unidades Orgânicas.

A rede de estabelecimentos escolares de 1º ciclo do ensino básico no Município sofreu grandes alterações desde a elaboração do PDM de Velas até à atualidade.

Existiam 12 escolas da rede pública distribuídas por todas as freguesias do concelho. No entanto, apenas duas dessas escolas encontram-se no ativo atualmente, nomeadamente a EB1/JI de Velas e a EB1 da Urzelina.

Previa-se uma ampliação para a EB1/JI de Velas e para a EB1/JI da Boa Hora. No entanto a ampliação e requalificação dessa última foi realizada, mas a valência da mesma alterou, passando a funcionar como creche e jardim-de-infância do Instituto de Santa Catarina. Enquanto a EB1/JI, sofreu os trabalhos de requalificação e ampliação, passando, no entanto, a ministrar apenas a educação pré-

2º e 3º ciclos – Ensino Regular

Durante a elaboração do PDM de Velas o 2º e 3º ciclo do ensino básico eram ministrados pela Escola 2,3 de Velas atualmente denominada Escola Básica e Secundária de Velas, situação essa que se mantém.

Toda a infraestrutura anterior, correspondente à Escola Básica e Secundária de Velas foi demolida. Sendo que a construção do novo complexo escolar se encontra de momento concluída e completamente funcional, a mesma foi realizada em duas fases, por forma a não interferir com o seu normal funcionamento.

- **Ensino Secundário**

Este nível de ensino era inexistente aquando realização dos relatórios técnicos do PDM na primeira metade da década de 90. Uma das razões apontadas que tornavam a concretização de lecionar o ensino secundário difícil era a falta de docentes devidamente qualificados. Por conseguinte, a grande preocupação a nível educativo, na década de 90, para além da falta de docentes, consistia também na habilitação legal dos mesmos.

No ano letivo de 1995/1996 inseriu-se o ensino secundário na Escola Básica e Secundária de Velas, tendo o mesmo sofrido sucessivas melhorias na oferta curricular dos cursos.

- **Ensino Profissional**

Escola Profissional da Ilha de São Jorge

A Escola Profissional da Ilha de São Jorge foi fundada em 1996 e em 1998 foi criada a ADISJ – Associação para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge, sendo esta a entidade proprietária da Escola.

A ADISJ é uma instituição privada, mas vocacionada na utilidade pública. Composta inicialmente pelo Município de Velas, União das Cooperativas de São Jorge e Associações Agrícolas, foi alargada posteriormente a associados particulares.

Inicialmente o ensino era ministrado nas instalações do antigo Externato Cunha da Silveira. No entanto, devido ao aumento da oferta formativa e consequente aumento no número de alunos, as instalações tornaram-se insuficientes e utilizou-se alguns espaços da Casa Cunha, adaptando-os para salas de aula.

A aposta no ensino profissionalizado aumentou ao longo dos anos e a procura de técnicos cada vez mais especializados levou a que a EPISJ tivesse uma influência e uma projeção internacional.

Em 2004 foi iniciada a construção de uma escola nova na zona de Entre Morros, na Vila de Velas, que em 2006 passou a ser as instalações da EPISJ.

Na EPISJ são ministrados cursos de PROFIJ nível II, III e IV (com equivalência ao 9º ano e 12º ano respetivamente), cursos técnico-profissionais de dupla certificação de nível IV, cursos nível II e IV do programa Reactivar, bem como a formação de ativos através de cursos de curta duração e Rede Valorizar.

Escola Básica e Secundária de Velas

Por forma a abranger um maior leque de ofertas educativas, a Escola Básica e Secundária de Velas disponibiliza igualmente cursos profissionais cuja conclusão confere um diploma de ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 4.

No ano letivo 2017/2018 disponibilizava o 1º ano de Curso Profissional de Técnico Animador Sociocultural, o 2º ano de Curso Profissional de Técnico de Secretariado e o 3º ano de Curso Profissional de animador Sociocultural.

- **Educação Especial**

O ensino especial não existia aquando elaboração do PDM Velas, em grande parte devido à falta de técnicos especializados.

Atualmente, na Escola Básica e Secundária de Velas encontra-se o Núcleo de Educação Especial que disponibiliza uma Unidade Especializada com currículo adaptado (UNECA) destinada aos alunos da Escola Básica e Secundária de Velas, com idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos.

Programas Específicos do Regime Educativo Especial – PEREE

Os Programas Específicos do Regime Educativo Especial organizam-se em modelos estruturados em função dos objetivos psicopedagógicos a atingir e do perfil de funcionalidade da criança ou jovem com necessidades educativas especiais de caráter permanente, devendo, sempre que possível, agrupar alunos provenientes de diferentes escolas da mesma unidade orgânica. Assentam numa perspetiva curricular funcional, substituindo as competências definidas para cada ciclo ou nível de educação e ensino e têm como objetivo promover a autonomia, facilitar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e, quando possível, a aquisição de competências escolares, de orientação vocacional ou de formação profissionalizante, orientadas para o exercício de uma atividade profissional e são os seguintes:

- Programa socioeducativo: destinado a alunos entre os 3 e os 11 anos de idade, permitindo à criança ou aluno a aquisição de competências que constituem objetivo da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, sempre que as suas características pessoais o permitam;
- Programa Despiste e Orientação Vocacional: destinado a alunos a partir dos 11anos de idade, cujas necessidades educativas especiais não permitam a inclusão no currículo educativo comum, propiciando ao aluno a aquisição das competências que constituem objetivo do 1.º ciclo do ensino básico, consoante as suas características pessoais o permitam;

- Programa pré-profissionalização: destina-se, preferencialmente, a alunos a partir dos 14 anos de idade com o objetivo de promover uma adequada transição d aluno com deficiência ou incapacidade, para a vida ativa e criar condições para o exercício de uma atividade profissional. Pretende propiciar ao aluno a aquisição de competências do 2.º ciclo do ensino básico, consoante as suas características pessoais o permitam.

De acordo com a *Caracterização do Sistema Educativo Regional – Direção Regional da Educação e Administração Educativa*, no Concelho de Velas, existiam 5 matrículas na EBS de Velas, englobadas no PEREE.

Unidade Especializada com currículo adaptado – UNECA Ocupacional

Esta unidade fornece apoio a alunos de ensino básico com percursos e currículos próprios e tem como principal objetivo promover de forma mais efetiva as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Dentro da UNECA existem as seguintes tipologias: ocupacional; Socioeducativa; Transição para a Vida Ativa; Educação para Surdos; Educação de Autismo e Educação para Paralisia Cerebral ou Multideficiência (DRE).

- **Programa Formativo de Inserção de Jovens – PROFIJ**

Os cursos da PROFIJ são um instrumento de combate ao insucesso e ao abandono escolar e, de acordo com a DRE, são de dupla certificação constituindo uma alternativa ao ensino regular.

O programa está estruturado em 3 níveis de qualificação: Nível I, Nível II e Nível IV equivalentes ao 2º ciclo, ao 3º ciclo e ao Ensino Secundário, respetivamente.

No Município, as matrículas incidem apenas no nível II e IV, com maior incidência no nível II.

Este programa é ministrado na Escola Profissional da Ilha de São Jorge e na Escola Básica e Secundária de Velas.

- **Outros Programas**

O Concelho de Velas tem apostado fortemente na qualificação escolar e instrução da população através de programas que abrangem uma faixa etária alargada, permitindo também dar oportunidades que não são possíveis através do ensino regular, ou à população que já não se encontra em idade escolar.

São assim apresentados os programas relacionados com a educação que estão disponíveis no concelho de Velas:

Rede Valorizar

A Rede Valorizar tem como objetivos assegurar uma oportunidade de qualificação e certificação, de nível básico, secundário e/ou profissional, a todos os cidadãos residentes nos Açores com idades iguais ou superiores a 18 anos.

Pretende-se assim aumentar o nível de empregabilidade, através do desenvolvimento de competências da população, que possibilite a integração da mesma no mercado de trabalho.

Nos termos do n. º1, do artigo 7.º do Despacho n.º 733/2009, de 10 de julho, a rede Valorizar organiza a sua intervenção em etapas fundamentais, nomeadamente: acolhimento; diagnóstico; encaminhamento; reconhecimento de competências; e certificação de competências.

Programa REACTIVAR

O Programa REATIVAR, regulamentado pela portaria n.º 107/2009, de 28 de dezembro, permite a adequação da educação de adultos na Região Autónoma dos Açores (RAA) aos cursos EFA, de âmbito nacional, e a criação de uma resposta articulada e flexível, ao criar novas modalidades específicas de formação e qualificação, garantindo uma maior escolha de percursos formativos. À exceção de casos específicos, que permitem a frequência de formandos a partir dos 16, os cursos do Programa Reativar destinam-se a pessoas com 18 ou mais anos, sem qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado de trabalho. Sendo que, os cursos de nível secundário, só podem ser frequentados por adultos com idade igual ou superior a 23 anos.

No município de Velas o programa é ministrado na Escola Profissional da Ilha de São Jorge, nos níveis II e IV.

Atividades de Tempos Livres (ATL)

Apesar de não se tratar de um equipamento propriamente escolar, foi referido no PDM de Velas a inexistência instituições com ATL's. Situação alterada ao longo do tempo de vigor do PDM de Velas, com a criação de 2 ATL's, nomeadamente na Santa Casa da Misericórdia de Velas, no Instituto de Santa Catarina na Urzelina. Sendo que em 2012, na freguesia de Velas, foi criada uma ATL, por iniciativa privada particular, com a designação Musicodesporarte, que se extinguiu em 2015.

Em 2018 foi criado um ATL na antiga escola EB 1/JI de Santo António.

Quadro 109. Rede de Educação do concelho de Velas por valência do Estabelecimento de Ensino

	Valência	Designação	Faixa Etária	Capacidade	Entidade	Freguesia
Educação Pré-Escolar	Creche	Creche e Jardim-de-Infância da Boa Hora	4 meses a 3 anos	15	Instituto de Santa Catarina	Santo Amaro
	Creche	Creche da Santa Casa da Misericórdia de Velas	4 meses a 3 anos	35**	Santa Casa da Misericórdia de Velas	Velas
	Jardim-de-Infância	Creche e Jardim de Infância da Boa Hora	3 - 6 anos	30	Instituto de Santa Catarina	Santo Amaro
	Jardim-de-Infância	Jardim-de-Infância – O Roseiral	3 - 6 anos	47**	Santa Casa da Misericórdia de Velas	Velas
	Jardim-de-Infância	EB1/JI de Velas	3 - 6 anos	23**	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas

Educação Extra-Escolar	ATL	Creche e Jardim-de-Infância da Boa Hora	6 - 12 anos	30	Instituto de Santa Catarina	Santo Amaro
	ATL	Santa Casa da Misericórdia de Velas	6 – 12 anos	33**	Santa Casa da Misericórdia de Velas	Velas
Ensino Básico	1.º Ciclo	EB1/JI de Velas	6 - 12 anos	-	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas
	1.º Ciclo	EB1 da Urzelina	6 - 12 anos	33**	Escola Básica e Secundária de Velas	Urzelina
	2.º Ciclo	EB e Secundária de Velas	-	560**	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas
	3.º Ciclo	EB e Secundária de Velas	-	560**	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas
Ensino Secundário	Secundário	Escola Básica e Secundária de Velas	-	560**	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas

	Valência	Designação	Faixa Etária	Capacidade	Entidade	Freguesia
Ensino Profissional	Ensino Profissional	Escola Básica e Secundária de Velas	14 a 24 anos	560*	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas
	Ensino Profissional	Escola Profissional da Ilha de São Jorge	14 a 25 anos	550*	Associação Para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge	Velas
PROFIJ	PROFIJ	Escola Básica e Secundária de Velas	-	560*	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas
	PROFIJ	Escola Profissional da Ilha de São Jorge	-	550*	Associação Para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge	Velas
Ensino Especial	Ensino Especial	Escola Básica e Secundária de Velas	-	560**	Escola Básica e Secundária de Velas	Velas
Programas	Rede Valorizar	Escola Profissional da Ilha de São Jorge	≥ 23 anos	550*	Associação Para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge	Velas
	Programa Reativar	Escola Profissional da Ilha de São Jorge	≥ 23 anos	550*	Associação Para o Desenvolvimento da Ilha de São Jorge	Velas

Capacidade total do equipamento escolar* * Total de Alunos, Ano Letivo 2015/2016*

Tendo em consideração a informação apresentada foi elaborada a análise SWOT do Sistema Educativo do Município de Velas, onde constam os principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças:

Quadro 110. Matriz SWOT Educativa do Concelho de Velas

Pontos Fortes	**Pontos Fracos**
• Existência de uma Escola Profissional (EPISJ – Escola Profissional da Ilha de São Jorge). • Reabilitação e manutenção de edifícios escolares de 1º Ciclo e Pré-Escolar. • As novas instalações da Escola Básica e Secundária de Velas. • Existência de Ensino Especial na Escola Básica e Secundária de Velas, através do Núcleo de Educação Especial que disponibiliza uma Unidade Especializada com Currículo Adaptado, destinada aos alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 13 anos. • Existência de variedade formativa, consoante a idade e necessidades da população, designadamente o Programa Formativo de Inserção de Jovens (PROFIJ), Rede Valorizar, e Programa Reactivar. • Existência de instalações escolares de 1.º ciclo do Ensino Básico, nas freguesias da Urzelina e Santo Amaro.	• Concentração dos edifícios escolares de ensino público e privado na sede de Concelho. • Diminuição de número de alunos inscritos na Escola Básica e Secundária de Velas (Educação Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos).
Oportunidades	**Ameaças**
• Melhoria da oferta formativa do ensino Secundário e Profissional;	• Elevado custo de deslocação e alojamento, para estudantes universitários, comparativamente às ilhas da RAA que detém Ensino Superior. • Baixas Taxas de Natalidade.

Tendo por base este diagnóstico são apresentadas algumas propostas estratégias para o setor da educação:

a) Ensino Regular

A realidade demográfica no concelho de Velas tem revelado uma diminuição progressiva do n.º de alunos a frequentar as Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico a funcionar nos edifícios da qual este Município é proprietário. Não obstante esta realidade é convicção do Município de Velas que os Jardins de infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico constituem um importante serviço de proximidade sobretudo nas Freguesias Rurais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social, e para a manutenção da identidade destes Locais.

As competências do Município de Velas nesta matéria são relativamente escassas uma vez que se limita a ceder os edifícios para o funcionamento das Escolas, nos quais têm sido efetuados avultados investimentos visando a sua manutenção e conservação em ótimas condições de utilização, não obstante a este investimento nas referidas infraestruturas, têm levado ao consecutivo encerramento

destes estabelecimentos de ensino um pouco por todo o Concelho, mantendo-se apenas em funcionamento as da Urzelina, da Beira e o Jardim de Infância de Velas, que consideramos se devem manter no futuro.

Importa salientar que existe necessidade de aumento da capacidade de oferta de creches/jardins de infância, havendo mesmo listas de espera.

Adaptar alguns dos edifícios fechados, nomeadamente na Costa Norte do Concelho a creches/jardins de infância, inclusive para funcionamento no período em que estão encerradas para interrupção letiva de verão, as escolas do ensino público, contribuindo assim para um serviço essencial à população com filhos em idade escolar, sendo simultaneamente um serviço de proximidade á comunidade local.

b) Ensino profissional

Deverá manter-se o apoio à Escola Profissional da Ilha de S. Jorge, dado que esta Instituição é única da Ilha de S. Jorge prestando este serviço aos dois concelhos. Acresce que a qualidade do ensino ministrado tem atraído muitos formandos de outras Ilhas e do Continente, bem como de Cabo Verde e Timor.

Nos próximos anos a Escola Profissional da Ilha de S. Jorge deverá poder continuar a efetuar o seu trabalho de formação, que consideramos essencial para o Concelho e para a Ilha e para a região, bem como manter-se como um polo de inovação essencial ao desenvolvimento económico e social do Concelho de Velas e da Ilha de S. Jorge, beneficiando para isso dos necessários apoios á sua atividade.

Importa salientar a sua importância inclusive em termos de formação para ativos no mercado de trabalho, inclusive em áreas como o turismo a agricultura e as pescas.

Zonas de Proteção a Edifícios Escolares

Os edifícios escolares são regidos pelo Regime Jurídico do Planeamento, Proteção e Segurança das Construções Escolares, Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro. Este decreto estabelece as zonas de proteção aplicadas a todos os edifícios escolares, os previstos, em construção e os existentes, e as condicionantes relativas a estas e aos recintos escolares.

Segundo a alínea f) do artigo 3.º do DLR n.º 27/2005/A, de 10 de novembro, a zona de proteção corresponde a "uma zona de 100m de largura em torno dos edifícios escolares previstos, em construção e já construídos, medidos perpendicularmente a partir das estremas dos respetivos logradouros".

As autarquias devem demarcar as zonas de proteção dos estabelecimentos escolares em planta. Assim cabe ao departamento da administração regional autónoma competente em matéria de educação disponibilizara as suas intenções e ações em matéria de construções escolares, com o envio de cópia das plantas de implantação dos novos imóveis e das situações de ampliação e alteração nos edifícios existentes. Situação a ser cumprida por outras entidades que dispõem de estabelecimentos de

educação e ensino particular, cooperativo ou solidário. Quando um edifício escolar deixa de estar afeto ao ensino, com alteração de utilização, termina a sua servidão administrativa (art.º. º20.º e art.º 54.º DLR n.º 27/2005/A, de 10 de novembro).

Nos recintos escolares e na zona de proteção não é permitido a realização ou localização das seguintes atividades (art.º. 21.º, DLR n.º 27/2005/A, de 10 de novembro):

- Instalações classificadas na respetiva legislação reguladora como insalubres, incómodas, tóxicas ou perigosas;
- Estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas, considerando-se como tal os estabelecimentos de bebidas, não classificados em nenhuma outra categoria, onde se vendam principalmente bebidas alcoólicas para consumo no local;
- Instalações destinadas ao tratamento ou rejeição de efluentes líquidos ou gasosos de qualquer natureza, com exceção de fossas sépticas, sumidouros e dispositivos similares;
- Postos de abastecimento de combustíveis de qualquer natureza;
- Reservatórios de gases de petróleo liquefeito e de combustíveis líquidos de qualquer natureza com volume total de armazenamento superior a5m3, incluindo as instalações de armazenamento de garrafas de gases combustíveis cujo volume conjunto exceda 5 m3 de gases liquefeitos;
- Atividades ruidosas que originem um nível sonoro contínuo equivalente, ponderado A, LAeq, do ruído ambiente exterior, superior a 55 dB(A) no período compreendido entre as 7 e as 22 horas, acrescido de mais uma hora, caso funcione o ensino pós-laboral;
- Venda de bebidas alcoólicas, incluindo a venda ambulante, nos casos interditos nas imediações de escolas pelo Decreto-Lei n.º 9/2002, de 24 de janeiro, e demais legislação alterada por aquele diploma;
- Venda de bebidas alcoólicas, incluindo a venda ambulante, nos casos interditos nas imediações de escolas pelo Decreto-Lei n.º 9/2002, de 24 de janeiro, e demais legislação alterada por aquele diploma;
- Estabelecimentos onde sejam exploradas uma ou mais máquinas automáticas, mecânicas, elétricas e eletrónicas de diversão às quais se aplique o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 28/2000/A, de 10 de agosto, e suas alterações;
- Infraestruturas de suporte de equipamentos de radiocomunicações sujeitas a licenciamento e estações de base de serviço móvel terrestre e dos sistemas de telecomunicações móveis de acesso público;
- Equipamentos radio elétricos de qualquer natureza emitindo com potência aparente radiada superior a 50 W, com exclusão das estações de serviço de amador;
- O atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia elétrica de média e alta tensão (tensão› 1kW);
- Cemitérios.

Próximo dos recintos escolares não deve existir obstáculos que conduzam ao sombreamento desses (art.º. 22.º, DLR n.º 27/2005/A, de 10 de novembro):

- É proibido erigir qualquer construção cuja distância a um edifício escolar previsto, em construção ou já concluído, ou a qualquer ponto do seu logradouro, seja inferior a uma vez e meia a altura da referida construção, com o mínimo de 12 m e o máximo de 30 m;
- Os afastamentos deverão ser calculados por forma que não exista qualquer obstáculo acima de uma linha traçada formando um ângulo de 35° com o plano horizontal que passa esse ponto a partir de qualquer ponto das estremas sul, nascente e poente do terreno escolar e de 45° na estrema norte do terreno.

Em sede de PDM, as zonas de proteção poderão ter dimensões mais amplas e poderão ser criadas zonas de proteção *non aedificandi* ou zona de construção condicionada de proteção a edifício escolar. Nas situações de edifícios existente que não cumprem os afastamentos podem ser reconstruídos ou alterados desde que seja mantida a cércea e volumetria da edificação (art.º. 22.º, DLR n.º 27/2005/A, de 10 de novembro).

A entrada de um edifício escolar ou do seu logradouro com a via pública não deve impossibilitar a "(…) visibilidade plena das faixas de rodagem em pelo menos 75m em cada direção, exceto quando na via exista restrição da velocidade máxima a 30 km/h ou a distância entre a saída do imóvel ou logradouro se situe a mais de 20 m do bordo da faixa de rodagem, medidos na sua perpendicular "(art.º 49.º, DLR n.º 27/2005/A, de 10 de novembro).

8. Programação e Execução do PDM

Segundo o RJIGT-A, o PDM deve indicar o programa de execução das opções de ordenamento (alinha l) do ponto 1, do artigo 98.º). A ocupação e transformação do território pode ser antecedida da elaboração de instrumentos de gestão territorial ou operações urbanísticas que pode ser um plano de pormenor (PP) ou uma unidade de execução (UE).

Na estratégia de execução da rPDM de Velas para o solo urbano, processa do seguinte modo:

- Realização avulsa das operações urbanísticas de acordo com o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação;
- Delimitação de unidades de execução destinadas a viabilizar as operações urbanísticas de concretização de empreendimentos com especial impacto na ocupação do território.

A programação operacional da rPDM de Velas materializa-se pela utilização isolada ou articulada de programa de ação territorial, unidade de execução e plano de pormenor.

O PP, no RJIGT-A, tem por objetivo "desenvolve e concretiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal e estabelece regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a forma de edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral". Este abrange áreas continuas do território, como uma unidade ou subunidade operativa de planeamento e gestão ou parte delas (artigo 112.º).

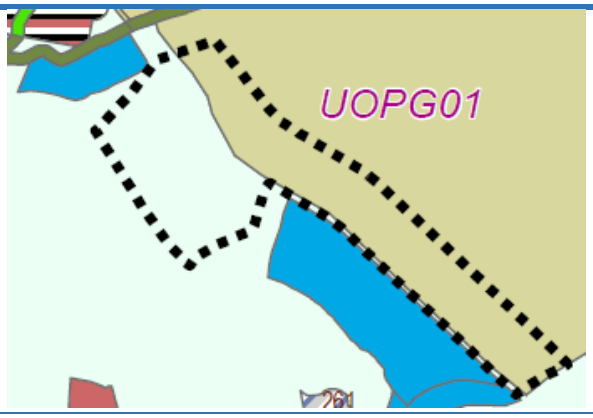
A unidade de execução, segundo o RJIGT-A, corresponde a "uma porção de território delimitada para efeitos de execução de um plano municipal de ordenamento do território" (Ficha n.º 70). Pode corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão, a área abrangida por plano de urbanização ou PP ou parte deste. A sua delimitação consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área a sujeitar a intervenção urbanística acompanhada da identificação e caraterização de todos os prédios abrangidos (Ficha n. º I-65 DR n.º 5/2019, de 27 de setembro).

A execução dos planos faz-se por meio do direito de preferência, demolição de edifícios, expropriação, reestruturação da propriedade e reparcelamento do solo.

Na proposta da rPDM estão identificadas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que corresponde cada a porção continua de território, neste caso, delimitada em plano diretor municipal, para efeitos de programação de execução do plano ou da realização de operações urbanísticas. A delimitação da UOPG deve ser acompanhada do estabelecimento dos respetivos objetivos e termos de referência para a elaboração de plano de urbanização, PP ou para a realização de operações urbanísticas, consoante o caso. As UOPG são referidas no programa de execução do plano (Ficha n. º I-66 DR n.º 5/2019, de 27 de setembro). São no total quatro UOPG delimitadas na planta de ordenamento, as seguintes:

- UOPG01- Parque de Combustíveis;
- UOPG02- Fajãs, com três subunidades:
  - Subunidade A – Fajã das Almas
  - Subunidade B – Fajã da Ribeira da Areia
  - Subunidade C – Fajã João Dias;
- UOPG03 – Centro Histórico da Vila das Velas;
- UOPG04 – Carregadouro.

Quadro 111. UOPG integradas na rPDM de Velas

UOPG		
01 Parque de Combustíveis Freguesia de Velas - Levadas		
Objetivos e termos de referência		**Execução**
a) Estabelecer o enquadramento legal do plano de pormenor e a caracterização da sua área de intervenção; b) Definir os objetivos da UOPG01 - Parque de Combustíveis fundamentando área de intervenção necessária a ser reclassificada em solo urbano; c) Definir os termos de proteção e valorização ambiental e paisagística da área sobrante da UOPG01 - Parque de Combustíveis que permanece em solo rustico; d) Definir os termos base para elaboração do projeto de conceção e desenho urbano do Parque de Combustíveis a edificar; e) Estabelecer, de acordo com a lei, o sistema de minimização de riscos para pessoas e bens e, também, os de natureza ambiental; f) Estabelecer a forma de cumprimento dos requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, para cumprimento da lei em vigor.		PP
Observações: O espaço para o futuro parque de combustíveis, surge da necessidade de estabelecer uma zona com melhores condições para a existência deste tipo de infraestrutura no concelho. Foi desenvolvido um estudo pelo governo regional, pela entidade com competência na área da energia, que estabeleceu a zona das Levadas como a mais adequada. Como trata-se de um projeto a prazo, sem uma área especifica foi considerada três zonas possíveis para a sua futura implantação, dai a delimitação da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do Parque de Combustíveis (UOPG 01 – Parque Combustíveis) de modo a englobar as três zonas, e estabelecido a sua concretização por meio de um plano de pormenor, para que se proceda à requalificação da área para solo urbano.		

02 Fajãs

Freguesias Manadas (Fajã das Almas), Rosais (Fajã João Dias) e Norte Grande (Fajã da Ribeira da Areia)



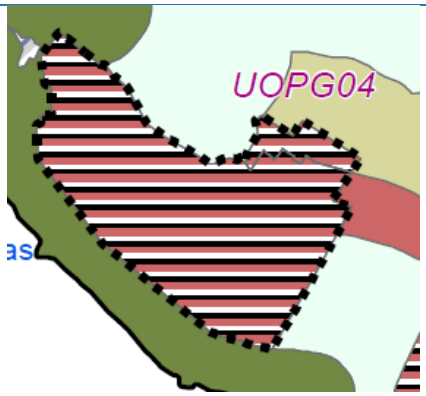




Objetivos e termos de referência	Execução
a) Não é admitida a reclassificação do solo rural em solo urbano, exceto em situações fundamentadas e desde que referentes a áreas expressamente destinadas à edificação para fins de utilidade pública, ou de interesse privado de utilização coletiva; b) Promover a beneficiação de infraestruturas de circulação de veículos e pessoas; c) Promover a criação ou beneficiação de espaços de utilização coletiva, públicos ou privados, e respetivos acessos e áreas de estacionamento; d) Promover a criação de condições para a prestação de serviços complementares das atividades autorizadas no solo rural; e) Promover operações de proteção, valorização e requalificação da paisagem; f) Promover a avaliação das potencialidades e constrangimentos na respetiva área de intervenção e a indicação das atividades e dos usos preferenciais com base a disciplina consagrada na rPDM de Velas e nos outros instrumentos de gestão territorial aplicáveis; g) Promover o estudo da paisagem, evidenciando a sua capacidade de carga ou de suporte, de forma a fundamentar o uso, ocupação e transformação do solo rural e a definição de regras de edificabilidade; h) Promover a definição de medidas e ações a adotar, nomeadamente quanto à recuperação de áreas degradadas, à valorização da estrutura biofísica do território e correção de dissonâncias; i) Promover a requalificação das redes de infraestruturas ajustadas às necessidades dos usos existentes, minimizando o seu impacto na paisagem, através de processos e estudos de ocultação; j) Proceder à indicação dos fins a que se destinam as edificações, quando admitidas, e as correspondentes regras de edificabilidade, especificando, entre outros aspetos; k) Proceder à definição de um limite máximo para a área de implantação dos edifícios por unidade de superfície e respetiva volumetria; l) Proceder à definição da dimensão mínima da parcela, designadamente quando haja lugar a destaque; m) Proceder à indicação da altura da fachada, cores e materiais a utilizar e outros elementos considerados necessários à adequada inserção das edificações na paisagem e à preservação do património histórico e cultural, natural ou edificado; n) Desenvolver a programação de estudos que avaliem a necessidade de requalificar o sistema de saneamento, por forma minimizar efeitos colaterais de uma possível pressão na utilização destas porções de territórios; o) Promover a avaliação e promoção destas porções de território, por forma a potenciar o sector turístico de qualidade; p) Promover a avaliação e programação da gestão do tráfego, por forma a retirar pressão viária no acesso a estas porções de território.	PP (Plano de Intervenção no Espaço Rural)

03 Centro Histórico da Vila de Velas Freguesia de Velas – Vila de Velas	

Objetivos e termos de referência	**Execução**
a) Promover o desenvolvimento equilibrado da Vila das Velas nos seus usos e funções; b) Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionamento dos edifícios de acordo com as necessidades de cada uma das funcionalidades; c) Requalificar e revitalizar os espaços públicos; d) Promover a salvaguarda do património histórico, arqueológico, arquitetónico e urbanístico; e) Promover a revitalização do conjunto urbano do Centro Histórico; f) Restabelecer a segurança e salubridade do edificado; g) Definir as regras e condições para a identificação, proteção e integração dos valores históricos e arqueológicos; h) Estabelecer as regras para a conservação e reabilitação do edificado, considerando a otimização energética ambiental do mesmo; i) Regulamentar as condições de integração de usos de comércio, habitacional, de serviços, e equipamentos, tendo em consideração as características dos edifícios; j) Conservar e revalorizar todos os edifícios, conjuntos e espaços relevantes, quer para a preservação da imagem da área de intervenção quer para o reforço do seu sentido urbano; k) Promover a melhor integração da área de intervenção no desenvolvimento da Vila de Velas e assegurar a sua articulação harmoniosa com os espaços confinantes de construção mais recente; l) Definir as condicionantes formais e funcionais a considerar em todos os projetos que visem intervenções nas respetivas áreas de intervenção.	PP

04 Carregadouro Freguesia de Santo Amaro - Carregadouro	

Objetivos e termos de referência	**Execução**
a) Promover uma ocupação dos vazios urbanísticos preexistentes que assegure a salvaguarda e valorização das áreas mais sensíveis; b) Promover a diversidade funcional; c) Garantir faixas de proteção relativamente às vias e aos ramais de acesso; d) Melhorar a acessibilidade e a mobilidade; e) Promover soluções adequadas destinadas ao estacionamento; f) Promover uma ocupação que assegure a salvaguarda e valorização das áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental e paisagístico, devido à proximidade dos espaços naturais e culturais do solo rústico presente a sul da área de intervenção.	UE

Fonte: *rPDM de Velas (2023)*

9. Fichas do Solo Urbano

Os critérios de classificação, reclassificação e qualificação do solo urbano são estabelecidos pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Estes critérios aplicam-se aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal.

Segundo o artigo 7.º a classificação do solo como urbano procura a sustentabilidade e a valorização das áreas urbanas. Compreende o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.

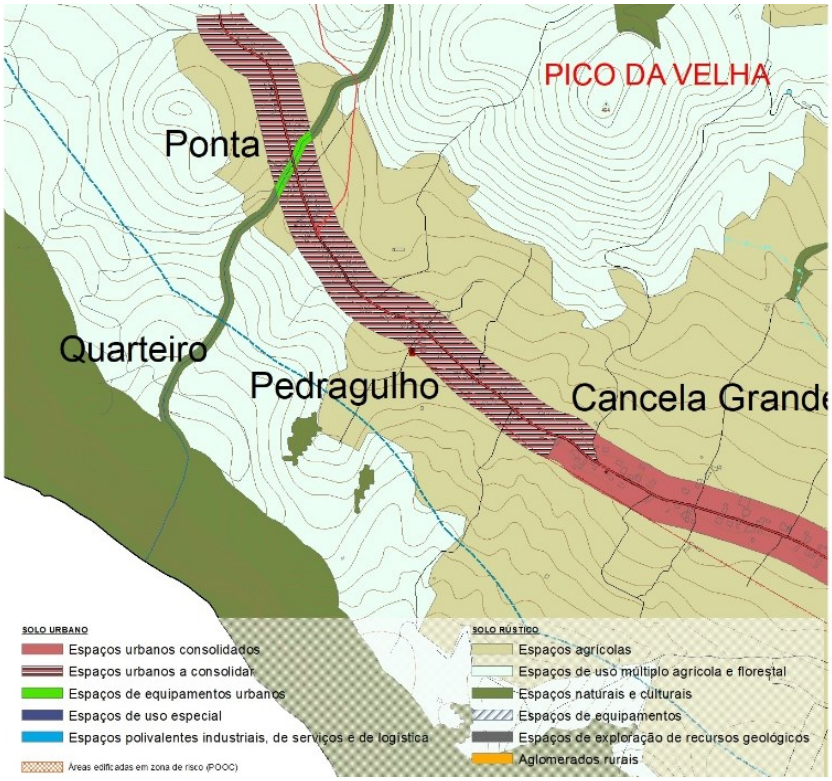
No ponto 3 do artigo 7.º são estabelecidos os critérios de classificação do solo urbano, que cumulativamente, são os seguintes:

- Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;
- Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
- Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;
- Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;
- Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

Estes foram os critérios em análise pelos aglomerados em solo urbano propostos na rPDM, conforme demonstra nas fichas de solo urbano que se seguem.

LOCALIZAÇÃO: ROSAIS – Ponta





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Rosais – Espaços consolidados

Expansão para oeste, Ponta – Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: um compromisso de construção.

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, nos Rosais deve-se:

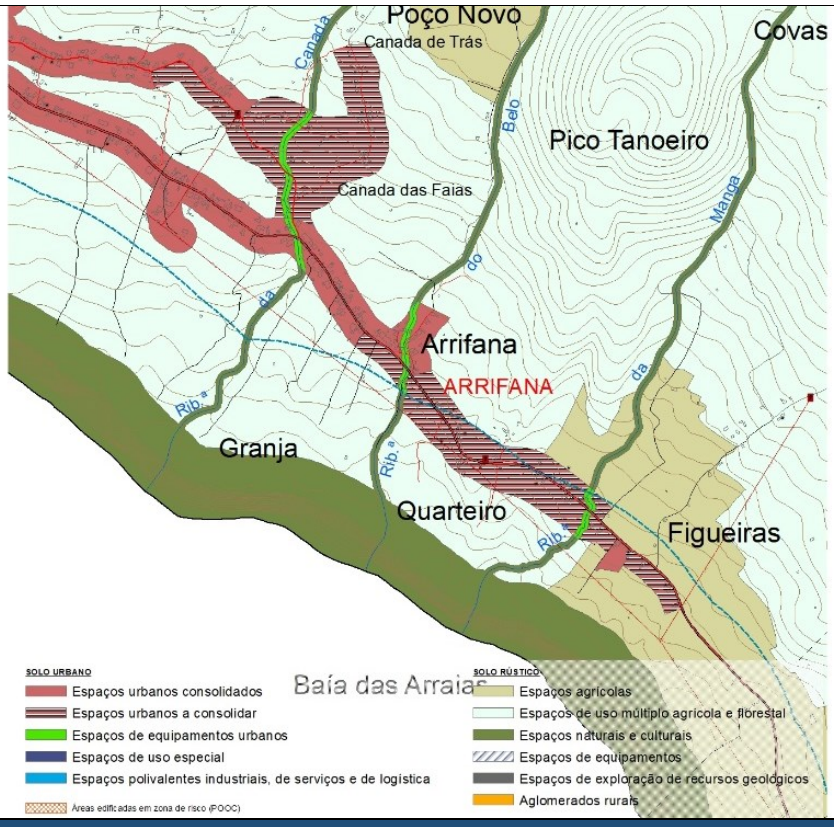
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como casa mortuária, junta de freguesia, posto segurança social, serviço multibanco, cemitério, igreja, espaço museológico, polidesportivo, filarmónica, escuteiros, grupo de folclore, comércio local, casa do emigrante;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

A área de expansão para oeste, corresponde a área de crescimento do aglomerado, com:

- Edificado, principalmente de habitações, com população;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: ROSAIS - Figueiras





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Rosais – Espaços consolidados

Expansão para este, Canada de trás e para Arrifana, Figueiras – Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: três compromissos de construção; um compromisso de ampliação; um compromisso de reconstrução.

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

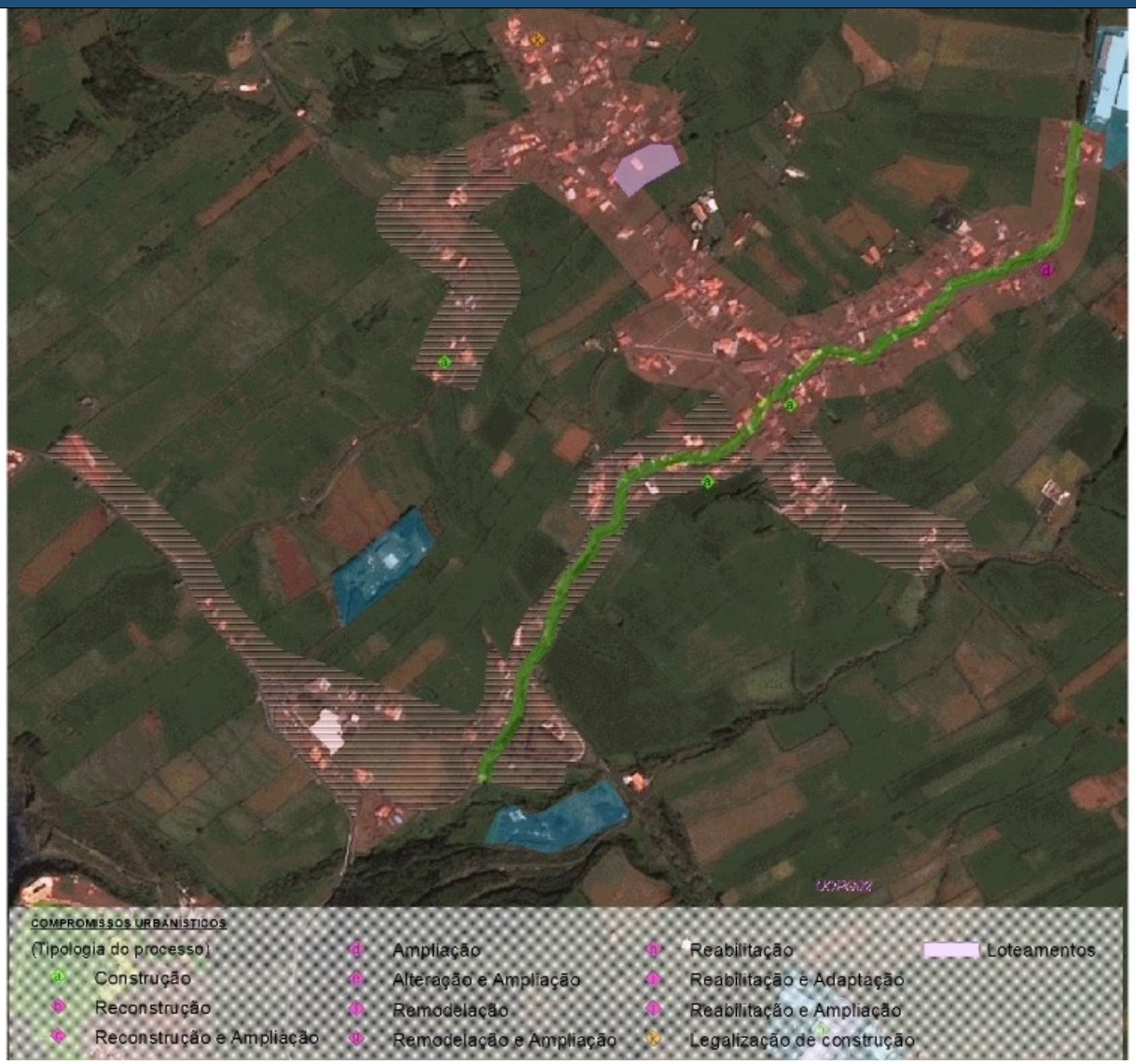
A classificação do solo como urbano, nos Rosais deve-se:

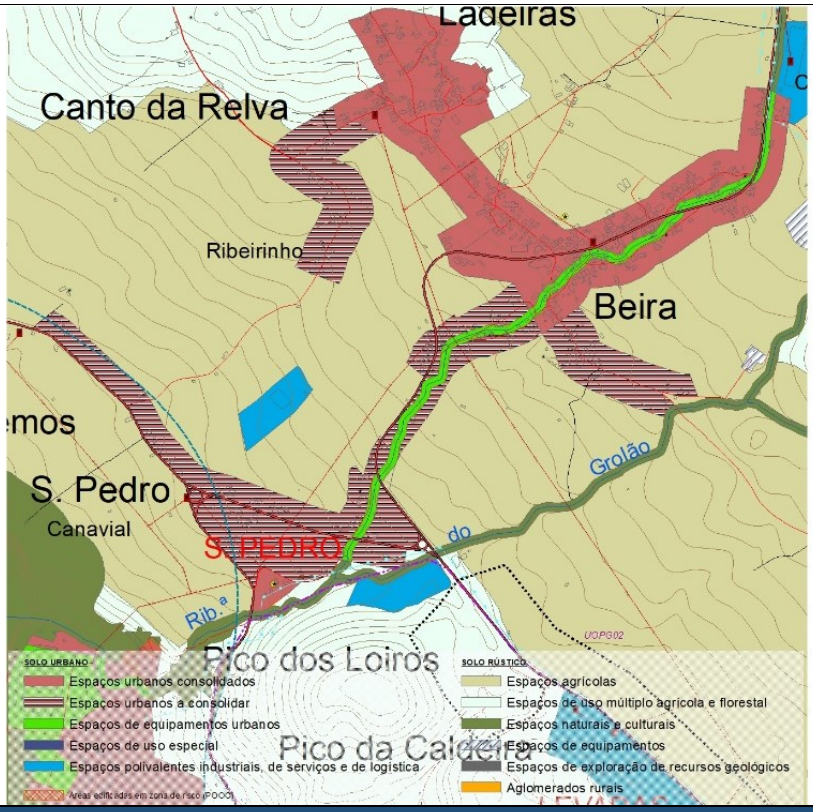
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como casa mortuária, junta de freguesia, posto segurança social, serviço multibanco, cemitério, igreja, espaço museológico, polidesportivo, filarmónica, escuteiros, grupo de folclore, comércio local; casa do emigrante;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

A área de expansão para este, corresponde a área de crescimento do aglomerado, com:

- Edificado, principalmente de habitações, com população;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.
- A Canada das Faias, segundo o município, encontra-se devidamente infraestruturada, com sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações. Nesta zona já existem edificações em uso, confirmado a existência das respetivas redes, pois no município a garantia de habitabilidade é confirmada pela existência das várias infraestruturas, pelo menos nos aglomerados urbanos.

LOCALIZAÇÃO: VELAS – Beira – São Pedro





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Beira – Espaços consolidados

Expansão para Sul, São Pedro– Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: dois compromissos de construção.

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, na Beira deve-se:

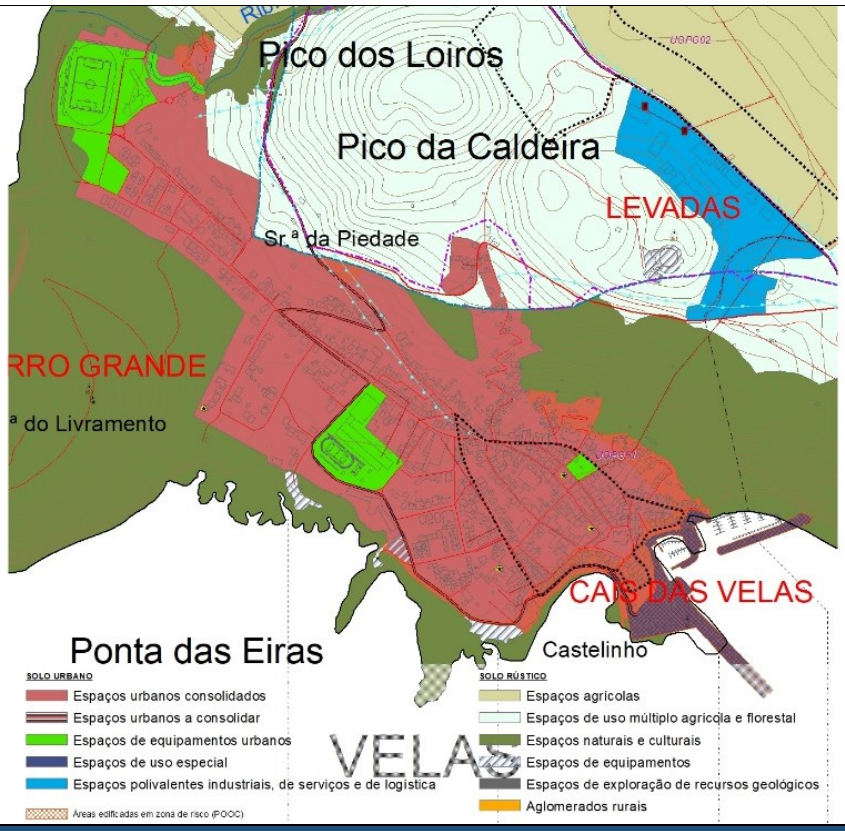
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades (fabrica de transformação de leite, stocagem e envelhecimento do queijo de S. Jorge, reparação, manutenção de veículos, stand de venda de automóveis, bomba de combustíveis alojamento local, com população;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de equipamentos de apoio à população, serviço multibanco, comércio local, grupo etnográfico cemitério, igreja, casa do povo, escola primária, campo de futebol e campo de jogos;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

As áreas de expansão para sul, corresponde a área de crescimento do aglomerado, que se estende até São Pedro, com:

- Edificado, principalmente de habitações existindo outras atividades (posto de abastecimento, reparação, manutenção veículos, alojamento), com população;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: VELAS – Velas





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Velas – Espaços consolidados

Observações

FUNDAMENTAÇÃO:

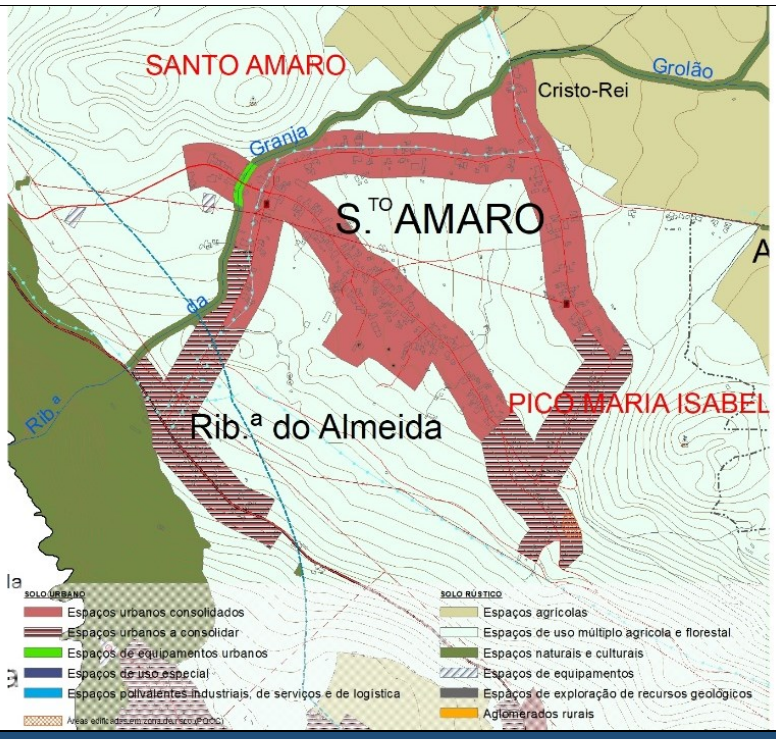
n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, Velas, deve-se:

- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades, alojamento (Hotéis e AL), comércio de todos os tipos, bancos, seguros serviços de POIO AO TURISMO, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como serviço multibanco, cemitério, igreja, espaço museológico, pavilhão, duas filarmónicas, clube naval, Estádio Municipal, parque de campismo, piscinas Municipais, campo de jogos, lar de idosos, centro de dia, CAO, jardim de infância, creche, ATL, escola primária, escola básica secundária, escola profissional;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado;
- Área programada com UOPG03 - centro histórico da Vila de Velas - preservação das características arquitectónicas do edificado e revitalização do conjunto urbano.

LOCALIZAÇÃO: SANTO AMARO – Santo Amaro





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Santo Amaro – Espaços consolidados

Extensão para Sul, Ribeira do Almeida– Espaços a consolidar

Observações

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, Santo Amaro deve-se:

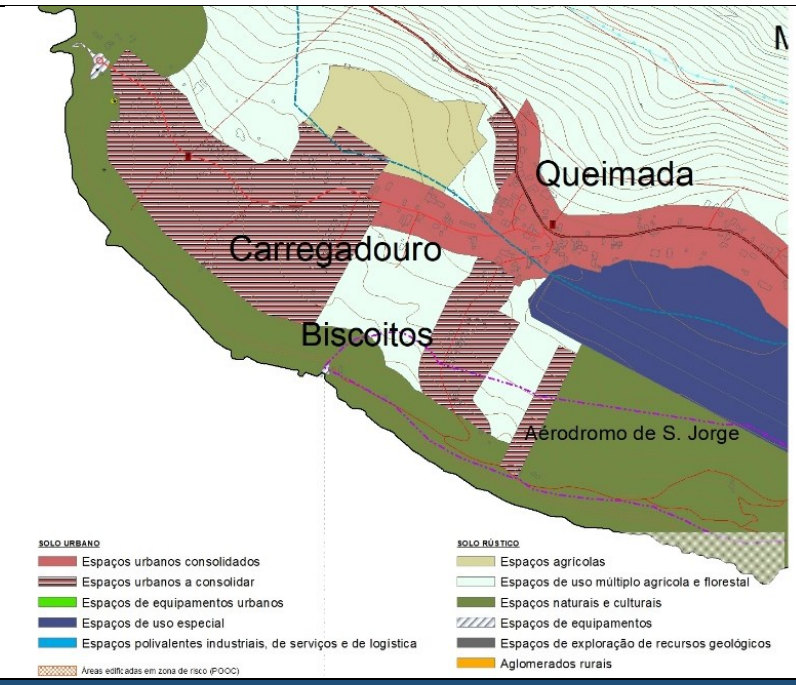
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades, comércio, alojamento local, reparação de veículos, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como cemitério, igreja, pavilhão, junta de freguesia, posto de segurança social, casa do povo, filarmónica escola primária;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

As áreas de extensão para sul, corresponde a área de crescimento do aglomerado, como da Ribeira do Almeida, com:

- Edificado, principalmente de habitações, com população;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: SANTO AMARO – Queimada





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Queimada/ Fajã de Santo Amaro– Espaços consolidados.

Expansão para Sul, Carregadouro– Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: seis compromissos de construção; um compromisso de legalização de construção

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, Queimada deve-se:

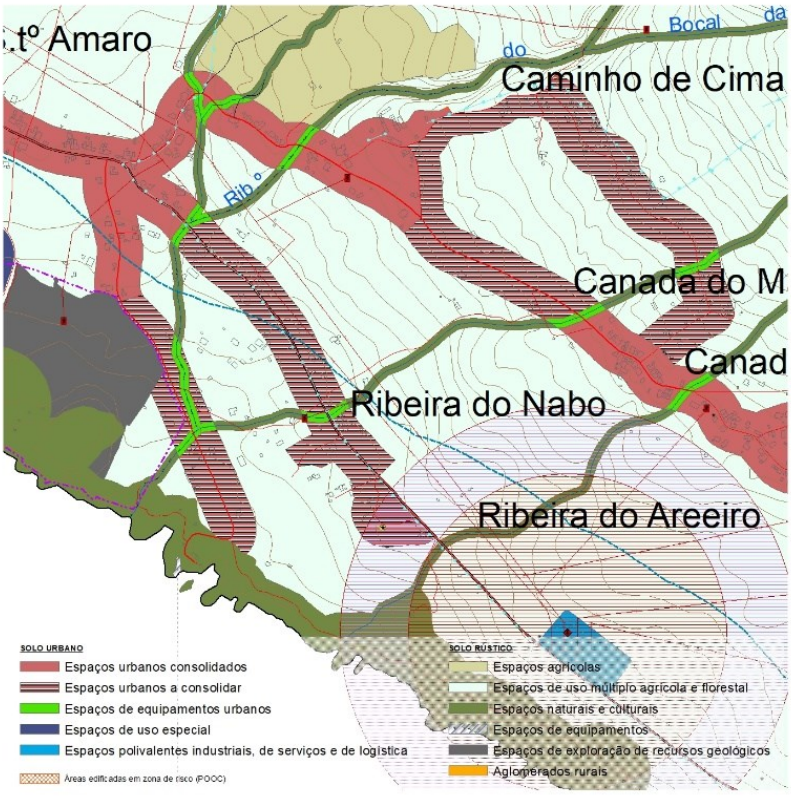
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades, alojamento local, indústria de transformação de pedra, restauração, comércio e serviços, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como Aeroporto, jardim-infância, creche, ATL, igreja, salão paroquial, comércio;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

As áreas de expansão para sul, Carregadouro, corresponde a área de crescimento do aglomerado;

- Edificado, principalmente de habitações e outras atividades, hotel, serviços para o turismo, alojamento local, com população;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.
- Área programada com UOPG04 – Carregadouro, com o intuito de promover a ocupação dos vazios urbanísticos e assegurar a salvaguarda e valorização das áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental e paisagístico.

LOCALIZAÇÃO: SANTO AMARO – Ribeira do Nabo





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Queimada/ Fajã de Santo Amaro– Espaços consolidados.
Expansão para Sul, Ribeira do Nabo– Espaços a consolidar
Expansão para norte, Caminho de Cima– Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: dois compromissos de construção; um compromisso de reconstrução

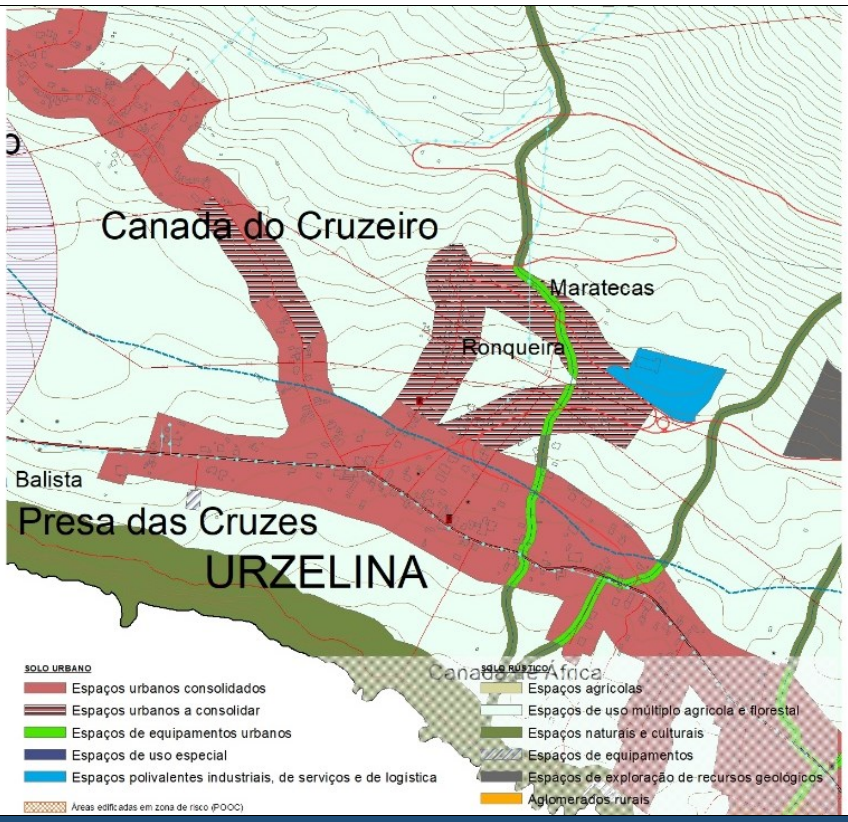
FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))
A classificação do solo como urbano, Queimada/ Fajã de Santo Amaro deve-se:
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades alojamento local, restauração, comércio e serviços, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como Aeroporto, jardim-infância, creche, ATL, salão paroquial igreja, indústria transformação de inertes, central de betão e asfalto para a construção civil;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

As áreas de expansão para sul, Ribeira do Nabo, e para norte, Caminho de Cima, corresponde a área de crescimento do aglomerado, com:
- Edificado, principalmente de habitações, sede dos serviços agrícolas, servido por comércio, alojamento local, Igreja, com população;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: URZELINA – Canada do Cruzeiro e Maratecas





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Urzelina – Espaços consolidados.

Expansão para norte, Canada do Cruzeiro e Maratecas– Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: dois compromissos de construção.

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, Urzelina deve-se:

- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades alojamento, comércio restauração, venda e reparação de veículos e serviços com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como, multibanco, zona de recreio e lazer, filarmónica, centro dia, lar juvenil, casa do povo, escola primária, campo de futebol, cemitério, igreja;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

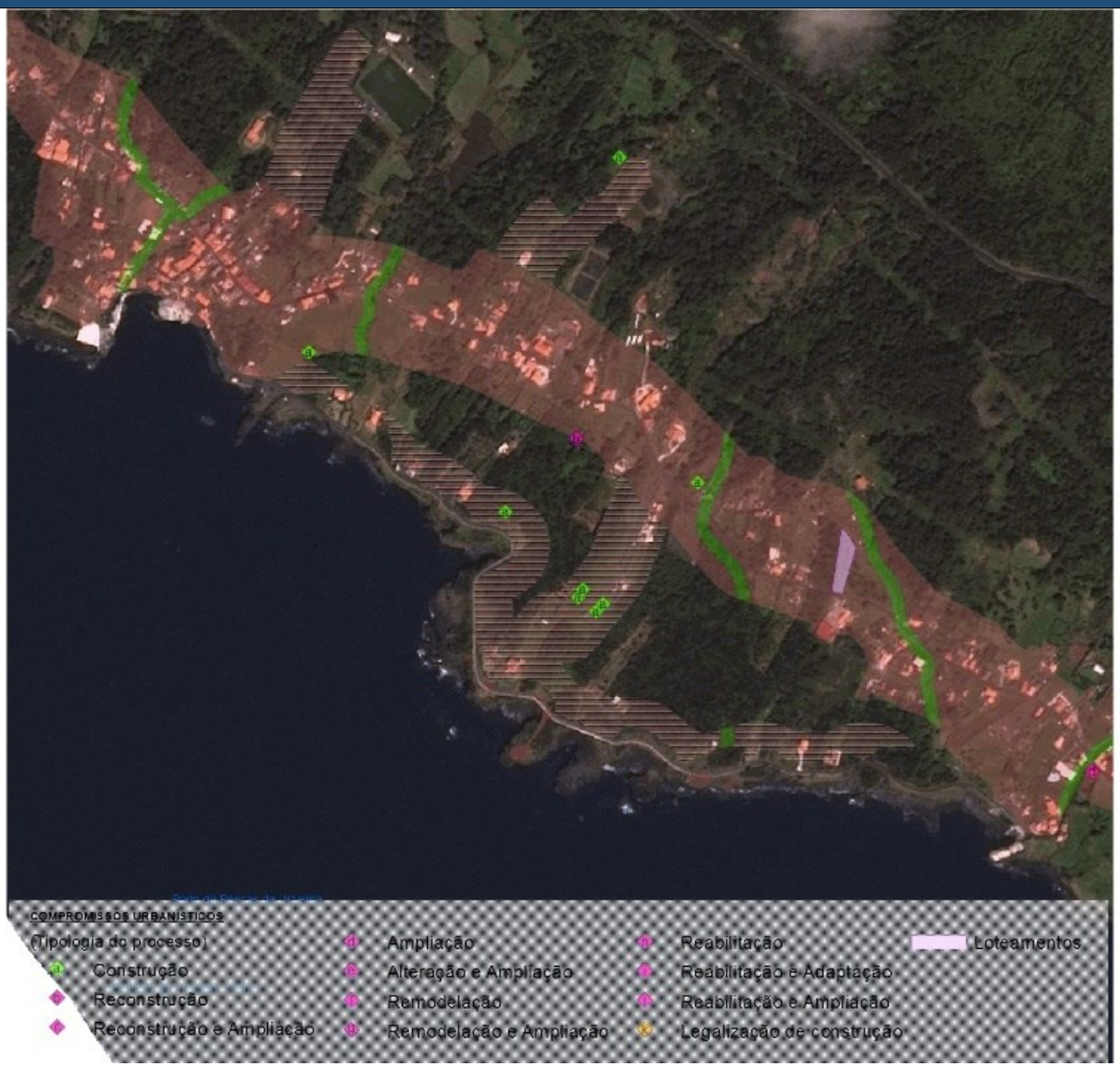
As áreas de expansão para norte, Canada do Cruzeiro e Maratecas e Transversal, corresponde a área de crescimento do aglomerado, com:

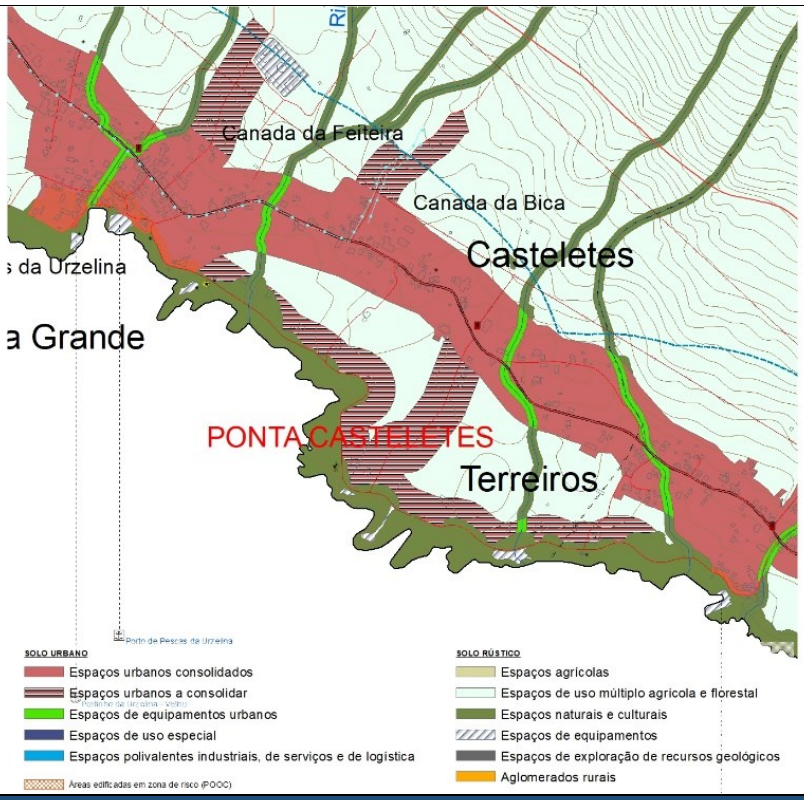
- Edificado, principalmente de habitações, bomba de combustíveis, centro de inspeção de veículos, pequena zona de armazéns, alojamento local (hostel), comércio:

com população;

- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: URZELINA - Terreiros





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Urzelina – Espaços consolidados.

Expansão para norte, Canada do Pereira, Canada da Bica– Espaços a consolidar

Expansão para sul, Terreiros– Espaços a consolidar

Observações:

Existem compromissos na área de expansão: cinco compromissos de construção.

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano, Urzelina deve-se:

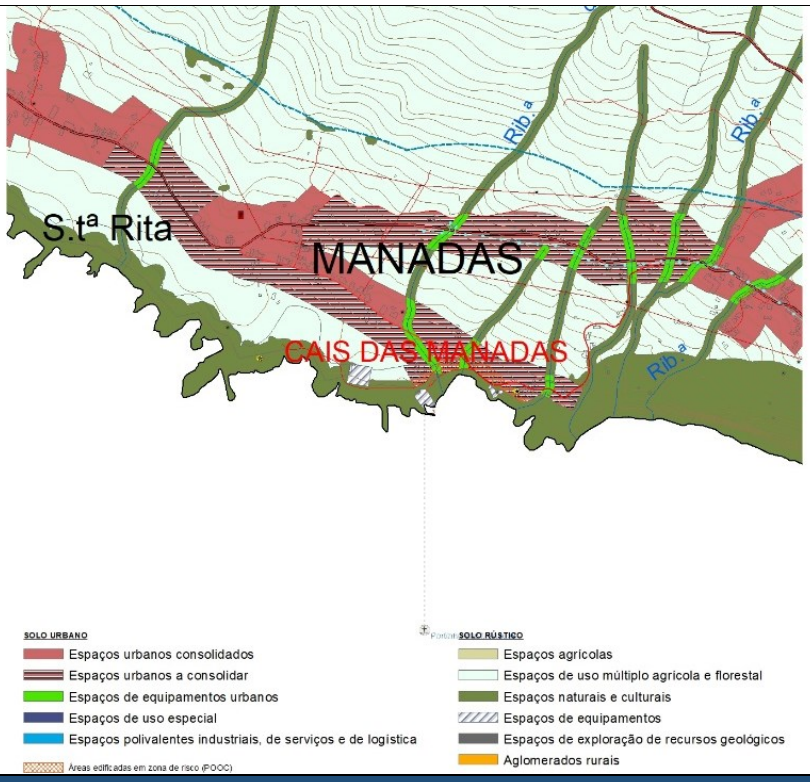
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades alojamento, restauração, comércio restauração e serviços, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como Junta de freguesia, centro dia, filarmónica, lar juvenil, casa do povo, escola primária, campo de futebol, cemitério, igreja;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

As áreas de expansão para norte, Canada do Pereira, Canada da Bica, e para sul, Terreiros, corresponde a área de crescimento do aglomerado, com:

- Edificado, principalmente de habitações, com população, alojamento local, restauração, serviços para o turismo, loteamento da DRH;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: MANADAS





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Manadas – Espaços consolidados.
Expansão para norte, Santa Rita, ER– Espaços a consolidar
Expansão para sul, Cais das Manadas– Espaços a consolidar

Observações:

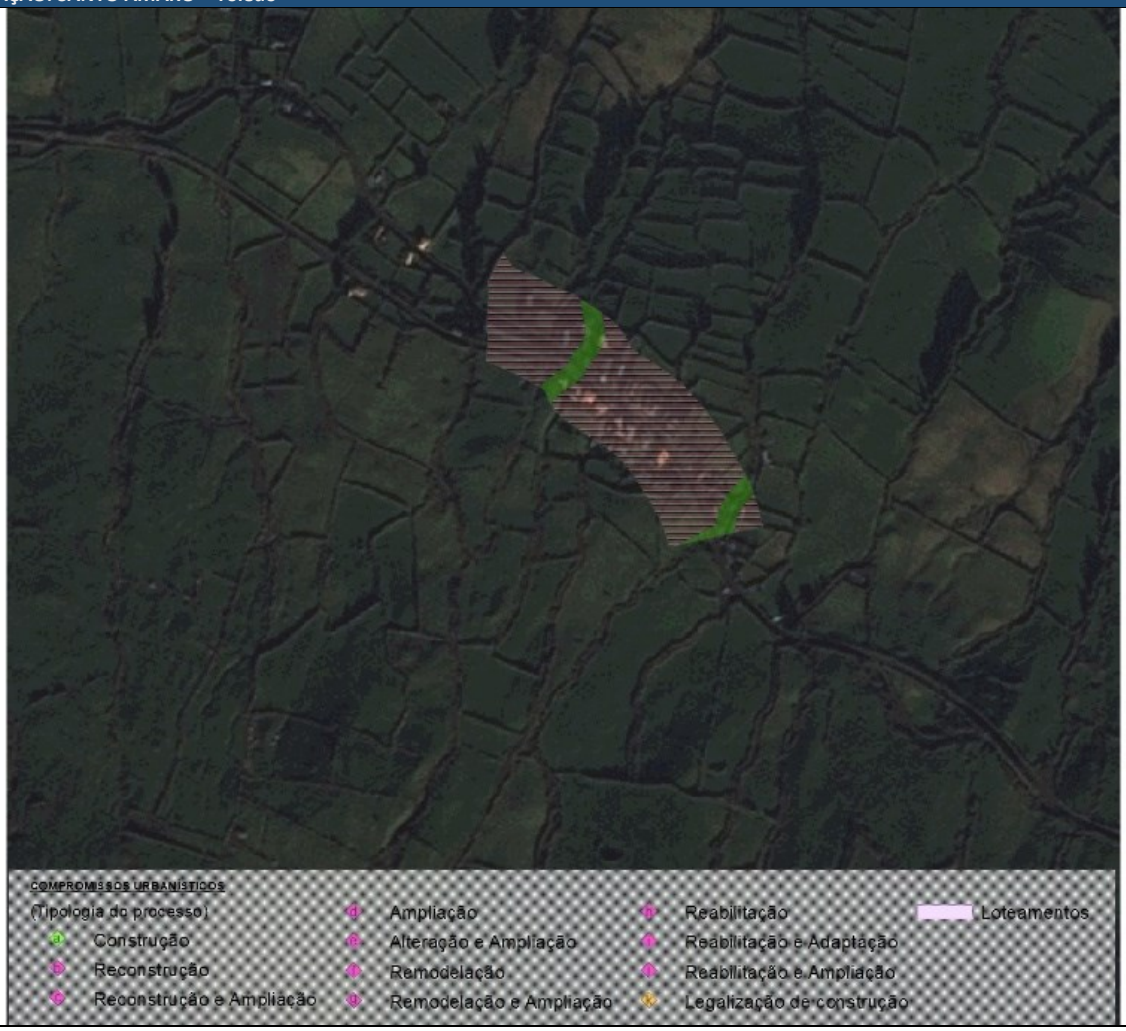
Existem compromissos na área de expansão: dois compromissos de construção; um compromisso de ampliação; um compromisso de legalização de construção.

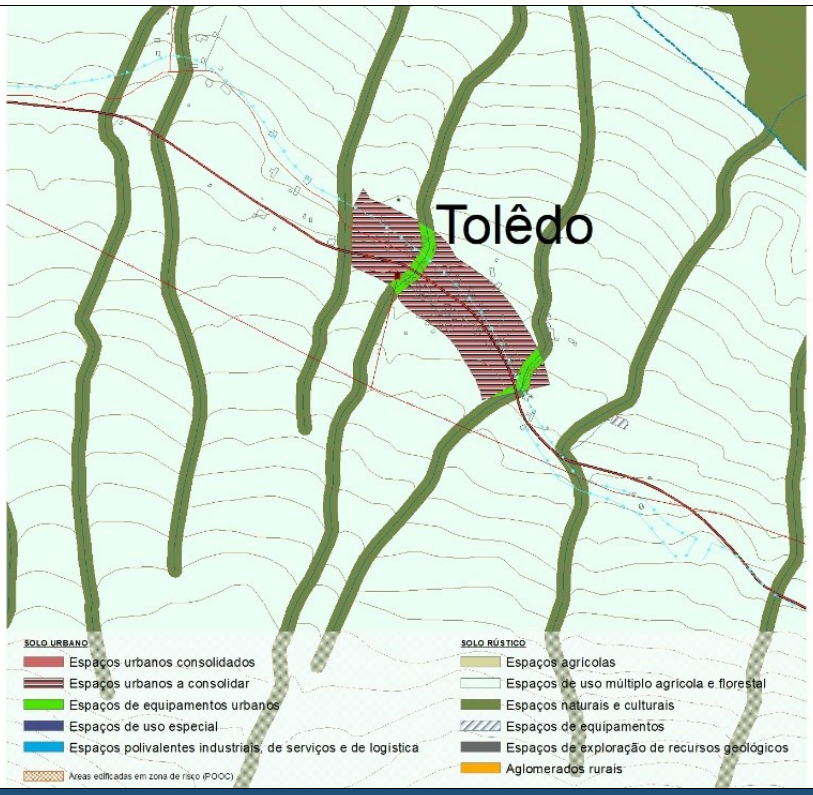
FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))
A classificação do solo como urbano, Manadas deve-se:
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, de habitacionais e outras atividades (alojamento), com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como Junta de freguesia, casa do povo, cemitério, casa mortuária;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

As áreas de expansão para norte, Santa Rita, ER, e para sul, Cais das Manadas, corresponde a área de crescimento do aglomerado, com:
- Edificado, principalmente de habitações, alojamento local, igreja (monumento nacional); com população;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade de contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: SANTO AMARO – Toledo





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente Toledo - Espaço urbanos a consolidar.

Observações:

FUNDAMENTAÇÃO:

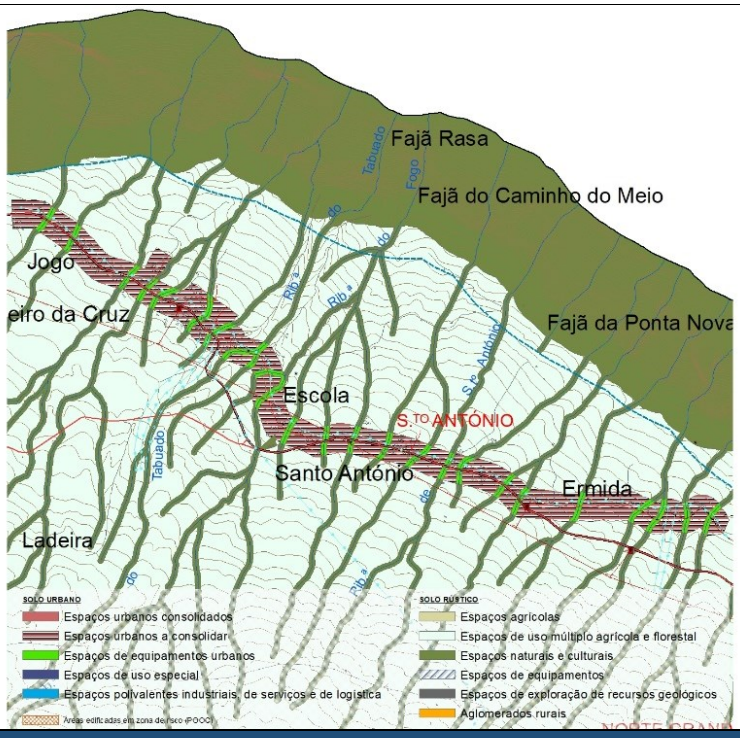
n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto ((a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano deve-se:

- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, principalmente habitacionais, alojamento, comércio, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população: cemitério, igreja, centro de atividades;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: NORTE GRANDE – Santo António





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente – Santo António - Espaço urbanos a consolidar.

Observações:

Existem compromissos: um compromisso de legalização de construção.

FUNDAMENTAÇÃO:

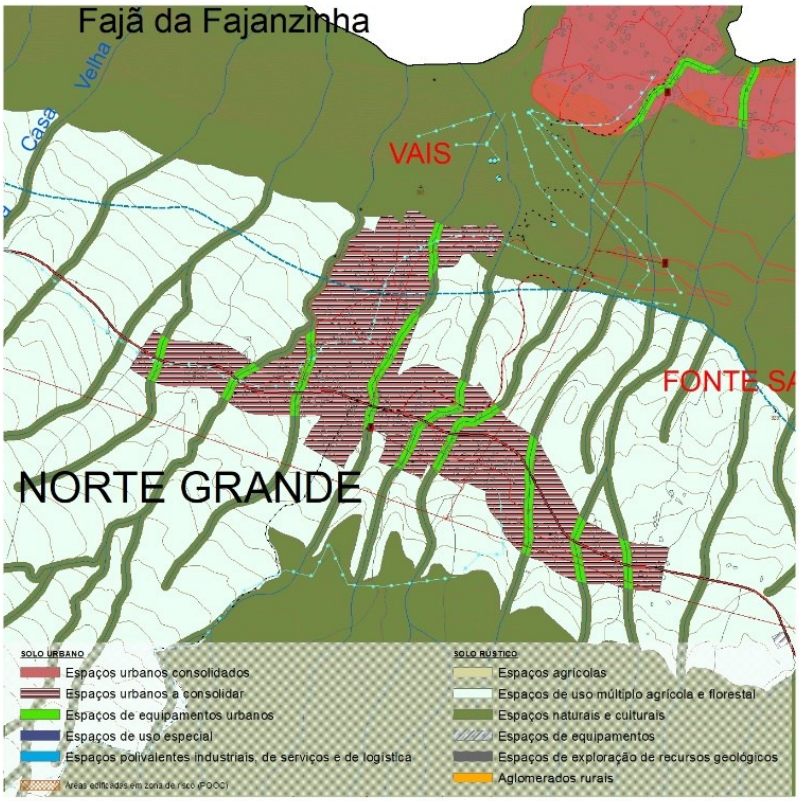
n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto ((a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano deve-se:

- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, principalmente habitacionais, alojamento local, comércio, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, casa mortuária, cemitério, igreja, centro de atividades, ATL, salão paroquial, campo de jogos;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: NORTE GRANDE- Norte Grande





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente – Norte Grande - Espaço urbanos a consolidar.

Observações:

Existem compromissos: um compromisso de ampliação.

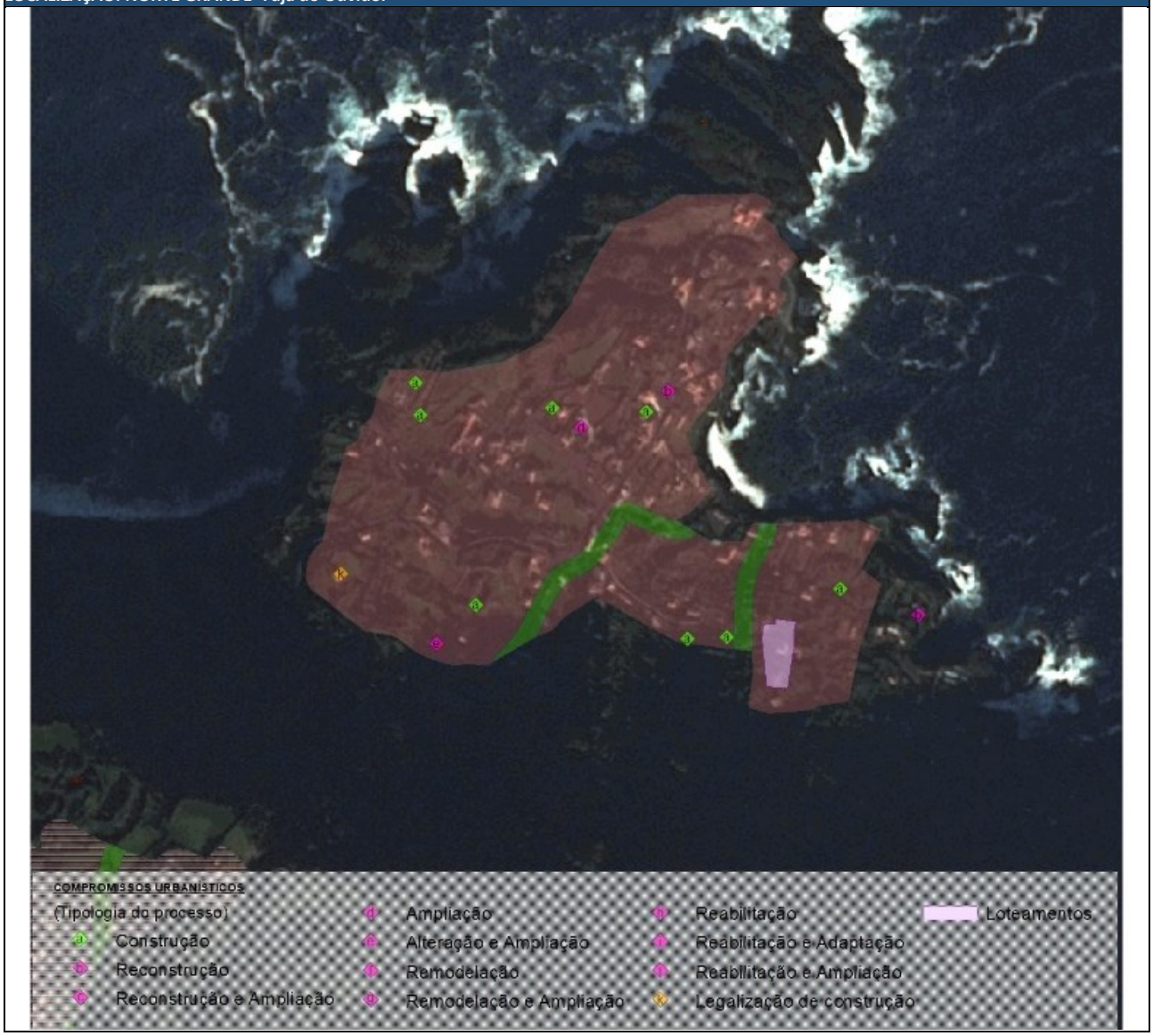
FUNDAMENTAÇÃO:

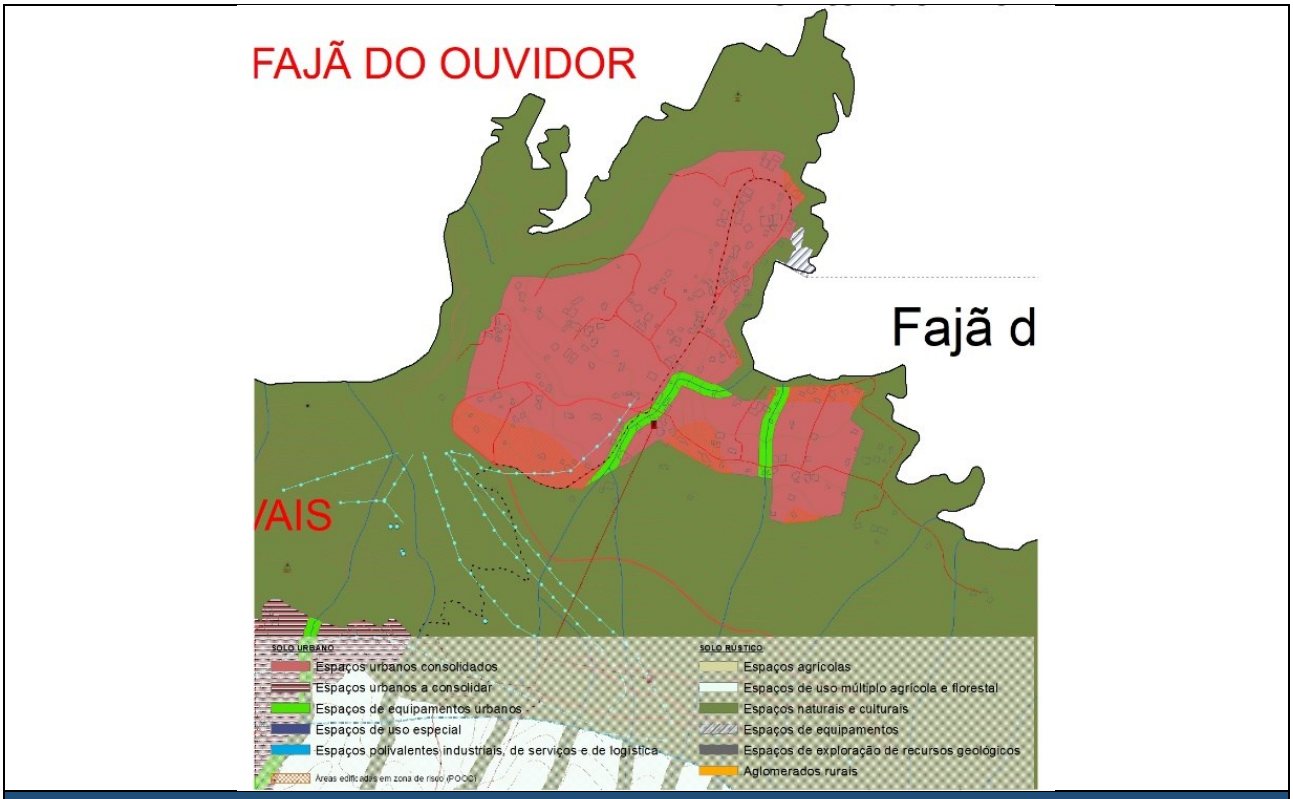
n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano deve-se:

- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, principalmente habitacionais, alojamento, comércio, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como Junta de freguesia, posto RIAC, posto segurança social, serviço multibanco, cemitério, igreja, espaço de educação ambiental, filarmónica, casa do povo;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: NORTE GRANDE- Fajã do Ouvidor





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente – Fajã do Ouvidor - Espaço urbanos consolidados

Observações:

FUNDAMENTAÇÃO:

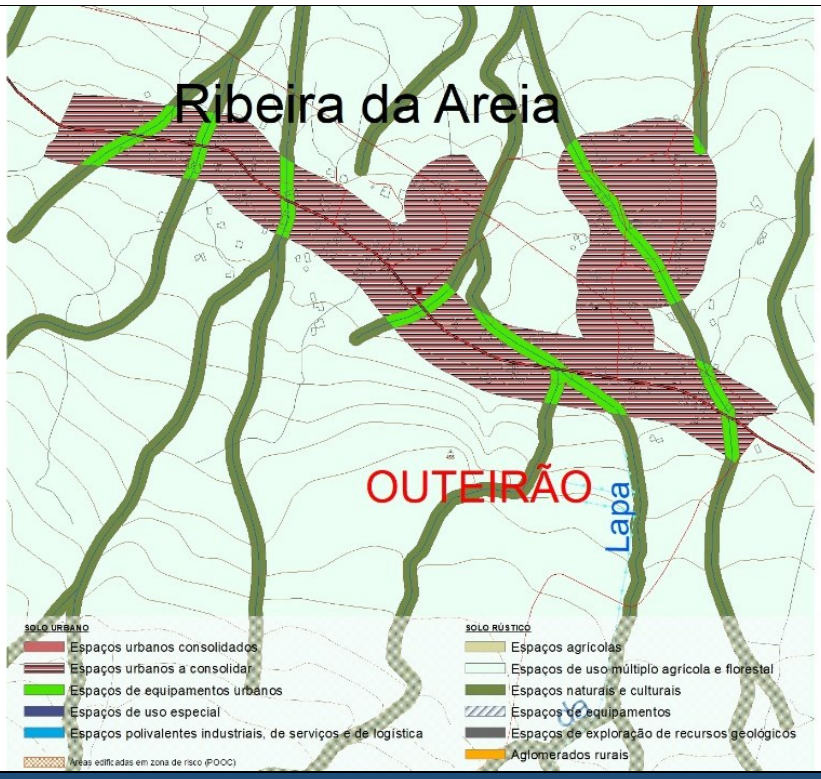
n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a), b), c), d), e))

A classificação do solo como urbano deve-se:

- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios, principalmente habitacionais, e outras atividades (alojamento, serviços, restauração) com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como igreja, zona de recreio e lazer;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos, como autocarros;
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

LOCALIZAÇÃO: SANTO ANTÓNIO - Ribeira da Areia





SITUAÇÃO:

Revisão PDM

Aglomerado existente da Ribeira da Areia – Espaço urbanos a consolidar

Observações:

Existem compromissos: um compromisso de ampliação

FUNDAMENTAÇÃO:

n.º 3, artigo 7.º, DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (a); b); c); e))
A classificação do solo como urbano deve-se:
- Está inserido no modelo de organização do sistema urbano municipal;
- A existência de aglomerado com edifícios dispersos, principalmente habitacionais, com população;
- A existência de equipamentos de apoio à população, como igreja, núcleo museológico;
- A existência de infraestruturas urbanas, como sistema de abastecimento de água, distribuição de energia e telecomunicações, também faz parte dos circuitos de transportes públicos (autocarros);
- Excelentes acessos rodoviários quer da rede Regional quer da rede Municipal;
- A necessidade da contenção da fragmentação territorial, com a concentração ao longo das vias existentes e onde predomina o edificado.

10. Ficha de Dados Estatísticos

Ficha de Dados Estatísticos (alínea m), n. º2, art.º 99, RJIGT-A (DLR n.º 35/2012/A, de 16 de agosto))

Âmbito do Plano Territorial	Municipal (01)
Tipo de Plano	Plano Diretor Municipal (01)
Localização	Região/ NUT II: Região Autónoma dos Açores (02)
	Ilha: São Jorge
	Município: Velas (03)
	Freguesias: Rosais; Velas; Santo Amaro; Urzelina; Manadas; Norte Grande (04)
Tipo de Procedimento	Revisão (03)
Designação do Plano Territorial	Revisão do Plano Diretor Municipal de Velas
Avaliação Ambiental	O plano foi sujeito a Avaliação Ambiental (01)

Cartografia Topográfica de Base do Plano	
Carta topográfica	Oficial
Ano da carta oficial	2002
Escala da cartografia de base	1:25.000
Suporte da cartografia de Base do Plano	Digital vetorial/ Raster
Ano da CAOP utilizada para os limites administrativos no Plano	2022

Servidões Administrativas e Restrições de utilidade Pública	
Área do Plano abrangida pelas Servidões	
Tipo de servidões	**Área (hectares)**
01 - Área Protegida (Parque Natural de Ilha (PNI)) (marinha e terrestre)	2864
02 - Rede Natura 2000 (marinha e terrestre)	1472, 22
03 - Área Protegida e Rede Natura 2000	2864
04 - Reserva Ecológica (RE)	11124,3
05 - Área protegida, Rede Natura 2000 e RE	11124,3
06 – Albufeiras de Águas públicas, incluindo a zona de proteção	0
07 - Reserva Agrícola Regional (RAR)	1485,5
08 - Reservas Florestais de Recreio	14,51
09 – Áreas de património edificado e zona especial de proteção	0
10 – Área de património arqueológico e de parque arqueológico	0
11 – Área de património mundial	0
12 – Outras - Recursos Geológicos	28,40

Áreas de RAR e RE Desafetadas	
Área	**Área (hectares)**
Área desafetada da Reserva Ecológica	86,52
Área desafetada da Reserva Agrícola Regional	19,3

Áreas Especiais	
Área	**Área (hectares)**
Centro histórico	8,50

Articulação	
Enquadramento em Instrumentos de Gestão Territorial	Programa Nacional da Política de Ordenamento do território (PNPOT)
	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)
	Programa Regional da Água (PRA)
	Plano sectorial Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PSRN2000)
	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA)
	Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEGRA 20+)
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2022-2027(PGRH-Açores 2022-2027)
	Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (PGRIA)
	Plano Setorial de Ordenamento do Território para as atividades Extrativas na Região Autónoma dos Açores (PAE)
	Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge (POOC)
	Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC)

Valores Globais	
Área do Município (hectares)	11738,37
	Último censo
Ano do censo	2021
População residente (habitantes)	4936
Taxa de variação populacional (%)	-8,56
	Projeções
Ano do horizonte	2031
População estimada para o ano de horizonte do plano	4984 (cenário constante); 7659 (cenário de elevada atração)

Classificação e Qualificação do Solo	
Solo Urbano	
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	314,4
Espaços urbanos a consolidar	233,5
Espaços de equipamentos urbanos	36,2
Espaços de uso especial	42,8
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	16,6
Total de solo urbano	643,4
Solo Rústico	
Categorias do solo rústico	**Área (hectares)**
Espaços agrícolas	1346,2
Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal	5984,0
Espaços naturais e culturais	3723,2
Espaços de equipamentos	6,7
Espaços de exploração de recursos geológicos	17,9
Aglomerados rurais	16,6
Total de solo rústico	11094,7
Estrutura Ecológica Municipal	
	Área (hectares)
Área de Estrutura Ecológica em Solo Urbano	30,0
Área de Estrutura Ecológica em Solo Rústico	5313,3
Área de Estrutura Ecológica Municipal Fundamental	3967,3
Área de Estrutura Ecológica Municipal complementar	1375,9
Área Total de Estrutura Ecológica	5343,2

Extensão Infraestruturas Lineares		
Rede Rodoviária		
	Existente (km)	**Proposto (km)**
Rede Regional	82,2	0
Rede Municipal	111,0	0
Rede Rural/Florestal	186,5	0
Rede Agrícola	42,8	0
Total Rede Rodoviária	422,5	0

Escala da Reprodução Analógica das Plantas	
	Escala
Planta de Ordenamento	1:25.000
Planta de condicionantes 1 (servidões)	1:25.000
Planta de condicionantes 2 (Reserva Ecológica)	1:25.000

Perímetros Urbanos	
Número de aglomerados ou lugares abrangidos por um perímetro urbano	14

Nome do aglomerado ou lugar abrangido por um perímetro urbano	Rosais
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	47,8
Espaços urbanos a consolidar	35,1
Espaços de equipamentos urbanos	2,8
Espaços de uso especial	-
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	-
Total de solo urbano	85,7
População	
População residente (habitantes)	661
População estimada para o ano de horizonte do plano	687 (cenário constante) 1026 (cenário elevada atração)

Nome do aglomerado ou lugar abrangido por um perímetro urbano	Velas
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	72,4
Espaços urbanos a consolidar	20,8
Espaços de equipamentos urbanos	9,8
Espaços de uso especial	2,0
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	10,8
Total de solo urbano	115,8
População	
População residente (habitantes)	1765
População estimada para o ano de horizonte do plano	1922 (cenário constante) 3189 (cenário elevada atração)

Nome do aglomerado ou lugar abrangido por um perímetro urbano	Santo Amaro
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	64,0
Espaços urbanos a consolidar	45,7
Espaços de equipamentos urbanos	1,6
Espaços de uso especial	40,8
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	1,8
Total de solo urbano	153,9
População	
População residente (habitantes)	790
População estimada para o ano de horizonte do plano	799 (cenário constante) 1266 (cenário elevada atração)

Nome do aglomerado ou lugar abrangido por um perímetro urbano	Urzelina
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	78,5
Espaços urbanos a consolidar	50,4
Espaços de equipamentos urbanos	5,5
Espaços de uso especial	-
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	4,00
Total de solo urbano	139,5
População	
População residente (habitantes)	896
População estimada para o ano de horizonte do plano	859 (cenário constante) 1254 (cenário elevada atração)

Nome do aglomerado ou lugar abrangido por um perímetro urbano	Manadas
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	35,2
Espaços urbanos a consolidar	17,0
Espaços de equipamentos urbanos	3,9
Espaços de uso especial	-
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	-
Total de solo urbano	56,1
População	
População residente (habitantes)	361
População estimada para o ano de horizonte do plano	297 (cenário constante) 406 (cenário elevada atração)

Nome do aglomerado ou lugar abrangido por um perímetro urbano	Norte Grande
Categorias do solo urbano	**Área (hectares)**
Espaços urbanos consolidados	16,4
Espaços urbanos a consolidar	64,4
Espaços de equipamentos urbanos	12,5
Espaços de uso especial	-
Espaços polivalentes indústrias, de serviços e de logística	-
Total de solo urbano	93,3
População	
População residente (habitantes)	463
População estimada para o ano de horizonte do plano	420 (cenário constante) 518 (cenário elevada atração)